

organizadores

Nair Heloisa Bicalho de Sousa

Aída Maria Monteiro Silva

Ricardo Barbosa de Lima

PÓS-GRADUAÇÃO E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

um desafio contemporâneo



organizadores

Nair Heloisa Bicalho de Sousa

Aída Maria Monteiro Silva

Ricardo Barbosa de Lima

PÓS-GRADUAÇÃO E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

um desafio contemporâneo

| São Paulo | 2024 |



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

P855

Pós-Graduação e Educação em Direitos Humanos: um desafio contemporâneo / Organização Nair Heloisa Bicalho de Sousa, Aída Maria Monteiro Silva, Ricardo Barbosa de Lima. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2024.

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-161-1

DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-161-1

1. Pós-Graduação. 2. Educação em Direitos Humanos.
3. Direitos Humanos. I. Sousa, Nair Heloisa Bicalho de (Org.).
II. Silva, Aída Maria Monteiro (Org.). III. Lima, Ricardo Barbosa de (Org.). IV. Título.

CDD: 370.341481

Índice para catálogo sistemático:

I. Educação em Direitos Humanos

Simone Sales - Bibliotecária - CRB ES-000814/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2024 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2024 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).

Os termos desta licença estão disponíveis em:

<<https://creativecommons.org/licenses/>>.

Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.

O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial Patricia Biegging
 Raul Inácio Busarello

Editora executiva Patricia Biegging

Coordenadora editorial Landressa Rita Schiefelbein

Assistente editorial Júlia Marra Torres

Estagiária editorial Ana Flávia Pivisan Kobata

Diretor de criação Raul Inácio Busarello

Assistente de arte Naiara Von Groll

Editoração eletrônica Andressa Karina Voltolini
 Milena Pereira Mota

Estagiárias em editoração Raquel de Paula Miranda
 Stela Tiemi Hashimoto Kanada

Imagens da capa Atianxari, yamonstro - Freepik.com

Tipografias Acumin, Bebas Neue Pro, Indulta

Revisão Larissa Barbosa

Organizadoras Nair Heloisa Bicalho de Sousa
 Aída Maria Monteiro Silva
 Ricardo Barbosa de Lima

PIMENTA CULTURAL
São Paulo • SP
+55 (11) 96766 2200
livro@pimentacultural.com
www.pimentacultural.com



CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosângela Colares Lavand
Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade do Estado do Amapá, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos
Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva.
Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro

Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho

Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrcia Lopes Pinheiro

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leylton Costa Damasceno

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa

Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales

*Instituto Nacional de Estudos
e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil*

Helena Azevedo Paulo de Almeida

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges

Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles

Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa

Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura

Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini

Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Moraes Souza

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro

Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik

Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett

Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos

Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
*Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca, Brasil*

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Mauricio José de Souza Neto
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

SUMÁRIO

Prefácio 13

Apresentação 21

CAPÍTULO 1

Aline Santos Leite Medrado

Guilherme Borges Silva

Ricardo Barbosa de Lima

Vilma de Fátima Machado

**A história de criação da “Universidade
do Brasil Central” e a institucionalização
do campo de pesquisa em direitos
humanos e em educação
em direitos humanos.....31**

CAPÍTULO 2

Guilherme Borges Silva

Maria Marta da Silva Lopes

Ricardo Barbosa de Lima

Vilma de Fátima Machado

Wilquerson Felizardo Sandes

**História e estrutura básica dos PPGs
que contribuíram para o debate
em DH e EDH na UFG 52**

CAPÍTULO 3

Guilherme Borges Silva
Filipe Augusto Couto Barbosa
Ricardo Barbosa de Lima
Vilma de Fátima Machado
Wilquerson Felizardo Sandes

**A pesquisa sobre direitos humanos
e educação em direitos humanos na
pós-graduação da UFG (2009-2018):**

definição dos dois campos e de seus principais
referenciais teórico-metodológicos, objetos e temas..... 106

CAPÍTULO 4

Aline Santos Leite Medrado

**Uma análise sociológica da produção
do conhecimento em direitos humanos
e educação em direitos humanos na UFG**

134

CAPÍTULO 5

Aline Santos Leite Medrado
Ricardo Barbosa de Lima
Vilma de Fátima Machado

O refluxo na produção em EDH/DH:

desafios para futuras pesquisas..... 156

CAPÍTULO 6

Aída Maria Monteiro Silva

**A Universidade Federal de Pernambuco
e as CONTRIBUIÇÕES da pós-graduação
ao debate em direitos humanos
e educação em direitos humanos**

169

CAPÍTULO 7

Angela Maria Monteiro da Motta Pires

**A produção em direitos humanos
na pós-graduação da Universidade Federal
de Pernambuco (UFPE):**

o que apresentam os estudos? 214

CAPÍTULO 8

Fernando da Silva Cardoso

**A produção em educação em direitos
humanos na pós-graduação da UFPE**

256

CAPÍTULO 9

Alaide Maria Bezerra Cavalcanti

**Pós-graduação, direitos humanos
e educação em direitos humanos:**

uma análise da produção do curso de serviço social (PPGS/UFPE) 278

CAPÍTULO 10

Ana Claudia Lima da Silva

**Pós-graduação, direitos humanos
e educação em direitos humanos:**

uma análise da produção do curso de educação (PPGEdu/UFPE)..... 298

CAPÍTULO 11

Gabriel Carlos da Silva Carneiro Maranhão

**Pós-graduação, direitos humanos
e educação em direitos humanos:**

uma análise da produção do curso
de direitos humanos (PPGDH/UFPE) 317

CAPÍTULO 12

Regina Alice Rodrigues Araújo Costa

Pós-graduação em direitos humanos:

uma análise da produção do curso de direito (PPGD/UFPE) 332

CAPÍTULO 13

Gabriel Carlos da Silva Carneiro Maranhão

Pós-graduação em direitos humanos:

uma análise da produção do curso
de comunicação social (PPGCOM/UFPE) 349

CAPÍTULO 14

Sulamita Bernardo de Albuquerque

Pós-graduação em direitos humanos:

uma análise da produção do curso de história (PPGH/UFPE)..... 368

CAPÍTULO 15

Nair Heloisa Bicalho de Sousa

Luciana Belmonte Lombas Amaral

Claudete Cardoso da Costa

**Direitos humanos e educação em
direitos humanos na pós-graduação**

da Universidade de Brasília (2008–2015) 392

CAPÍTULO 16

Bárbara da Silva Diniz

**Uma análise sobre a pesquisa em direitos
humanos em programas de pós-graduação
da Universidade de Brasília (UnB):**

conquistas e caminhos ainda a percorrer 433

CAPÍTULO 17

Patrícia Reis Paiva

**A pesquisa de direitos humanos no
programa de pós-graduação em ciência**

política da Universidade de Brasília 468

CAPÍTULO 18

Isabela Vince Esgalha Fernandes

Há direitos humanos no Direito?

análise do *corpus* de mestrado e doutorado do Programa

de Pós-graduação em Direito – PPGD/UnB 487

CAPÍTULO 19

Nair Heloisa Bicalho de Sousa

Gleidison Antônio de Carvalho

Programa de Pós-graduação

em Direitos Humanos e Cidadania:

a Universidade de Brasília como referência

dos Direitos Humanos na Região Centro-Oeste..... 505

CAPÍTULO 20

Sinara Pollom Zardo

Claudete Cardoso da Costa

Produção acadêmica

em Direitos Humanos e Educação

em Direitos Humanos nos cursos

de mestrado e doutorado do Programa

de Pós-graduação em Educação/UnB 521

CAPÍTULO 21

Luciana Lombas Belmonte Amaral

O Programa de Pós-graduação

em Sociologia da Universidade de Brasília

e a produção acadêmica sobre temáticas

de Direitos Humanos e Educação

em Direitos Humanos (2008–2015)..... 538

Sobre os autores e as autoras..... 566

Índice remissivo.....572

PREFÁCIO

Maria Victória de Mesquita Benvides

SIM, um enorme desafio!

Com o maior interesse, mergulhei na leitura do primeiro relatório deste Projeto mobilizador, integrador e gerador do que de melhor pode produzir a universidade pública no Brasil. Reitero minha admiração pela equipe de professores responsáveis e pela atuação institucional da SECADI/MEC, das Secretarias Nacionais de Direitos Humanos, das reitorias, do CNPq e da Capes.

Peço licença para uma breve incursão pessoal. No já longínquo ano de 1982, ao participar de uma longa matéria jornalística sobre os intelectuais e a política ("A inteligência se decide e toma partido", *in Istoé*, 10/11/82), eu afirmava, com evidente ingenuidade: "veio abaixo a torre de marfim!". Referia-me, com o clichê da tal torre, ao duvidoso purismo de certos intelectuais brasileiros que, além de ignorarem suas raízes elitistas, pareciam acreditar que as ideias são tão mais atraentes quanto mais herméticas ou mais desvinculadas da realidade, frutos de certo "colonialismo literário". É evidente que não restrinjo o papel dos acadêmicos a um tipo de "intelectual orgânico", ou militante com algum compromisso político-partidário; esta é, e será sempre, uma questão de escolha. Todavia continuo acreditando, até hoje, que todo intelectual sério é um não-conformista, em permanente disponibilidade para o aprendizado e para a crítica, tendo renunciado definitivamente ao secreto conforto do dogma.

É com essa disposição intelectual que apresento o belo trabalho coordenado pela professora Nair Bicalho de Sousa, que faz jus à memória – sempre presente! – de nossos mestres Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes e Paulo Freire. Este trabalho tem

SUMÁRIO

por objetivo investigar a produção acadêmica da Pós-graduação em Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos nas universidades públicas de Brasília, Goiás e Pernambuco entre 2008 e 2015. Seus resultados visam a elaboração de um Plano de fortalecimento das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Trata-se da exposição, devidamente comentada e justificada, da introdução de tais cursos na grade curricular, iniciados a partir das indicações norteadoras do segundo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos de 2006. Nessas três universidades, o levantamento abrange as áreas de Ciências Sociais (Sociologia, Ciência Política, Antropologia), Educação, Psicologia, História, Filosofia, Direito, Comunicações, Serviço Social e Ciências Ambientais – um “mundo acadêmico” organizado em linhas de pesquisa, projetos integrados, disciplinas e seminários, publicações e convênios.

O ponto de convergência entre as três é a noção compartilhada sobre a exigência da responsabilidade social da universidade, responsabilidade crucial em nosso país, cuja história é regada com o sangue de negros escravizados (por mais de quatrocentos anos!) e até hoje marcada por profundas desigualdades de todo tipo. Em outras palavras, e seguindo Paulo Freire, a principal motivação de todos os professores e alunos envolvidos é a construção coletiva e constante de uma universidade emancipatória.

Aqui se destaca o reconhecimento da relação indissociável entre Democracia, Educação e Direitos Humanos, tema candente neste primeiro quarto do século XXI, com as novas tecnologias da informação e da comunicação, a inteligência artificial, a radical transformação do mundo do trabalho, a emergência das mudanças climáticas, o desmatamento, o racismo estrutural, as questões de gênero, o fanatismo religioso e o negacionismo científico, as pandemias, as guerras absurdas, a fome, o povo em situação de rua... a lista é longa.

SUMÁRIO

Um dado importante a ser considerado nos programas universitários decorre da conhecida negligência – de docentes e alunos, com exceção das áreas jurídicas – em consultar os textos constitucionais. Creio ser importante insistir que os direitos humanos estão em nossa Constituição, promulgada em 1988. É indispensável, na Pós-graduação em Direitos Humanos, a sua discussão a partir do introito que estabelece como objetivos da República: “construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º). Nossa Carta Magna reflete, assim, uma feliz combinação de direitos sociais, econômicos e políticos, entendidos como resultado de uma longa história de lutas e de reconhecimento, ético e político, da dignidade intrínseca de todo ser humano, independentemente de quaisquer distinções.

A Universidade de Brasília (UnB) dá o tom: nasceu “com a missão de formar cidadãos críticos e engajados na transformação social, com excelência de forma inovadora e inclusiva” e orientada pelos valores da liberdade, da igualdade, da tolerância, da diversidade, do diálogo e do respeito à ciência. Ou seja, o compromisso com a promoção e a defesa dos direitos humanos de todos – direitos civis e políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais, direito ao desenvolvimento – a partir do direito à vida com dignidade e com especial atenção para os grupos mais vulneráveis e o compromisso com o futuro da Mãe Terra e das novas gerações.

Das três universidades, a UnB, criada em 1961, é a que mais consolidou os programas da Pós-graduação, em geral, e especificamente da área de Direitos Humanos e Educação. Gosto da posição sempre enérgica de José Geraldo de Sousa Jr., ex-reitor, para quem “educar é assumir a compreensão do mundo, de si mesmo e

SUMÁRIO

da inter-relação entre esses dois vetores” e os direitos humanos são um fenômeno complexo na esfera “das relações sociais de opressão e libertação que se realizam no cotidiano dos indivíduos na sociedade, um programa que dá conteúdo ao protagonismo humanista, conquanto orienta projetos de vida e percursos emancipatórios que levam à formulação de projetos de sociedade para instaurar espaços recriados pelas lutas sociais pela dignidade”. Cumpre lembrar a criação, na UnB, da Secretaria de Direitos Humanos, iniciativa que certamente impulsiona a presença de Direitos Humanos no meio universitário.

A referência a autores na área é exaustiva. Na América Latina, a abordagem conceitual de Direitos Humanos e da Educação em Direitos Humanos abrange diferentes pensadores de diversos países tais como o Chile (Abraham Magendzo), Uruguai (Perez Aguirre), Peru (Rosa Mujica), Brasil (Vera Candau, Paulo Carbonari, Aída Monteiro, Nazaré Zenaide e Solon Viola), entre outros. Na reflexão teórica internacional mais abrangente, as referências incluem Hanna Arendt, Foucault, Boaventura, Bourdieu, Touraine, Manheim, Agamben, Veena Das e Rawls. Certamente, aí temos um cativante buquê literário!

Na Universidade Federal de Goiás – com extensão para os campi de Goiânia, Catalão e Jataí –, o Programa Geral de Pós-graduação inclui a abordagem regional de questões territoriais e os impactos e as vulnerabilidades ambientais, além da presença significativa dos cursos de Direito Agrário. É na área de Educação, Sociologia e Direito que se desenvolvem, além de reflexão crítica sobre as particularidades das Regiões Centro-Oeste e Norte, a temática do multiculturalismo, das lutas por terras, da questão indígena e quilombola, das formas de resistência, sustentabilidade, segurança e migrantes. As linhas de pesquisa, incrementadas pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos, incluem a questão das diferenças – vistas como desigualdades – referentes à raça/cor, à classe social, ao gênero e à sexualidade, à geração e à escolaridade e como se problematizam os conflitos que

SUMÁRIO

também incidem nas práticas discursivas e processos simbólicos das relações sociais (família, políticas públicas, movimentos sociais, mídia, mundo virtual, legislação, representações artísticas em geral). Tudo a ver com Direitos Humanos!

As pesquisas citadas incluem as quantitativas (com estatísticas descritivas) e as qualitativas, com uso de entrevistas, estudo de caso e observação, além de material documental e biográfico. Um tema a ser destacado é a importante avaliação das políticas públicas e das garantias institucionais, crucial no campo dos Direitos Humanos.

No trabalho da Universidade Federal de Pernambuco – onde encontro minha ex-aluna de doutorado na USP, Aída Monteiro –, destaca-se, no período 2009–2018, a orientação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos para o processo, sempre em construção, da interação aprendizagem/escola/sociedade. Com o objetivo de “promover e difundir a cultura de Direitos Humanos”, os cursos e as pesquisas valorizam uma metodologia que alia a coleta e a sistematização de dados com apresentação de informações retiradas de arquivos institucionais e particulares como, por exemplo, arquivos em posse de movimentos sociais.

A UFPE desenvolve um elenco exaustivo de temas para a docência e para a pesquisa: a política educacional e a gestão democrática; o discurso pedagógico e as práticas; a violência na escola e a mediação de conflitos; o processo histórico e a memória; a democracia, a cidadania e os direitos humanos; as políticas públicas e a legislação; a identidade, a subjetividade e a diversidade; o livro didático; os temas transversais; a cultura afro-brasileira e as relações étnico-raciais; as questões de gênero e de preconceito; a saúde; as violências e a exclusão; a cultura da paz e a justiça restaurativa. Na definição dos grupos vulneráveis, encontram-se os povos indígenas e os quilombolas; o povo preto e periférico; as crianças e adolescentes; a população em situação de rua; os portadores de deficiência; a população LGBTI+; e a população carcerária.

SUMÁRIO

Para as três universidades, as conclusões são positivas no que se refere à plena aceitação e implementação dos novos cursos na área geral de Direitos Humanos, mas o mesmo não ocorre na área específica Educação em Direitos Humanos. Registra-se um tímido avanço, o que revela como as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, de 2012, não repercutiram como o esperado e o desejável.

Tal constatação não deve provocar desânimo; pelo contrário, há disposição para identificar as causas e buscar soluções. É preciso reconhecer que a simples expressão “direitos humanos” ainda é foco de aversão, ignorância e controvérsias, mesmo entre grupos sociais mais esclarecidos. Sabemos que a estigmatização dos direitos humanos decorre do desejo mórbido da sociedade de classes de condenar a ideia democrática da igualdade e da solidariedade (que são, junto à liberdade, a tríade de princípios dos direitos humanos) para manter intactos os privilégios de uma “nova nobreza” criada pelo capitalismo triunfante. Daí se entende a declaração do ministro da economia do governo anterior ao reagir, indignado, quando soube que o filho do porteiro do prédio onde mora tinha sido aprovado numa universidade pública...

As pessoas envolvidas nesse programa das três universidades são herdeiras das lutas pela Anistia e pela Constituição de 1988, do Movimento Memória e Verdade, das primeiras Secretarias de Direitos Humanos no executivo federal, das campanhas da SECADI no MEC, e do trabalho pioneiro de Margarida Genevois na criação da primeira Rede Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Hoje, no novo governo da volta democrática, devem ser retomadas e atualizadas as propostas do Programa Nacional de Direitos Humanos III, assim como as recomendações da Comissão da Verdade. Cabe, igualmente, discutir e aprofundar o recente e excelente trabalho desenvolvido pela Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos, espalhada por todo o país.

SUMÁRIO

E cumpre insistir, em se tratando de universidades públicas, no compromisso com a apresentação de propostas e resultados, uma vez que a quase totalidade das pesquisas e dos demais trabalhos acadêmicos foi – e será – realizada com recursos públicos. As três universidades aqui apresentadas revelam especial cuidado no enfrentamento dos complexos problemas da burocracia universitária e da necessidade de certas mudanças, no sentido de se explicitarem claramente as prioridades em cada área, assim como as diferenças e as atribuições pertinentes ao campo da direção científico-acadêmica e ao campo da direção administrativa. Ou seja, eficiência administrativa, rigor acadêmico, integração e transversalidade nos projetos de Direitos Humanos.

Portanto, que venham os novos cursos, os debates, os seminários, o e-book anunciado e a publicação dos resultados das pesquisas!

Comecei e termino esse texto com uma incursão pessoal. Nasci em 1942, em plena Segunda Guerra Mundial, na qual tomou em combate meu irmão José, o primogênito de dez, estudante e voluntário da FEB. Devo a escolha de meu prenome à esperança de meus pais na vitória dos Aliados e no futuro do povo brasileiro. Incontáveis vezes achei constrangedor “merecer” este prenome e também manter viva a esperança, mas costumo afirmar que “sou professora, logo... sou otimista”.

Antonio Gramsci já dizia que devemos ser céticos no diagnóstico, porém otimistas na ação. O educador pessimista é, a meu ver, uma contradição em termos, pois nega a possibilidade de transformação – da transformação de seres, da transformação do mundo. O otimista tem fé e esperança na ação livre, criadora e emancipadora.

No Brasil, muito especialmente, a docência é um ato constante de fé e de esperança, na nossa infância, na nossa juventude. Georges Bernanos afirmava que a febre da juventude – a febre de saúde que sempre vi em meus alunos – é o que garante a temperatura minimamente saudável da humanidade. Sem ela o mundo estaria irremediavelmente doente.

SUMÁRIO

Em seu célebre discurso sobre A Política como Vocação, Max Weber enfatizava que “a política consiste num esforço tenaz e enérgico para furar tábuas duras de madeira. Exige paixão e precisão. Não se poderia esperar o possível se não houvesse confiança no impossível. Se não houvesse a força da alma para ultrapassar o naufrágio das esperanças”. Poderíamos dizer o mesmo da educação.

Portanto, para a tarefa educacional que nos envolve, é preciso superar o que pode persistir de frustração, de desencanto, da tentação da inércia diante de tantos obstáculos e desafios. É a esperança, alimentada a cada dia, que nos permite acreditar e participar da luta daqueles que fazem da educação um ideal. Daqueles que ainda acreditam que saberemos construir uma nação fundada naqueles ideais maiores, o respeito aos direitos humanos de todos, à liberdade, à igualdade na dignidade, à solidariedade, à verdade e à ciência. É preciso amar a nossa terra, acreditar e lutar para que o Brasil seja, enfim, uma nação justa e inclusiva, digna dos milhões de homens e mulheres que constroem a sua riqueza – e dela são excluídos.

Parabéns aos professores(as), aos estudantes e aos funcionários(as) da UnB, da UFG e da UFP. O trabalho que temos pela frente é árduo e permanente, mas estamos juntos e temos um norte.

Maria Victoria de Mesquita Benevides, socióloga, é professora emérita da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, USP. É vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns (Comissão Arns), que foi criada em 2019.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Nesse livro, os diferentes achados de pesquisas apresentados pelas equipes da Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade de Brasília (UnB), serão alvo de uma tentativa de comparação, tendo em vista a especificidade de cada produção acadêmica. A análise de conteúdo foi feita a partir dos resumos das dissertações e teses e dos grafos do Iramuteq sobre os temas de Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos. Com esse esforço, pretende-se mostrar a importância das investigações realizadas em um período histórico, no qual apenas em 2012 foram aprovadas as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (DNEDH), com força de lei na área da educação básica e superior.

Nesse sentido, o presente livro, busca sistematizar os achados da pesquisa sobre a produção do conhecimento no âmbito da pós-graduação em ciências humanas e sociais aplicadas no recorte temporal de 2008 a 2015 nas três universidades. Com isso, registra a importância de visualizar as temáticas mais recorrentes de direitos humanos (DH) e educação em direitos humanos (EDH), as metodologias e os autores utilizados para oferecer um marco teórico às investigações.

A produção acadêmica das pesquisas de pós-graduação nas três universidades deve ser considerada uma referência desse novo campo de conhecimento, que foi legitimado pela Capes ao criar os programas de pós-graduação interdisciplinar de Direitos Humanos nas universidades federais a partir de 2012.

Essas dissertações e teses analisadas permitem, a partir de seus resumos, inferir que, de fato, a política de direitos humanos no Brasil ainda é incipiente. Isso porque, embora tenham havido avanços

SUMÁRIO

na produção do conhecimento nas áreas dos direitos humanos e da educação em direitos humanos, a partir do processo de redemocratização do país e, principalmente, de forma mais institucionalizada nos anos 2000 (com planos, programas, normativas, pactos e acordos em nível internacional e nacional), esses avanços ainda foram tímidos no Brasil. Esses achados, por si só, requer de todos (governos, sociedade civil e centros de ensino e pesquisa), uma ação mais efetiva para consolidar e fortalecer essas áreas de conhecimento.

Será feita uma apreciação por tópicos dessa produção na UFPE, UnB e UFG, considerando os aspectos que se destacaram na análise dos achados das investigações.

A pesquisa de campo realizada na Universidade Federal de Goiás (UFG), coordenada pelos docentes Vilma de Fátima Machado e Ricardo Barbosa de Lima, apresenta em cinco artigos, resultados importantes.

O primeiro artigo, “A história de criação da ‘Universidade do Brasil Central’ e a institucionalização do campo de pesquisa em direitos humanos e em educação em direitos humanos”, escrito por Aline Santos Leite Medrado, Guilherme Borges Silva, Ricardo Barbosa de Lima e Vilma de Fátima Machado, resgata a história de criação da Universidade Federal de Goiás e revela o processo de institucionalização dos campos de estudos e pesquisas em direitos humanos na UFG. Mostram que a porta de entrada se deu pela extensão universitária, contudo são 39 anos de invisibilidade institucional até a criação do seu Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos (PDH/UFG) em 1999. Em 2010, logo após o principal momento de expansão das universidades brasileiras, a UFG amplia seu escopo de atuação institucional com a criação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos (NDH/UFG). Sem abandonar a articulação dos projetos de extensão via o PDH/UFG, passou a atuar fortemente na formação e oferta de cursos de especialização (*lato sensu*). Em 2012, com a aprovação, pela Capes, do mestrado

SUMÁRIO

acadêmico, passa a oferecer também formação *stricto sensu*. Por fim, em 2022, o NDH/UFG é reconhecido pelo Consuni/UFG, Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa, Ensino e Extensão (NIPEEs).

O segundo artigo, “História e estrutura básica dos PPGs que contribuíram para o debate em DH e EDH na UFG”, escrito por Guilherme Borges Silva, Maria Marta da Silva Lopes, Wilquerson Felizardo Sandes, Ricardo Barbosa de Lima e Vilma de Fátima Machado, apresenta um criterioso quadro tanto dos Programas de Pós-Graduação que integraram o campo da pesquisa quanto dos primeiros achados empíricos. Destaca-se aqui a grande área Multidisciplinar, na qual 25% dos trabalhos desenvolvidos dialogam com temas que versam sobre os DH e EDH, enquanto, nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Humanidades, são, respectivamente, 20,8% e 14%.

Uma diferença dos procedimentos analíticos pautados pela equipe da UFG foi a visualização das palavras chaves das teses/dissertações de cada uma dessas grandes áreas. Na grande área de “Humanidades”, destacam-se, por ordem de maior repetição, os seguintes conceitos/categorias: identidade, movimentos sociais, gênero/mulheres, educação, camponeses/campesinato, políticas públicas/política pública, cidadania, direitos humanos e território/territorialidade. Mais ainda, se entre os programas de Humanidades diferentes conceitos disputam, *pari passu*, o campo de pesquisa em DH/EDH, na grande área “Ciências Sociais Aplicadas” o conceito de “cidadania”, em especial junto ao PPG de Comunicação é hegemônico. Segue com destaque o conceito “violência” que aparece com igual importância em ambos PPGs: Direito Agrário e Comunicação.

Por fim, na grande área “Multidisciplinar”, as palavras-chaves de destaque são, por ordem de grandeza: direitos humanos, gênero, estado de Goiás, lésbicas, interdisciplinaridade, sustentabilidade. Pode-se notar que a centralidade do conceito “direitos humanos” e dos grupos socialmente vulneráveis fica a cargo do PPG em Direitos

SUMÁRIO

Humanos e a centralidade da palavra chave “estado-de-Goiás” fica por conta da doxa geográfica dos trabalhos vindos do PPG em Ciências Ambientais.

No terceiro artigo, “A pesquisa sobre direitos humanos e educação em direitos humanos na pós-graduação da UFG (2008-2018)” definição dos dois campos e de seus principais referenciais teórico-metodológicos, objetos e temas”, produzido por Guilherme Borges Silva, Filipe Augusto Couto Barbosa, Ricardo Barbosa de Lima, Vilma de Fátima Machado e Wilquerson Felizardo Sandes, em uma análise mais panorâmica do campo, são mostrados os temas/sujeitos de investigação mais presentes nos resumos: Mulheres/Gênero: 34 resumos com destaque nos programas de Sociologia e Antropologia; Raça/etnia: 20 resumos com destaque nos programas de Geografia e Sociologia; Crianças e adolescentes: 20 resumos com destaque nos programas de Educação e Sociologia; Povos indígenas: 19 resumos com destaque nos programas de Educação, Antropologia, História e Comunicação; Comunidades tradicionais: 17 resumos com destaque nos programas de Ciências Agrárias, Geografia, Antropologia e História; Cidadania.

Esse panorama avança com o auxílio de mais duas técnicas de visualização dos dados produzidos: classificação hierárquica descendente (CHD) e análise de similitude (AS). Essas técnicas permitiram visualizar com mais detalhes, separadamente, os corpos DH e EDH.

Nas quatro classes pela CHD/DH, novamente, os estudos de gênero merecem destaque e, logo em seguida, aparecem os temas que relacionam processos de ensino/aprendizagem. Para as classes geradas pela CHD/EDH, majoritariamente, ganham saliência as questões atinentes aos processos da relação ensino/aprendizagem. O grafo de AS/EDH mostra a centralidade do professor nesses trabalhos.

Por fim, é digno de nota que, após a leitura de cada resumo, apenas em três deles do Programa de Pós-graduação em Educação

SUMÁRIO

da UFG (Goiânia e Catalão) foram encontrados os autores indicados no referencial teórico aportado no projeto de pesquisa. Houve duas citações de Boaventura de Sousa Santos no tema Direitos Humanos e uma citação de Paulo Freire no tema Educação em Direitos Humanos.

O artigo seguinte, “Uma análise sociológica da produção do conhecimento em direitos humanos e educação em direitos humanos na UFG”, reúne os principais achados da tese de doutorado de Aline Santos Leite Medrado. Aqui a autora traz a sociologia do conhecimento de Karl Mannheim para pensar o enraizamento do campo de estudos e pesquisas em direitos humanos.

Por fim, o último artigo dessa parte, “Desafios para futuras pesquisas”, elaborado por Aline Santos Leite Medrado, Ricardo Barbosa de Lima e Vilma de Fátima Machado, ainda ancorado nos achados da tese da primeira autora, pois essa ampliou o marco temporal da coleta de dados para a produção (teses e dissertações) disponibilizada até 2018. Com esse percurso ampliado, não só foi possível ter um panorama completo do surgimento desse campo de estudos e pesquisas na UFG, mas também foi possível identificar um declínio dessa produção de alto nível em torno dos temas Direitos Humanos (DH) e Educação em Direitos Humanos (EDH). Isso será notado mais fortemente, a partir de 2015. Os dados coletados na UFG apontam ser urgente examinar se esse evento se repete nas outras IFES, ou se é um fenômeno localizado na UFG e/ou se a produção nos temas de DH e EDH perdeu força diante do novo contexto de crise político-social, com a ruptura institucional advinda com a deposição da presidenta eleita em 2014.

Como são muitos os caminhos a percorrer com proveito, concluem os autores que será necessário continuar a percorrer, agora de forma mais analítica e qualitativa, um longo caminho de investigação sobre o impacto desse novo campo de estudos na vida das nossas instituições de ensino e da sociedade brasileira.

SUMÁRIO

A Universidade Federal de Pernambuco, ao longo da sua história, vem se constituindo como um *campus* avançado de debates, pesquisas, ações de extensão e produção científica na área dos Direitos Humanos na perspectiva da diversidade, o que justifica a participação de forma integrada, nesta pesquisa, com as universidades parceiras: a Universidade Federal de Goiás e a Universidade de Brasília.

Nessa direção, como elaboração da pesquisa são apresentados, neste *e-book*, dados gerais do que foi produzido nos campos de Direitos Humanos e da Educação em Direitos Humanos, no âmbito de 14 Programas de Pós-graduação: Antropologia, Comunicação, Ciência Política, Direito, Direitos Humanos, Educação, Educação Contemporânea, Filosofia, Geografia, História, Psicologia, Psicologia Cognitiva, Serviço Social e Sociologia, resultado da análise de 402 resumos, em um total de 2.354 resumos coletados. Desse universo, foram identificados 402 resumos, sendo 359 da área de Direitos Humanos e 43 da área de Educação em Direitos Humanos. É importante destacar que os resumos foram os principais instrumentos de análise da pesquisa.

Os dados relativos à produção acadêmica em Educação em Direitos Humanos (EDH) e em Direitos Humanos na Pós-graduação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), relativos ao período de 2008 a 2015, foram coletados no repositório de dissertações e teses, referentes aos resumos da produção dessas temáticas, e selecionados a partir das perspectivas da teoria crítica dos Direitos Humanos e da Educação em Direitos Humanos.

Para este *e-book*, foram elaborados três artigos mais gerais: "A Universidade Federal de Pernambuco e as contribuições ao debate em direitos humanos e à educação em direitos humanos", de Aída Maria Monteiro Silva; "A produção em direitos humanos na pós-graduação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE): o que apresentam os estudos?", de Ângela Maria Monteiro da Motta Pires; e "A produção em educação em direitos humanos na pós-graduação da UFPE", de Fernando da Silva Cardoso.

SUMÁRIO

Além desses, foram elaborados seis artigos contemplando diferentes campos de conhecimento, de autoria de pesquisadores/estudantes vinculados ao Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos (PPGDH) e que participaram da pesquisa nas áreas de Serviço Social, Alaíde Maria Bezerra Cavalcanti; Educação, Ana Cláudia Lima da Silva; Direitos Humanos, Gabriel Carlos da Silva Carneiro Maranhão; Direito, Regina Alice Rodrigues Araújo Costa; Comunicação Social, Gabriel Carlos da Silva Carneiro Maranhão; e História, Sulamita Bernardo de Albuquerque.

No âmbito da UFPE, a pesquisa realizada foi vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas de Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Cidadania (NEPEDH) do Centro de Educação, e ao Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos (PPGDH) da UFPE.

A Universidade de Brasília (UnB) foi o primeiro projeto de universidade brasileira criada em 1962 pelo antropólogo Darcy Ribeiro, tendo como missão realizar uma proposta educadora capaz de inovar o ensino superior brasileiro, estabelecer um diálogo entre os diferentes saberes e refletir sobre a realidade brasileira. No período da ditadura civil-militar, sofreu invasões, prisões de professores e estudantes, mas resistiu à governança autoritária, retomando seu caminho institucional democrático a partir de 1985, com a mudança do Estatuto, incorporando os princípios de defesa da democracia, dos direitos humanos, da paz e do meio ambiente.

A partir dessa data, a UnB retoma um caminho de referência no campo dos direitos humanos com a constituição de núcleos temáticos de estudos e pesquisas sobre as mulheres, as questões de raça e etnia e de direitos humanos e paz, entre outros, junto ao Centro de Estudos de Estudos Avançados Multidisciplinares criado em 1986. Nos anos 1990, atividades em torno desses temas foram implementadas no ensino, na pesquisa e na extensão universitária. Em 2003, a UnB foi pioneira na implementação das cotas raciais em universidades federais, reservando 20% das vagas.

SUMÁRIO

Entre 2008 e 2012, teve uma gestão participativa e democrática, a qual incentivou diversos projetos institucionais de apoio aos direitos humanos. Em 2012, foi instituído o Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Cidadania, vinculado à área de Direito na Capes e junto ao CEAM (Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares) na UnB. Em 2013, foi criada a Diretoria da Diversidade com coordenações voltadas para questões de opressão de mulheres, indígenas, negros/negras e LGBTQIA+. Em 2017, foi constituído o Conselho de Direitos Humanos, de caráter propositivo e deliberativo, que elaborou a Política de Direitos Humanos da UnB, aprovada pelo Conselho Universitário em 10 de dezembro. Em 2019, aprovou a Política de Acessibilidade e, em 2020, foi criada a Diretoria de Acessibilidade.

No ano de 2021, foi constituída a Câmara de Direitos Humanos com representantes das unidades acadêmicas, órgãos institucionais, estudantis e sindicais, que substituíram o Conselho de Direitos Humanos, além dos prêmios de Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos. Em 2022, foi criada a Secretaria de Direitos Humanos vinculada ao Conselho Universitário e à Câmara de Direitos Humanos para garantir e promover a política de direitos humanos na UnB.

A pesquisa “Pós-graduação e Educação em Direitos Humanos: um desafio contemporâneo” realizada em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG) e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), registra os resultados da produção acadêmica em direitos humanos e educação em direitos humanos ao nível de 14 programas de pós-graduação da Universidade de Brasília nas áreas de ciências humanas e sociais: Antropologia, Ciência Política, Comunicação, Desenvolvimento Sociedade e Cooperação Internacional, Direitos Humanos e Cidadania, Educação, Filosofia, Geografia, História, Processos Psicológicos Básicos, Psicologia Escolar e do Desenvolvimento, Serviço Social e Sociologia. As informações sobre direitos humanos e educação em direitos humanos

SUMÁRIO

foram coletadas nos repositórios de dissertações e teses da UnB referentes ao período de 2008 a 2015, resultando em um total de 2.556 resumos pesquisados, 642 classificados em direitos humanos e 28 em educação em direitos humanos, totalizando 670 resumos.

Neste *e-book*, o capítulo da UnB está composto por 2 artigos que abordam o conjunto da investigação: “Direitos humanos e educação em direitos humanos na pós-graduação da Universidade de Brasília”, de Nair Heloisa Bicalho de Sousa, Luciana Lombas Belmonte Amaral e Claudete Cardoso da Costa; e “Uma análise sobre a pesquisa em direitos humanos em programas de pós-graduação da Universidade de Brasília: conquistas e caminhos ainda a percorrer” de Bárbara da Silva Diniz.

Os demais capítulos tratam de programas de pós-graduação selecionados para permitir um enfoque em profundidade da trajetória dos programas, seu contexto institucional e as especificidades da produção acadêmica de cada um: “A pesquisa de direitos humanos no Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília”, de Patrícia Reis Paiva; “Há direitos humanos no Direito? Análise do *corpus* de mestrado e doutorado no Programa de Pós-graduação em Direito”, de Isabela Vince Esgalha Fernandes; “Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Cidadania: a Universidade de Brasília como referência dos direitos humanos na Região Centro-Oeste”, de Nair Heloisa Bicalho de Sousa e Gleidison Antônio de Carvalho; “Produção acadêmica em direitos humanos e educação em direitos humanos nos cursos de mestrado e doutorado do Programa de Pós-graduação em Educação/UnB”, de Sinara Pollom Zardo e Claudete Cardoso da Costa; e “O Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília e a produção acadêmica sobre temáticas de direitos humanos e educação em direitos humanos”, de Luciana Lombas Belmonte Amaral.

Esse conjunto de textos da pós-graduação da Universidade de Brasília pretende aproximar o(a) leitor(a) da produção acadêmica

SUMÁRIO

que tem sido realizada por estudantes de mestrado e doutorado sobre a temática de direitos humanos e educação em direitos humanos no período de 2008 a 2015, de modo que ela seja divulgada de forma mais ampla para incentivar novas investigações sobre temas desafiadores dessas duas áreas.

Com essa contribuição da UFG, da UFPE e da UnB para o conhecimento das pesquisas realizadas sobre direitos humanos e educação em direitos humanos nos Programas de pós-Graduação selecionados nas três universidades, esperamos oferecer aos(as) leitores(as) a oportunidade de acessar os achados coletados nos repositórios de dissertações e teses das universidades, de modo a permitir uma reflexão crítica que possibilite despertar para a relevância dessas temáticas para o nosso país e os complexos desafios da sociedade contemporânea.

SUMÁRIO

Nair Heloisa Bicalho de Sousa

Aída Maria Monteiro Silva

Ricardo Barbosa de Lima

1

*Aline Santos Leite Medrado
Guilherme Borges Silva
Ricardo Barbosa de Lima
Vilma de Fátima Machado*

A HISTÓRIA DE CRIAÇÃO DA “UNIVERSIDADE DO BRASIL CENTRAL” E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA EM DIREITOS HUMANOS E EM EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

INTRODUÇÃO

Nesta parte do livro, desdobra-se a investigação coordenada pela professora Dr^a. Nair Heloísa Bicalho de Sousa (UnB) na Universidade Federal de Goiás. Na UnB, a pesquisa teve como objetivo inicial, antes desta proposta de pesquisa conjunta, o levantamento dos projetos de extensão e das disciplinas de graduação, ao nível presencial, que incorporam conteúdos relacionados aos direitos humanos e à educação em direitos humanos.

Agora, na pesquisa conjunta (UnB, UFG e UFPE), partiu-se da premissa que a pós-graduação, área de excelência da pesquisa universitária, deveria ser incluída como campo de investigação junto às demais áreas da vocação mais republicana da universidade (o ensino de graduação e a extensão), para inferir quais são as contribuições das produções de alto nível à implementação das Diretrizes Nacionais de EDH no ensino superior.

Nesta perspectiva, realizou-se o mapeamento do estado da arte do conhecimento em torno do campo de pesquisa dos direitos humanos e da educação em direitos humanos junto à produção dos mestrados e doutorados das áreas de Humanidades, Ciências Sociais Aplicadas e Multidisciplinares, no período 2008–2015, nestas três instituições.

Na UFG, a partir da tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Sociologia, pela pesquisadora Aline Medrado, como se verá nos dois últimos capítulos dessa parte, pôde-se ampliar o trabalho de campo até o ano de 2018.

De forma que, nesta parte do livro, apresentaremos o histórico institucional da UFG e descreveremos o mapa da entrada dos estudos em direitos humanos e em educação em direitos humanos na instituição.

SUMÁRIO

Por fim, convidamos nossos leitores(as) a dialogar com uma primeira aproximação analítica, via a apresentação de dois capítulos da tese produzida no contexto da pesquisa. Aliás, avaliamos que a produção de um trabalho de referência, ao nível de doutorado, ampliando o campo da pesquisa conjunta, não só é um desdobramento muito bem-vindo, mas também, mesmo que não prevista inicialmente, uma externalidade positiva, oportunizada desde o fomento do CNPq.

Com esse percurso, não só será possível ter um panorama completo do surgimento e crescimento desse campo de estudos e pesquisas na UFG, mas também será possível ver um declínio dessa produção de alto nível em torno dos temas Direitos Humanos (DH) e Educação em Direitos Humanos (EDH). Isso será notado mais fortemente a partir de 2015. Só foi possível registrar esse evento com o trabalho de tese de uma das pesquisadoras do grupo de pesquisa UFG (Medrado, 2021), pois ela alargou a coleta de dados desses mesmos programas aqui em tela até o ano de 2018. Como se verá, é urgente examinar se esse evento se repete nas outras IFES ou se é um fenômeno localizado na UFG: mesmo com o número de ingressantes aumentando (2015–2018) o interesse e/ou a produção nos temas de DH e EDH perdeu força.

A UFG nasceu de forte articulação do movimento estudantil e buscou, desde o seu início, realizar um projeto educacional moderno, como uma instituição que deveria funcionar como um centro de transformação pedagógica, cultural, social e política da região centro oeste do país (CHAVES, 2011).

Formalmente, o processo de constituição da UFG deu-se a partir da organização de grupo de professores, em 1959, encabeçado pelo professor Colemar Natal e Silva, até então diretor da Faculdade de Direito de Goiânia. Este formou a “Comissão Permanente para a Criação da Universidade do Brasil Central”, com o objetivo de elaborar um projeto de constituição da instituição de ensino superior e

SUMÁRIO

apresentá-lo ao Congresso Nacional. Assim, a partir de um encontro composto por membros das cinco escolas superiores que existiam naquela época em Goiânia: a Faculdade de Direito, a Faculdade de Farmácia e Odontologia, a Escola de Engenharia, o Conservatório de Música e a Faculdade de Medicina foi disparado um processo rapidamente incorporado pela sociedade civil local.

De forma particularmente intensa, estudantes goianos, através de movimentos estudantis da época, constituíram a “Frente Universitária Pró - Ensino Superior Federal”, que, dentre outras coisas, apresentou reivindicações relacionadas à necessidade de criação de uma universidade pública na região. Esse foi o contexto que levou a promoção de reuniões e audiências na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO), bem como de inúmeros debates públicos em eventos estudantis e acadêmicos (Chaves, 2011).

O projeto de criação da UFG, que também engajou o parlamentares goianos no Congresso Nacional, constituiu-se em lei por iniciativa destes, sendo promulgada no dia 18 de dezembro de 1960¹, em evento público realizado na Praça Cívica, através de um decreto presidencial assinado por Juscelino Kubitschek (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1960). Sendo um marco histórico para o Estado de Goiás, a UFG surge, desde seu princípio, como uma instituição pública, gratuita e de qualidade (Almeida, 1996).

Ao longo de sua existência e desenvolvimento, a história da UFG pode ser dividida em quatro momentos.

- De 1960 até 1968 (Instalação e ditadura cívico-militar)

Momento de constituição da Universidade Federal de Goiás, com o processo de nomeação de 50 professores para cinco unidades acadêmicas da época; o decreto presidencial com a aprovação do Estatuto da UFG; a instalação Oficial da UFG em

1 A Lei de criação da Universidade Federal de Goiás é de 14 de dezembro de 1960.

evento ocorrido no Salão Nobre da Faculdade de Direito; a aula inaugural no Teatro Goiânia, no dia 7 de março de 1961; a Semana de Planejamento da Universidade Federal de Goiás, em janeiro de 1962, que promoveu, a partir daquele ano, a criação de diversas instituições, como, por exemplo, a Rádio Universitária, o Hospital das Clínicas, a Imprensa Universitária, a Escola de Agronomia e Veterinária, o Centro de Estudos Brasileiros, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) e o Instituto de Matemática e Física.

Apesar desse processo inicial de instalação, o golpe militar de 1964 afetou profundamente a UFG e seu funcionamento, por meio da: exoneração do reitor Colemar Natal e Silva; a nomeação de um reitor *pro tempore*; a desativação do Centro de Estudos Brasileiros e dos cursos de História, Ciências Sociais e Geografia; a demissão de docentes; e a intervenção na produção de conteúdo da área de comunicação e jornalismo da Universidade.

Já em 1968, após uma reforma universitária, houve o desmembramento da antiga FFCL em vários institutos e cursos, surgindo, ao final desse período, o Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), o Instituto de Química e Geociências (IQG) e a Faculdade de Educação (FE). Ainda foi construído o Instituto de Ciências Biológicas e criado o Colégio Aplicação (Almeida, 1996; Chaves, 2011).

▪ De 1968 até 1986 (diversificação e interiorização)

Nesse segundo momento, houve a expansão da UFG para região norte de Goiânia, com a construção do Campus Samambaia e a instalação de novos cursos, colocando em prática um projeto antigo de se criar uma cidade universitária na capital. O período foi marcado pela implementação de cursos em Goiânia – como os de jornalismo, enfermagem, nutrição e biblioteconomia – e a interiorização da UFG no estado de Goiás, com a criação do campus de Jataí, em 1980, e de Catalão, em 1984. Nesse período ocorreu o primeiro vestibular para o curso de Direito na cidade de Goiás (antiga capital

SUMÁRIO

do estado), além do desenvolvimento de diversos projetos em outros municípios goianos: Firminópolis, Rialma, Porto Nacional² (Dourado, 1997; Araújo, 2017).

- De 1986 até 2006 (Crises e reestruturação)

Esse período ficou marcado por uma série de dificuldades pela qual as universidades públicas brasileiras enfrentaram, especialmente de natureza financeira e política. Na década de 1990, durante os governos FHC, por exemplo, o ensino superior público experimentou um período de escassez com a falta de verbas básicas para manutenção e investimentos.

Apesar das dificuldades, houve um crescimento gradual da UFG. Com a reforma do Estatuto da Universidade, houve, entre os anos de 1993 e 1996, o desmembramento e a constituição de vários institutos e faculdades, como, o Instituto de Matemática e Estatística, o Instituto de Informática, o Instituto de Física, a Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, a Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, a Faculdade de Letras, a Escola de Música e Artes Cênicas, a Faculdade de Artes Visuais, o Instituto de Química e o Instituto de Estudos Socioambientais. Esse crescimento já era sentido ao final de 2005, quando a UFG, por exemplo, já oferecia 42 cursos de pós-graduação *stricto sensu* e realizava o primeiro curso à distância: Biologia (Dourado, 1997; UFG, 2009).

- De 2006 até os dias atuais (Expansão e Inclusão)

Esse período foi marcado pela implementação, a partir do ano de 2008, do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). A UFG expandiu em 34% a área construída e foram abertas quase 2 mil novas vagas no

2 Em 05 de outubro de 1988, o Estado de Goiás foi desmembrado com a criação do Estado do Tocantins (artigo 13 das disposições transitórias da Constituição Federal). Assim, a área e a estrutura inicial do Campus de Porto Nacional passaram a integrar a Universidade Federal do Tocantins (UFT).

vestibular, também houve aumento do corpo docente e de técnicos e um crescimento vertiginoso da produção científica. Além da expansão da UFG em Goiânia, Jataí e Catalão, no ano de 2009, houve a inauguração da regional na Cidade de Goiás e, em 2014, teve início as atividades acadêmicas no campus de Aparecida de Goiânia.

No ano de 2018, após sanção presidencial, houve a separação dos campus de Jataí e Catalão, constituindo, assim, duas novas Universidades em Goiás: a Universidade Federal de Jataí (UFJ) e a Universidade Federal de Catalão (UFCAT).

Apesar desse processo de crescimento nessa primeira década, a crise político-econômica que o Brasil passou a enfrentar a partir de 2014 impactou diretamente no funcionamento da instituição. Para enfrentar essas políticas de desinvestimentos, criaram-se campanhas de economia de energia, de diminuição de gastos com serviços terceirizados e houve a inauguração de usinas de energia solar. Ainda com problemas financeiros, em 2020, a UFG suspendeu seu calendário acadêmico em razão da pandemia da COVID-19, retornando às suas atividades de forma remota no segundo semestre de 2020. E a partir de 2022, a UFG planejou e iniciou um retorno parcial e gradual de suas atividades presenciais (UFG, 2009; Oliveira, 2019).

Um dos acontecimentos recentes e mais emblemáticos do que se passou nas universidades brasileira durante a última gestão presidencial, ocorreu na UFG em janeiro de 2022. Pela segunda vez, em mais de 35 anos de processo político democrático da instituição, a pessoa nomeada pelo Ministério da Educação para ocupar a Reitoria da universidade foi alguém que não ficou em primeiro lugar na lista tríplice³. Isso rompeu com a história recente de autonomia

3 Em 1982, durante governo ditatorial de João Figueiredo, foi empossada a sexta colocada na lista: Maria do Rosário Cassimiro (1982-1986), primeira mulher a ocupar o cargo de Reitora em uma universidade federal. O primeiro colocado nessas eleições, Ary Monteiro do Espírito Santo, acabou sendo, mais uma vez, o mais votado para esse cargo e tomou posse para o mandato de quatro anos em 1994.

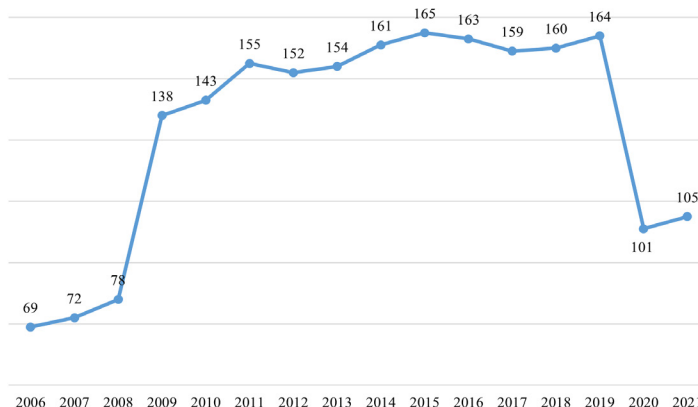
da UFG e desrespeitou seu processo democrático interno. O ataque à autonomia e à democracia universitária, apesar de traumático, só não desestruturou a gestão da instituição e seu ambiente acadêmico devido a fatos que revelam a maturidade e a coesão institucional.

Primeiramente, diante do padrão estabelecido da gestão federal (2019–2022) de ataque à autonomia do sistema federal de ensino, com a não nomeação dos mais votados pelas comunidades acadêmicas, o colegiado máximo da Universidade elegeu uma lista tríplice com mais duas docentes integrantes do projeto vencedor da consulta organizada pelas entidades representativas das categorias universitárias. Não menos importantes foram os gestos do reitor Edward Madureira Brasil, da reitora eleita, professora Sandramara Matias Chaves, e do vice-reitor eleito, professor Jesiel Carvalho, de apoio à posse da terceira colocada na lista Angelita Pereira de Lima. O aceite da professora Angelita, em tomar posse e assumir a condução do projeto eleito, impediu que o governo federal de então, que aguardava a recusa, nomeasse um inventor *pro tempore* alinhado à sua ideologia anti-humanista e negacionista.

Mesmo com as limitações orçamentárias e financeiras impostas no último quadriênio, pode-se perceber, na UFG, uma evolução do número de cursos e de estudantes de graduação e do número de cursos de pós-graduação, levando-se em consideração que os valores referentes aos anos mais recentes foram impactados pelo desmembramento das duas novas universidades: Universidade Federal de Catalão e Universidade Federal de Jataí.

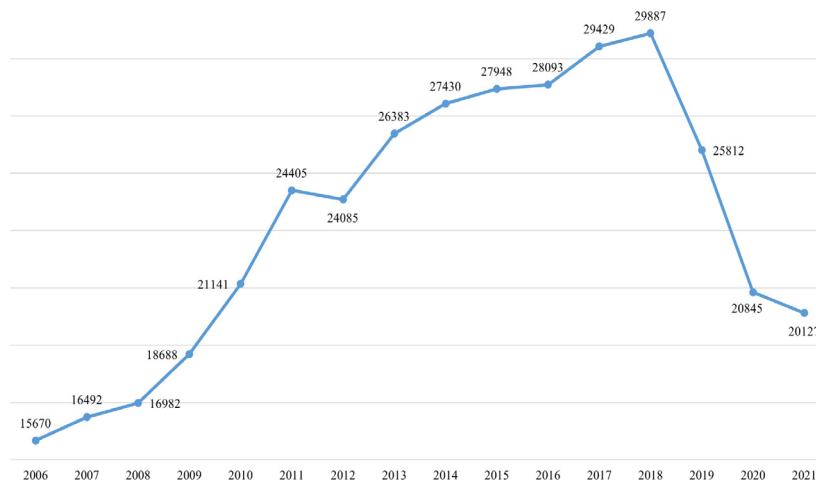
SUMÁRIO

Gráfico 1 – Evolução do número de cursos de graduação na Universidade Federal de Goiás (UFG), 2006-2021⁴



Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 2 – Total de estudantes de graduação por ano na Universidade Federal de Goiás (UFG), 2006-2021⁵

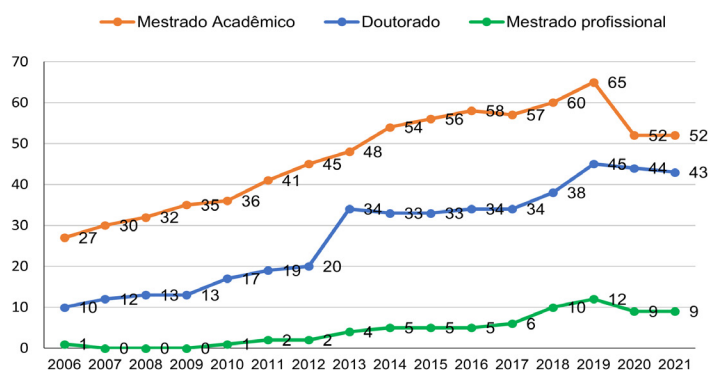


Fonte: Elaborado pelos autores.

- 4 Em 2020, ocorreu a separação das Regionais Catalão e Jataí. Contudo, em 2021 já foram criados mais 04 cursos novos na UFG.
- 5 Em 2020, ocorreu a separação das Regionais Catalão e Jataí. Em 2020 e 2021, o número de matrículas caiu em função da pandemia do Covid-19.

No ano de 2015, havia 5 mestrados profissionais, 56 mestrados acadêmicos e 33 cursos de doutorado. Em 2021, aproximadamente 8.000 alunos estiveram vinculados ao Sistema de Pós-graduação da UFG, distribuídos em 59 cursos de mestrado, 42 cursos de doutorado, 76 turmas de especialização (vinculadas a 53 cursos), 34 especialidades da residência médica, 5 Programas da Residência Multiprofissional em Área de Saúde do Hospital das Clínicas e 8 Programas da Residência Profissional em Área de Saúde do Hospital Veterinário e 1 Programa de Residência Profissional Agrícola. O Gráfico 3 apresenta a evolução do número de cursos de mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado na UFG.

Gráfico 3 – Evolução do número de cursos de pós-graduação por ano na Universidade Federal de Goiás (UFG), 2006-2021⁶



Fonte: Elaborado pelos autores.

Esses últimos dados – do crescimento da pós-graduação na UFG – são muito importantes para os fins de nosso trabalho, acha vista que até o ano de 2019 houve, desde que controlado pela saída dos programas da UFCat e UFJ, um crescente aumento no número de programas e, em muitos casos, expansão do número de vagas de entradas dos PPGs existentes até 2015 (data final de nosso levantamento).

A seguir, negrita-se a história de institucionalização e reconhecimento do campo de estudos em Direitos Humanos na UFG. Todo esse processo pode ser sintetizado pela criação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos (NDH) e do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos (PPGIDH). Com essa nomenclatura, essa estrutura existe formalmente desde abril de 2010, após a aprovação de seu regimento pela Câmara de Pesquisa e Pós-graduação da UFG. Contudo, a história de sua criação decorre do reconhecimento de um trabalho anterior a esse período, desenvolvido por servidores de diferentes áreas de conhecimento.

DA INVISIBILIDADE INSTITUCIONAL À CRIAÇÃO DO NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS E PESQUISAS EM DIREITOS HUMANOS (NDH)

Em 10 de dezembro de 1999, no Auditório do Antigo Prédio da Reitoria (ICB IV), a UFG, por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), com o lançamento de seu PROGRAMA DE DIREITOS HUMANOS (PDH/UFG), passava a integrar de forma interdisciplinar e interunidades o trabalho de técnico-administrativos, estudantes e docentes.

Ato contínuo, em janeiro de 2000, foi constituída formalmente o Grupo de Trabalho constituído pela Câmara de Extensão, via uma Portaria da PROEC, formando a primeira coordenação do PDH/UFG. A comissão foi composta por representantes das seguintes unidades e órgãos da UFG: Museu Antropológico (MA), Faculdade de Direito (FD), Rádio Universitária (RU), Faculdade de Medicina (FM), Instituto

de Patologia Tropical e Saúde Pública (IPTSP) e Núcleo de Estudos da Criança e ao Adolescente (NECASA).

De 2000 a 2009, para além da representação institucional, o PDH/UFG passou a contar com a participação de integrantes da comunidade da UFG que tinham trabalhos de ensino, extensão e pesquisa no campo dos direitos humanos, assim representações do Instituto de Estudos Socioambientais/UFG, dos Campi Cidade de Goiás, Catalão e Jataí, do Núcleo de Estudos Africanos e Afrodescendentes (NEAAD/UFG) e do Núcleo do PDH/UFG.

Aqui vale ressaltar o papel do PDH/UFG na nucleação de outros grupos pesquisa do campo dos Direitos Humanos, no interior da UFG. Um exemplo importante a constituição do SER-TÃO/UFG, que teve sua origem em iniciativas de pesquisadores a partir do PDH/UFG, começadas em 2005. Neste ano, o PDH/UFG foi reconhecido nacionalmente pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República como Núcleo de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual no âmbito do “Programa Brasil Sem Homofobia” criado em 2004.

Esse reconhecimento laureava e reconhecia o pioneirismo do Programa de Direitos Humanos/UFG, no contexto das universidades brasileiras, que desde a sua fundação, em 1999, desenvolvia atividades de formação no campo da diversidade sexual e de gênero. Assim, no início de 2006, com a execução dos projetos formalizados pelo PDH/UFG com o “Programa Brasil Sem Homofobia”, para a construção dos cursos de formação pactuados, foi constituído, no interior do PDH/UFG, um Grupo de Estudo em Gênero e Diversidade Sexual com a participação fundamental dos integrantes de dois grupos importantíssimos: o NAJUP – Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular e o “Colcha de Retalhos – A UFG Saindo do Armário”⁷. Todo esse processo deu origem, no final de 2006,

a SER-TÃO, esse importante núcleo de pesquisa, estudos e extensão, hoje vinculado à Faculdade de Ciências Sociais/UFG, com autonomia, identidade própria e reconhecimento nacional.

Dessa forma, a criação do PDH/UFG possibilitou articular, internamente, as atividades que os pesquisadores vinham desenvolvendo, isoladamente, em suas unidades/órgãos no campo dos Direitos Humanos (estudos, pesquisas, formação, ações de apoio e assessoria, participação em conselhos, programas radiofônicos, publicações). E, externamente, visou articular atores sociais apontados como vetores fundamentais para a busca de soluções dos problemas relacionados à questão dos direitos humanos no Brasil: a comunidade acadêmica, a sociedade civil organizada e os gestores públicos.

Ao mesmo tempo em que se procurava, no âmbito externo, responder às demandas da sociedade, com vistas ao planejamento e desenvolvimento de ações conjuntas na área de formação e capacitação em direitos humanos, no âmbito interno, procurava-se dar sistematicidade às diferentes ações de seu corpo acadêmico (docente, discente e técnico) comprometidas com a implementação de uma cultura acadêmica interdisciplinar e cidadã centrada na interdependência entre problematização (estudos e pesquisa), ações de defesa (extensão e ensino) e na promoção (ensino e extensão) dos direitos humanos.

Ao completar 10 anos de atividades acadêmicas (2009), o Programa de Direitos Humanos (PDH) da Universidade Federal de Goiás, diante da grande demanda de pesquisas e cursos de pós-graduação, particularmente visando a docência, buscou redefinir seu perfil e sua atuação, a fim de melhor subsidiar suas atividades relacionadas às diversas questões que envolvem o reconhecimento, a garantia e a educação em e para os direitos humanos no Brasil. Respondendo, portanto, a um crescimento natural do trabalho desenvolvido, o PDH reformulou seu regulamento e apresentou

SUMÁRIO

à Câmara de Pesquisa e Pós-graduação (CPPG) a proposta de consolidar-se em Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos.

Com isso, além do reconhecimento institucional de suas ações de extensão universitária em Direitos Humanos, buscava-se ampliar essa institucionalidade com reconhecimento de suas atividades em pesquisa e ensino. A acolhida que a UFG, via a CPPG, concedeu à proposta do PDH, votando favoravelmente à demanda de sua institucionalização também como Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos, denota a seriedade e a importância que o trabalho em Direitos Humanos encontra nesta Universidade.

Até o final de 2010, reunia mais de 30 professores e alunos em diversos grupos de trabalho autônomos e integrados: GED (grupo de estudos da democracia); Rede goiana de pesquisa em diversidade, direitos humanos e cidadania; Rede goiana de pesquisa em violência urbana; Rede goiana de pesquisa em direitos humanos e violência criminalizada; Rede Ensino UAB/UFG. Cada um destes grupos realizou, ao longo do período, uma série de atividades que colocaram o NDH/UFG em relação direta com: a UNESCO/Brasil; a Rede de Educação em Direitos Humanos (REDH/BRASIL); a Secretaria de Especial dos Direitos Humanos (SEDH/PR); o Movimento Nacional de Direitos Humanos/MNDH; a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC); a Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC); a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (UAB/CAPES); a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP/MJ); a Regional Centro-Oeste do MNDH; SSP-GO; o Programa de Direitos Humanos da Universidade Católica de Goiás (PDH/UCG); o IBRACE; a Secretaria Municipal de Educação; a Assessoria Especial de Direitos Humanos da Prefeitura de Goiânia; Fundação Rádio e Televisão Educativa/UFG (Fundação RTVE/UFG); a Televisão Brasil Central (TBC – Cultura canal 13).

SUMÁRIO

Nesse período, a Universidade Federal de Goiás acumulou, via o PDH/UFG, uma significativa experiência de ensino, pesquisa e extensão em direitos humanos em todas as principais áreas de atuação previstas pelos Planos Nacionais de Direitos Humanos (PNDH I, II e III) e pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). Com a criação do seu Núcleo Interdisciplinar de Ensino e Pesquisa em Direitos Humanos, o desafio é dar um salto em direção a pesquisa e a pós-graduação *stricto sensu* em Direitos Humanos. Assim, em 2011, o NDH/UFG teve a sua proposta de mestrado aprovado pela CAPES e, em 2018, teve o nível de doutorado.

Por fim, cabe aqui, nessa pequena síntese, destacar que a UFG, por meio da iniciativa do Núcleo Interdisciplinar em Direitos Humanos e do Campus Catalão, ofertou na última década importantes cursos de pós-graduação *lato sensu* específicos em direitos humanos e certificou mais de mil especialistas nesta área do conhecimento. Apresentamos a seguir um quadro com informações detalhadas sobre os cursos ofertados.

SUMÁRIO

Quadro 2 – Cursos de especialização em direitos humanos ofertados pela UFG (2009-2018)

Especializações	Ano	Objetivos do curso	Formados
Educação para a Diversidade, Direitos Humanos e Cidadania (parceria: SECADI; CAPES)	Entre 2010 e 2013	- Formar e instrumentalizar educadores nas áreas de Educação para a Diversidade e Direitos Humanos enfatizando a capacidade de ação reflexiva e práxis transformadora; - Habilitar os seus participantes a propor e desenvolver estudos, pesquisas e ações que busquem efetivamente abordar, nas suas práticas e intervenções educacionais, a diversidade sociocultural brasileira, bem como, a indissociabilidade e interdependência entre os direitos políticos, civis, sociais, econômicos, culturais e ambientais; - Produzir material didático-pedagógico e de divulgação que possibilite a replicação dos conteúdos e a multiplicação de sua ação formadora na área da Educação para a Diversidade e Direitos Humanos, fortalecendo inclusive a Rede de Educação para a Diversidade; - Propiciar o intercâmbio e a troca de experiências interinstitucionais e entre pesquisadores; - Propiciar o aprimoramento técnico e analítico dos discentes para a avaliação de políticas públicas nas áreas relacionadas à garantia de direitos humanos, respeito à diversidade e construção da cidadania; - Fertilizar uma prática profissional (de agentes do sistema educacional) afinada de forma reflexiva com os preceitos, conceitos e ditames mais atuais no campo dos direitos humanos e garantias democráticas; - Capacitar e instrumentalizar o discente em métodos de pesquisa, avaliação e proposição de ações políticas nas áreas de Educação para a Diversidade, Direitos Humanos e Cidadania, tendo como referência a implementação da Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 que estabelece diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos; - Aprofundar a discussão sobre as relações entre diversas modalidades de violência contemporânea e a questão da diversidade cultural; - Produzir material de referência, bibliográfico e audiovisual, com vistas a: 1) subsidiar outros trabalhos de formação em Educação para a Diversidade, bem como fortalecer a Rede de Educação para a Diversidade, disponibilizando esses materiais. 2) disponibilizar aos participantes, instrumentos de apoio a ações de multiplicação e replicação dos conteúdos do curso.	474

Especializações	Ano	Objetivos do curso	Formados
Interdisciplinar em Patrimônio, Direitos Culturais e Cidadania	Entre 2014 e 2018	– Formar e instrumentalizar os(as) professores(as) da rede pública e privada de ensino, educadores(as) e outros profissionais que desenvolvem ações educativas e/ou culturais em instituições culturais em métodos de pesquisa, avaliação e proposição de ações pedagógicas e políticas nas áreas de Educação Patrimonial, Preservação, Direitos Culturais, e Cidadania, tendo como referência as rediscussões e a sistematização das diretrizes previstas no Plano Nacional de Cultura (PNC) e no PNEDH; – Formar e instrumentalizar professores(as) do ensino básico da rede pública e privada de ensino, educadores(as) e agentes culturais que atuam na área de Patrimônio Cultural e Direitos Culturais, enfatizando a capacidade de ação reflexiva e práxis transformadora; – Produzir material didático-pedagógico e de divulgação que possibilite a replicação dos conteúdos nas salas de aula e a multiplicação de sua ação formadora, por meio do ensino informal, nas áreas de Patrimônio e Direitos Culturais, fortalecendo inclusive o debate sobre políticas culturais; – Habilitar os seus participantes a propor e desenvolver estudos, pesquisas e ações que busquem efetivamente abordar, em suas práticas docentes e intervenções culturais, a diversidade sociocultural brasileira, bem como a indissociabilidade e a interdependência entre os direitos culturais, políticos, civis, sociais, econômicos e ambientais; – Propiciar o intercâmbio e a troca de experiências interinstitucionais entre professores(as), pesquisadores interessados nas discussões relativas ao Patrimônio e Direitos Culturais; – Propiciar o aprimoramento técnico e analítico dos profissionais da educação e da cultura para a avaliação de políticas públicas nas áreas relacionadas ao patrimônio, memória, garantia de direitos humanos, respeito à diversidade e construção da cidadania; – Fertilizar uma prática profissional (de docentes e agentes do sistema cultural) afinada, de forma reflexiva, com os preceitos, conceitos e ditames mais atuais no campo dos direitos culturais e garantias democráticas.	191

SUMÁRIO

Especializações	Ano	Objetivos do curso	Formados
Direitos Humanos, Democracia e Cultura	Entre 2017 e 2019	– Qualificar profissionais das condições de existência dos direitos humanos, de sua exigência teórica e de suas implicações político-institucionais; – Formação avançada em direitos humanos a partir da discussão de temas com abordagem histórica, cultural, política, filosófica e jurídica. Estabelecer condições teóricas para a elaboração de quadro formativo dos direitos humanos a partir da formação histórica, da complexidade dos valores políticos envolvidos, das condições de formação do imaginário coletivo nacional, dos elementos culturais globais e particulares que influem nesse imaginário, da crítica cultural, da formação e deficiências institucionais, da avaliação e das perspectivas das políticas públicas que influenciam no desenvolvimento das ações em direitos humanos; – Confrontar a formação política moderna e seu desenvolvimento histórico-conceitual com a complexidade necessária à avaliação crítica da atual crise institucional-cultural e seu impacto para os direitos e garantias individuais e coletivas. Proporcionar condições de avaliação crítica do atual momento político-cultural e situar prospectivamente a reflexão e ação em direitos humanos; – Auxiliar na elaboração de projetos de pesquisa em direitos humanos em nível de <i>stricto sensu</i>.	62
Direitos Humanos da Criança e do Adolescente (Campus Calatão)	2014	– Formação continuada de profissionais interessados em aprofundar seus conhecimentos e competência para atuarem em diferentes campos, com foco junto aos temas referentes aos direitos humanos da criança e adolescente; – Contribuir para a promoção da inclusão digital através de conteúdos que tratam da promoção e defesa dos direitos humanos da criança e adolescente; – Qualificar agentes sociais para atuarem na promoção e defesa dos direitos humanos da criança e adolescente, compreendendo e posicionando-se ciente das transformações políticas, econômicas e socioculturais; – Discutir o processo de constituição e articulação da rede de proteção e defesa dos direitos humanos a criança e adolescente; – Fomentar o desenvolvimento de conhecimentos científicos.	181

SUMÁRIO

Especializações	Ano	Objetivos do curso	Formados
Ensino Interdisciplinar sobre a Infância e Direitos Humanos (Campus Calatão)	2017	– Formação continuada de profissionais graduados interessados em aprofundar seus conhecimentos e competências para atuarem em diferentes campos, com foco junto aos temas referentes aos direitos humanos da criança e adolescência; – Contribuir para a inclusão digital; – Discutir o processo de constituição e articulação da rede de proteção e defesa dos direitos da criança e adolescente; – Fomentar o desenvolvimento de conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais por meio de estudos e pesquisas.	127

Fonte: Medrado (2021).

A oferta destes cursos atendeu à finalidade de educação continuada complementar à formação acadêmica desses profissionais e desenvolver capacidade de análise e de crítica deles.

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* apresentados acima, de uma forma geral, buscaram habilitar seus egressos a proporem e desenvolverem estudos, pesquisas e ações que busquem efetivamente abordar, em suas práticas e intervenções profissionais, a diversidade sociocultural brasileira, a indissociabilidade e interdependência dos direitos humanos, a educação patrimonial, os direitos culturais e as políticas públicas que influenciam no desenvolvimento das ações em direitos humanos. Esta formação fomentou o desenvolvimento de conhecimentos científicos na área dos direitos humanos e contribuiu de forma significativa na produção acadêmica da UFG, objeto desta pesquisa. A partir de tal processo de acúmulo, em 2012, foi aprovado, pela CAPES, o APCN do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos (PPGIDH/NDH/PRPG).

O programa de extensão em Direitos Humanos foi a primeira estrutura institucional que visava integrar, de forma interdisciplinar e interunidades, o trabalho de técnico-administrativos, docentes e discentes da UFG. No caso, articulando as atividades entre

SUMÁRIO

pesquisadores e extensionistas em Direitos Humanos que já vinham desenvolvendo isoladamente em suas unidades/órgãos (estudos, pesquisas, formação, ações de apoio e assessoria, participação em conselhos, programas radiofônicos, publicações). E, ao mesmo tempo, articulando a comunidade acadêmica, a sociedade civil organizada e os gestores públicos.

Dessa forma, procurava-se, ao mesmo tempo, responder às demandas da sociedade, com vistas ao planejamento e desenvolvimento de ações conjuntas na área de formação e capacitação em direitos humanos, bem como dar sistematicidade às diferentes ações do corpo acadêmico da UFG comprometidas com a implementação de uma cultura cidadã, centrada na defesa e na proteção dos direitos humanos.

Muitas atividades podem ser destacadas em todo esse período de atuação da UFG na área de Direitos Humanos, por meio, inicialmente, de um programa de extensão (PDH) que se ampliou para um núcleo de estudos e pesquisas (NDH) e que conquistou, também, a criação de um programa de pós-graduação (PPGIDH), fortalecendo cada vez mais seu caráter interdisciplinar. Seja no âmbito do Ensino, da Extensão, da Pesquisa ou das Publicações, o NDH sempre atuou e atua na perspectiva de interação entre as unidades internas da UFG, as instituições externas de defesa dos Direitos Humanos e a sociedade.

O Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos (NDH/UFG), diante dessa trajetória com caráter didático-pedagógico, cultural, artístico, tecnológico e de interação com a sociedade e, por sua configuração interdisciplinar, foi elevado à categoria de um Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa, Ensino e Extensão (NIPEE). E hoje é o primeiro NIPEE com um programa de pós-graduação *stricto sensu* diretamente vinculado.

SUMÁRIO

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de. Uma instituição de ensino superior pioneira no Centro-Oeste: aspectos históricos da criação da UFG. **Comunicações do III Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas**, ano 2, n. 1, mar. 1996, p. 297-307.

ARAÚJO, José Cruciano de. A extensão e a ação cultural na UFG. **Revista UFG**, Goiânia, v. 2, n. 1, 2017, p. 32-34.

BRASIL. **Lei nº 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960**. Cria a Universidade Federal de Goiás, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1960.

CHAVES, Davillas Newton de Oliveira. **A História da UFG: região e modernidade**. 2011. 213 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

DOURADO, Luiz Fernandes. Expansão e Interiorização da Universidade Federal de Goiás nos anos 80: a parceria com o poder público municipal. *In*: IV Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade, Educação, 1997, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: Unicamp, 1997. p. 539-550.

MEDRADO, Aline Santos Leite. **Direitos Humanos na produção acadêmica da pós-graduação da Universidade Federal de Goiás**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

OLIVEIRA, Osmar Gonçalves de *et al.* Política pública educacional: a implantação e a implementação do programa Reuni em 2008 na UFG. **Perspectivas em Políticas Públicas**, 2019, p. 211-239.

UFG. Trabalho coletivo em prol da Universidade Pública 1990-2005. **Revista Afirmativa**. Goiânia: UFG. 2009.

SUMÁRIO

2

*Guilherme Borges Silva
Maria Marta da Silva Lopes
Ricardo Barbosa de Lima
Vilma de Fátima Machado
Wilquerson Felizardo Sandes*

HISTÓRIA E ESTRUTURA BÁSICA DOS PPGS QUE CONTRIBUÍRAM PARA O DEBATE EM DH E EDH NA UFG

Busca-se neste capítulo apresentar de forma breve a história dos Programas de Pós-graduação da Universidade Federal de Goiás que construíram o debate em torno dos temas Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos.

Para tanto, separamos os respectivos programas em três grandes áreas do conhecimento: humanidades, ciências sociais aplicadas e multidisciplinaridade; onze áreas de conhecimento: Educação, Geografia, Sociologia, Antropologia, Ciência Política, História, Filosofia, Comunicação, Direito Agrário, Ciências Ambientais, Direitos Humanos; e quatorze Programas de Pós-graduação em três cidades/regionais diferentes: Goiânia, Jataí e Catalão. Conforme o quadro abaixo, seguem os programas mapeados a partir da grande área do conhecimento e das cidades onde se encontram:

Quadro 1 – PPGs da UFG que contribuíram para o debate em DH e EDH divididos por Grande Área e Cidade

Grande área do conhecimento	Programa de Pós-graduação	Cidade
Humanidades	1. Educação	Goiânia
	2. Educação	Catalão
	3. Geografia	Goiânia
	4. Geografia	Jataí
	5. Geografia	Catalão
	6. Sociologia	Goiânia
	7. Antropologia	Goiânia
	8. Ciência Política	Goiânia
	9. História	Goiânia
	10. Filosofia	Goiânia
Ciências Sociais Aplicadas	11. Comunicação	Goiânia
	12. Direito Agrário	Goiânia
Multidisciplinaridades	13. Ciências Ambientais	Goiânia
	14. Direitos Humanos	Goiânia

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

A seguir, além da estrutura básica (história e linhas) de cada PPG, também se apresentará uma descrição sintética dos números da produção acadêmica, mais especificamente de dissertações e teses, dos Programas de Pós-graduação da Universidade Federal de Goiás que contribuíram com o debate para os DH e EDH. Para tanto, buscou-se realizar uma descrição dos dados gerais e proporcionais a partir da seguinte divisão:

- A produção acadêmica das grandes áreas de conhecimento;
- A produção acadêmica da área de Humanidades, com análise individual dos seguintes PPGs: Educação (Goiânia e Catalão), Geografia (Goiânia, Jataí e Catalão); Ciências Sociais – Sociologia, Antropologia e Ciência Política – (Goiânia); História (Goiânia); e Filosofia (Goiânia);
- A produção acadêmica da área de Ciências Sociais Aplicadas, com análise individual dos seguintes PPGs: Administração (Goiânia), Comunicação (Goiânia); Direito Agrário (Goiânia); e Projeto e Cidade (Goiânia);
- A produção acadêmica da área de Multidisciplinariidades, com análise individual dos seguintes PPGs: Ciências Ambientais (Goiânia), Direitos Humanos (Goiânia); Ciências Aplicadas à Saúde (Jataí); e Performances Culturais (Goiânia).

SUMÁRIO

Quadro 2 – Produção acadêmica dos PPGs da UFG dividida por Grandes Áreas de Conhecimento

Grande Área de Conhecimento	Humanidades			Ciências sociais aplicadas			Multidisciplinar			Total		
Total Geral	1240			183			132			1555		
Campo Temático	Outros	DH	EDH	Outros	DH	EDH	Outros	DH	EDH	Outros	DH	EDH
	1067	156	17	145	37	1	99	31	2	1311	224	20
% Área	86,0	12,6	1,4	79,2	20,2	0,5	75,0	23,5	1,5	84,3	14,4	1,3
	86,0	14,0		79,2	20,8		75,0	25,0		84,3	15,7	
Total	100			100			100			100		

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Seguindo as informações estatísticas apontadas no Quadro 2, tem-se que, de modo geral, a área de conhecimento que contempla os cursos de Humanidades é a área, dentre as analisadas para este estudo, em que está concentrada a maior produção de dissertações e teses da UFG, com 1240 trabalhos, seguida das áreas de Ciências Sociais Aplicadas, com 183, e das Multidisciplinariedades, com 132. Ao todo, somando essas três áreas de conhecimento, são 1555 dissertações e teses.

Quando analisado os números absolutos, a área de Humanidades também é a que centraliza o maior número de estudos com temas relacionados com os DH, 156 trabalhos, e EDH, com 17 trabalhos. Em seguida, as Ciências Sociais Aplicadas, com 37 dissertações ou teses relacionadas com DH e 1 com EDH. Por fim, os números apresentados na tabela apontam ainda que os cursos que estão localizados dentro da área de Multidisciplinariedade têm 31 dissertações e teses relacionadas com temáticas que envolvem os DH, e 2 em EDH.

Apesar da maior concentração geral de dissertações e teses na área das Humanidades e também em números absolutos de temáticas relacionadas com os DH e EDH, quando se analisa a proporcionalidade das dissertações e teses dessas diferentes áreas, essa ordenação não se repete. Afinal, seguindo as informações estatísticas, 25% dos trabalhos desenvolvidos na área de Multidisciplinariedade dialogam com temas que versam sobre os DH e EDH, enquanto nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Humanidades são, respectivamente, 20,8% e 14%.

SUMÁRIO

PPGS DA ÁREA DE HUMANIDADES

Dentro da área de humanidades investigada para este estudo, estão inseridos os PPGs de Educação (Goiânia e Catalão), Geografia (Goiânia, Jataí e Catalão), Ciências Sociais – Sociologia (Goiânia), Antropologia (Goiânia) e Ciência Política (Goiânia) –, História (Goiânia) e Filosofia (Goiânia).

Quadro 3 – Produção acadêmica na área de Humanidades dos PPGs da UFG

Área do PPG	DH	EDH	Outros	Total
Educação	28	13	248	289
%	9,7%	4,5%	85,8%	100,0%
Geografia	39	2	371	412
%	9,5%	0,5%	90,0%	100,0%
Ciências Sociais	57	1	135	193
%	29,5%	0,5%	69,9%	100,0%
História	26	0	246	272
%	9,6%	0,0%	90,4%	100,0%
Filosofia	6	1	67	74
%	8,1%	1,4%	90,1%	100,0%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

De acordo com o Quadro 3, a Geografia, que possui três PPGs, foi, dentre todas as áreas que compõe as Humanidades, o curso que apresentou o maior número absoluto de dissertações e teses, chegando a um total de 412 trabalhos, seguido pela Educação (289), História (272), Ciências Sociais (193) e Filosofia (74).

Quando analisado os dados relativos dos cursos que produziram a maior quantidade de dissertações e teses com temáticas que contribuíram com o debate para os DH e EDH, os PPGs das Ciências Sociais – Sociologia, Antropologia e Ciência Política – posicionam-se à frente, com um total de 58 trabalhos, sendo 57 categorizados como DH, e 1 como EDH. Em seguida, vem os PPGs em Geografia, com 39 em DH e 2 em EDH, em Educação, com 28 em DH e 13 em EDH, em História, 26 em DH e 0 em EDH, e, por fim, em Filosofia, com 6 em DH e 1 em EDH.

Em proporcionalidade, os PPGs em Ciências Sociais também são os que mais produziram dissertações e teses que versaram sobre temáticas relacionadas com os DH e EDH, chegando a 30% de seus estudos. Em seguida, estão os PPGs em Educação (14,2%), Geografia (10%), História (9,6%) e Filosofia (9,5%).

Figura 1 – Nuvem de palavras-chave (Resumos) dos PPGs da área de Humanidades⁸



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

8

A equipe da UFG, antes da decisão de utilizar como padrão o *Software* Iramuteq, já havia gerado as nuvens das palavras-chave apresentadas junto aos Resumos de cada dissertação ou tese. Isso foi feito com a utilização de um soft livre (<https://www.wordclouds.com/>).

Conforme exposto na Figura 1, as palavras-chave de destaque nos trabalhos de dissertações e teses da área de Humanidades que contribuíram com o debate para os DH e EDH são, em ordem de frequência: identidade, movimentos sociais, gênero, educação, mulheres, camponeses, campesinato, cidadania, direitos humanos, território, entre outros. Esses temas serão apresentados de forma mais detalhada a seguir, na análise qualitativa realizada sobre a produção acadêmica de cada PPG da área de Humanidades da UFG.

PPGS EM EDUCAÇÃO

Quadro 4 – Produção Acadêmica dos PPGs em Educação da UFG

PPGs em Educação	DH	EDH	Outros	Total
PPGE – Goiânia	21	13	213	247
% do PPG	8,5%	5,3%	86,2%	100,0%
PPGEDUC – Catalão	7	0	35	42
% do PPG	16,7%	0,0%	83,3%	100,0%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

De acordo com o Quadro 04, os PPGs em Educação – Goiânia e Catalão – totalizam 289 trabalhos de dissertações e teses. Desses, 28 tratam de temas relacionados com os DH e outros 13 com temáticas que perpassam discussões sobre EDH.

Ao analisar especificamente a produção de cada PPG em Educação da UFG, tem-se como resultado absoluto o número de 247 dissertações e teses no programa de Goiânia, e 42 no de Catalão. Já no que diz respeito à produção de cada PPG em Educação em relação ao desenvolvimento de estudos que tiveram como centralidade temas que contribuíram com o debate em DH e EDH, verifica-se que:

- Dos 247 estudos apresentados no PPGE, 21 abordam questões que versam sobre DH, representando 8,5% dos trabalhos produzidos pelo programa, e 13 a respeito de EDH, o que corresponde a 5,3% das dissertações e teses do programa. O restante, 86,2% (213 estudos), tratou de temáticas que não dizem respeito sobre os DH e EDH;
- Dos 42 estudos apresentados no PPGEDUC, 7 abordam questões que versam sobre DH, representando 16,7% dos trabalhos produzidos pelo programa, e não houve trabalhos que tivessem a EDH como tema central do estudo. O restante, 83,3% (35 estudos), trataram de temáticas que não dizem respeito sobre os DH e EDH.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – GOIÂNIA (PPGE/UFG)

O Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFG), localizado na Faculdade de Educação, no Setor Leste Universitário, em Goiânia, é pioneiro da área tanto no estado de Goiás, em relação ao mestrado, quanto na Região Centro-Oeste, em referência ao doutorado. A primeira turma de mestrado foi iniciada no ano de 1986, e a de doutorado em 2001.

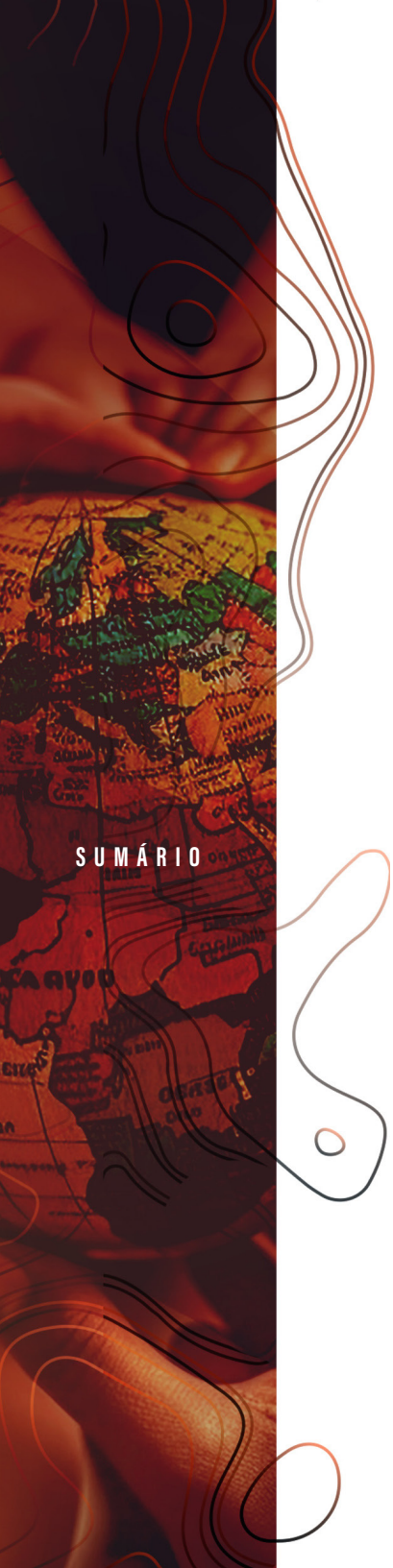
O PPGE, tem por princípio, a promoção da produção de conhecimentos socialmente relevantes, visando o avanço dos processos político-pedagógicos no campo da educação, por meio de uma experiência formativa com vistas à reflexão e à investigação, o que implica sólida formação de base epistemológica e teórica e, intrinsecamente, política, valorativa e ética. Além do mais, diante do fato de ser um programa pioneiro e referência para a Região Centro-Oeste, o PPGE tem buscado, através de suas linhas de pesquisa,

dedicar-se às particularidades regionais e locais do contexto educacional e, ao mesmo tempo, ocupa-se de questões relacionadas ao campo da educação em âmbito nacional e internacional, tornando-os objetos de estudo e referência para formação de profissionais na área educacional.

Vale destacar que o PPGE foi pontuado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), desde o início do processo avaliativo, com a nota 5, ratificada no último quadriênio (2013–2016). Essa avaliação, por sua vez, confirma o alto nível de funcionamento e desempenho do programa.

O PPGE se organiza por intermédio de cinco Linhas de Pesquisa (LP), nas quais se articulam disciplinas, projetos de pesquisa, seminários, atividades complementares, produção intelectual e demais atividades do Programa, incluindo os Núcleos de Pesquisa existentes na Faculdade de Educação. As linhas de pesquisas são:

- *Trabalho, Educação e Movimentos Sociais:* essa linha de pesquisa tem por interesse estudar as complexas mediações que o trabalho, como denominador comum das sociedades humanas, estabelece com os movimentos sociais e com a educação, em sentido amplo. Com essa premissa, os estudos e pesquisas realizados na linha compreendem um amplo e diverso conjunto de temas, tais como a educação escolar e suas mediações com o mundo do trabalho, a educação de jovens e adultos, os saberes dos trabalhadores, as políticas educacionais e suas interfaces com distintos projetos de formação do trabalhador, os processos educativos no seio de instituições e na própria prática social (sindicatos, trabalho associado, movimentos de trabalhadores rurais e urbanos, movimento ambientalista, desenvolvimento sustentável e educação etc.). Essa linha de pesquisa tem a participação de 6 docentes;



SUMÁRIO

- *Estado, Políticas e História da Educação:* essa linha de pesquisa tem por interesse estudar o Estado, as transformações decorrentes de suas ações na formulação e materialização de políticas sociais, particularmente das políticas educacionais. Analisa também, no campo da história da educação, a trajetória das instituições educativas, a memória e as representações sociais ligadas a essas instituições. Destacam-se, nestas análises, seus elementos constitutivos, desdobramentos em sua formulação e os processos delas decorrentes. Essa linha de pesquisa tem a participação de 10 docentes;
- *Cultura e Processos Educacionais:* essa linha de pesquisa tem por interesse estudar a educação na perspectiva de suas estreitas relações com a cultura. Trata os processos educacionais a partir de seus fundamentos teóricos e metodológicos e, ainda, de suas implicações na prática pedagógica, sempre orientando-se pela concepção de que esses processos constituem-se no âmbito da sociedade e da cultura. Partindo da contribuição de diferentes áreas do conhecimento – filosofia, psicologia, sociologia, biologia –, é dedicado especial interesse à compreensão dos processos de constituição, organização e transmissão de conhecimentos e saberes, quer sejam eles mediados pelo processo de escolarização formal ou por outras diversas manifestações da cultura. São eixos que orientam as pesquisas no presente momento: as aproximações entre educação, subjetividade e cultura e a vinculação entre universidade, pensamento e cultura. Essa linha de pesquisa tem a participação de 6 docentes;
- *Formação, Profissionalização Docente e Trabalho Educativo:* essa linha de pesquisa tem por interesse estudar a formação, a profissionalização, o trabalho docente e as práticas educativas nos diversos níveis, etapas e modalidades de ensino e em contextos não escolares. Contempla também a infância e sua educação em diferentes contextos socioculturais,

bem como as diferentes bases e concepções epistemológicas das políticas de formação inicial e continuada de professores e suas relações com o trabalho educativo. Essa linha de pesquisa tem a participação de 5 docentes;

- Fundamentos dos Processos Educativos: essa linha de pesquisa tem por interesse estudar os fundamentos teóricos e epistemológicos do campo da educação. Filosofia, Psicologia e a compreensão da sociedade, da cultura e da educação. Crítica da produção teórica no campo da educação, seus fundamentos e implicações nas ações educacionais. Interrogação do sentido da existência humana, da vida coletiva, das instituições, dos processos educativos e mediações psicossociais de constituição de subjetividade e de individualização, bem como da escola básica e da universidade. Essa linha de pesquisa tem a participação de 7 docentes.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – CATALÃO (PPGEDUC/UFCAT)

O Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEDUC) está localizado na Unidade Acadêmica de Educação de Catalão. O programa iniciou suas atividades no ano de 2011, ainda quando o campus de Catalão era totalmente integrado à Universidade Federal de Goiás e tem estreita relação com o curso de Pedagogia, uma vez que ele subsidia a formação dos licenciados em Letras, História, Geografia, Educação Física, Química, Biologia, Ciências Sociais, Psicologia e Matemática. Apesar da transição de autonomia da Universidade Federal de Catalão, o PPGEDUC ainda se encontra vinculado à UFG.

O PPGEDUC se organiza por intermédio de três Linhas de Pesquisa (LP), nas quais se articulam disciplinas, projetos de pesquisa,

seminários, atividades complementares, produção intelectual e demais atividades do Programa, incluindo os Núcleos de Pesquisa existentes na Faculdade de Educação. As linhas de pesquisas são:

- Políticas Educacionais, História da Educação e Pesquisa (Auto) Biográfica: essa linha de pesquisa tem por interesse estudar a construção de conhecimentos no campo da Educação, compreendidos na interface das dimensões política, histórica e da pesquisa (auto)biográfica. São questões de interesse da linha: pesquisas relativas às políticas para a educação básica e superior, currículo, história das instituições e cultura escolar, bem como a pesquisa (auto)biográfica, compreendendo histórias de vida de professores e alunos em Goiás. Essa linha de pesquisa tem a participação de 5 docentes;
- Práticas Educativas, Formação de Professores e Inclusão: essa linha de pesquisa tem por interesse estudar as práticas educativas, inclusão e formação docente em contextos educacionais. Desenvolve pesquisas especialmente relacionadas a educação especial e inclusão, educação infantil, ensino e aprendizagem, ensino de ciências, educação básica e superior. A educação é compreendida em suas relações com os contextos histórico, social, cultural e político que orienta as concepções, práticas educativas, políticas educacionais e a formação docente. Essa linha de pesquisa tem a participação de 7 docentes;
- Leitura, Educação e Ensino de Língua Materna e Ciências da Natureza: essa linha de pesquisa tem por interesse estudar as práticas e políticas de leitura em contextos escolares e não escolares; ensino de língua materna, ciências da natureza e educação popular, relativas à educação básica e superior, às práticas pedagógicas, formação de professores, currículo e avaliação; alfabetização e letramento (leitura e escrita) sob a perspectiva histórica, sociológica, pedagógica e linguística. Essa linha de pesquisa tem a participação de 6 docentes.

PPGS EM GEOGRAFIA

Quadro 5 – Produção Acadêmica dos PPGs em Geografia da UFG

PPGs em Geografia	DH	EDH	Outros	Total
PPGeo – Goiânia	19	1	234	254
% do PPG	7,5%	0,4%	92,1%	100,0%
PPGEC – Catalão	16	0	81	97
% do PPG	16,5%	0,0%	83,5%	100,0%
PPGGeo – Jataí	4	1	56	61
% do PPG	6,6%	1,6%	91,8%	100,0%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

De acordo com o Quadro 5, os PPGs em Geografia – Goiânia, Catalão e Jataí – somam um total de 412 trabalhos de dissertações e teses. Desses, 39 trataram de temas relacionados com os DH e outros 2 têm temáticas que passam discussões sobre EDH.

Ao analisar especificamente a produção de cada PPG em Geografia da UFG, tem-se como resultado absoluto o número de 254 dissertações e teses no programa de Goiânia, 97 no de Catalão e 61 no de Jataí. Já no que diz respeito à produção de cada PPG em Geografia em relação ao desenvolvimento de estudos que tiveram como centralidade temas que contribuíram com o debate em DH e EDH, verifica-se que:

- Dos 254 estudos apresentados no PPGeo, 19 abordam questões que versam sobre DH, representando 7,5% dos trabalhos produzidos pelo programa, e apenas 1 a respeito de temáticas sobre EDH, o que corresponde a 0,4% das dissertações e teses do programa. O restante, 92,1% (234 estudos), tratou de temáticas que não dizem respeito sobre os DH e EDH;

- Dos 97 estudos apresentados no PPGEC, 16 abordam questões que versam sobre DH, representando 16,5% dos trabalhos produzidos pelo programa, e não houve trabalhos que tivessem a EDH como tema central do estudo. O restante, 83,5% (81 estudos), tratou de temáticas que não dizem respeito sobre os DH e EDH;
- Dos 61 estudos apresentados no PPGeo, 4 abordam questões que versam sobre DH, representando 6,6% dos trabalhos produzidos pelo programa, e apenas 1 a respeito de temáticas sobre EDH, o que corresponde a 1,6% das dissertações e teses do programa. O restante, 91,8% (56 estudos), tratou de temáticas que não dizem respeito aos DH e EDH.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – GOIÂNIA (PPGEO/UFG)

O Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGeo) está localizado no Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), no Campus Samambaia, Goiânia. O curso de mestrado foi criado no ano de 1995 e o de doutorado, por sua vez, em 2007.

O PPGeo tem buscado ampliar a sua inserção na comunidade acadêmica nacional e internacional, por meio da promoção de intercâmbios e da capilaridade da produção técnico-científica do corpo docente e discente. Além disso, a ampliação do espaço físico do IESA foi acompanhada do aumento quantitativo e qualitativo das atividades de ensino, pesquisa e extensão ligadas ao programa, em especial por conta do fortalecimento dos laboratórios e dos espaços de integração/produção acadêmica. Como fruto desse processo que objetivou a adequação estrutural e pessoal em busca da excelência na produção de conhecimento, no ano de 2012, o PPGeo recebeu da Capes o conceito 6 em sua avaliação trienal.

O PPGeo tem como área de concentração Natureza e Produção do Espaço. Esta área de concentração ampara a busca em interpretar, a partir do pensamento geográfico – e de suas ferramentas – as configurações territoriais e socioambientais em diferentes escalas. Considera-se, neste pleito, o papel desempenhado por diferentes atores como os movimentos sociais, políticos e culturais que ocorrem e se desenvolvem no espaço geográfico. Além disso, o objetivo do programa consiste também na atuação de seus membros na pesquisa avançada e no magistério superior; na formação para desenvolver atividades de planejamento territorial e ambiental junto a instituições governamentais e não governamentais; a criação de alternativas que fomentem novos modos de desenvolvimento nacional e regional, baseando-se em visões integradas entre atores, setores, informações e ideias; o desenvolvimento de estudos que contemplem a relação unitária entre a sociedade e a natureza, observando as diferentes escalas e abordagens, primando pelo respeito à pluralidade de perspectivas teórico-metodológicas.

O PPGeo se organiza a partir de três Linhas de Pesquisa (LP), nas quais se articulam disciplinas, projetos de pesquisa, seminários, atividades complementares, produção intelectual e demais atividades do Programa, incluindo os Núcleos de Pesquisa existentes na Faculdade de Educação. As linhas de pesquisas são:

- *Dinâmica Socioespacial:* essa linha de pesquisa tem por interesse estudar o planejamento e a gestão do território, o desenvolvimento socioeconômico, os espaços urbanos e rurais, o turismo e cultura. Ela contempla onze eixos temáticos: Agronegócio, questão agrária, campesinato e disputas territoriais; Espaço, sujeito e existência; Espaços rurais, turismo e cultura; Estudos urbanos (redes urbanas, regiões metropolitanas, ordenamento territorial, municípios, cidades pequenas e médias, distritos e aglomerados); Geografia e literatura, imaginário da cidade e memória urbana; Organização do

SUMÁRIO

espaço: população, indústria e comércio; Políticas públicas, agroecologia, movimentos sociais e desenvolvimento territorial; Produção do espaço urbano e políticas governamentais; Redes técnicas e produção do território; Teoria e metodologia da Geografia e história do pensamento geográfico; Trabalho, meio ambiente e saúde: grandes empreendimentos e efeitos socioespaciais. A Linha de Pesquisa Dinâmica Socioespacial é composta por doze professores permanentes, três professores colaboradores e um professor visitante.

- *Análise Ambiental e Tratamento da Informação Geográfica:* essa linha de pesquisa tem por interesse estudar os impactos e vulnerabilidades ambientais; a cartografia de ambientes; cenários e modelagem ambientais por meio do uso das geotecnologias, a partir de quinze eixos, sendo: Cartografia de paisagens e do turismo; Climatologia e Geografia da saúde; Cobertura e uso da terra: mapeamento, organização e dinâmica territorial; Gênese e evolução das paisagens tropicais; Geodiversidade, geoconservação, Unidades de Conservação e patrimônio geológico; Geomorfologia, Geoecologia e relação solo/paisagem; Geoprocessamento e modelagem de dados espaciais; Geotecnologias voltadas ao monitoramento de impactos ambientais; Hidrossedimentologia, liminologia, recursos hídricos e análise de bacias hidrográficas; Impactos ambientais em paisagens do Cerrado; Mapeamento do uso e cobertura do solo por plataformas aéreas não tripuladas; Monitoramento biofísico ambiental; Mudanças de uso do solo e impactos ambientais; Processo na interface superfície e atmosfera; Variabilidade climática e vulnerabilidade socioeconômica e ambiental. A Linha de Pesquisa Análise Ambiental e Tratamento da Informação Geográfica é composta por doze professores permanentes e um professor colaborador.

SUMÁRIO

- Ensino-Aprendizagem de Geografia: essa linha de pesquisa tem por interesse estudar a produção de conhecimento e análises relacionadas à educação geográfica, com foco no ensino e aprendizagem dos conteúdos de Geografia e temáticas afins, a partir de oito eixos temáticos, sendo: Formação inicial e continuada de Professores em Geografia; Ensino de Geografia e fundamentos teórico-conceituais e epistemológicos; Currículo, Políticas Educacionais, produção de materiais didáticos e práticas docentes; Componentes Físico-naturais no Ensino de Geografia; Ensino de Cidade, cidadania e Geografia; Cartografia Escolar, linguagem e cartografia social; Metodologias e conteúdos de ensino de Geografia; Geografia, práticas educativas e diversidade cultural (estudos étnico-raciais e de gênero). A Linha de Pesquisa Ensino-Aprendizagem de Geografia é composta por oito professores permanentes e um professor colaborador.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – GOIÂNIA (PPGGEO/UFJ)

Entre os anos de 2007/2008, foi criado na UFG, mais especificamente no campus de Jataí, o Programa de Pós-graduação em Educação e Gestão Ambiental em nível de especialização. Esse programa serviu como base para a construção do pedido de um programa de Mestrado em Geografia, aprovado e iniciado em 2009. Já o doutorado do PPGGeo, por sua vez, começou no ano de 2016.

A criação do programa, tanto das turmas de mestrado quanto do doutorado, enquadram-se no contexto de expansão da pós-graduação para as regiões interioranas do país ocorrida a partir da década de 2000. Centrado na área de "Organização do Espaço

nos domínios do Cerrado Brasileiro”, o PPGGeo/Jataí apresenta uma matriz curricular que procura, dentro das suas duas linhas de pesquisa, desenvolver e potencializar as habilidades dos profissionais graduados em Geografia e áreas afins, complementada pelo desenvolvimento de projetos de pesquisa, participação em eventos acadêmico/científicos e ações de extensão.

O PPGGeo se organiza a partir de duas Linhas de Pesquisa (LP), nas quais se articulam disciplinas, projetos de pesquisa, seminários, atividades complementares, produção intelectual e demais atividades do Programa, incluindo os Núcleos de Pesquisa existentes na Faculdade de Educação. As linhas de pesquisas são:

- Análise Ambiental do Cerrado: essa linha de pesquisa tem por interesse estudar as relações de produção em ambientes naturais e antropizados, bem como suas implicações temporais sobre a água, o ar e o solo, apontando soluções tecnológicas que permitam o crescimento com o uso sustentável dos recursos naturais do Cerrado. A Linha de Pesquisa Análise Ambiental do Cerrado é composta por nove professores permanentes e um professor colaborador.
- Organização do Espaço Rural e Urbano do Cerrado: essa linha de pesquisa tem por interesse estudar a dinâmica espacial, a partir dos processos de apropriação dos Cerrados nos seus diferentes processos produtivos, buscando analisar as relações cidade/campo; as conformações territoriais decorrentes das ações dos atores públicos e privados; a inserção regional no processo de produção globalizado e suas contradições na organização socioespacial na escala local/regional. A Linha de Pesquisa Organização do Espaço Rural e Urbano do Cerrado é composta por oito professores permanentes e três professores colaboradores.

SUMÁRIO

Apesar de não ter uma linha específica sobre ensino de Geografia e formação de professores, ambas as linhas contam com docentes que pesquisam a temática. Nesta primeira década de existência, o Programa de Pós-graduação em Geografia, agora como parte da Universidade Federal de Jataí, com o decreto presidencial que emancipou a Regional de Jataí da UFG, em 2019, teve importante participação na qualificação de docentes e pesquisadores de várias Instituições de Ensino Superior, das redes pública e privada de ensino fundamental/médio e de órgãos públicos e privados de planejamento do estado de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Minas Gerais, Distrito Federal e Moçambique. Com a criação do curso de doutorado e a emancipação da Universidade Federal de Jataí, o programa passou ter uma maior visibilidade na região como espaço de pesquisa com temas da realidade local/regional, com temática voltada ao Cerrado e, sem dúvidas, o principal ponto forte é o potencial que o PPGGeo apresenta para qualificação de pesquisadores em uma região ainda carente em programas de pós-graduação.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – CATALÃO (PPGGC/UFCAT)

O Programa de Pós-graduação em Geografia de Catalão (PPGGC) surgiu no ano de 2013. Antes, o PPGGC estava vinculado ao Campus Catalão da UFG (CAC), subordinado às normativas da UFG. Todavia, a partir de 2019, com o decreto presidencial que emancipou a Regional de Catalão da UFG, o PPGGC se tornou parte da Universidade Federal de Catalão (UFCat).

O PPGGC tem por objetivo formar pesquisadores e especialistas para setores em que se desdobram as atividades da Geografia e áreas afins, bem como preparar docentes para o magistério superior.

A área de concentração do PPGGCS busca promover pesquisas e estudos no âmbito da Ciência Geográfica e de áreas afins, bem como suas aplicações, corroborando para aprimorar conhecimentos, melhorar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, capacitar profissionais para atividades de docência em nível superior, médio e/ou fundamental, e diagnosticar situações/problemas, propor medidas mitigadoras decorrentes do processo de uso e ocupação do espaço, com impactos no ordenamento do território.

O PPGGC se organiza a partir de duas Linhas de Pesquisa (LP), nas quais se articulam disciplinas, projetos de pesquisa, seminários, atividades complementares, produção intelectual e demais atividades do Programa, incluindo os Núcleos de Pesquisa existentes na Faculdade de Educação. As linhas de pesquisas são:

- *Estudos Ambientais*: essa linha de pesquisa tem por interesse estudar as diferentes áreas do conhecimento geográfico na perspectiva dos estudos ambientais, nos planejamentos, na dinâmica da natureza, com foco nos estudos das diferentes paisagens, aspectos biogeográficos, as geotecnologias, as políticas ambientais no Brasil e os impactos socioambientais decorrentes, no contexto da Ciência Geográfica e do Ensino da Geografia. A Linha de Pesquisa Estudos Ambientais é composta por seis professores permanentes.
- *Dinâmica dos Espaços Rural e Urbano*: essa linha de pesquisa tem interesse em estudar os aspectos da organização do território Brasileiro, seus planejamentos, suas ruralidades e os processos de urbanização decorrentes, por meio de pesquisas sobre os espaços rural e urbano. Processos históricos e de modernização do território e os impactos socioambientais e culturais decorrentes do uso de diferentes técnicas e tecnologias. Questões socioeconômicas globais e regionais. Movimentos sociais e relação capital/trabalho no contexto da Ciência Geográfica e do Ensino da Geografia. A Linha de Pesquisa Dinâmica dos Espaços Rural e Urbano é composta por oito professores permanentes.

SUMÁRIO

PPGS EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Quadro 6 – Produção Acadêmica dos PPGs em Ciências Sociais da UFG

PPGs em Ciências Sociais	DH	EDH	Outros	Total
PPG – Sociologia	37	1	84	122
% do PPG	30,3%	0,8%	68,9%	100,0%
PPGAS – Antropologia	16	0	35	51
% do PPG	31,4%	0,0%	68,6%	100,0%
PPGCP – Ciência Política	4	0	16	20
% do PPG	20,0%	0,0%	80,0%	100,0%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

De acordo com o Quadro 6, os PPGs em Ciências Sociais – Sociologia, Antropologia e Ciência Política –, todos localizados em Goiânia, somam um total de 193 trabalhos de dissertações e teses. Desses, 57 tratam de temas relacionados com os DH e apenas 1 com temática que perpassa as discussões sobre EDH.

Ao analisar especificamente a produção de cada PPG em Ciências Sociais da UFG, tem-se como resultado absoluto o número de 122 dissertações e teses no programa de Sociologia, 51 no de Antropologia e 20 no de Ciência Política. Já no que diz respeito à produção de cada PPG em Ciências Sociais, em relação ao desenvolvimento de estudos que tiveram como centralidade temas que contribuíram com o debate em DH e EDH, verifica-se que:

- Dos 122 estudos apresentados no PPG, 37 abordam questões que versam sobre DH, representando 30,3% dos trabalhos produzidos pelo programa, e apenas 1 tratou de temáticas sobre EDH, o que corresponde a 0,8% das dissertações e teses do programa. O restante, 68,9% (84 estudos), tratou de temáticas que não dizem respeito sobre os DH e EDH;

- Dos 51 estudos apresentados no PPGAS, 16 abordam questões que versam sobre DH, representando 31,4% dos trabalhos produzidos pelo programa, e não foram encontrados trabalhos que tivessem a EDH como tema central do estudo. O restante, 68,6% (35 estudos), tratou de temáticas que não dizem respeito sobre os DH e EDH;
- Dos 20 estudos apresentados no PPGCP, 4 abordam questões que versam sobre DH, representando 20% dos trabalhos produzidos pelo programa, e não foram encontrados trabalhos que tivessem a EDH como tema central do estudo. O restante, 80% (16 estudos), tratou de temáticas que não dizem respeito sobre os DH e EDH.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA (PPG/UFG)

O Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPG) da Universidade Federal de Goiás (UFG), Regional Goiânia, começou a funcionar em 1999, nível Mestrado, e, posteriormente, no ano de 2010, houve a criação da turma de Doutorado. O PPG vem se consolidando, progressivamente, como uma referência de qualidade na Universidade Federal de Goiás e na Região Centro-Oeste, Região Norte e Triângulo Mineiro, além de receber, por meio do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-graduação (PEC-PG) estudantes do continente africano, sobretudo Moçambique e Angola. Como programa regional, cumpre uma função importante na formação de pesquisadores, pois, segundo números da Capes, apenas 7% dos 54 programas brasileiros de sociologia estão no Centro-Oeste.

O PPG tem por objetivo central a formação qualificada para o exercício das atividades profissionais de ensino e de pesquisa no

campo da Sociologia. Além do mais, busca promover a competência científica em Sociologia, contribuindo para a formação de docentes e pesquisadores que possam: a) identificar e discutir problemas, relacionar conhecimentos e problemas interdisciplinares, desenvolver o espírito de iniciativa, a capacidade de análise e de crítica; b) formular questões originais de pesquisa na área de Sociologia; c) conduzir de forma autônoma investigações de alto nível de complexidade; d) dominar as diversas metodologias do campo científico capacitando-os para análises sofisticadas de dados sociais; e) exercitar atividades docentes na área de Sociologia.

Atualmente, o programa manteve a nota 4 na avaliação trienal de 2010–2012, mas, na avaliação do quadriênio 2013–2016, obteve a nota 3 ao Mestrado e 2 ao doutorado, com o seu consequente descredenciamento. O processo seletivo para a turma de doutorado do ano de 2018 foi cancelado e apenas a turma de mestrado foi matriculada nesse ano. Até 2017, portanto, duas modalidades de curso foram ofertadas no Programa: o Mestrado, cujas atividades se iniciaram em 1999, e o Doutorado, que teve início em 2010.

O PPG tem, a cada ano, buscado implementar ações que visam oferecer aos seus alunos uma formação ampla, atenta aos problemas contemporâneos, capaz de estimular e intensificar o interesse pela pesquisa e o debate intelectual. A participação dos alunos em eventos nacionais e internacionais, bem como a formação parcial no exterior, do tipo mestrado ou doutorado-sanduíche, com ou sem bolsa de apoio, tem proporcionado uma formação mais cosmopolita e aberta a novos campos de investigação. Embora ainda modesta, a internacionalização tem sido uma preocupação cada vez mais crescente no Programa.

O PPG se organiza a partir de 2 Linhas de Pesquisa (LP), nas quais se articulam disciplinas, projetos de pesquisa, seminários, atividades complementares, produção intelectual e demais atividades do Programa, incluindo os Núcleos de Pesquisa existentes na Faculdade de Educação. As linhas de pesquisas são:

SUMÁRIO

- Desigualdades, Diferenças e Violências: essa linha estrutura-se a partir de três eixos temáticos inter-relacionados, que delineiam o campo empírico e o horizonte teórico-metodológico das pesquisas desenvolvidas por professoras(es) e estudantes vinculadas(os) a grupos e núcleos de ensino, extensão e pesquisa específicos. Sendo esses eixos temáticos descritos a seguir: Desigualdades: privilegiam a compreensão e análise dos processos sociais em que diferenças são tratadas como desigualdades, limitando o exercício da cidadania e a garantia dos direitos humanos e/ou criando possibilidades para novos projetos político-sociais, centrados em perspectivas que valorizam a democracia e a justiça social. Aqui são abordadas as distintas formas de construção, incorporação, reprodução e resistência no que tange às desigualdades geradas por eixos de subordinação conformados a partir de diferenças de raça/cor, classe, gênero, sexualidade, geração, etnicidade, escolaridade e outros marcadores, desde uma perspectiva que privilegie seu caráter conceitual interseccional. Diferenças: aqui são acolhidas reflexões teóricas e investigações empíricas sobre diferenças raciais, étnicas, sexuais, de gênero, geracionais, econômicas, geopolíticas etc. Tais estudos, centrados no modo como tais diferenças incidem na produção de práticas discursivas, de repertórios simbólicos e de processos de subjetivação, poderão se dar nos âmbitos da família, dos movimentos sociais, da mídia, do mundo virtual, do legislativo, do judiciário, das políticas públicas, das manifestações artístico-culturais, dentre outros campos. Violências: tem por objeto o conflito e a criminalidade nas sociedades contemporâneas, em suas formulações teóricas e nas diversas manifestações empíricas. O desafio principal é problematizar os conflitos e suas implicações sociais, culturais e políticas, relacionados a demandas de grupos que se encontram na interseccionalidade entre o universal e o particular. Abriga pesquisas relacionadas às formas

SUMÁRIO

de sociabilidade, instituições de controle social, políticas de segurança, criminalidade urbana e impactos do desenvolvimento científico-tecnológico, bem como ao modo como diferenças e desigualdades sociais constituem eixos analíticos relevantes para a análise de formas de violência reproduzidas sobre corpos e sujeitos subalternizados. A Linha de Pesquisa Desigualdades, Diferenças e Violências é composta por sete professores permanentes;

- *Trabalho, Formação e Representações Culturais:* O trabalho, a cultura e a educação constituem temas fundamentais da pesquisa sociológica contemporânea, passando não apenas por suas manifestações concretas, mas também pelas abordagens mais amplas e abstratas em torno de suas constituições simbólicas, do seu poder de resistência e transformação social. Tais perspectivas devem alimentar dois eixos de análises e formulação de projetos para linha, que se propõem correlatos, a saber: Análise das formas históricas e atuais da organização e de regulação do trabalho, as recentes transformações e a subjetividade no mundo do trabalho, incluindo temas como ocupações e profissões; mercado de trabalho, educação e formação; formas de organização e representação política dos trabalhadores; trabalho, gênero e desigualdades. E o segundo eixo temático: Religião e dinâmica social, representações e imaginário, fluxos migratórios, memória social e relações identitárias. A Linha de Pesquisa Trabalho, Formação e Representações Culturais é composta por sete professores permanentes.

SUMÁRIO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA (PPGAS/UFG)

O Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Faculdade de Ciências Sociais (FCS) e da Universidade Federal de Goiás (UFG), criado em 2008, é o primeiro curso de pós-graduação em Antropologia Social do Centro-Oeste, conforme a divisão regional da Capes. Ainda que o curso de Ciências Sociais da UFG exista desde 1964, foi apenas com política de expansão das universidades federais nos últimos anos que permitiu a criação do PPGAS, com ajuda do corpo docente e por meio da realização da 25ª RBA – Reunião Brasileira de Antropologia – em Goiânia em 2006.

A partir de então o Programa de Pós-graduação em Antropologia Social vem se consolidando através de um crescimento orgânico considerado vigoroso. Na primeira avaliação da Capes, depois da sua criação, recebeu nota 3, por ser um curso novo. Na avaliação trienal (2010–2013) alcançou a nota 4 na avaliação da CAPES, habilitando para a abertura do curso de doutorado, criado em 2014.

O objetivo principal do PPGAS é oferecer aos discentes uma sólida formação em Antropologia Social capaz de prover, às(aos) discentes, instrumental teórico-metodológico não apenas para a produção de uma reflexão crítica sobre as particularidades da região Centro-Oeste e Norte, mas também acerca de questões nacionais e internacionais, em suas múltiplas implicações. O PPGAS prepara as(os) alunos(as) para trabalhar em docência, pesquisa e nas áreas emergentes, como demarcação de terras indígenas, quilombolas, e outras demandas surgidas no campo das políticas sociais (educação, saúde, cultura, patrimônio, gênero e sexualidade). O PPGAS também tem como objetivo a produção de conhecimento antropológico acerca de um grande repertório de temas, consolidando-se como centro de referência na produção de conhecimento e formação de recursos humanos na área de Antropologia Social no Centro-Oeste e no Brasil.

SUMÁRIO

O PPGAS se organiza a partir de 4 Linhas de Pesquisa (LP), nas quais se articulam disciplinas, projetos de pesquisa, seminários, atividades complementares, produção intelectual e demais atividades do Programa, incluindo os Núcleos de Pesquisa existentes na Faculdade de Educação. As linhas de pesquisas são:

- *Corpo e Marcadores Sociais da Diferença:* essa linha de pesquisa tem por interesse estudar o corpo; as corporalidades; os saberes, práticas e técnicas de construção e produção corporal; as identidades, diferenças, desigualdades, subjetividades; a saúde e a doença – a partir dos campos de estudos de gênero, sexualidade, raça/cor, idade/geração, classe, entre outros marcadores sociais da diferença e suas intersecções. A Linha de Pesquisa Corpo e Marcadores Sociais da Diferença é composta por oito professores permanentes;
- *Etnografia dos Conhecimentos e Experimentações Etnográficas:* essa linha de pesquisa tem por interesse estudar a prática etnográfica em suas múltiplas abordagens e contempla etnografias das práticas de conhecimento, dos estilos de criatividade, das formas expressivas, das experimentações e teorias etnográficas, da exploração de novas possibilidades temáticas e de linguagens e registros etnográficos. A Linha de Pesquisa Etnografia dos Conhecimentos e Experimentações Etnográficas é composta por dez professores permanentes;
- *Etnografia dos Patrimônios, Memórias, Paisagens e Cultura Material:* essa linha de pesquisa tem por interesse estudar os processos e expressões dos patrimônios culturais; políticas públicas culturais; interfaces conceituais dos patrimônios, narrativas arqueológicas, museus e cultura material; etnografia das memórias e paisagens. A Linha de Pesquisa Etnografia dos Patrimônios, Memórias, Paisagens e Cultura Material é composta por seis professores permanentes;

- *Etnopolíticas, Resistências e Transformações Epistemológicas:* essa linha de pesquisa tem por interesse estudar as transformações políticas e epistemológicas indígenas, negras, quilombolas, camponesas, entre outras; os movimentos de resistência contra os processos de exclusão, lutas pelo território e a construção de políticas de inclusão. A Linha de Pesquisa Etnopolíticas, Resistências e Transformações Epistemológicas é composta por nove professores permanentes.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA (PPGCP/UFG)

O Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás (PPGCP/UFG) foi aprovado pela CAPES no final de 2011 e iniciou suas atividades em março de 2012. A criação do Mestrado no PPGCP resulta de um planejamento da área de Ciência Política da UFG e da expansão do seu corpo docente. A partir de 2014, passaram a fazer parte do programa pesquisadores vinculados ao curso de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Sociais, e da Faculdade de Economia, ambos da UFG.

A criação do PPGCP se ancora em dois eixos principais: o institucional, resultado da evolução das áreas de Ciências Sociais e Relações Internacionais na instituição, e o regional, relacionado à baixa oferta de programas na Região Centro-Oeste e à crescente demanda por formação mais qualificada. O Programa tem por objetivos primordiais: a promoção uma sólida formação de recursos humanos e a geração de pesquisa científica qualificada em Ciência Política e Relações Internacionais, com vistas a contribuir para o desenvolvimento nacional, com ênfase na Região Centro-Oeste. O PPGCP, que possui conceito 3 na avaliação da Capes, estrutura-se em duas áreas de concentração: Estudos Políticos Contemporâneos e Política Internacional.

O PPGCP se organiza a partir de 4 Linhas de Pesquisa (LP), nas quais se articulam disciplinas, projetos de pesquisa, seminários, atividades complementares, produção intelectual e demais atividades do Programa, incluindo os Núcleos de Pesquisa existentes na Faculdade de Educação. As linhas de pesquisas são:

- *Instituições e Comportamento Político em Perspectiva Comparada:* essa linha de pesquisa tem por interesse estudar os processos eleitorais, os partidos e sistemas partidários, a cultura política, as dimensões de relacionamento entre mídia, opinião pública e eleições, os poderes Legislativo e Executivo nos níveis local, estadual, nacional e regional na América Latina e os regimes políticos, com estudos tanto de caso quanto em perspectiva comparada. A Linha de Pesquisa Instituições e Comportamento Político em Perspectiva Comparada é composta por cinco professores permanentes;
- *Estado e Políticas Públicas:* essa linha de pesquisa tem por interesse estudar a organização institucional e das dinâmicas do Estado e da gestão de políticas públicas. A linha engloba estudos sobre burocracia e capacidades estatais, ciclo de políticas públicas (em específico, as etapas relativas à formulação, implementação e avaliação), políticas sociais, políticas de infraestrutura, federalismo, coordenação intergovernamental, teorias sobre Estado, governo e a relação com a sociedade, dentre outros. É valorizada a diversidade de abordagens teórica e metodológica. A Linha de Pesquisa Estado e Políticas Públicas é composta por dois professores permanentes;
- *Economia Política:* essa linha de pesquisa tem por interesse estudar as relações econômicas de produção e distribuição e suas intersecções com o poder. Pluralismo teórico e metodológico é marca da postura aberta e crítica da linha, que busca desvendar a simbiose Estado-Capital, desmistificando a “neutralidade técnica da ciência”. São temas contemplados:

filosofias sociais dos séculos 19 e 20 e suas conexões com a era da austeridade. Relações entre propriedade pública e privada, conflitos sobre o orçamento público e as funções do Estado. Influência do poder econômico nas decisões políticas e nas reformas estruturais. Formação e disputa da opinião pública em torno da política econômica nacional. A Linha de Pesquisa Economia Política é composta por dois professores permanentes;

- *Política Internacional:* essa linha de pesquisa tem por interesse estudar as forças históricas, políticas e econômicas que configuram as relações internacionais. Dentre seus objetos de interesse estão: teorias de relações internacionais, história das relações internacionais, economia política internacional, direito internacional, segurança e comércio internacional. A Linha de Pesquisa Política Internacional é composta por sete professores permanentes.

PPG EM HISTÓRIA

Quadro 7 – Produção Acadêmica do PPG em História da UFG

PPG em História	DH	EDH	Outros	Total
PPGH - Goiânia	26	0	246	272
% do PPG	9,6%	0,0%	90,4%	100,0%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

De acordo com o Quadro 7, o PPG em História possui um total de 272 trabalhos de dissertações e teses. Desses 272 estudos apresentados no PPGH, 26 abordam questões que versam sobre os DH, representando 9,6% dos trabalhos produzidos, e não foram encontradas pesquisas que tivessem a EDH como tema central do estudo. O restante, 90,4% (246 estudos), tratou de temáticas que não dizem respeito sobre os DH e EDH.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH/UFG)

O Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás é um dos mais antigos do país. Em 1972, com a criação do curso de mestrado, inaugurou a Pós-graduação em História fora da Região Sudeste e no Centro-Oeste brasileiro. A partir de 2003, deu início ao seu curso de doutorado. Formou mais de 500 mestres e doutores que hoje atuam em inúmeras instituições brasileiras.

O esforço de internacionalização do Programa atesta-se pela intensa circulação de pesquisadores estrangeiros na UFG, pelas inúmeras missões de pesquisa, publicações conjuntas, atividades de ensino e pelos estágios de pós-doutoramento realizados por seus professores no exterior ou por docentes estrangeiros no PPGH. Da mesma forma, o Programa incentiva fortemente os seus estudantes a realizarem estágios no exterior (nas modalidades bolsa-sanduíche e cotutela). Além disso, possui inúmeros acordos de cooperação com Universidades da Alemanha, Argentina, Espanha, França, Itália, México, Peru, Portugal e Uruguai.

O PPGH considera estratégica a sua integração com a graduação, de modo a fortalecer o vínculo entre ensino e pesquisa, além de incentivar a formação de futuros pesquisadores. Os membros do seu corpo docente atuam em cursos de graduação e grande parte orienta projetos de iniciação científica. Em sua última avaliação quadrienal (2013–2016), o PPGH obteve o conceito 5 – “Muito Bom” – do Ministério da Educação por meio da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes).

Seu corpo docente conta com 36 professores, dos quais 5 são pesquisadores do CNPq. O PPGH caracteriza-se por uma concepção aberta da história e das ciências humanas e por um esforço multidisciplinar permanente. Essa característica evidencia-se na

SUMÁRIO

diversidade de áreas de atuação do seu corpo docente e encontra-se institucionalmente inscrita na pluralidade e no dinamismo de seus Laboratórios e Núcleos de Pesquisa.

O PPGH se organiza a partir de 4 Linhas de Pesquisa (LP), nas quais se articulam disciplinas, projetos de pesquisa, seminários, atividades complementares, produção intelectual e demais atividades do Programa, incluindo os Núcleos de Pesquisa existentes na Faculdade de Educação. As linhas de pesquisas são:

- *História, Memória e Imaginários Sociais:* essa linha de pesquisa tem por interesse estudar a elaboração da história como forma de conhecimento e como narrativa. A memória é ordenadora da consciência e matéria-prima da história. Trata-se de problematizar a relação entre memória e história. Essa linha de pesquisa propõe-se a analisar a formação, a difusão e a apropriação de repertórios de imagens e discursos em diferentes espaços e tempos históricos. Os suportes dessas imagens e discursos encontram-se em diversas linguagens: verbal, escrita, gestual, iconográfica e simbólica, definindo as relações étnicas, de gênero e de poder. Memórias e imaginários sociais interligam-se, tendo em vista que ambas configuram representações influentes na definição das identidades sociais. A Linha de Pesquisa História, Memória e Imaginários Sociais é composta por nove professores permanentes.
- *Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História:* essa linha de pesquisa tem por interesse estudar a dimensão cultural da história. Articula elementos culturais, materiais e simbólicos sob os quais uma sociedade ou indivíduo vivem e refletem sobre sua relação com o mundo e com os outros. Busca os significados dados pelos atores em ação, desde uma relação complexa entre evento e estrutura, em que a história é ordenada culturalmente e de diversos modos, uma vez que os significados são reavaliados quando postos em prática.

A interculturalidade considera como as diferentes culturas pensam e concebem suas ações, temporalidades e o outro. Vale-se do dinamismo das culturas e tradições e da aproximação dinâmica dos saberes locais, ressaltando o agency dos grupos subalternos, enfatizando a circularidade cultural, com estudos que admitam conhecimentos complexos e interdisciplinares a partir de pluriepistemologias e múltiplos saberes. Seus campos: estudos de educação histórica e ensino de história em perspectiva intercultural, produção e aprendizado histórico, metodologias de ensino em história da arte e imagem, etnohistórias e identidades, relações étnicoraciais e história ambiental. A Linha de Pesquisa Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História é composta por doze professores permanentes.

- *Ideias, Saberes e Escritas da (e na) História:* essa linha de pesquisa tem por interesse estudar os problemas inerentes aos processos de produção, às formas de apresentação e às funções do conhecimento histórico. Destacam-se os temas de natureza epistemológica, teórico-metodológica e/ou historiográfica, incluindo os debates sobre paradigmas historiográficos, filosofias da história, escritas e narrativas históricas, usos do passado, historicidade, além das dimensões espaço-temporais do conhecimento histórico. Para além do foco eminentemente teórico, a linha de pesquisa incorpora ainda investigações sobre objetos e temáticas nos campos da História Intelectual, História dos Intelectuais, História do Pensamento, História das Ideias (Políticas, Sociais, Científicas, Filosóficas etc.), História Conceitual, bem como História das Ciências e dos Saberes. A Linha de Pesquisa Ideias, Saberes e Escritas da (e na) História é composta por nove professores permanentes.

SUMÁRIO

- *Poder, Sertão e Identidades*: essa linha de pesquisa tem por interesse estudar as dinâmicas sócio-econômicas, relações de poder e práticas políticas e institucionais, assim como movimentos e práticas sócio-culturais. Inclui ainda o estudo e crítica dos processos de colonização e modernização na América Latina, particularmente no Brasil e na Região Centro-Oeste. Engloba estudos sobre conjuntos discursivos, imagéticos e sonoros nos quais se fazem presentes representações de nação-sertão e campo-cidade, vinculando a questão regional às relações entre espaço e sociedade e à constituição de identidades regionais. A Linha de Pesquisa Poder, Sertão e Identidades é composta por seis professores permanentes.

PPG EM FILOSOFIA

Quadro 8 – Produção Acadêmica do PPG em Filosofia da UFG

PPG em Filosofia	DH	EDH	Outros	Total
PPGFil – Goiânia	6	1	67	74
% do PPG	8,1%	1,4%	90,5%	100,0%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

De acordo com o Quadro 8, o PPG em Filosofia possui um total de 74 trabalhos de dissertações e teses. Desses 74 estudos apresentados no PPGFil, 6 abordam questões que versam sobre os DH, representando 8,1% dos trabalhos produzidos, e apenas 1 tratou de temáticas sobre EDH, o que corresponde a 1,4% das dissertações e teses do programa. O restante, 90,5% (67 estudos), tratou de temáticas que não dizem respeito sobre os DH e EDH.

SUMÁRIO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA (PPGFIL/UFG)

O Programa de Pós-graduação em Filosofia (PPGFil) da UFG oferece cursos de mestrado e doutorado em Filosofia. O curso de mestrado foi criado em 1993 e, até 1999, (com o surgimento do mestrado na UnB) era a única pós-graduação em Filosofia de toda a Região Centro-Oeste do país. Em seu período inicial (de 1994 até 2001), a única área de concentração do programa era em Filosofia Política, mas posteriormente ela foi redefinida para “Filosofia”.

Com um corpo de professores qualificado e em progressiva ampliação, além de uma significativa produção acadêmica docente e discente, o programa tem recebido avaliações muito positivas da Capes. Na avaliação trienal de 2010, referente ao período 2007–2009, o programa recebeu a nota 4, o que refletiu um consistente período de consolidação e abriu a possibilidade de ampliação do programa em direção ao curso de doutorado, que foi criado em abril de 2013.

O PPGFil se organiza a partir de 4 Linhas de Pesquisa (LP), nas quais se articulam disciplinas, projetos de pesquisa, seminários, atividades complementares, produção intelectual e demais atividades do Programa, incluindo os Núcleos de Pesquisa existentes na Faculdade de Educação. As linhas de pesquisas são:

- Metafísica e Teoria do conhecimento: essa linha de pesquisa tem por interesse estudar as questões tanto exegéticas quanto sistemáticas da teoria do conhecimento e da metafísica, nos distintos períodos da história da filosofia (filosofia antiga, medieval, moderna e contemporânea) e discute também a vinculação entre questões clássicas da metafísica e a reflexão sobre as condições de conhecimento. Há pelo menos quatro núcleos relevantes que caracterizam a produção dos professores vinculados à linha: um grupo de pesquisa em

epistemologia na antiguidade; outro centrado nos desdobramentos do racionalismo moderno; um grupo voltado para questões epistemológicas e metafísicas em torno da filosofia de Kant e do idealismo pós-kantiano; e um grupo que se dedica à pesquisa em fenomenologia e sua capacidade de contribuir para a reflexão sobre os temas clássicos da metafísica e da teoria do conhecimento. Assim, alguns dos principais filósofos discutidos pelos membros da linha Metafísica e Teoria do conhecimento são: Platão, Aristóteles, Agostinho, Spinoza, Leibniz, Kant, Fichte, Schelling, Hegel, Bergson, Husserl, Heidegger, Bachelard, Levinas e Edith Stein. A Linha de Pesquisa Metafísica e Teoria do conhecimento é composta por nove professores permanentes;

- *Lógica e Filosofia da Linguagem*: essa linha de pesquisa focaliza em duas vertentes principais. A vertente mais formal tem início com a crise de fundamento, a Teoria dos Tipos, dos Conjuntos, a Teoria da Prova e a Teoria das Categorias. Ainda dentro dessa vertente encontramos pesquisas que procuram extrair as consequências semânticas e metafísicas da nova lógica. Também se incluem aí as discussões em torno da noção de “referência” com o ressurgimento da lógica modal. A segunda vertente compreende a reação pragmática, inaugurada pelo segundo Wittgenstein e continuada pela filosofia dos atos de fala. Como reação ao empirismo lógico, encontramos também a ideia de “interpretação radical” de Quine e Davidson e, mais recentemente, o contextualismo de Recanati. Também faz parte dela investigações em torno da noção de “subjetividade”, desde o “argumento da linguagem privada” às discussões sobre as noções de “pensamento” de Evans e o Externalismo de Burge e Davidson. A Linha de Pesquisa Lógica e Filosofia da Linguagem é composta por quatro professores permanentes;

SUMÁRIO

- Ética e Filosofia Política: essa linha de pesquisa tem por interesse estudar questões de filosofia prática – ética, filosofia política, filosofia do direito – no âmbito da filosofia moderna e contemporânea, principalmente, mas com abertura para os períodos antigo e medieval, assim como para a recepção contemporânea das questões clássicas. As investigações, no âmbito da filosofia política, sobre legitimidade do poder e divisão de poderes, Estado, democracia, liberdade, soberania, paz, direitos fundamentais, teoria crítica, totalitarismo, biopolítica, dentre outros tópicos basilares acabam por estabelecer, a despeito de frequentemente em flagrante oposição, um percurso de continuidade com relação às questões clássicas. No que tange à ética, cabe assinalar a sobrevivência das questões centrais concernentes à ação e ao juízo à crítica contemporânea à metafísica tradicional. As diversas teorias da ação e do juízo operam na articulação tanto entre os diversos ramos da filosofia prática como deles com as demais linhas de pesquisa. A Linha de Pesquisa Ética e Filosofia Política é composta por seis professores permanentes;
- Estética e Filosofia da Arte: essa linha de pesquisa tem por interesse estudar conceitos e teorias relacionadas à criação, experiência, interpretação e crítica da arte. As investigações relacionam “Estética” e “Filosofia da arte”, com respeito a diferentes tradições do pensamento filosófico. As ênfases das investigações são: Teorias sobre a tragédia e o trágico; Teorias do Gosto; Teorias da Imagem; Filosofia da Fotografia; Filosofia e Filme; Filosofia e Literatura; Estética, Feminismo e Raça; Estética Analítica e Continental. A Linha de Pesquisa Estética e Filosofia da Arte é composta por três professores permanentes.

PPGS DA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Busca-se aqui descrever a produção acadêmica de dissertações e teses na área de Ciências Sociais Aplicadas que versem sobre temas relacionados com os Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos, a partir da descrição analítica dos dados acadêmicos dos seguintes PPGs da UFG: Comunicação (Goiânia); Direito Agrário (Goiânia); e Projeto e Cidade (Goiânia);

Quadro 9 – Produção acadêmica na Grade Área de Ciências Sociais Aplicadas PPGs da UFG

PPGs Ciências Sociais Aplicadas	DH	EDH	Outros	Total
Comunicação	17	0	88	105
% na área	16,2%	0,0%	83,8%	100,0%
Direito Agrário	20	1	49	70
% na área	28,6%	1,4%	70,0%	100,0%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

De acordo com o Quadro 9, o PPG de Comunicação foi, dentre todos os programas que compõem a área de Ciências Sociais Aplicadas, o curso de pós-graduação que apresentou o maior número absoluto de dissertações e teses, chegando a um total de 105 trabalhos, seguido pelo Direito Agrário, com 70 trabalhos.

Quando analisado os dados absolutos dos cursos que produziram a maior quantidade de dissertações e teses com temáticas que contribuíram com o debate para os DH e EDH, o PPG em Direito Agrário se posiciona à frente, com um total de 21 trabalhos, sendo 20 deles categorizados dentro de discussões relacionadas com os DH e 1 que diz respeito à EDH. Em seguida, vem o PPG em

Em proporcionalidade, o PPG em Direito Agrário é também o que mais produziu dissertações e teses que versam sobre temáticas relacionadas com os DH e EDH, chegando a 30% de seus estudos. Em seguida, está o PPG em Comunicação com 16,2%.

[illegible]

Conforme exposto na Figura 2, as palavras-chave de destaque nos trabalhos de dissertações e teses da área de Ciências Sociais Aplicadas que contribuíram com o debate para os DH e EDH são, em ordem de frequência: cidadania, violência, mídia, direito agrário, comunidades quilombolas, desapropriação agrária, mulheres, entre outros. Se entre os programas de Humanidades diferentes conceitos disputam, *pari passu*, o campo de pesquisa em DH/EDH,

aqui o conceito de “cidadania”, em especial junto ao PPG de Comunicação é hegemônico. A seguir, “violência” é tema central tanto no PPG em Direito Agrário quanto no PPG em Comunicação.

PPG EM COMUNICAÇÃO

Quadro 10 – Produção Acadêmica do PPG em Comunicação da UFG

PPG em Comunicação	DH	EDH	Outros	Total
PPGCOM – Goiânia	17	0	88	105
% do PPG	16,2%	0,0%	83,8%	100,0%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

De acordo com o Quadro 10, o PPG em Comunicação possui um total de 105 trabalhos de dissertações e teses. Desses 105 estudos apresentados no PPGCOM, 17 abordam questões que versam sobre os DH, representando 16,2% dos trabalhos produzidos, e não foram encontradas pesquisas que tivessem a EDH como tema central do estudo. O restante, 83,8% (88 estudos), tratou de temáticas que não dizem respeito sobre os DH e EDH.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (PPGCOM/UFG)

O Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM), modalidade acadêmica, é vinculado à Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da Universidade Federal de Goiás (UFG) e contempla curso de Mestrado e de Doutorado, além de receber pesquisadores em atividades de estágio pós-doutoral.

O PPGCOM começou a se estruturar a partir de 2002, com as especializações *lato sensu* em Marketing Político e em Assessoria de Imprensa. Ao todo, eram oferecidas mais de 80 vagas para esses cursos, com duração de 360 horas cada um. Atualmente, a Especialização em Marketing Político está extinta e a em Assessoria de Imprensa foi atualizada para Assessoria de Comunicação e Marketing, e mais um curso passou a ser oferecido: a Especialização em Letramento Informacional. Além da formação específica, esses cursos de formação *lato sensu* têm como objetivo maior o fortalecimento das linhas de pesquisa existentes no Programa, bem como a consolidação de outras que possam, futuramente, ser integradas ao mesmo, como é o caso do campo das Ciências da Informação.

Em 2003, com o objetivo de consolidar uma política de pós-graduação *stricto sensu*, o PPGCOM e a FIC apresentaram, para a Capes, um projeto de Mestrado Acadêmico em Comunicação, cuja primeira turma ingressou em 2007. Com a consolidação do Mestrado em Comunicação e a obtenção do conceito 4 na última avaliação quadrienal da Capes (2013–2016), o curso de Doutorado em Comunicação, também acadêmico, foi aprovado e a primeira turma foi admitida em 2019. Atualmente, a FIC, assim como o PPGCOM, congrega docentes de três cursos da área de Comunicação Social (Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas) e dois cursos do campo da Ciência da Informação (Biblioteconomia e Gestão da Informação). O objetivo do PPGCOM é formar, no nível acadêmico e científico, mestres e doutores em Comunicação comprometidos com a transformação e o desenvolvimento social como um todo.

O PPGCOM se organiza a partir de 4 Linhas de Pesquisa (LP), nas quais se articulam disciplinas, projetos de pesquisa, seminários, atividades complementares, produção intelectual e demais atividades do Programa, incluindo os Núcleos de Pesquisa existentes na Faculdade de Educação. As linhas de pesquisas são:

SUMÁRIO

- *Mídia e Cidadania:* essa linha de pesquisa tem por interesse estudar a relação entre mídia e relações de poder, com ênfase na afirmação da cidadania e da democracia, e na questão da prestação de serviços públicos e aspectos que interferem no exercício da cidadania. Estudos que envolvem a natureza da estrutura das intervenções midiáticas na formação e dinâmica do Estado democrático, suas relações com a sociedade, a partir de diferentes grupos sociais, sua participação na vida social, nas práticas emancipatórias e as formas que se relacionam com o Estado, com a dinâmica da política e com a formação de uma sociedade democrática e plural. A Linha de Pesquisa Mídia e Cidadania é composta por três professores permanentes;
- *Mídia e Cultura:* essa linha de pesquisa tem por interesse estudar a produção cultural midiática em suas interfaces com a dinâmica cultural das sociedades contemporâneas, com relevo sobre questões de identidade, diversidade cultural, sexual e ética, multiculturalismo e globalização. Estudo da mídia, do seu desenvolvimento histórico e outros aspectos que afetam suas relações com as questões culturais da contemporaneidade, migrações, e questões relativas à formação dos grupos sociais, dos preconceitos e das relações de pertencimento. Ênfase sobre processos de formação de hegemonias, de prática e valores culturais emergentes e alternativos oriundos do ambiente midiático, discursivo e imagético, das suas rotinas produtivas e relações com as demais instâncias culturais da realidade social, em especial, da sociedade brasileira. A Linha de Pesquisa Mídia e Cultura é composta por três professores permanentes;
- *Mídia e Informação:* essa linha de pesquisa tem por interesse estudar a informação e suas interrelações com a sociedade contemporânea. Reflexões sobre as relações entre mídia e informação nos diferentes suportes, sejam eles físicos ou virtuais.

Estudos dos fenômenos das mídias digitais em diferentes vertentes: leitura, tratamento informacional, comunicação, sociabilidade, democratização da informação, aplicação de soluções inovadoras em análises de mídias digitais. A Linha de Pesquisa Mídia e Informação é composta por três professores permanentes.

PPG EM DIREITO AGRÁRIO

Quadro 11 – Produção Acadêmica do PPG em Direito Agrário da UFG

PPG	DH	EDH	Outros	Total
PPGDA – Goiânia	20	1	49	70
% do PPG	28,6%	0,4%	70,0%	100,0%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

De acordo com o Quadro 11, o PPG em Direito Agrário possui um total de 70 trabalhos de dissertações e teses. Desses 70 estudos apresentados no PPGDA, 20 abordam questões que versam sobre os DH, representando 28,6% dos trabalhos produzidos, e apenas 1 tratou de temáticas sobre EDH, o que corresponde a 0,4% das dissertações e teses do programa. O restante, 70% (49 estudos), tratou de temáticas que não dizem respeito sobre os DH e EDH.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO AGRÁRIO (PPGDA/UFG)

A história do Programa de Pós-graduação em Direito Agrário da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás (PPGDA/FD/UFG), primeiro curso de Mestrado em Direito Agrário do Brasil,

é longa e é caracterizada por um permanente compromisso com a realidade social. Criado em 1977 e instalado em 1985, em consonância com a vocação agrária da Região Centro-Oeste, o mestrado foi precedido de cursos de especialização e de extensão com identidade agrária e de defesa dos direitos do “homem do campo”.

O PPGDA se constitui em um espaço acadêmico de reflexões sobre o Direito, especialmente sobre o Direito Agrário, propondo-se e tendo como objetivos gerais: capacitar e aperfeiçoar profissionais destinados a compor os quadros para a docência e a pesquisa de instituições de estudos superiores da Região Centro-Oeste do Brasil, além de, em perspectiva mais ampla, latinoamericana e global.

A finalidade precípua do Programa é estimular a atividade acadêmica, por meio da capacitação de profissionais aptos à reflexão, ao uso e à construção de instrumentos jurídicos com o fito de promover o desenvolvimento socioeconômico associado ao uso da terra, das territorialidades e dos recursos naturais e sua função socioambiental. De outro lado, construir e difundir conhecimentos adequados às exigências regionais dos setores público e privado, promovendo a integração das diversas práticas econômicas relacionadas à terra – a posse e propriedade agrárias, as atividades agroalimentar, agroindustrial, extrativista e biotecnológica, entre outras –, para estímulo e criação de um campo teórico e de pesquisa em Direito Agrário e Desenvolvimento. Por conseguinte, formar uma cultura jurídica e social sedimentada no Direito Agrário, solidamente fundada numa perspectiva transdisciplinar, na abordagem complexa do direito e suas relações imprescindíveis com áreas afins.

O PPGDA se organiza a partir de 2 Linhas de Pesquisa (LP), nas quais se articulam disciplinas, projetos de pesquisa, seminários, atividades complementares, produção intelectual e demais atividades do Programa, incluindo os Núcleos de Pesquisa existentes na Faculdade de Educação. As linhas de pesquisas são:

SUMÁRIO

- Mídia e Informação: essa linha de pesquisa tem por interesse estudar a informação e suas interrelações com a sociedade contemporânea. Reflexões sobre as relações entre mídia e informação nos diferentes suportes, sejam eles físicos ou virtuais. Estudos dos fenômenos das mídias digitais em diferentes vertentes: leitura, tratamento informacional, comunicação, sociabilidade, democratização da informação, aplicação de soluções inovadoras em análises de mídias digitais;
- Fundamentos Jurídicos da Propriedade e da Posse, Conflitos Emergentes e Sistemas de Justiça: essa linha de pesquisa tem por interesse estudar temas essenciais do Direito Agrário, relacionados aos seus fundamentos teóricos e metodológicos, os quais envolvem os institutos da propriedade e da posse, bem como a história das relações agrárias no Brasil em diálogos com outros contextos sociais, jurídicos e políticos. Para tanto, incluem-se, enquanto temas de reflexão, desde a juridicidade das normas e práticas agrárias em âmbitos culturais complexos da contemporaneidade até a imperiosa atualização dos institutos relacionados ao Direito Agrário e os sistemas jurídicos modernos. Nesta perspectiva, incluem-se as conflitualidades agrárias relacionadas aos diferentes e históricos sujeitos de direito – povos indígenas, quilombolas, sociedades tradicionais, dentre outros – e suas titularidades de apropriação; a justiça agrária e a necessária perspectiva com os direitos humanos; as normas agrárias, fontes, validade, eficácia e interpretação; a função social e o direito; as políticas sociais e a reforma agrária. A Linha de Pesquisa Fundamentos Jurídicos da Propriedade e da Posse, Conflitos Emergentes e Sistemas de Justiça é composta por três professores permanentes;
- Direito Agroalimentar, Territorialidades, Subjetividades Constitucionais e Convencionais e Proteção Jurídica: essa linha de pesquisa tem por interesse estudar questões jurídicas especializadas das relações de produção econômica que têm na

terra e nas ações humanas o suporte primordial das diferentes concepções dos meios que sustentam e reproduzem a vida. O campo teórico, metodológico e prático de atualização conceitual do direito agrário implica perquirir se as ações e o modo de institucionalização que o direito e outros âmbitos normativos – culturais, sociais, políticos, econômicos, científicos – contemplam as diversas dimensões do fenômeno produtivo no ambiente de financeirização do espaço-tempo globalizado. As diversas dimensões humanas que envolvem a terra, seus elementos e bens, mediadas pelo conhecimento e pelo trabalho – que justificam as titularidades e as apropriações – configuram territórios, sujeitos e práticas que, positivados, integram modelos de desenvolvimento. Ao direito agrário, concebido enquanto campo teórico e normativo complexo, cabe, nesse contexto, refletir sobre a produção de alimentos e o direito alimentar, o meio ambiente e os modos de fazer a produção, na perspectiva da proteção jurídica dos bens comuns e dos saberes tradicionais e científicos. Cabe ainda ao direito agrário, na sua vertente agroalimentar, discutir e compreender as políticas sociais como processos inerentes à democracia e ao direito fundamental ao desenvolvimento. A Linha de Pesquisa Direito Agroalimentar, Territorialidades, Subjetividades Constitucionais e Convencionais e Proteção Jurídica é composta por três professores permanentes.

PPG DA ÁREA MULTIDISCIPLINAR

Busca-se aqui descrever a produção acadêmica de dissertações e teses na área de Multidisciplinariedades que versem sobre temas relacionados com os Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos, a partir da descrição analítica dos dados acadêmicos dos

SUMÁRIO

seguintes PPGs da UFG: Ciências Ambientais (Goiânia), Direitos Humanos (Goiânia) e Ciências Aplicadas à Saúde (Jataí).

Quadro 12 – Produção acadêmica na Grande Área Multidisciplinar da UFG

Área dos PPGs Multidisciplinares	DH	EDH	Outros	Total
Ciências Ambientais	6	0	64	70
% na área	8,6%	0,0%	91,4%	100,0%
Direitos Humanos	25	2	0	27
% na área	92,6%	7,4%	0%	100,0%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

De acordo com o Quadro 12, o PPG em Ciências Ambientais foi, dentre todas as áreas que compõem o Multidisciplinar, o curso que apresentou o maior número absoluto de dissertações e teses, chegando a um total de 70 trabalhos, seguido pelos Direitos Humanos, com 27 trabalhos.

Quando analisado os dados absolutos dos cursos que produziram a maior quantidade de dissertações e teses com temáticas que contribuíram com o debate para os DH e EDH, o PPG em Direitos Humanos se posiciona à frente, com um total de 27 trabalhos, sendo 25 categorizados como DH e 2 como EDH. Em seguida, vem o PPG em Ciências Ambientais, com um total de 6 estudos, sendo todos eles relacionados com temas dos DH. Já os PPGs em Ciências Aplicadas à Saúde e em Performances Culturais, por sua vez, não apresentaram nenhum trabalho relacionado com temas que se debruçam sobre os DH e EDH.

Em proporcionalidade, o PPG em Direitos Humanos também foi o que mais produziu dissertações e teses que versaram sobre temáticas relacionadas com os DH e EDH, chegando a 100% de seus estudos, sendo que 92,2% deles são relacionados a temas ligados aos DH e os outros 7,4% a temáticas que envolvem a EDH. Em seguida, está o PPG em Ciências Ambientais, com 8,6%.

Conforme exposto na Figura 3, as palavras-chave de destaque nos trabalhos de dissertações e teses da área de Multidisciplinidades que contribuíram com o debate para os DH e EDH são, em ordem de frequência: direitos humanos, gênero, estado de Goiás, lésbicas, interdisciplinaridade, sustentabilidade, visita íntima, entre outros.

em Direitos Humanos e a centralidade da palavra chave “estado-de-Goiás” fica por conta da *doxa* geográfica dos trabalhos vindos do PPG em Ciências Ambientais.

PPG EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

Quadro 13 – Produção Acadêmica do PPG em Ciências Ambientais da UFG

PPG em Ciências Ambientais	DH	EDH	Outros	Total
PPGCIAMB – Goiânia	6	0	64	70
% do PPG	8,6%	0,0%	91,4%	100,0%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

De acordo com o Quadro 13, o PPG em Ciências Ambientais possui um total de 70 trabalhos de dissertações e teses. Desses 70 estudos apresentados no PPGCIAMB, 6 abordam questões que versam sobre os DH, representando 8,6% dos trabalhos produzidos, e não foram encontradas pesquisas que tivessem a EDH como tema central do estudo. O restante, 91,4% (64 estudos), tratou de temáticas que não dizem respeito aos DH e EDH.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS (PPGCIAMB/UFG)

A possibilidade de interação e execução integrada de projetos de extensão e pesquisa na área ambiental foi o ponto de partida para que alguns docentes da Universidade Federal de Goiás vislumbrassem a criação de um curso de pós-graduação que enfocasse o estudo do meio ambiente, criando, assim, em 1998, o PPGCIAMB, dentro de uma perspectiva multidisciplinar. O processo de viabilização inicial da proposta passou por momentos de elaboração, submissão, aprovação e execução de projetos de pesquisas, que envolvem docentes dos Institutos de Ciências Biológicas (ICB), de Química (IQ) e de Estudos Sócio-Ambientais (IESA) e que foram contemplados junto ao Programa Centro-Oeste de Pesquisa e Pós-graduação do CNPq.

A verificação de que outros docentes da UFG, alocados na Escola de Agronomia (EA), na Faculdade de Ciências, História e Filosofia (FCHF) e na Faculdade de Direito (FD), também possuíam atuação na área ambiental, possibilitando, assim, que, em agosto de 2000, a UFG submetesse à Capes a proposta de criação de um programa de doutorado, em atenção as novas tendências da pós-graduação brasileira, sendo aprovada no ano seguinte, em 2001.

O principal objetivo é o de formar quadros multi/interdisciplinares de alto nível para atuação no ensino superior, além de promover pesquisa e extensão em Ciências Ambientais, na área de Estrutura e Dinâmica Ambiental. Isso inclui temas relacionados ao meio físico, como biótico e social, de maneira integrada, seja no desenvolvimento de modelos teóricos diversos, ou no desempenho de funções técnicas especializadas, dirigidas à busca de soluções para conservação e gestão de recursos naturais e sociais, com ênfase no Bioma Cerrado.

O PPGCIAMB visa a preparação de profissionais especializados, bem como de pesquisadores e de docentes para o magistério superior, de modo a atender às necessidades do desenvolvimento regional e nacional, na temática ambiental. O programa é organizado e desenvolvido de modo que os estudantes sejam capazes de: Identificar, avaliar, discutir e propor soluções aos problemas da área ambiental; Relacionar conhecimentos e problemas multi/interdisciplinares; Aprimorar o espírito de iniciativa, a capacidade de análise e de crítica; e Elaborar e executar projetos de pesquisa, bem como divulgar os seus resultados.

O PPGCIAMB se organiza a partir de 2 Linhas de Pesquisa (LP), nas quais se articulam disciplinas, projetos de pesquisa, seminários, atividades complementares, produção intelectual e demais atividades do Programa, incluindo os Núcleos de Pesquisa existentes na Faculdade de Educação. As linhas de pesquisas são:

- Monitoramento e Análise de Recursos Naturais: essa linha de pesquisa tem por interesse estudar os impactos gerais dos processos de antropização. A Linha de Pesquisa Monitoramento e Análise de Recursos Naturais é composta por seis professores permanentes e dois professores colaboradores;

SUMÁRIO

- Conservação, Desenvolvimento e Sociedade: essa linha de pesquisa tem por interesse estudar processos de antropização, isto é, a ação do ser humano sobre o meio ambiente. A Linha de Pesquisa Conservação, Desenvolvimento e Sociedade é composta por seis professores permanentes e um professor colaborador.

PPG EM DIREITOS HUMANOS

Quadro 14 – Produção Acadêmica do PPG em Direitos Humanos da UFG

PPG em Direitos Humanos	DH	EDH	Outros	Total
PPGIDH – Goiânia	25	2	0	27
% do PPG	92,6%	7,4%	0%	100,0%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

De acordo com o Quadro 14, o PPG em Direitos Humanos possui um total de 27 trabalhos de dissertações e teses. Desses 27 estudos apresentados no PPGIDH, 25 abordam questões que versam sobre os DH, representando 92,6% dos trabalhos produzidos, e apenas 2 tratam de temáticas sobre EDH, o que corresponde a 7,4% das dissertações e teses do programa.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM DIREITOS HUMANOS (PPGIDH/UFG)

Em 2011, já institucionalizado como um Núcleo Interdisciplinar, o NDH apresentou e teve aceita pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) a proposta de

criação do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos (PPGIDH), nível de mestrado. No ano de 2012, ocorreu o primeiro processo seletivo para o Mestrado em Direitos Humanos do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos. Em 2017, por sua vez, como resultado da avaliação quadrienal (2013–2016) dos cursos de Pós-graduação realizada pela Capes, o PPGIDH, tendo alcançado os objetivos de qualidade acadêmica, passou da nota 3 para a nota 4, o que permitiu solicitar o curso de doutorado. Entre o final de 2017 e início de 2018, a proposta para o curso de doutorado foi elaborada e submetida à Capes, que a aprovou em dezembro de 2018.

Atualmente, o PPGIDH possui mais de 30 professores e pesquisadores associados, e significativos grupos de pesquisa vinculados à UFG e cadastrados no CNPq e na Fapeg. Ao longo dos anos, o núcleo tem conquistado recursos de vários editais de pesquisa e de extensão, obtendo o reconhecimento e o apoio de diversas entidades e instituições nacionais e internacionais ligados à educação, à cidadania e aos direitos humanos.

O PPGIDH se organiza a partir de 2 Linhas de Pesquisa (LP), nas quais se articulam disciplinas, projetos de pesquisa, seminários, atividades complementares, produção intelectual e demais atividades do Programa, incluindo os Núcleos de Pesquisa existentes na Faculdade de Educação. As linhas de pesquisas são:

- Fundamentos Teóricos dos Direitos Humanos: essa linha de pesquisa tem por interesse estudar os fundamentos éticos, políticos e jurídicos e sobre as teorias da justiça que estão na base daquilo que denominamos direitos humanos. Neste âmbito, são objetos de análise desta linha de pesquisa: os conceitos de liberdade e igualdade que propicia o exercício dos direitos pelos cidadãos e proteção dos direitos pelas instituições do estado e sua relação direta com o reconhecimento dos direitos universais na forma dos Direitos Humanos e sua realização no Estado democrático; a concepção de

SUMÁRIO

homem/humanidade a fim de pensar o humano para além dos direitos, de compreender a relação entre sujeito e conhecimento iluminando a discussão em torno das mudanças sociais e subjetividade; a história dos direitos humanos focada nas relações entre economia e direito, a fim de discutir as teorias de justiça, as garantias constitucionais, direitos civis, econômicos, culturais e realidade social. A Linha de Pesquisa Fundamentos Teóricos dos Direitos Humanos é composta por doze professores permanentes;

- *Práticas e Representações Sociais de Promoção e Defesa de Direitos Humanos:* essa linha de pesquisa tem por interesse estudar práticas desenvolvidas para o reconhecimento e garantia dos direitos humanos, a discussão desta linha de pesquisa terá como foco a análise das ideologias, discursos, estratégias políticas e lutas sociais. Neste sentido, são objetos de análise da linha de pesquisa: a relação entre globalização, novas tecnologias e comunicação, a fim de discutir acerca da exclusão e inclusão, da relação entre o eu e o outro e do reconhecimento da alteridade; os impactos sociais das ações em direitos humanos, tendo como foco as lutas sociais, educação para diversidade, igualdade e diferença, gênero e sexualidade, meio ambiente e desenvolvimento, o biológico e o cultural; as políticas governamentais e políticas públicas em direitos humanos, analisando o exercício da cidadania e os resultados das mobilizações públicas e das ações populares, bem como a configuração política e possibilidades de ação, assim como as metas políticas e/ou institucionais que orientam as ações em direitos humanos. A Linha de Pesquisa Práticas e Representações Sociais de Promoção e Defesa de Direitos Humanos é composta por nove professores permanentes.

As linhas de pesquisa acima são conectadas transversalmente por grupos de pesquisa que integram docentes e discentes. A saber: Rosa Parks; Gênero, sexualidade, classe, violência; Segurança pública e violência; Sustentabilidade e ambiente; Cortes internacionais,

SUMÁRIO

migrações, refúgio e política latino-americana; Teoria da democracia e dos Direitos Humanos; Minorias, Culturas, Memórias; Alteridade, bioética, vulnerabilidades; e Educação, sexualidade e decolonialidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de. Uma instituição de ensino superior pioneira no Centro-Oeste: aspectos históricos da criação da UFG. **Comunicações do III Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas**, ano 2, n. 1, mar. 1996, p. 297-307.

ARAÚJO, José Cruciano de. A extensão e a ação cultural na UFG. **Revista UFG**, Goiânia, v. 2, n. 1, 2017, p. 32-34.

BRASIL. **Lei nº 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960**. Cria a Universidade Federal de Goiás, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1960.

DOURADO, Davillas Newton de Oliveira. **A História da UFG: região e modernidade**. 2011. 213 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

DOURADO, Luiz Fernandes. Expansão e Interiorização da Universidade Federal de Goiás nos anos 80: a parceria com o poder público municipal. *In*: IV Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade, Educação, 1997, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: Unicamp, 1997. p. 539-550.

MEDRADO, Aline Santos Leite. **Direitos Humanos na produção acadêmica da pós-graduação da Universidade Federal de Goiás**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

OLIVEIRA, Osmar Gonçalves de *et al.* Política pública educacional: a implantação e a implementação do programa Reuni em 2008 na UFG. **Perspectivas em Políticas Públicas**, 2019, p. 211-239.

UFG. Trabalho coletivo em prol da Universidade Pública 1990-2005. **Revista Afirmativa**. Goiânia: UFG. 2009.

3

*Guilherme Borges Silva
Filipe Augusto Couto Barbosa
Ricardo Barbosa de Lima
Vilma de Fátima Machado
Wilquerson Felizardo Sandes*

A PESQUISA SOBRE DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA PÓS-GRADUAÇÃO DA UFG (2009-2018):

**DEFINIÇÃO DOS DOIS CAMPOS E DE SEUS PRINCIPAIS
REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS, OBJETOS E TEMAS**

Os resultados dos dados quantitativos gerais contemplam quatorze programas de pós-graduação com estudos sobre Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos na Universidade Federal de Goiás (UFG), em três *campi*, de onze áreas do conhecimento, a saber: Educação (Catalão e Goiânia), Geografia (Catalão, Jataí e Goiânia), Sociologia, Antropologia, Ciência Política, História, Filosofia, Interdisciplinar em Direitos Humanos, Interdisciplinar em Ciências Ambientais, Comunicação e Ciências Agrárias. E, no total, encontrou-se 243 Trabalhos de Final de Curso (TFCs), entre dissertações e teses, cujas defesas ocorreram entre 2009 e 2018, sendo que 223 foram categorizados como do campo dos Direitos Humanos e 20 como do campo da Educação em Direitos Humanos.

Quadro 1 – Número de TFCs por área do conhecimento e seus PPGs na UFG⁹

PPGs (SIGLA) [cidade da unidade regional]	Nº de TFCs
Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS)	16
Programa de Pós-graduação em Ciência Política (PPGCP)	4
Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais (PPGCIAMB)	6
Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM)	17
Programa de Pós-graduação em Direito Agrário (PPGDA)	21
Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE)	41
Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEDUC) [Catalão]	
Programa de Pós-graduação em Filosofia (PPGFil)	7
Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGeo)	40
Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGC) [Catalão]	
Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGEO) [Jataí]	
Programa de Pós-graduação em História (PPGH)	26
Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPG)	38
Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos (PPGIDH)	27

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

9

Quando não houver indicação da cidade do PPG é porque se trata de PPG da Regional Goiânia da UFG.

A primeira parte da análise, apresentada a seguir, consiste na identificação do referencial teórico, por categoria, de Direitos Humanos (DH) ou Educação em Direitos Humanos (EDH), citados nos resumos, conforme autores sugeridos no projeto desta pesquisa. Na segunda análise, são verificadas as correlações entre os resumos e os temas em DH e EDH. O terceiro e último resultado envolve a análise dos resumos das dissertações e teses selecionadas nos onze programas e as subcategorias mais citadas sobre direitos humanos, sociais, civis, políticos, ambientais, culturais e movimentos sociais.

RESULTADOS QUANTO À IDENTIFICAÇÃO DO REFERENCIAL TEÓRICO POR CATEGORIA (DH E EDH)

Quanto aos resultados na identificação do referencial teórico, buscou-se localizar autores para Direitos Humanos (DH) e para Educação em Direitos Humanos (EDH), ambos indicados no projeto inicial. Em DH, os autores indicados no estudo foram: Joaquín Herrera Flores, José Geraldo de Sousa Junior, Boaventura de Sousa Santos e Antônio Escrivão Filho. Em EDH, os autores indicados foram: Abraham Magendzo Kalstrein, Vera Maria Candau, Benedito Carlos Martins, Paulo Freire e Paulo Cesar Carbonari.

O referencial teórico acima consta no projeto denominado *Pós-graduação e Educação em Direitos Humanos: um desafio contemporâneo*, e serve de orientação para classificar os estudos realizados em Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos. O projeto cita que, entre...

[...] os distintos autores selecionados, constitui[-se] um alicerce conceitual que demarca um campo de compreensão dos direitos humanos como processos de luta em busca e reconhecimento e acesso a uma vida digna.

A partir deste referencial, a educação em direitos humanos se configura como uma prática educativa de formação de sujeitos de direitos pautada na alteridade e na democracia, tendo em vista um processo permanente de construção da cidadania, tendo como base a garantia, promoção e defesa dos direitos humanos, além da reparação das suas violações e resistência a todas as formas de opressão. (2016, p. 21).¹⁰

Após a leitura de cada resumo com identificação temática nos quatorze programas de pós-graduação nas áreas de humanidades e ciências sociais aplicadas, constatou-se que os autores orientados pelos referenciais teóricos são mencionados em apenas três resumos do Programa de Pós-graduação em Educação da UFG (Goiânia e Catalão), com duas citações de Boaventura de Sousa Santos no tema Direitos Humanos e uma citação de Paulo Freire no tema Educação em Direitos Humanos.

RESULTADOS DE IDENTIFICAÇÃO ENTRE OS RESUMOS E OS TEMAS EM DH E EDH

Conforme a Tabela 1, a seguir, foram encontrados 243 resumos, em quatorze programas de pós-graduação, dos quais 91,8% tratam da categoria Direitos Humanos e 8,2% da categoria Educação em Direitos Humanos, tendo os programas de pós-graduação em Educação contribuído significativamente para o percentual da categoria EDH. Nos cursos, em geral, os resumos são relacionados à categoria DH. Os cinco programas com maior volume de resumos, em ordem de classificação, são os de Educação, Geografia, Sociologia, Interdisciplinar em Direitos Humanos e História.

10

Projeto submetido e aprovado na Chamada MCTI/CNPq n.º 1/2016, intitulado *Pós-graduação e Educação em Direitos Humanos: um desafio contemporâneo*.

Tabela 1 – Total de categorias DH e EDH nas áreas dos PPGs

Área do PPG	DH	EDH	Total
Educação (Goiânia, Catalão)	28	13	41
Geografia (Goiânia, Catalão, Jataí)	38	2	40
Sociologia	37	1	38
Antropologia	16	0	16
Ciência Política	4	0	4
História	26	0	26
Filosofia	6	1	7
Interdisciplinar em Direitos Humanos	25	2	27
Interdisciplinar em Ciências Ambientais	6	0	6
Comunicação	17	0	17
Ciências Agrárias	20	1	21
Total Geral	223	20	243
Percentual	91,8%	8,2%	100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Conforme a Tabela 2, a seguir, em uma verificação geral, listamos os 12 temas predominantes nos estudos em DH e EDH realizados nos programas das onze áreas de conhecimento que contribuíram.

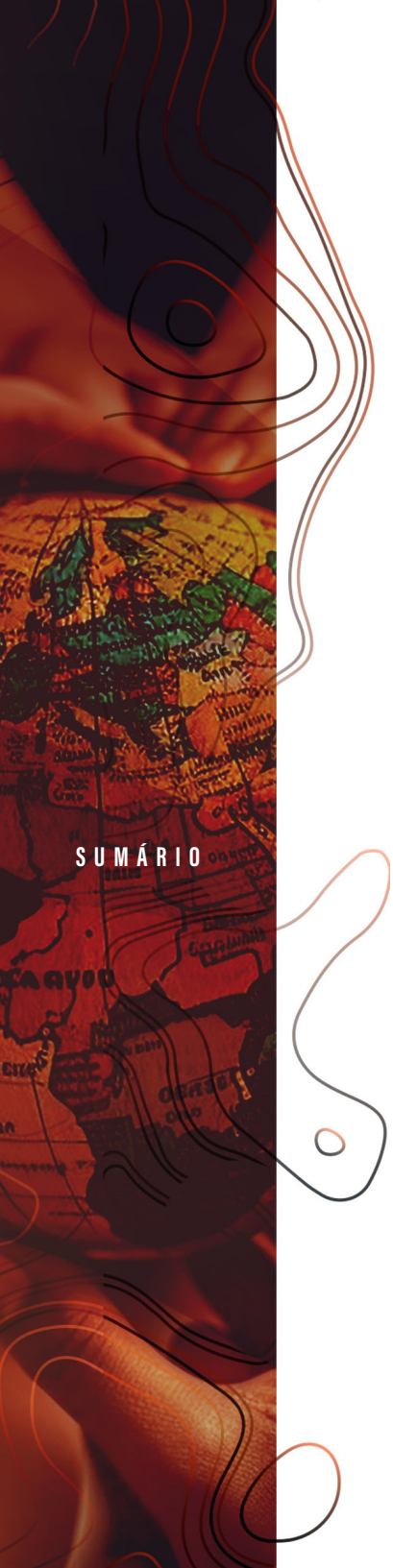
Tabela 2 – Áreas do conhecimento e temas em DH/EDH

Área do conhecimento	Gênero	Étnico-racial	LGBT	Pessoas com deficiência	Idosos	Crianças e adolescentes	Comunidades tradicionais	Povos Indígenas	População de rua	Liberdade/prisão	Democracia	Cidadania
Educação	2	3	0	5	0	9	0	3	0	4	0	1
Geografia	5	6	0	2	0	0	3	1	0	0	0	2
Sociologia	12	6	7	4	0	8	2	2	0	0	2	0
Antropologia	8	1	1	1	1	0	3	3	0	0	0	0
Ciência Política	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
História	1	2	0	0	0	0	3	3	0	2	1	0
Filosofia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
Direitos Humanos	4	2	1	0	0	2	0	2	0	4	2	2
Ciências Ambientais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Comunicação	2	0	1	0	1	1	1	3	0	0	1	9
Ciências Agrárias	0	0	0	0	0	0	5	2	0	0	0	0
Total geral	34	20	10	12	2	20	17	19	0	10	9	14

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

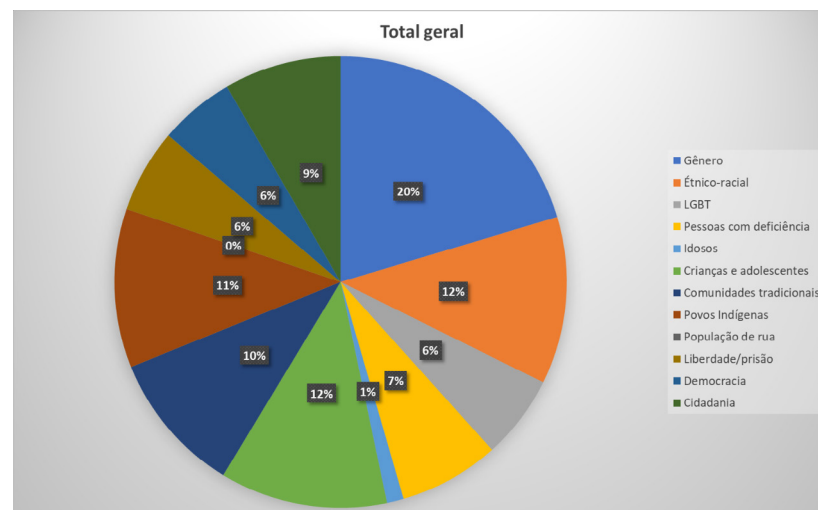
A partir dos dados da tabela anterior, temos os seguintes resultados quanto aos temas em DH e as áreas do conhecimento:

1. Gênero: 34 resumos, com destaque aos programas de Sociologia e Antropologia;
2. Raça/etnia: 20 resumos, com destaque aos programas de Geografia e Sociologia;

- 
3. LGBT: 10 resumos, com destaque ao programa de Sociologia;
4. Pessoas com deficiência: 12 resumos, com destaque aos programas de Educação e Sociologia;
5. Idosos: 2 resumos, 1 no programa de Antropologia e 1 no programa de Comunicação;
6. Crianças e adolescentes: 20 resumos, com destaque para os programas de Educação e Sociologia;
7. Comunidades tradicionais: 17 resumos, com destaque para os programas de Ciências Agrárias, Geografia, Antropologia e História;
8. Povos Indígenas: 19 resumos, com destaque aos PPGs de Educação, Antropologia, História e Comunicação;
9. População de rua: não foi identificado em nenhum PPG.
10. Liberdade/Prisão: 10 resumos, com destaque para os PPGs de Educação e Direitos Humanos;
11. Democracia: 9 resumos, com destaque para os programas de Sociologia, Filosofia e Interdisciplinar em Direitos Humanos;
12. Cidadania: 14 resumos, com destaque ao programa de Comunicação.

No Gráfico 1, abaixo, constam as somas percentuais dos temas em todos os programas de pós-graduação. O tema *gênero* representa 20%, seguido pelos temas **étnico-racial** e *crianças e adolescentes*, com 12% cada. Os temas menos pesquisados foram: *população de rua* e *idosos*; ambos, com entre zero e 1%.

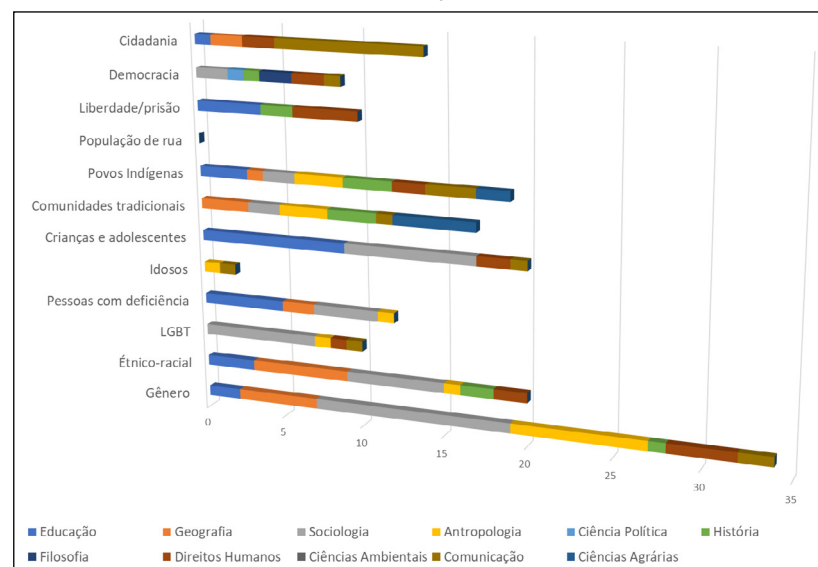
Gráfico 1 – Temas em todos os PPGs



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

No Gráfico 2, abaixo, constam as áreas temáticas e a participação dos programas por área de conhecimento. Os programas com participação predominante nos temas são da área de Educação e Sociologia.

Gráfico 2 – Total de PPGs por temas em DH/EDH



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

SUMÁRIO

RESULTADOS DAS SUBCATEGORIAS EM DIREITOS HUMANOS

Na quarta fase, os resumos foram quantificados nos quatorze PPGs, em relação às subcategorias mais citadas sobre direitos humanos, sociais, civis, políticos, ambientais, culturais e movimentos sociais. Na Tabela 3, nota-se que a maioria envolve discussões sobre direitos sociais, evidenciadas em 172 dos resumos analisados. Em segundo lugar, tem-se em evidência a subcategoria Direitos Humanos, destacada apenas no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar de Direitos Humanos da UFG.

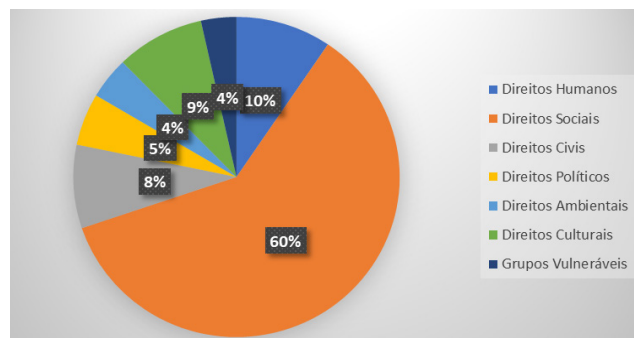
Tabela 3 – Distribuição de categorias de Direitos Humanos por PPG

Área do conhecimento	Direitos Humanos	Direitos Sociais	Direitos Civis	Direitos Políticos	Direitos Ambientais	Direitos Culturais	Grupos Vulneráveis
Educação	0	27	1	1	0	1	0
Geografia	0	35	3	2	3	5	0
Sociologia	0	35	7	3	0	4	0
Antropologia	0	7	0	0	0	2	10
Ciência Política	0	4	1	0	0	0	0
História	0	18	1	1	0	1	0
Filosofia	0	4	3	1	1	0	0
Direitos Humanos	27	6	2	6	0	8	0
Ciências Ambientais	0	2	0	0	5	0	0
Comunicação	0	15	3	1	0	1	0
Ciências Agrárias	0	19	3	0	3	3	0
TOTAL	27	172	24	15	12	25	10

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Em termos percentuais, no Gráfico 3, o tema “Direitos Sociais” é a subcategoria mais recorrente nos resumos dos quatorze programas, com 60% de participação no total, à exceção do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos, em que os temas “Direitos Humanos” (representado em 10% dos resumos, com exclusividade) e “Direitos Culturais” ocorrem mais vezes, e o tema dos “Direitos Políticos” tem a mesma recorrência. As subcategorias com menor representação são as de “Grupos Vulneráveis” e “Direitos Ambientais”, ambas com 4%.

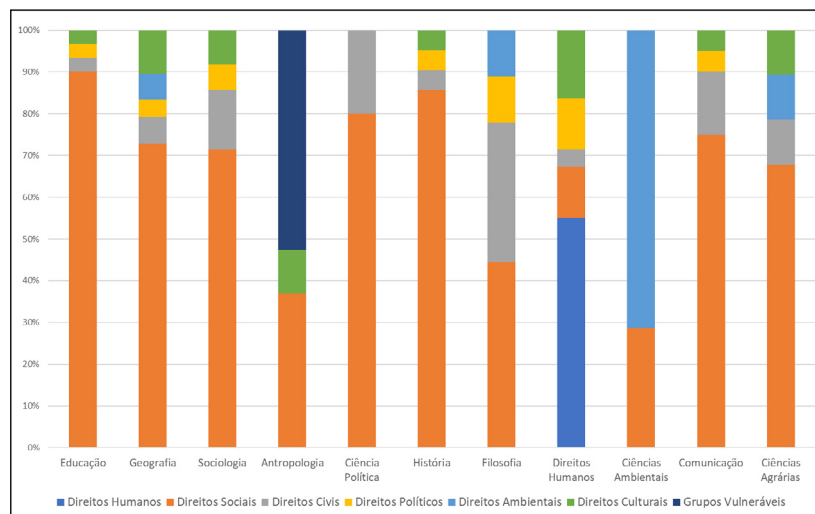
Gráfico 3 – % geral da participação das subcategorias nos 14 PPGs



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

No Gráfico 4, a seguir, é possível identificar a presença das subcategorias analíticas nos onze programas pesquisados. A subcategoria “Direitos Sociais”, na cor laranja, está presente em todos os cursos. As demais subcategorias aparecem de forma diversificada nos programas de pós-graduação.

Gráfico 4 – Subcategorias por área do conhecimento



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Como pode ser visto nos dados apresentados nas tabelas e gráficos acima, há uma dispersão considerável, tanto das subcategorias de Direitos Humanos, quanto das áreas temáticas/grupos de DH/EDH.

De sorte que, em conjunto, as três universidades reunidas nesta pesquisa optaram por visualizar essas duas principais chaves analíticas, da pesquisa Direitos Humanos (DH) e em Educação em Direitos Humanos (EDH), por meio de gráficos gerados pelo *software* Iramutec; a saber, a partir de: Classificação Hierárquica Descendente (CDH), Nuvem de palavras e Análise de Similitude.

CLASSIFICAÇÃO HIERÁRQUICA DESCENDENTE (CDH), NUVEM DE PALAVRAS E ANÁLISE DE SIMILITUDE: VISUALIZAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA NAS ANÁLISES E NOS GRÁFICOS GERADOS PELO IRAMUTEQ

Nesta seção, realizamos uma análise textual dos 243 resumos das dissertações e teses produzidas no âmbito da Universidade Federal de Goiás (UFG) – em 14 Programas de Pós-Graduação (PPGs) de 11 áreas do conhecimento –, a fim de produzir uma imagem panorâmica dos temas e dos problemas, bem como das principais influências conjunturais e teórico-metodológicas, que marcaram as pesquisas de mestrado e doutorado sobre Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos no período.

Os 243 TFCs foram selecionados pela pesquisadora Aline Santos Leite Medrado – por ocasião e seguindo instruções do projeto de pesquisa *Pós-graduação e Educação em Direitos Humanos: um desafio contemporâneo*, coordenado localmente pelo professor Ricardo Barbosa de Lima (UFG) e em nível nacional pela professora Nair Heloisa Bicalho de Sousa (UnB) –, que categorizou 223 dos TFCs como situados no campo dos Direitos Humanos (DH) e 20 no campo da Educação em Direitos Humanos (EDH). Aproveitando esses dados, no contexto da mesma pesquisa, extraímos e tratamos seus resumos, os quais deram origem a dois conjuntos de dados na forma de dois *corpora* textuais (DH e EDH), com os quais realizamos três tipos de análise computacional por meio do *software* de análise de dados textuais Iramuteq: a Classificação Hierárquica Descendente (CDH), que é parte do Método de Reinert, a nuvem de palavras e o gráfico de similitude, cujos resultado foram descritos e interpretados de forma exploratória.

O *corpus* do conjunto dos DH é composto por 43.191 ocorrências textuais (números, palavras, termos compostos etc.), de 8.879 formas diferentes, das quais 5.649 (ou 63,62% das formas e 13,08% das ocorrências) ocorrem apenas uma vez (hápax). E, mais de dez vezes menor, o *corpus* correspondente à categoria da EDH possui 3.744 ocorrências textuais de 1.342 formas diferentes, das quais 971 (ou 70,12% das formas e 25% das ocorrências) são hápax.

Partindo para a apresentação e descrição dos achados por categoria (DH e EDH) e a partir das três análises mencionadas (CHD, nuvem de palavras e gráfico de similitude, nesta ordem), trata-se, primeiramente, o *corpus* produzido a partir dos resumos daquelas dissertações e teses categorizadas como do campo dos Direitos Humanos (DH), e, em seguida, repetimos os procedimentos com o *corpus* ligado ao subcampo da Educação em Direitos Humanos (EDH).

SUMÁRIO

ANÁLISE DO *CORPUS* TEXTUAL DE RESUMOS DOS ESTUDOS DO CAMPO DOS DIREITOS HUMANOS (DH)

Procedendo à Classificação Hierárquica Descendente do *corpus* da categoria dos DH, deixando “ativas” apenas as “formas não reconhecidas” (para capturar expressões compostas) e os “substantivos” (todas as outras classes gramaticais foram deixadas como “suplementares”), o programa processou o número de 4.937 formas ativas, das quais 977 com frequência igual ou maior a 3, e 1.817 formas suplementares. Na análise, o programa considerou 1.044 segmentos de texto de um total de 1.245, ou seja, obteve 83,86% de aproveitamento, indicando uma análise que é estatisticamente representativa do conteúdo do *corpus*. Esse conjunto de segmentos de texto aproveitados foi subdividido, mediante análise com base no Método de Reinert, em quatro classes hierárquicas descendentes, representadas enquanto *clusters* no dendograma (de tipo filograma) de CHD exibido a seguir:

SUMÁRIO

Gráfico 5 – Classificação Hierárquica Descendente dos resumos (DH)



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A Classe 4, com 194 (ou 18,58%) dos 1.044 segmentos de texto analisados, é a mais abrangente e traz, entre alguns temas transversais, como educação e inclusão, termos sobre os métodos adotados nas pesquisas, como nos indicam as formas: dado, documento, levantamento, revisão bibliográfica, pesquisa documental, entrevista, questionário, pesquisa de campo (que dão conta de questões metodológicas); certos sujeitos de pesquisa comuns da área de pesquisa em Educação são: aluno, criança, gestor, professor (área que de fato se destaca nas estatísticas como a área de produção mais central, numerosa e relevante para a análise aqui em curso); e emerge um tema mais específico, que agrupa questões de “acessibilidade”, “inclusão” e “mobilidade”, relativamente a temas da área de pesquisa em Educação. Para essa classe hierárquica, que seria a principal de acordo com a análise, as estatísticas da CHD destacaram a produção de 2013 e 2015, com um grande número de dissertações de mestrado abordando as questões representadas pelos segmentos de texto mais centrais e relevantes.

Em um segundo nível de hierarquia, tem-se a Classe 3, contendo 17,24% (ou 180) dos segmentos de texto analisados, que agrupa referências em torno de um tema importante para o campo dos Direitos Humanos e que concentra considerável parte da produção aqui analisada (em especial, em função das contribuições da área de Geografia, uma das predominantes na análise, empastada virtualmente com a área de Educação, a primeira, com 40, e a última, com 41 resumos, somados os dois *corpora*): o tema da “terra” (então simbolizado pelas formas: terra, território, camponês, MST, assentamento, trabalhador rural, reforma agrária, posseiro, latifúndio, agronegócio etc.); com destaque para as áreas de Geografia, Direito Agrário e Ciência Política.

Os demais temas aparecem na classificação em um nível hierárquico abaixo, como veremos a seguir, mas não por serem menos importantes para o campo, e sim porque a questão da terra, além do destaque já feito para a produção da área de Geografia,

SUMÁRIO

ganha enorme relevo na produção acadêmica de Humanidades como um todo na UFG, na medida em que guarda relação com os problemas sociais e as temáticas que chamam a atenção das autoridades e dos especialistas em DH para as Regiões Centro-Oeste e Norte do país, como: conflitos socioambientais e territoriais em torno de projetos de grandes empreendimentos, terras devolutas e propriedades privadas, envolvendo de latifundiários, grileiros e posseiros a movimentos de trabalhadores sem-terra, de Povos Indígenas e de quilombolas; situação de trabalho escravo ou em condição análoga à escravidão; bem como violência no campo.

Seguindo na classificação, no terceiro nível, estão as Classes 1 e 2. A Classe 1, com 29,89% (312) dos segmentos de texto considerados pela análise, as quais reúnem um conjunto mais geral de temas transversais em Direitos Humanos, simbolizados, por exemplo, pelas formas textuais: mulher, gênero, sexualidade, violência, crime, diferença, identidade, grupo e movimento social – no caso, com destaque para a produção nas áreas de Sociologia, Comunicação e Antropologia Social.

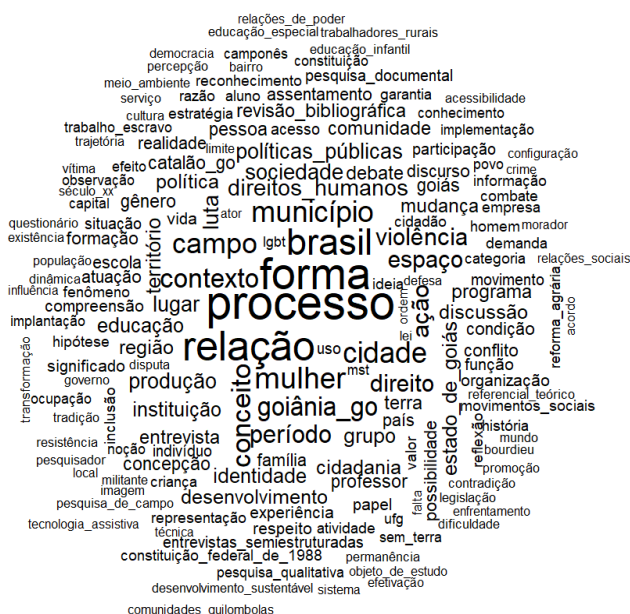
E, por fim, na Classe 2, com 34,29% (358) dos segmentos de texto analisados na CHD, são evidenciadas questões ligadas ao âmbito das relações entre Direitos Humanos e política, destacando-se as formas: política, conflito, combate, direito, tensão, debate, discussão, Direitos Humanos, cidadania, desenvolvimento sustentável, justiça, política pública, ações afirmativas, cota e Brasil. As contribuições nesta Classe se concentram, em especial, nos trabalhos das áreas de: Direito Agrário, Filosofia, Direitos Humanos e Ciência Política, com ênfase para a produção no ano de 2009.

Ainda a partir desse mesmo *corpus*, passando agora para a “nuvem de palavras”, foram consideradas apenas formas ativas e com repetição (frequência, ocorrência) igual ou maior que 10 vezes, limite considerado em função da inteligibilidade do gráfico. Dada a grandeza do campo, tamanho recorte fez com que detectássemos apenas as

SUMÁRIO

“linhas de pesquisa” já consagradas no campo. E, mediante critério subjetivo dos analistas, foram eliminadas as formas autorreferentes e, por isso mesmo, consideradas não substantivas (ou ainda como ruídos) para a análise (por exemplo: “a proposta aqui é...”; “neste estudo”; “nesta pesquisa” etc.) – esse mesmo tratamento foi dado às demais análises por nuvem de palavras e por gráfico de similitude.

Gráfico 6 – Nuvem de palavras dos resumos (DH)



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Já para o gráfico de similitude foram consideradas apenas formas ativas e com repetição (frequência, ocorrência) igual ou maior que de 15 vezes, limite imposto em vista da inteligibilidade do gráfico, o que fez com que se destacassem apenas formas ligadas a temas predominantes no campo dos DH. Mediante critério subjetivo dos analistas, foram eliminadas aquelas formas consideradas como não substantivas, tal como foi feito com a nuvem de palavras.

Gráfico 7 – Gráfico de similitude dos resumos (DH)



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

O destaque para palavras como “processo” e “forma”, embora não substantivo, enfatiza o caráter descritivo e sincrônico de grande parte das pesquisas consideradas. O termo “campo” aparece em parte como referência ao meio rural e em parte ao conceito de “campo” do sociólogo Pierre Bourdieu, que é também o autor mais citado nos resumos como parte do referencial teórico-metodológico entre as pesquisas categorizadas como dentro do campo dos DH (as referências ao autor ocorrem em 11 dos resumos).

Merecem destaque também as referências a: Florestan Fernandes (4 resumos), Hanna Arendt (3) Michel Foucault (3) e Veena Das (3), que acabaram ficando fora do recorte (frequência mínima de 10 ocorrências) para a produção do gráfico. Um termo em destaque, mas de difícil entendimento no bojo desta revisão, é o termo “relação”, que parece indicar a complexidade das pesquisas, uma vez que buscam associar ou relacionar diversos fatores, temas e variáveis em suas análises, às vezes, interdisciplinares.

O Estado de Goiás e, em especial, a cidade de Goiânia, sua capital, destacam-se como *loci* da maioria das pesquisas produzidas na UFG, embora também haja, entre as selecionadas, pesquisas feitas em outros estados, especialmente, da Região Centro-Oeste e da Região Norte, e mesmo em outros países.

Não só no espaço, mas no tempo, o destaque para termos como “período” e “século XX” mostra pesquisas situadas historicamente e que, apesar de serem sincrônicas em sua maioria, revelam também uma porção de estudos diacrônicos e que supera em muito o número de 26 contribuições da área de História – às quais se somam muitas contribuições das áreas de Direitos Humanos, de Educação e de Filosofia.

Já formas como “Direitos Humanos”, “políticas públicas” e “Constituição Federal de 1988” evidenciam uma frente de estudos direcionada a questões mais abrangentes de direitos constitucionais e também relacionadas à política como meio de “garantia” de direitos e “luta” por direitos (dois termos que aparecem com bastante destaque), e que vão desde abordagens sobre a “função social da propriedade”, ou de Terras Indígenas, até discussões sobre os direitos fundamentais de populações em situações diversas de vulnerabilidade em termos de violência (tal como a população “LGBT”, por exemplo) e sobre o acesso à educação formal (que também incide sobre pautas de “inclusão” para parcelas discriminadas e/ou excluídas da população brasileira, com destaque para as pessoas portadoras de necessidades especiais).

SUMÁRIO

Por fim, as ramificações do gráfico de similitude, apesar de aparentemente mais limitadas do que a realidade em suas indicações, mostram-nos concentrações em torno de linhas de temas comumente interrelacionados nos estudos e pesquisas do campo científico aqui em questão, como: Direitos Humanos e políticas públicas; direito e cidadania; escola, formação e professor; educação como inclusão; comunidade e identidade; mulher e violência; conflito e território; latifúndio, terra e MST; movimentos sociais e campesinato; etc.

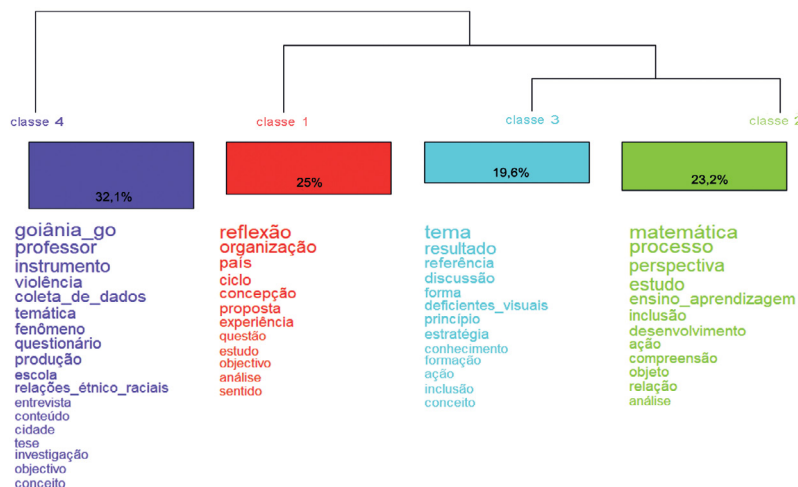
Passemos agora à análise do *corpus* referente ao campo de EDH.

ANÁLISE DO *CORPUS* TEXTUAL DE RESUMOS DOS ESTUDOS DO SUBCAMPO DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (EDH)

A partir da Classificação Hierárquica Descendente, mantendo as configurações padrão do *software*, ajustando o número de formas consideradas na análise para o mesmo número de formas presentes nesse *corpus* e deixando ativos apenas os “substantivos” (as demais classes gramaticais foram consideradas como forma suplementares) e as “formas não reconhecidas”, o programa processou o número de 638 formas ativas, das quais 119 têm frequência igual ou maior que 3, e 451 formas suplementares.

Na análise, o programa considerou 1.342 formas, em 108 segmentos de texto, dos quais apenas 56 (ou 51,58%) foram aproveitados na CHD, o que é um baixo aproveitamento e indica que a análise não reflete o *corpus* com a fidedignidade que sugere o método (indica-se, como bom índice, um aproveitamento de 70%), apesar dos esforços para calibrar os parâmetros da análise no *software* – situação que nos exigiu um maior esforço interpretativo e que buscamos compensar estabelecendo correspondências com os dados das demais análises.

Gráfico 8 – Classificação Hierárquica Descendente dos resumos (EDH)



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Com 18 segmentos de texto analisados (32,14%), a Classe 4 é a mais abrangente e traz aspectos mais ligados a métodos e temas transversais, como apontam as formas: instrumento, coleta de dados, temática, fenômeno, questionário, entrevista, conteúdo, investigação, objetivo e conceito, de um lado (métodos); e professor, violência, produção (forma que, quase sempre, remete a referenciais marxistas, tanto neste *corpus*, como no *corpus* do campo dos DH), relações étnico-raciais e cidade, de outro (temas transversais). Na Classe 4, o destaque vai para a área de Direitos Humanos, com ênfase no que se produziu no ano de 2011.

Em um segundo nível de hierarquia está a Classe 1, com 25% (14) dos segmentos de texto, que parece reunir questões metodológicas secundárias, como indicam formas ligadas a objetivos de pesquisa, como: "construir" e "identificar", e os termos "reflexão", "concepção" e "experiência"; e alguns temas gerais, tais como: "país", "organização" (forma esta que, em três das quatro ocorrências,

esteve relacionada às estruturas institucionais das políticas públicas de educação) e "ciclo" (forma ligada ao glossário de termos técnicos da área de Educação).

E, no terceiro e último nível, tem-se as Classes 2 e 3.

A Classe 2, com 13 (23,21%) segmentos de texto, traz formas relativas a certos objetos da pesquisa na área de Educação, como "ensino-aprendizagem" e "inclusão". Nesta, destacam-se trabalhos em grau de doutorado.

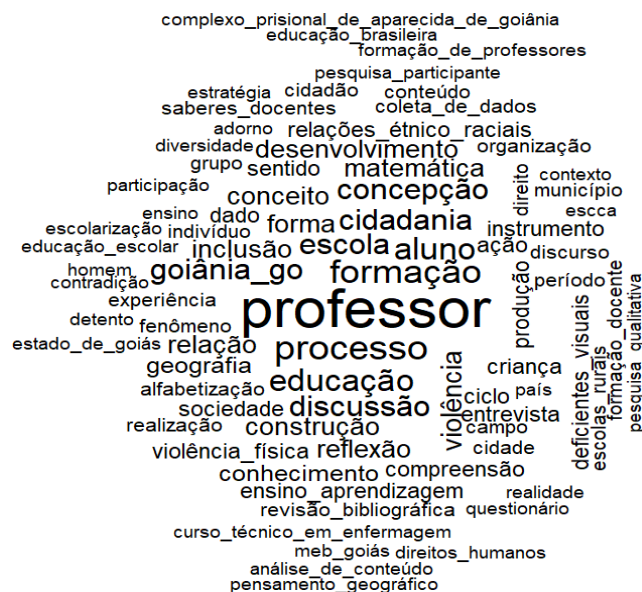
E, por fim, na Classe 3, com 11 (19,64%) dos segmentos de textos considerados nesta análise, prejudicada pelo baixo aproveitamento da leitura com o *software* no caso deste *corpus*, assim como a classe anterior, temos indicações metodológicas e temáticas secundárias que trazem estudos transversais no subcampo da EDH, como aqueles da Geografia e Sociologia, e referências bastante específicas de suas temáticas, como o ensino de Geografia para deficientes visuais, por exemplo, e, novamente, o tema da "inclusão", que aparece também na Classe 2. Para a Classe 3, as estatísticas destacam as dissertações e teses defendidas em 2015.

Passemos, agora, à análise da nuvem de palavras e do gráfico de similitude para o *corpus* do subcampo da EDH, que tendem a mostrar (no caso, com mais fidedignidade que a CHD) as suas principais características substantivas.

Para a nuvem de palavras, foram selecionadas apenas as formas ativas e todas as formas consideráveis para a análise, ou seja, com frequência igual ou maior que 3 vezes, tendo em vista o pequeno tamanho do *corpus* do subcampo da EDH, permitindo uma leitura mais integral de seu conteúdo pelo *software*. E, mediante critério subjetivo dos analistas, foram eliminadas formas autorreferentes e consideradas não substantivas para análise – à semelhança do que fora feito para a análise do *corpus* do campo dos DH.

SUMÁRIO

Gráfico 9 – Nuvem de palavras dos resumos (EDH)



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Fica clara a centralidade dos estudos nos aspectos correlacionados com a docência – o professor – e o processo de formação dos alunos e a escola. Majoritariamente trabalhos vindos dos PPGs de Educação (Goiânia e Catalão) e, bem periféricamente, de quatro resumos de dissertações: 2 PPG Geografia e 2 PPG Interdisciplinar em Direitos Humanos.

Para o gráfico de similitude, foram consideradas as formas ativas com ocorrência igual ou maior que 3 vezes, um pouco ao custo de dificultar a legibilidade de certas partes do gráfico, entretanto, com o objetivo necessário de não perder a riqueza de dados que seria excluída com um recorte mais restrito, dado o tamanho resumido do *corpus* aqui em análise. Mediante critério subjetivo dos analistas, foram eliminadas formas consideradas como não substantivas, tal como foi feito com a nuvem de palavras.

SUMÁRIO

The network graph illustrates a dense web of conceptual relationships. The central node is 'professor', which is connected to a large number of other nodes. Other highly connected nodes include 'concepção', 'aluno', 'relação', 'processo', 'formação', 'discussão', 'educação', 'análise', 'relação', 'formação', 'docente', 'admo', 'ciclo', 'país', 'organização', 'direito', 'pensamento', 'educação', 'escolar', 'sentido', 'investigação', 'cpt', 'revisão', 'bibliográfica', 'melo', 'goias', 'conhecimento', 'criança', 'fenômeno', 'contradição', 'uso', 'grupo', 'teoria', 'tic', 'pesquisa', 'participante', 'período', 'complexo', 'prisional', 'de', 'aparência', 'de', 'goiania', 'dado', 'alfabetização', 'estado', 'de', 'goias', 'detento'. The graph shows a high degree of interconnectedness, with many nodes having multiple connections to other nodes, creating a complex, non-linear structure.

De pronto, faz-se notar a forma “professor”, a mais evidente do gráfico, cujo tamanho e centralidade indicam ser a mais citada entre as ativas, bem como aquela que se mostra a mais presente entre os resumos que compõem o *corpus* do subcampo de EDH. Com ela se relacionam as formas: formação, formação de professores e formação docente; saberes docentes, educação escolar, alfabetização, ensino-aprendizagem e aluno; além de ativismos (MEB Goiás), espaços (escolas rurais) e modalidades (educação profissional, educação

de adultos, educação popular), e ainda orientações críticas e éticas (educação formativa, educação das relações étnico-raciais – em observação ao que preconiza a Lei nº 10.639 de 2003, as DCN de 2004 e as DNDH de 2012 –), associados à realidade docente no estado de Goiás e que são caros aos estudos situados no subcampo da EDH. Na nuvem de palavras e no gráfico de similitude, emergem ainda alguns temas mais específicos, como a “alfabetização” de “detentos” e a “violência física” no âmbito da “educação familiar”.

UMA PRIMEIRA SÍNTESE ANALÍTICA

De forma distintiva, os estudos no subcampo da EDH colocam a figura do professor em uma posição central, tanto como mediador da Educação para os Direitos Humanos, quanto como aquele que presencia e vivencia situações de violação desses direitos, concentrando, em alguma medida, a responsabilidade pedagógica de atuar contra elas pela via educativa. Neste subcampo, tem-se como locus privilegiado de pesquisa o ambiente escolar e como ofício a atuação docente.

De outro lado, as abordagens que distinguem os estudos do campo dos DH são aquelas mais abstratas, formais e teóricas, debruçadas sobre aspectos das legislações, bem como sobre dados estatísticos secundários, desenho de políticas públicas e funcionamento de instituições.

Dois temas fundamentais atravessam, com destaque, os campos dos DH e da EDH: a inclusão, que no primeiro caso está ligada a grupos vulneráveis da sociedade como garantia de direitos, e, no segundo, com ênfase na situação de educandos portadores de necessidade especiais; e a educação para as relações étnico-raciais, que teve uma grande importância geral, muito provavelmente por

SUMÁRIO

estar em alta no debate público, com a implementação e, depois os desmontes, das legislações que a incluíram nos currículos da educação básica e superior.

Por fim, com presença bastante mais importante nos estudos que compõem o campo dos DH, dois outros temas merecem destaque: gênero, apontando uma tendência, hoje, relativamente consolidada de estudos, especialmente a cargo das contribuições crescentes em Antropologia Social e Sociologia; e a terra, tanto pela importância dos estudos em Geografia e Direito Agrário sobre o tema, quanto pela relevância do tema na região em que se insere a UFG e a maioria de seus estudos.

REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera M. (org.). **Educação intercultural e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

CANDAU, Vera M. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. *In*: **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan.-mar./2012.

CANDAU, Vera M. Educação em direitos humanos: desafios atuais. *In*: SILVEIRA Rosa M. G.; DIAS, Adelaide A.; FERREIRA Lúcia de F. G.; FEITOSA, Maria Luíza P. de A. M.; CARBONARI, Paulo. **Direitos humanos**: sugestões pedagógicas. Passo Fundo: IFIBE, 2008.

CANDAU, Vera M. Por que educação em direitos humanos? Bases para a ação político-pedagógica. *In*: RODINO, Ana M.; TOSI, Giuseppe; FERNANDEZ Mônica B.; ZENAIDE, M. de Nazaré (org.). **Cultura e educação em direitos humanos na América Latina**. João Pessoa: UFPB, 2014.

CANDAU, Vera M. Sujeito de direitos humanos: questões abertas e em construção. *In*: FLORES, Joaquin Herrera. **A (re)invenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

FREIRE, Ana M. Araújo (org.) **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Unesp, 2005. (Série Paulo Freire).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MAGENDZO, Abraham (ed.). **De miradas y mensajes en la educación de derechos humanos**. Santiago: LOM Ediciones, 2004.

MAGENDZO, Abraham. **Educación em derechos humanos**: un desafío para los docentes de hoy. Santiago de Chile: Lom, 2006.

SANCHEZ RUBIO, David. **Direitos humanos constituintes e processos de luta**. Entrevista realizada por Nair H. Bicalho de Sousa. Disponível em: www.odireitoachadonarua.blogspot.com.br. Acesso em: 08 jan. 2015.

SANCHEZ RUBIO, David. Por una educación en derechos humanos desde una noción compleja e intercultural. *In*: JORNADAS ARGENTINAS DE FILOSOFÍA JURÍDICA Y SOCIAL, XXVII, 2014. **Multiculturalismo, interculturalidad y derecho**. Buenos Aires: INFOJUS- Ministerio de Justicia y Derechos Humanos, 2014. p. 33-54.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A ecologia de saberes. *In*: _____. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma pedagogia do conflito. *In*: SILVA, L. H.; AZEVEDO, J. C. ; SANTOS, E. S. (org.) **Novos mapas culturais**: perspectivas educacionais. Porto Alegre: Sulina, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Da idéia de universidade à universidade de ideia. *In*: _____. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 2. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 3 ed. São Paulo: Cortez Editora 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **The European University at Crossroads**. Conferência proferida na Universidade de Bolonha, Bolonha, 16 set. 2010.

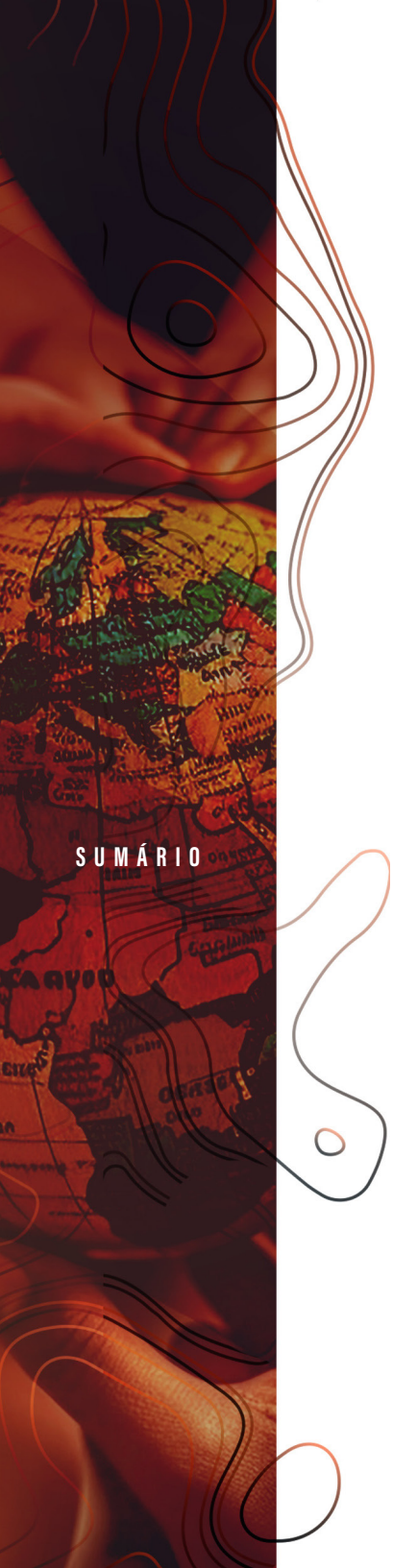
SUMÁRIO

SILVA, Aida; TAVARES, Celma. **Política e fundamentos da educação em direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUSA JR., José Geraldo. **Algumas questões relevantes para a compreensão dos direitos humanos**: problemas históricos, conceituais e de aplicação. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SOUSA JR., José Geraldo (org.). **Da universidade necessária à universidade emancipatória**. Brasília: Editora UnB, 2012.

ZENAIDE, Maria de Nazaré T. **Educação em direitos humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Universitária, 2007.



SUMÁRIO

4

Aline Santos Leite Medrado

UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA UFG¹¹

11

Esse texto é resultado da tese de doutorado em Sociologia desenvolvida por Aline Medrado (2021). Neste trabalho, a autora amplia o campo original de pesquisa até 2018 e analisa, para o enfoque teórico-metodológico dos trabalhos, para além da leitura dos Resumos.

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-161-1.4

A construção do conhecimento é um processo complexo e multifacetado que envolve uma série de elementos interconectados. Entre esses elementos, destacam-se as representações e ideias desenvolvidas pelos produtores de conhecimento, os contextos em que estão inseridos, as atividades que desenvolvem e o potencial de argumentação e discernimento que refletem em seus processos intelectuais. Esse processo é ainda mais evidente quando exploramos o campo do conhecimento relacionado aos direitos humanos (DH), uma vez que esta produção perpassa por vieses históricos, políticos, sociais e institucionais que, muitas vezes, influenciam e interferem na perspectiva de seus pesquisadores e impactam a forma como os seus temas são abordados e interpretados.

Este trabalho se propõe a realizar uma análise sociológica do conhecimento, com foco na produção acadêmica sobre direitos humanos nos programas de pós-graduação da Universidade Federal de Goiás (UFG). Para alcançar esse objetivo, o estudo abrangeu um período de 2009 a 2018 e considerou as grandes áreas do conhecimento das Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Multidisciplinar.

Para analisar esse conjunto intrincado de sujeitos e subjetividades que compõem o campo do conhecimento dos direitos humanos, é necessário considerar a diversidade de contextos em que as pesquisas são realizadas. Isso implica em compreender como o sistema cognitivo é construído, levando em conta as diferentes realidades sociais, culturais e políticas em que os pesquisadores atuam e como se entrelaçam as relações entre os sujeitos, os saberes e as sociedades.

O arcabouço teórico adotado neste estudo se baseia nos conceitos centrais da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim. A obra "Ideologia e Utopia" de Mannheim, bem como o seu artigo "Sociologia do Conhecimento", publicado em 1931, são referências fundamentais. Mannheim é reconhecido por suas contribuições à

SUMÁRIO

sociologia, especialmente por sua abordagem crítica em relação à reflexão epistemológica apriorística, que negligência a influência dos contextos sociais na construção do conhecimento.

Além de Mannheim, outra referência bibliográfica relevante para este estudo é o trabalho de Pierre Bourdieu (2004a), "Os Usos Sociais da Ciência, por uma Sociologia Clínica do Campo Científico". Bourdieu oferece insights valiosos sobre a dinâmica do campo científico, destacando como as relações de poder e os interesses institucionais podem influenciar a produção de conhecimento.

É importante ressaltar que, embora as questões relacionadas aos direitos humanos tenham ganhado destaque na academia, a pesquisa acadêmica nesse campo ainda é relativamente recente na pós-graduação da UFG. Portanto, este estudo se propôs a identificar os principais atores e os processos envolvidos nesta produção acadêmica, não apenas nos cursos e programas específicos de direitos humanos, mas nas grandes áreas do conhecimento, buscando identificar seus enunciadores e os processos intrínsecos à produção.

A metodologia adotada neste estudo combina abordagens quantitativas e qualitativas. A pesquisa do tipo "Estado da Arte", conforme proposta por Ferreira (2002), permitiu mapear as produções acadêmicas sobre direitos humanos, identificar suas construções teóricas predominantes e analisar os contextos em que são desenvolvidas.

A análise de conteúdo, conforme definida por Bardin (2016), desempenhou um papel essencial ao extrair significados e conhecimentos a partir das manifestações textuais encontradas nas obras acadêmicas selecionadas. Isso possibilitou uma compreensão mais profunda das abordagens e argumentos presentes na produção acadêmica. As técnicas de interpretação da Análise de Conteúdo, de Bardin (2016), configuraram-se como um conjunto de mecanismos de

SUMÁRIO

interpretação de estados, dados e fenômenos que permitiram inferir conhecimentos sobre o emissor da mensagem e sobre o seu meio.

Além disso, a utilização de métodos da Prosopografia de Grupo, de Lawrence Stone (2011), permitiu investigar as características individuais e coletivas dos autores e orientadores das pesquisas identificadas. Isso incluiu a análise de suas formações acadêmicas, experiências profissionais e contribuições específicas para o campo do conhecimento dos direitos humanos.

É importante ressaltar que este ensaio representa apenas um recorte de uma tese mais abrangente desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFG, intitulada “Direitos Humanos na produção Acadêmica da Pós-graduação da Universidade Federal de Goiás” (Medrado, 2021). Esta tese investigou de forma mais aprofundada a produção acadêmica em direitos humanos na UFG, evidenciando as temáticas abordadas, os pressupostos teóricos utilizados e o contexto sócio-histórico, político e institucional em que estão inseridos os seus produtores e receptores.

Embora não exaurindo todas as possibilidades de análise e discussão sobre o tema, este estudo busca contribuir para uma perspectiva mais profunda e abrangente sobre a produção do conhecimento em direitos humanos na UFG, considerando o campo científico em que está inserido e o agente investigador. O objetivo é lançar luz sobre os movimentos desse campo, por meio do levantamento da produção, categorização das obras e análise de seus conteúdos, e, na proporção do objeto investigado, oferecer uma visão enriquecedora sobre o desenvolvimento do conhecimento em direitos humanos na universidade e suas implicações para a sociedade em geral.

SUMÁRIO

SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO E O CONCEITO SOCIOLÓGICO DE CAMPO CIENTÍFICO: VERTENTES INICIAIS

Analisar sociologicamente um campo do conhecimento significa “compreender como o seu sistema cognitivo é construído, considerando os aspectos teóricos e pragmáticos e os fatores que possam influenciar ou condicionar sua produção nas relações entre os sujeitos, os saberes e as sociedades” (Medrado, 2021, p. 34). Neste contexto, a Sociologia do Conhecimento emerge como uma disciplina que se dedica a investigar o conhecimento, evidenciando como se interrelacionam o processo de construção do saber e o contexto de sua produção. Esta especialidade tem como um dos seus principais representantes o filósofo Karl Mannheim.

Mannheim argumenta que o processo de construção do conhecimento deve ser compreendido considerando camadas estruturais que são determinadas pelo “espírito da época”, pela “visão de mundo” e pelo “gosto pessoal”. Estas estruturas influenciam os níveis de sentidos que se manifestam de forma objetiva, que apresentam as características autoevidentes; de forma expressiva, pelo psicológico do sujeito; e, documental, que representa o conteúdo manifesto e evidente. Neste pensamento, Mannheim percorre os estudos sobre epistemologia e metodologia e chega ao “próprio conhecimento como objeto de conhecimento das ciências históricas e culturais” (Mazucato, 2020, p. 61).

Mannheim (1968), na construção limiar da Sociologia do Conhecimento, sugere a concepção de uma categoria que permita a análise da mudança de função de um pensamento em razão da sua situacionalidade. Nesta base analítica, o desenvolvimento de

SUMÁRIO

um conhecimento está intrinsecamente ligado à interação entre o campo das ideias com o campo social, levando em conta o contexto em que ocorre sua produção.

Outra abordagem de Mannheim, adotada para a análise da produção do conhecimento acadêmico em direitos humanos na UFG, está expressa em sua obra “A democratização da cultura”, publicada em 1933. O autor apresenta suas reflexões sobre planejamento, democracia e liberdade, evidenciando as matérias políticas e os conflitos gerados pela crise na sociedade moderna.

Para Mannheim, o nível de democratização de uma determinada sociedade ou grupo pode ser medido pela acessibilidade ou não ao conhecimento. O autor destaca que o “ideal democrático de conhecimento é caracterizado pela acessibilidade ilimitada e pela comunicabilidade. Entretanto, ambas são limitadas, mesmo em culturas democráticas” (Mannheim, 2008d [1933], p. 153 apud Mazucato, 2020, p. 131). O pensamento de Mannheim aponta para uma Sociologia do Conhecimento constituída não apenas como uma especialidade científica, mas como um método para a democratização cultural (Medrado, 2021, p. 39).

Mannheim também enfatiza o papel da educação como um dos principais meios para o desenvolvimento de uma sociedade verdadeiramente democrática. Uma educação que capacite os indivíduos a compreenderem o mundo em que estão inseridos e que fundamenta as transformações necessárias para a tomada de consciência de si e do seu potencial produtor do conhecimento. Sua tese aponta que existem modos de pensamentos que não podem ser adequadamente compreendidos se mantidas obscuras suas origens sociais. Segundo Mannheim:

[...] a Sociologia do Conhecimento busca compreender o pensamento no contexto concreto de uma situação histórico-social, de onde só muito gradativamente emerge o pensamento individualmente diferenciado. Assim, quem

SUMÁRIO

pensa não são os homens em geral, nem tampouco indivíduos isolados, mas os homens em certos grupos que tenham desenvolvido um estilo de pensamento particular em uma interminável série de respostas a certas situações típicas características de sua posição comum (Mannheim, 1968, p. 23).

Nestes termos, a análise sociológica do conhecimento busca considerar as condições sociais em que sujeito e objeto desenvolvem os seus produtos culturais. O interesse intelectual individual torna-se consciente, orientado por uma motivação coletiva, fornecendo hipóteses de pesquisa e os modelos de pensamento. Isso permite que um novo tipo de objetividade seja alcançado, não pela exclusão do contexto, mas sim pela percepção e pelo controle crítico individual.

Do ponto de vista da Sociologia do Conhecimento de Mannheim, não há formulação crítica do pensamento ao nível das próprias afirmativas, o exame está no nível estrutural, permitindo que um mesmo objeto de pesquisa possa ser observado por diferentes sujeitos considerando seus contextos e suas perspectivas de análise. Neste sentido, o autor aponta que:

A Sociologia do Conhecimento é, por um lado, uma teoria, e, por outro, um método histórico-sociológico de pesquisa. Enquanto teoria, pode assumir duas formas. É, em primeiro lugar, uma investigação puramente empírica, através da descrição e análise estrutural das maneiras pelas quais as relações sociais influenciam, de fato, o pensamento. O que pode levar, em segundo lugar, a uma inquirição epistemológica voltada para o significado desta inter-relação para o problema da validade. É importante notar que estes dois tipos de indagação não estão necessariamente ligados, podendo-se aceitar os resultados empíricos sem se tirar as conclusões epistemológicas (Mannheim, 1968, p. 190).

Para este trabalho, buscamos investigar o contexto de produção dos trabalhos acadêmicos que tratam das questões dos direitos humanos na pós-graduação da UFG, colocando em evidência

SUMÁRIO

a conjuntura histórico-social e política da inserção deste tema no cenário nacional e na estrutura institucional que considera a área do conhecimento, a formação e atuação dos autores produtores deste conhecimento.

A justificativa para a retomada do pensamento de Mannheim na atualidade nos estudos sobre a produção acadêmica em direitos humanos, considerou os argumentos de Wivian Weller (2005), que apresenta as valorosas contribuições de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa, destacando três características fundamentais: I. a associação do conhecimento e do pensamento ao contexto local; II. as reflexões metodológicas e o desenvolvimento de um método de análise qualitativa sobre a ação e suas intenções, isto é, apresenta a relevância de um método de interpretação das visões de mundo e reforça a diferença entre as análises científicas do objeto natural e do objeto cultural; e III. sua contribuição na definição de conceito “como geração, meio social (milieu), estilo e habitus” (Weller, 2005, p. 261).

Os estudos de Mannheim, neste trabalho, orientaram a análise de conteúdo das produções do campo de conhecimento em direitos humanos, observando fatores não-teóricos que se manifestam e influenciam o potencial reflexivo dos sujeitos produtores do saber em um determinado tempo e espaço.

A Sociologia do Conhecimento Científico passou, então, a estudar, por um lado, os aspectos estruturais que compreendem as mútuas influências entre fatores sociais e cognitivos, no âmbito das organizações científicas e, por outro, questões estritamente atinentes a gênese e a validação do conhecimento científico. (Silva, 2012, p. 51).

Além de Mannheim, a abordagem de Pierre Bourdieu é incorporada nesta pesquisa, especialmente o conceito sociológico de campo científico, dando ênfase à noção de habitus e capital científico. Este conceito proporcionou um adensamento das discussões e as tensões presentes no âmbito da produção acadêmica dos

SUMÁRIO

direitos humanos na UFG, uma vez que coloca a pesquisa empírica do contexto social como um esforço contínuo de análise para que se possa extrair, do real, as causas e as forças que movem os indivíduos e as coletividades.

Para Bourdieu, "campo" são espaços da vida social ou da prática social que possuem regras próprias, são relativamente autônomos entre si e estão estruturados em torno de relações objetivas específicas e práticas que se apresentam lógicas para seus agentes.

Um campo se define entre outras coisas através da definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos que são irreduzíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios de outros campos [...]. Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas a disputar o jogo dotadas de habitus que impliquem o conhecimento e o reconhecimento das leis iminentes do jogo, dos objetos de disputas (Bourdieu, 2004a, p. 89).

Segundo Bourdieu (2004a), o campo é um espaço de forças que se movimentam no sentido da transformação ou da autoconservação. Fazem parte deste campo os agentes concorrentes, que se estabelecem em hierarquias fundamentadas pela distribuição de capitais específicos acumulados. Bourdieu define "capital" como:

o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de interreconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedade comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes (Bourdieu, 2011, p. 67).

Bourdieu concebe o campo científico, assim como qualquer outro campo, como um cenário permeado por lutas e dinâmicas de poder que se desdobram no enfrentamento dos desafios competitivos

SUMÁRIO

entre seus atores. Cada campo corresponde a um habitus próprio, e somente os agentes que tiverem assimilado esse habitus específico do campo científico têm condições de participar desta disputa e serem reconhecidos como relevantes.

O reconhecimento da contribuição do agente para a construção de um campo de conhecimento, para Bourdieu, pode depender da competência a ele atribuída por sua própria comunidade científica ou da competência tomada por ele como referência. Isso porque o conhecimento científico não é apenas um produto da ciência, mas também um produto social, implicando que as considerações epistemológicas podem ser moduladas pelas relações de poder que permeiam a comunidade científica e a sociedade em geral. Nas palavras de Bourdieu, o campo científico,

enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores) é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado (Bourdieu, 1983a, p. 123).

Bourdieu se aprofunda na análise das relações que permeiam o meio científico, destacando a marcante distribuição desigual do capital entre seus atores. Ele explora minuciosamente de que modo esse desequilíbrio de recursos pode ser interpretado como um contexto intrincado de competição e conflitos no interior do campo científico.

A estrutura de distribuição do capital determina a estrutura do campo, ou seja, as relações de força entre os agentes específicos: a posse de uma quantidade (logo, de uma parte) importante de capital confere poder sobre o campo, portanto sobre os agentes comparativamente menos dotados de capital (e sobre o requisito de

SUMÁRIO

admissão no campo. [...] os trunfos específicos, faz-se sentir, não por interação direta, intervenção ou manipulação, sobre todos os agentes, mas regulando as possibilidades que lhes estão abertas conforme estejam pior ou melhor situados no campo, ou seja, nesta distribuição (Bourdieu, 2003, p. 53).

Esta desigualdade na distribuição de recursos não se limita apenas às questões de prestígio acadêmico, de reconhecimento e de visibilidade, mas envolve também, dentre outras, a formulação de agendas de pesquisa, a legitimação de teorias e a disputa por recursos financeiros, estruturais e institucionais.

Bourdieu oferece uma análise aprofundada sobre como a desigualdade de capital molda o contexto de lutas e rivalidades no campo científico, esclarecendo como as dinâmicas de poder e competição influenciam o desenvolvimento da ciência e a avaliação das contribuições individuais. Conhecer um campo científico, por meio de Bourdieu, é compreender o contexto institucional em que o conhecimento é produzido, bem como a interação crítica entre os pesquisadores da área e as relações concorrenciais pelo capital científico.

PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM DIREITOS HUMANOS E O CONTEXTO INVESTIGATIVO: INTERSECÇÕES ESSENCIAIS

Apresentadas as bases teóricas que sustentam as reflexões deste capítulo, o foco da análise passa a ser o material scrutinado. Estabeleceu-se como recorte temporal desta pesquisa os anos de 2009 a 2018. Este período compreende uma década da aprovação do Programa Nacional de Direitos Humanos - 3 (PNDH-3),

SUMÁRIO

que adotamos como referencial temático para a identificação dos trabalhos, em conjunto com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH).

A escolha por este referencial temático foi entendida como um condicionante social da produção acadêmica em direitos humanos, revelando o sentido sócio-histórico da construção das políticas para a promoção dos direitos humanos e para a educação dos direitos humanos no Brasil, que interferem no campo investigado. O processo de aprovação do PNDH-3 e PNEDH expôs conflitos, localizou espaços e entes sociais e orientou na construção de ideias e ações voltadas para a concepção de políticas públicas que têm como objetivo o reconhecimento e a defesa de direitos que refletem as dimensões social, civil e política da vida humana.

Após finalizar os processos de busca e refinamento das obras, de acordo com os critérios e lócus determinados, foi elaborado um panorama dessa produção acadêmica, evidenciando suas características, em que destacamos aspectos como: o espaço e a temporalidade; a autoria e a orientação; e a categoria temática.

No que diz respeito ao aspecto espacial, a organização das produções acadêmicas investigadas foi estruturada em dois níveis de categorização, seguindo a tabela de áreas desenvolvida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Primeiramente, temos a categorização por "Grande Área", que agrupa estudos de acordo com as afinidades entre seus objetos de pesquisa, métodos utilizados e recursos empregados. Esse nível busca uma organização mais ampla e abrangente das produções, destacando os campos gerais do conhecimento em que estão inseridas.

Em seguida, temos a categorização por "Área Específica do Conhecimento", que considera os Programas de Pós-graduação (PPGs) da Universidade Federal de Goiás (UFG) identificados durante a pesquisa. Essa categorização mais detalhada permite uma análise

SUMÁRIO

mais precisa das obras, destacando os PPGs específicos que contribuíram para a produção acadêmica analisada. Como resultado, as obras analisadas estão distribuídas em dezoito PPGs da UFG, sendo:

12 (66,6%) programas cujas áreas de avaliação pertencem a grande área da Ciências Humanas, 03 (16,7%) das Ciências Sociais Aplicadas e 03 (16,7%) na grande área Multidisciplinar. Com relação a distribuição das teses e dissertações por área do conhecimento identificamos 142 (54%) nas Ciências Humanas, 51 (19,4%) nas Ciências Sociais e 70 (26,6%) são da área Multidisciplinar (Medrado, 2021, p. 120).

Cada PPG representa um ambiente acadêmico único, com suas próprias características e focos de pesquisa, contribuindo assim para a diversidade e para a riqueza da produção acadêmica em questão.

A pesquisa realizou um mapeamento cronológico minucioso com base nos registros de ano de defesa dos trabalhos investigados. Essa análise temporal buscou compreender a evolução e a distribuição ao longo do tempo das produções acadêmicas examinadas. Cada registro de ano de defesa foi cuidadosamente catalogado e analisado para identificar tendências, padrões e variações ao longo do período de estudo:

[...] o número de registros por ano de defesa dos trabalhos que tratam de questões dos direitos humanos manteve uma certa regularidade no período de 2009 a 2013, de 11 (onze) a 14 (catorze) trabalhos por ano, e aumentou consideravelmente a partir de 2014. O salto foi de 14 (catorze) obras defendidas em 2013 para 43 (quarenta e três) em 2014, o que configura um aumento de 207% (duzentos e sete por cento). Este aumento se deve principalmente à defesa das primeiras dissertações, que somam 13 (treze) trabalhos de mestrado do PPG em Direitos Humanos, da área Multidisciplinar, o que não é um crescimento exclusivo de tal área, a produção acadêmica das outras áreas do conhecimento também apresentou crescimento (MEDRADO, 2021, p. 125).

SUMÁRIO

Esse mapeamento cronológico permitiu não apenas uma visão geral da produção ao longo do tempo, mas também uma compreensão mais detalhada das mudanças e desenvolvimentos que ocorreram nas pesquisas relacionadas aos direitos humanos dentro do contexto da UFG.

Quanto à relação do quantitativo dos trabalhos identificados na pesquisa e o total da produção de cada PPG, dos 18 programas analisados, 8 têm produção acadêmica sobre temas dos direitos humanos acima de 10% do total de trabalhos defendidos no período. Destacamos os PPGs em Antropologia, Ciências Políticas, Educação (Regional Catalão), Psicologia, Sociologia, Comunicação, Direito Agrário e o Interdisciplinar em Direitos Humanos.

Os autores e orientadores, inicialmente concebidos como os principais agentes envolvidos na construção do conhecimento no campo dos direitos humanos, foram investigados nos diversos aspectos de sua formação acadêmica, experiência profissional e envolvimento em atividades relacionadas aos direitos humanos, o que incluiu a consulta detalhada aos seus Currículos Lattes.

O propósito central dessa análise foi realizar uma caracterização completa e aprofundada dos indivíduos responsáveis por produzir esse conhecimento na Universidade Federal de Goiás (UFG). Isso implicou a identificação das suas áreas de formação acadêmica, revelando suas competências e especializações, bem como a exploração de seus antecedentes profissionais, o que auxiliou na compreensão das trajetórias que os levaram a se tornarem atores-chave no campo dos direitos humanos. Ademais, a pesquisa também considerou as atividades específicas que esses agentes realizam no âmbito dos direitos humanos, proporcionando uma visão mais completa do seu engajamento e da sua contribuição para esse campo.

Assim, essa análise não apenas buscou responder à pergunta “quem são os produtores deste conhecimento na UFG?”,

SUMÁRIO

mas também forneceu uma visão detalhada do contexto institucional e profissional em que esses agentes estão inseridos, lançando luz sobre as motivações, as qualificações e a experiência que eles trazem para suas pesquisas e orientações no campo dos direitos humanos.

Os resultados quanto à formação (graduação) identificaram dentre os autores pesquisados um total de 31 diferentes áreas. As tabelas foram organizadas de forma a evidenciar as áreas de formação que tiveram o maior número de autores, os programas em que estavam inseridos e as áreas do conhecimento das Ciências Humanas (CH), Ciências Sociais Aplicadas (CS) e Multidisciplinar (MD).

A formação predominante neste grupo de autores foi na área do Direito, concentrados nos PPGs em Direito Agrário e Interdisciplinar em Direitos Humanos, seguidos, em menor proporção, pelos programas em Ciências Políticas e em Sociologia. Apesar de ter sido constatada a predominância da escolha, pelo pós-graduando, por um programa na mesma área da graduação, parte considerável do corpo discente dos PPGs analisados apresenta diversidade de formação entre os seus titulados. O PPG em Direitos Humanos é o programa em que esta característica está mais predominante, tendo em vista o seu caráter interdisciplinar, seguido do Programa de Pós-graduação em Sociologia.

Quanto ao exercício profissional dos autores, a pesquisa categorizou as atividades em sete diferentes segmentos: administração, jurídico e de segurança, comunicação, docência, educação, pesquisa, saúde e outros. Destacamos o segmento “Docência”.

O setor de “Administração” (6%) agrupou atividades de gerência, gestão e técnicos e analistas administrativos. O “Jurídico/Segurança” (18%) envolve o exercício da advocacia, analista, técnico e assessor jurídico, oficial de justiça, promotoria, defensoria pública, juiz de direito, e atividades meio de aplicação da lei como, delegado, policial, escrivão e conselheiro tutelar. No setor da “Comunicação”

SUMÁRIO

(4%) identificamos profissionais analistas, técnicos e assessores de comunicação, jornalistas, intérpretes e relações públicas. Distinguimos os setores de "Docência" (51%) e "Educação" (4%) [...]. No setor "Pesquisa" (4%) consideramos os profissionais que estão em processo de doutoramento e/ou estão envolvidos institucionalmente em projetos de pesquisa. No segmento da "Saúde" foram identificados 03 (três) profissionais (4%) que atuam como analistas da saúde e psicólogos (Medrado, 2021, p. 139).

A análise detalhada dos dados apurados, no aspecto espacial dos trabalhos e seus produtores, reflete e reforça a característica multi e interdisciplinar dos temas dos direitos humanos, que se constituem em um campo amplo do conhecimento, não disciplinarmente limitado, aberto para o diálogo e inter-relações entre as áreas acadêmicas e profissionais.

Os conteúdos relacionados aos direitos humanos, que foram objeto das pesquisas investigadas, passaram por um processo de categorização e classificação. Este processo resultou na identificação de nove categorias temáticas distintas, cada uma representando uma área específica dentro do amplo espectro dos direitos humanos.

Conforme os dados apresentados, que consideram as 263 teses e dissertações investigadas, observamos que 60 (22,9%) foram classificadas na categoria "Direitos Humanos para uma cidadania plena", 42 (16%) estão na temática "Direitos Humanos para o Combate às Desigualdades Estruturais", 36 (13,7%) na categoria "Direitos Humanos para a Igualdade na Diversidade", 33 (12,6%) "Educação e Cultura em Direitos Humanos". Duas categorias "Segurança, Justiça e Combate à Violência nos Direitos Humanos" e "Direitos humanos das crianças e adolescentes" apresentam cada uma 27 (10,2%) pesquisas; 20 trabalhos (7,6%) sobre o "Desenvolvimento sustentável e direitos humanos", já 10 trabalhos (3,8%) foram categorizados no tema "Direitos Humanos: memória e verdade" e 8 (3%) sobre a temática "Estado, democracia e direitos humanos" (Medrado, 2021, p. 151).

SUMÁRIO

Ao adotar essa abordagem detalhada de categorização, o objetivo foi proporcionar uma compreensão aprofundada das diversas áreas dentro do campo dos direitos humanos que foram objeto de estudo. Isso permitiu não apenas uma análise geral da produção acadêmica nessa área, mas também uma exploração minuciosa das nuances e dos tópicos específicos que os pesquisadores escolheram investigar, contribuindo para uma compreensão mais rica e detalhada do cenário de pesquisa em direitos humanos na UFG.

A partir dos fundamentos teóricos utilizados na pesquisa, o foco de análise dado ao conhecimento científico que trata de temas dos direitos humanos, produzido por estes acadêmicos da pós-graduação da UFG que desfrutaram de capitais científicos diferenciados, foi demonstrar como estes autores se apropriaram dessa temática, considerando que existem fatores existenciais que possam estar manifestos nas relações entre o conhecimento e o contexto, além de apresentar a adesão aos valores expressos por esses direitos em suas produções.

Por meio de uma análise sociológica, buscou-se relacionar as categorias temáticas de DH identificadas nos trabalhos (que delineiam o enraizamento social destas obras) ao espaço de sua produção no campo científico (que nesta pesquisa inclui a área do PPG, a formação do autor e do orientador, sua atuação profissional e o tipo de pesquisa desenvolvida).

Neste exercício, considerando os limites da pesquisa, pudemos inferir que a sistematização das narrativas presentes nas teses e dissertações investigadas apresentam condicionantes histórico-sociais, institucionais e existenciais que atuam na formação deste campo e nas perspectivas de análise que envolvem as discussões sobre os direitos humanos.

Observamos que houve um aumento na quantidade de produções acadêmicas sobre o tema de DH a partir do ano de 2014

SUMÁRIO

em todas as áreas pesquisadas. Relacionamos este crescimento ao processo de incrementação da política pública nacional que refletiu, por exemplo, na adesão aos programas internacionais de promoção e proteção dos direitos humanos, na aprovação do PNDH-3, e das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos (DNEDH) que reafirmam o PNEDH e o fortalecimento de diversos polos de pesquisa no Brasil com o credenciamento pela Capes de programas de pós-graduação em direitos humanos.

Em outro ângulo de análise, considerando os aspectos das trajetórias acadêmica e profissional investigadas na sistematização das produções, observamos que:

a compartimentalização deste conhecimento em diferentes esferas disciplinares não necessariamente produz diferentes núcleos de significado, mas diferentes perspectivas de análise, que aqui é entendida na concepção apresentada por Mannheim (1968) como a forma pela qual o sujeito na posição de conhecedor estuda o seu objeto cultural e constrói seu pensamento (Medrado, 2021, p. 200).

Na leitura dos trabalhos, destacamos também outro ponto de análise desta produção acadêmica, que são os discursos que ainda estão em disputa no campo do conhecimento em direitos humanos. Nesta perspectiva, a depender do ponto de vista adotado pelo sujeito produtor do conhecimento, percebe-se a complexidade e a multidimensionalidade dos discursos, revelando distorções nas análises dos temas dos direitos humanos a partir de reflexões teóricas que advém de contextos específicos das sociedades.

Com relação às questões inerentes à competição no campo científico, compreendemos que:

[...] as ações dos sujeitos no campo científico não se orientam de forma desgarrada e sim nas relações de força, na apropriação das formas de produção e reprodução destes espaços que impõem limites e possibilidades de percepção, apreciação e compreensão do mundo social,

SUMÁRIO

assim como se apresentaram os fatores existenciais para a sociologia do conhecimento de Mannheim. O campo do conhecimento em direitos humanos é, assim como qualquer outro campo científico, um espaço concorrencial e está condicionado às regras de seus próprios *habitus*, sendo sua estrutura de produção e recepção, um dos fatores responsáveis pela legitimação do conhecimento produzido (Medrado, 2021, p. 212).

Desse conjunto de investigações, do espaço social e institucional e dos sujeitos, colocamos em debate as condições de produção deste conhecimento e o modo de conhecer. Há a transversalidade do tema em várias áreas do conhecimento e ele se delinea na fronteira do científico com o histórico-social e político. A aproximação entre a sociologia e as produções em direitos humanos apresentou-se como um rico campo de reflexão, pois expandiu as discussões ao mesmo tempo em que enriqueceu o debate sociológico da construção deste conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na dimensão da análise sociológica do conhecimento em direitos humanos, extraímos os elementos identificáveis por meio da leitura das obras, englobando tanto a manifestação do conteúdo quanto os possíveis fatores e condições que influíram na produção do conhecimento.

Dentro desta perspectiva, os resultados deste trabalho revelam um olhar crítico e reflexivo do campo de estudos e pesquisas em direitos humanos e educação em direitos humanos. No conjunto de inferências obtidas, observamos que o arcabouço teórico adotado na pesquisa se incorporou aos dados coletados, resultando em uma interseção entre a práxis do autor e suas interações acadêmicas e profissionais, conforme preconizado por Bourdieu, e as condições

sociais que permeiam a produção de conhecimento, como analisado por Mannheim (Medrado, 2021, p. 219).

Esta integração possibilitou a compreensão de que a produção do conhecimento científico em direitos humanos é um processo socialmente codeterminado e sujeito a contínuas disputas. Ficou evidente a transversalidade do tema em várias áreas do conhecimento, ao mesmo tempo em que a produção se delineia entre o domínio científico e as esferas histórico-sociais e políticas. Tal constatação ressalta que a produção acadêmica em direitos humanos está em constante processo de construção e movimento, em razão da sua situacionalidade, e que fatores relacionados ao contexto histórico-social e a "visão de mundo" dos pesquisadores podem influir na perspectiva de análise dos sujeitos produtores e receptores deste conhecimento.

O estudo e a sistematização das obras, aqui apresentados, resultaram na compilação de temas relacionados aos direitos humanos e na exposição da forma como esse conhecimento está sendo assimilado no ambiente de pós-graduação da UFG. Essa análise proporcionou um alinhamento coerente e coeso das discussões dentro da instituição, ao mesmo tempo em que destacou o progresso e a autonomia dos estudos e pesquisas em direitos humanos, demonstrando o potencial dessa área e promovendo um diálogo enriquecedor entre diferentes contextos e perspectivas de análise.

Além de apresentar uma descrição abrangente e memorial da produção, que já se configura como um elemento auxiliar na elaboração de um plano para a implementação das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos (DNEDH) na UFG, as inferências alcançadas sobre este campo do conhecimento, que evidenciaram as relações entre as pesquisas e a sociedade em que estão inseridas, podem contribuir para uma reflexão mais profunda sobre o conhecimento, em que os sistemas cognitivos da produção estão profundamente associados ao contexto histórico-social e político

SUMÁRIO

do país, bem como aos aspectos formativos e institucionais de seus produtores. Neste sentido, este estudo, dentro dos limites em que se propôs, pode contribuir, à médio e longo prazo, para um dos objetivos da Educação em Direitos Humanos, que é “a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e global” (DNEDH, 2012).

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Texto revisto pelo autor com a colaboração da Patrick Champagne e Etienne Landais. Tradução: Denice Narbara Catani. São Paulo, Editora Unesp, 2004a.

BOURDIEU, Pierre. “O campo científico”. In: ORTIZ, Renato (org.) **A sociologia de Pierre Bourdieu**. Tradução: Paula Monteiro e Alicia Auzmendi. v. 39, p. 122-155. São Paulo, Ática, 1983a. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

BOURDIEU, Pierre. Um mundo à parte. In: **Para uma sociologia da ciência**. Tradução: Pedro Elói Duarte. Lisboa / Portugal, Edições 70, p. 51-117, 2004b.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Organizado por Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRASIL. **Decreto nº. 7.037, de 21 de dezembro de 2009**. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos III – PNDH-3 e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2010.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução Nº 01, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2012.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "Estado da Arte". **Educação & Sociedade**, Campinas, ano 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Tradução: Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968.

MAZUCATO, Thiago Pereira da Silva. **A trajetória intelectual de Karl Mannheim: da filosofia à política**. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2020.

MEDRADO, Aline Santos Leite. **Direitos Humanos na produção acadêmica da pós-graduação da Universidade Federal de Goiás**. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, 2021.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. **Bourdieu & Educação**, v. 4, 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. (Pensadores e Educação).

SILVA, Ênio Waldir da. **Sociologia do conhecimento**. Ijuí: Editora Unijuí, 2012, 108 p. (Coleção Educação a Distância – Série Livro-Texto).

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. 39, jun. 2011.

WELLER, Wivian. A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: Aspectos teóricos e metodológicos. **Sociologias**, vol. 7, n. 13, p. 260-300, jan./jun. 2005.

SUMÁRIO

5

*Aline Santos Leite Medrado
Ricardo Barbosa de Lima
Vilma de Fátima Machado*

O REFLUXO NA PRODUÇÃO EM EDH/DH:

DESAFIOS PARA FUTURAS PESQUISAS

A construção do conhecimento está relacionada, dentre outros aspectos, às representações e ideias desenvolvidas por seus produtores, aos contextos nos quais estão inseridos, às atividades que desenvolvem e ao potencial de argumentação e discernimento que refletem em seus processos intelectuais.

Na dimensão dos objetivos propostos no projeto “Pós-graduação e Educação em Direitos Humanos: um desafio contemporâneo”, que busca fomentar o debate sobre a produção acadêmica que trata das questões de direitos humanos e educação em direitos humanos na pós-graduação de modo a levantar subsídios para a elaboração de um Plano de Implementação das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos (DNEDH) nas instituições participantes. A pesquisa desenvolvida na Universidade Federal de Goiás (UFG) buscou extrair, do conjunto de obras selecionadas conforme os parâmetros pré-estabelecidos no referido projeto, os elementos passíveis de serem identificados por meio da leitura dos seus resumos, categorizando estas produções como do campo dos Direitos Humanos (DH) e do campo da Educação em Direitos Humanos (EDH), e, em sequência, processou os dados elencados em um *software* de auxílio à pesquisa, denominado Iramuteq, que resultou nas análises e infográficos, apresentados no item 4 deste relatório.

Esta etapa da pesquisa também possibilitou identificar quais as áreas do conhecimento que apresentaram estudos sobre temas dos DH e EDH na UFG, em que programas de pós-graduação estes trabalhos foram defendidos e a relação entre o número de teses e dissertações aprovadas com esta temática e o número total de produções desenvolvidas em cada programa, dentro do período de investigação determinado no projeto. Conforme apontado no item anterior, foram selecionadas 243 produções acadêmicas defendidas em 14 programas de pós-graduação (PPGs) nas seguintes áreas específicas do conhecimento: Antropologia; Ciências Política; Ciências Ambientais; Comunicação; Direito Agrário; Direitos Humanos; Educação; Filosofia; História; Geografia e Sociologia.

SUMÁRIO

Esta diversidade de áreas e a pluralidade de conteúdos tratados nas produções acadêmicas expôs a complexidade deste campo de estudos na UFG, e permitiu vislumbrar que estas pesquisas, além de análise disciplinar, podem ser desenvolvidas a partir de uma abordagem multi e/ou interdisciplinar dos temas referenciais que envolvem as questões de DH e EDH.

Além do relatado aqui, a pesquisa em tela impactou a produção da própria UFG. Isso porque, de forma aderente, com o projeto ora relatado, foi desenvolvida pesquisa no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFG, no período de 2018 a 2021, resultando na tese intitulada “Direitos Humanos na Produção Acadêmica da Pós-graduação da Universidade Federal de Goiás” (Medrado, 2021). Este trabalho objetivou, a partir da análise sociológica do conhecimento, investigar a produção acadêmica em direitos humanos, evidenciando as temáticas abordadas, os pressupostos teóricos utilizados e o contexto sócio-histórico, político e institucional em que estão inseridos os seus produtores e receptores.

Como esse trabalho ampliou o marco temporal desta pesquisa para os anos de 2009 a 2018, aporta-se relatar um pouco desse trabalho e, por fim, um achado importante.

O período de 2009 a 2018 compreende uma década da aprovação do Programa Nacional de Direitos Humanos - 3 (PNDH-3), que adotamos como referencial temático para a identificação dos trabalhos em conjunto com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). A escolha por este referencial temático foi entendida como um condicionante social da produção acadêmica em direitos humanos, em que se revela o sentido sócio-histórico da construção das políticas para a promoção dos direitos humanos e para a educação dos direitos humanos no Brasil, que interfere no campo investigado. O processo de aprovação do PNDH-3 e PNEDH expôs conflitos, localizou espaços e entes sociais, além de ter orientado na construção de ideias e ações voltadas para a concepção

SUMÁRIO

de políticas públicas que têm como objetivo o reconhecimento e a defesa de direitos que refletem as dimensões social, civil e política da vida humana.

Ademais, o referencial teórico utilizado para a análise foi a Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim, que busca compreender as inter-relações entre o conhecimento e o contexto dos sujeitos que o produz, e o conceito de Campo Científico proposto por Pierre Bourdieu, que se debruça sobre os processos institucionais intrínsecos à produção acadêmica.

A Sociologia do Conhecimento é a disciplina que investiga a construção do saber a partir da análise estrutural das formas pelas quais os processos sociais podem estar inter-relacionados com o processo do conhecimento. Ou seja, busca compreender como se relacionam os contextos histórico-sociais e políticos ao pensamento intelectual, quanto a análise das realidades sociais, evidenciando seus métodos e fatores condicionantes. Este campo da Sociologia, aponta Silva (2012), dedica-se a evidenciar que “os sistemas cognitivos possuem fortes relações com o coeficiente existencial do conhecimento”, o que inclui aspectos sociais, pragmáticos, políticos e ideológicos (Medrado, 2021, p. 18).

Para a análise social da construção do campo do conhecimento em direitos humanos, foi realizada uma revisão da literatura que apresenta a trajetória histórica-social, política e institucional dos direitos humanos no Brasil. Este percurso revelou que a busca pela garantia de uma vida digna de forma universal e igualitária no país traz à tona conflitos e desequilíbrios na sociedade em diferentes esferas de poder e quando estes conflitos são levados ao mundo do conhecimento são absolvidos dentro de uma agenda temática ampla e diversificada, que refletem, muitas vezes, distorções entre as proposições, subjetividades, concepções, ações, discursos e realidade que contextualizam os direitos humanos no Brasil. A partir deste cenário foi considerado, em tese, que os aspectos contextuais

SUMÁRIO

podem “influenciar a perspectiva de análise das questões dos direitos humanos expressas nas produções acadêmicas”:

A percepção dada às questões de gênero, raça, etnia, religião, exclusão, cidadania, segurança ambiental e jurídica, violência, memória, desenvolvimento sustentável, dentre outras, como inerentes aos direitos humanos está condicionada a existência ou não de fontes facilitadoras deste entendimento e das relações concorrenciais do campo científico (Medrado, 2021, p. 26).

Os recursos metodológicos utilizados na pesquisa foram: a) pesquisa do tipo Estado da Arte, que permitiu conhecer as produções que trabalham com a temática dos direitos humanos, suas construções teóricas, quais aspectos estão sendo mais abordados e em que contextos; b) técnicas de interpretação da Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), que se configurou como um conjunto de mecanismos que possibilitou extrair a manifestação de estados, de dados e de fenômenos para inferir conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio; e c) métodos da Prosopografia de Grupo, que proporcionou a investigação das características de um grupo específico, no caso concreto os autores e orientadores dos trabalhos identificados, suas manifestações práticas individuais e coletivas, formação e atuação profissional.

Esta metodologia permitiu o levantamento da produção, a categorização das obras e a análise de seus conteúdos e, em profundidade e extensão, na proporção do objeto investigado, propiciou uma forma efetiva para a apreensão da construção do conhecimento em direitos humanos que está em desenvolvimento na UFG, considerando o campo científico em que está inserido o seu produtor.

Após finalizar os processos de busca e refinamento das obras, de acordo com os critérios e lócus determinados, foi elaborado um panorama dessa produção acadêmica, evidenciando suas características, entre as quais destacamos aspectos como: o espaço e a temporalidade; a autoria e a orientação; e a categoria temática.

SUMÁRIO

Quanto ao aspecto espacial, as produções investigadas foram classificadas em dois níveis de organização do conhecimento, de acordo com a tabela de áreas elaborada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes): a) Grande Área, que reúne estudos em vista das afinidades de seus objetos, métodos e recursos; e b) Áreas Específicas do Conhecimento em que os Programas de Pós-graduação (PPGs) da UFG que foram identificados são avaliados. Como resultado, o total de obras analisadas estão distribuídas em 18 PPGs da UFG, sendo:

12 (66,6%) programas cujas áreas de avaliação pertencem a grande área da Ciências Humanas, 03 (16,7%) das Ciências Sociais Aplicadas e 03 (16,7%) na grande área Multidisciplinar. Com relação a distribuição das teses e dissertações por área do conhecimento identificamos 142 (54%) nas Ciências Humanas, 51 (19,4%) nas Ciências Sociais e 70 (26,6%) são da área Multidisciplinar (Medrado, 2021, p. 120).

A pesquisa apresentou o mapeamento cronológico por registro do ano de defesa dos trabalhos investigados:

[...] o número de registros por ano de defesa dos trabalhos que tratam de questões dos direitos humanos manteve uma certa regularidade no período de 2009 a 2013, de 11 (onze) a 14 (catorze) trabalhos por ano, e aumentou consideravelmente a partir de 2014. O salto foi de 14 (catorze) obras defendidas em 2013 para 43 (quarenta e três) em 2014, o que configura um aumento de 207% (duzentos e sete por cento). Este aumento se deve principalmente à defesa das primeiras dissertações, que somam 13 (treze) trabalhos de mestrado do PPG em Direitos Humanos, da área Multidisciplinar, o que não é um crescimento exclusivo de tal área, a produção acadêmica das outras áreas do conhecimento também apresentou crescimento (Medrado, 2021, p. 125).

Quanto à relação do quantitativo dos trabalhos identificados na pesquisa e o total da produção de cada PPG, dos 18 programas

SUMÁRIO

analisados, 8 têm produção acadêmica sobre temas dos direitos humanos acima de 10% do total de trabalhos defendidos no período. Destacamos os PPGs em Antropologia, Ciências Política, Educação (Regional Catalão), Psicologia, Sociologia, Comunicação, Direito Agrário e o Interdisciplinar em Direitos Humanos.

Os autores e orientadores, considerados, a princípio, como agentes do conhecimento em direitos humanos, foram investigados a partir de sua área de formação, atuação profissional e a realização de atividades inerentes à atuação na área dos direitos humanos (consulta ao Currículo *Lattes*). O objetivo desta análise foi conhecer “quem” são os produtores deste conhecimento na UFG e em que contexto institucional e profissional estão inseridos. Com relação à formação (graduação) identificamos dentre os autores pesquisados um total de 31 diferentes áreas. As tabelas foram organizadas de forma a evidenciar as áreas de formação que tiveram o maior número de autores, os programas em que estavam inseridos e as áreas do conhecimento das Ciências Humanas (CH), Ciências Sociais Aplicadas (CS) e Multidisciplinar (MD).

A formação predominante entre o grupo de autores identificados foi na área do Direito, concentrados nos PPGs em Direito Agrário e Interdisciplinar em Direitos Humanos, seguidos, em menor proporção, pelos programas em Ciências Políticas e em Sociologia. Apesar de ter sido constatada a predominância da escolha, pelo pós-graduando, por um programa na mesma área da graduação, parte considerável do corpo discente dos PPGs analisados apresenta diversidade de formação entre os seus titulados. O PPG em Direitos Humanos é o programa em que esta característica está mais predominante, tendo em vista o seu caráter interdisciplinar, seguido do Programa de Pós-graduação em Sociologia.

Quanto ao exercício profissional dos autores, a pesquisa categorizou as atividades em sete diferentes segmentos: administração, jurídico e de segurança, comunicação, docência, educação, pesquisa, saúde e outros. Destacamos o segmento “Docência”.

SUMÁRIO

SUMÁRIO

O setor de “Administração” (6%) agrupou atividades de gerência, gestão e técnicos e analistas administrativos. O “Jurídico/Segurança” (18%) envolve o exercício da advocacia, analista, técnico e assessor jurídico, oficial de justiça, promotoria, defensoria pública, juiz de direito, e atividades meio de aplicação da lei como, delegado, policial, escrivão e conselheiro tutelar. No setor da “Comunicação” (4%), identificamos profissionais analistas, técnicos e assessores de comunicação, jornalistas, intérpretes e relações públicas. Distinguimos os setores de “Docência” (51%) e “Educação” (4%) [...]. No setor “Pesquisa” (4%), consideramos os profissionais que estão em processo de doutoramento e/ou estão envolvidos institucionalmente em projetos de pesquisa. No segmento da “Saúde”, foram identificados 03 (três) profissionais (4%) que atuam como analistas da saúde e psicólogos (Medrado, 2021, p. 139).

A análise detalhada dos dados apurados no aspecto espacial dos trabalhos e seus produtores reflete e reforça a característica multi e interdisciplinar dos temas dos direitos humanos, que se constituem em um campo amplo do conhecimento, não disciplinarmente limitado, aberto para o diálogo e inter-relações entre as áreas.

Os conteúdos de direitos humanos, que foram objeto das pesquisas investigadas, foram classificados em nove categorias temáticas:

Conforme os dados apresentados, que consideram as 263 teses e dissertações investigadas, observamos que 60 (22,9%) foram classificadas na categoria “Direitos Humanos para uma cidadania plena”, 42 (16%) estão na temática “Direitos Humanos para o Combate às Desigualdades Estruturais”, 36 (13,7%) na categoria “Direitos Humanos para a Igualdade na Diversidade”, 33 (12,6%) em “Educação e Cultura em Direitos Humanos”. Duas categorias, “Segurança, Justiça e Combate à Violência nos Direitos Humanos” e “Direitos humanos das crianças e adolescentes”, apresentam cada uma 27 (10,2%) pesquisas; 20 trabalhos (7,6%) sobre o “Desenvolvimento sustentável e direitos humanos”, já 10 trabalhos (3,8%)

foram categorizados no tema “Direitos Humanos: memória e verdade” e 8 (3%) sobre a temática “Estado, democracia e direitos humanos” (Medrado, 2021, p. 151).

A partir dos fundamentos teóricos utilizados na pesquisa, o foco de análise dado ao conhecimento científico que trata de temas dos direitos humanos, produzido por estes acadêmicos da pós-graduação da UFG que desfrutaram de capitais científicos diferenciados, foi demonstrar como estes autores se apropriaram dessa temática, considerando que existem fatores existenciais que possam estar manifestos nas relações entre o conhecimento e o contexto, além de apresentar a adesão aos valores expressos por esses direitos em suas produções.

Por meio dessa análise, buscou-se relacionar as categorias temáticas de DH identificadas nos trabalhos (que delineiam o enraizamento social destas obras) ao espaço de sua produção no campo científico (que nesta pesquisa inclui a área do PPG, a formação do autor e do orientador, sua atuação profissional e o tipo de pesquisa desenvolvida).

Neste exercício, considerando os limites da pesquisa, pudemos inferir que a sistematização das narrativas presentes nas teses e dissertações investigadas apresentam condicionantes histórico-sociais, institucionais e existenciais que atuam na formação deste campo e nas perspectivas de análise que envolvem as discussões sobre os direitos humanos.

Observou-se que houve um aumento na quantidade de produções acadêmicas sobre o tema de DH a partir do ano de 2014 em todas as áreas pesquisadas. Relacionamos este crescimento ao processo de incremento da política pública nacional que refletiu, por exemplo, na adesão aos programas internacionais de promoção e proteção dos direitos humanos, na aprovação do PNDH-3, e das

SUMÁRIO

DNEDH que reafirmam o PNEDH e o fortalecimento de diversos polos de pesquisa no Brasil com o credenciamento pela Capes de programas de pós-graduação em direitos humanos.

Em outro ângulo de análise, considerando os aspectos das trajetórias acadêmica e profissional investigadas na sistematização das produções, observou-se que:

a compartimentalização deste conhecimento em diferentes esferas disciplinares não necessariamente produz diferentes núcleos de significado, mas diferentes perspectivas de análise, que aqui é entendida na concepção apresentada por Mannheim (1968) como a forma pela qual o sujeito na posição de conhecedor estuda o seu objeto cultural e constrói seu pensamento (Medrado, 2021, p. 200).

Na leitura dos trabalhos, destaca-se também outro ponto de análise desta produção acadêmica, que são os discursos que ainda estão em disputa no campo do conhecimento em direitos humanos. Nesta perspectiva, a depender do ponto de vista adotado pelo sujeito produtor do conhecimento, percebe-se a complexidade e multidimensionalidade dos discursos, revelando distorções nas análises dos temas dos direitos humanos a partir de reflexões teóricas que advém de contextos específicos das sociedades.

Com relação às questões inerentes à competição no campo científico, compreendemos que:

[...] as ações dos sujeitos no campo científico não se orientam de forma desgarrada e sim nas relações de força, na apropriação das formas de produção e reprodução destes espaços que impõem limites e possibilidades de percepção, apreciação e compreensão do mundo social, assim como se apresentaram os fatores existenciais para a sociologia do conhecimento de Mannheim. O campo do conhecimento em direitos humanos é, assim como qualquer outro campo científico, um espaço concorrencial e está condicionado às regras de seus próprios habitus,

SUMÁRIO

sendo sua estrutura de produção e recepção, um dos fatores responsáveis pela legitimação do conhecimento produzido (Medrado, 2021, p. 212).

Desse conjunto de investigações, do espaço social e institucional e dos sujeitos, coloca-se em debate as condições de produção deste conhecimento e o modo de conhecer. Há a transversalidade do tema em várias áreas do conhecimento e ele se delineia na fronteira do científico com o histórico-social e político. A aproximação entre a sociologia e as produções em direitos humanos apresentou-se como um rico campo de reflexão, pois expandiu as discussões ao mesmo tempo em que enriqueceu o debate sociológico da construção deste conhecimento.

O estudo e a sistematização das obras, ora apresentada, revelou a compilação dos temas dos direitos humanos e a forma como este conhecimento está sendo absorvido na pós-graduação da UFG. A análise possibilitou o alinhamento e deu organicidade às discussões da instituição, ao mesmo tempo que permitiu observar o desenvolvimento e autonomia dos estudos e pesquisas em direitos humanos, evidenciando a potencialidade da área e suscitando o diálogo entre diferentes contextos e perspectivas de análise.

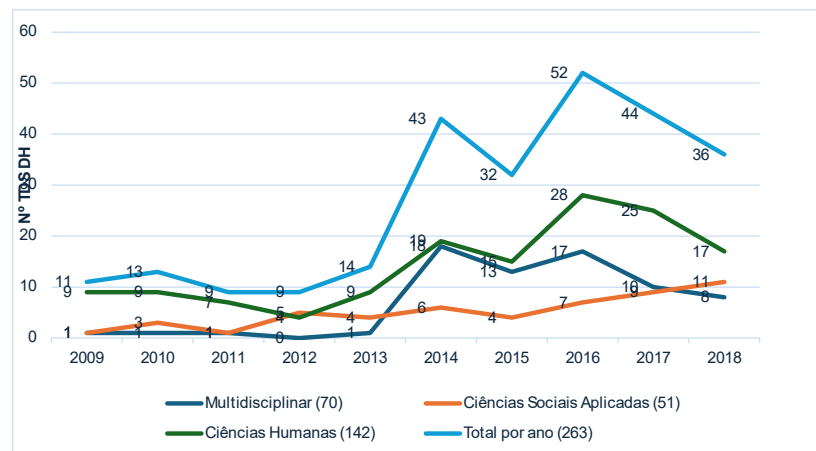
Além da apresentação descritiva e memorial da produção, que já se apresenta como fator auxiliar na elaboração de um plano para a implementação das Diretrizes Nacionais e Educação em Direitos Humanos (DNEDH) na UFG, as inferências apresentadas sobre este campo do conhecimento, que evidenciaram as relações entre as pesquisas e a sociedade em que estão inseridas, podem contribuir para um exercício reflexivo do conhecimento, em que os sistemas cognitivos da produção estão associados ao contexto histórico-social e político do país e ao aspecto formador/institucional de seus produtores. Este incremento, dentro dos limites desta pesquisa, pode contribuir, à médio e longo prazo, com um dos objetivos da Educação em Direitos Humanos, que é "a formação para a vida

SUMÁRIO

e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e global” (DNEDH, 2012).

Por fim, a guisa de provocação para ampliarmos futuramente esse nosso estudo conjunto (UFG, UnB e UFPE), como se poderá notar no Gráfico 1, após 2015 houve uma queda na produção afeita aos DH/EDH:

Gráfico 1 - Teses e Dissertações por área do conhecimento e ano de defesa



Fonte: Medrado, 2021, p. 125.

O que produziu esse refluxo? A ruptura institucional e as mudanças decorrentes alcançaram a produção da área de estudos e pesquisas em DH/EDH? Como são muitos os caminhos a percorrer com proveito, acredita-se, aqui, que devemos continuar a percorrer, agora de forma mais analítica, um longo caminho de avaliações com caráter mais qualitativo sobre o impacto desse novo campo de estudos na vida das nossas instituições e da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de. Uma instituição de ensino superior pioneira no Centro-Oeste: aspectos históricos da criação da UFG. **Comunicações do III Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas**, ano 2, n. 1, mar. 1996, p. 297-307.

ARAÚJO, José Cruciano de. A extensão e a ação cultural na UFG. **Revista UFG**, Goiânia, v. 2, n. 1, 2017, p. 32-34.

BRASIL. **Lei nº 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960**. Cria a Universidade Federal de Goiás, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1960.

CHAVES, Davillas Newton de Oliveira. **A História da UFG: região e modernidade**. 2011. 213 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

DOURADO, Luiz Fernandes. Expansão e Interiorização da Universidade Federal de Goiás nos anos 80: a parceria com o poder público municipal. *In*: IV Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade, Educação, 1997, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: Unicamp, 1997. p. 539-550.

MEDRADO, Aline Santos Leite. **Direitos Humanos na produção acadêmica da pós-graduação da Universidade Federal de Goiás**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

OLIVEIRA, Osmar Gonçalves de *et al.* Política pública educacional: a implantação e a implementação do programa Reuni em 2008 na UFG. **Perspectivas em Políticas Públicas**, 2019, p. 211-239.

UFG. Trabalho coletivo em prol da Universidade Pública 1990-2005. **Revista Afirmativa**. Goiânia: UFG. 2009.

SUMÁRIO

6

Aída Maria Monteiro Silva

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO E AS CONTRIBUIÇÕES DA PÓS-GRADUAÇÃO AO DEBATE EM DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-161-1.6

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta resultados gerais de uma pesquisa com foco nas produções de Direitos Humanos e da Educação em Direitos Humanos dos Programas de Pós- Graduação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

No âmbito da UFPE, esse estudo está vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas de Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Cidadania (NEPEDH) do Centro de Educação, e ao Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos (PPGDH) da UFPE. No desenvolvimento da pesquisa, a equipe foi formada por professores e estudantes vinculados ao PPGDH. Isso evidencia o papel e a importância que a UFPE vem se constituindo como lócus de construção do conhecimento científico ao longo da sua história.

Os dados relativos à produção acadêmica em Educação em Direitos Humanos (EDH) e em Direitos Humanos na Pós-graduação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), relativos ao período de 2008 a 2015, foram coletados no repositório de dissertações e teses de 14 programas de Pós-graduação dessa universidade, e são referentes aos resumos da produção dessas temáticas selecionados a partir das perspectivas da teoria crítica dos Direitos Humanos e da Educação em Direitos Humanos.

O quantitativo de resumos selecionados foi 402 em um total de 2.354 produções existentes no repositório dos cursos pesquisados. Desses, 301 são dissertações e 101 teses, em DH e em EDH, o que correspondem a apenas 17,0 % de toda a produção da pós-graduação de 2008 a 2015, o que demonstra um distanciamento na produção acadêmica nessas temáticas, especialmente no que se refere à EDH, ao atingir apenas 2,0 % desse contingente, segundo o Quadro 1, como é possível observar a seguir:

SUMÁRIO

Quadro 1 – Produção em Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos na Pós-graduação da UFPE (período 2008-2015)

ANO	TOTAL DA PRODUÇÃO					DISSERTAÇÕES					TESES				
	Abs.	DH		EDH		TOTAL	DH		EDH		TOTAL	DH		EDH	
		Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%
2008	244	44	18	2	1	177	29	16	2	1	67	15	22	0	0
2009	283	41	14	5	2	207	31	15	2	1	76	10	13	3	4
2010	313	59	19	4	1	229	43	19	2	1	84	16	19	2	2
2011	273	40	15	4	1	207	31	15	3	1	66	9	14	1	2
2012	271	38	14	0	0	202	34	17	0	0	69	4	6	0	0
2013	332	41	12	5	2	258	30	12	5	2	74	11	15	0	0
2014	302	39	13	7	2	207	29	14	5	2	95	10	11	2	2
2015	348	57	16	16	5	229	41	18	14	6	119	16	13	2	2
TOTAL	2354	359	15	43	2	1704	268	16	33	2	650	91	14	10	2

Fonte: Elaborado pelos autores com informações do Repositório de Teses e Dissertações da UFPE.

Na sequência, será apresentada uma síntese sobre o processo histórico de construção da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e, posteriormente, os dados relativos às produções em EDH e DH coletados nos 14 programas de Pós-graduação pesquisados.

A UFPE: PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) é uma das maiores instituições de ensino superior do País e referência no Norte e Nordeste. Iniciou suas atividades em 11 de agosto de 1946, data

de fundação da Universidade do Recife (UR), criada por meio do Decreto-Lei da Presidência da República nº 9.388, que reunia um conjunto de escolas de nível superior existentes em Pernambuco:

- Faculdade de Direito do Recife (1827);
- Escola de Engenharia de Pernambuco (1895);
- Escola de Farmácia (1903);
- Escola de Odontologia (1913);
- Faculdade de Medicina do Recife (1915);
- Escola de Belas Artes de Pernambuco (1932);
- Faculdade de Filosofia do Recife (1940).

Em 1967, a Universidade do Recife foi integrada ao grupo de instituições federais do novo sistema de educação do país, recebendo a denominação de Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), autarquia vinculada ao Ministério da Educação. Com o processo de redemocratização do país, no final dos anos 80, a Universidade foi requerida a dar resposta à sociedade, ampliando o acesso dos estudantes e docentes nas diferentes áreas de conhecimento.

Nesse percurso, foi demandada a ampliar a sua atuação e, em 2006, a UFPE iniciou um vigoroso processo de interiorização com a construção simultânea de dois novos campi: o Centro Acadêmico do Agreste (CAA), no município de Caruaru, distante 130 km do Recife, e o Centro Acadêmico de Vitória (CAV), no município de Vitória de Santo Antão, a 55 km da capital. Além disso, a UFPE estruturou uma Diretoria de Relações Internacionais para o atendimento e promoção da mobilidade discente e docente.

Atualmente, a UFPE reúne mais de 40 mil pessoas, entre professores, servidores técnico/administrativos e estudantes de graduação e pós-graduação que atuam em atividades do ensino, pesquisa e extensão.

A estrutura da Universidade Federal de Pernambuco pode ser analisada por meio do detalhamento dos dados que refletem a abrangência da sua atuação em diferentes setores: a infraestrutura e, principalmente, as atividades nas áreas do ensino, da pesquisa e da extensão, conforme Relatório de Gestão 2020 (Universidade Federal de Pernambuco, 2020).

QUANTO À INFRAESTRUTURA

- A UFPE abrange 3 *campi* – Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão;
- 13 Centros Acadêmicos – sendo 11 no Recife, 1 em Caruaru e 1 em Vitória de Santo Antão;
- No *campus* Recife são mais de 40 prédios, entre eles: o da Reitoria¹², 9 Centros Acadêmicos, 8 Órgãos Suplementares, 1 Centro de Convenções, 1 Concha Acústica, Clube Universitário, 1 Creche, Casas dos Estudantes Masculina e Feminina, 1 Restaurante Universitário e 1 Hospital Universitário;
- Fora do *campus*, no Recife, encontram-se: o Centro de Ciências Jurídicas, o Núcleo de Televisão e Rádios Universitárias, o Centro Cultural Benfica, o Memorial de Medicina e o Núcleo de Educação Continuada;
- Hospital das Clínicas, em convênio com o SUS, que funciona como laboratório de aprendizagens e pesquisas e conta com 1.166 profissionais.

12

Av. Prof. Moraes Rego, 1235 – Cidade Universitária, Recife/PE – CEP: 50670-901 – Fone PABX: (81) 2126.8000.

A UFPE, além da sua atuação na Educação Superior, tem uma ação importante na Educação Básica em nível de Ensino Fundamental e Ensino Médio, por meio de atividades de ensino, extensão e pesquisa.

QUANTO ÀS AÇÕES NA EDUCAÇÃO BÁSICA

As ações da Educação Básica são desenvolvidas pelo Colégio de Aplicação que está integrado à estrutura da UFPE com objetivo de atuar como laboratório de aprendizagens nas diversas áreas do conhecimento, em especial, para os cursos das Licenciaturas. Atende 408 alunos da Educação Básica da comunidade, nos níveis do Ensino Fundamental e Ensino Médio. São 55 professores, sendo 89,1% doutores, 9,1% mestres e 1,8% graduados, além do corpo técnico-administrativo. Atualmente, vem se constituindo como campo de referência, no estado e no Brasil, nesses níveis de ensino.

QUANTO ÀS AÇÕES DA GRADUAÇÃO

- 104 cursos de graduação presenciais regulares: 86 cursos de graduação nos *campus* Recife, 12 em Caruaru e 6 em Vitória de Santo Antão;
- 5 cursos de graduação a distância: Licenciatura em Letras com as modalidades: Língua Espanhola e Língua Portuguesa; Licenciatura em Matemática; Bacharelado em Ciências Contábeis e Licenciatura em Geografia;

- 28.989 estudantes matriculados nos cursos de graduação¹³, sendo 23.027 do *Campus* Recife, 3.919 do *Campus* do Agreste, e 1.594 do *Campus* Vitória. Os demais, 449 são vinculados aos cursos EAD;
- 8.355 estudantes beneficiados, por meio do programa de assistência estudantil;
- 3.568 estudantes cotistas.

É importante destacar o curso de Licenciatura de Educação Indígena que é voltado para atender aos povos indígenas das diversas etnias, tendo em vista que Pernambuco concentra 12 etnias.

QUANTO ÀS AÇÕES DA EXTENSÃO

A extensão na UFPE é entendida como um processo formativo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político voltado à interação entre a universidade e os diferentes setores da sociedade, com vistas a contribuir para a formação dos estudantes da Educação Superior.

As ações de extensão visam apoiar o desenvolvimento de diversos Programas e Projetos nas áreas de Saúde, Direitos Humanos, Cultura, Comunicação, Meio Ambiente, Tecnologia, Trabalho e Educação.

As atividades realizadas por professores, técnicos e alunos da Universidade Federal de Pernambuco visam, também, contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população e para o desenvolvimento acadêmico da UFPE, buscando integrar as atividades de ensino e pesquisa.

Conforme a Resolução 09/2017, do Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão (CCEPE), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a estrutura curricular de cada curso deve destinar no mínimo 10% do total de créditos exigidos, para a integralização dos cursos de graduação, à realização de Ações Curriculares de Extensão (ACEx) (Universidade Federal de Pernambuco, 2017).

QUANTO ÀS AÇÕES DA PÓS-GRADUAÇÃO

Os primeiros cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) surgiram em 1967, nas áreas de: Economia, Matemática, Sociologia e Bioquímica. O primeiro curso de doutorado da UFPE foi na área de Física, no ano de 1978, considerando que a pós-graduação no Brasil tem início tardiamente. Em 1965, é que as ações de pós-graduação foram reconhecidas com a criação do sistema de cursos de pós-graduação no Brasil, conforme Parecer 977/65 do Conselho Federal de Educação (CFE), em que é estabelecido o formato institucional da pós-graduação diferenciando as modalidades *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e *lato sensu* (especialização).

A UFPE possui Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* em todas as grandes áreas de conhecimento da Capes e, atualmente, conta com os seguintes cursos:

- 152 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, sendo 75 mestrados acadêmicos (1 em associação), 18 mestrados profissionais (3 em rede) e 54 doutorados acadêmicos (3 em rede e 1 multicêntrico) e 3 doutorados profissionais. Ao todo, são 97 programas de pós-graduação;
- 22 cursos de pós-graduação *lato sensu* presenciais (especializações) e 4 pós EAD, com 20 polos de apoio presencial;

- 597 grupos de pesquisa na Universidade;
- 439 projetos de extensão e 120 eventos em;
- 8.777 estudantes de pós-graduação (4.181 do mestrado acadêmico, 596 do mestrado profissional, 3.975 do doutorado acadêmico e 25 do doutorado profissional e 45 estudantes são estrangeiros;
- No ano de 2020, a UFPE formou 1759 pós-graduandos, entre mestres e doutores, nas diversas áreas do conhecimento;
- Dos 2575 docentes da UFPE, 1470 estão engajados em Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu*;
- 3117 artigos publicados em periódicos, 2562 trabalhos publicados em anais de eventos;
- 55 patentes depositadas em nome da UFPE e 8 patentes concedidas.

Muitos projetos de pesquisa realizados pelos Programas de Pós-graduação da UFPE têm sido reconhecidos pelo impacto social. Nesse sentido, é importante destacar o convênio estabelecido com a Associação Municipalista do Estado de Pernambuco (AMUPE), que possibilita a realização de projetos de pesquisa, ensino e extensão para apoiar os municípios do estado. Assim, a UFPE vem desenvolvendo projetos de pesquisa e inovação para responder a demandas da sociedade, a exemplo de 90 projetos e ações de pesquisa sobre a COVID-19, com publicações de artigos científicos e produtos técnicos, reforçando o compromisso com a sociedade e a produção do conhecimento.

Uma ação que merece destaque é a implantação da política de ações afirmativas na pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), a partir de 2021, com o objetivo de corrigir desigualdades raciais presentes na sociedade e oferecer igualdade de oportunidades a todos na UFPE. Nesse processo, foi estabelecida uma reserva de, no mínimo, 30% do total das vagas para pessoas negras (pretas e pardas), quilombolas, ciganas, indígenas, pessoas trans (transexuais, transgêneros e travestis) e pessoas com deficiência. Além disso, a UFPE conta com vários núcleos de estudos contemplando temas no respeito à diversidade.

INFERÊNCIAS NA PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

No que se refere à produção acadêmica em EDH e DH da UFPE, nesta pesquisa, especificamente, tomamos como parâmetro os resumos selecionados, de dissertações e teses, no período de 2008 a 2015, nas unidades acadêmicas relacionadas às áreas de Ciências Sociais e Ciências Humanas na Pós-graduação, referente à produção de 14 cursos acadêmicos¹⁴: Antropologia, Ciência Política, Comunicação, Direito, Direitos Humanos, Educação, Educação Contemporânea, Filosofia, Geografia, História, Psicologia, Psicologia Cognitiva, Serviço Social e Sociologia. Em um total de 2354 produções foram identificadas 359 produções na área de Direitos Humanos e 43 na área de Educação em Direitos Humanos, cujos resumos foram objeto de estudo, de acordo com o especificado no Quadro 2.

14

Neste estudo, não foram incluídos os Programas de Mestrado e Doutorado Profissional.

Quadro 2 – Quantitativo de Resumos por Programa, Nível, Categorias de DH e EDH e Total na Pós-graduação da UFPE (período 2008-2015)

Nº DO CURSO	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	NÍVEL	DH	EDH	TOTAL (DH e EDH)	TOTAL DA PRODUÇÃO
01	ANTROPOLOGIA	MESTRADO	09	0	16	134
		DOUTORADO	07	0		41
02	COMUNICAÇÃO	MESTRADO	17	0	23	124
		DOUTORADO	06	0		37
03	CIÊNCIA POLÍTICA	MESTRADO	07	0	07	102
		DOUTORADO	0	0		36
04	DIREITO	MESTRADO	42	0	59	142
		DOUTORADO	17	0		62
05	DIREITOS HUMANOS	MESTRADO	10	03	13	13
		DOUTORADO	0	0		0
06	EDUCAÇÃO	MESTRADO	15	14	42	342
		DOUTORADO	06	07		126
07	EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA	MESTRADO	05	05	10	31
		DOUTORADO	0	0		0
08	FILOSOFIA	MESTRADO	08	0	09	61
		DOUTORADO	01	0		01
09	GEOGRAFIA	MESTRADO	05	0	05	118
		DOUTORADO	0	0		85
10	HISTÓRIA	MESTRADO	31	0	45	163
		DOUTORADO	14	0		78
11	PSICOLOGIA	MESTRADO	51	05	56	163
		DOUTORADO	0	0		02
12	PSICOLOGIA COGNITIVA	MESTRADO	06	03	12	107
		DOUTORADO	01	02		41

Nº DO CURSO	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	NÍVEL	DH	EDH	TOTAL (DH e EDH)	TOTAL DA PRODUÇÃO
13	SERVIÇO SOCIAL	MESTRADO	43	03	68	109
		DOUTORADO	21	01		68
14	SOCIOLOGIA	MESTRADO	19	0	37	95
		DOUTORADO	18	0		73
TOTAL			359	43	402	2354

Fonte: Elaborado pela autora com informações do Repositório de Teses e Dissertações da UFPE.

Ao se analisar a produção acadêmica da pós-graduação em DH e EDH, no total do período da pesquisa, segundo os dados coletados nos programas (Quadro 2), identificamos um maior quantitativo de estudos, nesses campos, nos Programas de Pós-graduação de Serviço Social (17%), Direito (15%), Psicologia (14%), História (11%), Educação (10%), Sociologia (9%) e Comunicação Social (6%). Os demais programas apresentaram uma produção abaixo de 5% e, entre eles, encontra-se o Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos (PPGDH). Em relação a este último programa, esse resultado está relacionado ao fato dele ter iniciado as atividades em 2012, e o registro da produção ocorreu nos dois últimos anos da pesquisa (2014 e 2015). Além disso, o curso é em nível de Mestrado, ou seja, são referentes ao que foi desenvolvido, apenas, em uma turma.

A seguir são apresentados, sucintamente, os dados¹⁵ sobre os cursos que foram objeto do presente estudo como campo de investigação da pesquisa.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA (PPGA)

O Programa De Pós-graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal de Pernambuco foi fundado em 1977 com a criação do curso de mestrado e sob forte influência da antropologia norte-americana e com filiação a diferentes orientações teóricas veiculadas na época. Ao longo do tempo, com a ampliação da participação de correntes francesas, britânicas e alemãs, além da influência de diferentes universidades e intelectuais brasileiros(as), por meio do diálogo com outros programas no Brasil, o PPGA expandiu as suas frentes de discussão.

O PPGA/UFPE caracteriza-se pela ênfase na pesquisa social, sobretudo com o enfoque na Região Nordeste, na intenção de compreender melhor as dinâmicas, as formas de organização social e as particularidades regionais na inserção nacional, com o objetivo de buscar soluções para as diversas formas de desigualdade sociocultural e para o seu enfrentamento.

Entre a fundação do Programa, com a criação do curso de mestrado, em 1977, e a aprovação do curso de doutorado, no ano de 2001, o PPGA expandiu as linhas de pesquisa e produções, com as áreas de concentração: Ciências Humanas e Antropologia. O Programa tem expressivo conjunto de investigações no contexto dos programas de pós-graduação em Antropologia no Brasil, contemplando os povos indígenas do Norte e Nordeste do Brasil, as populações quilombolas e o diálogo interdisciplinar com outras áreas, especialmente a educação e a história.

Atualmente, o PPGA é composto pelo curso de mestrado, o qual é realizado em 24 meses, com a obrigatoriedade de cumprimento mínimo de 24 créditos (12 nas disciplinas obrigatórias e 12

SUMÁRIO

nas optativas), e pelo curso de Doutorado, o qual é organizado em 48 meses, com a obrigatoriedade de cumprimento mínimo de 36 créditos (20 deles relacionados às disciplinas obrigatórias e 16 às optativas). O Programa conta com 16 professores permanentes e 4 colaboradores, está estruturado em torno de 5 linhas de pesquisa: "Religião, sociedade e cultura"; Família, gênero e saúde"; Etnologia, etnicidade e processos identitários"; "Imagens, patrimônio, museus e contemporaneidade"; "Poder, desigualdade e educação", e têm 9 grupos de pesquisa.

Nessa área, há uma predominância de estudos no campo dos Direitos Humanos, apenas em nível de Mestrado, e não se identifica estudos no campo da Educação em Direitos Humanos, conforme evidencia o Quadro 3.

Quadro 3 - Produção do Programa de Pós-graduação em Antropologia

ANO	TOTAL DA PRODUÇÃO					DISSERTAÇÕES					TESES				
	Abs.	DH		EDH		TOTAL	DH		EDH		TOTAL	DH		EDH	
		Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%		
2008	21	0	0	0	0	17	0	0	0	0	4	0	0	0	0
2009	15	1	7	0	0	9	1	11	0	0	6	0	0	0	0
2010	27	5	19	0	0	21	3	14	0	0	6	2	33	0	0
2011	18	1	6	0	0	12	1	8	0	0	6	0	0	0	0
2012	24	1	4	0	0	22	1	5	0	0	2	0	0	0	0
2013	36	3	8	0	0	30	2	7	0	0	6	1	17	0	0
2014	18	2	11	0	0	10	0	0	0	0	8	2	25	0	0
2015	16	3	19	0	0	13	1	8	0	0	3	2	67	0	0
TOTAL	175	16	9	0	0	134	9	7	0	0	41	7	17	0	0

Fonte: Elaborado pela autora com informações do Repositório de Teses e Dissertações da UFPE.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (PPGCOM)

O Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Pernambuco foi fundado em 1998. Inicialmente, o PPGCOM deu início ao curso de mestrado, sendo o primeiro em Pernambuco e o segundo do Nordeste. Por sua vez, o projeto para o curso de doutorado recebeu aprovação pelo Conselho Técnico e Científico (CTC) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no final de 2006, com a Área de Concentração do PPGCOM em Comunicação.

Entre os objetivos elencados pelo PPGCOM está o crescimento da pesquisa qualitativa na seara da Comunicação Brasileira, com foco na produção de pesquisas que estejam vinculadas às práticas midiáticas, de forma a contribuir para o incremento da formação dos profissionais. A preocupação em participar do desenvolvimento acadêmico do Nordeste do Brasil também está entre as bases fundantes do Programa.

Assim, o Programa é dividido em duas linhas de pesquisa, "Mídia, Linguagem e Processos Políticos" e "Estética e Culturas da Imagem e do Som". A primeira linha "ocupa-se de problematizações de linguagem, produções e processos midiáticos e suas implicações sociopolíticas, práticas profissionais e relações de poder na Comunicação" (Universidade Federal de Pernambuco, 2001). Entre as temáticas discutidas estão: ética, democracia e direitos humanos, ideologia e representações, consumo, interações, estratégias narrativas e discursivas, reconfigurações de formatos e tecnologias. Por outro lado, a segunda linha dialoga sobre os fenômenos estéticos como marcas das produções culturais, de modo que "a ênfase recai sobre a manifestação das subjetividades e percepções dos

SUMÁRIO

elementos sensíveis que aqui denominamos estéticos, explorando seus repertórios de análise crítica e de memória, de produção de sentidos históricos e posicionamentos políticos” (Universidade Federal de Pernambuco, 2001). O corpo docente do Programa é formado por 21 professores.

A produção da área de Comunicação está concentrada no campo dos Direitos Humanos, com destaque para o mestrado, e nenhum estudo no campo de Educação em Direitos Humanos, assim como foi verificado no Programa de Antropologia, conforme demonstra o Quadro 4, a seguir.

Quadro 4 - Produção do Programa de Pós-graduação em Comunicação

ANO	TOTAL DA PRODUÇÃO					DISSERTAÇÕES					TESES				
	Abs.	DH		EDH		TOTAL	DH		EDH		TOTAL	DH		EDH	
		Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%
2008	14	1	7	0	0	14	1	7	0	0	0	0	0	0	0
2009	23	3	13	0	0	23	3	13	0	0	0	0	0	0	0
2010	18	4	22	0	0	18	4	22	0	0	0	0	0	0	0
2011	16	2	13	0	0	10	2	20	0	0	6	0	0	0	0
2012	18	2	11	0	0	15	2	13	0	0	3	0	0	0	0
2013	23	3	13	0	0	17	1	6	0	0	6	2	33	0	0
2014	25	5	20	0	0	17	4	24	0	0	8	1	13	0	0
2015	24	3	13	0	0	10	0	0	0	0	14	3	21	0	0
TOTAL	161	23	14	0	0	124	17	14	0	0	37	6	16	0	0

Fonte: Elaborado pela autora com informações do Repositório de Teses e Dissertações da UFPE.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA (PPGCP)

O Programa de Pós-graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal de Pernambuco teve origem no curso de especialização, em 1979. Hoje, são ofertados Mestrado e Doutorado, resultado dos esforços de pesquisadores desta instituição. O PPGCP concentra suas pesquisas em duas grandes áreas: Democracia e Instituições (Instituições Políticas, Democracia, Política Comparada e Políticas Públicas); e Relações Internacionais (Política Internacional).

Dessa maneira, o Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFPE funciona em estreita interação com o Bacharelado em Ciência Política/Relações Internacionais. O corpo de 19 professores e orientadores é o mesmo na graduação e na pós-graduação, com os estudantes da graduação convivendo rotineiramente com o contexto da pós-graduação nos núcleos de pesquisa, além disso tem 2 funcionários técnico-administrativos.

Além da integração nas atividades nos núcleos de pesquisa, estudantes da pós-graduação atuam na graduação como estagiários docentes, como professores substitutos e como orientadores de monografias. Os estudantes da graduação se integram com as atividades da pós por meio da iniciação científica e da participação em eventos, em que atuam como monitores ou apresentando investigações em curso.

Como é possível constatar no Quadro 5, a área de Ciência Política apresenta produção quantitativamente inexpressiva e, apresenta produções no campo dos Direitos Humanos apenas no nível de Mestrado e, não tendo produção em Educação em Direitos Humanos.

SUMÁRIO

Quadro 5 – Produção do Programa de Pós-graduação em Ciência Política

ANO	TOTAL DA PRODUÇÃO					DISSERTAÇÕES					TESES				
	Abs.	DH		EDH		TOTAL	DH		EDH		TOTAL	DH		EDH	
		Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%
2008	14	1	7	0	0	14	1	7	0	0	0	0	0	0	0
2009	23	3	13	0	0	23	3	13	0	0	0	0	0	0	0
2010	18	4	22	0	0	18	4	22	0	0	0	0	0	0	0
2011	16	2	13	0	0	10	2	20	0	0	6	0	0	0	0
2012	18	2	11	0	0	15	2	13	0	0	3	0	0	0	0
2013	23	3	13	0	0	17	1	6	0	0	6	2	33	0	0
2014	25	5	20	0	0	17	4	24	0	0	8	1	13	0	0
2015	24	3	13	0	0	10	0	0	0	0	14	3	21	0	0
TOTAL	161	23	14	0	0	124	17	14	0	0	37	6	16	0	0

Fonte: Elaborado pela autora com informações do Repositório de Teses e Dissertações da UFPE.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO (PPGD)

O Programa de Pós-graduação em Direito (PPGD) da Faculdade de Direito do Recife (FDR) foi criado nos anos 1950, com a abertura do curso de doutorado, suspenso em 1970. Em 1972, autorizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o PPGD retomou suas atividades com o curso de mestrado e, em 1996, o curso de doutorado foi reaberto, tornando-se à época, o único no Nordeste.

Ressalte-se que o curso de Direito da Faculdade de Direito do Recife é um dos mais antigos do país e essa faculdade era vinculada à Universidade Federal de Pernambuco. Tendo sido criado em 1827 por um decreto imperial, juntamente com a Faculdade de Direito de São Paulo. Desse modo, o PPGD/UFPE ocupa um importante espaço de projeção no cenário acadêmico nacional, assim como pelo fato de ser o único PPG ativo e vinculado à FDR, consolidada como um dos primeiros cursos de graduação em Direito do Brasil.

O PPGD, a partir do seu projeto político-pedagógico, tem como objetivo geral a formação qualificada de pessoal para a pesquisa e o ensino do Direito, constituindo-se enquanto espaço privilegiado para a reflexão teórica e para o debate que não se refere, apenas, a conhecimentos da Teoria do Direito e das disciplinas da Dogmática Jurídica, nem descuida da relação entre a discussão teórica e a prática das instituições.

De tal modo, atualmente o Programa conta com 3 áreas de concentração: 1) Transformação do Direito Público; 2) Transformação do Direito Privado; 3) Teoria do Direito e Justiça; e 7 linhas de pesquisas, assim distribuídas: 1.1) "Jurisdição e Processos Constitucionais"; 1.2) "Estado e Regulação"; 2.1) "Direito do Trabalho e Teoria Social Crítica"; 2.2) "Transformações das Relações Jurídicas Privadas"; 2.3) "Direito Internacional e Globalização"; 3.1. "Justiça e Direitos Humanos na América Latina"; 3.2. "Teorias da Decisão Jurídica".

No Programa de Direito, é possível verificar uma produção voltada para os Direitos Humanos, em torno de um terço, nos níveis de mestrado e doutorado. No entanto, não há produção no campo da Educação em Direitos Humanos, o que se identifica no Quadro 6.

SUMÁRIO

Quadro 6 – Produção do Programa de Pós-graduação em Direito

ANO	TOTAL DA PRODUÇÃO					DISSERTAÇÕES					TESES				
	Abs.	DH		EDH		TOTAL	DH		EDH		TOTAL	DH		EDH	
		Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%
2008	24	9	38	0	0	15	4	27	0	0	9	5	56	0	0
2009	31	10	32	0	0	20	7	35	0	0	11	3	27	0	0
2010	46	19	41	0	0	35	12	34	0	0	11	7	64	0	0
2011	28	3	11	0	0	22	3	14	0	0	6	0	0	0	0
2012	25	5	20	0	0	24	5	21	0	0	1	0	0	0	0
2013	20	8	40	0	0	13	7	54	0	0	7	1	14	0	0
2014	19	2	11	0	0	10	2	20	0	0	9	0	0	0	0
2015	11	3	27	0	0	3	2	67	0	0	8	1	13	0	0
TOTAL	204	59	29	0	0	142	42	30	0	0	62	17	27	0	0

Fonte: Elaborado pela autora com informações do Repositório de Teses e Dissertações da UFPE.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (PPGDH)

O Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos (PPGDH) da Universidade Federal de Pernambuco iniciou suas atividades em 2012, e funciona no Centro de Artes e Comunicação (CAC) e, na Capes, está relacionado à Área Interdisciplinar. Importante mencionar que a oferta de cursos de mestrado ou doutorado em Direitos Humanos ainda é bastante incipiente no Brasil, embora exista um conjunto de legislações, resoluções e diretrizes sobre esse tema.

O PPGDH está estruturado pedagógica e cientificamente em uma única área de concentração, Direitos Humanos e Sociedade, e oferece o curso de mestrado interdisciplinar, estruturado em duas linhas de pesquisa.

A primeira linha trata da "Educação em Direitos Humanos, Justiça e Cultura de Paz", desenvolvendo pesquisas sobre questões relacionadas à educação como direito e à educação em direitos humanos. Essa linha enfoca as suas bases conceituais, históricas, sociopolíticas em estudos que envolvem as perspectivas de justiça, segurança pública e da cultura de paz como vias de abordagem preventiva e de cuidado das violências que atravessam as relações no âmbito das diversas instituições e das organizações sociais.

A segunda linha focaliza a "Cidadania, Movimentos Sociais e Diversidades". Desenvolve pesquisas que abordam as questões da cidadania, dos movimentos sociais e políticos, dos debates fundamentais aos estudos contemporâneos relacionados às temáticas sobre gênero, sexualidade, raça, etnia, assim como as problemáticas da violência, da criminalidade e da saúde coletiva, como desafios à proteção dos Direitos Humanos.

A produção científica, desde o início das atividades do PPGDH, trata de diferentes campos de conhecimento no diálogo com os Direitos Humanos e tem desenvolvido ações em cooperação com diferentes instituições locais e internacionais, o que mostra a importância desse Programa no estado e na região.

A principal meta do PPGDH é formar profissionais para o exercício da pesquisa, difusão e defesa dos direitos humanos, tendo por objetivos:

- promover e difundir a cultura dos direitos humanos;

SUMÁRIO

- promover a formação continuada de profissionais atuantes no setor público e na sociedade civil, ampliando a realização de ações promotoras dos direitos humanos nos mais diferentes contextos da vida humana;
- promover a interação institucional e de pesquisadores no âmbito nacional e internacional.

Para adequar a proposta de interdisciplinaridade, que se constitui eixo epistemológico do PPGDH, os professores são de diferentes área de conhecimento e, vinculados a seis dos treze centros: Centro de Artes e Comunicação (Departamento de Artes, Departamento de Comunicação Social, Departamento de Expressão Gráfica e Departamento de Letras), Centro de Ciências Jurídicas (Departamento de Teoria Geral do Direito e Direito Privado, Departamento de Direito Público Geral e Departamento de Direito Público Especializado), Centro de Educação, Centro de Ciências Médicas (Departamento de Medicina Social), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (Departamento de Sociologia e Departamento de Filosofia) e do Centro Acadêmico do Agreste (Núcleo de Formação Docente). O Programa conta com docentes aposentados ou externos à UFPE, ou sejam, são alocados em outras universidades.

Atualmente, o Programa conta com 23 docentes com doutorado e formação nas diversas áreas de conhecimento, com estudos relacionados aos Direitos Humanos, de forma a dar efetividade ao curso interdisciplinar, além de 2 técnico-administrativos.

É importante destacar que, pelo fato de o Programa ter iniciado suas atividades em 2012, em nível de Mestrado, a produção é muito reduzida e a concentração é no campo dos Direitos Humanos, como é possível constatar no Quadro 7.

SUMÁRIO

Quadro 7 - Produção do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos

ANO	TOTAL DA PRODUÇÃO					DISSERTAÇÕES					TESES				
	Abs.	DH		EDH		TOTAL	DH		EDH		TOTAL	DH		EDH	
		Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%
2008	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2014	1	1	100	0	0	1	1	100	0	0	0	0	0	0	0
2015	12	9	75	3	25	12	9	75	3	25	0	0	0	0	0
TOTAL	13	10	77	3	23	13	10	77	3	23	0	0	0	0	0

Fonte: Elaborado pela autora com informações do Repositório de Teses e Dissertações da UFPE.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGEDU)

O Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) foi criado em 1978, com o curso de mestrado, e, em 2002, passou a ofertar o curso em nível de Doutorado.

O PPGEdu tem como objetivo contribuir para o entendimento e melhoria da educação brasileira, a partir da realização de estudos, pesquisas e abordagens teóricas que influenciam no debate

acadêmico e nas práticas educativas nas escolas e nos demais espaços educativos. O PPGEduc tem, como eixo norteador e organizador das suas atividades, os princípios da interdisciplinaridade, da dissociabilidade entre o ensino e a pesquisa e o de flexibilidade curricular, que possibilitam o aprofundamento teórico-metodológico, considerando a pós-graduação como um espaço privilegiado para pesquisa de alto nível.

A área de concentração do PPGEduc é Educação e está estruturada em oito linhas de pesquisa: 1) Educação e Espiritualidade"; 2) "Educação e Linguagem"; 3)"Formação de professores e prática pedagógica"; 4) "Política Educacional, Planejamento e Gestão da Educação"; 5) Subjetividades Coletivas, Movimentos Sociais e Educação Popular; 6) Filosofia e História da Educação; 7) Identidades e Memórias e 8) Educação em Ciências.

Tais linhas evidenciam os marcos teórico-metodológicos do Programa e estão em consonância com os princípios que fundamentam a Educação no Brasil, reafirmados pela Constituição Federal de 1988, norma que estabelece a educação como "o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988). Tendo a educação diversos paradigmas e princípios norteadores, dentre eles destacamos: "liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber" (BRASIL, 1988). O corpo docente do Programa é composto, atualmente, por 66 professores(as).

É importante destacar que o Programa de Pós-graduação em Educação tem contemplado estudos e pesquisas relacionados ao campo dos Direitos Humanos e da Educação em Direitos Humanos e Diversidade, em níveis de mestrado e doutorado, embora em um percentual pequeno, como é possível identificar no Quadro 8.

SUMÁRIO

Quadro 8 - Produção do Programa de Pós-graduação em Educação

ANO	TOTAL DA PRODUÇÃO					DISSERTAÇÕES					TESES				
	Abs.	DH		EDH		TOTAL	DH		EDH		TOTAL	DH		EDH	
		Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%
2008	48	3	10	1	2	37	3	8	1	3	11	2	18	0	0
2009	69	5	7	3	4	51	4	8	1	2	18	1	6	2	11
2010	64	1	2	3	5	47	1	2	1	2	17	0	0	2	12
2011	62	3	5	2	3	45	3	7	1	2	17	0	0	1	6
2012	47	3	6	0	0	27	2	7	0	0	20	1	5	0	0
2013	63	1	2	3	5	56	1	2	3	5	7	0	0	0	0
2014	47	1	2	2	4	31	1	3	1	3	16	0	0	1	6
2015	68	2	3	7	10	48	0	0	6	13	20	2	10	1	5
TOTAL	468	21	4	21	4	342	15	4	14	4	126	6	5	7	6

Fonte: Elaborado pela autora com informações do Repositório de Teses e Dissertações da UFPE.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA (PPGEDUC)

O Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea (PPGEduC) é vinculado ao Centro Acadêmico do Agreste (CAA), localizado na cidade de Caruaru/PE, oferecendo cursos de mestrado e doutorado em Educação, e, atento à complexidade da sociedade na contemporaneidade, objetiva contribuir para a sólida formação científica de docentes e pesquisadores(as), levando em conta as articulações entre local, regional, nacional e global.

Nessa perspectiva, o perfil do profissional a ser formado é o de docente-pesquisador(a) qualificado(a) para o exercício da docência, além da produção, socialização e intervenção do conhecimento educacional no âmbito da universidade, da educação básica, dos sistemas oficiais de ensino, dos movimentos sociais e de outros espaços não-escolares. Até 2020, o Programa ofereceu formação em nível de mestrado e, em 2021, o Programa iniciou o Doutorado.

O foco do Programa é o estudo sobre os fenômenos educativos contemporâneos, analisando questões locais, nacionais e globais das diferentes experiências educativas. Incluem-se, nessas questões, a diversidade étnica e cultural (educação escolar indígena, educação escolar quilombola, educação do campo, educação, gênero e sexualidade), assim como os múltiplos aspectos relacionados à docência e aos processos de ensino e aprendizagem, em contextos escolares e não escolares.

O PPGEduC trabalha com 2 linhas de pesquisa: 1) "Educação e Diversidade"; 2) "Docência, Ensino e Aprendizagem", e tem um corpo docente formado por 17 professores(as).

Considerando a delimitação temporal desta pesquisa, no período de 2008 a 2015, e tendo em vista que o doutorado foi institucionalizado em 2021, foram analisados apenas os resumos das dissertações publicadas neste período. Como é possível observar, o PPGEduC desenvolveu 16% das pesquisas no campo dos Direitos Humanos e 16% no campo da Educação em Direitos Humanos, em um total de 31 trabalhos em cada um dos campos em nível de mestrado, de acordo com o Quadro 9.

SUMÁRIO

Quadro 9 - Produção do Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea

ANO	TOTAL DA PRODUÇÃO					DISSERTAÇÕES					TESES				
	Abs.	DH		EDH		TOTAL	DH		EDH		TOTAL	DH		EDH	
		Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%
2008	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2013	6	1	16	1	16	6	1	16	1	16	0	0	0	0	0
2014	11	1	9	2	18	11	1	9	2	18	0	0	0	0	0
2015	14	3	21	2	14	14	3	21	2	14	0	0	0	0	0
TOTAL	31	5	16	5	16	31	5	16	5	16	0	0	0	0	0

Fonte: Elaborado pela autora com informações do Repositório de Teses e Dissertações da UFPE.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA (PPGFIL)

O Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGFil) foi pioneiro na Região Nordeste e iniciou as suas atividades em 1979, com a oferta de Curso de Especialização e do Seminário de Pesquisa Filosófica. Em 1996, teve início o Mestrado em Filosofia e, em 2005/06, foi criado o curso de Doutorado Interinstitucional, em parceria com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Atualmente, o PPGFil conta com Mestrado e Doutorado em Filosofia, ambos com área de concentração em Filosofia. O curso de mestrado tem foco na formação de pesquisadores(as) e professores(as) de ensino superior. Suas linhas de pesquisa são: 1) "Filosofia Prática Contemporânea"; 2) "Fenomenologia e Cognição".

O curso de Doutorado em Filosofia do PPGFil é oferecido em sistema de integração interinstitucional, junto à Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal da Paraíba e ao Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, de forma a consolidar a formação dos níveis anteriores, além de promover a aquisição e o desenvolvimento de competências de alto nível para a produção e transmissão de conhecimentos filosóficos.

Do total de 61 dissertações, 08 foram sobre Direitos Humanos, 1 tese também nessa mesma área e nenhuma produção em Educação em Direitos Humanos, conforme o apresentado no Quadro 10.

Quadro 10 - Produção do Programa de Pós-graduação em Filosofia

ANO	TOTAL DA PRODUÇÃO					DISSERTAÇÕES					TESES				
	Abs.	DH		EDH		TOTAL	DH		EDH		TOTAL	DH		EDH	
		Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%
2008	5	1	20	0	0	5	1	20	0	0	0	0	0	0	0
2009	13	2	15	0	0	12	2	17	0	0	1	0	100	0	0
2010	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
2011	7	0	0	0	0	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2012	9	3	33	0	0	9	3	100	0	0	0	0	0	0	0
2013	6	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2014	11	0	0	0	0	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2015	11	2	18	0	0	11	2	18	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	62	9	15	0	0	61	8	13	0	0	1	1	100	0	0

Fonte: Elaborado pela autora com informações do Repositório de Teses e Dissertações da UFPE.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGEO)

Implantado em 1976, o Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGeo) da Universidade Federal de Pernambuco foi o terceiro a ser criado em sua área no país. Iniciou a sua instalação a partir do curso de Mestrado e, em 2004, teve a implementação do curso em nível de Doutorado. Sua criação inicial complementa o esforço que já vinha se desenvolvendo em Pernambuco, desde os anos 1940, com o intuito de caracterizar a geografia da Região Nordeste.

Ainda no formato de mestrado, o PPGeo contribuiu decisivamente para a formação de gerações de pesquisadores e para a construção do conhecimento geográfico brasileiro, produzindo importantes trabalhos sobre as diferentes regiões do país e atraindo estudantes dos mais diversos estados brasileiros. Particular importância alcançaram os trabalhos realizados em colaboração com o então Instituto Joaquim Nabuco e com a Sudene, entre os quais se destaca a, já clássica, série de Estudos Regionais. A contribuição do Programa ao pensamento geográfico brasileiro está expressa nos numerosos estudos de caracterização da diversidade regional do país em bases metodológicas de reconhecido rigor.

A criação do doutorado, em 2004, inaugurou um novo momento na trajetória do PPGeo, em que se ressalta o crescimento da capacidade de formação de recursos humanos qualificados, de um lado, e, por outro, a ampliação das competências de pesquisa em geografia física, estudos intraurbanos e em novas temáticas, tais como a geografia ambiental, de serviços e da inovação..

Sob a orientação de 21 professores permanentes e 7 colaboradores, distribuídos em 9 grupos de pesquisa certificados pelo

SUMÁRIO

CNPq, o PPGeo tem seu quadro de alunos formado por mestrandos e doutorandos, sendo alguns destes, inclusive, em regime de cooperação interinstitucional.

Os eixos temáticos do Programa encontram-se sincronizados com os estudos de análise regional e regionalização, área em que se concentra o PPGeo, mas esse têm se caracterizado por uma atitude receptiva às inovações teóricas e tecnológicas na ciência geográfica. O Programa vem se destacando pelo incentivo a uma postura científica crítica, e pelo desenvolvimento de abordagens multi e interdisciplinares refletidas na consolidação do crescimento de sua produção científica e acadêmica, abrangendo temáticas referentes aos fenômenos regionais, urbanos, agrários, físicos e ambientais.

Os trabalhos desenvolvidos no Programa englobam aspectos tão diversos quanto a reflexão teórica sobre o pensamento regional no Brasil e no mundo, sob a égide da globalização, as recentes transformações econômicas, políticas, culturais e suas reverberações territoriais; a dinâmica dos movimentos sociais contemporâneos; os novos instrumentos teóricos e metodológicos voltados à investigação do meio físico-natural, a gestão e o manejo do território, entre outros. As linhas de pesquisa do programa são: 1) "Educação Geográfica, Cultura, Política e Inovação na Produção contemporânea do Espaço"; 2) "Dinâmicas Regionais do Desenvolvimento e Regionalizações"; 3) Análise Ambiental, Dinâmica Superficial e Climática das Paisagens"; 4) "Espaço Agrário, Ruralidades, Movimentos Sociais e Políticas Públicas".

O PPGeo, no período da pesquisa, produziu 203 pesquisas, sendo 118 em nível de mestrado, 5 no campo de Direitos Humanos, e nenhum trabalho na área de Educação em Direitos Humanos, assim como, em nível do Doutorado, não foram identificados estudos, como é possível constatar no Quadro 11.

SUMÁRIO

Quadro 11 – Produção do Programa de Pós-graduação em Geografia

ANO	TOTAL DA PRODUÇÃO					DISSERTAÇÕES					TESES				
	Abs.	DH		EDH		TOTAL	DH		EDH		TOTAL	DH		EDH	
		Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%
2008	15	1	7	0	0	12	1	8	0	0	3	0	0	0	0
2009	16	0	0	0	0	13	0	0	0	0	3	0	0	0	0
2010	25	1	4	0	0	18	1	6	0	0	7	0	0	0	0
2011	23	1	4	0	0	16	1	6	0	0	7	0	0	0	0
2012	26	0	0	0	0	15	0	0	0	0	11	0	0	0	0
2013	28	0	0	0	0	16	0	0	0	0	12	0	0	0	0
2014	38	1	3	0	0	20	1	5	0	0	18	0	0	0	0
2015	44	1	2	0	0	20	1	5	0	0	24	0	0	0	0
TOTAL	203	5	2	0	0	118	5	4	0	0	85	0	0	0	0

Fonte: Elaborado pela autora com informações do Repositório de Teses e Dissertações da UFPE.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH)

A fundação do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco aconteceu em 1974. O PPGH firmou-se como escola produtora de conhecimento histórico e formadora de quadros de Professores e Pesquisadores que, hoje, atuam em diversas instituições de ensino e pesquisa espalhadas por todo o Brasil.

O curso de mestrado foi criado em 1974 e o doutorado em 1991. Até o final de 2019, foram aprovadas 636 dissertações de mestrado

e 238 teses de doutorado. Depois de mais de quatro décadas de atuação, existe uma historiografia sobre o Norte e Nordeste do Brasil, que é referência nacional e mesmo internacional, construída a partir do Programa de Pós-graduação em História da UFPE.

Seu quadro de professores, atualmente, conta com 41 docentes (todos doutores), dos quais 38 são permanentes e 3 colaboradores, divididos entre as seguintes linhas de pesquisa: "Cultura e Memória"; "Relações de Poder, Sociedade e Ambiente"; "Mundo Atlântico"; "Saberes Históricos: Teoria, Ensino e Mídias"; "Do Antigo ao Moderno: Poderes, Culturas e Discursos".

Quanto ao Programa de História, é importante destacar que foram realizadas 203 pesquisas, sendo 118 dissertações e 85 teses. No entanto, foi possível identificar, apenas, 5 pesquisas no campo dos Direitos Humanos em nível de mestrado, conforme Quadro 12.

Quadro 12 - Produção do Programa de Pós-graduação em História

ANO	TOTAL DA PRODUÇÃO					DISSERTAÇÕES					TESES				
	Abs.	DH		EDH		TOTAL	DH		EDH		TOTAL	DH		EDH	
		Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%
2008	15	1	7	0	0	12	1	8	0	0	3	0	0	0	0
2009	16	0	0	0	0	13	0	0	0	0	3	0	0	0	0
2010	25	1	4	0	0	18	1	6	0	0	7	0	0	0	0
2011	23	1	4	0	0	16	1	6	0	0	7	0	0	0	0
2012	26	0	0	0	0	15	0	0	0	0	11	0	0	0	0
2013	28	0	0	0	0	16	0	0	0	0	12	0	0	0	0
2014	38	1	3	0	0	20	1	5	0	0	18	0	0	0	0
2015	44	1	2	0	0	20	1	5	0	0	24	0	0	0	0
TOTAL	203	5	2	0	0	118	5	4	0	0	85	0	0	0	0

Fonte: Elaborado pela autora com informações do Repositório de Teses e Dissertações da UFPE.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (PPGPSI)

Fundado em 2006, o Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGPSi) da Universidade Federal de Pernambuco tem contribuído com o desenvolvimento e formação em pós-graduação comprometida com a transformação social, a produção de conhecimento e a formação acadêmica no estado de Pernambuco e no Nordeste do Brasil. São objetivos do PPGPSi da UFPE: desenvolver uma formação em pós-graduação comprometida com a transformação social, a produção de conhecimento e a formação acadêmica, além de proporcionar uma reflexão crítica sobre o saber científico em Psicologia, considerando sua multiplicidade de objetos e de abordagens teóricas e metodológicas.

O ciclo de formação do curso possibilita que os alunos sejam capazes de desenvolver e pesquisar temas em consonância com as questões emergentes no âmbito regional, nacional e internacional, com vistas a produzir conhecimentos em Psicologia, nas três linhas de pesquisa existentes, colocando em perspectiva o debate que explicita níveis diferentes de investigação e, ao mesmo tempo, a busca pela integração dos diversos fenômenos psicológicos.

Além disso, com o desenvolvimento do curso espera-se que, durante o período de formação, o egresso do Mestrado e do Doutorado em Psicologia tenha desenvolvido habilidades, conhecimentos e um acervo de experiências significativas de crescimento intelectual decorrentes de sua trajetória de pesquisa e discussões com os docentes, demais mestrandos(as) e outros(as) participantes do curso. O PPG possui como eixos de estudo três linhas de pesquisa: "Processos Básicos em Psicologia e Neurociências (mestrado)";

SUMÁRIO

"Processos Sociointerativos e Desenvolvimento Humano" (mestrado e doutorado); "Processos Psicossociais, Poder e Práticas Coletivas" (mestrado e doutorado). O Programa conta com 16 professores.

A produção científica no Programa de Psicologia evidencia que, das 163 pesquisas realizadas, 51 são dissertações em Direitos Humanos, 5 em Educação em Direitos Humanos e 2 teses, mas não foi identificada pesquisa nesses campos de estudo, conforme Quadro 13.

Quadro 13 – Produção do Programa de Pós-graduação em Psicologia

ANO	TOTAL DA PRODUÇÃO					DISSERTAÇÕES					TESES				
	Abs.	DH		EDH		TOTAL	DH		EDH		TOTAL	DH		EDH	
		Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%
2008	20	7	29	1	6	19	7	83	1	17	1	0	0	0	0
2009	21	4	24	1	5	21	4	83	1	17	0	0	0	0	0
2010	20	5	50	0	0	20	5	100	0	0	0	0	0	0	0
2011	17	3	18	0	0	17	3	100	0	0	0	0	0	0	0
2012	20	6	30	0	0	20	6	100	0	0	0	0	0	0	0
2013	23	8	35	1	4	23	8	89	1	11	0	0	0	0	0
2014	24	7	33	1	4	24	7	89	1	11	0	0	0	0	0
2015	20	11	61	1	6	19	11	92	1	8	1	0	0	0	0
TOTAL	165	51	34	5	3	163	51	91	5	9	2	0	0	0	0

Fonte: Elaborado pela autora com informações do Repositório de Teses e Dissertações da UFPE.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA COGNITIVA (PPG)

O Programa de Pós-graduação em Psicologia Cognitiva (PPG) da Universidade Federal de Pernambuco iniciou, em 1976, suas atividades com o curso de mestrado e, em 1998, foi implantado o curso de doutorado. Seus objetivos são: a produção de conhecimento no campo da Psicologia Cognitiva e a formação de recursos humanos qualificados para atividades de ensino e de pesquisa. Como resultados desses esforços, o Programa tem contribuído com a construção de práticas inovadoras e o desenvolvimento de novas ideias que revertem em benefício da sociedade de forma mais ampla.

O PPG trabalha com duas linhas de pesquisa: "Processos Cognitivos Básicos e Complexos" e "Cultura e Cognição". E conta com 12 professores permanentes e 1 colaborador.

No que se refere à produção científica, é possível observar, no Quadro 14, que das 107 dissertações, 6 são no campo dos Direitos Humanos, 3 de Educação em Direitos Humanos. No doutorado, 1 tese é em Direitos Humanos e 2 são em Educação em Direitos Humanos.

Quadro 14 – Produção do Programa de Pós-graduação em Psicologia Cognitiva

ANO	TOTAL DA PRODUÇÃO					DISSERTAÇÕES					TESES				
	Abs.	DH		EDH		TOTAL	DH		EDH		TOTAL	DH		EDH	
		Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%
2008	10	0	0	0	0	7	0	0	0	0	3	0	0	0	0
2009	16	1	6	1	6	7	1	3	0	0	9	0	0	1	11
2010	16	2	13	0	0	9	2	6	0	0	7	0	0	0	0
2011	12	1	8	0	0	11	1	3	0	0	1	0	0	0	0
2012	16	0	0	0	0	11	0	0	0	0	5	0	0	0	0

ANO	TOTAL DA PRODUÇÃO					DISSERTAÇÕES					TESES				
	Abs.	DH		EDH		TOTAL	DH		EDH		TOTAL	DH		EDH	
		Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%
2013	21	1	5	0	0	21	1	3	0	0	0	0	0	0	0
2014	28	1	4	1	0	22	1	3	1	5	6	0	0	0	0
2015	29	1	3	3	3	19	0	0	2	11	10	1	10	1	10
TOTAL	148	7	5	5	1	107	6	6	3	3	41	1	2	2	5

Fonte: Elaborado pela autora com informações do Repositório de Teses e Dissertações da UFPE.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UFPE (PPGS)

O Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGS) da Universidade Federal de Pernambuco consolidou-se como referência na Região Nordeste, com mais de 40 anos de existência em nível de mestrado e de 20 anos no doutorado (até 2016, o Programa era o único que oferecia doutorado na área em toda a região).

Avaliado com conceito 6 pela CAPES, a área de concentração do PPGS/UFPE é Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais, suas seis linhas de pesquisa são: "Estado, Políticas Sociais e Ação do Serviço Social"; "Serviço Social, Trabalho e Questão Social"; "Serviço Social, Ação Política e Sujeitos Coletivos"; "Serviço Social, Ética e Direitos Humanos"; "Capitalismo Contemporâneo, Questão Agrária, Urbana e Ambiental"; "Relações Sociais de Gênero, Geração, Raça/Etnia e Sexualidades", evidenciando os marcos teórico-metodológicos do programa que estão em consonância com os princípios ético-políticos do Serviço Social brasileiro, reafirmados pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Na área de Serviço Social, o Programa produziu 109 dissertações, com destaque para o quantitativo de 43 no campo dos Direitos Humanos e 3 de Educação em Direitos Humanos. No doutorado, foram desenvolvidas 21 teses em Direitos Humanos e 1 em Educação em Direitos Humanos, evidenciadas no Quadro 15.

Quadro 15 – Produção do Programa de Pós-graduação em Serviço Social

ANO	TOTAL DA PRODUÇÃO					DISSERTAÇÕES					TESES				
	Abs.	DH		EDH		TOTAL	DH		EDH		TOTAL	DH		EDH	
		Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%
2008	16	7	44	0	0	8	4	50	0	0	8	3	38	0	0
2009	21	8	38	0	0	12	4	33	0	0	9	4	44	0	0
2010	27	11	41	1	4	18	8	44	1	6	9	3	33	0	0
2011	35	16	46	2	6	29	12	41	2	7	6	4	67	0	0
2012	19	5	26	0	0	10	4	40	0	0	9	1	11	0	0
2013	23	4	17	0	0	12	2	17	0	0	11	2	18	0	0
2014	17	8	47	1	6	7	4	57	0	0	10	4	40	1	10
2015	19	5	26	0	0	13	5	38	0	0	6	0	0	0	0
TOTAL	177	64	36	4	2	109	43	39	3	3	68	21	31	1	1

Fonte: Elaborado pela autora com informações do Repositório de Teses e Dissertações da UFPE.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA (PPG)

O Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPG) da Universidade Federal de Pernambuco teve sua origem na criação do Programa Integrado em Economia e Sociologia (Pimes), em 1967.

Os Cursos de Mestrado em Sociologia e em Economia tornaram-se amplamente reconhecidos no cenário nacional e atuaram, em conjunto, até 1981. Em 1995, a criação do Curso de Doutorado reafirmou o papel do PPG na formação de pesquisadores e na produção intelectual desenvolvida no Brasil.

Nos últimos anos, o Programa tem acolhido um número crescente de professores e alunos estrangeiros interessados em participar de suas atividades. Respondendo a esta demanda, o PPG passou a incentivar iniciativas de seminários, cursos e palestras voltados, particularmente, para o incremento da cooperação internacional com pesquisadores e instituições africanas e latino-americanas. Os objetivos do Programa são formar recursos humanos qualificados e habilitados para: ensinar fundamentos teóricos e metodológicos da sociologia, contemplando a produção clássica e contemporânea; desenvolver com autonomia projetos de pesquisa social que enfatizem a compreensão e explicação dos processos de mudança social; produzir conhecimento sociológico relevante para o desenvolvimento da área; difundir o conhecimento produzido em fóruns acadêmicos e publicações científicas qualificadas; estabelecer parcerias com instituições, públicas e privadas, de docência, de pesquisa e de intervenção social; fomentar a difusão do conhecimento sociológico para públicos não acadêmicos

O corpo docente, formado por 20 professores permanentes e 6 colaboradores, é qualificado como “muito bom” pela Capes, com base nos seguintes critérios: formação (titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência); adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e orientação do programa; perfil, compatibilidade e integração do corpo docente permanente com a proposta do programa (especialidade e adequação em relação à proposta do programa); atividade docente e distribuição de carga letiva entre os docentes permanentes; participação dos docentes nas atividades de ensino e pesquisa na graduação

SUMÁRIO

(no caso de IES com curso de graduação na área), com particular atenção à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG; participação dos docentes em pesquisa e desenvolvimento de projetos; inserção acadêmica e maturidade do corpo docente. Mais de 600 teses e dissertações já foram defendidas no Programa desde sua fundação.

A produção no Programa de Sociologia, identificada segundo as categorias da pesquisa, foi desenvolvida apenas no campo dos Direitos Humanos, tanto no mestrado, com 20 pesquisas, como no Doutorado, com 18. Não foram evidenciado estudos no campo da Educação em Direitos Humanos. É o que demonstra o quadro 16, a seguir:

Quadro 16 – Produção do Programa de Pós-graduação em Sociologia

ANO	TOTAL DA PRODUÇÃO					DISSERTAÇÕES					TESES				
	Abs.	DH		EDH		TOTAL	DH		EDH		TOTAL	DH		EDH	
		Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%
2008	25	5	20	0	0	13	1	8	0	0	12	4	33	0	0
2009	22	5	23	0	0	11	3	27	0	0	11	2	18	0	0
2010	25	3	12	0	0	10	1	10	0	0	15	2	13	0	0
2011	19	3	16	0	0	12	1	8	0	0	7	2	29	0	0
2012	12	5	42	0	0	8	4	50	0	0	4	1	25	0	0
2013	17	3	18	0	0	11	1	9	0	0	6	2	33	0	0
2014	19	5	26	0	0	15	4	27	0	0	4	1	25	0	0
2015	29	8	28	0	0	15	4	27	0	0	14	4	29	0	0
TOTAL	168	37	22	0	0	95	19	20	0	0	73	18	25	0	0

Fonte: Elaborado pela autora com informações do Repositório de Teses e Dissertações da UFPE.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A presente pesquisa mostra que, embora tenham havido avanços na produção do conhecimento nas áreas dos Direitos Humanos e da Educação em Direitos Humanos, em nível da pós-graduação no Brasil, principalmente a partir do processo de redemocratização do país e de forma mais institucionalizada nos anos 2000, com normativas, pactos e acordos em nível internacional e nacional, estes avanços ainda foram tímidos, o que requer uma ação mais efetiva para consolidar e fortalecer essas áreas de conhecimento.

Foi nos anos 2000 que o Brasil estabeleceu políticas públicas direcionadas ao campo dos Direitos Humanos e da Educação em Direitos Humanos, a partir da elaboração de Planos de Direitos Humanos em nível nacional, do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos, atendendo às demandas internacionais e nacionais. O objetivo desses documentos é orientar os estados e municípios a elaborarem políticas públicas que contemplem conteúdos e práticas nessas áreas de conhecimento.

Nessa direção, a pesquisa, ao buscar sistematizar a produção do conhecimento no âmbito da Pós-graduação, embora de forma localizada em determinados cursos e no recorte temporal de 2008 a 2015, mostra a importância de visualizar as temáticas mais recorrentes, as metodologias e os questionamentos.

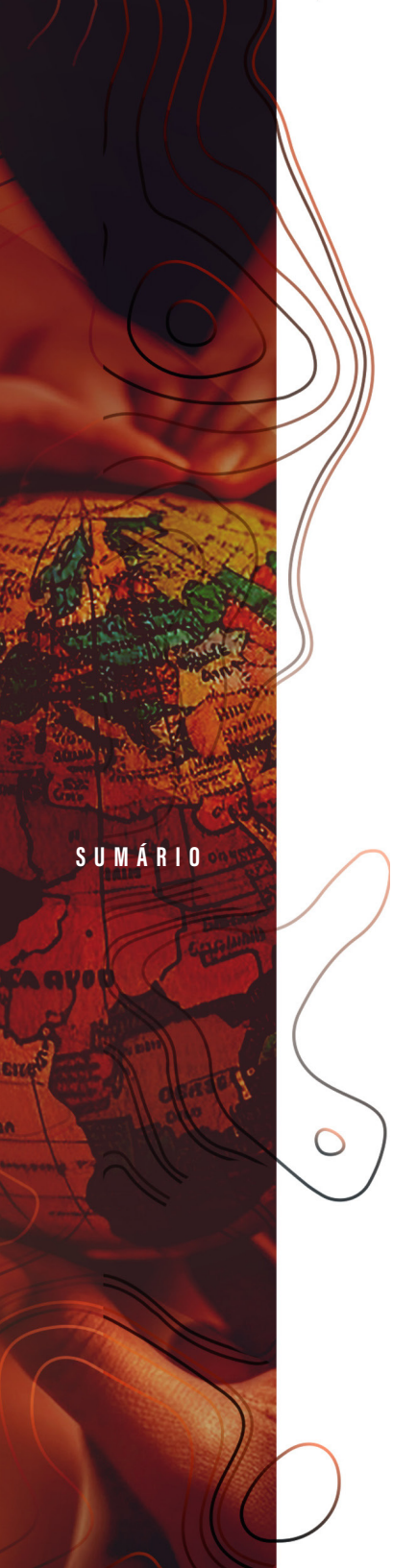
No âmbito da Universidade Federal de Pernambuco, é possível destacar algumas evidências, apresentadas por esse estudo, nas áreas de Educação em Direitos Humanos e Direitos Humanos, em nível da pós-graduação:

1. É possível focalizar um descompasso no quantitativo da produção científica entre as áreas de Educação em Direitos Humanos e dos Direitos Humanos, sendo a segunda

com maior predominância. Isso mostra que as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, de 2012, ainda não repercutiram, de forma ampla, nas pesquisas da pós-graduação, considerando o marco temporal da pesquisa, conforme se constata nos campos da: Educação, Educação Contemporânea, Direitos Humanos, Psicologia e Serviço Social, embora alguns cursos tenham sido criados em anos próximos ao período da elaboração dessas Diretrizes, e os dados da pesquisa tenham sido coletados tendo como último ano de referência 2015.

2. Em relação aos Temas que foram mais enfatizados, ressalta-se, na categoria de Educação em Direitos Humanos, estudos sobre a escola, sua centralidade e sua organização compreendida como o lócus do fazer pedagógico, em que foram investigadas questões alusivas ao professor, ao aluno e à violência; grupos ou artefatos pesquisados como criança, livro didático, aspectos culturais, literatura, assim como temáticas alusivas à diversidade sexual, cidadania, identidade e direitos humanos, e às demandas que surgem dessas práticas, como relações étnico-raciais, experiência, formação, deficiência, etc. Isso indica uma miscelânea de aspectos que intercambiam o olhar para as relações tecidas com o campo, os sujeitos e as práticas sociais. Já na categoria de Direitos Humanos, os temas mais abordados foram os referentes à mulher, gênero e sexualidade; políticas públicas, democracia, cidadania e movimentos sociais; e justiça, segurança pública, sistema socioeducativo e violência. No que diz respeito à mulher, gênero e sexualidade, destacam-se os temas que enfatizam a construção do protagonismo feminino e a participação política de mulheres em vários espaços; a relação homem/mulher; masculinidade, machismo e a participação do homem na violência contra a mulher; homicídio, feminicídio, violações de direitos, a violência racial e de gênero para as mulheres negras, além da participação das

SUMÁRIO



SUMÁRIO

mulheres nas lutas contra o sistema de opressão em que estão inseridas; gênero e sexualidade; pesquisas sobre violência nas relações de gênero, as representações identitárias de gênero e sexualidade e a efetivação e garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Quanto às políticas públicas, democracia, cidadania e movimentos sociais, foram recorrentes as investigações que compreendem as políticas públicas como o governo em ação e a articulação entre o Estado e a sociedade civil, por meio de suas organizações e movimentos sociais em busca de resultados, assim como as lutas por direitos de cidadania, por novos direitos na sociedade e por reconhecimento. E no que diz respeito à justiça, segurança pública, sistema socioeducativo e violência, a ênfase foi em produções relativas ao acesso à justiça social; em cursos de formação de soldados da polícia militar; ao sistema socioeducativo nas unidades de internação; à violência urbana e ações policiais; e à dinâmica dos homicídios praticados e sofridos por jovens.

3. Em relação às perspectivas teóricas, as produções apresentam traços que as caracterizam pela interdisciplinaridade, multiplicidade epistêmica e bricolagem de aportes teórico-conceituais, autores e áreas do saber.
4. No que se refere aos processos metodológicos, as investigações se concentram em pesquisas empíricas e de abordagem qualitativa que, predominantemente, foram instrumentalizadas por procedimentos de cunho bibliográfico-exploratório, documental e com instrumentos de coleta de dados clássicos dos estudos de campo, como entrevista e observação e, em um quantitativo mais reduzido de trabalhos, foram aplicados questionários. Como técnicas de análise, foram utilizadas, predominantemente, técnicas de análise de cunho discursivo e de conteúdo.

Apreende-se, através da análise dos dados, que há uma preponderância da Teoria Crítica dos Direitos Humanos e seus pressupostos nas produções dos Programas de Pós-graduação da UFPE, objeto da pesquisa, na medida em que o entendimento dos direitos humanos compreendidos como direitos exclusivamente individuais e fundamentalmente civis e políticos foi ampliado para direitos coletivos, difusos, culturais, direitos à igualdade e à diferença de forma articulada; e a luta política por direitos, considerando que Direitos Humanos são produções sócio-históricas e processos relacionais gerados por autores sociais em contextos culturais e em todos os espaços sociais (RUBIO, 2015; SANTOS, 2009).

A partir desses achados, na perspectiva da defesa da democracia e da construção de uma sociedade mais justa e igualitária e considerando as diferenças, a pós-graduação tem papel fundamental no sentido de que a produção do conhecimento possa contribuir com essa construção.

O que se espera é que a pós-graduação na UFPE implemente, de fato, as normativas, principalmente as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (2012), em todas as áreas de conhecimento, no campo dos Direitos Humanos, como forma de contribuir para a formação de profissionais, conscientizando-os, no sentido de desenvolver uma cultura de Direitos Humanos, requisito fundamental para uma sociedade mais justa e democrática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Parecer nº 977/65**. Definição dos cursos de pós-graduação. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1965.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Nacionais Para Educação em Direitos Humanos**. Brasília, DF: MEC/CNE, 2012

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, p. 513-518, 2013.

CAPES. Plano Nacional de Pós-graduação. v. 1. Brasília, DF: Capes, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-pnpg-volume-i-mont-pdf>. Acesso em: 1 set. 2021.

GARDANO, M. **Manual de pesquisa qualitativa: a contribuição da teoria da argumentação**. Petropolis: Vozes, 2017.

KLAMT, L. M., SANTOS V. S. The use of the IRAMUTEQ software in content analysis - a comparative study between the ProfEPT course completion works and the program references. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, p. e8210413786, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i4.13786>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13786>. Acesso em: 1 set. 2021.

MARCHAND, P.; RATINAUD, P. L'analyse de similitude appliquee aux corpus textuels: les primaires socialistes pour l'election présidentielle française. Actes des 11eme Journées internationales d'Analys estatistique des DonnéesTextuelles, 2012., Liège, Belgique. **Anais [...]**. p. 687-699.

SANCHEZ RUBIO, D. Crítica a uma cultura estática y anestesiada de derechos Humanos: por uma recuperación de las dimensiones constituyentes de la lucha por los derechos. Universidad de Sevilla. **Derechos y libertades**, n. 33, época II, jun. 2015.

SALVIATI, M. E. **Manual do Aplicativo Iramuteq** (versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2.3). Planaltina, 2017. Disponível em: <http://iramuteq.org/documentation/fichiers/anexo-manual-do-aplicativo-iramuteq-parmaria-elisabeth-salviati>. Acesso em: 21 maio 2018.

SANTOS, B. de S. Direitos Humanos: o desafio da Interculturalidade. **Revista de Direitos Humanos**, n.2, p. 11-18, jun. 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Cursos de Graduação**. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: <https://www.ufpe.br/cursos/graduacao>. Acesso em: 1 set. 2021.

SUMÁRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **O programa.** Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022. Disponível em: <https://www.ufpe.br/ppgdh/o-programa>. Acesso em: 01 maio 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **UFPE em números.** Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em: <https://www.ufpe.br/institucional/ufpe-em-numeros>. Acesso em: 1 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Pró-reitoria de Pós-graduação.** Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em: <https://www.ufpe.br/prog>. Acesso em: 1 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Relatório de Gestão 2020.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2020. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/3224513/0/Relat%C3%B3rio+de+Gest%C3%A3o+UFPE++2020.pdf/5aa245a6-5e14-43aa-b6be-6e29bc12081c>. Acesso em: 1 maio 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 09/2017.** Regulamenta a inserção e o registro da Ação Curricular de Extensão (ACEx) como carga horária nos Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação da UFPE. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2017. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/338063/0/Res+n%C2%BA+09+2017-CCEPE+%28Regulamenta+a+inser%C3%A7%C3%A3o+da+A%C3%A7%C3%A3o+Curricular+de+Extens%C3%A3o+no+PPC%29.pdf/78709ea4-9c90-4d3d-8534-fbe5f3f0b19d>. Acesso em: 1 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Programa de Pós-graduação em Comunicação.** Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001. Disponível em: <https://compos.org.br/program/programa-de-pos-graduacao-em-comunicacao-mestrado-e-doutorado-3/>. Acesso em: 1 set. 2021.

SUMÁRIO

7

Angela Maria Monteiro da Motta Pires

A PRODUÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE):

O QUE APRESENTAM OS ESTUDOS?¹⁶

16

O presente trabalho teve o apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-161-1.7

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa sobre a produção acadêmica em Direitos Humanos (DH) na pós-graduação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), relativos ao período de 2008 a 2015. Os dados foram coletados no repositório de dissertações e teses dessa universidade e são referentes aos resumos de trabalhos produzidos nessa temática.

Procedeu-se a análise dos dados com base na análise de conteúdo de Bardin (2016), considerando as fases da pré-análise, da exploração do material e do tratamento dos resultados, da inferência e da interpretação.

A pré-análise possibilitou a organização do material coletado nos resumos. Sendo realizada, inicialmente, uma leitura “flutuante” dos textos e sistematizadas as informações segundo a categoria de DH, de acordo com as variáveis: título, objeto/objetivos, pressupostos teóricos, metodologia e resultados. Nesta fase, foi iniciada a preparação do *corpus* da pesquisa, por meio da seleção e organização do material a ser analisado, considerando as regras de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência (Bardin, 2016, p. 126-127).

A fase de exploração do material consistiu nas operações de codificação, utilizando técnicas de codificação do *corpus*, durante as quais o material foi preparado para o estabelecimento de categorias e das variáveis que foram analisadas em cada resumo. Buscou-se apreender as subcategorias temáticas manifestas ou latentes (por exemplo, violência doméstica, violência contra a mulher, relações de gênero, patriarcado, assédio moral, cidadania, dignidade humana etc.) e identificar os conteúdos relevantes contidos nas variáveis, estabelecendo correlações ente eles. Com isso, a codificação, a classificação e a categorização foram elementos necessários nesta fase.

SUMÁRIO

Na terceira fase, ocorreu o tratamento, a inferência e a interpretação dos resultados da pesquisa, consolidando os dados codificados e identificando as informações para análise. Para isso, foi utilizado como *software* de tratamento, o Iramuteq (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), versão Alpha, e foram definidas como figuras representativas dos dados obtidos: a análise de similitude, a classificação hierárquica descendente e a nuvem de palavras, as quais reúnem um conjunto variado de procedimentos lexicométricos e estatísticos textuais (Klamt; Santos, 2021, Camargo; Justo, 2013).

Essas fases ocorreram de forma articulada, possibilitando uma análise e interpretação que buscou os resultados mais significativos, a partir de inferências específicas e gerais válidas. Neste sentido, a reflexão e a intuição com base nas análises do material empírico e dos referenciais teóricos de autores adotados na pesquisa foram fundamentais para se proceder interpretações elucidativas quanto à produção acadêmica na área de DH.

O quantitativo de resumos selecionados em DH foi 359 de um total de 2.354 produções existentes no repositório dos cursos pesquisados da UFPE. Desses, 268 são dissertações e 91 teses, representando, apenas, 15,0% de toda a produção da pós-graduação entre 2008 e 2015, demonstrando assim um grande desinteresse na produção acadêmica nessa temática.

AS CONTRIBUIÇÕES DA PÓS-GRADUAÇÃO DA UFPE AO DEBATE EM DIREITOS HUMANOS

A produção em Direitos Humanos nos cursos de pós-graduação de mestrado e doutorado da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) apresentou uma variedade de temas, os quais

foram agrupados em quinze subcategorias, com o objetivo de proporcionar uma visão geral das principais tendências da produção em Direitos Humanos nessa instituição, destacando áreas de convergência entre os diversos interesses que caracterizam a produção nessa área. A seguir, são apresentadas as subcategorias temáticas constituídas, nas quais são expostos os objetivos dos trabalhos inseridos nas temáticas e, em sequência, as perspectivas teóricas e as metodologias dos trabalhos pesquisados.

SUBCATEGORIAS TEMÁTICAS

As subcategorias temáticas definidas para a inserção das abordagens identificadas nos achados da pesquisa são as seguintes: Mulheres, Gênero e Sexualidade; Políticas públicas, Democracia, Cidadania e Movimentos Sociais; Justiça, Segurança pública, Sistema Socioeducativo e Violência; Saúde e Doença; Povos Indígenas, Quilombolas, Ciganos e Povos do Campo; Regimes de governo, Revoluções, Ditadura militar, Repressão e Memória; Família, Criança, Adolescente e Juventude; Relações de trabalho, Dignidade e Lutas políticas; Relações étnico-raciais; Direitos territoriais e Direitos urbanos; Religião, Diversidade Cultural e Reconhecimento; Fundamentos teóricos e Direitos Humanos; População em situação de rua e Populações refugiadas; Comunicação e o papel das novas mídias; e Cultura de Paz e Justiça Restaurativa.

Essas subcategorias foram organizadas por ordem da numeração determinada pelo quantitativo de trabalhos encontrados. Neste sentido, as subcategorias Mulheres, Gênero e Sexualidade, Políticas públicas, Democracia, Cidadania e Movimentos Sociais, Justiça, Segurança pública, Sistema Socioeducativo e Violência são as que reúnem o maior contingente de trabalhos, atingindo 59,9% do total das produções em Direitos Humanos, dos Programas de Pós-graduação pesquisados.

SUBCATEGORIA TEMÁTICA 1: MULHERES, GÊNERO E SEXUALIDADE

Nesta subcategoria, foram registradas pesquisas que focalizam estudos feministas, tais como o movimento feminista; a construção do protagonismo feminino no Cinema Pernambucano; o pensamento pedagógico feminista de Nísia Floresta; Ciência no Feminino: um estudo sobre a presença da mulher docente na pós-graduação e o reconhecimento profissional da mulher; contextos de participação política de mulheres em candidaturas; a prostituição na construção do imaginário sobre a mulher; a prostituição e a emancipação humana e o aborto; estudos que se relacionam com mulheres ambulantes; as mulheres e a vivência pós-cárcere; a Lei Maria da Penha e sua aplicabilidade; o envolvimento de mulheres em diferentes crimes; e as rotinas e vivências das mulheres presidiárias.

Esta temática enfoca também estudos que se referem à efetivação e garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres; às pesquisas que abordam a violência contra a mulher, as quais mencionam que, apesar de considerar importante os indicadores de gênero nos instrumentos legais, é necessário ir além, ou seja, é fundamental que a leitura destes indicadores tenha uma perspectiva feminista para captar, de maneira legítima, a violência contra a mulher nos crimes investigados pelas instituições policiais; às violações, subjetividades; à relação homem/mulher; à violência e homicídio; masculinidade, machismo e sobre o papel do homem em relação à violência e a não violência; ao modo como se opera a violência racial e de gênero para as mulheres negras, considerando as limitações do próprio sistema de opressão em que estão inseridas essas mulheres, o que acaba reduzindo as suas possibilidades de reconhecimento e de sobrevivência; sobre Casa-abrigo para as mulheres em situação de violência doméstica, sob a ótica das mulheres pós-abrigadas; e sobre violência nas relações de gênero na imprensa e nos documentos judiciais.

SUMÁRIO

Pesquisas que também fazem parte desta temática abordam as representações identitárias de gênero e sexualidade atreladas aos discursos de classe; a inter-relação entre a comunicação e as mulheres; a comunidade LGBTQIA+; intencionalidades políticas no pensamento educativo da militância LGBT; o confronto de algumas teorias médicas, psicanalíticas e das ciências humanas sobre as transexualidades, com os dados empíricos coletados no que diz respeito às concepções de sexo, gênero, corpo, sexualidade, discurso e subjetividade, representações e performances de gênero, formando a base de compreensão da experiência das transexualidades; a questão das identidades de gênero, transfobia, homofobia e as subjetividades que perpassam essas relações, mas também associando o tema com as questões referentes à violência e aos direitos tanto à vida quanto à liberdade e à segurança; e estudos referentes à Homoparentalidade e aos efeitos da matriz heterossexual, a partir de uma análise *Queer* sobre a adoção conjunta por pessoas do mesmo sexo no judiciário; a sexualidade das prostitutas; e a construção da democracia de gênero no discurso jornalístico sobre violência contra a mulher e as representações sociais de diversidade sexual por professores e professoras.

SUBCATEGORIA TEMÁTICA 2: POLÍTICAS PÚBLICAS, DEMOCRACIA, CIDADANIA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Esta subcategoria trata de pesquisas que se referem ao acesso e à aplicação das políticas públicas como direito humano e constitucional; a estudos comparados entre programas de segurança alimentar; a programas sociais como política pública; à articulação entre Estado e sociedade civil, por meio de suas organizações e movimentos sociais, no processo de elaboração, implantação, controle

SUMÁRIO

e participação na esfera pública; ao espaço público como campo privilegiado de exercício da cidadania e de reconhecimento social; a conferências nacionais de políticas públicas e democracia participativa; a plebiscito, referendo e iniciativa popular na Constituição de 1988 e aos impactos da revolução tecnológica da informação e comunicação na democracia brasileira; à seguridade social no contexto de uma renda universal garantida; à institucionalização de políticas dirigidas à diversidade étnica e cultural brasileira e às contradições no processo de implementação das políticas de igualdade racial; a políticas públicas de saúde mental e de reforma psiquiátrica; à execução do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas (PROVITA); à política educacional e programas de transferência de renda; e à Política de inclusão digital no ProJovem.

Nesta temática, foram identificados também estudos que tratam da violação e da defesa da cidadania a partir da análise de conteúdo de discursos radiofônicos; da formação para o exercício da cidadania, tendo como argumento a "metáfora deserto", como figura de pensamento, o que delimitou a impossibilidade de educar numa perspectiva cidadã e democrática, tendo em vista que o mundo está em processo de desertificação e dilaceramento das experiências comuns; da compreensão sobre como ocorre a produção do espaço, sob a tensão entre os diferentes atores sociais, na perspectiva de que os movimentos sociais se tornem instrumentos de transformação desse espaço, na medida em que, no processo de construção de territórios e de lugares, de espaços de cidadania, seja-lhes garantida a participação concreta na gestão da cidade; da questão ambiental e desenvolvimento sustentável; da experiência democrática no pós-Estado Novo em diversas instancias, mais especificamente na cultura, na política, no trabalho e no cotidiano e do posicionamento jurídico e ideológico do Estado brasileiro em relação à normatização do monitoramento eletrônico de usuários de Internet.

Estudos relativos às lutas sociais e à garantia de direitos foram computados neste bloco, enfatizando as questões de participação,

SUMÁRIO

ação, controle social. Esses estudos fazem referência a movimentos sociais específicos, apontando para a necessidade de articulação e mobilização para efetivação dos direitos já legitimados e regulamentados, além da democratização da educação do campo a partir de uma proposta elaborada pela sociedade civil.

SUBCATEGORIA TEMÁTICA 3: JUSTIÇA, SEGURANÇA PÚBLICA, SISTEMA SOCIOEDUCATIVO E VIOLÊNCIA

Esta temática reúne trabalhos sobre o acesso à justiça, o conhecimento das determinações e mediações sobre a noção de justiça e o processo de naturalização da desigualdade, no processo de formação profissional; a garantia de direitos (sobretudo na esfera do direito constitucional e do direito penal); o estudo de princípios e sua aplicabilidade nos mais distintos ramos do direito; a discussão sobre os direitos e garantias fundamentais, com ênfase nos direitos individuais e sociais, direito constitucional e direito internacional; a judicialização; a tutela e efetividade de direitos; as legislações e tribunais internacionais; o instituto do controle de convencionalidade como mecanismo de responsabilização internacional do Estado por violação de direitos humanos, no âmbito do sistema interamericano de proteção instituído no seio da Organização dos Estados Americanos (OEA); a política de segurança pública; a Lei de Segurança Nacional; os aspectos políticos e jurídicos da Lei de Anistia Brasileira; o desenho institucional das ouvidorias de polícia no Brasil e na esfera internacional, e seu significado para a *accountability* democrática; o terrorismo e política de segurança: a face criminosa do neolombrosianismo; o atendimento ao público pelo promotor de justiça como instrumento de acesso à justiça social; os discursos de direitos humanos nos cursos de formação de soldados da polícia militar;

SUMÁRIO

a execução do plano de reordenamento do sistema socioeducativo nas unidades de internação da FUNASE; a educação prisional.

Nesta subcategoria, são também registrados estudos que abordam a violência contra idosos; as campanhas políticas e repressão policial; a violência urbana e ações policiais; os egressos rein-cidentes em penitenciárias; a dinâmica dos homicídios praticados e sofridos por jovens; a cultura da honra e homicídios.

SUBCATEGORIA TEMÁTICA 4: SAÚDE E DOENÇA

Nesta temática, encontram-se pesquisas que abordam o Sistema Único de Saúde(SUS); a reabilitação psicossocial e a afirmação dos Direitos Humanos da pessoa em sofrimento psíquico; o tratamento médico contra a lepra e como foi construído um novo olhar sobre a doença e os doentes, resultando na criação do termo hanseníase; a violência contra a mulher e política pública de saúde; as lutas dos trabalhadores pela saúde e a reforma sanitária brasileira; o enfrentamento da AIDS e suas interfaces com as determinações sociais da saúde; a Política Nacional de Controle do Câncer de Mama e a produção científica brasileira sobre o acesso e a acessibilidade aos serviços assistenciais de rastreamento da neoplasia mamária; o movimento de luta antimanicomial, a sua história e a participação dos portadores de transtornos mentais em tal coletivo; a saúde mental e reforma psiquiátrica; o acesso à saúde no sistema prisional brasileiro; uma análise do discurso de humanização do parto no cinema documentário; e os sujeitos com Síndrome de Down, a partir de suas interações com pessoas participantes de seus ambientes escolar e familiar.

SUBCATEGORIA TEMÁTICA 5: POVOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS, CIGANOS E POVOS DO CAMPO

Compondo esta temática, encontram-se estudos sobre os povos indígenas que abordam diversos aspectos, como a insurgência política e desobediência epistêmica no movimento decolonial de indígenas Pankará e quilombolas na Serra do Arapué; a perícia antropológica como direito fundamental indígena à ampla defesa em casos de crimes contra a dignidade sexual; e questões relativas à Educação e diversidade em contexto de interculturalidade, destacando a importância da Organização dos Povos Indígenas (OPI) para a consolidação da educação indígena diferenciada. Outros estudos tratam da temática indígena em culturas escolares e entre interculturalidades; ao Povo Indígena Tinguí-Botó, em que as crianças foram os principais sujeitos deste estudo e revelando, por meio de registros visuais, aspectos da história deste povo e as mudanças na percepção sobre a infância nesta população. Tais modificações estão relacionadas a um movimento étnico, no qual as crianças de hoje em dia vivenciam uma situação diferenciada em relação à aquisição de terras e a direitos específicos. Além disso, há análises sobre a etnicidade indígena no contexto urbano, sobre os Kalabaça, Kariri, Potiguara, Tabajara e Tupinambá; sobre as Migrações Xukuru do Ororubá, memórias e história; sobre as relações socioambientais entre os índios Xukuru no período anterior e posterior a homologação do seu território (1986–2010), estabelecendo conexões com a identidade étnica do grupo; sobre a catequização de índios para transformá-los em trabalhadores assalariados em fazendas brasileiras; sobre o desaparecimento de povos indígenas; sobre a agenda pública no campo das políticas culturais para os povos indígenas; e sobre a educação escolar indígena e interculturalidade.

SUMÁRIO

As pesquisas relativas aos quilombolas e aos grupos ciganos identificadas nesta categoria abordam as formas de articulação entre atores sociais no processo de identificação e reconhecimento de comunidades quilombolas, bem como relacionam este processo com a aplicação de políticas públicas em uma comunidade negra rural, além disso enfocam construções identitárias, dinâmicas ciganas, relações estabelecidas com o Estado, problemas clássicos como o preconceito e a discriminação na relação entre ciganos e não ciganos e transformações culturais.

Nesta subcategoria, situam-se também estudos sobre os povos do campo, no que diz respeito à educação na Argentina, no Brasil e no México, sendo discutidas as alternativas à educação neoliberal produzida na América Latina, com foco em três movimentos sociais do campo: na Argentina, o Movimiento Campesino de Santiago del Estero (MOCASE – Via Campesina); no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); e, no México, o Movimiento Zapatista; ao trabalho escravo na lavoura canavieira e as alternativas para sua erradicação, em que foi analisada a situação dos trabalhadores na lavoura de cana-de-açúcar, migrantes temporários, empregados em usinas de cana de açúcar em áreas rurais; migrações, conflitos e violência no campo; associativismo rural e agricultura familiar.

SUBCATEGORIA TEMÁTICA 6: REGIMES DE GOVERNO, REVOLUÇÕES, DITADURA MILITAR, REPRESSÃO E MEMÓRIA

Nesta temática, estão inseridos estudos que abordam a pobreza, a revolução e o comunismo, dando destaque às ações dos grupos sociais conservadores comprometidos em manter uma

SUMÁRIO

ordem social e política, com ênfase para a ação dos latifundiários; a construção das diferentes formas de produção narrativa, em que são inseridas as memórias de populações que, durante o Estado Novo, foram massacrados pela repressão das polícias militares; a cultura política popular, a revolução e o processo de independência brasileira; o sistema escravista no Brasil, as condições de vulnerabilidade e a violência; as políticas de desenvolvimento econômico e social durante o regime militar brasileiro; a construção da percepção anticomunista e as disputas políticas que envolveram intelectuais católicos; a atuação do Partido Operário Revolucionário Trotskista em áreas rurais; golpe civil-militar e lutas sociais; presos políticos e o funcionamento da justiça de exceção durante os primeiros anos de vigência da ditadura civil-militar; a montagem e funcionamento da polícia política como parte integrante da complexa e eficiente rede de informações que serviu como pilar de sustentação do regime militar; a informação, repressão e memória; o dano difuso pelo desaparecimento de pessoas na ditadura militar; a análise da vala clandestina de Perus; e o direito fundamental à memória.

SUBCATEGORIA TEMÁTICA 7: FAMÍLIA, CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Estão inseridos nesta temática estudos que analisam o reconhecimento, no contexto jurídico, de novas formas de arranjos familiares com base no afeto, considerando que a Constituição Federal de 1988 se pautou no pluralismo das entidades familiares e ampliou a força normativa dos princípios constitucionais, tornando-se a referência para a interpretação do direito civil; a conjugalidade homoafetiva e seus processos de formalização; a negligência doméstica contra crianças e adolescentes; as relações entre resiliência, fatores de risco e proteção de crianças em situação de risco; a produção de

SUMÁRIO

sentidos entre pais e filhos adotivos sobre a maternagem, paternagem e filiação; as aprendizagens de crianças surdas; e a percepção ambiental de universitários.

Contempla também pesquisas sobre o abuso sexual infantil, violência sexual tendo como vítimas crianças e adolescentes; as contradições da proteção social para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual intrafamiliar; os usuários de crack; a paternidade na adolescência; as relações tutelares no que tange à assistência a órfãos pobres ou abandonados; o trabalho infantil; a problemática da criança e do adolescente em situação de rua; o acolhimento institucional e as contradições para a reintegração familiar e comunitária de crianças e adolescentes; a atuação profissional no Programa Saúde da Família; e o direito à saúde sexual e reprodutiva na adolescência.

Nesta subcategoria, estão inseridos trabalhos relativos a movimentos encabeçados pela juventude de resistência à ditadura civil-militar brasileira; à juventude rural; à participação de jovens em grupos culturais; a representações sociais de jovens sobre a violência urbana; aos fenômenos da delinquência juvenil e do controle social; e a ações vivenciadas por jovens pobres, moradores de bairros periféricos, consideradas de resistência aos padrões normativos estabelecidos.

SUBCATEGORIA TEMÁTICA 8: RELAÇÕES DE TRABALHO, DIGNIDADE E LUTAS POLÍTICAS

Esta subcategoria congrega pesquisas relativas à dignidade humana do servidor público e às vítimas do assédio moral no judiciário; às relações de poder, trabalho e doenças nas plantações açucareiras, enfocando a discussão sobre a condição de vida da população trabalhadora e a precariedade das condições de trabalho

e de assistência médica; ao trabalho escravo; aos impactos da precarização nas condições de saúde do espaço da feira e geração e acúmulo de renda de homens e mulheres; a problemas enfrentados pelos(as) trabalhadores(as) (horas extras trabalhadas e não pagas, férias nunca desfrutadas, suspensões consideradas arbitrárias quando levadas a juízo etc), bem como elencar e discutir as demandas femininas (auxílio maternidade, salário-gestante, demissões por motivo de gravidez) no setor têxtil; a trabalhadoras domésticas; ao sindicalismo e às lutas políticas; à justiça, relações de trabalho e lutas por direitos; ao cotidiano e à cultura dos trabalhadores(as) urbanos; ao Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) na mobilização de trabalhadores(as) urbanos(as) brasileiros(as), por meio do trabalho autogestionário, e às lutas dos(as) trabalhadores(as) da construção civil.

SUBCATEGORIA TEMÁTICA 9: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Pesquisas identificadas nesta subcategoria tratam da relação gênero e raça, com ênfase na especificidade da mulher negra em relação à prostituição; do diálogo de questões étnico-raciais e o processo de ressignificação simbólica da identidade negra nas composições do cantor e compositor paraibano Chico César; da estética da negritude na música popular brasileira; das representações do indivíduo migrante internacional em duas revistas transnacionais; do racismo no mercado de trabalho; de Alteridade, racismo e representações sociais; da produção sobre o negro e a educação; de compreender como se deu a educação de mulheres negras; da análise do processo de construção da identidade étnico-racial de professoras negras e sua influência na emergência de práticas curriculares de enfrentamento do racismo no espaço escolar; da juventude negra,

das relações étnico-raciais e da educação na prisão; de compreender o processo de construção da identidade negra através da história de vida e da educação de pessoas negras doutoras do Brasil.

SUBCATEGORIA TEMÁTICA 10: DIREITOS TERRITORIAIS E DIREITOS URBANOS

Nesta subcategoria estão inseridos estudos que tratam do ativismo de bairro e da participação popular na conquista do espaço do cidadão; das relações de poder, trabalho e disputas pelo território; dos pichadores, grafiteiros e suas territorialidades; da redefinição de espaços periurbanos pelo investimento imobiliário privado dos condomínios fechados; da análise da questão socioambiental na luta pelo território; de Crédito Fundiário e do desenvolvimento territorial; do associativismo urbano e do protagonismo das Associações de Moradores na contemporaneidade.

SUBCATEGORIA TEMÁTICA 11: RELIGIÃO, DIVERSIDADE CULTURAL E RECONHECIMENTO

Esta temática contempla estudos sobre a Lei do Registro do Patrimônio Vivo de Pernambuco (LPV), analisando-a sob uma perspectiva antropológica no contexto das políticas de valorização e reconhecimento da cultura popular e tradicional como patrimônio imaterial. Inclui também um estudo sobre uma experiência estético-religiosa centrada no sacrifício sangrento de animais dentro do Candomblé, mostrando que a imagem resultante do sacrifício sangrento, além de ser extremamente forte, carregada preconceitos por

parte de algumas correntes religiosas e de sociedades protetoras dos direitos dos animais. Além disso, contempla pesquisas que tratam da diversidade religiosa na escola pública, contribuindo com o debate acerca da presença da religiosidade no espaço público escolar, suas implicações e as estratégias adotadas pelos agentes para garantir o direito ao reconhecimento; e o direito de liberdade religiosa entre imigrantes árabes, seus descendentes e entre pessoas sem relação direta com a cultura árabe no Brasil.

Nesta subcategoria, encontram-se também pesquisas sobre as práticas e as representações dos populares recifenses, acerca das manifestações de carnaval; o papel da Igreja Católica, suas práticas e representações, no combate ao movimento feminista e na construção de uma identidade feminina “adequada” aos padrões morais católicos; e a compreensão de como ocorre a relação de questões contemporâneas concernentes à afirmação de direitos e lutas por igualdade, dentro (e a partir) de instituições religiosas que atuam em redes em prol da inclusão social e da cidadania.

SUBCATEGORIA TEMÁTICA 12: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E DIREITOS HUMANOS

Esta subcategoria aborda estudos referentes à Justiça, como equidade para a sociedade dos povos em John Rawls, tendo como categorias fundantes a justiça equitativa e a justiça equânime; à biopolítica, à tanato política e subjetividades tendenciosas à obediência irrestrita; à biopolítica por Michel Foucault e à banalidade do mal por Hannah Arendt; aos direitos humanos entre a biopolítica e o Estado de exceção, em Giorgio Agamben; à contribuição da analítica existencial heideggeriana na concepção de pluralidade presente em “a condição humana” de Hannah Arendt, com base nas categorias:

condição humana, pluralidade, igualdade, respeito às diferenças, ser-com-os-outros e pluralidade dos seres singulares; à liberdade e o Estado republicano em Kant; ao povo no poder; à virtude e à vontade no Estado legítimo de Jean-Jacques Rousseau; aos princípios éticos da pedagogia rousseauiana; ao enlace bioético-jurídico para a normatização da morte digna no Brasil; à bioética da responsabilidade; aos fundamentos de uma filosofia prática a partir de Hans Jonas; ao tema da justiça em Emmanuel Lévinas; aos limites e às possibilidades do Contrato Natural proposto pelo filósofo francês Michel Serres; ao uso de significantes vazios no discurso dos Direitos Humanos a partir das contribuições da teoria de Ernesto Laclau para compreensão de princípios de identificação democráticos em comunidades políticas pluralistas; à evolução do conceito de direitos humanos no pensamento de Marx e o problema da universalização dos direitos; à sistematização dos princípios de direito do trabalho e à reelaboração do seu princípio protetor para uma análise crítica da flexisegurança; à pertinência de teorias culturais para explicar a atual situação dos direitos humanos, em que foram avaliados os parâmetros das mais recentes teorias culturais da Ciência Política e a possibilidade de aplicá-las para estudar a realidade chinesa; à bioética da responsabilidade: fundamentos de uma filosofia prática a partir de Hans Jonas; e aos diálogos sobre direito e diferença, à luz da hermenêutica de matriz heideggeriana e gadameriana.

SUBCATEGORIA TEMÁTICA 13: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E POPULAÇÕES REFUGIADAS

Esta subcategoria aborda pesquisas que tratam de usuários de droga em situação de rua; de investigações sobre as principais dificuldades enfrentadas pelas pessoas em situação de rua para

saírem dessa circunstância, especialmente por meio do exercício da cidadania e do trabalho; da intersubjetividade e construção de identidades dos indivíduos em situação de rua; do atendimento à população de rua, adulta, em sofrimento psíquico; e da complexidade da experiência na rua.

Nesta temática, estão registrados também estudos que se referem à Comunidade Judaica do Recife e construção das identidades.

SUBCATEGORIA TEMÁTICA 14: COMUNICAÇÃO E O PAPEL DAS NOVAS MÍDIAS

Esta subcategoria reúne estudos que se referem ao jornalismo ambiental, destacando a influência das mídias em torno do debate ambiental, seja em veículos de comunicação impressos ou digitais; a ambiguidade no princípio da complementaridade entre os sistemas de radiodifusão na Constituição Federal; a um estudo de caso sobre o Nosso Jornal, da TV Universitária do Recife, tendo como parâmetros de análise a legislação brasileira e os documentos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Tecnologia (Unesco); ao Jornalismo e deliberação: luta por reconhecimento e o não-outro generalizado na mídia impressa pernambucana; a narrativas jornalísticas sobre o direito à liberdade de expressão e estudo sobre o conceito de comunicação como um direito humano e sua relação com o conceito de liberdade de expressão. Estabelece um diálogo entre as perspectivas teóricas interdisciplinares da Comunicação e outras áreas das Ciências Sociais.

Esta temática aborda, também, pesquisas que se referem ao trabalho de organizações não governamentais e a representação midiática sobre periferias urbanas; estudos que buscam apreender a construção do comum entre comunidades virtuais e espaço

urbano; trabalhos que objetivam compreender a ação comunicativa de pertencimento social de pessoas excluídas socialmente, seja por viverem em periferias ou por carregarem sentidos de marginalização social; e à interação e comunicação nos grupos do Facebook.

SUBCATEGORIA TEMÁTICA 15: CULTURA DE PAZ E JUSTIÇA RESTAURATIVA

Nesta subcategoria, encontra-se registrado o estudo sobre a justiça restaurativa e o acesso à justiça, em que as reflexões e interfaces foram abordados sob um olhar penal; a mulher, direito penal e justiça restaurativa; e a constituição do sujeito em Michel Foucault e os sistemas de resolução de conflitos.

A seguir, são abordadas as perspectivas teóricas que orientaram as produções em Direitos Humanos nos Programas de Pós-graduação da UFPE que foram pesquisados.

PERSPECTIVAS TEÓRICAS

As perspectivas teóricas norteadoras das produções em Direitos Humanos dos Programas de Pós-graduação da UFPE, pesquisadas com base na interdisciplinaridade desta área, pautam-se em epistemologias variadas, conceitos e abordagens das diversas áreas do conhecimento.

A seguir, essas perspectivas serão apresentadas, identificando as principais tendências dessa produção.

Em um primeiro bloco são ressaltadas as abordagens teóricas que subsidiaram pesquisas relativas às mulheres, gênero e

sexualidade, como as Teorias Feministas, destacando-se a construção de uma epistemologia feminista por teóricos como Saffioti, Harding, Haraway, Lagarde, Gebara, Longino, Gargallo, e sobre Mulher e Ciência, no sentido de apreender as interfaces feministas entre conhecimento científico e político na América Latina, a partir de pensadores como Saffioti, Lagarde, Connell e Lugones. Perspectivas Pós-Estruturalistas/Teoria *Queer* e as abordagens sociológicas sobre categorização social ancoradas na Etnometodologia e na Análise Conversacional, também estão inseridas neste bloco, bem como estudos sobre homens e masculinidades que dialogam com produções feministas e estruturados com base em Joan Scott.

Outros autores de teorias feministas, como Simone de Beauvoir, Vincent Mosco, Carolyn Byerly, Karen Ross, Margaret Gallagher, Ellen Riordan, Janeth Wasko, Michelle Mattelart, Leslie Steeves e Luise North, ampliam a discussão neste campo.

Perspectivas Pós-estruturalistas de Michel Foucault, Gilles Deleuze, Judith Butler e Gilles Lipovetsky são encontradas no campo dos Estudos Gays e Teorias *Queers*. Michel Foucault no que diz respeito às relações de poder e sobre a sociedade de normalização. Além da biopolítica, com o apoio de reflexões de Deleuze, Guattari e Ortega, em trabalhos que investigaram os modos de subjetivação propostos e os sistemas de resolução de conflitos..

O Pós-marxismo, materializado em teóricos que se pautam pela democracia radical, como Hannah Arendt, em pesquisas que tratam da liberdade, comunidade e Direitos Humanos e violência contra mulheres. Ernesto Laclau e Chantal Mouffe com a Teoria do Discurso para compreender a emergência dos homens enquanto sujeitos políticos do feminismo e fundamentando estudos para a compreensão de princípios de identificação democráticos em comunidades políticas pluralistas. Jürgen Habermas com a Teoria da Ação Comunicativa, em pesquisas sobre políticas pública, democracia, cidadania e movimentos sociais.

SUMÁRIO

Teorias sociológicas que trabalham a ideia de agência numa abordagem mais weberiana ou compreensiva e na perspectiva da Teoria da Agência de Margaret Archer, que questiona tanto o determinismo estrutural presente nas teorias de segunda onda quanto o voluntarismo que fundamenta as vertentes pós-feministas, estão presentes nas produções.

A corrente interacionista com Erving Goffman, que teve a influência marcante de George H. Mead, está presente com a teorização sobre mortificação do *self* e estigmatização, em diálogo com teorias de gênero que apontam para as particularidades das identidades femininas e para a luta por reconhecimento.

Boaventura de Sousa Santos, com a perspectiva da interculturalidade, além de Guacira Lopes Louro, Judith Butler, Beatriz Preciado, João Francisco de Souza e Anderson Ferrari, fundamentam estudos na área da Educação, da Sexualidade e dos Movimentos Sociais.

Estudos fundamentados na Teoria Crítica dos Direitos Humanos foram identificados, especificamente com a perspectiva de que direitos humanos são considerados como produtos culturais, tendo como teóricos Joaquín Herrera Flores e Helio Gallardo. Vale destacar, em relação à dimensão cultural, o estudo sobre o povo indígena Truká que enfatiza a interculturalidade, a partir do pensamento decolonial em um estudo etnográfico que, fundamentado no conceito de “diferença”, problematiza o contexto escolar tradicional.

Pensadores da modernidade, como Maurice Blanchot, proponente do modernismo artístico, e Karl Marx e Engels, com o materialismo histórico-dialético, estão presentes em estudos sobre o significado de reformismo, reforma e revolução e o problema da universalização dos direitos, as lutas dos trabalhadores e a Reforma Sanitária brasileira.

A abordagem construcionista em psicologia social, trazendo o conceito de repertórios, com Potter e Wetherell, e a noção de

SUMÁRIO

política “ampliada”, segundo a perspectiva de Rancière, para analisar as potências estéticas da arte no campo da sexualidade, está presente entre as perspectivas.

A Teoria das Representações Sociais, desenvolvida por Serge Moscovici sob a perspectiva da abordagem culturalista de Denise Jodelet e as lentes teóricas dos Estudos Pós-Coloniais Latino-Americanos, com Walter Mignolo e Quijano, está contemplada nos trabalhos pesquisados. Inserida nessa perspectiva teórica, encontra-se também uma pesquisa que tem como pano de fundo a atribuição de significados que os jovens imprimem às categorias nativas guerra e vida errada, entendidas como tipos de trajetórias juvenis, fundamentadas em Alba Zaluar, e com a preocupação de Moscovici com a dinâmica das representações sociais, compreendida como um conjunto de crenças partilhadas e definidas em um contexto situacional.

Concepções teóricas gramscianas da não neutralidade do processo educacional e os pressupostos da educação problematizadora de Paulo Freire, norteadas por ideias-forças, que refletem sobre o homem e o seu meio de vida concreto, em uma práxis da educação popular, na qual o povo se identifica como sujeito coletivo da transformação histórica e cultural do país, fundamentaram pesquisas em políticas públicas, democracia e cidadania.

A Sociologia da Ação ou o acionalismo de Alain Touraine na análise dos movimentos sociais e seu papel na transformação da sociedade foi identificada em estudos sobre a violência urbana.

Teorias contemporâneas da ação coletiva e dos movimentos sociais, em estudos tanto de ações coletivas em geral quanto de movimentos sociais de maneira mais específica, foram utilizadas para subsidiar pesquisas, adotando o enfoque relacional da violência coletiva de Charles Tilly e as fontes de poder social de Michael Mann.

A Teoria Dialética Unificadora e a Teoria da Imputação Objetiva de Claus Roxin fundamentaram estudo sobre a justificação

SUMÁRIO

da tutela penal de bens jurídicos transindividuais, sujeitos a perigo abstrato de lesão. Numa interação entre a teoria do delito e a teoria da pena, discute-se sobre o objeto de proteção do direito penal e a instrumentalização dessa proteção dentro de um contexto de risco de magnitude diferenciada, produto da sociedade tecnológica atual.

Outros referenciais teóricos adotados foram o “transconstitucionalismo”, que fundamentou o estudo sobre a relação entre a ordem estatal e a ordem internacional no que diz respeito à responsabilidade internacional do Estado por violações aos direitos humanos causadas por decisões judiciais e ao “Novo Constitucionalismo Latino-Americano”, proposto Roberto Viciano e Rubens Dalmau, centrado na participação popular e nos mecanismos democráticos contidos nas recentes Constituições da América-Latina. Utilizou-se a percepção de “Constitucionalismo Pluralista”, de Raquel Fajardo, para análise dos trabalhos sobre as inovações Constitucionais do Novo Constitucionalismo Pluralista Latino-Americano.

Existem diversas teorias criminológicas nos trabalhos pesquisados que tentam explicar a ocorrência do homicídio. Entre eles, destacam-se os aportes de Brantingham e Brantingham (2008), e também a “Teoria da Cultura da Honra” em Reed (1982), utilizada especificamente para a compreensão deste tipo de crime. Essa teoria produziu interpretações importantes em termos de Psicologia Social, com teóricos como Cohen e Nisbett sendo mencionados. A partir do Princípio de Justiça do Código de Ética do assistente social, um estudo buscou apreender a percepção dessas questões na formação profissional, tendo como referência a “concepção de reprodução em Lukács”.

Teóricos, como Anthony Giddens, fundamentaram estudos relevantes sobre a questão do poder como constitutivo da agência humana e, portanto, como inerente aos agentes sociais; Gilberto Freyre e Antônio Cândido, com os modelos de família patriarcal e de família nuclear, respaldaram trabalhos que objetivaram investigar a

SUMÁRIO

assimetria dos papéis masculinos e femininos, cabendo às mulheres o mundo da casa e uma posição subordinada e aos homens, identificados com o mundo da rua, as posições de mando; e Dalmo Dallari, em investigações relativas a Direitos Humanos e cidadania.

São registradas, também, pesquisas que utilizaram informações analisadas à luz do debate sobre o trabalho na sociologia clássica (Weber, Durkheim e Marx) na contemporaneidade (Offe, Antunes, Castells, entre outros) e a autonomia, na obra de Amarthya Sen; e estudiosos da questão agrária e dos assentamentos, como Prado Jr., Garcia Jr., Martins, Medeiros; além de Marx e Engels, em trabalhos referentes ao povos do campo.

A Perspectiva Estruturalista referendou estudos fundamentados em Pierre Bourdieu, com a teoria de conhecimento objetivista, que é, ao mesmo tempo, uma teoria da prática e uma sociologia reflexiva, aplicando dos conceitos de Campo, *Habitus* e Capital Cultural.

A Semiótica também se faz presente nas pesquisas, com Martine Joly na análise de imagens em estudos para melhor compreender o modo como a imagem comunica e transmite mensagens; com os estudos linguísticos de Ferdinand de Saussure sobre estética e semiologia; com o jogo entre o implícito e o explícito com sustentação teórica em Maingueneau e Charaudeau; e com Roland Barthes, em produções sobre mulheres, gênero e sexualidade.

A Análise do Discurso fundamentou produções referentes a pressupostos teóricos diferenciados, tais como a perspectiva teórico-metodológica da Psicologia Social Discursiva, desenvolvida por um grupo de psicólogos sociais ingleses, a saber: Potter (1987), Wetherell (1992), Billig (1988) e Dereck; à concepção integrada de Dominique Maingueneau, em estudos que buscaram ultrapassar a oposição entre o histórico e o estrutural; à abordagem do discurso de Foucault em investigações sobre a prática social; à Análise de Discurso e Semiótica Discursiva, além de Teoria Crítica do Discurso

SUMÁRIO

e epistemologias como a construtivista do jornalismo; e à Análise Crítica do Discurso(ACD), com o aporte dos estudos de Norman Fairclough em produções referentes à construção das identidades étnico-raciais dos estudantes.

Os estudos sobre criança/infância se fundamentaram em aportes de teóricos como: Sarmento (2005); Santos, Ariès, Rizzini; Pilotti, De Mause, e relativos a sujeito de direitos, com Rosemberg, Seda, Bazílio e Kramer.

As teorias ideológicas (heterossexismo, capitalismo, patriarcado, colonialismo) que sustentam e mobilizam saberes/poderes na interação entre as micropolíticas e macropolíticas que circulam nos cenários sexuais de adolescentes e jovens foram mencionadas. Essas teorias discutem os circuitos (des)integrados da família, escola, religião e posto de saúde, que dificultam a vivência da sexualidade e o acesso aos direitos sexuais e direitos reprodutivos. Os autores se basearam em Spivak e Haraway.

Norbert Elias deu sustentação teórica para discutir as categorias: educação, identidade e identidade negra, com as contribuições de Kabengele, Munanga e Paulo Freire. Além disso, ao lado de Michael Foucault, referenciou trabalhos sobre delinquência juvenil e controle social.

A Perspectiva Sócio-Histórica de Vygotsky e Enunciativo-Discursiva em trabalhos que investigaram a produção de sentidos entre pais e filhos adotivos sobre a maternagem, paternagem e filiação, com ênfase no estudo da linguagem.

Teóricos como Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Abdias do Nascimento, Guerreiro Ramos e Carlos Hasenbalg referenciaram pesquisas sobre o negro e a educação.

Em trabalho sobre o papel da Igreja Católica, suas práticas e representações no combate ao movimento feminista, que buscou

SUMÁRIO

apreender a perspectiva da história das mulheres e sua interface com a história cultural, as principais referências foram Soihet (1997, 2006, 2013), Del Priore (2010), Chartier (1990, 1995), Bourdieu (2010), Foucault (2008) e, sobre a Igreja Católica, Azzi (2008) e Mainwaring (2004).

As teorias da Psicanálise e do Vínculo e a articulação psicossociológica de Willem Doise, bem como as teorias sobre os valores humanos básicos, de Shalom Schwartz, e o desenvolvimento moral de Lawrence Kohlberg, em diálogo com Jean Piaget e Lev Semenovitch Vigotsky e as representações sociais de Sèrge Moscovici, respaldaram a investigação psicológica acerca do direito de liberdade religiosa entre imigrantes árabes, seus descendentes e entre pessoas sem relação direta com a cultura árabe no Brasil.

As abordagens identificadas em relação às pesquisas teóricas são de pensadores, como John Rawls, sobre estudo da Justiça como equidade; Jean-Jacques Rousseau, no que se refere à virtude e vontade no Estado legítimo e os princípios éticos da pedagogia; Martin Heidegger, com a sua contribuição da analítica existencial para a compreensão da concepção de pluralidade presente em “A Condição Humana” de Hannah Arendt; Immanuel Kant, no estudo sobre a liberdade e o Estado republicano; Michel Serres, com o contrato natural; Michel Foucault, com a biopolítica e a tematização de Hannah Arendt sobre a banalidade do mal; Giorgio Agamben, com a biopolítica e o Estado de exceção; Emmanuel Lévinas, com o conceito de justiça; Hans Jonas, com a bioética da responsabilidade e o conceito de significativo vazio proposto por Ernesto Laclau; Karl Mar, com os Direitos Humanos; e a hermenêutica de matriz heideggeriana e gadameriana.

Contribuições teóricas de Charles Taylor foram identificadas em pesquisa alusiva à constituição da identidade do *self*, em diálogo com as reflexões de Pierre Bourdieu sobre as distinções na sociedade contemporânea, e de Erving Goffman no que diz respeito às

SUMÁRIO

interações vivenciadas por indivíduos estigmatizados em populações em situação de rua.

Paulo Freire e expoentes do pensamento crítico comunicacional latino-americano, como Cicília Peruzzo e Raquel Paiva, além de Zygmunt Bauman e Loïc Wacquant, junto a autores de teorias feministas, como Simone de Beauvoir, Vincent Mosco, Carolyn Byerly, Karen Ross, Margaret Gallagher, Ellen Riordan, Janeth Wasko, Michelle Mattelart, Leslie Steeves e Luise North, e também Bertolt Brecht, com a sua visão do rádio como um aparelho de comunicação concreto, são abordagens teóricas identificadas na produção acadêmica sobre comunicação e novas mídias.

Em sequência serão abordadas as perspectivas metodológicas que orientaram a produção em direitos humanos dos Programas de Pós-graduação da UFPE.

PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

As metodologias de investigação dos trabalhos pesquisados, aqui reunidas, demonstram, em sua maioria, sintonia com as opções teóricas adotadas nessas produções. Embora alguns trabalhos se pautem em estudos teóricos, predominam pesquisas empíricas e de abordagem qualitativa, em que, apesar de serem diversas as molduras teóricas, é possível identificar um traço unificante dessa abordagem, que é "a representação dos fenômenos sociais como processuais e contingentes". Essas características de processualidade e contingência são adaptadas as técnicas de pesquisa no sentido de fidelidade à natureza do objeto em estudo (Gardano, 2017, p. 25).

A pesquisa qualitativa emprega diferentes concepções filosóficas, estratégias de investigação e métodos de coleta, análise e interpretação dos dados. No caso dos achados da pesquisa em pauta, a opção pela etnografia e pelo estudo de caso se faz presente

em um contingente significativo dos trabalhos. A etnografia possibilitou a descrição da cultura de grupos sociais e povos do campo, ciganos, indígenas e quilombolas, bem como grupos religiosos e outros, no que diz respeito às práticas, hábitos, crenças, valores, linguagens e significados.

Já o estudo de caso é um enfoque de pesquisa que procura lidar com a particularidade e a complexidade da atividade social e descrevê-la no sentido de representar os significados que atores sociais individuais trazem para esses âmbitos e constroem neles e, neste trabalho, foram identificados estudos de caso do tipo etnográfico, com ênfase no aprofundamento em um caso particular; estudo de caso coletivo em que foram investigados vários casos, e não apenas um específico; o estudo de caso alargado fundamentado em Boaventura de Sousa Santos e, em algumas produções, estudo de caso de caráter avaliativo, identificado em pesquisas sobre políticas públicas.

A opção pelos instrumentos de coleta de dados em trabalhos que se pautaram na abordagem qualitativa – em que os dados são colhidos em um processo de idas e vindas e na interação com os sujeitos participantes – aponta para a coerência com essa abordagem. Assim, os instrumentos mais utilizados para a coleta dos dados foram a história de vida, a observação estruturada, não estruturada e participante, observação participante com registro em diário de campo, observação flutuante, em que o pesquisador não fixa a atenção em um objeto preciso, mas o deixa “flutuar” (Pétonnet, 2008). Essa técnica foi aplicada em um estudo sobre a identidade cigana e redes de sociabilidade, visando apreender as diversas situações em que os ciganos se organizam, participam e acionam as redes nas quais se inserem. As entrevistas – individuais e coletivas, em profundidade, não-dirigida, semiestruturadas, videografadas e entrevistas utilizando o recurso metodológico de bola de neve, em que uma entrevistada indica a próxima – também foram amplamente utilizadas. A pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental também se fizeram presentes em alguns trabalhos, com a consulta a

SUMÁRIO

documentos legais, jornais, cartas, encíclicas, diários virtuais etc. Em uma proporção menor, foram utilizados o grupo focal e a história oral. No caso do registro de dados, foram identificados o diário de campo e a videografia, além de falas gravadas.

A pesquisa quantitativa, embora em uma dimensão bem menor, foi utilizada em alguns trabalhos que adotaram, como instrumento de coleta e análise dos dados, o levantamento de informações em banco de dados, como no caso do estudo sobre crimes violentos letais intencionais, questionários e análises fatoriais apoiadas nos *softwares* Trideux e SPSS.

É importante destacar, também, pesquisas com métodos mistos, as quais empregaram a combinação de abordagens qualitativas e quantitativas. Em uma das pesquisas, foram utilizados dados do Censo Demográfico, dados sobre AIDS do Datasus, livro de registro de atendimentos do serviço social de um ambulatório hospitalar, ficha social de internamento em hospital, levantamento dos serviços de saúde implementados para enfrentamento da AIDS e análise documental. Em outra pesquisa, foi aplicado um questionário para coletar os dados sociodemográficos e, para investigar a competência social, usou-se o Teste das Histórias Incompletas (adaptado por Mondell; Tyler, 1981) alpha de Cronbach ($\alpha = 0,50$). E, no intuito de verificar as situações de stress, foi usado o Inventário de Eventos Estressores na Adolescência (IEEA), adaptado para crianças por Kristensen, Dell'Aglio, Leon e D'Incao (2004) com alpha de Cronbach ($\alpha = 0,92$) e, objetivando verificar a empatia, foi utilizada a Escala de Empatia para Crianças e Adolescentes, desenvolvida por Bryant (1982) e adaptada por Koller *et al.* (2001). Nesse estudo, para analisar a resiliência, foi usada a escala original RSA (a versão adaptada para uso com crianças).

A Triangulação de Métodos foi encontrada em alguns trabalhos em que foram aplicados, em um mesmo estudo, mais de um método e técnicas de coleta de dados, tais como: abordagem

SUMÁRIO

qualitativa de análise e interpretação dos dados, realizando coleta de dados bibliográficos, dados in loco, por meio de observação e aplicação de questionário; entrevistas, grupos focais e questionários; o estudo exploratório, descritivo, de natureza qualitativa, com recursos do tipo: pesquisa bibliográfica, observação participante e seu registro em diário de campo e entrevistas; metodologia qualitativa com enfoque na sociologia reflexiva, com métodos e técnicas de pesquisa articulando a observação participante e entrevistas individuais semiestruturadas; entrevista não-dirigida, questionário sociodemográfico e observação; questionários, entrevistas semiestruturadas e realização de entrevistas em grupo.

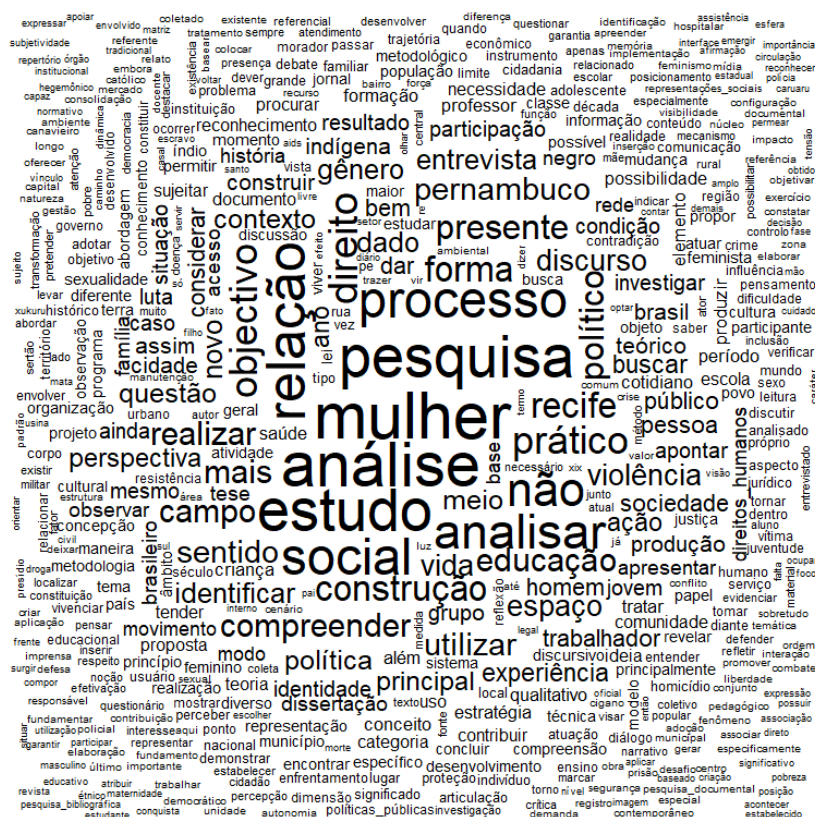
A análise dos dados da maioria das pesquisas se baseou na análise de conteúdo, principalmente em Laurence Bardin, que, como um conjunto de técnicas múltiplas e diversificadas, adaptou-se à diversidade de temáticas abordadas em que foram analisados textos escritos, e à comunicação oral visual e gestual registrada em um texto ou documento. Em uma proporção menor, foi utilizada a análise do discurso, tendo como principais representantes Foucault, Maingueneau e, com a análise crítica do discurso, Fairclough.

Em sequência, são apresentadas as figuras representativas do *corpus* da análise da produção em Direitos Humanos nos Programas de Pós-graduação de mestrado e doutorado da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), objeto da pesquisa: a Nuvem de palavras, Análise de similitude e a Classificação Hierárquica descendente (CHD) representada através do Dendograma.

A nuvem de palavras condensa as palavras e as organiza de acordo com a sua frequência. “É uma análise lexical mais simples, porém graficamente interessante”, segundo Camargo e Justo (2013, p. 6). Neste trabalho, através deste dispositivo, são ressaltadas as palavras mais representativas dos achados da pesquisa, as quais aparecem com a fonte em um tamanho maior e as menos representativas em tamanho menor, conforme a Figura 1:

SUMÁRIO

Figura 1 – Nuvem de palavras



Fonte: Elaborado pelos autores.

Com base nas informações fornecidas pela Figura 1, identifica-se que, em relação aos temas, o *corpus* tem, na palavra mulher, a sua centralidade representacional, o que é justificado pelo maior quantitativo de trabalhos realizados na subcategoria mulher, gênero e sexualidade, em que os relativos à mulher se destacam. A palavra mulher é seguida por pesquisa, análise, relação, processo e estudo, apontando para a concentração de estudos e pesquisas que abordam esta temática.

A palavra gênero tem um tamanho médio, e sexualidade um tamanho menor, e demonstrando que o quantitativo de trabalhos é mais reduzido do que os relativos à mulher. Porém, há produções que articulam essas temáticas, como, por exemplo, a que trata da “efetivação e garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres”, entre outras.

Em um segundo grupo, as palavras processo, analisar, socia, direito, objetivo, político, educação e construção apontam para uma ligação com a temática referente à subcategoria políticas públicas, democracia, cidadania e movimentos sociais, que tem o segundo maior quantitativo de trabalhos. Relativo a esta subcategoria, ainda são identificados, com menor frequência, os termos: perspectivas, política, público, experiência, participação, luta, ação, diálogo, contexto, governo, cidadania e democracia.

No que diz respeito à subcategoria justiça, segurança pública, sistema socioeducativo e violência, que registra o terceiro maior número de produções, a palavra mais representativa é violência, seguida por sociedade, ação, justiça e Direitos Humanos, demonstrando a opção por trabalhos que tratam da violência contra as minorias e a violência urbana e ações policiais que afrontam os Direitos Humanos.

As subcategorias saúde e doença, com destaque para a palavra saúde; povos indígenas, quilombolas, ciganos e povos do campo, com preponderância da palavra indígena, e família, criança, adolescente e juventude sendo representada pelas palavras família, jovem, criança e adolescente demonstram representatividade no conjunto das produções.

Quanto às demais subcategorias, Regimes de governo, revoluções, ditadura militar, repressão e memória; relações de trabalho, dignidade e lutas políticas; relações étnico-raciais; direitos territoriais e direitos urbanos; religião, diversidade cultural e reconhecimento;

SUMÁRIO

fundamentos teóricos e direitos humanos; população em situação de rua e populações refugiadas; comunicação e o papel das novas mídias e cultura de paz e justiça restaurativa, pode-se observar que palavras correlacionadas com algumas destas subcategorias estão dispostas na Figura 1 de forma dispersa, sem conexões e pouco representativas, o que confirma um quantitativo menor de trabalhos relativos às temáticas correspondentes.

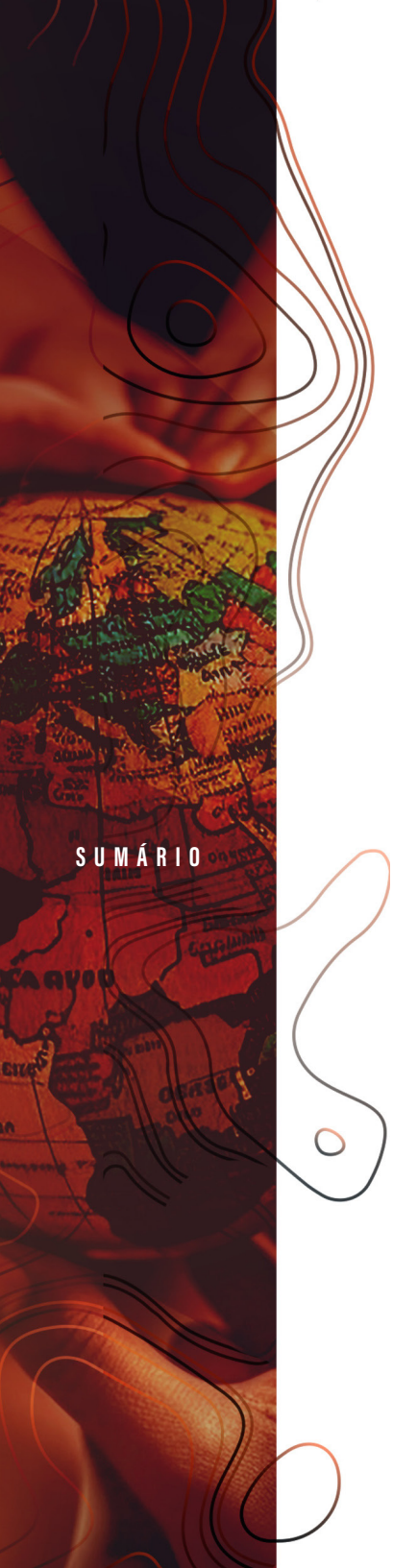
Observa-se ainda, na Figura 1, o destaque de palavras relacionadas aos aportes teórico-metodológicos, tais como teoria do discurso, análise de conteúdo, representações sociais, pesquisa qualitativa, entrevista e observação, demonstrando, dessa forma, a prioridade pela utilização da pesquisa qualitativa que é a mais recomendada nos estudos sobre Direitos Humanos.

A análise de similitude é a segunda figura representativa dos achados da pesquisa, por meio da qual é possível apreender a conexão existente entre esses dados. Ao tomar o formato de uma árvore de palavras, foram criados “nós centrais” que possibilitaram relacionar outras palavras “lematizadas” e criar conexões de acordo com sua raiz semântica (Salviati, 2017). Este tipo de análise, também denominado “de semelhanças”, apoia-se na teoria dos grafos, constituindo-se, segundo Marchand e Ratinaud (2012), em um modelo matemático ideal para o estudo das relações entre objetos discretos de qualquer tipo e possibilita identificar as co-ocorrências entre as palavras e o seu resultado. É importante destacar que o tamanho das palavras e a espessura dos traços que as unem têm significados, trazendo indicações da conexão entre elas e auxiliando na identificação da estrutura de um *corpus* textual (Camargo; Justo, 2013). No presente relatório, a análise de similitude está contida na Figura 2.

SUMÁRIO

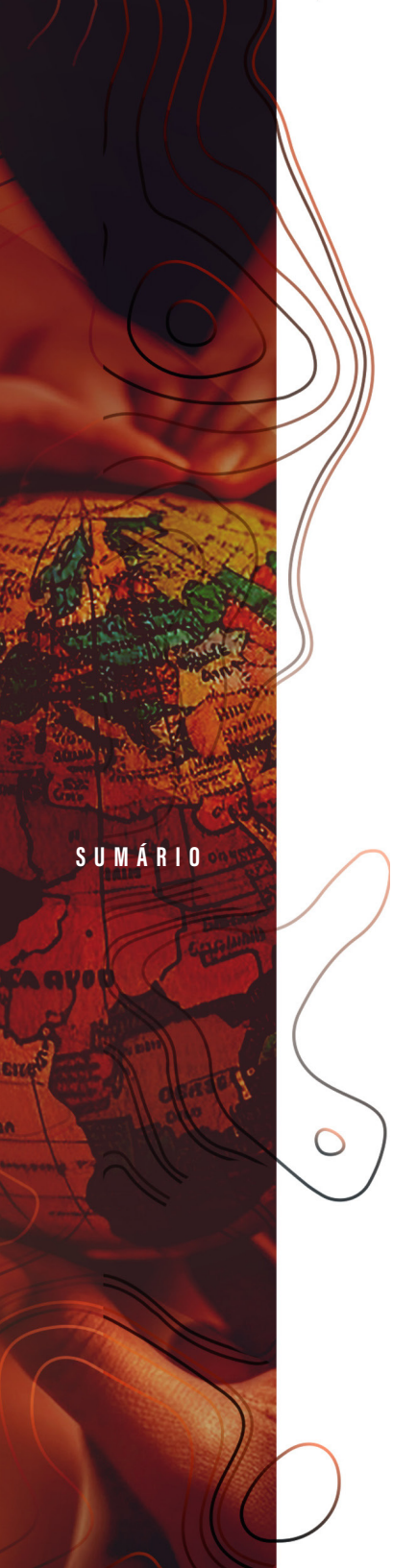
[illegible]

Apreende-se, na Figura 2, que a palavra mulher aparece em destaque, como também as palavras social, direito e processo, o que confirma a maior representatividade das produções nas subcategorias mulher, gênero e sexualidade e políticas públicas, democracia, cidadania e movimentos sociais. Em sequência, estas palavras, como também as demais palavras representativas, são indicadas pelos vértices da análise de similitude, tais como: pesquisa, análise, estudo, analisar e relação, as quais são apresentadas com as suas ramificações:



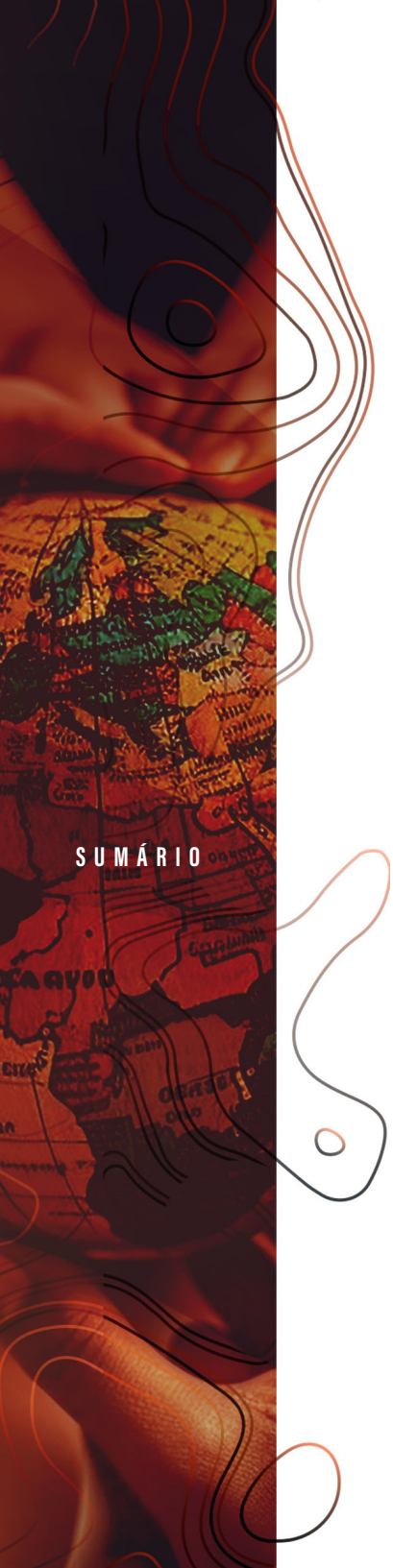
SUMÁRIO

1. Mulher: as ramificações dessa palavra são história, relacionando-se com estudos que enfatizam a construção do protagonismo feminino e com contextos de participação política de mulheres; "homem", "violência", "espaço", "participação" e "ação", que remetem às violações, à relação homem/mulher, à violência e homicídio, à masculinidade e ao machismo que interferem na violência contra a mulher e sobre o papel do homem em relação à violência, como também a produções que retratam como se opera a violência racial e de gênero para as mulheres negras, e a participação das mulheres nas lutas contra o sistema de opressão em que estão inseridas; "gênero", "feminista" e "sexualidade", palavras que se correlacionam com as pesquisas sobre violência nas relações de gênero, as representações identitárias de gênero e sexualidade e à efetivação e garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.
2. Social: as ramificações dessa palavra são "político", "prático", "estratégia", "movimento", "política", "público" e "resultado", as quais se relacionam às investigações sobre políticas públicas, democracia, cidadania e movimentos sociais com abordagens que compreendem as políticas públicas, como o governo em ação, articulando o Estado e a sociedade civil, por meio das suas organizações e dos movimentos sociais em busca de resultados.
3. Direito: como ramificações, temos as palavras "acesso", "luta", "reconhecimento", "sociedade" e "necessidade", representando produções que buscaram apreender as lutas de grupos pesquisados para terem acesso aos direitos de cidadania, e as lutas por novos direitos na sociedade, na perspectiva de reconhecimento.



SUMÁRIO

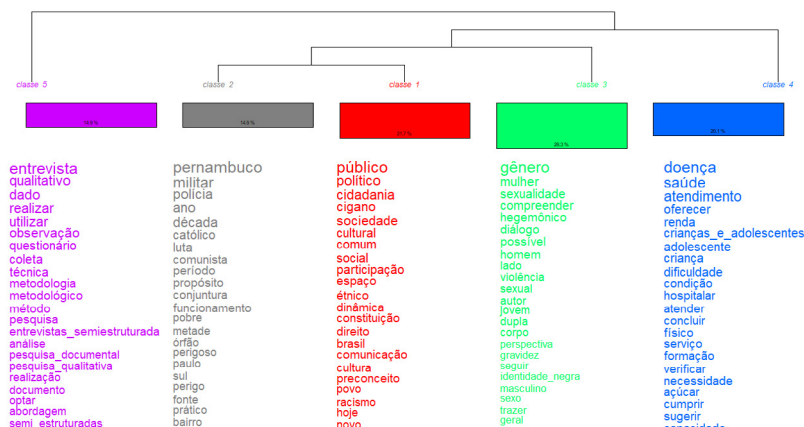
4. Processo: dessa palavra se ramificam “representação”, “construção”, “identidade” e “indígena”, as quais sinalizam para os estudos que utilizaram a teoria das representações sociais e sobre a construção de identidades, sobretudo dos povos indígenas.
5. Pesquisa: da ramificação dessa palavra, emerge a abordagem de pesquisa predominante nas produções, como a “pesquisa qualitativa”, ressaltando-se a metodologia de “pesquisa de campo”, e a palavra “sentido”, que retrata a especificidade da pesquisa qualitativa e é apreendida, no caso deste estudo, em trabalhos que objetivaram compreender o “sentido” que adquire a ação da sociedade na vida e os comportamentos dos indivíduos, como também o “sentido” da ação individual, à medida que ela se materializa em ação coletiva.
6. Análise: destacam-se neste vértice, como ramificações, os procedimentos teórico-metodológicos que foram mais utilizados nas produções, como a “entrevista”, a análise “documental”, a análise de “dados” e a análise do “discurso”, metodologias que instrumentalizam as pesquisas qualitativas.
7. Estudo: as ramificações apresentadas a partir dessa palavra se referem aos tipos de estudos predominantes, como o “estudo de caso”, confirmando o elevado quantitativo de produções que, de forma coerente com a pesquisa qualitativa e o objeto de pesquisa, adotaram esta modalidade de estudo. Estudos teóricos e a localidade que mais ocorreram os estudos, que foi a cidade do “Recife”. Estabelece, também, ligações com a palavra “objetivo”, no sentido de compreender a problemática da pesquisa, à medida que se procedeu a investigação.

- 
8. Analisar: dessa palavra emergem outras, tais como: “experiência”, remetendo principalmente às experiências vivenciadas em comunidades, identificadas sobretudo na subcategoria relativa aos povos indígenas, quilombolas, ciganos e povos do campo, como também a que se refere à religião, diversidade cultural e reconhecimento; “contexto”, muito enfatizado nos estudos de políticas públicas; “período”, o que remete às pesquisas inseridas na subcategoria regimes de governo, revoluções, ditadura militar, repressão e memória; e local, ressaltando o estado de “Pernambuco” como o campo de pesquisa mais representativo.
9. Relação: apresenta ramificações, como as palavras “construir” e “família”, que apontam para produções sobre relações familiares na família tradicional e nas novas formas de arranjos familiares, inseridas na subcategoria família, criança, adolescente e juventude; “trabalhador”, que se relaciona com estudos sobre as relações de trabalho e a sua precarização nas áreas rurais, como também em empresas e órgãos públicos, compondo a subcategoria relações de trabalho, dignidade e lutas políticas. Quanto à palavra “cotidiano”, que é uma das ramificações, infere-se que uma parte dos estudos ressaltados utilizaram o cotidiano de vida e de trabalho desses grupos, como espaço de pesquisa importante. Identifica-se, ainda, a articulação com as palavras “construir”, “teoria”, “conceito” e “Direitos Humanos”, remetendo aos estudos inseridos na subcategoria fundamentos teóricos e Direitos Humanos, em que objetivaram apreender qual a contribuição de perspectivas epistemológicas aportadas por pensadores das ciências humanas e sociais para os Direitos Humanos.

A classificação hierárquica descendente (CHD) é a terceira figura demonstrativa dos achados da pesquisa, estando representada, graficamente, por um Dendograma, que explicita uma organização hierárquico de classes dos vocabulários presentes no *corpus*.

Através da CHD, foi possível propor o conteúdo de cada classe gerada, o que permitiu a compreensão dos grupos e ideias centrais do *corpus* (Salviati, 2017).

Figura 3 – Dendrograma da CHD com as palavras mais representativas em cada classe na Produção em Direitos Humanos nos Programas de Pós-graduação (Mestrado e Doutorado) da Universidade Federal de Pernambuco



Fonte: Elaborado pelos autores.

Apreende-se, na Figura 3, acima, que o *software* gerou cinco classes com a subdivisão do *corpus*. Da mesma forma como dito anteriormente, no detalhamento das Figuras Nuvem de palavras e Análise de similitude, a distribuição das palavras em classes do dendrograma permitiu identificar os achados mais representativos em cada parte do *corpus*.

A partir das palavras que formam cada classe, foi possível investigar quais segmentos de texto (ST) formam a classe, permitindo interpretar as inter e intra relações existentes entre os ST componentes de cada classe e oriundos do *corpus* textual total.

Ao contrastar as variáveis consideradas na pesquisa, evidencia-se a sua significância em cada classe. Assim, as classes 1, 2, 3 e 4 são constituídas pelas temáticas abordadas nas produções e organizadas neste trabalho, segundo as subcategorias.

Na classe 1, a preponderância é de produções inseridas na subcategoria políticas públicas, democracia, cidadania e movimentos sociais e, em sequência, as relativas à subcategoria Relações étnico-raciais e uma menção à subcategoria povos indígenas, quilombolas, ciganos e povos do campo.

A classe 2 é mais diversificada e com um equilíbrio em relação à participação dos trabalhos identificados nas subcategorias justiça, segurança pública, sistema socioeducativo e violência; regimes de governo, revoluções, ditadura militar, repressão e memória; diversidade cultural e reconhecimento; e população em situação de rua e populações refugiadas.

Já a classe 3 reúne, predominantemente, estudos alusivos à subcategoria mulheres, gênero e sexualidade e, em um quantitativo menor, referências às subcategorias relações étnico-raciais e família, criança, adolescente e juventude. E na classe 4, há um equilíbrio entre as referências aos trabalhos inseridos nas subcategorias saúde e doença e família, criança, adolescente e juventude.

A classe 5 é representada, na Figura 3, pelas perspectivas metodológicas, que, em conformidade com a nuvem de palavras e a análise de similitude, são também ressaltados o tipo de pesquisa com a ênfase na abordagem qualitativa e os procedimentos relacionados a esta abordagem, tais como: a entrevista e a entrevista semiestruturada, a observação e a pesquisa documental, o que confirma a opção por esta abordagem nas pesquisas sobre Direitos Humanos nos programas pesquisados.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Os resultados apresentados neste texto indicam que houve avanços na produção do conhecimento na temática relativa a Direitos

Humanos, em nível da pós-graduação na UFPE, entretanto demonstra uma produção ainda muito tímida, o que aponta para o empreendimento de ações no sentido de fortalecer essa área de conhecimento.

Nessa direção, a sistematização da produção em DH, embora de forma localizada em determinados cursos, e no recorte temporal de 2008 a 2015, buscou visualizar as temáticas mais recorrentes, as perspectivas teóricas e os processos metodológicos, destacando algumas evidências que esse estudo apresentou na área.

Em relação aos Temas que foram mais enfatizados na categoria de Direitos Humanos, ressaltam-se os referentes à mulher, gênero e sexualidade; políticas públicas, democracia, cidadania e movimentos sociais; e justiça, segurança pública, sistema socioeducativo e violência. No que se refere à mulher, gênero e sexualidade, os mais representativos são os temas sobre a construção do protagonismo feminino e a participação política de mulheres em vários espaços, a relação homem/mulher, masculinidade e machismo e a participação do homem na violência contra a mulher, homicídio, feminicídio, violações de direitos, a violência racial e de gênero para as mulheres negras, e a participação das mulheres nas lutas contra o sistema de opressão em que estão inseridas; gênero e sexualidade; pesquisas sobre violência nas relações de gênero, as representações identitárias de gênero e sexualidade e à efetivação e garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. No que diz respeito às políticas públicas, democracia, cidadania e movimentos sociais, as maiores incidências foram as pesquisas que compreendem as políticas públicas, como o governo em ação e a articulação entre Estado e a sociedade civil, por meio das suas organizações e dos movimentos sociais em busca de resultados, bem como as lutas por direitos de cidadania e por novos direitos na sociedade e por reconhecimento; e, nos trabalhos referentes à justiça, segurança pública, sistema socioeducativo e violência, a ênfase foi em produções sobre o acesso à justiça social; em cursos de formação de soldados da polícia militar; o sistema socioeducativo nas unidades de internação;

SUMÁRIO

à violência urbana e ações policiais; e à dinâmica dos homicídios praticados e sofridos por jovens.

No que diz respeito às perspectivas teóricas, as investigações apontam tendências que as caracterizam pela multiplicidade epistêmica e bricolagem de aportes teórico-metodológicos, com uma predominância para abordagens da teoria crítica dos Direitos Humanos.

No que se refere aos processos metodológicos, os trabalhos se concentram em pesquisas empíricas e de abordagem qualitativa, que não se preocupa com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas busca compreender o significado atribuído, pelos indivíduos ou pelos grupos sociais, a um problema social ou humano. Como procedimentos investigativos, foram utilizados, predominantemente, os de cunho bibliográfico-exploratório, documental e com instrumentos de coleta de dados clássicos dos estudos de campo, tais como observação e a entrevista, principalmente a semiestruturada; e, em um quantitativo mais reduzido de trabalhos, foram aplicados questionários. Como técnicas de análise, predominaram as de análise de conteúdo e, em alguns trabalhos, com análise do discurso.

A preponderância da Teoria Crítica dos Direitos Humanos e seus pressupostos – que consideram os Direitos Humanos como produções socio-históricas e processos relacionais gerados por autores sociais em contextos culturais e em todos os espaços sociais (RUBIO, 2015; SANTOS, 2009) – nas produções dos Programas de Pós-graduação da UFPE, objeto da pesquisa, demonstrou que a compreensão dos Direitos Humanos como direitos exclusivamente individuais e fundamentalmente civis e políticos, norteado pela teoria clássica dos Direitos Humanos, foi ampliada para direitos coletivos, difusos, culturais, direitos à igualdade e à diferença, além da luta política por direitos, indicando a “interculturalidade” como categoria fundante nos trabalhos analisados.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, p. 513-518, 2013.

GARDANO, M. **Manual de pesquisa qualitativa**: a contribuição da teoria da argumentação. Petrópolis: Vozes, 2017.

KLAMT, L. M.; SANTOS, V. S. The use of the IRAMUTEQ software in content analysis - a comparative study between the ProfEPT course completion works and the program references. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i4.13786>.

MARCHAND, P.; RATINAUD, P. L'analyse de similitude appliquée aux corpus textuels: les primaires socialistes pour l'élection présidentielle française. Actes des 11^{ème} Journées internationales d'Analys estatistique des DonnéesTextuelles, 2012, Liège, Belgique. **Anais [...]**, p. 687-699.

PÉTONNET, C. A observação flutuante: exemplo de um cemitério parisiense. Traduzido por Soraya Silveira Simões. **Antropolítica**, n. 25, p. 99-111, 2008.

SALVIATI, M. E. **Manual do Aplicativo Iramuteq** (versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2.3). Planaltina, 2017. Disponível em: <http://iramuteq.org/documentation/fichiers/anexo-manual-do-aplicativo-iramuteq-parmaria-elisabeth-salviati>. Acesso em: 21 maio 2018.

SANTOS, B. de S. Direitos Humanos: o desafio da Interculturalidade. **Revista de Direitos Humanos**, n.2, p. 11-18, jun. 2009.

SANCHEZ RUBIO, D. Crítica a uma cultura estática y anestesiada de derechos Humanos: por uma recuperación de las dimensiones constituyentes de la lucha por los derechos. Universidad de Sevilla. **Derechos y libertades**, n. 33, época II, jun. 2015.

8

Fernando da Silva Cardoso

A PRODUÇÃO EM EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA PÓS-GRADUAÇÃO DA UFPE

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-161-1.8

INTRODUÇÃO

As pesquisas sistematizadas sobre a educação em direitos humanos (EDH) podem significar um importante marcador epistêmico acerca não apenas dos caminhos percorridos nas últimas décadas neste campo do saber, mas, sobretudo, quanto às lentes que, eventualmente, agregam sentidos políticos e científicos outros para a agenda de trabalho em questão.

Demarcado o referido argumento, no âmbito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o desenvolvimento da dinâmica mencionada compõe o quadro mais amplo de investigações que têm valorizado o destacado papel da Ciência e das universidades para a popularização do conhecimento ligado aos eixos da democracia, da diversidade e da inclusão.

De certo modo, é possível pensar que os resultados ora apresentados e analisados são um importante exemplo do caráter transversal e contemporâneo, a partir do qual a EDH tem sido instrumentalizada diante de diferentes campos do saber, assim como sobre a sua (ainda) incipiente análise no campo acadêmico e os obstáculos percorridos quanto à difusão interdisciplinar de seus matizes.

Dada a multiplicidade de questões relacionadas aos estudos mapeados nos últimos anos na referida universidade, trata-se de um somatório de esforços acadêmicos singular que oferece premissas para problematizar o recrudescimento das políticas de direitos humanos e de formação para a diversidade. São, conjuntamente, uma resposta ético-política, a partir de diferentes frentes e áreas do conhecimento, quanto ao papel da educação em direitos humanos para a formação humana e o exercício da cidadania.

Assim, o presente capítulo sugere refletir, com base na análise das produções da Universidade Federal de Pernambuco, algumas problematizações que ressaltam a divulgação e a popularização

científica de diferentes matizes teóricas, metodológicas e éticas que, desde diferentes programas de pós-graduação, têm sido mobilizadas na intenção de pensar a construção da cidadania ativa comprometida com a democracia e com a formação em direitos humanos. São eixos de investigação que apontam para múltiplos fundamentos, experiências e perspectivas sobre a educação em direitos humanos e a sua visualização em múltiplos contextos.

QUESTÕES PARA PENSAR A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A EDH NA UFPE

A produção em educação em direitos humanos nos cursos de pós-graduação de mestrado e doutorado da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) está relacionada aos cursos de Educação, Educação Contemporânea, Direitos Humanos, Psicologia e Serviço Social. Com base nos produtos presentes no repositório dessa Universidade, que perfazem dada variedade de temas, os quais foram agrupados em subcategorias temáticas, é apresentada uma visão geral das principais tendências da produção em Direitos Humanos nessa instituição, sendo apontadas as ênfases, consideradas como áreas de convergência entre os diversos interesses que caracterizam a produção na referida área.

Assim, são relacionadas abaixo as subcategorias temáticas constituídas a partir da sistematização das produções mapeadas, em que são destacados os objetivos dos estudos e inseridas as temáticas e, em sequência, as perspectivas teóricas e a metodologia dos trabalhos pesquisados.

SUMÁRIO

SUBCATEGORIAS TEMÁTICAS

- **Educação em saúde:** estudos que envolvem a educação problematizadora, sobretudo com base nos pressupostos teóricos e metodológicos de Paulo Freire, para pensar a promoção e o acesso à saúde, a consideração dos direitos à saúde sexual e reprodutiva – em diferentes perspectivas geracionais – e a consolidação de modelos de atenção à saúde, visando a garantia e a perspectiva dos direitos humanos. Analisam as configurações subjetivas construídas por usuários de diferentes aparelhos de saúde sobre a conexão entre o acesso a tal direito e a promoção da dignidade humana. Assim, as subjetividades produzidas nesse campo são postas em discussão como forma de valorizar a experiência de minorias sociais e núcleos de saúde para a formulação de indicadores desde o cotidiano de vulnerabilidade social. As marcas subjetivas construídas por usuários são lidas enquanto saberes que podem reorientar a consciência e a percepção ligadas à vivência de direitos. A promoção da autonomia, do empoderamento e de outros valores ligados à ação política perfazem a aproximação com o campo dos direitos humanos e das práticas cidadãs.
- **Epistemologias das lutas por direitos:** pesquisas que ressaltam a mobilização de diferentes epistemologias e saberes, em espaços institucionais e cotidianos, por minorias sociais, no interior de ações, conquistas e desafios das lutas por direitos. Os estudos, em linhas gerais, envolvem a reflexão sobre os conhecimentos que são relacionados, na contemporaneidade, aos discursos e às práticas de luta por movimentos, como o feminista, de mulheres (no enfrentamento à discriminação e à violência de gênero), ligados à infância e à adolescência (quanto ao debate sobre socioeducação) e no âmbito do enfrentamento à pobreza (pensando as práticas

formativos no interior da assistência social), e também, em perspectiva histórica, pelo Movimento de Educação de Base (acerca dos debates sobre ação sociopolítica).

- **Práticas socioeducacionais de promoção da diversidade:** tratam-se de investigações que mobilizam o debate quanto à politização e à instrumentalização em espaços não-institucionais sobre a igualdade de direitos, o enfrentamento e a prevenção de diferentes formas de violência e discriminação, a transformação social, a estruturação e a organização de práticas de resistência política, assim como a promoção de estratégias de reorganização de serviços oferecidos pelo Estado, a partir do olhar, das experiências e da mobilização social em prol dos direitos humanos.
- **Violência escolar:** envolve as pesquisas que privilegiam a problematização das contribuições da educação em direitos humanos no enfrentamento à violência e as representações do fenômeno por diferentes atores escolares. Dimensionam a violência escolar e a sua relação direta com questões sociais, familiares e institucionais, assim como as representações sociais das expressões da violência entre pares na cultura escolar. A ideia de sociabilidade, marcada nos estudos analisados com base nos significados e sentidos das relações horizontais construídas entre pares, as circunscritas ao contexto escolar e a dimensão subjetiva do referido tema demarcam as pesquisas quanto à possibilidade de relacionar a escola enquanto um ambiente marcado pelo respeito e pela diferença. De modo ampliado, são investigações que estão centralizadas no discurso de professores(as) e alunos(as), como forma de enunciar as distintas significações a respeito da violência e as ações, atitudes e julgamentos que dela decorrem, a partir de diferentes nuances. Particularmente, as indisciplinas são postas, de forma recorrente, como violências na escola e, assim, os estudos denunciam a visão geral

de que o problema reside nas atitudes únicas de estudantes. Alerta-se sobre a necessidade de considerar o papel de professores ou outros sujeitos escolares, as inconsistências na gestão (não)democrática da escola e o impulsionamento de práticas reflexivas em torno das ações de tais sujeitos. A democratização das relações de poder tem colaborado com a redução das indisciplinas e violências organização investigada. A efetiva democratização poder escola ainda representa longo caminho a ser percorrido, mas os primeiros passos têm sido lançados nessa direção.

- **Escola e mediação de conflitos:** são relacionadas as investigações que discutem diferentes formas de conflito, sobretudo aqueles oriundos de situações de violência na escola e, por outro lado, as estratégias político-pedagógicas e o papel das instituições educacionais e da família na gestão das referidas ocorrências. Ressalta a atuação de atores do sistema de justiça, educacional e social quanto à organização de ações e políticas em perspectiva multidimensional e, ainda, a contraposição entre as especificidades da Educação em Direitos Humanos e o avanço de discursos que tendem a compreender as conflitualidades apenas sob a ótica da punição e disciplinamento, de modo a negar o diálogo constitutivo da diferença no espaço escolar. Em suma, tencionam a democratização das relações de poder e a sua colaboração para a redução das indisciplinas e diferentes formas de violência na escola.
- **Pessoas com deficiência:** as investigações permeiam as práticas escolares de (não) recepção da deficiência no contexto da escola, com base nos aportes da educação inclusiva. Analisam-se teorias, vivências cotidianas, o senso comum, os sentidos forjados e a construção da alteridade sob o olhar de diferentes sujeitos, especialmente professores(as) e alunos(as), que vivenciam e/ou lidam com pessoas com algum

SUMÁRIO

tipo de deficiência. Ainda, como os discursos sobre a deficiência, oriundos de outras áreas do saber – como a medicina e psicologia –, forjam a ideia de diversidade e inclusão, além do discurso religioso, os quais nomeiam e narram a posição escolar e social do referido grupo, fazendo surgir múltiplas representações de preconceito no contexto da educação. Constatamos também que o discurso sobre a deficiência se apresenta híbrido. O(a) aluno(a) com deficiência, centro dos estudos, é observado a partir dos significados de incapacidade e impossibilidade de convívio com os demais, aspectos que permanecem nos espaços estudados, apesar da crescente discussão sobre o respeito e a valorização das diferenças. Os marcos do campo dos direitos humanos tangenciam a crítica ao capacitismo, à segregação e à diferenciação em ambiente escolar, cogitando o convívio e a recepção do(a) outro(a) na escola, para além do mero processo de aprendizagem, pensando a formação educacional enquanto um referente essencial para a mudança social e a inclusão.

- **Livro didático e as representações da cidadania:** este conjunto de pesquisas problematizam a representação de diferentes direitos a partir de materiais didáticos. Sobre tudo com base em perspectivas discursivas e sócio-históricas, os modos como os direitos humanos e as minorias sociais são representadas em livros que perfazem a formação básica, até o ensino médio, relacionam questões interligadas à ideia de sujeito social de direitos, os valores pedagógicos que encaminham a formação e as representações que, em tese, serão responsáveis por desenvolver o imaginário didático-pedagógico em sala de aula e as práticas cotidianas em sociedade. As pesquisas abordam os livros didáticos enquanto artefatos pedagógicos que apresentam importantes ressonâncias e têm lugar central no avanço do discurso de reconhecimento dos direitos humanos desde a educação básica, por um

SUMÁRIO

lado, assim como as formas de invisibilidade implícitas aos materiais introduzidos nestes universos. Direccionam, pois, o debate sobre as contradições que os referidos materiais didáticos têm para o fortalecimento da educação em direitos humanos e a transformação social.

- **Representações sociais e diversidade de gênero:** são pesquisas que exploram os significados de questões de gênero, da sexualidade e da heteronormatividade no contexto da escola. Retomam aspectos ligados à educação e à aprendizagem sexual, assim com as formas de discriminação baseadas no gênero, as vivências sexuais, as travestilidades, a gravidez na adolescência, o aborto e a infância, como modo de ressaltar quais os sentidos são mobilizados por diferentes atores educacionais na abordagem e na (não) valorização dos assuntos. Marcos teóricos ligados à teoria freireana, pós-estruturalista e *queer* destacam distintas experiências escolares (positivas e negativas) e as táticas pedagógicas que, na escola, são desenvolvidas no combate à discriminação baseada no gênero e/ou na sexualidade, assim como para a desconstrução de perspectivas conservadoras sobre os temas em questão. As análises indicam como o discurso de gênero e sexualidade tem a função preponderante na transmissão de valores na escola e para além dela a respeito questões que tangenciam a referida pauta, tais como: família, maternidade, masculino e feminino, homossexualidade, entre outros. Assim como para a desconstrução de valores homofóbicos, patriarcalistas, sexistas e machistas.
- **EDH e representações sociais da diversidade étnica e cultural:** diz respeito às pesquisas que problematizam, a partir de práticas educativas contemporâneas e das relações intersubjetivas, o enfrentamento e os desafios postos frente aos processos educativos atuais acerca de questões de identidades minoritárias, diversidade étnica, religiosa e pluralismo

cultural. Assim, pensam o papel da formação educacional para a superação da violência e das variadas formas de desrespeito aos direitos dos referidos grupos. A partir de diferentes níveis de formação, as investigações tangenciam reflexões sobre práticas discursivas e pedagógicas que suscitam a construção de identidades étnico-raciais na escola, assim como em que medida determinadas perspectivas e práticas políticas e ideológicas naturalizam, mantêm e transformam os significados de mundo nas mais diferentes posições e relações de poder tecidas no ambiente escolar. As formações discursivas sobre o racismo, as teorias raciais, a inferioridade da população negra, o mito da democracia racial, os processos de silenciamento e invisibilidade, os racismos e as desigualdades são temas que perpassam os estudos analisados.

- **Contexto escolar, cidadania e a EDH:** estudos que dimensionam o paradoxo da formação para o exercício cidadania e o papel da escola na estruturação do conhecimento em direitos humanos. O mote das pesquisas analisadas é de que educar numa perspectiva cidadã e democrática, diante do esfacelamento do comum, das relações coletivas e acirramento das violências e discriminações, envolve categorias a partir das quais a educação para o exercício cidadania se estruturava assume o sentido principal na organização das relações educacionais, do espaço público e da igualdade. Ainda, as investigações relacionam a necessidade de se inventar formas próprias de pensar o mundo, o respeito às diferenças e o exercício de direitos. Abordam como conteúdos próprios da educação em direitos humanos podem ser introduzidos em diferentes níveis de formação e práticas pedagógicas. Favorecem a organização de uma agenda de reflexões direcionadas a ressignificar a relação entre educação em direitos humanos e a prática docente, por um lado, e organização cotidiana da escola em prol da diversidade,

SUMÁRIO

do empoderamento pessoal e coletivo e para a caracterização da escola como espaço concreto de vivências de direitos. A educação para a cidadania redimensiona a abordagem sobre a identidade coletiva, da esfera pública e a construção democrática da sociedade.

- **Gestão educacional e EDH:** corresponde às investigações relacionadas à gestão escolar numa perspectiva democrática, aos processos de organização política da escola e as fronteiras da ação pedagógica organizativa. Os paralelos entre poder, diálogo e cooperação no ambiente escolar são dimensionados como forma de cogitar a perspectiva democrática da instituição educacional e quanto ao papel dos diferentes atores escolares neste processo. A democratização da escola, as práticas reflexivas em torno das ações de seus sujeitos, as relações de poder e a ação coletiva perfazem o cerne das investigações mapeadas. Por outro lado, e de forma ampliada, os estudos também partem de experiências não-escolares para conjecturar princípios de democracia e autonomia na educação e a relação destes para a compreensão das lutas sociais e do papel social da escola em diferentes contextos. Assim, a teia complexa de múltiplas relações e dimensões da gestão educacional, além da sua intersecção com a justiça social e a democracia, denota as tensões presentes nas relações entre a escola, a sociedade e o Estado, revelando a educação como alternativa viável de transformação social e a busca pela horizontalidade das relações.
- **Política educacional e EDH:** investigações que tangenciam o caráter gerencial da política educacional de Estado na promoção da educação em direitos humanos. A cidadania, os paradigmas da orientação política educacional, os paradoxos a partir dos quais se materializa a ação estatal na educação, a visão dos sujeitos escola, os limites e as possibilidades da efetivação da EDH num contexto gerencialista são temas

que perpassam as pesquisas mapeadas. Assim, os estudos ressaltam a incorporação destes referenciais na educação e inferem acerca das contradições no referido campo. Destacam, ainda, as possibilidades de coexistência dos paradigmas mencionados numa mesma política educacional, assim como as assimetrias ligadas ao modelo central gerencialista, a educação em direitos humanos e a cidadania na escola. A importância do empoderamento e da efetivação cidadania ativa dos educandos, bem como as possibilidades de poder atenuar a hegemonia de referencial dominante da política pública, a nível micro, delineiam o cerne das pesquisas.

- **O discurso pedagógico e a prática pedagógica:** este eixo de produções relaciona as investigações dedicadas a pensar o lugar dos sujeitos escolares e as intersecções de seu fazer, a partir da prática pedagógica, com a contextualização de questões ligadas à cidadania e à EDH no contexto escolar em que estão inseridos. Destacam a relação da educação, materializada com temas afetos à diversidade e à sociedade e, de modo amplo, a relação do discurso e da prática pedagógica com a idealização da realidade de interculturalidade. Questionam o fazer educacional que reduz a prática docente à acumulação técnica, revelam narrativas que implicam nas decisões, vontade política e mobilização que demandam dada prática educativa coerente com tais desígnios. Assim, são pesquisas que, no seu interior, mobilizam a (re)construção da práxis e do discurso pedagógico enquanto ação coletiva, plural e intercultural, sem perder de vista as críticas e reflexões sobre a formação docentes e os preceitos éticos que perfazem o ambiente escolar. A interação aprendizagem, escola e sociedade e a preocupação com os diferentes sujeitos envolvidos neste processo são articuladas enquanto espaço de transformação de perspectivas, de modos de interação, de reconhecimento de novas práticas forjadas no

SUMÁRIO

cotidiano da escola. Assim, ideias, valores, crenças e atitudes são desveladas como forma de significar o lugar de discursos e práticas e, também, na intenção de cogitar outros modelos de sociedade, de aquisição do conhecimento e valorização da diversidade. Suscitam a consolidação de espaços de conhecimento que contribuam para facilitar o diálogo entre os conhecimentos científicos e os contextos sociais, de modo a representar a escola, a formação docente e a ação participativa, crítica e transformadora da educação em prol da diversidade.

- **Acesso ao conhecimento em História e Cultura Afro-brasileira e Africana:** diz respeito às pesquisas que mobilizam os sentidos da educação para as relações étnico raciais nas práticas pedagógicas e curriculares. Estão centradas no cotidiano de professores – sobretudo da educação básica, em contexto urbano e rural –, com a intenção de localizar a promoção das ações direcionadas à valorização da cultura do povo preto e das populações tradicionais. A educação para as relações étnico raciais nas práticas curriculares, cotidianas, o olhar de atores escolares, os silenciamentos na escola, o etnocentrismo, o colonialismo e a branquitude são questões retomadas como forma de apresentar os sentidos em disputa no referido campo. Assim, o trabalho com os conteúdos de História e Cultura Afro-brasileira e Africana materializados em diferentes artefatos curriculares e práticas contribui para pensar a promoção da diversidade em perspectiva racial e étnica. As abordagens desenvolvidas por essas pesquisas são tensionadas enquanto local de diferença e diversidade, assim como a partir da herança colonial que ainda exerce, segundo os estudos, grande influência para a não descolonização dos currículos e práticas pedagógicas. De tal modo, a política curricular, as abordagens didáticas e o olhar dos atores educacionais assume a centralidade da crítica

desenvolvida e avança em direção à problematização de uma educação antirracista e intercultural; cogita a ruptura com a hierarquização racial, a colonização dos currículos monoculturais e sugere a desobediência epistêmica. Por outro lado, os estudos mencionados também tangenciam a intersecção entre religião – particularmente aquela vivenciada na tradição africana – e preconceito racial na escola enquanto lente para as reflexões. Os terreiros são aproximados da instituição escolar para, assim, conjecturar a percepção sobre temas que são cotidianamente direcionados às discriminações de cunho racial neste espaço. As experiências de educação nos terreiros dimensionam e criticam a influência do colonialismo e de sua herança, a colonialidade, para a continuidade dos racismos e das intolerâncias. A educação nos terreiros e a educação étnico-racial são articuladas como forma de traçar alguns paralelos com a promoção da diversidade e da diferença na escola, para entender a subalternização de religiões de matriz africana na formação educacional, como forma de cogitar mecanismos de resistência afrocentrados, assim como a luta por respeito e reconhecimento social. Em linhas gerais, as investigações tecem importantes críticas aos racismos e intolerâncias, à inferiorização das pessoas negras, de suas religiões, quanto à homogeneização de saberes hegemônicos a partir da escola, sobre tal espaço enquanto de subordinação de valores ligados à tradição cultural afro-brasileira, dos povos tradicionais e africana.

PERSPECTIVAS TEÓRICAS

No que concerne às perspectivas teóricas indicadas na produção em educação em direitos humanos nos cursos de pós-graduação de mestrado e doutorado da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), esta parte de traços que a caracterizam pela

SUMÁRIO

interdisciplinaridade, multiplicidade epistêmica e bricolagem de aportes teórico-conceituais, autores e áreas do saber. Apresentamos, a seguir, algumas das especificidades que delineiam o campo em questão na Universidade Federal de Pernambuco.

Inicialmente, é possível destacar a referência, em uma parte considerável das pesquisas, à agenda de produções oriundas da área do saber da educação em direitos humanos no Brasil e América Latina. As frequentes menções ao campo, a partir dos estudos de Silva (2000), Benevides (1991; 1996), Candau (2013), Cardia (2003; 2004), Heredia (2010), Magendzo (2006), Comparato (2006) e Tavares (2002; 2010), por exemplo, contemplam certa continuidade dos debates e reflexões construídos nas últimas décadas em relação ao campo, assim como ressalta a consolidação das pesquisas, a nível mais amplo, nas diferentes áreas do saber analisadas.

A obra de Paulo Freire, singularmente, assume certa centralidade em todas as pesquisas. Seja enquanto marco teórico principal ou associado a autores(as) que procuram pensar criticamente a educação, as investigações incorporam uma leitura teórica rica e politicamente articulada para pensar, sensivelmente, os temas com os quais lidam. O resultado é, pois, uma maior riqueza conceitual e analítica dos assuntos e contextos e, particularmente, a eleição de chaves de leitura articuladas eticamente com os(as) participantes das pesquisas.

Em um segundo plano, os referenciais advindos da política, dos estudos *queers*, dos estudos de gênero e da decolonialidade demarcam a produção em educação em direitos humanos. A escolha pelo pensamento de Hannah Arendt e Michel Foucault é um importante fio condutor das pesquisas. Chaves analíticas que apontem para alternativas aos problemas estudados são cogitadas e delineiam, por sua vez, muitas das opções e abordagens metodológicas dos trabalhos analisados. A necessidade de se inventar formas próprias e outras de pensar o campo da formação para os direitos humanos orienta a leitura teórica e as referências dos estudos desenvolvidos.

SUMÁRIO

Por outro lado, os estudos *queers*, de gênero e ligados à decolonialidade contribuem para pensar as relações de poder, sexo-gênero, coloniais e problematização advinda dos referidos temas. Trata-se, pois, de uma intersecção teórica bastante potente e ampliada com outras matizes teóricas que, em diálogo com autoras(es), como Judith Butler, Guacira Lopes Louro, Stuart Hall e Tomaz Tadeu da Silva, problematizam a relação entre a formação educacional e a diversidade humana.

Importante ressaltar, também, a presença da teoria das representações sociais enquanto aporte teórico-metodológico. Parte das pesquisas analisadas recuperam as representações na intenção de constituir conhecimento que dialogue com as ações das pessoas e, por conseguinte, indique pistas sobre o fazer cotidiano de diferentes grupos.

No mesmo sentido, três trabalhos que envolvem a análise de livros didáticos foram realizadas com base na matriz teórica de Dominique Maingueneau. Assim, conceitos ligados aos discursos e às imagens (ethos, cenografia e interdiscurso) são cogitados como forma de materializar algumas representações e de suscitar leituras para além do dito/visível.

As perspectivas decoloniais e raciais também são presentes na amostragem de trabalhos. As discussões são referenciadas nos estudos de Zabala (1998) e Freire (2013), Gomes (1994, 2002, 2003, 2006, 2010, 2012), Alves (2013), Sposati (2002), Jaccoud e Beghin (2002), Rocha (2007), Pereira (2010), Ferreira (2010) e visam ampliar a percepção sobre a igualdade racial, buscando, ainda, suscitar chaves de leitura para além das normativas legais. A fundamentação teórica, neste grupo de textos, retoma os estudos pós-coloniais na intenção de contribuir com o alargamento de categorias do campo da educação em direitos humanos e da diversidade. Pensadores como Anibal Quijano, Edgardo Lander, Walter Mignolo, Fidel Tubino, Catherine Walsh, Frantz Fanon e Paulo Freire dimensionam a referida agenda

SUMÁRIO

de discussões. A educação em direitos humanos é aproximada de questões afetas à influência do colonialismo, de sua herança e da colonialidade de questões que envolvem a construção da interculturalidade na formação para a diversidade.

A incursão teórica interdisciplinar demarca o que pode ser observado enquanto quadro de bricolagem das pesquisas. Aportes do currículo, a exemplo de Antônio Flávio Moreira (2002, 2008, 2010), Elizabete Macedo e Alice Casimiro Lopes (2011), Tomaz Tadeu da Silva (1995, 1999, 2000, 2008), J. Gimeno Sacristán (2000); do campo da História e Antropologia, Maria Regina Celestino de Almeida (2010), Edson Silva (2004, 2008a, 2008b, 2012, 2013), João Pacheco de Oliveira (1995, 2003, 2004, 2011), Manuela C. da Cunha (1995, 2012), Vânia Fialho Souza (1992, 1998, 2011); além de outros ligados aos Estudos Culturais e Pós-estruturalistas, como Stuart Hall (1999, 2000) e Homi Bhabha (1998) alargam a discussão dos temas eleitos com base na criatividade teórico-conceitual.

PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

As características predominantes da produção em educação em direitos humanos nos cursos de pós-graduação de mestrado e doutorado da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) são demarcadas a partir de alguns aspectos: trata-se de pesquisa empíricas e de abordagem qualitativa que, predominantemente, são instrumentalizadas a partir etapas de cunho bibliográfico-exploratório e documental, que recorrem a instrumentos de coleta dados clássicos dos estudos de campo (entrevista, questionários e a observação) e que sistematizam os achados do referido com base em técnicas de análise de cunho discursivo e/ou de conteúdo. Apresentamos, a seguir, algumas das especificidades que demarcam as perspectivas metodológicas do campo em questão na Universidade Federal de Pernambuco.

A opção pela organização de praticamente todos os estudos a partir da abordagem qualitativa do campo de investigação é acompanhada, nas pesquisas analisadas, por opções metodológicas que valorizam as experiências dos sujeitos com quais os(as) pesquisado- res(as) dialogam. Vale ressaltar que tal dimensão é acompanhada, em um número significativo de trabalhos, pela pesquisa etnográfica, ressaltando o argumento anteriormente apresentado. Importante destacar que apenas um dos estudos mapeados faz menção à abordagem mista e recorre à dimensão quantitativa de investigação a partir de análises estatísticas.

Assim, vê-se que os fundamentos metodológicos eleitos, nas pesquisas analisadas, giram em torno de possibilidades interpretativas que aproximem os(as) pesquisadores(as) das práticas, vivências e discursos. A educação em direitos humanos na UFPE é, pois, fortemente refletida com base na proximidade com o campo – aspecto que também redimensiona o papel político da pesquisa e da produção do saber nesta área, afinal está em jogo, recorrentemente, a disputa semântica de temas/questões sensíveis. A abordagem qualitativa e etnográfica favorece o contato direto com o contexto e os sujeitos participantes, além de privilegiar a produção do saber em diálogo permanente e nunca neutro.

Igualmente, é comum aos estudos em questão a indicação de etapas de pesquisa de caráter bibliográfico, explicativo e exploratório. Comumente envolvem e apontam para a compreensão e/ou delimitação temática dos assuntos selecionados a partir dos marcos teóricos. Vale ressaltar que três textos fazem alusão à leitura filosófica de seus objetos, ou seja, tratam-se de pesquisas que lidam com a revisão de literatura na intenção de ampliar e repensar os marcos teóricos da educação em direitos humanos. Assim, sob influência sobretudo de correntes ligadas à Filosofia Política, as investigações propõem chaves de leitura que dialogam com a contemporaneidade dos temas. E, em menor medida, é proposta em alguns trabalhos a aproximação com subsídios didáticos e documentos curriculares

SUMÁRIO

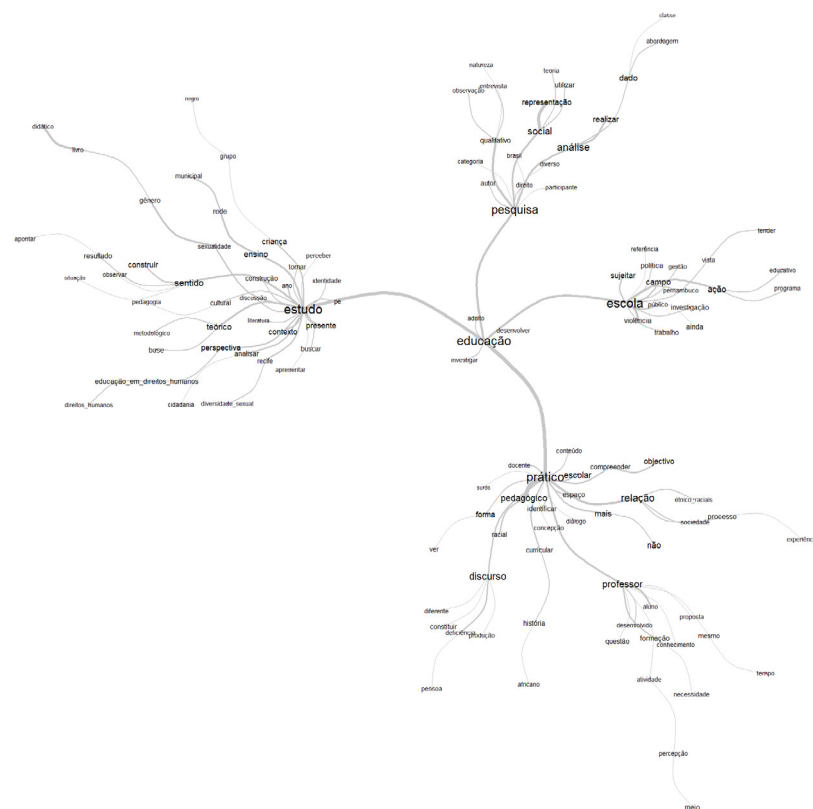
(a partir, tão-somente, da discussão de suas mensagens oficiais, por isso não se caracterizando como uma análise de conteúdo, por exemplo, das fontes, já que se tratam de informações previamente sistematizadas).

Importante destacar, neste sentido, a opção dos(as) pesquisadores(as) por empreender etapas de investigação de cunho documental. Em número significativo das pesquisas mapeadas, é feita menção à coleta, sistematização e apresentação de informações ligadas a arquivos institucionais, particulares e em posse de movimentos sociais. Esta etapa, em parte destes trabalhos, corresponde à centralidade da pesquisa, em outras subsidia a contextualização de elementos que, posteriormente, são aprofundados a partir de uma técnica de entrevista/conversação.

De tal modo, por se tratar de um universo de pesquisas que são majoritariamente de campo, há o privilégio da escuta e da palavra nas dissertações e nas teses defendidas. No entanto, chama a atenção a diversidade de técnicas de conversação/diálogo/aproximação para com os(as) participantes das pesquisas: conversas informais, dinâmica conversacional e complemento de frases, grupos focais, construção de imagens, comentários e procedimento de autoscopia, entrevistas semiestruturadas, não-estruturadas, de associação livre e reuniões informais e formais são algumas das menções à referida perspectiva. Em menor proporção, são presentes as menções ao uso de questionários nos estudos.

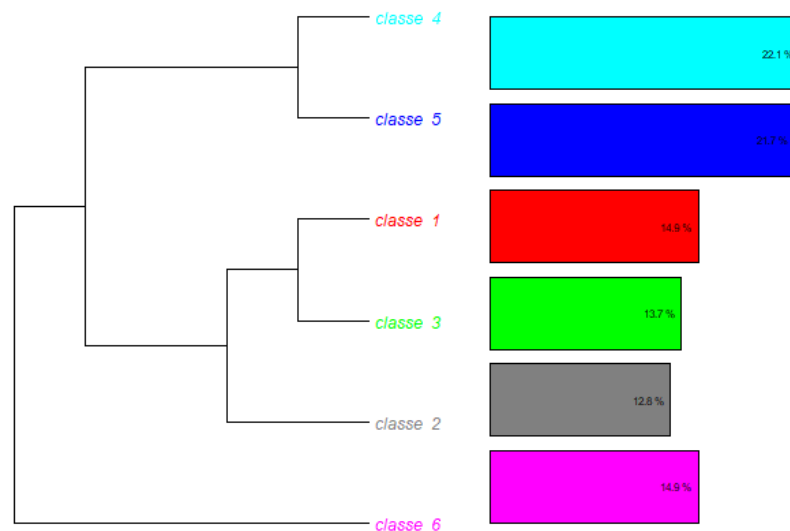
Paralelamente, também é recorrente a referência ao uso da observação, em sua modalidade participante ou não, e de diários de campo. As pesquisas recuperam não apenas a escuta ativa e política, mas a imersão prolongada nos campos de pesquisa, com e sem interação com as pessoas envolvidas, na intenção de conferir maior robustez aos dados coletados e de perfazer as esferas éticas dos temas em discussão. Número expressivo das investigações menciona as técnicas em questão como forma de, assim, ampliar o olhar sobre as experiências e os cotidianos eleitos.

SUMÁRIO



SUMÁRIO

classe 1	classe 2	classe 3	classe 4	classe 5	classe 6
qualitativo documental observação técnica entrevista dado emocional procedimento bardin competência mencionado análise_de_conteúdo entrevistas_semiestruturadas utilizar desenvolver questionário método livre instrumento avaliar associação total	teórico paulo freire silva michel foucault estudo didático interdisciplinar perspectiva livro discussão aporia judith butler dialogar candau autor metodológico educação_em_direitos_humanos teoria português direitos_humanos ponto instituição	política gestão violência educação ação democrático indisciplina político mediação pernambuco enfrentamento educação_em_direitos_humanos escola mulher democratização termo embora cidadania longo analisar refletir	municipal professor ensino pe continuar rede compreender surdo percepção relações_étnico_raciais escola contexto prático lei formação nível área ensino_fundamental fundamental brasileiro desenvolvido sentido	discurso gênero social diferença deficiência sexualidade caderno artefato portal emergência articulação infância posição enunciado transformar lógico coletivo identidade literatura orientação categoria saber oficial múltiplo	humano negro social conhecimento valor tempo negativo pessoa identificar africano representação ebola relação variação racista racismo atitude perceber diálogo veículo tudo



Elaborado pelos autores

CONCLUSÃO

Os estudos mapeados no âmbito da Universidade Federal de Pernambuco contemplam temáticas/questões que ressaltam a multiplicidade de abordagens e de lentes que permeiam a educação em direitos humanos enquanto campo que atravessa outras disciplinas. São leituras que, a partir das variadas áreas dos programas (mas com especial destaque às Ciências Humanas e Sociais), destacam a preocupação de pesquisadores(as) com problemáticas e assuntos relevantes para pensar a discussão sobre a formação e a organização de políticas voltadas à EDH nos mais variados contextos e práticas sociais.

Nesse sentido, os temas relacionados aos estudos sistematizados remetem a leituras que partem de premissas ligadas à

SUMÁRIO

consolidação de processos formativos inspirados nos princípios políticos dos direitos humanos, sublinhando o compromisso acadêmico-científico com a produção ética e engajada de conhecimento sobre a educação em direitos humanos e a sua centralidade para a consolidação de um projeto diverso e inclusivo.

O estudo ora apresentado alude, enquanto achados centrais, que o campo da EDH tem sido lido com base no caráter interdimensional da EDH; enfatiza a reflexão sobre aspectos epistemológicos e práticos dessa área do conhecimento desde temáticas que dimensionam experiências em instituições formais e não-formais; o respeito à diversidade, sobretudo a partir da agenda educacional e política em torno da EDH; o recrudescimento trazido por políticas públicas conservadoras, autoritárias e antidemocráticas, evidenciando o fascismo no Brasil e com repercussões para os direitos humanos; e as respostas dos movimentos sociais frente às dinâmicas conservadoras e a resistência de diferentes atores sociais.

Portanto, de modo amplo, o cenário da produção científica relacionado a partir da UFPE destaca o papel e a importância da EDH nos diferentes níveis de formação, especialmente nas Ciências Humanas e Sociais, assim como o interesse crescente de pesquisadores(as) em relação às leituras de diferentes fenômenos sociais com base nos direitos humanos e a sua aplicação na vida cotidiana.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, p. 513-518, 2013.

KLAMT, L. M., SANTOS V. S. The use of the IRAMUTEQ software in content analysis - a comparative study between the ProfEPT course completion works and the program references. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i4.13786>

SUMÁRIO

9

Alaide Maria Bezerra Cavalcanti

PÓS-GRADUAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS:

**UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DO CURSO
DE SERVIÇO SOCIAL (PPGS/UFPE)**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-161-1.9

INTRODUÇÃO

O Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGS) da UFPE consolidou-se como referência na Região Nordeste brasileira, com mais de 40 anos de existência, ofertando o mestrado e mais de 20 anos com o doutorado. Até 2016, o Programa era o único que oferecia doutorado na área em toda a região.

Avaliado com conceito 6 pela Capes, a área de concentração do PPGS/UFPE é Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais. Suas seis linhas de pesquisa são: 1) "Estado, Políticas Sociais e Ação do Serviço Social"; 2) "Serviço Social, Trabalho e Questão Social"; 3) "Serviço Social, Ação Política e Sujeitos Coletivos"; 4) "Serviço Social, Ética e Direitos Humanos"; 5) "Capitalismo Contemporâneo, Questão Agrária, Urbana e Ambiental"; 6) "Relações Sociais de Gênero, Geração, Raça/Etnia e Sexualidades", evidenciando os marcos teórico-metodológicos do programa que estão em consonância com os princípios ético-políticos do Serviço Social brasileiro, reafirmados pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (2014).

Conforme a ABEPSS (2014), por se tratar de uma profissão inserida no âmbito das relações sociais e entre sujeitos e ação estatal nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais e contextos sócio-históricos, a práxis profissional se pauta em um conjunto de ações socioeducativas voltadas para a transformação social a partir do compromisso com a democracia, enfrentamento as desigualdades sociais, do exercício da cidadania e conquista dos direitos humanos e da justiça social.

Essa compreensão do compromisso do Serviço Social com a defesa intransigente dos direitos humanos e do seu posicionamento em favor da classe trabalhadora, perpassa a produção de conhecimento do PPGS/UFPE, uma vez que suas pesquisas refletem em

seus estudos quantitativos e qualitativos, aspectos teóricos e a análise da intervenção profissional no enfrentamento das múltiplas expressões da questão social que se apresentam nos diferentes espaços sócio-ocupacionais em virtude do contexto de crise do capital e da focalização das políticas públicas.

O processo de construção e análise do *corpus* de Serviço Social possibilita uma visão da produção acadêmica de mestrado e doutorado do PPGS/UFPE no período de 2008 a 2015, no que diz respeito as categorias Direitos Humanos e a Educação em Direitos Humanos, objetivo dessa pesquisa.

A partir da consulta ao repositório de teses e dissertações do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)¹⁷, foram analisados 109 resumos de dissertações e 68 resumos de teses no período, conforme distribuição na Tabela 1.

Tabela 1 – Quantitativo da produção de Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos do PPGS /UFPE - Período 2008-2015

ANO	TOTAL DA PRODUÇÃO				DISSERTAÇÕES								TESES							
	Abs.	DH	%	EDH	TOTAL	DH			EDH			TOTAL	DH			EDH				
		Abs.				%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.		%	Abs.	%					
2008	16	44%	0%	8	5	63%	0	0%	8	2	25%	0	0%							
2009	21	38%	5%	12	4	33%	1	8%	9	4	44%	0	0%							
2010	27	41%	0%	18	8	44%	0	0%	9	3	33%	0	0%							
2011	35	46%	6%	29	13	45%	2	7%	6	3	50%	0	0%							
2012	19	26%	0%	10	4	40%	0	0%	9	1	11%	0	0%							
2013	23	17%	0%	12	2	17%	0	0%	11	2	18%	0	0%							
2014	17	47%	6%	7	4	57%	0	0%	10	4	40%	1	10%							
2015	19	26%	0%	13	5	38%	0	0%	6	0	0%	0	0%							
TOTAL	177	36%	2%	109	45	41%	3	3%	68	19	28%	1	1%							

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados extraídos do repositório de teses e dissertações da Universidade Federal de Pernambuco.

Durante o estudo detalhado dos achados de pesquisa, foram localizados alguns problemas na classificação dos dados, tanto no que diz respeito às dissertações como às teses, entre eles: dificuldade em entender o objetivo do trabalho, pois os resumos falavam

17

O repositório de teses e dissertações do PPGS/UFPE está disponível para acesso pelo link <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/215>.

do contexto, do referencial teórico, metodologia, resultados, mas não colocavam o objetivo de forma explícita; alguns trabalhos não apresentaram referencial teórico explícito no resumo, não mencionando os nomes dos autores que fundamentaram o estudo; outros não descreveram a metodologia aplicada no trabalho; e, ou ainda, não apresentaram os resultados finais da pesquisa no resumo de forma clara, apresentando-os de forma generalista.

Diante das dificuldades elencadas, o material foi revisitado ao longo da primeira etapa da pesquisa, a fim de compartilhar os seus achados com outros integrantes do grupo de pesquisa, para definição do material que seria analisado tanto na categoria Direitos Humanos (DH), como na categoria Educação em Direitos Humanos (EDH). A partir da inserção desses outros olhares na análise, os achados selecionados foram sistematizados em tabela com as informações relativas à identificação desses trabalhos, como número de referência do resumo no *corpus*, ano de publicação, seguidas de variáveis relacionadas aos objetivos dessa pesquisa, que são: título, objeto/objetivos, perspectivas teóricas (teorias e autores), metodologia e resultados (achados e recomendações).

Ao final dessa etapa de pré-análise (Bardin, 1977), o *corpus* de Serviço Social ficou definido com 67 resumos, sendo 46 desses resumos referentes ao mestrado e 21 ao doutorado. No que diz respeito às categorias Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos, 43 resumos de mestrado foram classificados como Direitos Humanos, enquanto apenas 3 em Educação em Direitos Humanos; no doutorado, 20 resumos correspondem a categoria Direitos Humanos, e apenas 1 a categoria Educação em Direitos Humanos.

SUMÁRIO

Tabela 2 – Quantitativo de resumos do *corpus* PPGS por ano

ANO	TOTAL DA PRODUÇÃO DO <i>CORPUS</i>	DISSERTAÇÕES			TESES		
		TOTAL	DH	EDH	TOTAL	DH	EDH
2008	7	4	4	0	3	3	0
2009	8	4	4	0	4	4	0
2010	12	9	8	1	3	3	0
2011	17	14	12	2	3	3	0
2012	5	4	4	0	1	1	0
2013	4	2	2	0	2	2	0
2014	9	4	4	0	5	4	1
2015	5	5	5	0	0	0	0
TOTAL	67	46	43	3	21	20	1

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados extraídos do repositório de teses e dissertações da Universidade Federal de Pernambuco.

Em sequência, com a finalidade de elaborar a análise de conteúdo (Bardin, 1977), foi produzido o processamento dos *corpus* de Direitos Humanos e de Educação em Direitos Humanos por meio do *software* IRAMUTEQ (Camargo; Justo, 2013), em que foram geradas três imagens representativas da produção acadêmica de Serviço Social: nuvem de palavras, análise de similitude e classificação hierárquica descendente (CHD).

ANÁLISE DOS DADOS

A partir da etapa de exploração do material, constatou-se a necessidade de um estudo mais aprofundado do *corpus* da pesquisa, observando-se que a produção acadêmica referente às categorias

Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos na Pós-graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, no período de 2008 a 2015, compreende a relação do curso com o projeto ético-político da profissão.

Segundo Netto (1999), a década de 1970 marca o início do movimento da categoria profissional do Serviço Social em direção à crítica ao conservadorismo, entretanto é apenas na década de 1990, com a aprovação do código de ética, da Lei de Regulamentação da profissão e das novas Diretrizes Curriculares do Serviço Social, que ocorre a sua consolidação, amparada na teoria social crítica.

Reconhecendo a liberdade como valor ético central, o Código de Ética Profissional do Serviço Social (BRASIL, 1993) afirma em seus princípios a defesa intransigente dos direitos humanos, ampliação e consolidação da cidadania, a partir da garantia dos direitos civis, sociais e políticos dos trabalhadores, salvaguarda da democracia e posicionamento em prol da equidade e da justiça social.

Neste sentido, analisar as categorias Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos na produção do PPGS/UFPE implica diretamente no reconhecimento da centralidade do programa, em virtude das diretrizes curriculares em estudos sobre a intervenção profissional que se dá no enfrentamento das diversas expressões da questão social, bem como da materialização do projeto ético-político do Serviço Social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

De acordo com Behring e Santos (2009), o Serviço Social na atual conjuntura está diretamente ligado à questão social, sendo necessário para sua compreensão, imprimir a historicidade nesse conceito, no que diz respeito à análise da totalidade da realidade social e em direção à construção de um projeto emancipatório, vinculado à superação da sociedade capitalista.

As autoras justificam que:

SUMÁRIO

SUMÁRIO

O Serviço Social no Brasil e no mundo surge por dentro da estratégia de dar um tratamento sistemático à questão social e de frear o movimento operário, por um lado; e no sentido de assegurar as condições gerais de reprodução do capital no momento fordista-keynesiano, após a Segunda Guerra Mundial, por outro. Todos esses elementos são hoje bastante conhecidos e explorados na literatura profissional (Iamamoto; Carvalho, 1982, Netto, 1992). Porém, como também já sabemos, o Serviço Social brasileiro vem buscando novos caminhos, sobretudo a partir de fins da década de 1960, delineando um perfil profissional prático-crítico, cujo propósito, dentre outros, é verificar a efetivação da “ruptura” prevista antes como “intenção” (numa alusão à “intenção de ruptura” de Netto, 1992), e aprofundando o distanciamento daqueles aportes básicos de caráter conservador, ainda que em tempos desfavoráveis, de presença neoconservadora e pós-moderna. Nesse processo de resistência para fora e para dentro, faz parte colocar a questão social como centro – como o que constitui nossa materialidade (Behring; Santos, 2009, p. 7).

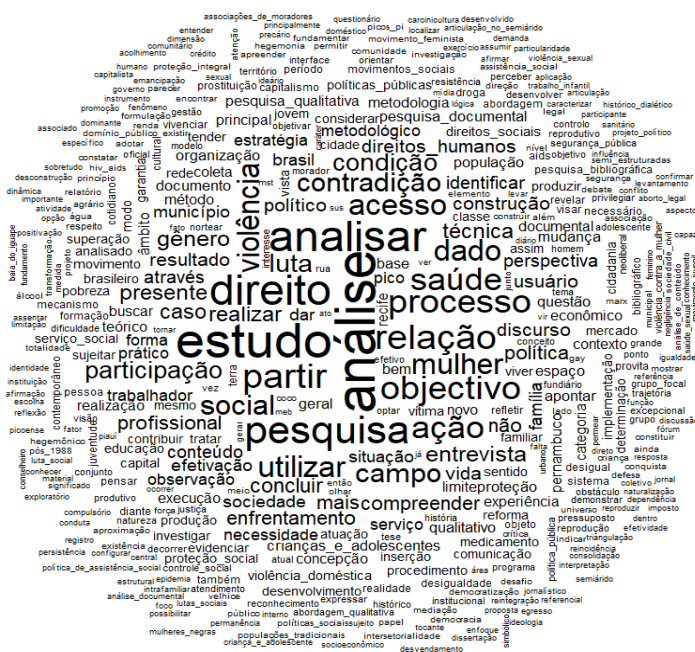
Nesse sentido, é necessário compreender a proposta das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (2008), que trazem a questão social como núcleo de articulação da formação profissional, equilibrando as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social, a partir do processo histórico de surgimento do Serviço Social enquanto profissão, sua intenção de ruptura e resistências, em que pese não apenas a luta pela garantia de direitos, mas o ir além dos direitos já estabelecidos.

De acordo com Benevides (2001), essa combinação de direitos humanos e o enfrentamento da questão social brasileira resultam de uma história de lutas sociais e de reconhecimento, ético e político, da dignidade humana, vinculando a democracia e os direitos, principalmente os econômicos e sociais, à consolidação da cidadania.

A partir dessa reflexão, na fase de tratamento dos resultados em relação às variáveis título, objeto/objetivos, perspectivas teóricas,

Em relação à variável objeto/objetivos, foi possível identificar os objetivos dos estudos e a prevalência de verbos de caráter analítico, como o próprio analisar, que aparece no centro da nuvem de palavras representativas gerada pelo IRAMUTEQ e que caracteriza objetivos gerais do campo cognitivo. Também se identificou o uso de outros verbos da mesma natureza, como compreender, apreender e conhecer.

SUMÁRIO



285

No que diz respeito à variável referente às perspectivas teóricas, 40 dos resumos que compuseram esse *corpus* não trouxeram explicitamente os nomes dos autores utilizadas no estudo, entretanto as palavras capital, capitalismo, capitalista apareceram 20 vezes em 16 desses resumos, sinalizando o posicionamento do Serviço Social brasileiro, reafirmado no Código de Ética de 1993, em defesa da classe trabalhadora e em direção à construção de uma sociedade anticapitalista.

A perspectiva crítica ou a expressão teoria crítica foi apresentada explicitamente em 10 dos trabalhos, e essas expressões se repetiram 13 vezes ao longo do *corpus*. O autor Karl Marx, ou ainda a referência a Marx e Engels e as expressões arcabouço marxista, tradição marxista e crítica marxista foram identificados, explicitamente, em 7 dos resumos. A análise dessa variável reitera a utilização do materialismo histórico-dialético pela categoria, bem como o embasamento da categoria profissional na teoria social crítica sinalizado em suas Diretrizes Curriculares, como foi destacado por Netto (1999).

Em relação à variável metodologia, observou-se que os estudos possuem natureza qualitativa, 30 dos resumos que compõem esse *corpus* se apoiam nesse tipo de pesquisa e outros 7 não detalham a metodologia de investigação utilizada. Vale destacar, ainda, que 6 desses resumos caracterizam-se como estudo de caso e 13 usaram a análise de conteúdo, dos quais 3 fizeram referência à autora Lawrence Bardin, e apenas 2 resumos trazem explicitamente a análise de conteúdo e do discurso articuladas.

A análise da variável referente ao resultado apresentou uma composição semelhante aos 64 resumos que compuseram o *corpus* de Serviço Social, sendo que apenas 3 desses não especificaram os resultados esperados ou obtidos no estudo.

A composição dos resultados aponta as fragilidades dos serviços, políticas e espaços sócio-ocupacionais frente à temática

SUMÁRIO

e à expressão da questão social discutida, trazendo reflexões sobre o contexto social de crise socioeconômica, associando-os à necessidade de fortalecimento da cidadania e da luta pela efetivação e garantia de direitos. A exemplo disso, destaca-se a dissertação “O Estatuto social da prostituição: uma crítica ao padrão conceitual de positivação”, de 2012, que aponta para a necessidade da superação da mercantilização da vida das mulheres, a partir da perspectiva de uma efetiva emancipação humana.

Outro exemplo é a dissertação “As contradições da proteção social para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual intra-familiar” de 2013, que conclui que o acirramento da exploração e a banalização da vida humana em tempos de capitalismo flexível, além da hegemonia neoliberal no interior das políticas sociais, dificultam a efetivação dos direitos socialmente conquistados e previstos em lei, como os preceitos postos pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Bem como a dissertação “Violência contra a mulher e política pública de saúde: as contradições nos serviços de assistência à mulher vítima de violência sexual”, de 2010, que indica que as contradições postas nos enfrentamentos se localizam no campo de lutas contínuas para ampliar práticas de saúde reducionistas, mas que, para a superação das desigualdades geradoras da violência, faz-se necessária uma transformação nas relações de produção e reprodução social constitutivas do capitalismo e que, para a superação dessa questão, são necessárias emancipação política e humana.

Outro exemplo da associação dos entraves dos espaços sócio-ocupacionais e das políticas públicas analisadas em relação aos aspectos macro estruturais e à efetivação dos direitos humanos, é a dissertação “A relação Estado-sociedade civil: uma análise da Rede Voluntária de Proteção no processo de inserção social dos usuários do Programa de Proteção à Vítima e Testemunha Ameaçada da Bahia”, de 2010, que destaca que o programa não garante uma efetiva

SUMÁRIO

Proteção à Vida, uma vez as pessoas no contexto do programa já estão privadas de vários outros direitos, fazendo-se necessário o envolvimento da sociedade civil em reconstruir as bases ético-políticas de superação de um modelo neoliberal de Estado que reproduz, cada vez mais, desigualdades sociais, a fim de se avançar para a consolidação de um Estado democrático de Direitos, condição necessária nos limites de uma sociedade capitalista.

Nesta mesma direção, a tese “A Implementação e Execução da Política de Assistência Social na Perspectiva do Direito: A Experiência de Maceió - AL”, de 2014, constata que em Maceió a rede socioassistencial existe, mas o trabalho em rede encontra dificuldades, fragilizações e contradições, que a prestação de serviços ocorre de forma isolada, competindo à Secretaria Municipal de Assistência Social e suas diretorias a construção da rede socioassistencial e a ação em rede.

Em virtude disso, no que diz respeito ao tratamento dos dados, as palavras: direito, social, direitos humanos, efetivação, luta, enfrentamento, relação, ação, participação, acesso, processo, condição, contradição, violência, campo, mulher, saúde e sociedade aparecem destacadas na representação da nuvem de palavras.

A prevalência dessas palavras remete diretamente à temática dos trabalhos e às dimensões técnico-operativa e ético-política do Serviço Social, de acordo com Iamamoto (2000), já as palavras análise e estudo também remetem a dimensão teórico-metodológica da profissão, que se dá a partir da análise da conjuntura em relação à totalidade das relações sociais, uma vez que o “[...] o Serviço Social não atua apenas sobre a realidade, mas atua na realidade” (Iamamoto, 2000, p. 54).

Direito e direitos humanos, sociais, civis, políticos, individuais e a palavra direito acrescida das especificações sexuais e reprodutivos aparece 65 vezes ao longo do *corpus*, especificamente em

SUMÁRIO

30 dos resumos, sempre relacionando-se as palavras efetivação e garantia, o que sinaliza a articulação e a atuação do Serviço Social na direção do seu projeto ético-político, ao mesmo tempo em que demonstra a relação entre os direitos humanos, a modernidade e os pilares da regulação social e da emancipação social, evidenciados por Santos (1989) ao analisar a subordinação dos direitos humanos ao desenvolvimento do capitalismo.

A palavra luta e a especificação lutas sociais, ou mesmo as conjugações do verbo lutar aparecem 31 vezes em 14 dos resumos que compõem o *corpus*, geralmente associada às palavras e expressões participação, ação, controle social e fazendo referência a movimentos sociais específicos, apontando para a necessidade de articulação e mobilização para efetivação dos direitos já legitimados e regulamentados.

Os estudos também sinalizam a necessidade de conquistar outros direitos, ainda não sacramentados, como os dos povos tradicionais, originários e do campo, caminhando em direção ao que Santos (1989) considera como direitos humanos a empreender, destacando a necessidade de não apenas sacralizar os direitos, mas trivializar o direito, tornando esse processo participativo constante, indo além dos direitos já consolidados na modernidade.

Sobre isso, Gallardo (2008), ao tratar de uma teoria crítica dos direitos humanos, enfatiza o papel das lutas sociais como principal componente em virtude do seu caráter econômico, político e cultural, capaz não apenas de produzir direitos, mas de ampliar, reforçar e convocar outros a uma cultura de direitos humanos.

A figura representativa da análise de similitude do PPGS/UFPE também trouxe ramificações interessantes em relação à discrepância entre a lei e a prática dos cidadãos, conforme exposto por Santos (1989). Duas dessas ramificações que aqui destacamos se formam a partir da palavra objetivo.

SUMÁRIO

Figura 2 – Análise de similitude



Fonte: IRAMUTEQ.

A primeira ramificação derivada dessa palavra relaciona as palavras processo, ação, construção, precário e democracia, o que implica justamente no desenvolvimento histórico de conquistas em torno dessa democracia, que, segundo Herrera Flores (2009), está em processo, assim como os direitos humanos, que não são algo estaticamente construídos, mas que estão se realizando em um movimento constante, dinâmico e complexo.

A outra ramificação apresenta as palavras e expressões: capitalismo, dimensão, participação, rede, controle social, exercício, efetividade e papel que se configuram como as estratégias de

garantia de direitos, apontadas nos estudos diante da necessidade de enfrentamento às expressões da questão social, no bojo das relações da sociedade capitalista.

Dito isso, vale destacar que, na representação da raiz dessa árvore de similitude, estão as palavras relação e social. No que se refere à palavra relação, estão as palavras desigualdade, capitalista, violência e classe, que remetem à relação dos trabalhos com a análise da totalidade, das relações de classe e dominação, próprias da desigualdade da sociedade capitalista. Isso corrobora com lamamoto (2004), que considera a desigualdade social, a partir da teoria de Marx, não como consequência ou sequela do capital, mas como constitutiva do seu desenvolvimento. Essa visão considera que o modo de produção capitalista se estrutura em classes sociais, que têm uma inserção na estrutura de produção de forma bastante diferenciada, em que uma classe é proprietária dos meios de produção e a outra, a classe trabalhadora, só tem uma propriedade, que é a sua força de trabalho, que a vende ao proprietário dos meios de produção, como mercadoria, e não se apropria dos resultados da sua produção.

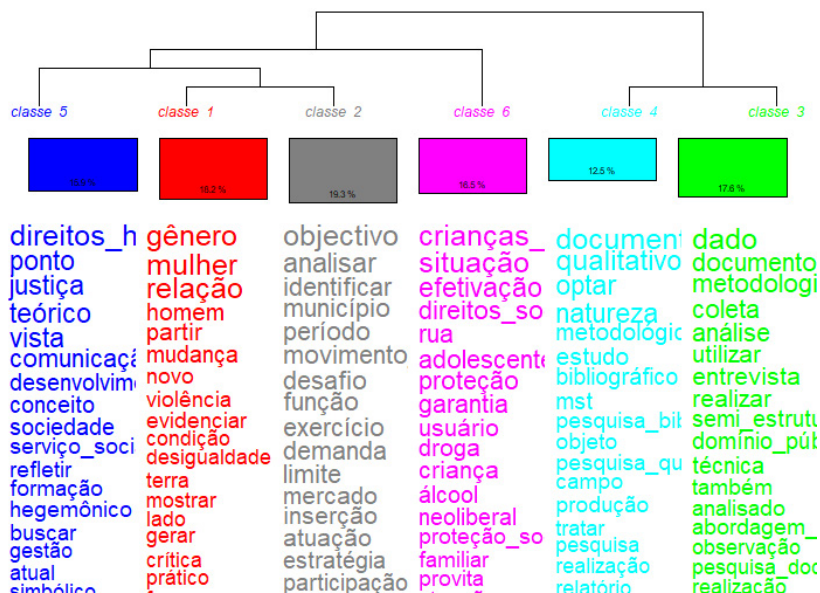
Já no que diz respeito à palavra social, são encontradas as palavras desenvolvimento, econômico, necessário e consolidação, materializando a busca constante do Serviço Social em direção à superação dessa ordem social vigente.

A classificação hierárquica descendente (CDH), gerada pelo IRAMUTEQ, apresentou 6 classes, identificadas como:

- a. classe 1 (18,2%) – tema e título dos trabalhos;
- b. classe 2 (19,3%) – objetos e objetivos;
- c. classe 3 (17,6%) – aspectos metodológicos;
- d. classe 4 (12,5%) – aspectos metodológicos;
- e. classe 5 (16,9%) – perspectivas teóricas;
- f. classe 6 (16,5%) – palavras que compõem os resultados dos trabalhos.

SUMÁRIO

Figura 3 – Classificação Hierárquica Descendente (CDH)



Fonte: IRAMUTEQ.

Nessa representação de dados, novos agrupamentos são formados a partir da similaridade e distância, como observado nas classes 1 e 2, que dizem respeito ao que é o estudo, e as classes 3 e 4, que são complementares em relação aos aspectos metodológicos desses.

A partir desses agrupamentos, são formadas novas linhas de similaridade com outras variáveis, representadas aqui pela articulação da classe 5 com o agrupamento das classes 1 e 2, e em seguida desse agrupamento com a classe 6.

O agrupamento final, ou corte do dendrograma, é formado pelos agrupamentos produzidos pela articulação das classes 1, 2, 5 e 6 associadas ao agrupamento das classes 3 e 4, estabelecendo assim a relação final de similaridade entre os aspectos teóricos e metodológicos da produção analisada.

No que diz respeito às categorias Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos relativas à produção do PPGS/UFPE, é possível identificar, com base nos achados de pesquisa, que os direitos humanos se configuram como tema e objeto de estudo da categoria profissional, sendo a sua investigação para articulação, efetivação e garantia um dos principais objetivos dos resumos analisados.

Enquanto a Educação em Direitos Humanos se apresenta como estratégia de ação que aparece de maneira implícita para superação das desigualdades sociais, na direção de um projeto emancipatório de transformação social, que se vincula a luta por uma sociedade anticapitalista.

Nos 63 estudos classificados na categoria Direitos Humanos, a resistência, a consolidação e a qualificação de espaços de luta e mobilização social em prol da dignidade humana dialogam com as complexidades cultural, empírica, jurídica, científica e filosóficas do processo de construção dos direitos humanos discutidos por Herrera Flores (2009), ao tempo em que apresentam a necessidade de romper com a cultura da naturalização da desigualdade, das violações de direito e da exclusão social, historicamente construídas no bojo das relações sociais de produção.

Em relação aos 4 estudos classificados especificamente da categoria EDH, no *corpus* de Serviço Social, é possível verificar sua centralidade na educação em saúde e que apenas um desses estudos trouxe, como referência explícita no resumo, a educação problematizadora, com base nos pressupostos teóricos e metodológicos de Paulo Freire.

De acordo com Benevides (2000), a Educação em Direitos Humanos é uma educação que deve ser permanente, continuada, voltada para mudança cultural, para construção de valores, associando-se a práticas democráticas.

SUMÁRIO

A partir dessa compreensão da Educação em Direitos Humanos, que, segundo Candau (2007), possui como horizonte a formação dos sujeitos de direito, a colaboração com o processo de empoderamento e o educar para o “nunca mais.” E essa perspectiva perpassa a produção do PPGS de maneira transversal, implícita, como meio e prática sócio pedagógica profissional capaz de promover projetos, nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, que se orientam em direção à transformação social, amparados nos pressupostos do projeto ético-político do Serviço Social e em suas diretrizes curriculares.

Diante dos achados de pesquisa, é possível constatar que as categorias Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos configuram-se como transversais na produção acadêmica do PPGS/UFPE, uma vez que a categoria profissional do Serviço Social ampara suas intervenções e dimensão pedagógica em direção a uma prática que articula as características individuais dos usuários dos serviços socioassistenciais, compreendidos enquanto sujeitos de direito, e situações da coletividade, na tentativa de colaborar com o seu processo de empoderamento para a construção de uma sociedade mais justa e plural conforme previsto no projeto ético-político profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se, neste texto, analisar a produção acadêmica do PPGS/UFPE a partir do estudo de 67 resumos de dissertações e teses publicadas no repositório da UFPE, no período de 2008 a 2015, selecionadas em razão dos pré-requisitos desta pesquisa, no que diz respeito as categorias Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos.

No processo de análise de conteúdo temática, constatou-se que as categorias Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos perpassam transversalmente a produção acadêmica do PPGS/UFPE, uma vez que o projeto ético-político do Serviço Social fundamenta o desenvolvimento das ações profissionais da categoria e das produções acadêmicas na teoria social crítica, e em direção à construção de uma nova ordem societária mais justa e igualitária.

No que diz respeito aos resultados, destaca-se a centralidade dos estudos no enfrentamento das múltiplas expressões da questão social, sua relação direta com as violações de direitos e sua articulação com o processo de lutas sociais que, como afirma Santos (1989), devem ultrapassar a garantia dos direitos sacramentados para o empreender de novos direitos numa perspectiva intercultural.

Dito isso, conclui-se que a produção acadêmica do PPGS/UFPE apresentou uma importante contribuição em relação aos direitos humanos, uma vez que o programa compreende, em seus estudos, o processo de construção, conquista e garantia de direitos como objeto de estudo da formação profissional. Entretanto, apesar de a Educação em Direitos Humanos aparecer materializada nos estudos como ação estratégica e prática sócio pedagógica dos profissionais de Serviço Social, os resumos que compuseram esta pesquisa não a enfatizaram enquanto objeto de estudo, o que representou uma fragilidade sobre a sua compreensão e relação com as diretrizes curriculares e projeto ético-político do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Pesquisa avaliativa da implementação das diretrizes curriculares do curso de Serviço Social**: relatório final. São Luís-MA: ABEPSS, 2008. CD-ROM.

BARRETO, Laudicena Maria Pereira. **A relação Estado-Sociedade Civil**: uma análise da Rede Voluntária de Proteção no processo de inserção social dos usuários do Programa de Proteção à Vítima e Testemunha Ameaçada da Bahia. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENEVIDES, Maria Victória. A questão social no Brasil. **Videtur Letras**, n. 3, p. 7-14, 2001.

BENEVIDES, Maria Victória. **Educação em Direitos Humanos**: de que se trata? Palestra de abertura do Seminário de Educação em Direitos Humanos, São Paulo, 2000.

BEHRING, Elaine Rosseti; SANTOS, Silvana Mara Morais do. Questão social e direitos. *In*: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009.

BRASIL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1993.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. **Tutorial para uso do software de análise lexical IRAMUTEQ**. Florianópolis: Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição – LACCOS, Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos: desafios atuais. *In*: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy *et al.* **Educação em Direitos Humanos**: Fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora UFPB, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Proposta do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) para definição de Serviço Social**. Hong Kong, 2010. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/definicao_ss_fits_SITE_por.pdf. Acesso em: 19 ago. 2011.

GALLARDO, Helio (ed.). **Teoría crítica**: matriz y posibilidad de derechos humanos. México: Comisión Estatal de Derechos Humanos, 2008.

HERRERA FLORES, Joaquín. **A (re)invenção dos direitos humanos**. Tradução: Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

SUMÁRIO

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis** – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2 ed., ano 2, n.3. Brasília: ABEPSS, Gráfica Odisséia, 2004.

MEDEIROS, Jayce Mayara Mendes. **As contradições da proteção social para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual intrafamiliar**. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social**. Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. 4 ed. São Paulo: Editora Cortez, 1999, p. 141-160.

OLIVEIRA, Martha Daniella Tenário de. **A Implementação e Execução da Política de Assistência Social na Perspectiva do Direito: A Experiência de Maceió (AL)**. 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os Direitos Humanos na pós-modernidade. **Oficina do Centro de Estudos Sociais**, n. 10, p. 1-16, jun. 1989. Disponível em: <https://ces.uc.pt/pt/publicacoes/outras-publicacoes-e-colecoes/oficina-do-ces/numeros/oficina-10>. Acesso em: 26 set. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Direitos humanos: o desafio da interculturalidade. **Revista Direitos Humanos**, n. 02, jun. 2009, Brasília.

SANTANA, Adriana Jeane de. **Violência contra a mulher e política pública de saúde: as contradições nos serviços de assistência à mulher vítima de violência sexual**. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

SILVA, Ana Cristina Oliveira da Silva. **Estatuto social da prostituição: uma crítica ao padrão conceitual de positivação atribuído à prostituição contemporânea**. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Programa de Pós-graduação em Serviço Social**. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em: <https://www.ufpe.br/pssocial/o-programa>. Acesso em: 26 set. 2021.

SUMÁRIO

10

Ana Claudia Lima da Silva

PÓS-GRADUAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS:

**UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DO CURSO
DE EDUCAÇÃO (PPGEDU/UFPE)**

DOI: [10.31560/pimentacultural/978-85-7221-161-1.10](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/978-85-7221-161-1.10)

INTRODUÇÃO

O Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) foi criado em 1978 com o curso no nível de mestrado e, em 2002, passou a integrar o nível de doutorado. Os dois níveis, após passarem por avaliação pelo Conselho Técnico e Científico (CTC) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), receberam aprovação e obtiveram conceito 5 junto à Capes, de acordo com a última avaliação realizada em 2017.

O PPGEdu tem como objetivo contribuir para o entendimento e melhoria da educação brasileira, a partir da realização de estudos, pesquisas e abordagens teóricas que influenciam o debate acadêmico e as práticas educativas nas escolas e nos demais espaços educativos. O Programa tem, como eixo norteador e organizador das suas atividades, os princípios da interdisciplinaridade, da dissociabilidade entre o ensino e a pesquisa e de flexibilidade curricular, que possibilitam o aprofundamento teórico-metodológico, considerando a pós-graduação como uma excelente fonte de pesquisa. O projeto constitui um importante espaço de produção de conhecimento, pois a pesquisa científica assume um lugar privilegiado na sua origem e estruturação com vistas ao fortalecimento do processo de democratização da educação e da sociedade brasileira.

Entre as temáticas discutidas no Programa estão: formação discente, qualidade de aprendizagem, impactos educacionais, políticos, econômicos e sociais, produção de conhecimento, ética, democracia e direitos humanos. A área de concentração do PPGEdu é a Educação e esse divide-se em 8 linhas de pesquisa: 1) "Educação e Espiritualidade"; 2) "Educação e Linguagem"; 3) "Formação de Professores e Prática Pedagógica"; 4) "Política Educacional, Planejamento e Gestão da Educação"; 5) "Subjetividades Coletivas, Movimentos Sociais e Educação Popular"; 6) "Filosofia e História da Educação";

SUMÁRIO

7) "Identidades e Memórias"; e 8) "Educação em Ciências". O corpo docente do Programa é composto, atualmente, por 66 professores, sendo 4 vinculados à linha de pesquisa 1; 14 à linha 2; 5 à linha 3; 14 à linha 4; 5 à linha 5; 4 à linha 6; 15 à linha 7; e 5 à linha 8.

As linhas de pesquisa evidenciam os marcos teórico-metodológicos do Programa e estão em consonância com os princípios que fundamentam a educação no Brasil, reafirmados pela Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Tendo a educação diversos princípios norteadores, dentre eles destacamos: liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber (Brasil, 2021).

Tomando por base a consulta realizada ao repositório digital de dissertações e teses do PPGEdu/UFPE¹⁸, em fevereiro de 2008, identificamos que o número total de dissertações, entre 2008 e 2015 era de 342 trabalhos, sendo 37 em 2008, 51 em 2009, 46 em 2010, 45 em 2011, 27 em 2012, 56 em 2013, 32 em 2014 e 48 em 2015. Devido à aprovação do curso de doutorado apenas em 2002, as primeiras dissertações foram publicadas em 2006. Tendo, entre 2008 e 2015, um total de 125 teses, sendo 11 em 2008, 17 em 2009, 17 em 2010, 17 em 2011, 20 em 2012, 7 em 2013, 16 em 2014 e 20 em 2015.

Este trabalho tem o objetivo de verificar a produção acadêmica do PPGEdu nas categorias analíticas de Direitos Humanos (DH) e Educação em Direitos Humanos (EDH), com a intenção de fortalecer o estudo dessa temática pela academia. Entendendo que faz parte dos esforços teóricos a tessitura de ligações entre essas temáticas, para tanto foram criadas as categorias analíticas DH e EDH, tomando por base o conceito de que "as categorias são empregadas para estabelecer classificações [...] esse tipo de procedimento

18

O repositório digital de dissertações e teses do PPGEdu/UFPE está disponível pelo link <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/177>.

[...] pode ser utilizado em qualquer tipo de análise em pesquisa qualitativa” (Minayo, 2002, p. 70).

A pesquisa é de abordagem qualitativa e foi desenvolvida por meio da pesquisa bibliográfica e da análise de conteúdo (Bardin, 2015) em dissertações e teses do PPGEdu defendidas e incorporadas ao Repositório Digital da UFPE no período entre 2008 e 2015. A expectativa inicial foi recolher dados que possibilitassem compreender o objeto de estudo da pesquisa, norteados pelas categorias e variáveis embasadoras do Projeto e, em sequência, proceder as análises e elaboração dos resultados.

Utilizando as categorias analíticas de Direitos Humanos (DH) e Educação em Direitos Humanos (EDH), a partir da consulta ao repositório de dissertações e teses do PPGEdu/UFPE, foram analisados 29 resumos de dissertações e 13 resumos de teses no período entre 2008 e 2015, totalizando 42 resumos com temas afins aos Direitos Humanos e à Educação em Direitos Humanos.

A partir da análise inicial, com base na delimitação temporal previamente definida, foram selecionados 29 resumos de dissertações e 13 de teses que se compatibilizavam com os objetivos deste estudo. Sendo 15 resumos enquadrados na categoria de DH, e 14 na de EDH. Em relação aos resumos das teses, 6 foram enquadrados na categoria de (DH), e 7 na de (EDH), conforme classificação na tabela abaixo.

Tabela 1 - Produção de teses e dissertações do Programa de Pós-graduação em Educação Período 2008-2015

ANO	TOTAL DA PRODUÇÃO			DISSERTAÇÕES				TESES					
	Abs.	DH	EDH	TOTAL	DH		EDH		TOTAL	DH		EDH	
		%	%		Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%
2008	6	83%		4	3	75%	1	25%	2	2	100%		
2009	8	63%	38%	5	4	80%	1	20%	3	1	33%	2	67%
2010	4		75%	2	1	50%	1	50%	2			2	100%
2011	5		40%	4	3	75%	1	25%	1			1	100%
2012	3	100%		2	2	100%			1	1	100%		
2013	4			4	1	25%	3	75%					
2014	3		67%	2	1	50%	1	50%	1			1	100%
2015	9		78%	6			6	100%	3	2	67%	1	33%
TOTAL	42	50%	50%	29	15	52%	14	48%	13	6	46%	7	54%

Fonte: Elaborado pela autora com informações do Repositório de Teses e Dissertações da UFPE.

ANÁLISE DOS DADOS

Numa primeira triagem, alguns resumos foram descartados por não se enquadrarem no escopo da pesquisa. Diante das dificuldades encontradas, o material foi revisitado ao longo da primeira etapa da pesquisa, a fim de compartilhar os achados da pesquisa com outros integrantes do grupo de pesquisa, para a definição do material que seria analisado, tanto na categoria analítica Direitos Humanos (DH) como na categoria Educação em Direitos Humanos (EDH).

Numa segunda triagem, foram descartados resumos que não contemplavam a temática principal da pesquisa ou que não estabeleciam uma clara relação entre educação e as categorias DH e EDH.

Em sequência, os resumos selecionados foram sistematizados em tabela com as informações relativas à identificação desses trabalhos, como número de referência do resumo no *corpus*. Logo após essa etapa, o material foi explorado e os resumos da produção acadêmica do PPGEdu foram organizados por categorias analíticas de DH e EDH e segundo os anos, no período de 2008 a 2015.

Para a análise de cada resumo, foram utilizadas, como variáveis norteadoras: título, objeto/objetivos, perspectivas teóricas, metodologia, resultados/achados e recomendações, conforme os pressupostos que indicam a necessidade de um estudo mais aprofundado do *corpus* da pesquisa, "o organizador da análise deve definir claramente as variáveis que trata, assim como deve precisar os índices que determinam a entrada de um elemento numa categoria" (Bardin, 2015).

A partir das variáveis analisadas nos 42 resumos, foi possível identificar que, em dez resumos, não constavam informações na variável perspectivas/referencial teórico, sendo cinco de DH e cinco

de EDH. Nove resumos não apresentavam dados na variável metodologia, sendo quatro em DH e cinco em EDH, e cinco resumos não apresentaram elementos na categoria resultados/achados e recomendações, sendo um em DH e quatro em EDH.

Logo em seguida, foi realizado um processo de seleção visando catalogar, apenas, aqueles resumos que realmente se associavam ao tema da pesquisa (a relação entre Educação, DH e EDH) e descartado os que apenas mencionavam a relação.

Ao final dessa etapa de pré-análise, o *corpus* de Educação ficou definido com 42 resumos, sendo desses 29 resumos referentes ao mestrado, e 13 ao doutorado. No que se refere às categorias DH e EDH, no mestrado, 15 resumos estão classificados como DH, e 14 como EDH. No doutorado, 6 resumos correspondem à categoria de DH e 7 pertencem à categoria EDH.

A partir dessa etapa, que teve como produto a definição do *corpus* da pesquisa, foi realizado o processamento do *corpus* através do *software* livre IRAMUTEQ (Camargo; Justo, 2013), ferramenta utilizada para tratamento e processamento de dados de análise de conteúdo, lexicometria e análise do discurso. O processamento dos dados no *software* foi obtido pela união do *corpus* nos dois níveis, mestrado e doutorado, pelo que fornece uma maior densidade de dados para a pesquisa. Ao final, foram geradas três imagens representativas da produção acadêmica do PPGEduc, sendo elas: nuvem de palavras (NP), análise de similitude (AS) e classificação hierárquica descendente (CHD).

SUMÁRIO

Fonte: IRAMUTEQ.

SUMÁRIO

```

graph TD
    Root[ ] --- C4[classe 4]
    Root --- C3[classe 3]
    Root --- C2[classe 2]
    Root --- C1[classe 1]
    Root --- C5[classe 5]
  
```

Classe	Porcentagem	Palavras-chave
classe 4	25.3 %	pernambuco, cidadania, público, político, esfera, participação, período, presente, analisar, educacional, mst, contradição, exercício, cidadão, democrático, civil
classe 3	19.9 %	indígena, escola, indisciplina, importante, aspecto, torno, currículo, diretor, medida, nacional, falta, direito, maior, democratização, favorecer, violência
classe 2	22.6 %	pensamento, autor, prático, racial, igualdade, conhecimento, manter, fio, pedagógico, comunidade, vivenciar, discussão, tomar, contribuição, pertencimento, assim
classe 1	17.2 %	formação, ambiental, representação, inclusão, professor, oferecer, traduzir, continuar, necessidade, indicar, social, reconhecer, preocupação, receita, natureza, municipal
classe 5	32.9 %	dado, qualitativo, questionário, entrevista, análise, entrevistas_s, documento, coleta, análise_de_co, utilizar, pesquisa, emocional, competência, obtido, documental, aplicação, análise_documento

305

A partir da utilização das imagens geradas pelo processamento do *corpus* no *software* IRAMUTEQ, a palavra educação se destaca com maior intensidade na Figura 1, por se tratar de um programa de pós-graduação em Educação, sendo citada 182 vezes no decorrer do *corpus*. Do total de 42 resumos, 24 apresentavam a palavra educação previamente no título. Vale salientar que a análise dos dados gerados pelo *software* demandou da pesquisadora uma observação minuciosa, a fim de destacar as palavras que fossem mais relevantes para a análise.

Sobre o tratamento dos dados, tanto na Figura 1 quanto na 2, algumas palavras foram destacadas, mantendo uma significativa relação entre os termos, o que chamamos de subcategorias. Essas palavras incluem: ação, aluno, ambiental, cidadania, deficiência, democracia, direitos humanos, discriminação, diversidade, educação, educação em direitos humanos, escola, étnico-racial, identidade, identidade negra, inclusão, inclusão indígena, igualdade política, processo, professor, reconhecimento, representação, sexualidade, social, sociedade, trabalho, vida e violência. Todas essas palavras demonstram uma conexão com a palavra educação, sendo conectadas como subcategorias.

Essas palavras estão imbricadas tanto nos princípios norteadores do PPGedu quanto nos objetivos e pressupostos da educação como ferramenta política de emancipação social do sujeito. A predominância dessas palavras remete diretamente ao tema central da pesquisa e as dimensões dos princípios norteadores da Educação, dos Direitos Humanos e da Educação em Direitos Humanos como prática de liberdade e de luta pela efetivação desses direitos.

No que tange às variáveis da pesquisa, percebemos que o *corpus* de educação se depara com uma lacuna quando se trata do referencial/perspectivas teóricas, metodologia e resultados. Conforme já apontado, dos 42 resumos, dez não apresentaram dados sobre o referencial teórico, oito não mencionaram dados sobre os

SUMÁRIO

processos metodológicos e cinco não apresentaram os achados/ resultados da pesquisa.

Em relação à variável objeto e objetivos, foi possível verificar nos trabalhos a preponderância de verbos de traço analítico, como analisar, compreender, investigar, entre outros que aparecem na nuvem de palavras (NV) formada pelo IRAMUTEQ e que caracterizam objetivos gerais no âmbito do estudo qualitativo.

Em relação às perspectivas teóricas, cumpre salientar que, dos 42 resumos, 10 não apresentaram essa variável, nos outros 32 resumos percebemos, claramente, a presença das categorias DH e EDH, que ocorre de maneira transversal nos resumos. Essas categorias se alinham com as subcategorias de educação e diversidade étnico-racial em 8 resumos, educação de jovens e adultos em 3 resumos, educação inclusiva em 10 resumos, educação para cidadania em 6 resumos, educação e meio-ambiente em 3 resumos e educação, gênero e sexualidade em 4 resumos.

As referências teóricas apresentadas em alguns resumos estão relacionadas com a teoria crítica dos direitos humanos. Os documentos institucionalizados que tratam da temática de direitos humanos o fazem de maneira bastante limitada, e essa limitação reflete diretamente nas representações sociais sobre os direitos humanos ao criar um obstáculo para a sua ampliação nas relações sociais, obstando a luta pela dignidade humana e o respeito pela individualização de cada sujeito e o local onde vive. “O único universalismo válido consiste, então, no respeito e na criação de condições sociais, econômicas e culturais que permitam e potencializem a luta pela dignidade” (Herrera Flores, 2009, p. 156).

Identifica-se, em alguns trabalhos, a temática da igualdade por meio dos processos educacionais, tal como vimos explicitamente na dissertação publicada em 2009, com o título: “Políticas de promoção da igualdade racial no âmbito educacional na cidade do Recife: trajetórias

SUMÁRIO

e contradições” e na tese publicada em 2008, com o título: “Educação do campo e democratização: um estudo a partir de uma proposta da sociedade civil”. Os direitos humanos são meios para alcançar a dignidade humana, os resultados provisórios das lutas sociais por dignidade não são produtos acabados, mas frutos de conquistas a serem efetivadas a cada dia com o envolvimento de todas e todos. A teoria crítica de Herrera Flores apresenta uma perspectiva que reforça a importância da educação e dos processos culturais de formação na luta pela efetivação dos direitos humanos (Herrera Flores, 2009).

Em segunda análise, a pesquisa aponta que as determinantes individuais, políticas, religiosas, psicológicas, biológicas e culturais devem ser consideradas e que as necessidades humanas individuais e coletivas estão ligadas a um processo de subjetividade, modos de vida, desejos e valores que nem sempre são realizáveis. As necessidades humanas estão sempre em redefinição e criação porque são inesgotáveis e ilimitadas, ensejando a criação de novos direitos (Wolkmer, 2010).

Nesse sentido, destaca-se uma dissertação publicada em 2008, com o título: “Lembranças dos caminhos e descaminhos da escola na vida de mulheres negras de Buíque, PE (1980-1990)” e de uma tese publicada em 2014, com o título: “Políticas de juventude, governo da vida e educação: uma aproximação às ações de re(x)istência de jovens moradores das periferias na Paraíba”, nas quais se percebe a intervenção de ações políticas capazes de produzir avanços ou retrocessos a depender de sua efetivação na sociedade:

As reivindicações e as demandas, legitimadas por sujeitos sociais emergentes, incidem, prioritariamente, em direitos à vida, ou seja, direitos básicos de existência e de vivência com dignidade [...] são exigências contínuas da própria coletividade frente às novas condições de vida e às crescentes prioridades impostas socialmente [...] o processo histórico de criação ininterrupta dos “novos” direitos fundamenta-se na afirmação permanente das

SUMÁRIO

necessidades humanas e na legitimidade de ação de novos atores sociais (Wolkmer, 2010, p. 25-26).

Os estudos também apontam que é primordial a busca pela conquista de outros direitos ainda não abalizados, como nas pesquisas que envolvem a luta pela educação das classes menos favorecidas, dos indígenas, a educação e raça, a educação no campo, a educação inclusiva, a educação ambiental, a educação de jovens e adultos, entre outras.

Ser sujeito de direitos implica reforçar no cotidiano, através de práticas concretas, a lógica expansiva da democracia, afirmar o princípio e o direito da igualdade estabelecidos na esfera jurídica e política e transportar essa dinâmica igualitária para as diversas esferas da sociedade. Formação da consciência de ser sujeito de direitos significa também poder desenvolver, na prática e na construção da cidadania, a articulação dos direitos de igualdade com os de diferença, assim como os direitos individuais com os direitos coletivos (Candau; Sacavino, 2013, p. 62).

Nessa direção, considera-se como direitos humanos a empreender, destacando a necessidade de não apenas sacralizar os direitos, mas difundi-los, tornando esse processo participativo e constante, partindo para além dos direitos já consolidados. É necessário reconhecer que as pressões realizadas pelos movimentos sociais por legitimação de conteúdos se mostram cada vez menos conformadas com a mera institucionalização, positivação desses direitos e cada vez mais preocupadas em lutar pelas necessidades básicas dos sujeitos (Santos, 1989).

Uma concepção emergente dos direitos humanos a nível mundial, uma concepção cada vez menos resignada com a mera promulgação dos direitos humanos, e cada vez mais atenta às práticas quotidianas em que se satisfazem efetivamente as necessidades básicas, não só as necessidades materiais mas também as necessidades afectivas e expressivas, aquelas cuja satisfação nos confere um sentido e um lugar no mundo, num mundo de cidadãos (Santos, 1989, p. 12-13).

SUMÁRIO

Vale ressaltar também um trabalho de dissertação, na categoria de EDH, publicado em 2009, com o título: “A educação em direitos humanos e a prática pedagógica na educação de jovens e adultos” e uma tese publicada em 2011, dentro da mesma categoria, sob o título: “Educação para cidadania: uma análise sobre o aprendizado para a participação e democracia, numa leitura arendtiana”. A importância dos trabalhos destacados se encontra no fato dos autores se debruçarem sobre o conceito de Educação em Direitos Humanos como uma ferramenta política capaz de capacitá-los a lutarem por outros direitos, evidenciando também o conceito de cidadania ativa, que apresenta bastante relevância na luta pela reivindicação de direitos.

A formação da cidadania e o fortalecimento da democracia são elementos imprescindíveis e aptos a preparar a população para os enfrentamentos de problemas cotidianos relacionados aos direitos e deveres dos cidadãos, habilitando-os para agirem de forma mais conscientes, para uma participação mais ativa nas tomadas de decisões tanto para o bem individual quanto para o bem coletivo (Silva, 2011).

Um trabalho de formação imbricado na cidadania deve priorizar as mudanças de valores, de atitudes, de posições, de comportamentos e de crenças em favor da prática da tolerância, da paz, e do respeito ao ser humano [...] não é uma cidadania formal, distanciada do contexto sociopolítico, cultural e ético a que garante juridicamente os direitos, mas uma cidadania ativa, organizada de forma individual na sua prática e coletiva na sua afirmação (Silva, 2011, p. 15).

Alguns desafios precisam ser enfrentados na promoção de uma educação intercultural, sobre uma perspectiva crítica e emancipatória, que respeite e promova os direitos humanos capazes de articular questões relativas à igualdade e à diferença. Uma educação para o reconhecimento do outro, capaz de dialogar entre diferentes grupos socioculturais, orientada para construção de uma sociedade democrática, plural, humana e capaz de articular políticas de igualdade com políticas de identidade. “Reconstruir o que consideramos

SUMÁRIO

'comum' a todos e todas, garantindo que nele os diferentes sujeitos socioculturais se reconheçam [...], rompendo, dessa forma, com o caráter monocultural da cultura escolar" (Candau, 2008, p. 53).

A educação intercultural promove um enfoque global capaz de afetar todos os atores e todas as dimensões do processo educativo, igualmente aos diferentes âmbitos em que ele se desenvolve. No âmbito escolar, atinge a triagem curricular em vários aspectos, inclusive, o papel do(a) professor(a) e a relação com a comunidade.

A educação em Direitos Humanos já tem caminho construído [...] o desafio fundamental é avançar em sintonia com sua paixão fundante: seu compromisso histórico com uma mudança estrutural que viabilize uma sociedade inclusiva e a centralidade dos setores populares nesta busca. Estas opções constituíram – e acreditamos que continuam sendo – a fonte de sua energia ética e política (Candau, 2007, p. 411).

Ainda sob a ótica da variável perspectivas teóricas, entre os autores mais citados nos 42 resumos estão: Boaventura de Sousa Santos, Habermas, Hannah Arendt, Herrera Flores, Lévinas, Martin Buber, Michel Foucault e Paulo Freire. Na pesquisa qualitativa, o referencial teórico é levado em consideração, tendo a presença ou a ausência de características de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento, enquanto, na análise quantitativa, o que serve de informação é a frequência com que surgem as características do conteúdo (Bardin, 2015).

Em relação à variável metodologia, observou-se que a maioria dos estudos possuem natureza qualitativa. Dos resumos que compõem esse *corpus*, 34 expressam essa condição como sendo a sua natureza ou tipo de abordagem e pesquisa, e os outros 8 não detalham a metodologia de análise aplicada explicitamente no resumo.

Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade [...] a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem,

SUMÁRIO

o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade [...] deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática (Minayo, 2002, p. 16).

Dos 42 resumos que compuseram o *corpus* de Educação, apenas 5 não especificaram os resultados/achados esperados ou obtidos na condução da pesquisa. Na categoria mestrado, dos 29 resumos, apenas 25 preencheram essa variável, no doutorado apenas 1 não apresentou resultados/achados da pesquisa.

Em todos os resumos percebemos, a partir das análises empreendidas, além dos resultados e contribuições esperadas pelos pesquisadores, uma ligação, mesmo que de forma transversal, entre os termos educação, direitos humanos e educação em direitos humanos.

Desta forma, conclui-se que a educação é uma ferramenta capaz de emancipar e empoderar o sujeito de direito. Ressalte-se que educação é um direito social, que ganhou destaque durante toda essa pesquisa, principalmente em trabalhos como a tese "Educar no deserto: o paradoxo da formação para o exercício da cidadania", publicada em 2014, em que o autor se debruça sobre a teoria crítica dos direitos humanos, tendo como foco a impossibilidade de educar numa perspectiva cidadã e democrática, tendo em vista que o mundo está em processo de desertificação e dilaceramento das experiências comuns.

Além da educação, outros direitos sociais foram destacados durante a pesquisa, como o trabalho, a moradia, a segurança, a proteção à infância e a assistência aos desamparados. Os direitos civis também se destacaram no trabalho, como a inviolabilidade do direito à vida, o destaque para a liberdade, a igualdade e a segurança, relacionando-se aos direitos fundamentais, o que sinaliza a articulação e a presença dos DH e da EDH nos resumos estudados, mesmo que

SUMÁRIO

de forma transversal, ao mesmo tempo em que demonstra relação com o Projeto Político do PPGEduc.

O direito à educação não se restringe apenas à igualdade de oportunidade, mas, afirma que cada pessoa deve implicar-se na realização de direitos. A educação é vista como um direito intrínseco e um meio indispensável para a realização dos demais direitos, o qual deve desempenhar um papel decisivo na promoção dos direitos humanos, da democracia, qual seja, e na proteção do meio ambiente [...] para o desenvolvimento da dignidade da pessoa humana, a participação social e o pleno desenvolvimento da personalidade. A educação em direitos humanos passa a ser concebida como um direito humano fundamental (Zenaide, 2014, p. 47).

A Constituição Federal de 1988 atribui ao Estado a tarefa de promover, por intermédio de políticas públicas, a universalização do acesso aos direitos (econômicos, sociais, políticos e culturais) e de elaborar e executar políticas que garantam a distribuição justa e equilibrada dos direitos sociais, como educação, saúde, trabalho, habitação, transporte público, meio ambiente saudável, lazer e livre produção cultural. "A Constituição Federal de 88 afirma que a República Federativa do Brasil constitui um Estado democrático de direito, fundado além da soberania e da cidadania, na dignidade da pessoa humana e no pluralismo político" (Adorno, 2010, p. 10).

Entretanto, os direitos humanos, em seus diferentes aspectos, não têm sido adequadamente difundidos e legitimados de forma local. O fato da não criação de ações que garantam condições de vida igualitária para todos os indivíduos traz uma grande preocupação de como o conceito de direitos humanos tem sido construído e representado, principalmente para a parcela da população que sofre cotidianamente com as consequências das violações de direitos e para aqueles grupos minoritários de indivíduos que não se reconhecem como sujeitos de direitos.

SUMÁRIO

A universalidade dos direitos somente pode ser definida em função da seguinte variável: o fortalecimento de indivíduos, grupos e organizações na hora de construir um marco de ação que permita a todos e a todas criar as condições que garantam de um modo igualitário o acesso aos bens materiais e imateriais que fazem com que a vida seja digna de ser vivida [...] a luta pela dignidade humana é a razão e a consequência da luta pela democracia e pela justiça (Herrera Flores, 2009, p. 19).

O que torna universais os direitos não se baseia em seu mero reconhecimento jurídico, nem na adaptação de uma ideologia determinada que os entenda como ideais abstratos, além dos contextos sociais, econômicos e culturais em que surgem e aos quais devem servir de pauta crítica. As injustiças provocadas por um mercado desordenado e desigual, o crescimento da violência, o desrespeito, as deficiências na saúde e na convivência social sofridos por uma grande parcela da humanidade nos fazem refletir e apresentar os direitos sob uma nova perspectiva integradora e crítica (Herrera Flores, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou apreender a produção acadêmica do PPGEdu/UFPE a partir do estudo de 42 resumos de dissertações e teses publicadas no repositório da UFPE, no período entre 2008 e 2015, selecionadas em consonância com os pré-requisitos definidos, no que diz respeito às categorias Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos.

Durante o período de investigação, observou-se que a temática transcorre de forma transversal e interdisciplinar na produção acadêmica do PPGEdu/UFPE, posto que o Projeto Político Pedagógico do Programa tem, como pressuposto acadêmico,

a formação do sujeito a partir do pensamento crítico e, como princípios norteadores, a interdisciplinaridade, a dissociabilidade entre o ensino e a pesquisa e a flexibilidade curricular, fundamentando o compromisso com a educação pública de qualidade, na perspectiva de formação de cidadãos e cidadãs críticos(as).

Perante os trabalhos analisados, é possível concluir que existem evidências científicas sobre a associação entre a produção acadêmica do PPGEdu/UFPE e o objeto da pesquisa, com resultados relevantes, embora incipientes, em relação aos Direitos Humanos e à Educação em Direitos Humanos, categorias fundantes que nortearam a pesquisa, o que demonstra a necessidade de desenvolver ações e estudos para o aprofundamento da temática sobre Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos no Programa.

A partir dos resultados, destaca-se que estudos indicam, ainda que de forma tênue, a existência de lutas pelo estabelecimento da educação democrática e inclusiva, o que é fundamental na perspectiva de dirimir as violações de direitos humanos.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. História e desventura: o 3º programa nacional de direitos humanos. **Revista Novos estudos - CEBRAP**, n. 86, p. 5-20, mar. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/NGm7p9TXM6QdrJFx45zg5zk/?lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2021.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 2015.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: de 5 de Outubro de 1988. 51. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. **Tutorial para uso do software de análise lexical IRAMUTEQ**. Florianópolis: Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição – LACCOS, Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, v.13, n. 37, p. 45-56, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5szsvwMvGSVPkGnWc67BjtC/> Acesso em: 08 nov. 2021.

CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos: desafios atuais. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy *et al.* **Educação em direitos Humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora UFPB, 2007.

CANDAU, Vera Maria; SACAIVINO, Susana Beatriz. Educação em direitos humanos e formação de educadores. **Educação**, v. 36, n. 1, p. 59-66, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/12319/8741>. Acesso em: 21 out. 2021.

HERRERA FLORES, Joaquín. **A (re)invenção dos direitos humanos**. Tradução: Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os direitos humanos na pós-modernidade. **Oficina do Centro de estudos Sociais**, n 10, p. 1-16, jun. 1989. Disponível em: <https://ces.uc.pt/pt/publicacoes/outras-publicacoes-e-colecoes/oficina-do-ces/numeros/oficina-10>. Acesso em: 22 out. 2021.

SILVA, Aida Maria Monteiro; TAVARES, Celma. A cidadania ativa e sua relação com a educação em direitos humanos. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 27, n. 1, p. 13-24, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19915/11556>. Acesso em: 08 nov. 2021.

WOLKMER, Antonio Carlos. Novos pressupostos para a temática de direitos humanos. In: RÚBIO, David Sánchez; FLORES, Joaquín Herrera; CARVALHO, Salo de (org.). **Direitos humanos e globalização**: fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre//livros/direitoshumanos.pdf>. Acesso em: 14 set. 2023.

ZENAIDE, Maria Nazaré Tavares. Linha do tempo da educação em direitos humanos na América Latina. In: RODINO, Ana Maria *et al* (org.). **Cultura e educação em direitos humanos na América Latina**. João Pessoa: Editora UFPB, 2014.

SUMÁRIO

11

Gabriel Carlos da Silva Carneiro Maranhão

PÓS-GRADUAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS:

**UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DO CURSO
DE DIREITOS HUMANOS (PPGDH/UFPE)**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-161-1.11

INTRODUÇÃO

O Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos (PPGDH) da UFPE iniciou suas atividades em 2012, estando vinculado ao Centro de Artes e Comunicação (CAC) da Universidade Federal de Pernambuco e, na Capes, ao Comitê de Área Interdisciplinar. Nesse ponto, insta frisar que a oferta de cursos de mestrado e doutorado em Direitos Humanos ainda é bastante incipiente no Brasil.

Estruturado pedagógica e cientificamente em uma área de concentração, Direitos Humanos e Sociedade, o PPGDH oferece curso de mestrado e tem por linhas de pesquisa: “Educação em Direitos Humanos, Justiça e Cultura de Paz” e “Cidadania, Movimentos Sociais e Diversidades”.

A primeira aborda “questões relativas à educação como direito e à educação em direitos humanos, especificamente sobre as suas bases conceituais, históricas e sociopolíticas e estudos que envolvem as perspectivas de justiça, segurança pública e da cultura de paz como vias de abordagem preventiva e de cuidado das violências [...]”. Já a segunda trata das “bases conceituais, históricas, sociopolíticas e institucionais de democracia e Direitos Humanos, no processo de afirmação da cidadania democrática” e tem como foco pesquisas que incluam questões “dos movimentos sociais e políticos, além de trabalhos que tragam à tona “debates fundamentais aos estudos contemporâneos relacionados às temáticas sobre gênero, sexualidade, raça, etnia, assim como as problemáticas da violência, da criminalidade e da saúde coletiva, como desafios à proteção dos Direitos Humanos”.

Antes de adentrarmos mais especificamente nos resumos, é preciso destacar que o grande desafio dos programas interdisciplinares é a construção, em um processo ininterrupto, da própria interdisciplinaridade. Isso porque a lógica hegemônica nos contextos educativos ainda carrega a herança da disciplinaridade, ou seja, da compartimentação dos conhecimentos, visível desde a educação

SUMÁRIO

básica até o ensino superior. Importante mencionar que essa metodologia não se resume a um aglutinamento desordenado de diferentes áreas em uma pesquisa, pois:

[...] a interdisciplinaridade implicaria num exercício comunicativo de aproximação [e também de estranhamento, como bem observam Adorno e Brito (2006)], de metodologias e de saberes específicos e diversificados, com interesse comum em um mesmo objeto de estudo; traduzido numa linguagem compreensível por todos os interlocutores, oriundos dos diversos campos do conhecimento. A interdisciplinaridade, no entanto, não se esgota em mero diálogo entre áreas, tampouco deve desconsiderar conflitos teóricos e metodológicos. Nesse sentido, é entendida como identificação de pontos comuns dentre as diferenças, na tentativa de buscar o generalizável nos particulares, sem anular as particularidades das distintas áreas, nem homogeneizar o conhecimento [...] (Unbehaum *et al.*, 2014, p. 39).

No repositório do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos (PPGDH/UFPE), constam 13 trabalhos publicados entre 2014 e 2015, sendo um no primeiro ano e 12 no segundo. A partir da análise dos resumos pelo grupo de extensão, todos foram selecionados para a análise desta pesquisa, sendo 10 (77%) deles enquadrados na categoria Direitos Humanos e 3 (23%) na categoria Educação em Direitos Humanos (EDH). Vejamos a esquematização em tabela.

Tabela 1 - Produção de teses e dissertações do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social Período: 2008 -2015

ANO	TOTAL DA PRODUÇÃO			TOTAL	DISSERTAÇÕES			
	Abs.	DH %	EDH %		Abs.	DH %	Abs.	EDH %
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-	-	-
2012	-	-	-	-	-	-	-	-
2013	-	-	-	-	-	-	-	-
2014	1	100%	0%	1	1	100%	0	0%
2015	12	75%	25%	12	9	75%	3	25%
TOTAL	13	75%	25%	13	10	77%	3	23%

Fonte: Elaborado pelo autor com informações do Repositório de Teses e Dissertações da UFPE.

ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise de cada resumo, foram utilizadas as cinco variáveis: título; objeto/objetivos, perspectivas teóricas, metodologia e resultados. A partir do processamento do *corpus* no *software* IRAMUTEQ (Camargo; Justo, 2013), foram geradas três imagens de análise: nuvem de palavras, análise de similitude e classificação hierárquica descendente (CHD).

Um apanhado dos resumos do PPGDH nos ajuda a construir eixos temáticos nos quais orbitam as pesquisas. Dos 10 trabalhos enquadrados na categoria Direitos Humanos, quatro trazem uma abordagem no âmbito das instituições públicas, seja relativa à formação dos profissionais ou aos direitos dos próprios servidores públicos ou à avaliação dos serviços prestados aos destinatários, os cidadãos.

No primeiro grupo, temos duas dissertações “Do porrete ao bicho papão: os discursos de direitos humanos nos cursos de formação de soldados da polícia militar de Pernambuco” e “A dignidade humana do servidor público e as vítimas do assédio moral no judiciário da capital paraibana”. Já no segundo, identificamos os resumos “Entre o proposto e o executado: uma análise da execução do plano de reordenamento do sistema socioeducativo do estado de Pernambuco nas unidades de internação da FUNASE/PE nos anos de 2012 a 2014” e “A reabilitação psicossocial e a afirmação dos Direitos Humanos da pessoa em sofrimento psíquico: um estudo da Rede de Atenção Psicossocial”. Todos os trabalhos citados foram publicados em 2015.

A violência contra a mulher também é tema recorrente no Programa, aparecendo em dois dos dez resumos de DH analisados, ambos datados de 2015: “Violência doméstica contra as mulheres: relações de gênero e de poder no sertão pernambucano” e “Casa-abrigo para as mulheres em situação de violência doméstica em Pernambuco: sob a ótica das mulheres pós-abrigadas”.

Tal incidência justifica, por exemplo, a centralidade da palavra “mulher” tanto na nuvem de palavras como na análise de similitude, além do destaque para o termo “violência doméstica” na primeira figura. O termo “mulher” é mencionado 19 vezes ao longo do *corpus*, sendo 12 vezes no primeiro resumo e sete no segundo. Já o termo violência aparece 24 vezes no *corpus* e, além de ser citado nesses dois trabalhos, também aparece no resumo já mencionado “A dignidade humana do servidor público e as vítimas do assédio moral no judiciário da capital paraibana”.

No âmbito das questões de sexualidade, identificamos o trabalho, também de 2015, “Homoparentalidade e os efeitos da matriz heterossexual: uma análise *queer* sobre a adoção conjunta por pessoas do mesmo sexo no judiciário”. Em que pese a presença de apenas um resumo sobre a temática, as discussões em torno da sexualidade são sobremaneira recorrentes no período não abarcado pela pesquisa.

É importante lembrar que os resumos analisados do PPGDH referem-se especificamente aos anos de 2014 e 2015, sendo apenas um no primeiro ano e 12 no segundo. Sendo assim, a análise dos eixos temáticos aqui empreendida não corresponde à densidade integral do *corpus*.

Um exemplo disso é que, por analisarmos apenas os dois primeiros anos de publicação, foi encontrado somente um resumo referente à justiça restaurativa, “Entre a justiça restaurativa e o acesso à justiça: reflexões e interfaces sob um olhar penal”, tendo sido a primeira dissertação do repositório do PPGDH, em 2014. Entretanto, a temática possui um importante destaque dentro do Programa, aparecendo, inclusive, explicitamente na linha de pesquisa 2, “Direitos Humanos, Cultura de Paz e Justiça Restaurativa”. Portanto, cabe também a mesma ressalva feita nos parágrafos anteriores.

SUMÁRIO

Mesmo com o pequeno recorte de trabalhos do Programa, é possível identificar a tendência, nas pesquisas, de tentar romper com a ideia dos Direitos Humanos como mero recurso retórico. Os resumos demonstram a preocupação em ir além para entender os desafios e os entraves à concretização desses direitos. Nessa linha, cabe enfatizar a tensão entre a indivisibilidade e a exigibilidade dos Direitos Humanos, conforme apontada por Candau:

A doutrina dos direitos humanos que se desenvolveu principalmente a partir da Convenção de Viena (1993) colocou grande ênfase na idéia (*sic*) da indivisibilidade das diferentes gerações – civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. No entanto, a exigibilidade desses direitos, imprescindível para que a indivisibilidade não seja meramente retórica, ainda é muito frágil, principalmente no que diz respeito aos direitos sociais, econômicos e culturais, o que provoca nos diferentes grupos sociais descrédito e indiferença para com a proclamação de direitos que, como se afirma na linguagem comum, “não saem do papel” ou somente valem para algumas pessoas e classes sociais (2008, p. 47).

Completando os 10 resumos da categoria Direitos Humanos, deparamo-nos com dois resumos que apresentam uma perspectiva teórica mais específica, um baseado na obra do filósofo Giorgio Agamben, “A exceção (é) a regra: os direitos humanos entre a biopolítica e o Estado de exceção em Giorgio Agamben”, e o segundo mais voltado ao diálogo entre a bioética e o Direito, “Balizas entre a morte e o morrer com dignidade: enlace bioético-jurídico para a normatização da morte digna no Brasil”.

Tomando o exemplo dos direitos da bioética, Wolkmer (2010) destaca que estes possuem vinculação direta com temas como reprodução humana assistida, aborto, eutanásia, clonagem, entre outros. Pode-se que dizer que tais temáticas são englobadas por uma dimensão específica dos direitos humanos, apesar de o autor

SUMÁRIO

fazer uma ressalva sobre a tendência de compartimentalizar os direitos humanos em fases estanques e sucessivas:

Compartilhando as interpretações de Bonavides e de Sarlet, substituem-se os termos “gerações”, “eras”, ou “fases” por “dimensões”, porquanto esses direitos não são substituídos ou alterados de tempo em tempo, mas resultam num processo de fazer-se e de complementaridade permanente (Wolkmer, 2010, p. 15).

Tal entendimento se coaduna com o pensamento de Joaquín Herrera Flores que enfatiza, no texto “Os direitos humanos no contexto da globalização: três precisões conceituais”, o seguinte raciocínio: “Nada, nem a justiça, nem a dignidade e muito menos os direitos humanos procedem de essências imutáveis ou metafísicas que se situem além da ação humana para construir espaços onde desenvolver as lutas pela dignidade” (Herrera Flores, 2008, p. 41-42). Sendo assim, a lição deixada por esses autores é de que os Direitos Humanos, ao invés de se prender exclusivamente ao discurso, deve investir na ação, em consonância com os movimentos sociais que diuturnamente participam das lutas pela concretização desses direitos.

Quando passamos para os três resumos selecionados para compor a categoria Educação em Direitos Humanos, todos publicados em 2015, dois deles versam sobre análises de materiais didáticos. São eles: “Direitos das crianças para crianças: o livro didático em questão” e “Educação em Direitos Humanos: uma análise de livros didáticos de língua portuguesa do ensino médio”. Tal associação entre EDH e livros didáticos está retratada na figura que mostra a análise de similitude (Figura 2), quando os termos aparecem extremamente próximos e relacionados em um ponto nodal próprio.

A terceira dissertação que completa o *corpus* trata da relevância da EDH para a mediação de conflitos escolares, cujo título é “Mediação de conflitos escolares: contribuições da educação em direitos humanos no enfrentamento à violência”.

SUMÁRIO

Nos resumos dos três trabalhos, podemos identificar uma preocupação em fugir de uma abordagem puramente curricular ou técnica do ensino. Ao contrário, as análises visam trabalhar uma visão da EDH voltada à:

[...] construção de uma cultura escolar diferente, que supere as estratégias puramente frontais e expositivas, assim como a produção de materiais adequados, que promovam interação entre o saber sistematizado sobre Direitos Humanos e o saber socialmente produzido. Devem ter como referência fundamental a realidade e trabalhar diferentes dimensões dos processos educativos e do cotidiano escolar, favorecendo que a cultura dos Direitos Humanos penetre em todo o processo educativo (Candau, 2007, p. 405).

Diante desse breve resumo sobre os eixos temáticos, passamos a refletir sobre a relação entre estes e as figuras geradas pelo IRAMUTEQ. A primeira consideração a fazer, mesmo que possa parecer redundante, é a presença dos termos “Direitos Humanos” e “Educação em Direitos Humanos” em destaque tanto na nuvem de palavras como na análise de similitude.

No *corpus*, a expressão “Direitos Humanos” é citada 38 vezes. Dos 13 resumos analisados, o termo é mencionado em oito: todos na categoria de EDH e cinco na categoria de DH. Já “Educação em Direitos Humanos” é mencionada oito vezes no *corpus* nos três resumos referentes a essa categoria.

Outras palavras que se destacam no centro da nuvem de palavras são: “mulher”; “pesquisa”; “violência”; “escola”; “estudo”; “criança”; “livro”; “Pernambuco”, por estarem relacionadas com os eixos temáticos mencionados ou com a delimitação espacial das pesquisas. O estado de “Pernambuco”, por exemplo, é citado 11 vezes como marcador dessa delimitação em sete pesquisas, sendo cinco na categoria DH e duas na EDH.

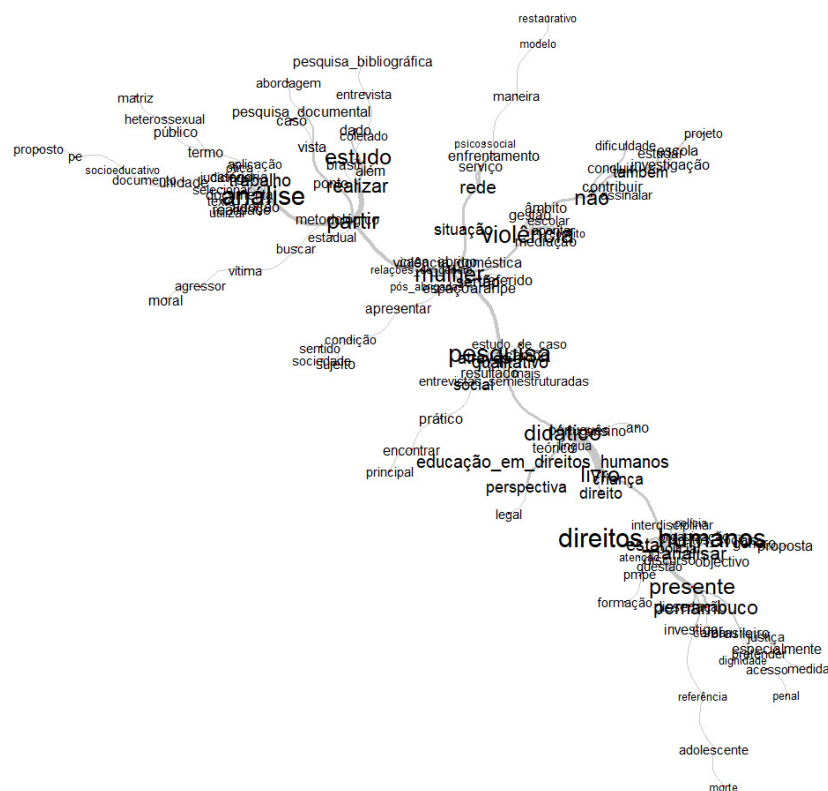
SUMÁRIO

SUMÁRIO



325

Figura 2 – Análise de Similitude – Direitos Humanos Interdisciplinar



Fonte: IRAMUTEQ.

Ligadas diretamente a “Direitos Humanos”, identificamos termos, como “interdisciplinar”, “direito”, “dignidade” (dignidade da pessoa humana, dignidade humana), “acesso” (acesso à justiça, acesso a serviços), “penal”, “adolescente” (adolescente em conflito com a lei, Estatuto da Criança e do Adolescente) e “morte” (morte de adolescentes, dignidade de morrer). “Direitos humanos” ainda ramifica para “formação” e “PMPE”, relacionados com a dissertação “Do porrete ao bicho papão: os discursos de direitos humanos nos cursos de formação de soldados da polícia militar de Pernambuco”.

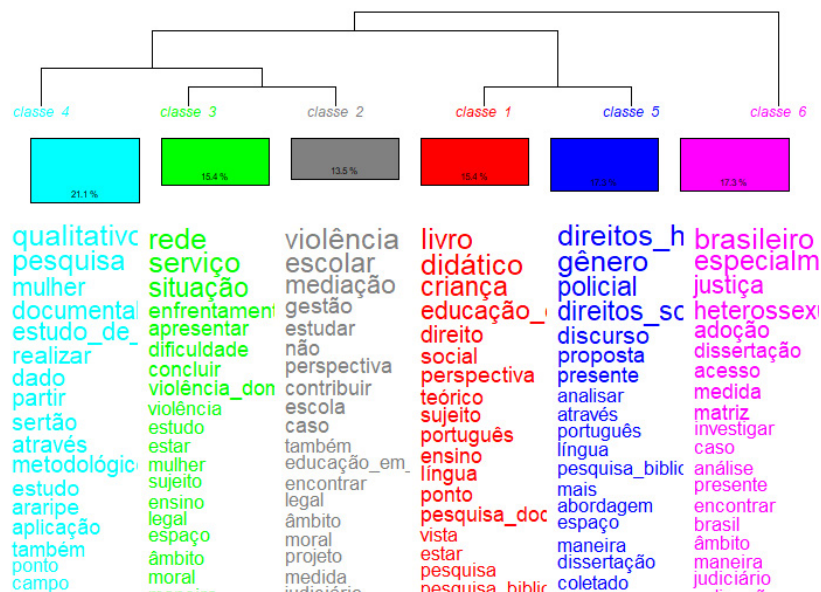
Do eixo “partir”, que se refere à expressão bastante frequente nos resumos “a partir”, ramificam termos relacionados à metodologia, como “estudo”, “caso”, “dado”, “coletado”, “pesquisa documental”, “entrevista”, “abordagem”, “pesquisa bibliográfica”. Também ramificam as palavras “análise” e “metodológico” e termos que remetem à violência, como “agressor”, “vítima”, “moral”, esse último para se referir à assédio moral.

Já a palavra “Rede” ganha a conotação de estruturas de apoio a grupos vulnerabilizados em duas dissertações: “Violência doméstica contra as mulheres: relações de gênero e de poder no sertão pernambucano” e “A reabilitação psicossocial e a afirmação dos Direitos Humanos da pessoa em sofrimento psíquico: um estudo da Rede de Atenção Psicossocial”, ambas da categoria DH. Na mesma ramificação dessa palavra, os termos “modelo” e “restaurativo” estão ligados pela imbrincada relação na dissertação “Entre a justiça restaurativa e o acesso à justiça: reflexões e interfaces sob um olhar penal”.

Quando examinada a Figura 3, denominada Classificação Hierárquica Descendente (CHD), deparamo-nos com associações que revelam correlações entre as já mencionadas variáveis da pesquisa, quais sejam: título, objeto/objetivos, perspectivas teóricas, metodologia e resultados.

SUMÁRIO

Figura 3 – Classificação Hierárquica Descendente – Direitos Humanos Interdisciplinar



Fonte: IRAMUTEQ.

Observando a imagem acima, percebemos que a **classe 5** (17,3%) trata de temas relacionados aos direitos humanos como "gênero", "policial", "direitos sociais", ligando-se diretamente com a **classe 1** (15,4%). Esta, por sua vez, reúne palavras voltadas, em sua maioria, para temáticas da Educação em Direitos Humanos, a exemplo de "livro", "didático", "criança", "educação", "direito", "social", "ensino", "língua", "português".

Ao lado da **classe 5**, a **classe 6** (17,3%) enfoca termos relativos aos objetos de pesquisa e objetivos: "justiça", "adoção", "heterossexual", referente à crítica do padrão heterossexual na dissertação sobre homoparentalidade e adoção por casais do mesmo sexo, além de "investigar", "dissertação", "judiciário" e "acesso". Os dois últimos termos guardam conexão com temas, como acesso à justiça e acesso a serviços.

Na **classe 4** (21,1%) encontramos termos majoritariamente relacionados ao campo da metodologia: "pesquisa", "qualitativo", "documental", "estudo de caso", "aplicação", "campo", "dado", "metodológico" e "estudo". Já a **classe 2** (13,5%) trabalha com palavras atinentes aos objeto/objetivos dos trabalhos de Educação em Direitos Humanos, quais sejam "escolar", "mediação", "gestão", "escola" e "estudar", fazendo ligação com a **classe 3** (15,4%) que contém termos relativos a temáticas dos trabalhos em DH, dentre os quais podemos citar "violência", "rede", "serviço", "violência doméstica", "enfretamento" "mulher", bem como "sujeito", e "moral", essa última referente à assédio moral, tratado na dissertação "A dignidade humana do servidor público e as vítimas do assédio moral no judiciário da capital paraibana".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições do PPGDH para a discussão acadêmica em torno dos Direitos Humanos e da Educação em Direitos Humanos vão além da mera análise dos resumos selecionados. Isso porque a própria criação de um programa interdisciplinar na área já se revela como quebra do paradigma educacional ainda vigente e que privilegia a segmentação do conhecimento. Pela própria essência do Programa, há o incentivo às pesquisas que não se contentam em abordar apenas um viés de análise. Pelo contrário, o estímulo e o desafio é empreender um diálogo entre diferentes vertentes do saber, sem pretender ocultar, mas, ao contrário, revelando o que há de divergente e tensional entre elas.

Seguindo esse raciocínio, os Direitos Humanos não são uma área específica, mas abarcam transversalmente as ciências humanas, especialmente as ciências sociais aplicadas como um todo. Ao contrário de ser uma opção, essa ótica deve se tornar um imperativo

no campo acadêmico. Em uma realidade social extremamente marcada pelas desigualdades, como a brasileira, seria questionável não haver nos trabalhos a nível de pós-graduação, como mestrado e doutorado, a preocupação em relação aos Direitos Humanos.

Em que pese a promissora iniciativa de tensionar a disciplinaridade com a interdisciplinaridade, os programas que se propõem a seguir essa empreitada ainda não são a maioria nas universidades. E aqui é importante ratificar: por mais que as pesquisas acadêmicas avancem, promover a interlocução entre saberes ainda é um exercício que encontra muitas barreiras pela frente, até porque a compartimentação do conhecimento nos coloca em uma zona de conforto do que é familiar.

Entretanto, falar de Direitos Humanos é exatamente o oposto de estar nessa zona de conforto, pois exige do pesquisador a dinâmica de sempre questionar a suas visões de mundo e os seus argumentos a partir das experiências que se desenrolam em volta dele, fora dos muros da academia. Em outras palavras, os estudiosos devem se despir da suposta capa de superioridade intelectual e entender que o que vem de fora das universidades tem tanto ou mais a nos ensinar do que o aprendido nas salas de aula.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Brigido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. **Tutorial para uso do software de análise lexical Iramuteq**, Florianópolis: Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição - LACCOS, Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

CANDAU, Vera Maria. Educação em Direitos Humanos: desafios atuais. In: DIAS, Adelaide Alves *et al* (org.). **Educação em Direitos Humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 399-412. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2014/07/merged.compressed.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

CANDAU, Vera Maria. Direitos Humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, jan./abr, 2008, p. 45-55. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5szsvwMvGSVPkGnWc67BjtC/?lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2021.

HERRERA FLORES, Joaquín. Os direitos humanos no contexto da globalização: três precisões conceituais. **Lugar Comum: estudos de mídia, cultura e democracia**, n. 25-26, UFRJ, 2008, p. 39-71. Disponível em: https://www.forumjustica.com.br/wp-content/uploads/2013/02/aula-17_Joaquin-DHs.pdf. Acesso em: 20 out. 2021.

UNBEHAUM. Sandra; LEÃO, Ingrid Viana; CARVALHO, Camila Magalhães. Programas e áreas de concentração em direitos humanos no Brasil: o desenho de uma possível interdisciplinaridade. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 2, n. 3, p. 35-53, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/210/111>. Acesso em: 20 out. 2020.

WOLKMER, Antônio Carlos. Novos Pressupostos para a Temática dos Direitos Humanos. /n: RÚBIO, David Sánchez; FLORES, Joaquín Herrera; CARVALHO, Salo de. (org.). **Direitos Humanos e Globalização: fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica**. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010, 13-29.

SUMÁRIO

12

Regina Alice Rodrigues Araújo Costa

PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS:

**UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO
DO CURSO DE DIREITO (PPGD/UFPE)**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-161-1.12

INTRODUÇÃO

O Programa de Pós-graduação em Direito (PPGD) da Faculdade de Direito do Recife (FDR) foi criado nos anos 50, com a abertura do curso de doutorado, suspenso em 1970. Em 1972, autorizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o PPGD retomou suas atividades com o curso de mestrado, e, em 1996, o curso de doutorado foi reaberto, tornando-se, à época, o único no Nordeste brasileiro.

Ressalte-se que o curso de Direito da Faculdade de Direito do Recife, vinculado à Universidade Federal de Pernambuco, é um dos mais antigos do país. Foi criado em 11 de agosto de 1827 por um decreto imperial, juntamente com a Faculdade de Direito de São Paulo. Desse modo, o PPGD/UFPE ocupa um espaço de projeção no cenário acadêmico, tendo em vista que é o único PPG vinculado a FDR, consolidada como um dos primeiros cursos de Direito do Brasil. O PPGD, dentro do seu projeto político-pedagógico, tem como objetivo geral a formação qualificada de pessoal para a pesquisa e o ensino do Direito, constituindo-se em espaço privilegiado para a reflexão teórica e para um debate que não isola conhecimentos da Teoria do Direito e das disciplinas da Dogmática Jurídica, nem descuida da relação entre a discussão teórica e a prática das instituições, o que demonstra consonância com os valores do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), que visa promover os estudos jurídicos e o desenvolvimento da pós-graduação em Direito no Brasil, colaborar pela definição de políticas educacionais e científicas voltadas para a formação de pessoal docente e discente da área jurídica e defender irrestritamente os princípios democráticos e da pluralidade de ideias que permeiam o ambiente acadêmico (CONPEDI, s.d.).

Atualmente, o PPG conta com três áreas de concentração: 1) Transformação do Direito Público, 2) Transformação do Direito Privado,

SUMÁRIO

3) Teoria do Direito e Justiça; e sete linhas de pesquisas, assim distribuídas: 1.1) "Jurisdição e Processos Constitucionais", 1.2) "Estado e Regulação", 2.1) "Direito do Trabalho e Teoria Social Crítica", 2.2) "Transformações das Relações Jurídicas Privadas", 2.3) "Direito Internacional e Globalização", 3.1) "Justiça e Direitos Humanos na América Latina", e 3.2) "Teorias da Decisão Jurídica".

No repositório do Programa de Pós-graduação em Direito (PPGD-UFPE)¹⁹, foram localizados um total de 204 trabalhos publicados entre 2008 e 2015, entre teses e dissertações. A análise da totalidade das produções se deu a partir dos resumos, 59 trabalhos foram selecionados para serem objeto de análise desta pesquisa, sendo 42 produções de mestrado e 17 de doutorado. Todos os 59 trabalhos foram enquadrados na categoria Direitos Humanos (DH) e nenhum na categoria Educação em Direitos Humanos (EDH). Do *corpus* selecionado, 9 trabalhos são do ano de 2008 (15,25%); 10 de 2009 (16,94%); 19 de 2010 (32,20%); 3 de 2011 (5,08%); 5 de 2012 (8,47%); 8 de 2013 (13,55%); 2 de 2014 (3,38%); e 3 de 2015 (5,08%), distribuídos em percentuais ano a ano conforme a tabela abaixo:

Tabela 1 – Produção de dissertações e teses do Programa de Pós-graduação em Direito na área de Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos (2008-2015)

ANO	TOTAL DA PRODUÇÃO				DISSERTAÇÕES					TESES			
	Abs.	DH	EDH	TOTAL	DH		EDH		TOTAL	DH		EDH	
		%	%		Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%
2008	24	37,50%	0%	15	4	26,67%	0	0%	9	5	55,56%	0	0%
2009	31	32,26%	0%	20	7	35,00%	0	0%	11	3	27,27%	0	0%
2010	46	41,30%	0%	35	12	34,29%	0	0%	11	7	63,64%	0	0%
2011	28	10,71%	0%	22	3	13,64%	0	0%	6	0	0,00%	0	0%
2012	25	20,00%	0%	24	5	20,83%	0	0%	1	0	0,00%	0	0%
2013	20	40,00%	0%	13	7	53,85%	0	0%	7	1	14,29%	0	0%

19

O repositório do Programa de Pós-graduação em Direito (PPGD-UFPE) está disponível para acesso no link: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/173>.

2014	19	10,53%	0%	10	2	20,00%	0	0%	9	0	0,00%	0	0%
2015	11	27,27%	0%	3	2	66,67%	0	0%	8	1	12,50%	0	0%
TOTAL	204	28,92%	0%	142	42	29,58%	0	0%	62	17	27,42%	0	0%

Fonte: Elaborada pela autora, a partir dos dados extraídos do repositório da Universidade Federal de Pernambuco.

De acordo com a tabela acima, é possível observar que dos 204 trabalhos do PPGD/UFPE produzidos de 2008 a 2015, 59 enquadram-se na categoria de DH, o que representa 28,92%. Ao consideramos o percentual de dissertações, temos que, das 142 produzidas entre 2008 e 2015, 42 enquadram-se na categoria de DH, o que representa 29,58%; já do universo de 62 teses também produzidas entre 2008 e 2015, 17 enquadram-se em DH, representando 27,42%. Cumpre ressaltar que, para a análise de cada resumo, foram utilizadas as cinco variáveis norteadoras, quais sejam: título; objeto/objetivos, perspectivas teóricas, metodologia e resultados. Assim, após a etapa de pré-análise do material (Bardin, 2016), definimos como *corpus* de pesquisa 59 resumos e, a partir dele, realizamos o processamento do material através do *software* Iramuteq (Camargo; Justo, 2013), em que foram geradas três imagens representativas da produção acadêmica do PPGD: nuvem de palavras (NP), análise de similitude (AS) e classificação hierárquica descendente (CHD).

ANÁLISE DOS DADOS

Ao consideramos a aplicabilidade das variáveis para análise dos resumos dos trabalhos selecionados, verificamos que, das 42 dissertações, 2 sequer explicitam o objeto/objetivo do estudo, 24 não explicitam as perspectivas teóricas, 30 não explicitam a metodologia, e 21 não explicitam os resultados/achados. O mesmo ocorre com as teses, pois, dos 17 trabalhos que compuseram esse *corpus*, 13 não apresentam perspectivas teóricas, 13 não apresentam metodologia, 12 não apresentam achados/considerações de pesquisa.

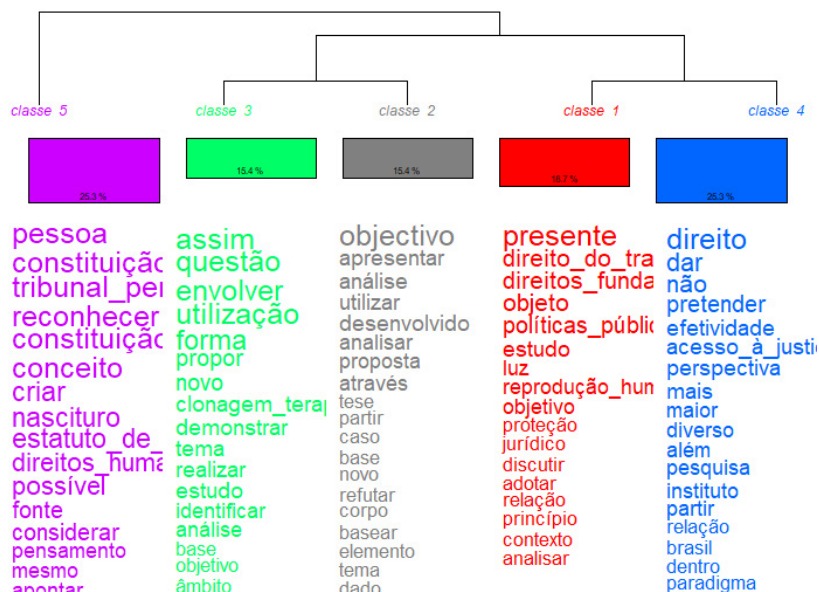
SUMÁRIO

princípio da dignidade humana desenvolvimento individual reprodução humana assistida exemplo âmbito direito à terra mesmoparadigma direito internacional pena dentro respeito experiência parto ampliar direito internacional pena dentro direitos sociais prestações pesquisa bibliográfica também criminalidade fundamento consideramato pessoa contexto uso compreensão revelar acesso à justiça principalmente diverso instituto estudar caso maior processo reconhecerestabelecer aplicar alternativo autuadefender dissertaçãomens reu acesso sistema limite estudo sentido aplicação consequências direito do trabalho basear actus reus partir novo não mais resultado social questão tema momento através luz recente utilizar ano mais resultado social questão tema comunicação decorrente alcançar efetividade trazer autor jurídico políticas públicas direito penal garantia discutir norma perspectiva dar crime adotar proteção realizar segurança conceito dado termo tempo procurar Gaspacho objetivo michele mereoapresentar direitos humanos proposta principal obediência hierárquica possível grosso mundo público controle de convencionalidade direitos fundamentais tribunal penal internacional desenvolvimento discriminação direito civil constitucional aplicabilidade necessidade pensamento dogmático dignidade princípios da dignidade humana

336

SUMÁRIO

Figura 3 – Classificação Hierárquica Descendente – Direito



Fonte: Iramuteq – processamento de dados obtidos no repositório da Universidade Federal de Pernambuco.

Todavia, antes de analisarmos as imagens geradas pela plataforma, é relevante estabelecermos algumas considerações sobre as subcategorias mais frequentes na categoria de Direitos Humanos.

A análise dos resumos nos permitiu identificar algumas tendências (subcategorias de DH) entre as produções, de maneira que os debates relacionados aos direitos humanos se sustentam primordialmente em questões, como o acesso à justiça; a garantia de direitos (sobretudo na esfera do direito constitucional e do direito penal); o estudo de princípios e sua aplicabilidade nos mais distintos ramos do direito; a discussão sobre os direitos e garantias fundamentais, com ênfase nos direitos individuais e sociais, o direito constitucional e direito internacional; a judicialização; o biodireito; a tutela e efetividade de direitos; as legislações e tribunais internacionais; e a comunicação e os direitos humanos.

Ao considerarmos a Figura 1, corroboramos com a análise de Soares (2018), ao demonstrar que a nuvem de palavras é um recurso muito útil para visualizar os termos mais frequentes e, portanto, as temáticas mais relevantes apresentadas no *corpus* analisado.

Os termos que aparecem em destaque na nuvem de palavras são: "análise", "direito", "novo", "estudo", "analisar", "partir", "pesquisa", "objeto", "sistema", "apresentar" e "caso". Ao compatibilizar tais termos com o *corpus*, consideramos que não se tratam de meras palavras para subsidiar a construção dos objetivos/objetos/processos de pesquisa, mas sim de termos de relevância, uma vez que, ao considerarmos as acepções da palavra direito, uma de suas possibilidades de compreensão é enquanto ciência jurídica (ordenação normativa), referindo-se a um conjunto de princípios ou de conceitos pelos quais se ordenam e se compreendem certas regras sociais dotadas de garantias específicas (Reale, 1949).

De maneira particular, as pesquisas na área do Direito assumem algumas nuances próprias. Adeodato (2015) pontua que, dentre outros critérios, a pesquisa jurídica pode ser classificada em científica, que tem por fim descrever e criticar os fenômenos definidos como objeto, e dogmática, destinada a sugerir estratégias de argumentação e decisão diante de conflitos a partir de normas jurídicas estabelecidas.

Por isso, ao levarmos em consideração o projeto político-pedagógico do PPGD, que tem por objetivo a reflexão teórica a partir de conhecimentos da Teoria do Direito e das disciplinas da Dogmática Jurídica, é preciso compreender que o destaque da palavra "direito" assume relevância na Figura 1 justamente por se referir à ciência jurídica. Nessa mesma consonância, temos que as palavras "análise", "estudo", "analisar" e "pesquisa" assumem relevância por desdobrarem as formas de exploração da ciência jurídica no referido programa. Dessa maneira, o processo de análise, estudo e pesquisa da própria ciência jurídica assume uma centralidade na produção das categorias em DH do PPGD.

SUMÁRIO

Além disso, ao consideramos a ampla gama de palavras que aparecem com menor destaque, também em comparação com o *corpus* de análise, é possível verificar que há uma multiplicidade de objetos, tais como: "nascituro", "biodireito", "direitos sociais", "políticas públicas", "segurança", "princípio da proteção", "princípio da dignidade humana", "Tribunal Penal Internacional", "Estatuto de Roma", "direito à terra", dentre outros, demonstrando que as temáticas das teses e dissertações apresentam análises variadas no âmbito dos Direitos Humanos e suas dimensões, tais como dos direitos civis e políticos, direitos sociais e econômicos, direitos coletivos e difusos, direitos da bioética e direitos virtuais (Wolkmer, 2010).

Ao compararmos as palavras em evidência na Figura 1 com o *corpus*, estabelecemos as seguintes observações: 1) o processo de análise assume uma centralidade nas produções do PPGD, de maneira que 18 trabalhos focalizam a análise (de princípios, casos concretos, instituições jurídicas nacionais e internacionais) como objetivo geral; 2) o Direito, entendido enquanto ciência jurídica (ordenação normativa), é uma categoria de destaque e faz parte do processo de todas as pesquisas, coadunando-se assim com o próprio objetivo do projeto político-pedagógico do programa, que se volta especificamente para a pesquisa do Direito, atrelado aos conhecimentos da Teoria do Direito; 3) há uma multiplicidade de objetos trabalhados (o que se verifica na multiplicidade de palavras posicionadas mais próximas das margens).

Uma melhor compreensão da interligação dessas temáticas se dá a partir da análise de similitude (Figura 2) e da classificação hierárquica descendente (Figura 3).

A análise de similitude nos permite identificar a correlação entre as palavras. Ela mostra um grafo que representa a ligação entre palavras do *corpus*. Salviati (2017) observa que a análise de similitude nos possibilita inferir a estrutura de construção do texto e os temas de relativa importância, a partir da coocorrência entre as palavras.

SUMÁRIO

Dessa maneira, ao observarmos a Figura 2, é possível identificar as palavras que mais se destacam, no caso “direito”, “pesquisa”, “análise”, “analisar”, “partir” e “perspectiva”, além da indicação de suas conexões. A Figura 2 também nos permite inferir os principais objetos analisados dentro da teoria do direito pela perspectiva dos direitos humanos, de modo que os categorizamos da seguinte maneira: 1) Princípios, direitos e garantias fundamentais: princípio da dignidade da pessoa humana, acesso à justiça, princípio da proteção, direitos fundamentais, direito à terra, obediência hierárquica, comunicação, tutela; 2) Normativas, institutos e instrumentos jurídicos, instituições: Constituição Federal de 1988, Estatuto de Roma, controle de convencionalidade, tutela, efetividade, processo, Tribunal Penal Internacional, Corte Interamericana de Direitos Humanos; e 3) Áreas do Direito: direito civil constitucional, direito penal, direito internacional penal, direito do trabalho, direitos humanos.

Sobre princípios, direitos e garantias fundamentais, é interessante mencionar a análise de Barroso (2010, p. 338), de que:

A nova interpretação constitucional assenta-se em um modelo de princípios, aplicáveis mediante ponderação, cabendo ao intérprete proceder à interação entre fato e norma e realizar escolhas fundamentadas, dentro das possibilidades e limites oferecidos pelo sistema jurídico, visando à solução justa para o caso concreto. Nessa perspectiva pós-positivista do Direito, são ideias essenciais a normatividade dos princípios, a ponderação de valores e a teoria da argumentação. Pós-positivismo é a designação provisória e genérica de um ideário difuso, no qual se incluem o resgate dos valores, a distinção qualitativa entre princípios e regras, a centralidade dos direitos fundamentais e a reaproximação entre o Direito e a Ética.

Ao considerarmos a análise de Wolkmer (2010) sobre o processo de reconhecimento e afirmação dos direitos humanos, que dialoga com as contribuições de T. H. Marshall, Paulo Bonavides, Ingo Sarlet e Oliveira Jr, e explicita as dimensões dos direitos de

SUMÁRIO

natureza humana, compreendidos enquanto: a) dimensão dos direitos civis e políticos; b) dimensão dos direitos sociais e econômicos; c) dimensão dos direitos coletivos e difusos; d) dimensão de direitos da bioética; e) dimensão de direitos virtuais; observamos que os trabalhos produzidos no PPGD contemplam ao menos uma das referidas dimensões destacadas.

Além disso, considerando o *corpus*, todas essas dimensões foram debatidas em ao menos um trabalho, como, por exemplo:

- a. **dimensão dos direitos civis e políticos:** dissertação “O habeas data brasileiro na perspectiva da sua (in)efetividade e como instrumento do acesso à justiça: simplificação procedimental, ampliação do alcance material e da legitimação ad causam como meios de se garantir a efetividade desse instituto”, de 2008;
- b. **dimensão dos direitos sociais e econômicos:** dissertação “A efetivação judicial dos direitos sociais inscritos na Constituição Da República Federativa do Brasil”, de 2013;
- c. **dimensão dos direitos coletivos e difusos:** dissertação “Proteção jurídica do ar: uma análise da poluição veicular sob a ótica do princípio do desenvolvimento sustentável”, de 2009;
- d. **dimensão de direitos da bioética:** dissertação “A reprodução humana assistida e suas consequências nas relações de família: a filiação e a origem genética sob a perspectiva da repersonalização”, de 2008;
- e. **dimensão de direitos virtuais:** tese “A cidadania interativa: plebiscito, referendo e iniciativa popular na constituição de 1988 e os impactos da revolução tecnológica da informação e comunicação na democracia brasileira”, de 2010.

Entretanto, é importante ressaltar que a discussão sobre direitos humanos nas produções do *corpus* em análise se dá

majoritariamente pela perspectiva do seu reconhecimento por meio das normas jurídicas, deixando de lado a contextualização dos direitos humanos como práticas sociais concretas (Flores, 2009). Todavia, duas produções destacam-se por estabelecerem um debate sobre a perspectiva da teoria dos direitos humanos.

A primeira é a dissertação “O uso de significantes vazios no discurso dos Direitos Humanos: contribuições da teoria de Ernesto Laclau para compreensão de princípios de identificação democráticos em comunidades políticas pluralistas”, que, nos termos do próprio resumo, defende a proposta de que “a ausência de precisão do conteúdo dos conceitos integrantes do vocabulário dos direitos humanos, como igualdade, tolerância, inclusão ou mesmo democracia, são condição de possibilidade para políticas multiculturais nos planos comunitário e estatal” (Maciel, 2010).

A segunda é a dissertação “A evolução do conceito de direitos humanos no pensamento de Marx e o problema da universalização dos direitos”, de 2013, que, a partir da análise do pensamento marxiano em suas diferentes fases, discute a possibilidade – ou não – de defesa da universalização dos direitos humanos.

A discussão mais aprofundada de aspectos teóricos diretamente ligados aos direitos humanos enquanto uma categoria central da pesquisa representa a importância dos trabalhos acima mencionados.

Apesar das demais produções debaterem os direitos humanos a partir do seu reconhecimento por meio das normas jurídicas, o que se desdobra em análises voltadas para efetividade, eficácia, garantia ou até mesmo em investigações teóricas sobre a construção de determinado princípio de direitos humanos, tais estudos também apresentam importantes contribuições, inclusive quando tais análises são construídas pela perspectiva crítica. É o caso da dissertação “A sistematização dos princípios de direito do trabalho e

SUMÁRIO

a reelaboração do seu princípio protetor: para uma análise crítica da flexisegurança”, que “[...] tem como objeto o princípio da proteção, no contexto de uma nova alternativa epistemológica formatada nos últimos anos e que se afasta da doutrina e da dogmática jurídica tradicionais” (Siqueira, 2010).

Nessa mesma consonância, temos a tese “O trabalho escravo na lavoura canavieira de Mato Grosso e as alternativas para sua erradicação: as propostas dos poderes instituídos e da teoria social crítica”, que analisou a situação dos trabalhadores na lavoura de cana-de-açúcar, migrantes temporários, empregados em usinas de cana de açúcar em áreas rurais do estado de Mato Grosso e refletiu que a experiência desenvolvida na tese, “ao analisar a adoção de algumas exigências legais e sociais nas usinas, trouxe benefícios, mudanças e avanços em atitudes e comportamentos relativos às responsabilidades social e jurídica” (Sousa, 2008).

Ou seja, é preciso estabelecer reflexões que propiciem a transformação do direito processual de ação, dos operadores do direito e das doutrinas jurídicas em prol de uma nova perspectiva do direito e dos direitos humanos. Nesse sentido,

O clássico modelo jurídico liberal-individualista tem sido pouco eficaz para recepcionar e instrumentalizar as novas demandas sociais, portadoras de direitos humanos referentes a dimensões individuais, coletivas, metaindividuais, bioéticas e virtuais. Tal situação estimula e determina o esforço de propor novos instrumentos jurídicos mais flexíveis e mais abrangentes, capazes de regular situações complexas e fenômenos novos. É necessário, portanto, transpor o modelo jurídico individualista, formal e dogmático, adequando conceitos, institutos e instrumentos processuais no sentido de contemplar, garantir e materializar os “novos” direitos de natureza humana (Wolkmer, 2010, p. 26, grifo nosso).

SUMÁRIO

Desse modo, romper com essa visão, que ainda orienta a prática da pesquisa jurídica, é uma contribuição significativa da perspectiva crítica para a pesquisa no Direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises aqui construídas e de todo o apanhado realizado no *corpus* de Direito do PPGD/UFPE, podemos destacar que há um quantitativo razoavelmente considerável de produções ligadas à categoria de direitos humanos, embora não haja nenhum trabalho na área de educação em direitos humanos. Além disso, essas produções se verificam tanto em nível de mestrado como de doutorado, organizando-se ao longo do recorte temporal aqui estabelecido (produções de 2008 a 2015).

A partir da perspectiva da teoria crítica, é importante mencionar que Gallardo (2010, p. 77), ao discorrer sobre o caráter político cultural dos direitos humanos, observa que este não designa exclusivamente certas capacidades incorporadas em normas positivas que podem ser reivindicadas perante os tribunais, mas também aponta para uma sensibilidade cultural típica das formações sociais modernas ocidentais. Gallardo (2010) destaca ainda que a judicialização nacional e internacional dos direitos humanos, como as que se seguiram à assinatura dos Convênios internacionais sobre direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais (1966), sem dúvida representam um fator que não pode ser subestimado em relação à eficácia desses direitos, mas não é toda a sua realidade, que não é apenas legal, mas acima de tudo político-cultural.

Ainda que sejam poucas as produções que tratam de forma mais aprofundada das discussões dos direitos humanos em seus fundamentos teóricos e/ou processos de construção, os debates

sobre aplicabilidade, efetividade e garantia de princípios de direitos humanos também representam um importante diálogo no campo acadêmico, sobretudo os trabalhos construídos pela perspectiva crítica. Porém, é importante destacarmos que, apesar da relevância desses trabalhos, uma análise centrada exclusivamente nos resumos, como a proposta por esta pesquisa, não é suficiente para nos aprofundarmos no conteúdo das dissertações e teses.

Quanto às variáveis do nosso estudo, há uma lacuna considerável quando se trata de explicitar metodologia, perspectivas teóricas e resultados/achados da pesquisa, tanto nos resumos do mestrado como nos do doutorado. A ausência dessas variáveis impossibilita uma maior profundidade da nossa análise, sobretudo quanto à ausência de perspectivas teóricas definidas.

A multiplicidade de objetos, tais como direito do trabalho, comunicação, biodireito, direito penal, direito constitucional, direitos sociais, pensamento dogmático, parto anônimo, nascituro, segurança, dentre vários outros, além de demonstrarem a ampla possibilidade de subcategorias de direitos humanos, revelam a ramificação das produções na área de Direito. E, considerando as observações de Morais (2010, p. 128), destaca-se que

A preocupação com o tema dos direitos humanos está presente desde muito tempo nos trabalhos jurídicos daqueles que somos preocupados com a qualificação da vida quotidiana dos indivíduos, dos grupos sociais, da humanidade e de todos os seres que habitam o planeta [...] inúmeros juristas, como também sociólogos, politólogos, filósofos etc., além daqueles que buscamos construir uma visão transdisciplinar da temática que nos move, bem como agentes sociais engajados na luta por sua efetivação, consolidação e ampliação, vêm desenvolvendo pesquisas e projetos, tentando, a todo o momento, constituir um saber e práticas mais apuradas, além de um discurso garantidor da eficácia e efetividade dos conteúdos próprios – tradicionais ou inovadores – aos direitos humanos, ao lado de uma busca incessante por práticas concretizadoras.

SUMÁRIO

Temos então que as produções na área da ciência do Direito são significativas para o debate crítico, plural e interdisciplinar.

Corroboramos com a análise de Moraes (2010) de que é preciso que saibamos, ainda que imersos nesse contexto crítico, tirar o proveito possível dos conteúdos e procedimentos constitucionais positivados. Dessa maneira, temos que as produções de dissertações e teses do Programa de Pós-graduação em Direito que se vinculam aos direitos humanos estabelecem análises e diálogos importantes para a proteção e garantia de princípios existentes, bem como para a reflexão da atuação de institutos e instituições frente às questões ligadas aos direitos humanos, ou ainda ao âmbito político de respeito e promoção de tais direitos, além da salvaguarda e consolidação no âmbito da sociedade.

REFERÊNCIAS

ADEODATO, João Maurício. Bases para uma metodologia da pesquisa em direito. **Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo**, v. 4, 2015.

BARROSO, Luís Roberto. O Começo da História: A Nova Interpretação Constitucional e o Papel dos Princípios no Direito Brasileiro. In: RÚBIO, David Sánchez; FLORES, Joaquín Herrera; CARVALHO, Salo de (org.). **Direitos humanos e globalização** [recurso eletrônico]: fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. **Tutorial para uso do software de análise lexical Iramuteq**. Florianópolis: Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognition – LACCOS, Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

CONPEDI. **Quem somos**. Florianópolis, [s.d]. Disponível em: <https://conpedi.org.br/#/quem-somos>. Acesso: 19 set. 2023.

FLORES, Joaquín Herrera. **A (re)invenção dos direitos humanos**. Tradução: Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

GALLARDO, Helio. Teoría crítica y derechos humanos: una lectura latinoamericana.

Revista de Derechos Humanos y Estudios Sociales, v. 2, n. IV, 2010. Disponível em: <http://www.derecho.uaslp.mx/Documents/Revista%20REDHES/N%C3%BAmero%204/Redhes4-03.pdf>. Acesso: 03 out. 2021.

MACIEL, Bruna de Oliveira. **O uso de significantes vazios no discurso dos direitos humanos**: contribuições da teoria de Ernesto Laclau para compreensão de princípios de identificação democráticos em comunidades políticas pluralistas. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

MORAIS, José Luis Bolzan de. Direitos Humanos, Estado e Globalização. *In*: RÚBIO, David Sánchez; FLORES, Joaquín Herrera; CARVALHO, Salo de (org.). **Direitos humanos e globalização**: fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

REALE, Miguel. As três acepções fundamentais da palavra direito. **Revista Da Faculdade De Direito**, Universidade De São Paulo, v. 44, p. 68-78, 1949. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66108>. Acesso: 05 out. 2021.

SALVIATI, Maria Elisabeth (org.). **Manual do Aplicativo Iramuteq**. Planaltina, 2017. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salviati>. Acesso em: 08 out. 2021.

SIQUEIRA, Marcos Antônio Calheiros de. **A sistematização dos princípios de direito do trabalho e a reelaboração do seu princípio protetor**: para uma análise crítica da flexisegurança. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

SOARES, Solange. Toldo. A pesquisa em Política Educacional no Brasil: revisão de literatura. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 3, p. 1-17, 2018.

SOUZA, Inês Oliveira de. **O trabalho escravo na lavoura canavieira de Mato Grosso e as alternativas para sua erradicação**: as propostas dos poderes instituídos e da teoria social crítica. 2008. Tese (Doutorado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

WOLKMER, Antonio Carlos. Novos Pressupostos para a Temática dos Direitos Humanos. *In*: RÚBIO, David Sánchez; FLORES, Joaquín Herrera; CARVALHO, Salo de (org.). **Direitos humanos e globalização**: fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

SUMÁRIO

13

Gabriel Carlos da Silva Carneiro Maranhão

PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS:

**UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DO CURSO
DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (PPGCOM/UFPE)**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-161-1.13

INTRODUÇÃO

Fundado em 1998, o Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Pernambuco foi resultado da reunião dos grupos de pesquisa de professores desse departamento. Nessa época, o PPGCOM deu início ao curso de mestrado na área, o primeiro em Pernambuco e o segundo do Nordeste. Por sua vez, o projeto para o curso de doutorado recebeu aprovação pelo Conselho Técnico e Científico (CTC) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no final de 2006. Ambos os cursos possuem conceito 4 junto à Capes, de acordo com o resultado da última avaliação divulgado em 2022.

Entre os objetivos elencados pelo PPGCOM, está o crescimento da pesquisa qualitativa na seara da comunicação brasileira, com foco na produção de estudos que estejam vinculados às práticas midiáticas, de forma a contribuir para o incremento da formação dos profissionais. A preocupação em participar do desenvolvimento acadêmico do Nordeste brasileiro também está entre as bases fundantes do programa.

O PPGCOM divide-se em duas linhas de pesquisa principais, sendo a primeira denominada “Mídia, Linguagem e Processos Sociopolíticos” e a segunda “Estética e Culturas da Imagem e do Som”. A linha 1 “ocupa-se de problematizações de linguagem, produções e processos midiáticos e suas implicações sociopolíticas, práticas profissionais e relações de poder na Comunicação”. Entre as temáticas discutidas estão: ética, democracia e direitos humanos, ideologia e representações, consumo, interações, estratégias narrativas e discursivas, reconfigurações de formatos e tecnologias.

Por outro lado, a linha 2 dialoga sobre os fenômenos estéticos como marcas das produções culturais, de modo que “a ênfase recai sobre a manifestação das subjetividades e percepções dos

elementos sensíveis que aqui denominamos estéticos, explorando seus repertórios de análise crítica e de memória, de produção de sentidos históricos e posicionamentos políticos". O corpo docente do Programa é composto, atualmente, por 23 professores, sendo 12 vinculados à linha de pesquisa 1, e 11 à linha 2.

Tomando por base a consulta realizada ao repositório digital de dissertações e teses do PPGCOM, identificamos que o número total de trabalhos era de 161 trabalhos entre 2008 e 2015, sendo 14 em 2008, 23 em 2009, 18 em 2010, 16 em 2011, 18 em 2012, 23 em 2013, 25 em 2014 e 24 em 2015. Devido à aprovação do curso de doutorado apenas em 2006, as primeiras pesquisas foram publicadas em 2011, por isso o quantitativo de 2008 a 2010, acima citado, diz respeito apenas às dissertações. A partir de 2011, foram incluídas também as teses.

A partir da análise inicial, com base na delimitação temporal previamente definida, foram selecionadas 17 dissertações e 6 teses, tomando por base os objetivos deste estudo. Todos os trabalhos foram enquadrados na categoria Direitos Humanos, não havendo resumos que tratassem de temas afins à Educação em Direitos Humanos. Quando dividimos as dissertações por ano, temos os seguintes dados: um trabalho em 2008, três em 2009, quatro em 2010, dois em 2011, dois em 2012, um em 2013, quatro em 2014 e nenhum em 2015. No que se refere às teses, insta frisar que em 2011 e 2012 não foram selecionados trabalhos que se coadunam com a proposta deste projeto. Feito esse adendo, os quantitativos por ano são os seguintes: dois em 2013, um em 2014 e três em 2015. Para facilitar a visualização dos dados apresentados, organizamos a tabela abaixo com os quantitativos e os percentuais:

SUMÁRIO

Tabela 1 - Produção de teses e dissertações do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social (2008-2015)

ANO	TOTAL DA PRODUÇÃO				DISSERTAÇÕES								TESES							
	Abs.	DH		EDH	TOTAL	DH		EDH		TOTAL	DH		EDH		TOTAL	DH		EDH		
		%	%			Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%			
2008	14	7%	0%	14	1	7%	0	0%	-	-	0%	-	0%	-	-	0%	-	0%		
2009	23	13%	0%	23	3	13%	0	0%	-	-	0%	-	0%	-	-	0%	-	0%		
2010	18	22%	0%	18	4	22%	0	0%	-	-	0%	-	0%	-	-	0%	-	0%		
2011	16	20%	0%	10	2	20%	0	0%	6	0	0%	0	0%	0	0	0%	0	0%		
2012	18	11%	0%	15	2	13%	0	0%	3	0	0%	0	0%	0	0	0%	0	0%		
2013	23	13%	0%	17	1	6%	0	0%	6	2	33%	0	0%	0	0	0%	0	0%		
2014	26	20%	0%	17	4	24%	0	0%	8	1	13%	0	0%	0	0	0%	0	0%		
2015	24	13%	0%	10	0	0%	0	0%	14	3	21%	0	0%	0	0	0%	0	0%		
TOTAL	161	14%	0%	124	17	14%	0	0%	37	6	16%	0	0%	0	0	0%	0	0%		

Fonte: Elaborado pelo autor com informações do Repositório de Teses e Dissertações da UFPE.

ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise dos dados, foram consultados os resumos dos trabalhos e utilizadas as seguintes variáveis como norteadoras: título, objeto/objetivos, perspectivas teóricas, metodologia e resultados. Ao realizarmos a sistematização dos dados, identificamos resumos que não apresentavam informações em todas as categorias. Do total de 17 de trabalhos, quatro deles não traziam informações sobre a perspectiva teórica, sendo um de 2008, um de 2012 e dois de 2014. Em sete resumos não constavam referências à metodologia utilizada na pesquisa, sendo três em 2009, dois em 2010, um em 2011 e um em 2012. Dos 17 resumos, 11 não traziam dados na categoria de análise "resultado", sendo três em 2009, três em 2010, um em 2011, um em 2012 e três em 2014.

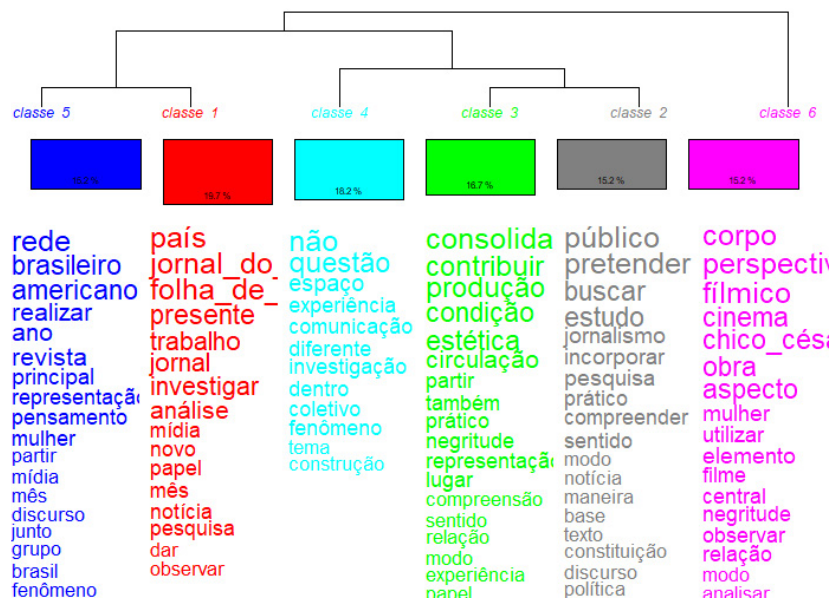
No que tange ao nível de doutorado, foram selecionados seis resumos que correspondiam aos objetivos desta pesquisa, sendo todos eles também enquadrados na categoria Direitos Humanos. Não foram encontradas pesquisas que atendessem à temática de Educação em Direitos Humanos.

SUMÁRIO



Fonte: IRAMUTEQ.

Figura 3 – Classificação Hierárquica Descendente – Comunicação Social



Fonte: IRAMUTEQ.

Nas Figuras 1 e 2, encontramos destacadas palavras que aparecem repetidas ao longo do *corpus*. Entretanto, dada à limitação do próprio IRAMUTEQ, nem sempre as palavras que mais se destacam nas representações gráficas são relevantes do ponto de vista das categorias balizadoras da pesquisa. Isso porque, como observamos nas figuras acima, termos como “partir”, “estudo”, “análise”, “questão”, “pesquisa” e verbos como “investigar”, “contribuir”, “analisar”, “compreende”, que se repetem várias vezes, mas, isoladamente, não possuem um sentido qualitativo.

Sendo assim, insta frisar que a apreciação dos produtos gerados pelo *software* requereu do pesquisador um olhar atento de idas e vindas para extrair as palavras que realmente fossem relevantes para a análise. Vejamos o exemplo da palavra “análise”, que está no centro de ambas as figuras. Apesar da alta frequência, o termo aparece

constantemente para apresentar as pesquisas sem uma significação própria. Em outros casos, está associado a diferentes palavras para formar expressões que fazem referência à variável metodologia como “análise do discurso”, “análises quantitativas e qualitativas”. A palavra também foi utilizada nas categorias objeto/objetivos, perspectivas teóricas e resultados.

Nesse sentido, é perceptível uma semelhança com a palavra “estudo”, que, em sua maioria, remete ao método “estudo de caso”, mas também aparece como perspectivas teóricas (“estudos culturais”) e em expressões como “estudos jornalísticos”.

“Análise” também aparece no título de duas teses do PPGCOM: “A Construção do Protagonismo Feminino no Cinema Pernambucano na Contemporaneidade: uma análise sobre o Édipo, a perversão e a prostituição na construção do imaginário sobre a mulher pernambucana”, de 2009, e “O papel das novas mídias no debate ambiental: uma análise dos fluxos comunicativos no Twitter sobre as mudanças no Código Florestal”, de 2013. Observando a relação entre as palavras na Figura 2, podemos perceber a forte relação entre as palavras “análise” e “trabalho”, que são citadas frequentemente na variável objeto/objetivos.

Como esta pesquisa tem foco nos direitos humanos, não passa despercebido que a expressão está em ramificação direta com “análise”, entretanto, isso não se deve necessariamente ao aparecimento do termo em muitos trabalhos. Na verdade, “direitos humanos” aparece explicitamente apenas no resumo de dissertação “Jornalismo e deliberação: luta por reconhecimento e o não outro generalizado na mídia impressa pernambucana”, publicada em 2012, e no da tese “A liberdade de expressão e o direito humano à comunicação na América Latina: a garantia formal e as suas contradições”, de 2015. Entretanto, é neste último que a abordagem se torna mais aprofundada.

SUMÁRIO

Sendo assim, daremos um pouco mais de destaque a referida tese que se detém à análise da construção e efetivação do direito humano à comunicação. Nos termos do próprio resumo:

A presente pesquisa investiga o processo de garantia formal do Direito Humano à comunicação na América Latina e suas contradições, a partir da experiência de sete Países da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) - Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Uruguai e Venezuela - com foco nas relações entre Estado, política, liberdade, comunicação, radiodifusão e Direitos Humanos (Gomes, 2015, p. 5).

A importância do trabalho reside no fato de a autora se debruçar sobre o conceito de comunicação como um direito humano e sua relação com a liberdade de expressão. A pesquisa tem por base a análise de legislações de radiodifusão das décadas de 1980, 1990 e 2000, bem como de recomendações dos Relatórios Anuais da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. Outro ponto relevante diz respeito ao marco teórico pautado em:

[...] estudos críticos que problematizam o conceito de público, privado e estatal, aplicado às políticas e sistemas de comunicação, e se valem da análise dialética para identificar as condições políticas, econômicas, sociais e culturais que atuam no processo de garantia formal dos Direitos Humanos, especificamente o direito humano à comunicação (Gomes, 2015, p. 5).

O trabalho dialoga fortemente com a perspectiva epistemológica de Boaventura de Sousa Santos, ao enfatizar a dimensão sócio-histórica e as experiências latino-americanas, centrando a atenção "na produção de conhecimento da América Latina sobre a América Latina, do Sul sobre o Sul" (Gomes, 2015, p. 5). No que tange às inferências da autora, a garantia formal do direito humano à comunicação não está adstrita apenas à questão técnica jurídica, pois "a invisibilidade e o silêncio desse direito no discurso do marco

SUMÁRIO

legal de proteção dos Direitos Humanos e nas legislações nacionais de radiodifusão implicam condicionamentos a outras dimensões da vida social, política, cultural e econômica” (Gomes, 2015, p. 5).

Pelos motivos supracitados, esse resumo específico se revela como o principal conteúdo dos dois *corpus*, tanto mestrado como doutorado, por trazer mais claramente a perspectiva de direitos humanos em consonância com os referenciais teóricos desta pesquisa.

A tese faz referência direta a documentos e teorias que rompem com a lógica colonizadora de excluir as vivências e experiências dos países tidos como de “Terceiro Mundo”, além de posicionar a comunicação como um direito humano em constante mutação, estando a sua concretização para além da mera positivação, seja nos ordenamentos jurídicos nacionais ou transnacionais em um “[...] processo histórico de criação ininterrupta de ‘novos’ direitos” fundamentado na afirmação permanente das necessidades humanas e da legitimidade de ação dos novos atores sociais” (Wolkmer, 2010, p. 26).

Aqui cabe um parêntese para enfatizar que, apesar da indispensável relevância de trabalhar a comunicação pela perspectiva dos direitos humanos, esse enfoque ainda não é privilegiado nas pesquisas acadêmicas do PPGCOM analisadas entre 2008 e 2015. Podemos inferir que essa tendência faz parte de uma lógica mais ampla, que Mattelart define como “recuo da crítica”, iniciada entre as décadas de 1980 e 1990:

Essa desertificação dos questionamentos sobre a evolução das relações entre cultura, comunicação e democracia caminhou de mãos dadas com a subjugação de toda a sociedade perante as leis do mercado e as lógicas de privatização, de globalização financeira e de concentração vertical e horizontal que culminaram na formação de conglomerados. A liberdade de expressão comercial tem procurado suplantiar a liberdade de expressão dos cidadãos expressa na Carta fundamental dos direitos humanos (Mattelart, 2009, p. 39).

SUMÁRIO

Não podemos, por outro lado, generalizar esse argumento, principalmente, quando o aplicamos aos dias atuais. Em comparação à realidade de 30 ou 40 anos atrás, tivemos inegáveis avanços na construção de uma percepção crítica da comunicação, seja na área acadêmica ou no mercado de trabalho. Temas como censura velada, restrição da liberdade de expressão e violência contra os comunicadores, além de monopólio da comunicação por grandes empresas são pauta não só dentro dos muros das universidades, mas também fora delas.

Assim sendo, cresce, a cada dia, uma tendência na comunicação social de incluir novas vozes e romper com o padrão colonialista, segregacional e excludente impetrado, muitas vezes, pelos próprios veículos de massa. Novos grupos, tidos como minorias, ganham espaço para apresentar suas demandas e reivindicações e, por conseguinte, rompem com o discurso monopolizado e hegemônico. Sobre essa dinâmica, bem destaca Joaquín Herrera Flores, no capítulo 3, “A nova perspectiva dos direitos humanos”, do livro “Teoria Crítica dos Direitos Humanos”, quando comenta que:

[...] assistimos ao renascimento de novas lutas contra essa ordem global. Os nomes de Seattle, Gênova, Porto Alegre... são símbolos dessas novas lutas e entram, ainda que com dificuldades, nas agendas dos meios de comunicação mundiais. Esses novos movimentos esforçam-se para construir o que se denomina como the globalization from Bellow (a globalização desde baixo: em outros termos, uma “alterglobalização” atenta às necessárias inter-relações entre o global e o local (Herrera Flores, 2009, 67-68).

Mesmo que essas novas lutas encontrem fortes barreiras dentro do padrão hegemônico de comunicação dominante, não se pode abrir mão do movimento de afirmação dos grupos historicamente vulnerabilizados, feito por eles e para eles. Apesar de não aparecer estatisticamente com expressão nos resumos, os direitos humanos estão presentes, ainda que timidamente, na escolha das temáticas e

SUMÁRIO

nas abordagens dos estudos de mestrado e doutorado do PPGCOM voltados, por exemplo, a temas como gênero, sexualidade e raça.

Dos 37 trabalhos de mestrado, dois têm como foco temas relacionados às mulheres, sendo um sobre protagonismo feminino no cinema pernambucano da contemporaneidade e outro sobre a discussão do aborto pela imprensa na campanha presidencial de 2010. O primeiro, publicado em 2009, recebeu o título “A Construção do Protagonismo Feminino no Cinema Pernambucano na Contemporaneidade. Uma análise sobre o Édipo, a perversão e a prostituição na construção do imaginário sobre a mulher pernambucana”. E o segundo, intitulado “Não é pela vida das mulheres: o aborto nas eleições de 2010”, datado de 2014.

Por sua vez, o resumo “Mulheres com H: estereótipos ambivalentes, representações tensionadas e identidades *queer* no programa de TV Papeiro da Cinderela”, de 2009, aborda a performance do apresentador e transformista Jeison Wallace, intérprete de Cinderela, a partir de representações identitárias de gênero e sexualidade atreladas aos discursos de classe, gênero e sexualidade.

No que tange aos seis resumos de teses de doutorado do Programa, temáticas semelhantes relativas a gênero e sexualidade voltam a aparecer. Dois trabalhos destacam a inter-relação entre a comunicação e as mulheres: um sobre a participação feminina em emissoras de televisão e jornais de 11 países e o segundo sobre matéria e performance no cinema de mulheres. Sobre a comunidade LGBTQIA+, foi identificado o resumo “Cinema gay brasileiro: políticas de representação e além”, de 2015, que se debruça sobre o tratamento dado ao homoerotismo masculino pelo cinema brasileiro.

Já no que tange às questões étnico-raciais, a dissertação “A poética africanista e a enunciação da negritude nas canções de Chico César”, de 2010, centra-se no diálogo de questões étnico-raciais e no processo de resignificação simbólica da identidade negra

SUMÁRIO

nas composições do cantor e compositor paraibano. Com recorte similar, a tese “Dos orixás ao *black is beautiful*: a estética da negritude na música popular brasileira”, de 2014, analisa a Música Popular Brasileira (MPB), tendo por base a trajetória de compositores e intérpretes como Clara Nunes, Martinho da Vila e Gilberto Gil. Voltando ao *corpus* do mestrado, selecionamos também um trabalho de 2011, com título “Representações do migrante internacional em *Veja* e *Newsweek*”, que enfoca as representações do indivíduo migrante internacional em duas revistas transnacionais.

Outra tendência bastante presente nas pesquisas, em especial nas de mestrado, é a preocupação com análises em torno da comunicação comunitária, do trabalho de organizações não governamentais (ONGs) e da representação midiática sobre as periferias do Recife. Dentre esses, estão um resumo de 2008 que enfoca um estudo de caso referente ao agendamento jornalístico sobre a infância e adolescência em Pernambuco a partir do ONG Auçuba Comunicação e Educação, localizada na capital pernambucana, além de dois trabalhos, ambos de 2010, centrados na comunidade periférica do Coque, no Recife, sendo um direcionado à Rede Coque Vive e outro às disputas discursivas da mídia em torno desse bairro.

No que tange ao jornalismo ambiental, três dissertações destacam a influência das mídias em torno do debate do meio ambiente, seja em veículos de comunicação impressos ou digitais. São elas: “Manchetes socioambientais: noticiabilidade e agendamento em diários impressos brasileiros”, de 2010, “O papel das novas mídias no debate ambiental: uma análise dos fluxos comunicativos no Twitter sobre as mudanças no Código Florestal”, de 2013, e “Jornalismo Construtivista e Mudanças Climáticas: desafios para uma adequada representação noticiosa”, datada de 2014.

Sobre a regulação da mídia e os direitos individuais, constam no repositório os trabalhos “A ambigüidade (*sic*) no princípio da complementaridade entre os sistemas de radiodifusão na CF: inoperância

SUMÁRIO

regulatória, crise do Estado e domínio privado”, de 2009, e “Jornal de quem?: Um estudo de caso sobre o Nosso Jornal, da TV Universitária do Recife”, publicado em 2012, que tem como parâmetros de análise a legislação brasileira e documentos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Tecnologia (Unesco). Ainda nesse eixo temático, enquadrados as pesquisas “Jornalismo e deliberação: luta por reconhecimento e o não-outro generalizado na mídia impressa pernambucana”, de 2012, e “Do discurso da censura à censura do discurso: narrativas jornalísticas sobre o direito à liberdade de expressão”, de 2014. Um trabalho de 2011 concentra a discussão em torno de 104 observatórios de mídias localizados em 39 países.

Sobre o tema da cidadania, selecionamos ainda o resumo publicado em 2014 “Comunicação, experiência sensível e cidadania: a construção do comum entre comunidades virtuais e espaço urbano”, por tratar dos processos comunicacionais nos espaços virtual e urbano em torno das Jornadas de Julho de 2013.

O trabalho “Fenômenos da midiatização sobre a esfera social: reflexões acerca do vulnerável social e a cadeia de experiências”, de 2013, relaciona-se, em certa medida, com os supracitados por buscar compreender a ação comunicativa de pertencimento social de pessoas excluídas socialmente, seja por viverem em periferias ou por carregarem sentidos de marginalização social.

Quando redirecionamos o nosso olhar para as variáveis do nosso estudo, percebemos que o *corpus* de comunicação encontra uma lacuna considerável quando se trata de metodologia, perspectivas teóricas e resultados. Pois, dos 23 resumos, incluindo mestrado e doutorado, sete não apresentavam dados sobre as teorias utilizadas, nove deles não indicavam os parâmetros metodológicos e 14 não incluíam as conclusões da pesquisa.

Entretanto, aqueles que citam os autores escolhidos para a análise trazem um importante dado: a maioria das referências

SUMÁRIO

teóricas dialoga, direta ou indiretamente, com uma teoria crítica da comunicação e abordagens correlatas. Nas pesquisas de mestrado, temos a convergência de teorias e autores que são utilizado tanto no campo comunicacional quanto em pesquisas relativas aos direitos humanos.

Nos estudos de mestrado, são citados autores, como Paulo Freire, e expoentes do pensamento crítico comunicacional latino-americano, como Cicília Peruzzo e Raquel Paiva, além de Zygmunt Bauman e Loïc Wacquant. No doutorado, encontramos menção a autores de teorias feministas, como Simone de Beauvoir, Vincent Mosco, Carolyn Byerly, Karen Ross, Margaret Gallagher, Ellen Riordan, Janeth Wasko, Michelle Mattelart, Leslie Steeves e Luise North. Ainda são identificadas abordagens críticas que corroboram a tendência de pesquisas acadêmicas no PPGCOM para incluir perspectivas críticas, como a Teoria *Queer* e a Teoria das Representações Sociais.

Da mesma forma, quando os trabalhos trazem dados sobre a variável métodos/metodologia, os pesquisadores destacam escolhas metodológicas em consonância com as teorias adotadas. No *corpus* do mestrado, identificamos caminhos metodológicos pautados na Análise de Discurso e na Semiótica Discursiva, além de Teoria Crítica do Discurso e de epistemologias como a construtivista do jornalismo.

Já no doutorado, destacamos mais uma vez a tese “A liberdade de expressão e o direito humano à comunicação na América Latina: a garantia formal e as suas contradições”, que estabelece um diálogo entre as perspectivas teóricas interdisciplinares da Comunicação e outras áreas das Ciências Sociais em articulação com a análise dialética, enquanto a escolha metodológica é pautada no conhecimento produzido na América Latina sobre a América Latina. Ainda no *corpus* do doutorado, são utilizadas metodologias tradicionais, como estudo de caso, levantamento e revisão bibliográfica e utilização de entrevistas e observação participante.

SUMÁRIO

A última variável, resultados, concentra a maior defasagem no tocante ao preenchimento desse campo. Dos 23 resumos, 14 não faziam menção às conclusões/achados da pesquisa. No *corpus* de mestrado, dos 17 resumos, apenas seis trouxeram dados. Dois resumos se destacam na elaboração dessa variável: “Coque: Morada da morte?: práticas e disputas discursivas em torno de um bairro do Recife”, de 2010, e “Jornalismo Construtivista e Mudanças Climáticas: desafios para uma adequada representação noticiosa”, de 2014.

Ambos os resumos explicitam, além dos resultados, as contribuições esperadas pelos pesquisadores a partir das análises empreendidas. O primeiro tinha como objetivo compreender representações midiáticas sobre o Coque, uma das comunidades mais violentas do Recife, chegando a ser denominada por jornais locais como “morada da morte”. Ao final, do trabalho chegou-se à conclusão de que:

[...] o Coque adquiriu, em determinados contextos sociohistóricos, estatutos distintos de sujeito: de uma comunidade representada como sujeito da transformação social, que lutava por direitos sociais como a permanência e posse da área ocupada às margens do Rio Capibaribe, passou a ser tratada, preferencialmente, como um sujeito vocacionado à marginalidade e à violência (Vale Neto, 2010, p. 8).

E prossegue afirmando que:

[...] O trabalho contribui, a partir do estudo de caso do Coque, para uma melhor compreensão do modo como as práticas e representações midiáticas contribuem para a construção e/ou consolidação de estereótipos e estigmas que retroalimentam ciclos viciosos de exclusão social (Vale Neto, 2010, p. 8).

O segundo trabalho tem como foco a análise 638 matérias dos jornais Folha de São Paulo, O Globo e o Jornal do Commercio, “coletadas no período de 13 de maio a 22 de julho de 2012, ou seja, no mês que antecedeu e sucedeu a Rio+20 - Conferência das

SUMÁRIO

Nações Unidas sobre a Sustentabilidade, realizada no Rio de Janeiro” (Coutinho, 2014, p. 5). Como resultado, o autor destaca:

[...] a necessidade de combater o reducionismo simbólico no noticiário que desarticula e fragmenta a consciência sobre a complexidade dos problemas e dos desafios das mudanças do clima para encontrar respostas políticas, sociais, econômicas e ambientais que atenuem a crise do desenvolvimento humano. Com esta dissertação, esperamos contribuir para superação dos desafios colocados à qualidade jornalística, que se materializam especialmente nos valores mitificados de objetividade e neutralidade, esvaziando os potenciais críticos das controvérsias sociais contidas nas versões dos respectivos atores e grupos vinculados nas esferas públicas necessários à promoção do entendimento voltado para o consenso social (Coutinho, 2014, p. 5).

Outro trabalho relevante trata das questões ambientais. Intitulado “O papel das novas mídias no debate ambiental: uma análise dos fluxos comunicativos no Twitter sobre as mudanças no Código Florestal”, o resumo apresentava, como hipótese central, a ideia de que as novas mídias, com destaque para o Twitter, têm o condão de ampliar as vozes e os discursos sobre a temática, hipótese essa que foi parcialmente comprovada ao final da pesquisa. Isso porque o autor salienta que, apesar da pluralidade de atores que participam das discussões sobre o meio ambiente, “o debate ideológico não foi marcado por uma pluralidade consciente no que diz respeito à defesa de diferentes modelos civilizatórios capazes de tratar da crise ambiental” (Medeiros, 2013, p. 12).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De todo o apanhado realizado no *corpus* de Comunicação Social do PPGCOM, podemos inferir que a preocupação em adotar uma abordagem explicitamente vinculada aos direitos humanos

ainda se mostra incipiente, porém foram identificados traços que tangenciam a área, principalmente com a presença de temáticas relativas aos grupos vulneráveis, além de questões globais, como a defesa do meio ambiente, e locais, como a representação de comunidades periféricas pelos meios de comunicação ou o fortalecimento da comunicação comunitária. Em que pese a relevância desses trabalhos, uma análise centrada exclusivamente nos resumos, como a proposta por esta pesquisa, não é suficiente para aprofundarmos o conteúdo das dissertações e teses.

Como bem afirma o ditado popular, é perigoso julgar o “livro pela capa”, mas se assim o fazemos como decisão metodológica, podemos indagar: “por que, em pleno século XXI, as pesquisas em comunicação não trazem explicitamente uma abordagem em direitos humanos?”. Isso não nos dá o direito de sentenciar que o fato de alguns resumos tratarem indiretamente sobre esse tema é menos importante.

Todavia, precisamos fazer uma última reflexão: em uma realidade social, seja ela global, regional ou local, em que, progressivamente, vemos ascender discursos e práticas claramente contrárias à construção histórica do que convencionamos chamar de direitos humanos, não podemos simplesmente nos contentarmos com uma abordagem superficial.

Não podemos aceitar a lógica de um retrocesso no campo das lutas sociais que nos fizeram chegar a uma mínima efetivação desses direitos. E, portanto, essas lutas e discursos contra-hegemônicos e críticos precisam se fortalecer dentro e fora do campo acadêmico. A Comunicação Social, nesse sentido, é um importante alicerce para que possamos ampliar vozes e vivências que a lógica dominante fez questão de posicionar “à margem”. Essas vozes e vivências precisam ser enunciadas explicitamente contra a corrente que teima em silenciá-las e, quanto maior for a correnteza que queira excluí-las, mais alto teremos que gritar... até que elas sejam finalmente ouvidas e respeitadas.

SUMÁRIO

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Brigido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. **Tutorial para uso do software de análise lexical Iramuteq**. Florianópolis: Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição – LACCOS, Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

COUTINHO, Robério Daniel da Silva. **Jornalismo Construtivista e Mudanças Climáticas**: desafios para uma adequada representação noticiosa. 2014. 204 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Centro de Artes e Comunicações, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/13140>. Acesso em: 7 out. 2021.

GOMES, Raimunda Aline Lucena. **A liberdade de expressão e o direito humano à comunicação na América Latina**: a garantia formal e as suas contradições. 2015. 427 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Centro de Artes e Comunicações, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17147>. Acesso em: 23 set. 2021.

HERRERA FLORES, J. A nova perspectiva dos direitos humanos. **A (re)invenção dos direitos humanos**. Tradução: Carlos Roberto Diogo Garcia, Antônio Henrique Graciano Suxberger e Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009, p. 65-88.

MATTELART, Armand. A construção social do direito à Comunicação como parte integrante dos direitos humanos. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 33-50, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/download/236/229>. Acesso em: 7 out. 2021.

MEDEIROS, Priscila Muniz de. **O papel das novas mídias no debate ambiental**: uma análise dos fluxos comunicativos no twitter sobre as mudanças no Código Florestal. 2013. 155 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Centro de Artes e Comunicações, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10845>. Acesso em: 7 out. 2021.

VALE NETO. João Pereira. **Coque: Morada da Morte?**: práticas e disputas discursivas em torno de um bairro do Recife. 2010, 127 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). – Centro de Artes e Comunicações, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3237/1/arquivo36_1.pdf. Acesso em: 7 out. 2021.

WOLKMER, Antônio Carlos. Novos Pressupostos para a Temática dos Direitos Humanos. In: RÚBIO, David Sánchez; FLORES, Joaquín Herrera; CARVALHO, Salo de. (org.). **Direitos Humanos e Globalização**: fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010, p. 13-29.

SUMÁRIO

14

Sulamita Bernardo de Albuquerque

PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS:

**UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DO CURSO
DE HISTÓRIA (PPGH/UFPE)**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-161-1.14

INTRODUÇÃO

O Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH/UFPE) foi criado em 1974, com o curso de mestrado, e, em 1991, implementou o doutorado, constituindo-se como uma das primeiras Pós-graduações em História do país. Inicialmente, o PPGH se organizou em duas áreas de concentração: a primeira área, História do Norte e Nordeste do Brasil, e a segunda área, Pré-história do Brasil, e posteriormente, através de um convênio com a Universidade Federal da Paraíba, foi criada uma terceira área: Metodologia do Ensino da História. Em 2003, duas das três áreas de concentração que compunham o PPGH se dividiram em duas Pós-graduações independentes: o Mestrado em Pré-História da UFPE e o Mestrado em Teoria e Metodologia do Ensino da História da UFPB.

Atualmente, o PPGH possui como área de concentração Sociedades, Culturas e Poderes, que consiste em uma perspectiva histórica multidisciplinar, com enfoque relacionado às problemáticas que abrangem territórios, temporalidades e sociedades diversas (Américas, África, Europa e Ásia), priorizando os debates teórico-metodológicos no contexto das abordagens historiográficas de cada linha de pesquisa.

As linhas de pesquisa, assim como os grupos de pesquisa que compõem o programa, são cinco. A primeira, “Cultura e Memória”, discorre sobre os discursos e as práticas culturais associados ao plano político, sociocultural e econômico, abordando, como principais temáticas, as políticas públicas de cultura e as relações de gênero, entre outros temas.

A segunda linha de pesquisa é “Relações de Poder, Sociedade e Ambiente” que dialoga sobre os temas da história social, política, econômica e cultural, além da temática ambiental, nas épocas moderna e contemporânea, elencando, como principais temas,

a história da saúde pública, as relações entre seres humanos e natureza, o Estado e elites, a cidadania, os movimentos sociais, as relações de trabalho, a questão fundiária, a de gênero, a dos povos originários e a das comunidades tradicionais.

O “Mundo Atlântico” configura a terceira linha e busca enquadrar suas abordagens no espaço devassado, a partir do século XV e cada vez mais utilizado, desde aquele momento, como elo entre as diversas áreas continentais que lhe circundam (inclusive seus espaços interiores) e as outras massas oceânicas do planeta. As temáticas abordadas nesta linha versam sobre a construção e circulação de ideias, as identidades e instituições, as múltiplas faces e resultados das interações e as relações entre as Américas, a África e a Europa.

A quarta linha, denominada “Saberes Históricos: Teoria, Ensino e Mídias”, problematiza e discute os elementos teóricos e metodológicos na construção da história como forma de conhecimento, narrativa e ensino, destacando os usos da história em práticas socioculturais em suas relações com as mídias nas sociedades contemporâneas. Explora os seguintes campos: estudos de prática histórica, ensino de história, produção e aprendizado histórico, teorias e metodologias da história, narrativas históricas presentes no uso das diversas mídias e suas linguagens.

A quinta linha de pesquisa, “Do Antigo ao Moderno: poderes, culturas e discursos”, disserta sobre os mais diversos aspectos das sociedades que se constituíram durante os períodos tradicionalmente convencionados como Antiguidade, Idade Média e Idade Moderna, em diversos recortes espaciais. Dedicase à reflexão sobre as instituições e modos de organização político-sociais; as linguagens políticas e às formas de exercício do poder; as relações estabelecidas entre os sujeitos e os grupos sociais, suas redes e as formas de sociabilidade; as relações de gênero e de alteridade; às relações entre poder e religião; a produção material, cultural e intelectual: as relações entre escrita e oralidade; os valores e concepções (tradições,

SUMÁRIO

costumes, crenças, ideologias, utopias); as formas e as transformações do discurso histórico e aos usos do passado.

O programa configura-se como uma escola produtora de conhecimentos históricos e formadora de quadros de Professores e Pesquisadores, e, desde 1977, edita a revista "Clio: revista de pesquisa histórica"²⁰. Tem como objetivo geral enriquecer a formação acadêmica dos profissionais da área de história e afins – ampliando os seus conhecimentos adquiridos na graduação e desenvolvendo suas capacidades no campo do ensino e da pesquisa – com vistas ao aperfeiçoamento dos quadros para o magistério do ensino fundamental, médio e superior, mas também para a administração pública, especialmente em Centros de Pesquisa, Bibliotecas, Arquivos, Museus, Institutos Culturais etc. Conta com cinco grupos de pesquisa: Poder e relações sociais no norte e nordeste; O mundo atlântico; História, política, Governabilidade e justiça do trabalho; Do antigo ao moderno: poderes, culturas e discursos; Saberes históricos: teoria, ensino e mídias.²¹

O corpo docente, atualmente, é composto por 41 professores, todos com doutorado, sendo 38 permanentes (93%) e 3 colaboradores (7%), divididos entre as linhas de pesquisas. Os cursos da Pós-graduação em História (PPGH/UFPE) possuem o conceito 5, segundo a avaliação quadrienal da CAPES, em 2021.²²

Diante de uma análise inicial e com vistas à delimitação temporal, previamente definida (2008–2015), enquadradas nas categorias Direitos Humanos (DH) e Educação em Direitos Humanos (EDH), tomando como fonte de pesquisa o repositório digital de publicações do PPGH/UFPE, identificou-se, no tocante às dissertações de mestrado,

20 ISSN 0102-4736.

21 Dados extraídos da página do Programa de Pós-graduação de História/UFPE. Disponível em: <https://www.ufpe.br/ppghistoria/o-programa>. Acesso em: 4 abr. 2022.

22 Resultado disponível no site da CAPES. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/avaliacao-quadrienal/resultado-da-avaliacao-quadrienal-2017-2020>. Acesso em: 21 set. 2022.

SUMÁRIO

um total de 157: sendo 21 em 2008, 18 em 2009, 19 em 2010, 21 em 2011, 17 em 2012, 20 em 2013, 19 em 2014 e 22 em 2015. Em relação às publicações de teses de doutorado foram 78: sendo 13 em 2008, 3 em 2009, 4 em 2010, 8 em 2011, 11 em 2012, 12 em 2013, 13 em 2014 e 14 em 2015.

Dentre os trabalhos, foram selecionadas 31 dissertações e 14 teses, os quais apresentam similaridades com a categoria Direitos Humanos, não havendo, portanto, resumos em consonância com a categoria Educação em Direitos Humanos. Conforme o *corpus* selecionado, obteve-se os seguintes quantitativos relativos à categoria estudada, no que tange às dissertações de mestrado: em 2008, 7 das 21; em 2009, 3 das 18; em 2010, 2 das 19; em 2011, 3 das 21; em 2012, 6 das 17; em 2013, 4 das 20; em 2014, 3 das 19, e em 2015, 3 das 22 publicações. No tocante às teses de doutorado, os quantitativos são: em 2008, 1 das 13; em 2009, não houve publicação na categoria; em 2010, 1 das 4; em 2011, 3 das 8; em 2012, 1 das 11; em 2013, 3 das 12; em 2014, 2 das 13; e em 2015, 3 das 14. Na tabela abaixo, é possível observar os valores representativos e seus respectivos percentuais.

SUMÁRIO

ANO BASE	PUBLICAÇÕES				DISSERTAÇÕES				TESES			
	TOTAL	DH	EDH	%	TOTAL	DH	EDH	%	TOTAL	DH	EDH	%
2008	34	8	0	23,52%	21	7	0	33,33%	13	1	0	7,69%
2009	21	3	0	14,28%	18	3	0	16,66%	3	0	0	0%
2010	23	3	0	13,04%	19	2	0	10,25%	4	1	0	25%
2011	29	6	0	20,68%	21	3	0	14,28%	8	3	0	37,5%
2012	28	7	0	25%	17	6	0	35,29%	11	1	0	9,09%
2013	32	7	0	21,87%	20	4	0	20%	12	3	0	25%
2014	32	5	0	15,62%	19	3	0	15,78%	13	2	0	15,38%
2015	26	6	0	23,07%	22	3	0	13,63%	14	3	0	21,42%
TOTAL	235	45	0	19,14%	157	31	0	19,74%	78	14	0	17,94%

Fonte: Repositório Digital de Publicações UFPE/PPGH, 2022.

Para análise de cada resumo foram utilizadas cinco variáveis norteadoras: título; objeto/objetivo; perspectivas teóricas; metodologia e resultados. De acordo com a aplicabilidade das variáveis, das 31 dissertações, 25 não apresentaram as perspectivas teóricas. Em relação à variável análise dos resultados, 7 não informaram. No que concerne ao nível doutorado, dos 14 resumos que foram analisados, 7 não apresentaram as perspectivas teóricas e, em 4 resumos, não se encontrou registro da metodologia.

Tabela 2 – Quadro representativo apresenta o quantitativo de variáveis que não consta nos resumos das Dissertações e Teses do Programa de Pós-Graduação em História/UFPE na categoria de Direitos Humanos (2008-2015)

ANO BASE	PUBLICAÇÕES				DISSERTAÇÕES				TESES			
	TOTAL	DH	EDH	%	TOTAL	DH	EDH	%	TOTAL	DH	EDH	%
2008	7	0	0	6	3	2	1	0	0	0	0	0
2009	3	0	0	3	2	1	0	-	-	-	-	-
2010	2	0	0	2	2	2	1	0	0	0	1	0
2011	3	0	0	2	2	0	3	0	0	2	0	0
2012	6	0	0	5	2	1	1	0	0	1	1	0
2013	4	0	0	3	1	0	3	0	0	2	1	0
2014	3	0	0	1	1	1	2	0	0	0	1	0
2015	3	0	0	3	2	0	3	0	0	2	0	0
TOTAL	31	0	0	25	15	7	14	0	0	7	4	0

Legendas: (1) título; (2) objeto/objetivo; (3) perspectivas teóricas; (4) metodologia e (5) resultados.

Fonte: Repositório Digital de Publicações UFPE/PPGH, 2022.

ANÁLISE DOS DADOS

A partir do processamento do *corpus* no *software* IRAMUTEQ (Camargo, Justo, 2013), um *software* livre que possibilita a análise estatística sobre o *corpus* de texto e tabelas individuais/caracteres,

foram geradas três imagens com base na análise dos resumos das publicações dos níveis mestrado e doutorado: nuvem de palavras (NP), análise de similitude (AS) e classificação hierárquica descendente (CHD). Os resumos dos trabalhos de mestrado e doutorado foram processados, em conjunto, no *software*, tendo em vista que a união do *corpus* dos dois níveis forneceu uma maior densidade de dados para a pesquisa.

Nos trabalhos apresentados dentro do recorte temporal, foram identificadas relações com temas de cunho político-social, e, do total, dois trabalhos são relativos ao papel da mulher na perspectiva das lutas nas relações de trabalho, no protagonismo feminino e nas relações de gênero, com a primeira dissertação com o tema tendo sido publicada em 2012, com o título “Paraíba, mulher macho: Tessituras de Gênero, desafios história (Paraíba, Século XX)”. E, publicada em 2010, uma tese com o título “Sem embargo de ser fêmea: as mulheres e estatuto jurídico movimento direito local de Pernambuco século XVIII” enfoca as abordagens eurocêntricas predominantes no período e os estereótipos atribuídos ao gênero feminino, manifestando a dita incapacidade de mulheres para governar, gerir e agir por si mesmas a vida civil.

De acordo com Joaquim Herrera Flores, no capítulo 3, intitulado “A nova perspectiva dos direitos humanos”, do livro “Teoria Crítica dos Direitos Humanos”, essa problemática está associada ao modelo hegemônico de exclusão impetrado por políticas colonialistas, que estabelecem uma ordem social injusta e opressora.

O mesmo grau de violação da dignidade se dá no caso das mulheres condenadas a viver enclausuradas e alheias aos processos sociais cotidianos, como também no caso de seres humanos obrigados, pelas políticas colonialistas de destruição de seus países de origem, a procurar trabalho no entorno hostil de um Ocidente-fortaleza. Reivindicar a interculturalidade não se restringe, por outro lado, ao necessário reconhecimento do outro. É preciso, também, transferir poder, empoderar os excluídos dos processos

SUMÁRIO

de construção de hegemonia. Do mesmo modo, trabalhar na criação de mediações políticas, institucionais e jurídicas que garantam os acima referidos reconhecimento e transferência de poder (Herrera Flores, 2009, p. 164).

Observa-se, nos estudos acima, questões profundas dos direitos humanos que permeiam toda a sociedade, produzidas e reproduzidas historicamente, os quais apontam relações de poder que foram desencadeando desigualdades sociais profundas. Desta forma, as pesquisas selecionadas no repositório do PPGH/UFPE possuem uma ênfase nas temáticas que envolvem grupos vulnerabilizados. Segundo Candau (2010), a construção da democracia requer a valorização de questões relativas à igualdade, devendo-se eliminar ou relativizar as diferenças. Neste âmbito, a autora pontua:

[...] no meio de tensões, contradições e conflitos, caminhos de afirmação de uma cultura dos Direitos Humanos, que penetre todas as práticas sociais e seja capaz de favorecer processos de democratização, de articular a afirmação dos direitos fundamentais de cada pessoa e grupo sociocultural, de modo especial os direitos sociais e econômicos, com o reconhecimento dos direitos à diferença (Candau, 2010, p. 399).

Por sua vez, as dissertações “Pernambuco perigo: pobreza, revolução e comunismo (1959-1964)” e “Viva a Liberté! Cultura política popular, revolução e sentimento patriótico independência Grão Pará, 1790-1824”, ambas de 2008, apresentam como foco a ação de grupos na conservação de poderes hegemônicos, que propunham organizações sociais embasadas na relação de poder e opressão de direitos, liberdade e cidadania. Ressalta-se, nesses estudos, a utilização de uma perspectiva teórica em concordância com o pensamento crítico dos direitos humanos, segundo Herrera Flores (2009), ao afirmar que os movimentos sociais precisam se munir de ideias e conceitos que permitam avançar na luta pela dignidade humana, na superação de um modelo ideológico neoliberalista, agressivo e opressor.

SUMÁRIO

Destaca-se, também, o estudo “Políticas públicas de saúde mental e reforma psiquiátrica Pernambuco (1991 a 2001)”, de 2008. Esse trabalho traz uma crítica ao modelo de políticas de saúde mental e, no seu arcabouço teórico, menciona uma preocupação na efetivação de um projeto de reforma psiquiátrica e a construção de novos espaços democráticos para que o paciente seja acolhido.

As conquistas das pessoas com deficiência têm sido um desafio enfrentado ao longo da história na busca do reconhecimento de direitos. Os temas associados aos direitos humanos convergem para a formação da cidadania consciente dos direitos e deveres, promovendo o reconhecimento da dignidade da pessoa humana alcançada no fortalecimento da democracia. Nesta perspectiva, muitos direitos precisam ser, de fato, vivenciados e que a legislação alcance a sua plenitude na busca de um bem-estar social.

Em 7 de julho de 2015, foi publicada a Lei 13.146, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também nomeada de Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) que prevê, no art. 2º,

Considera-se PCD aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. § 1.º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará: I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; III - a limitação no desempenho de atividades; e IV - a restrição de participação. § 2.º O Poder Executivo criará instrumentos para avaliação da deficiência (Brasil, 2015).

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), lançado em 2003 (Brasil, 2003), que teve como referência documentos nacionais e internacionais, indica alguns princípios balizadores dos direitos humanos para a educação:

SUMÁRIO

SUMÁRIO

a) a educação deve ter a função de desenvolver uma cultura de direitos humanos em todos os espaços sociais; b) a escola, como espaço privilegiado para a construção e consolidação da cultura de direitos humanos, deve assegurar que os objetivos e as práticas a serem adotados sejam coerentes com os valores e princípios da educação em direitos humanos; c) a educação em direitos humanos, por seu caráter coletivo, democrático e participativo, deve ocorrer em espaços marcados pelo entendimento mútuo, respeito e responsabilidade; d) a educação em direitos humanos deve estruturar-se na diversidade cultural e ambiental, garantindo a cidadania, o acesso ao ensino, permanência e conclusão, a equidade (étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras) e a qualidade da educação; e) a educação em direitos humanos deve ser um dos eixos fundamentais da educação básica e permear o currículo, a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, o projeto político pedagógico da escola, os materiais didático-pedagógicos, o modelo de gestão e a avaliação; f) a prática escolar deve ser orientada para a educação em direitos humanos, assegurando o seu caráter transversal e a relação dialógica entre os diversos atores sociais (Brasil, 2003, p. 32).

Tendo como parâmetro uma análise conceitual, observamos que esses documentos buscaram refletir, na sociedade, garantias e mudanças relativas a uma perspectiva cidadã, alicerçada com os direitos humanos. Considerando que o portador de transtorno mental, ao longo de décadas, foi tratado como incapaz, repercute a legislação, acima, para o acolhimento das pessoas com deficiência, tendo em vista as suas especificidades.

Já em relação às produções que desenvolvem um contexto crítico sobre o sistema escravista no Brasil, as condições de vulnerabilidade e violência, no *corpus* analisado, são relevantes três. São elas, as dissertações “Cativo e cotidiano num ambiente rural: o (Sertão Médio São o Pernambuco) (1840–1888)”, de 2008,

e “E trovejou o cacete: cotidiano, resistência e criminalidade escrava (Recife, 1871–1888)”, de 2009, e a tese “‘Por não querer servir seu senhor’: os quilombos volantes Vale Cotinguiba (Sergipe Del Rey, século XIX)”, de 2015. Questões sobre o contexto étnico-racial revelam um sistema desumano e violento, em que os escravos não eram vistos como sujeitos de direito, mas como mercadorias dos senhores, explorados e comercializados livremente, e os direitos humanos trazem, na sua premissa, o combate ao preconceito estrutural, sendo uma bandeira de luta que visa o reconhecimento destas pessoas excluídas socialmente e que carregam um estigma de marginalização social. Segundo Vieira (2019, p. 78),

[o] racismo não pode figurar na condição de coadjuvante das análises sociais em uma sociedade em que a escravidão foi um dos maiores sistemas de ‘gastar’ gente que a humanidade viu em funcionamento. Não se pode atenuar a importância da influência que a escravidão brasileira impôs sobre os padrões culturais, envolvendo questões de ordem econômica, jurídica, política, religiosa ou, mesmo, sexual.

As desigualdades econômicas que desaguam na precarização do desenvolvimento social das regiões do Nordeste Pernambucano foi o enfoque do estudo com o título “As políticas de desenvolvimento econômico e social para o semiárido durante o regime militar (1964–1985)”, de 2011. Esse estudo traz como pano de fundo um resgate histórico sobre a intervenção estatal na Mesorregião do semiárido pernambucano, por meio de programas de desenvolvimento, que efetivamente tinham sua atuação distante das necessidades da população da Região Nordeste.

Neste mesmo eixo temático, encontra-se a dissertação “Corpos exauridos: relações de poder, trabalho e doenças plantações açucareiras (Zona Mata de Pernambuco, 1963–1973)”, de 2012, que reforça a discussão sobre a condição de vida da população trabalhadora da região e a precariedade das condições de trabalho e de assistência médica. Segundo Santos (2003),

SUMÁRIO

sob a capa de um contrato, a nova contratação prefigura o ressurgimento do *status*, isto é, dos princípios da ordem hierárquica pós-moderna, em que as condições das relações sociais estavam diretamente ligadas à posição das partes na hierarquia social. [...] Com efeito, o *status* é hoje em dia simples consequência da tremenda desigualdade de poder econômico existente entre as partes – sejam elas Estado ou indivíduos – no individual, bem como a faculdade que essa desigualdade atribui à parte mais forte _ na ausência da regulação corretiva do Estado – de impor sem discussão as condições que lhe sejam mais favoráveis (Santos, 2003, p. 18).

O trabalho em tela dialoga estreitamente com o contexto trazido por Boaventura de Souza Santos no seu artigo “Poderá o poder ser emancipatório?”, em que, ao destacar o profundo abismo histórico-social relativos as precarizações nas relações de trabalho, atenta-se sobre as inter-relações desiguais, que configuram interesses de grupos sociais hegemônicos.

A ausência de políticas que efetivamente projetam reparações ou desconstruam indicadores históricos fazem uma correlação intrínseca entre a garantia e a fragilização no acesso aos direitos fundamentais. Esses temas, ainda relevantes e perenes até os dias atuais, comprometem a participação democrática de algumas camadas sociais, ocorrendo, assim, um descompasso na ordem social em direção aos interesses da classe dominante, contribuindo para alargar a exclusão social. Boaventura de Sousa Santos (2007) pontua que

o outro lado da linha abissal é um universo que se estende para além da legalidade e ilegalidade, para além da verdade e da falsidade. Juntas, estas formas de negação radical produzem uma ausência radical, a ausência de humanidade, a sub-humanidade moderna. Assim, a exclusão torna-se simultaneamente radical e inexistente, uma vez que seres sub-humanos não são considerados sequer candidatos à inclusão social. A humanidade moderna não se concebe sem uma sub-humanidade moderna (Santos, 2007, p. 76).

SUMÁRIO

Por sua vez, na pesquisa, encontram-se sete estudos, entre dissertações e teses, sobre a luta dos povos indígenas da Região Nordeste de Pernambuco. Nesses estudos, os autores se debruçam neste tema, destacando-se entre eles, "Migrações Xukuru Ororubá: memórias e História (1950–1990)", de 2012, "Os Índios Xukuru Ororubá ribeira Ipojuca (Pesqueira/Porção): ambiente, memória e história (1986–2010)", de 2013, e a tese "Índios e Terras Ceará: 1850–1880", de 2012. É importante considerar que o processo de afirmação dos direitos humanos converge ao reconhecimento, à garantia e à aplicabilidade dos direitos e princípios fundamentais, tais como direitos sociais, princípio da proteção, princípio da dignidade humana, direito à terra, entre outros, observando-se que os estudos supracitados tratam das lutas pelas conquistas dos direitos indígenas, alinhando-se, assim, às premissas dos direitos humanos.

No que concerne a temática da Cidadania, a dissertação "O discreto charme democracia: os movimentos de bairro e o festim participação popular periferias Recife (1979–1988)", de 2014, e a tese "Cidade vermelha: a experiência democrática pós-Estado Novo Recife, 1945–1955", de 2011, estudam e relatam o processo histórico de constituição identitária destas classes populares das periferias do Recife. As violações sofridas pelas classes sociais menos desprovidas, ao longo dos anos, revelam uma estrutura que conduz a um modelo injusto e opressor, sendo importante e necessário a efetivação de uma formação cidadã que garanta o conjunto dos direitos sociais, políticos e civis, e que assegurem a dignidade humana, por meio de políticas públicas mais condizentes com a equidade e a garantia dos direitos fundamentais. Estes estudos vêm ao encontro do que reflete Benevides (1991, p. 20) em seu artigo sobre "participação popular como possibilidade de criação, transformação e controle sobre o poder ou os poderes".

Sobre o tema regime militar e a atuação da polícia, são elencados 13 estudos, e, entre esses, destaca-se as dissertações "Campanhas políticas e repressão policial: as pichações cidade Recife (1979–1985)", de 2012, e "Interstícios golpe: resistência

SUMÁRIO

Diante do recorte temporal estabelecido (estudos de 2008 a 2015), evidencia-se que, no *corpus* das dissertações e teses, encontram-se produções que trazem conteúdos significativos para os direitos humanos, alinhando-se perfeitamente com os referenciais teóricos desta pesquisa. Vale ressaltar que a análise nos estudos supracitados foi realizada centrada nos respectivos resumos, que revelaram contribuições de cunho crítico-analítico aos temas propostos, estabelecendo importantes reflexões ao debate sobre os direitos humanos num contexto histórico, político e social.

SUMÁRIO



381

Os termos que aparecem no centro da nuvem de palavras são: trabalho, mulher, Pernambuco, processo, trabalhador social, político. Seguem as análises dos termos por variável:

1. O termo “trabalho” é citado 46 vezes ao longo do *corpus*, sendo 33 dissertações e 13 teses. Aparece em três títulos de dissertação: “Corpos exauridos: relações de poder, trabalho e doenças plantações açucareiras (Zona Mata de Pernambuco, 1963–1973)”, de 2012, “Mulheres (des)cobertas, histórias reveladas: relações de trabalho, práticas cotidianas e lutas políticas trabalhadoras canavieiras da zona mata sul de Pernambuco (1980–1988)”, de 2012, e “Justiça e relações de trabalho na zona mata de Pernambuco: espaços e possibilidades de reivindicações e lutas por direitos (1979–1985)”, de 2013. O termo aparece em expressões como: “trabalho e discute elementos acerca escravidão”, “as deformações corporais e os efeitos deletérios de doenças e acidentes de trabalho”, “as relações de trabalho, as lutas políticas e os embates travados”. Constata-se que o termo está associado ao estudo da precarização do trabalho em diversos resumos e aparece em vários objetos/objetivos. No que tange a presença do termo em outras variáveis, observa-se a presença nas perspectivas teóricas em uma dissertação de 2013; na metodologia, em uma de 2012, e em uma de 2013; e no resumo, em três de 2012;
2. O segundo termo, “mulher”, está presente em 54 resumos, constando em 24 dissertações e 30 teses, com registro em três títulos de dissertações: “Paraíba, mulher-macho: Tessituras de Gênero, desafios e história (Paraíba, Século XX)”, de 2008, “Mulheres (des)cobertas, histórias reveladas: relações de trabalho, práticas cotidianas e lutas políticas de trabalhadoras canavieiras da zona mata sul de Pernambuco (1980–1988)”, de 2012, “As Alamoas de Fernando: rotinas e vivências de mulheres no presídio de Fernando de Noronha

SUMÁRIO

SUMÁRIO

século XIX (1817–1889)”, de 2013; e em dois títulos de teses, “Sem embargo de ser fêmea: as mulheres e estatuto jurídico do movimento direito local de Pernambuco no século XVIII”, de 2010, e “Moças honradas, senhoras virtuosas e mulheres airadas: registros de violência, relações de gênero imprensa e documentos judiciais no Recife nas décadas de 1920 e 1930”, de 2013. Com relação às outras variáveis, verifica-se a presença da palavra “mulher” em dois objetos/objetivos, em 2011 e 2012; nas perspectivas teóricas, em uma do ano de 2011, em uma de 2012 e em uma de 2013; na metodologia, em uma de 2012 e uma de 2013, e no resumo, em duas de 2012, e uma de 2013. No tocante às teses, identifica-se a presença da palavra mulher nas perspectivas teóricas, sendo uma vez em 2010, uma em 2014 e uma em 2015; na metodologia, uma vez em 2011 e uma vez em 2013, e, por fim, no resultado foi encontrada uma vez em 2013, uma vez em 2014 e uma vez em 2015;

3. O terceiro termo, “Pernambuco”, é registrado em 47 resumos, sendo 42 dissertações e 5 teses. Nas dissertações, é mencionado em 11 títulos: “Políticas públicas de saúde mental e reforma psiquiátrica em Pernambuco (1991 a 2001)”, de 2008, “Pernambuco em perigo: pobreza, revolução e comunismo (1959–1964)”, de 2008, “Cativo e cotidiano num ambiente rural: o Sertão do Médio São o Pernambuco (1840–1888)”, de 2008, “O trotskismo no campo de Pernambuco: o Jeremias das caminhadas”, de 2010, “Corpos exauridos: relações de poder, trabalho e doenças nas plantações açucareiras: Zona Mata de Pernambuco (1963–1973)”, de 2012, “Ação Católica Rural: compromisso libertador em Pernambuco (1965–1979)”, 2012, “Mulheres (des)cobertas, histórias reveladas: relações de trabalho, práticas cotidianas e lutas políticas de trabalhadoras canavieiras na zona mata sul de Pernambuco (1980–1988)”, de 2012, “Justiça e relações de trabalho na zona mata de Pernambuco: espaços e possibilidades de reivindicações

SUMÁRIO

e lutas por direitos (1979–1985)”, de 2013, “Nos interstícios do golpe: resistência da juventude em Pernambuco à ditadura civil-militar brasileira (1964–1972)”, de 2014, “‘Civilização’ e ‘moralização’ de índios na província de Pernambuco entre 1850-1889: mão de obra indígena”, de 2015, “Os índios dos vales Pajeú e São Francisco: historiografia, legislação, política indigenista e os povos indígenas no Sertão de Pernambuco (1801 a 1845)”, de 2015. No tocante a presença em títulos de teses, verificamos em um: “Sem embargo de ser fêmea: as mulheres e um estatuto jurídico do movimento no direito local de Pernambuco no século XVIII”, de 2010. Com relação à presença da palavra “Pernambuco” nas outras variáveis, consta nas dissertações: nos objetivos, em uma de 2008, em uma de 2013 e em uma de 2014; na metodologia, em uma de 2013, em duas de 2014 e uma de 2015; e nos resultados, em uma de 2012. Nas teses, apareceu no objetivo em 2011, e na metodologia, uma vez em 2014 e uma vez em 2015;

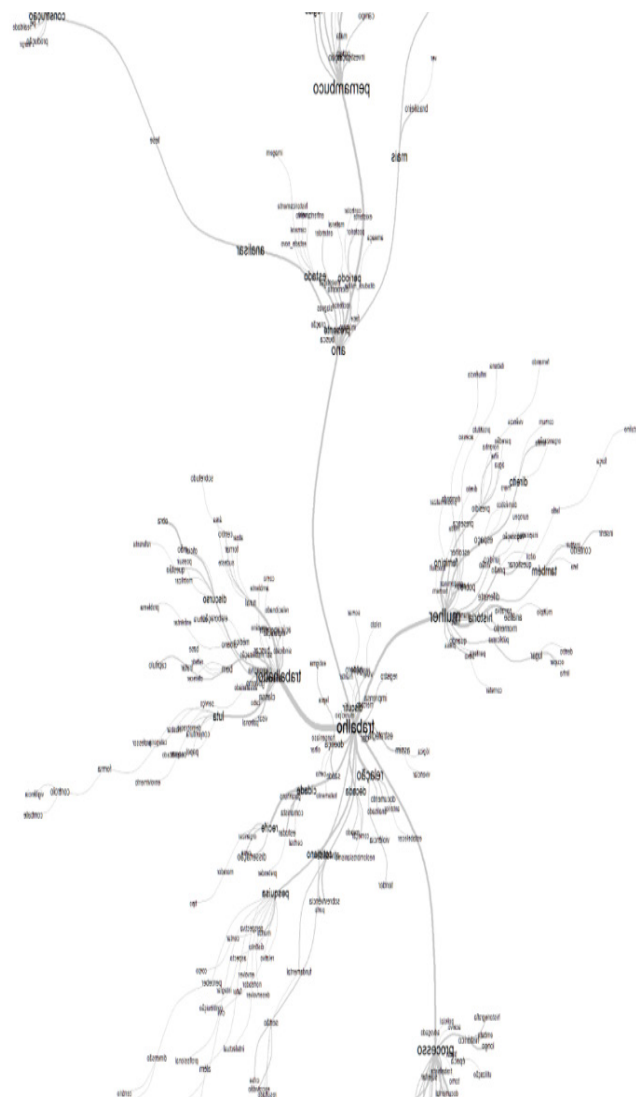
4. O quarto termo, “Processo”, aparece em 38 resumos, distribuídos em 24 dissertações e 14 teses, mas não está presente em nenhum título. Nos objetivos, consta nas dissertações na seguinte representatividade: uma vez em 2008, uma vez em 2012, uma vez em 2013 e uma vez em 2014. Na metodologia consta uma vez em 2009, duas vezes em 2012, uma vez em 2013, duas vezes em 2014 e uma vez em 2015. Já no resumo consta uma vez em 2012 e duas vezes em 2015. Nas teses, o termo “processo” consta nos objetos/objetivos, uma vez em 2011 e uma vez em 2014; nas perspectivas teóricas consta uma vez em 2014; na metodologia, consta duas vezes em 2013, uma vez em 2014 e uma vez em 2015 e nos resultados, uma vez em 2013;
5. O quinto termo, “Trabalhador”, está registrado em 45 resumos, sendo 34 dissertações e 11 teses, aparecendo em dois títulos de dissertações: “Entre o Porto e a estação: cotidiano e cultura de trabalhadores urbanos de Camocim-CE (1920–1970)”;

SUMÁRIO

2008, “Mulheres (des)cobertas, histórias reveladas: relações de trabalho, práticas cotidianas e lutas políticas de trabalhadoras canavieiras na zona mata sul de Pernambuco (1980–1988)”, de 2012. Com relação às outras variáveis, nas dissertações, o termo encontra-se na metodologia, uma vez em 2012 e uma vez em 2013; e nos resultados, duas vezes em 2012 e uma vez em 2013. Nas teses, identifica-se na metodologia, uma vez em 2008; e nos resultados, uma vez em 2008, uma vez em 2011 e uma vez em 2013;

6. O sexto termo, “Social”, foi citado em 28 resumos, aparecendo em 15 dissertações e 13 teses. Na variável título, consta em uma dissertação “As políticas de desenvolvimento econômico e social para o semiárido durante o regime militar (1964–1985)”, de 2011, e em uma tese “Cotidiano violento no Recife: controle social na redemocratização (1946–1964)”, de 2014. Verifica-se nas outras variáveis da seguinte forma: nas dissertações, o termo está na metodologia em uma dissertação em 2008, uma vez em 2013, uma vez em 2014; nos resultados consta em uma de 2011, uma vez em 2012 e uma vez em 2014. Nas teses, está inserida nos objetos/objetivos uma vez em 2014 e uma vez em 2015; na metodologia, uma vez em 2008, uma vez em 2011 e uma vez em 2014; nos resultados, uma vez em 2010, uma vez em 2011 e uma vez em 2014;
7. O sétimo termo, “Político”, foi citado em 18 resumos, dentre eles 15 dissertações e 3 teses, não aparecendo em nenhum título. Nas dissertações, verifica-se que o termo consta em um objetivo em 2008; na metodologia, em uma de 2008 e em uma de 2015; e nos resultados, em um de 2008, em um de 2009 e dois de 2015. Na tese, consta na metodologia em um trabalho de 2013. No tocante a variável perspectivas teóricas, observa-se que obteve o menor quantitativo dos termos destacados, encontrando-se, apenas, nas dissertações: uma vez em 2011 e uma vez em 2012; e nas teses: uma vez em 2012 e uma vez em 2015.

Figura 2 – Análise de similitude de dissertações e
teses do PPGH /UFPE de 2008 a 2015



Fonte: IRAMUTEQ.

SUMÁRIO

A Figura 2, Análise de Similitude, possibilita visualizar os principais objetos analisados nas pesquisas dentro no contexto dos DH, o seu grafo possibilita entender uma correlação entre as palavras, apreendendo-se que sua proximidade ou distanciamento entre si apontam interligações entre os estudos selecionados, gerando, assim, ramificações a partir das relações entre eles.

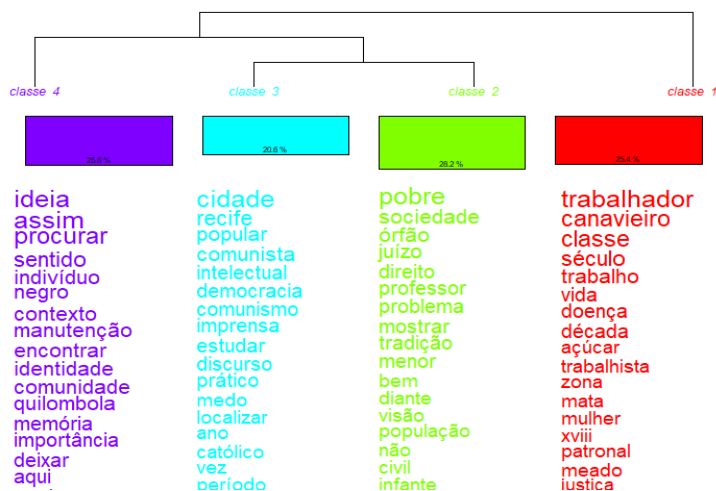
Do mesmo modo que se observa na nuvem de palavras, a análise de similitude traz o termo “trabalho” em destaque e ao centro. Também é possível verificar outras palavras destacadas, como trabalhador, mulher, ano, processo, analisar, construção e Pernambuco. Estes elementos apresentam seus respectivos subgrupos com relações de complemento ou sustentação, revelando, desta forma, desdobramentos contínuos e interconectados das ramificações com as questões centrais.

1. O termo “trabalho” denota na categoria objeto/objetivo e está diretamente interligado aos verbos “discutir” e “relacionar”, que remetem aos objetivos das pesquisas, como também aparece na contextualização do corpo do estudo;
2. Conforme verificado na árvore, a palavra “Trabalho” aparece com uma forte relação com as palavras “trabalhador” e “mulher” e sua linha mais espessa e próxima aponta uma maior conexão entre esses termos. A ramificação se dá em decorrência das pautas estudadas relacionadas às classes trabalhadoras e às condições das mulheres nas relações de trabalho, como se verifica no título “Mulheres (des)cobertas, histórias reveladas: relações de trabalho, práticas cotidianas e lutas políticas de trabalhadoras canavieiras na zona mata sul de Pernambuco (1980–1988)”;
3. A palavra “Ano” traça marcos temporais nas pesquisas, “Durante muitos anos do século XX” e “entre os anos de 1959 e 1964”;

SUMÁRIO

4. O termo "processo" vincula-se com a categoria metodologia e ao corpo da pesquisa, ramificando-se com vários termos, como "trabalhista", "social", "século" e "político". Na análise de similitude, identifica-se a sinalização de pautas relacionadas com temas de cunho histórico-político-social;
5. Os termos "analisar" e "construção" seguem a mesma linha na ramificação, remetendo aos objetivos das pesquisas, e o termo "construção", por vezes, indica relações nos corpos dos trabalhos, como se observa nos trechos, "...representações que se inserem a projetos de construção de nacionalidade brasileira.", e "...apontar a influência de práticas católicas na construção de identidade feminina considerada ideal";
6. A palavra "Pernambuco" refere-se à localização do campo de pesquisa de vários trabalhos. Na sua ramificação, prossegue com os termos: investigação, região, movimento, política, estudo, ditadura, desenvolvimento, nordeste, conceito, entre outros. Estes termos aparecem nas categorias: título, objeto/objeto e perspectivas teóricas.

Figura 3 – Dendograma da Classificação Hierárquica Descendente de dissertações e teses do PPGH/UFPE de 2008 a 2015



Fonte: IRAMUTEQ.

A Classificação Hierárquica Descendente (Figura 3) apresenta o resultado do processamento das 235 publicações e foram identificadas quatro classes semânticas no *corpus*.

- Na classe 1 (25,4%) do dendograma, são identificados termos relacionados aos direitos humanos, como trabalhador, canavieiro, doença, mulher e justiça;
- A classe 2 (28,2%) reporta também aos temas de direitos humanos, com a presença de pobre, sociedade, órfão, juízo, direito e menor;
- Na classe 3 (20,6%), são registrados termos relacionados a perspectivas teóricas, como cidade, democracia, comunismo, católico e período, e aos objetivos, como estudar, discurso e localizar;
- Na classe 4 (25,8%), encontram-se palavras-chaves alusiva aos objetos de estudo e o contexto, como negro, identidade, comunidade, quilombola e memória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que o estudo propôs uma escavação analítica das produções da Pós-graduação em História na perspectiva dos Direitos Humanos e da Educação em Direitos Humanos. Diante dos achados, são identificados temas que remetem aos direitos humanos, e tais linhas discursivas suscitam à reflexão sobre a complexidade em torno das temáticas em tela.

A participação dos setores educacionais, em suas diversas dimensões e espaços, nos debates sobre o tema, coaduna reflexões sobre o modelo social estabelecido, estreitando, assim, o abismo epistemológico, construído historicamente, que oprime os direitos humanos e as liberdades sociais.

Nesse sentido, os estudos ressaltam a evolução histórica das violações aos Direitos Humanos, evidenciadas por categorias historicamente voltadas à desigualdade social, como o preconceito, a injustiça e a vulnerabilidade, especialmente em sua inter-relação com os contextos discursivos.

Cumpre salientar que a interlocução entre a temática dos Direitos Humanos e os diversos setores da sociedade civil poderão integrar ações efetivas para consolidar políticas públicas afinadas com a realidade e com as lutas sociais necessárias para reverter o axioma global de explorações e injustiças.

Portanto, diante das análises proferidas, destaca-se o profundo teor das discussões contempladas nos estudos, que remetem a uma reflexão crítica sobre a realidade social encontrada nas investigações realizadas. Dessa maneira, considera-se fundamental que os programas de pós-graduação promovam pesquisas sobre a temática dos Direitos Humanos, visando contribuir para a formação de profissionais comprometidos com o fortalecimento do sujeito em sua autonomia, valores e justiça social.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Maria Victoria. **A Cidadania Ativa**. São Paulo: Ática, 1991.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**, Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, 2003. 52 p.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. **Tutorial para uso do software de análise lexical Iramuteq**. Florianópolis: Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição – LACCOS, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2013.

CANDAU, V. M. Educação em direitos humanos: desafios atuais. *In*: SILVEIRA, R. M. G.; DIAS, A. A. FERREIRA, L. de F. G.; FEITOSA, M. L. P. de A. M.; ZENAIDE, M. de N. T.Z. (org.) **Educação em Direitos Humanos**: Fundamentos teórico-metodológicos. Editora Universitária: João Pessoa, 2010.

HERRERA FLORES, Joaquin. A nova perspectiva dos direitos humanos. **A (re)invenção dos direitos humanos**. Tradução: Carlos Roberto Diogo Garcia, Antônio Henrique Graciano Suxberger e Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

CAPES. **Avaliação quadrienal 2017-2020**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/avaliacao-quadrienal/resultado-da-avaliacao-quadrienal-2017-2020>. Acesso em: 21 set. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Programa de Pós-graduação em História**. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023. Disponível em: <https://www.ufpe.br/ppghistoria/o-programa/>. Acesso em: 4 abr. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Poderá o direito ser emancipatório? **Revista Crítica de ciências sociais**, v. 65, p. 3-76, maio 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 79, p. 71-94, nov. 2007.

VIEIRA, Hector Luís Cordeiro. Direitos humanos, racismo e cotas raciais: a construção de uma democracia antirracista com base em reconhecimento e consideração. **Perseu**, n. 17, ano 12, p. 61-89, 2019.

SUMÁRIO

15

*Nair Heloisa Bicalho de Sousa²³
Luciana Lombas Belmonte Amaral
Claudete Cardoso da Costa*

DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2008-2015)

23

Um agradecimento especial das autoras à Sinara Pollom Zardo pelas contribuições à elaboração deste texto.

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-161-1.15

INTRODUÇÃO

Este capítulo resulta da pesquisa realizada no âmbito do projeto “Pós-graduação em Direitos Humanos: um desafio contemporâneo”, coordenado por Nair Heloisa Bicalho de Sousa, no âmbito da Chamada Universal CNPq/MCTI 1/2016 e se propõe a apresentar o panorama da produção acadêmica da pós-graduação em direitos humanos e educação em direitos humanos nas unidades acadêmicas relacionadas às ciências sociais e humanas da Universidade de Brasília (UnB), no período 2008–2015.

Tendo em vista subsidiar a elaboração de um Plano de Implementação das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos na referida instituição federal de ensino superior e fortalecer as parcerias educacionais, a investigação foi desenvolvida a partir de uma abordagem mista dos métodos quantitativo e qualitativo. Nesse sentido, foi apresentado um panorama geral do número de trabalhos defendidos no recorte temporal de 2008 a 2015 e as eventuais tendências da produção acadêmica sobre direitos humanos e educação em direitos humanos em diferentes cursos de pós-graduação das humanidades, como também buscou-se compreender os significados do conteúdo dos títulos e resumos de dissertações e teses e respectivas articulações entre teoria, metodologia e outras variáveis em relação às áreas mencionadas.

Quanto à organização dos procedimentos de coleta e análise de dados, foram estabelecidas as seguintes etapas a serem divididas entre a equipe: 1) selecionar 14 (quatorze) unidades acadêmicas na grande área das ciências sociais e humanas; 2) realizar o levantamento da produção acadêmica da pós-graduação entre 2008-2015, isto é, todos os trabalhos defendidos nos níveis de mestrado e doutorado do recorte temporal, nos departamentos e faculdades escolhidos a partir dos dados obtidos no Repositório de Dissertações e Teses da Biblioteca Central da UnB; 3) organizar os dados gerais

das dissertações e teses, identificando-as segundo as variáveis relativas a área, unidade acadêmica, programa de pós-graduação, ano de defesa, autor(a), orientador(a), assuntos/marcadores, título e resumo; 4) analisar o conteúdo textual das partes centrais dos trabalhos, sobretudo quanto às variáveis “título” e “resumos”, a fim de classificá-los ou não em direitos humanos e/ou educação em direitos humanos de acordo com as categorias de mapeamento previamente estabelecidas na pesquisa.

A respeito das categorias de mapeamento, é importante registrar que, após robusta revisão de literatura acerca da construção teórica sobre os direitos humanos e a educação em direitos humanos, foram assentados os seguintes parâmetros analíticos: a) quanto aos direitos humanos, foram classificados positivamente aqueles trabalhos cujos resumos, para além de menção expressa ao termo, sinalizavam que o objeto/objetivo geral tratava, de forma direta/imediata, dos processos de luta e de reivindicações de direitos humanos em relação a uma ou mais dimensões desses direitos – direitos econômicos, sociais, culturais, políticos, civis e ambientais –, somada a referência expressa a um ou mais grupos socialmente vulneráveis, como crianças e adolescentes, povos indígenas, comunidades tradicionais (ciganos, quilombolas, população ribeirinha, camponeses etc.), mulheres, LGBTQIA+, afrodescendentes, pessoas com deficiência, população em situação de rua, catadores de material reciclável, idosos, trabalhadores pobres, refugiados, migrantes, população carcerária/presos e outros; b) quanto à educação em direitos humanos, foram classificados positivamente aqueles trabalhos cujos resumos sinalizavam que, para além de menção expressa ao termo, o objeto/objetivo geral se tratava, de forma direta/imediata, do processo de formação de sujeitos individuais ou coletivos em direitos humanos, seja pela educação formal, seja via educação informal promovida por entidades da sociedade civil.

SUMÁRIO

Em relação ao mapeamento da produção da pós-graduação *stricto sensu* desenvolvida pela UnB, foram selecionados os seguintes cursos: Antropologia (ICS/PPGDAN), Ciência Política (IPOL/PPGCP), Comunicação (FAC/PPGCOM), Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (CEAM/PPGDSCI), Direito (FD/PPGD), Direitos Humanos e Cidadania (CEAM/PPGDH), Educação (FE/PPGE), Filosofia (ICH/PPGFIL), Geografia (ICH/PPGEA), História (ICH/PPGHIS), Processos Psicológicos Básicos (IP/PPB-PG-CDC), Psicologia Escolar e do Desenvolvimento (IP/PED - PGPDE), Serviço Social (ICH/PPGPS) e Sociologia (ICS/PPGSOL). A partir do mapeamento da produção acadêmica, no período de 2008 a 2015, verificou-se um total de 2502 trabalhos defendidos nos níveis de mestrado e doutorado, sendo 670 (cerca de 26,8% do total) classificados positivamente quanto aos direitos humanos, com 642 trabalhos e à educação em direitos humanos, com 28, nas quatorze unidades acadêmicas analisadas, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 - Resumos distribuídos por programa, nível, categorias de DH e EDH na pós-graduação da UnB no período 2008-2015

Nº	Programa de Pós-graduação	Nível		Classificação Geral		Total (DH e EDH)	Total de produção de dissertações e teses no período 2008-2015
		Mestrado	Doutorado	DH	EDH		
1	Antropologia (ICS/PPGDAN)	43	18	61	0	61	165
2	Ciência Política (IPOL/PPGCP)	64	11	75	0	75	149
3	Comunicação (FAC/PPGCOM)	24	6	30	0	30	117
4	Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (CEAM/PPGDSCI)	13	1	14	0	14	58

Nº	Programa de Pós-graduação	Nível		Classificação Geral		Total (DH e EDH)	Total de produção de dissertações e teses no período 2008-2015
		Mestrado	Doutorado	DH	EDH		
5	Direito (FD/PPGD)	69	20	85	4	89	236
6	Direitos Humanos e Cidadania (CEAM/PPGDH)	22	0	18	4	22	22
7	Educação (FE/PPGE)	90	30	104	16	120	667
8	Filosofia (ICH/PPG-FIL)	12	0	12	0	12	90
9	Geografia (ICH/PPGEA)	40	5	42	3	45	149
10	História (ICH/PPGHIS)	17	18	34	1	35	210
11	Processos psicológicos básicos (IP/PPB - PG-CdC)	8	1	9	0	9	154
12	Psicologia escolar e do desenvolvimento (IP/PED - PGPDE)	38	10	48	0	48	155
13	Serviço Social (ICH/PPGPS)	34	16	50	0	50	122
14	Sociologia (ICS/PPGSOL)	27	33	60	0	60	208
Total		501	169	642	28	670	2502

Fonte: Relatório da pesquisa "Pós-graduação e EDH: um desafio contemporâneo" (2022).

SUMÁRIO

O conjunto das dissertações e teses produzidas no período de 2008 a 2015 nos 14 programas de pós-graduação da Universidade de Brasília registra destaque de produção acadêmica em Direitos Humanos (DH) e Educação em Direitos Humanos (EDH) nas seguintes áreas: Ciência Política, Serviço Social, Antropologia, Direito, Psicologia Escolar e do Desenvolvimento, Geografia, Direitos Humanos e Cidadania, Comunicação, Sociologia e Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional. Esses PPGs principais são seguidos com menor produção proporcional em DH e EDH pelos PPGs de História, Filosofia e Processos Psicológicos Básicos.

A seguir, será apresentada a contextualização histórica da Universidade de Brasília e os dados relativos às produções em DH e EDH coletados nos 14 programas de pós-graduação pesquisados.

OS DIREITOS HUMANOS NO PROCESSO HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

A Universidade de Brasília foi criada pela Lei nº. 3998/1961, de 15 dez. 1961, homologada pelo Decreto nº. 500, de 15 jan. 1962. O Estatuto em vigor foi aprovado pela Resolução do Conselho Diretor nº. 13/1993, de 19 out. 1993. A missão da UnB definida nesse documento caracteriza-a como uma instituição inovadora, comprometida com a excelência acadêmica, científica e tecnológica, com a tarefa de educar cidadãos conscientes do seu papel transformador na sociedade, respeitadas a ética e a valorização de identidades e culturas com responsabilidade social. A perspectiva futura pretende que a UnB esteja entre as melhores universidades do Brasil, que seja inserida internacionalmente e tenha excelência em gestão de processos que fortaleça o ensino, a pesquisa e a extensão.

Criada como o primeiro projeto de universidade brasileira liderado pelo antropólogo Darcy Ribeiro, a UnB teve de início a missão de implementar uma experiência educadora capaz de reinventar o ensino superior, articular saberes e formar novos profissionais comprometidos em pensar o Brasil como problema. A UnB desde seu início configurou um projeto com caráter utópico, para ser autônoma (Fundação Universidade de Brasília), sustentável, pública e não estatal.

Esta “universidade necessária” de Darcy Ribeiro (1975) atravessou conjunturas históricas desafiadoras e retomou seu caminho institucional a partir de 1985. Neste ano, a Universidade de Brasília (2022) iniciou um processo de redemocratização com a mudança do Estatuto, incluindo como princípios o “compromisso com a democracia social, cultural, política e econômica” (IX) e o “compromisso com a paz, com a defesa dos direitos humanos e com a preservação do meio ambiente” (XII).

Em 1986, foram criados os primeiros núcleos de direitos humanos do país e, na UnB, foram constituídos o Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos (NEP), o primeiro a ser criado, e que implementou a disciplina de graduação Direitos Humanos e Cidadania, ofertada até hoje, e a Pesquisa para a Paz, o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM) e o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), que, junto com outros, criaram o Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da UnB (CEAM) neste mesmo ano.

Ainda em 1986, foi realizado, na UnB, o I Colóquio sobre Direitos Humanos na América Latina, com a parceria da Fundação Danielle Mitterand (France-Libertés) e o apoio do Conselho da Universidade para a Paz da ONU em Costa Rica. A partir daí, a UnB inicia uma longa jornada em prol dos direitos humanos. Nos anos 1990, a universidade já ofertava cursos na área de gênero, étnico-racial e direitos humanos, além de pesquisas e diferentes atividades da extensão universitária incorporando essas temáticas.

SUMÁRIO

Em 2003, a UnB foi pioneira na implementação das cotas raciais em universidades federais do país, com aprovação dessa ação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 26 de junho de 2003, reservando 20% das vagas.

De 2008 a 2012, com gestão universitária democrática e participativa, foram realizadas diferentes atividades acadêmicas relacionadas aos direitos humanos: criação da Ouvidoria, Seminário sobre Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (DNEDH), Comissão para implementar o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) na UnB e o fortalecimento da política de cotas raciais. Sob o lema da construção de uma universidade emancipatória (Sousa Jr., 2012), foram apoiadas inúmeras iniciativas no ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista configurar uma comunidade universitária solidária e comprometida com um conhecimento fundado na responsabilidade coletiva e na ética.

Em 2012, foi implementado, no CEAM, o Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Cidadania (PPGDH), sob responsabilidade do NEP e aberto a colegas de diferentes unidades acadêmicas, dado seu caráter interdisciplinar e articulado com os demais programas criados na Universidade Federal de Goiás (UFG), na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Em 9 de maio de 2013, foi criada a Diretoria da Diversidade (Ato da Reitoria nº. 488) na estrutura organizacional do Decanato de Assuntos Comunitários com o objetivo de “propor, desenvolver e garantir políticas educacionais e institucionais de enfrentamento às desigualdades, opressões e preconceitos contra mulheres, pessoas LGBT, negras e negros e indígenas no âmbito da UnB” (p. 1).

Em 2017, pelo Ato da Reitoria nº. 1.114, foi criado o Conselho de Direitos Humanos da UnB (CDHUnB) com papel propositivo e deliberativo para acompanhar e avaliar as ações de direitos humanos da universidade.

SUMÁRIO

Em 10 de dezembro de 2017, foi lançada, e posteriormente aprovada pelo Conselho Universitário (Consuni), a Política de Direitos Humanos da UnB (2017–2024), em comemoração aos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, tendo como princípios da missão institucional da UnB e do seu compromisso político-pedagógico: 1) a promoção dos direitos humanos; o combate à toda forma de discriminação, exclusão e violência em razão de pertencimento étnico-racial, de identidade de gênero, de orientação sexual, de classe, de desenvolvimento físico e mental; 2) a valorização da diversidade cultural, epistêmica, estética, religiosa, afetiva, corporal, sexual, racial e linguística; 3) a defesa do direito à diferença. Naquele ano, a UnB criou uma campanha institucional com o lema #UnBMaisHumana, fortalecendo as práticas de direitos humanos junto à comunidade universitária.

No ano de 2019, foi aprovada a Política de Acessibilidade da Universidade de Brasília, instituída pela Resolução do Conselho de Administração nº. 50/2019. Essa normativa institucional tem como objetivo zelar pela aplicação da legislação sobre os direitos das pessoas com deficiência, Transtornos do Espectro Autista, altas habilidades/superdotação e transtornos funcionais específicos, bem como das normas técnicas e recomendações vigentes nas ações, atividades e projetos promovidos e implementados pela UnB.

Em 2020, por meio do Ato da Reitoria nº. 0845/2020, foi atualizada a estrutura organizacional do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) da UnB, com a criação da Diretoria de Acessibilidade (DACES). A DACES/DAC tem como objetivo garantir e promover a inclusão e a acessibilidade como uma política transversal na UnB, de forma a ampliar condições de acesso, participação e aprendizagem para as pessoas que são público da Resolução CAD nº. 50/2019.

Em 2021, por meio da Resolução nº. 0031 de 10 de maio, do Conselho Universitário, foram aprovadas ações de promoção dos

SUMÁRIO

direitos humanos e erradicação dos atos discriminatórios de qualquer natureza na UnB e dois prêmios: Prêmio de Direitos Humanos Anísio Teixeira e Prêmio de Educação em Direitos Humanos Mireya Suarez. Em 10 de outubro de 2021, o Conselho Universitário (Consuni), por meio da Resolução nº. 0068/2021, criou a Câmara de Direitos Humanos vinculada a esse conselho, com representantes sindicais, estudantis, das unidades acadêmicas e institucionais, que substituíram o Conselho de Direitos Humanos.

Em junho de 2022, a Reitoria criou a Secretaria de Direitos Humanos, que incorporou as atribuições da Diretoria da Diversidade e está vinculada ao Conselho Universitário e à Câmara de Direitos Humanos, com a finalidade de promover e garantir a implementação da Política de Direitos Humanos de forma educativa na universidade.

Com esse conjunto de ações institucionais, a Universidade de Brasília hoje possui normativas e órgãos voltados para a implementação da Política de Direitos Humanos para toda a comunidade universitária, além de contar com parceiros das suas ações, projetos e programas ao nível do ensino, da pesquisa e da extensão.

Atualmente, a Universidade de Brasília é composta por 8 decanatos, 12 institutos, 14 faculdades, 53 departamentos, 12 centros de pesquisa, 4 centros de ensino e pesquisa, 36 núcleos, 4 secretarias, 6 órgãos complementares, 10 órgãos diversos, 1 hospital universitário, 2 hospitais veterinários, 4 bibliotecas, 1 Fazenda Água Limpa e 4 *campi*.

Em 2021, a UnB registrava um total de 39.009 alunos presenciais de graduação e 935 EAD, 5.049 do mestrado e 4.240 de doutorado, além de 225 residentes médicos (Universidade de Brasília, 2021). Em relação aos cursos, foram registrados na graduação 124 cursos presenciais, 8 EAD, 72 de mestrado e 90 de doutorado, alcançando um total de 103 programas de pós-graduação *Stricto Sensu* e 17 *Lato Sensu*.

SUMÁRIO

As atividades desenvolvidas pela extensão universitária pautada no diálogo e na troca de saberes, em 2021, corresponderam a 367 cursos, 261 eventos e 532 projetos desenvolvidos junto às comunidades do DF e Entorno, com a participação de 1.208 professores, 4.717 discentes e 178 técnicos-administrativos. A Semana Universitária de 2021 registrou 36.464 inscritos envolvidos em 804 atividades acadêmicas, com 1.307 transmissões ao vivo.

Na área de pesquisa e inovação, o Parque Científico e Tecnológico da UnB (PCTec) registrou inúmeras ações, projetos e programas específicos em andamento. No campo da internacionalização da universidade, 343 acordos foram desenvolvidos em todos os continentes, na sua maioria, com instituições acadêmicas da Europa. Para enfrentar a pandemia da covid-19 foram criados, desde o início, o Comitê de Pesquisa Inovação e Extensão de Combate à Covid-19 (COPEL) e o Comitê de Ações de Recuperação (Ccar), além de Planos Institucionais de Enfrentamento à Pandemia de Covid-19.

A Universidade de Brasília, a partir de 2012, deu início a iniciativas para construir um Plano de Implementação das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos, por meio de um seminário junto à rede educacional básica e superior do DF e pesquisas sobre a presença de DH e EDH nos projetos de extensão universitária e nas ementas das disciplinas de graduação. Essas duas iniciativas iniciais no ensino e na extensão abriram caminho para a proposta de investigação da produção acadêmica dos cursos de pós-graduação em ciências humanas e ciências sociais aplicadas a partir de 2008 até 2015.

SUMÁRIO

DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO PESQUISADOS

Esta seção apresenta uma breve contextualização histórica e organizacional dos 14 programas de pós-graduação pesquisados e o mapeamento da produção do conhecimento sobre direitos humanos e educação em direitos humanos.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL (PPGAS)

O Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) foi criado em 1972, primeiro com o mestrado e, em 1981, o doutorado. A Antropologia na Universidade de Brasília nasceu com a própria instituição. Em 1963, Eduardo Galvão iniciou o ensino da Antropologia e chegou a criar um curso de mestrado, que foi desativado com a crise política da saída coletiva dos professores em 1965.

Em 1972, o mestrado foi recriado na UnB por Roberto Cardoso de Oliveira, que havia sido convidado pelo então reitor Amadeu Curi para lecionar na UnB. Tanto o mestrado quanto o doutorado têm sido avaliados ininterruptamente pela Capes como conceitos "A" e, a partir de 2001, com conceito 7, o que qualifica essa pós-graduação, por cerca de quatro décadas, como um programa de excelência, dotado de corpo docente altamente qualificado em diversas especialidades. Como em outras instituições de ensino superior, a consolidação do PPGAS impulsionou a criação, em 1986, de um departamento de Antropologia autônomo.

O PPGAS está composto por dois cursos concebidos como etapas de uma formação continuada. O mestrado visa à formação teórica e o doutorado aprofunda a capacidade de pesquisa e

elaboração teórica original. Assim, o mestrado compreende 30 créditos em disciplinas, sendo 12 em disciplinas teóricas obrigatórias: História da Antropologia: Autores Clássicos I e II e Organização Social e Parentesco; enquanto o Doutorado compreende 48 créditos, incluídos os 30 do Mestrado.

O PPGAS tem por objetivo a formação qualificada de antropólogos e antropólogas para todos os níveis de ensino e para a pesquisa em instituições acadêmicas e não acadêmicas. O curso de mestrado visa à formação teórica na área de concentração de Antropologia Social e o desenvolvimento de capacidades de pesquisa na área de concentração Antropologia Social. O curso de doutorado visa aprofundar capacidades de pesquisa e elaboração teórica original com a mesma área de concentração. O referido Programa é composto pelas seguintes linhas de pesquisa: "Desenvolvimento, Globalização e Migrações nas Américas", "Sociedade, Estado e Políticas nas Américas" e "Etnicidade, Raça, Classe e Gênero nas Américas".

Em consulta realizada junto à base do repositório digital do PPGAS entre os anos 2008 e 2015, foram identificados 61 resumos, sendo 43 dissertações e 18 teses, todos classificados em DH, como demonstra a Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 – Antropologia (ICS/PPGDAN/UnB)

43 Dissertações				18 Teses				
Ano	Quantidade de resumos	Classificação Geral		Ano	Quantidade de resumos	Classificação Geral		Total
		DH	EDH			DH	EDH	
2008	10	10	-	2008	01	01	-	11
2009	01	01	-	2009	03	03	-	04
2010	07	07	-	2010	04	04	-	11
2011	04	04	-	2011	02	02	-	06
2012	04	04	-	2012	02	02	-	06
2013	06	06	-	2013	03	03	-	09
2014	10	10	-	2014	01	01	-	11
2015	01	01	-	2015	02	02	-	03
Total	43	43	-	Total	18	18	-	61

Fonte: Produção própria com informações do Repositório de Teses e Dissertações da UnB.

SUMÁRIO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA (PPGCP)

O Programa de Pós-graduação em Ciência Política (PPGCP) da UnB foi criado no 2º semestre de 1970 pelo Departamento de Ciências Sociais, que deu início ao mestrado em Sociologia com uma subárea em Ciência Política com a atuação dos professores Gláucio Soares e José Carlos Aleixo e depois com a chegada de Alexandre Barros (University of Chicago) em 1971 e David Fleischer (University of Florida) em 1972. Esse mestrado recebeu uma dotação da Fundação Ford em 1973, o que permitiu a vinda do professor Peter Evans em 1974–1975. Em 1973, o professor Alexandre Barros retornou ao Rio de Janeiro para trabalhar no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), vinculado à Universidade Cândido Mendes.

No 2º semestre de 1972, com a chegada do professor Roberto Cardoso de Oliveira do Museu Nacional na Universidade Federal do Rio de Janeiro (entre outros), foi iniciado o mestrado em Antropologia. No 2º Semestre de 1980, o Curso de Relações Internacionais (REL) lançou um Curso de Especialização em América Latina (Pós-graduação *Lato Sensu*) com o apoio da Organização dos Estados Americanos (OEA), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Itamaraty/MRE, Capes/Ministério da Educação, Conselho das Relações Internacionais da América Latina e Caribe (RIAL), e a Subsecretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (SUBIN) do Ministério do Planejamento – sob a coordenação do Prof. Aleixo. Esse curso foi repetido cinco vezes nos anos pares até 1990.

Em 1983, os docentes do REL começaram uma mobilização para a montagem de dois cursos de mestrado – em Ciência Política e em Relações Internacionais. Assim, estes dois mestrados foram aprovados pelo Decanato de Pesquisa e Pós-graduação e pelo Conselho Universitário da UnB, a tempo de iniciar as aulas no 1º semestre de 1984.

SUMÁRIO

Em 1986, começaram os esforços para conseguir o credenciamento destes dois mestrados junto à Capes. Em 1987, o Reitor da UnB, professor Cristovam Buarque, iniciou um programa de reintegração por anistia política de ex-docentes da UnB que haviam sido despedidos, cassados e/ou expulsos entre 1964 e 1979. Em 1988 e 1989, o REL recebeu dez reintegrados – inclusive Theotônio dos Santos Junior, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra. Marini chegou a ser o coordenador do Mestrado em Ciência Política.

O Doutorado em Ciência Política foi implantado, finalmente, no 1º semestre de 2008. Porém, o IREL começou o seu doutorado no 1º semestre de 2002. Com 31 docentes credenciados para atuar no doutorado do IPOL em 2019, esse programa, até dezembro de 2018, já tinha produzido 37 teses defendidas.

O IPOL/PPGCP possui duas áreas de concentração, com suas respectivas linhas de pesquisa: Democracia e Sociedade, que abrange as linhas de pesquisa “Democracia e Desigualdades” e “Participação, Estado e Sociedade”; Política e Instituições, que inclui as linhas de pesquisa “Estado, Economia e Políticas Públicas” e “Instituições Políticas”.

Em consulta realizada junto à base do repositório digital de dissertações e teses do PPGCP entre os anos 2008 e 2015, foram identificados 75 resumos, sendo 64 dissertações e 11 teses que trataram apenas sobre direitos humanos, conforme a Tabela 3.

SUMÁRIO

Tabela 3 - Ciência Política (IPOL/PPGCP/UnB)

64 Dissertações				11 Teses			
Ano	Quantidade de resumos	Classificação Geral		Ano	Quantidade de resumos	Classificação Geral	
		DH	EDH			DH	EDH
2008	06	06	-	2008	-	-	-
2009	09	09	-	2009	-	-	-
2010	08	08	-	2010	-	-	-
2011	09	09	-	2011	-	-	-
2012	09	09	-	2012	02	02	-
2013	09	09	-	2013	04	04	-
2014	08	08	-	2014	04	04	-
2015	06	06	-	2015	01	01	-
Total	64	64	-	Total	11	11	-

Fonte: Produção própria com informações do Repositório de Teses e Dissertações da UnB.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM COMUNICAÇÃO DA FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (PPG/FAC/UNB)

O Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (PPG/FAC/UnB) foi criado em 2003 e, por sua localização central, tem marcado sua atuação por uma forte inserção regional, nacional e internacional e pela formação de novos quadros qualificados para o ensino, a pesquisa e a extensão, principalmente, para as Regiões Centro-Oeste e Norte.

O PPG/FAC/UnB nasceu sobre um tripé: 1) pioneirismo na proposta e nos métodos de ensino, com forte componente de inovação; 2) preocupação com a pesquisa e a produção de conhecimento, e com a formação de quadros acadêmico- científicos; e 3) internacionalização. Esse tripé viria da própria trajetória da PPG/FAC/UnB e seria uma das singularidades que hoje estão consolidadas no curso de pós-graduação.

O PPG/FAC/UnB tem uma área de concentração em Comunicação e Sociedade e as linhas de pesquisa “Imagem, Estética e Cultura Contemporânea” e “Poder e Processos Comunicacionais”. A partir de suas linhas de pesquisa, tem reconhecido destaque nos estudos da comunicação e da sociedade, com ênfase em epistemologia, teorias e tecnologias de comunicação, políticas de comunicação e de cultura (das quais é pioneiro no Brasil), jornalismo (com atualizado enfoque para as transformações estruturais) e estudos de linguagens e narrativas.

Em consulta realizada junto à base do repositório digital de dissertações e teses do PPG/FAC entre os anos de 2008 e 2015, foram identificados 30 resumos, sendo 24 dissertações e 6 teses, todas relacionadas ao tema dos direitos humanos, tal como registra a Tabela 4.

Tabela 4 – Faculdade de Comunicação (PPG/FAC/UnB)

24 Dissertações				06 Teses			
Ano	Quantidade de resumos	Classificação Geral		Ano	Quantidade de resumos	Classificação Geral	
		DH	EDH			DH	EDH
2008	-	-	-	2008	01	01	-
2009	02	02	-	2009	01	01	-
2010	02	02	-	2010	01	01	-
2011	04	04	-	2011	-	-	-
2012	02	02	-	2012	01	01	-
2013	04	04	-	2013	-	-	-
2014	04	04	-	2014	01	01	-
2015	06	06	-	2015	01	01	-
Total	24	24	-	Total	06	06	-

Fonte: Produção própria com informações do Repositório de Teses e Dissertações da UnB.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, SOCIEDADE E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (PPGDSCI)

O Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI), vinculado ao CEAM/Unb nasceu de uma proposta que procurou congrega-
r os mais

diversos temas de pesquisas trabalhados pelos Núcleos Temáticos que integravam o CEAM entre 2006 e 2010.

Criado em 1986, pelo então reitor da Universidade de Brasília, professor Cristovam Buarque, o CEAM é “fruto da concepção de uma universidade tridimensional”, tendo como missão “a produção, articulação, integração e disseminação de conhecimentos e práticas multidisciplinares para a sociedade brasileira”.

Desde sua origem, o CEAM tem abrigado diversos Núcleos Temáticos, de acordo com interesses de grupos de docentes oriundos de diferentes departamentos, institutos e faculdades da UnB e, por meio deles, desenvolve, sobretudo, atividades de pesquisa e extensão. Conta também com a participação de pesquisadores externos e membros da comunidade, conforme previsto em seu Regimento, o que propicia uma maior aproximação da universidade com a sociedade para pensar e discutir sobre seus problemas concretos.

Desde sua criação, participa também de atividades de ensino, com disciplinas que são ofertadas pelos Núcleos e que podem ser cursadas por todos os estudantes de graduação da UnB. Com relação ao ensino de pós-graduação, até 2010, o CEAM oferecia apenas cursos *Lato Sensu* propostos pelos Núcleos, atendendo, em muitos casos, a demandas de órgãos governamentais que requeriam abordagens multi e interdisciplinares no ensino de temas diversos.

Mas, desde a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do CEAM, para o período 2002–2006, constituiu-se como meta a ser alcançada a implantação de cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*. A partir de então, teve início a elaboração de proposta para a criação de cursos de mestrado e doutorado acadêmicos no âmbito do CEAM. Com base na percepção por parte de seu corpo de pesquisadores, que havia uma lacuna na Universidade de Brasília sobre o tratamento da questão sobre o “desenvolvimento” nasceu a ideia para estruturação do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PGDSCI).

SUMÁRIO

Assim, a partir de uma perspectiva multidisciplinar, o PPGDSCI contemplou, como foco central, a problemática sobre o “desenvolvimento” em suas diversas dimensões. Isso inclui, além das questões econômica e ambiental, outras questões como a saúde, a educação, a cultura, as relações de gênero e geracionais, além das desigualdades segundo a classe, a cor da pele, a etnia, o status migratório e o local de residência.

Nesse sentido, a criação do PPGDSCI se alinhou à própria história da criação do CEAM na abordagem de problemas/temas/questões a partir de uma perspectiva multi e interdisciplinar, relacionados, direta ou indiretamente, com a questão do desenvolvimento.

Em dezembro de 2010, a proposta de criação dos cursos de mestrado e doutorado foi aprovada com o conceito 4 e, em agosto de 2011, o PPGDSCI iniciou suas atividades com a seleção da primeira turma.

Assim, com a perspectiva de constituir-se em uma referência para a formação de recursos humanos altamente qualificados, bem como fortalecer o potencial científico-tecnológico nacional, o PPGDSCI tem se aprofundado em pesquisas sobre ações públicas, mecanismos e estratégias de desenvolvimento que levem a uma distribuição mais equitativa dos bens e serviços produzidos socialmente, além de promover a reflexão sobre qualidade de vida e direitos.

É importante ressaltar que um dos pontos focais do PPGDSCI tem sido o desenvolvimento de novas metodologias para o aprimoramento da formulação, avaliação e monitoramento da política pública. Como as discussões sobre desenvolvimento ultrapassam as fronteiras nacionais e estão cada vez mais presentes na agenda internacional, especialmente, por meio da cooperação internacional, o PPGDSCI se estruturou originalmente em uma única área de concentração: Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional.

SUMÁRIO

Em 2018, no entanto, a partir do resultado quadrienal de 2017, o PPGDSCI se reestruturou, tendo como eixo central a questão do “desenvolvimento”, mantendo a área de concentração que se constitui a partir de três linhas de pesquisa: “Desenvolvimento, Cultura e Cooperação”, “Desenvolvimento, Tecnologias e Políticas Públicas”, e “Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação”.

Em consulta realizada junto à base do repositório digital de dissertações e teses do PPGDSCI, foram identificados 14 resumos entre os anos 2008 e 2015. A Tabela 5 a seguir apresenta as teses e dissertações produzidas no âmbito do programa, correlatas aos direitos humanos.

Tabela 5 – Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (CEAM/PPGDSCI/UnB)

13 Dissertações				01 Teses			
Ano	Quantidade de resumos	Classificação Geral		Ano	Quantidade de resumos	Classificação Geral	
		DH	EDH			DH	EDH
2008	-	-	-	2008	-	-	-
2009	-	-	-	2009	-	-	-
2010	-	-	-	2010	-	-	-
2011	-	-	-	2011	-	-	-
2012	-	-	-	2012	-	-	-
2013	05	05	-	2013	-	-	5
2014	04	04	-	2014	-	-	4
2015	04	04	-	2015	01	01	5
Total	13	13	-	Total	01	01	14

Fonte: Produção própria com informações do Repositório de Teses e Dissertações da UnB.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO (PPGD)

O curso de graduação em Direito foi criado junto com a Universidade de Brasília em 1962. O Mestrado Acadêmico em Direito foi constituído em 1975 e somente em 2005 houve uma expansão dessa pós-graduação, com o início do doutorado. Esse Programa de Pós-graduação em Direito (PPGD) conta hoje com grande prestígio

nacional, tanto pelo grande número de docentes credenciados, em dedicação exclusiva, como pelos trabalhos acadêmicos publicados em periódicos nacionais e internacionais. Um destaque especial é a linha de pesquisa “O Direito Achado na Rua”, que tem sido responsável pela formação de centenas de professores do ensino superior, pesquisadores e gestores públicos.

O PPGD tem também tido grande expressão internacional por meio de convênios e acordos de cooperação para colaborar com mestrados e doutorados interinstitucionais nas Regiões Norte e Nordeste do país, além de ter se destacado pela presença acadêmica na Região Centro-Oeste. Também têm sido efetuados diversos convênios para articulação ao nível da pesquisa e do ensino, incluindo a mobilidade de professores e estudantes em universidades de países de diferentes continentes.

Em 2019, houve uma reestruturação do PPGD, de modo a incorporar e ampliar a potencialidade acadêmica do corpo docente, definindo 5 linhas de pesquisa que espelhassem as diversas temáticas em vigor, sem perder a unidade com a área de concentração Direito, Estado e Constituição: linha 1, Movimentos Sociais, Conflito e Direitos Humanos; linha 2, Pesquisa, Constituição e Democracia; linha 3, Internacionalização, Trabalho e Sustentabilidade; linha 4, Transformações na Ordem Social e Econômica; e a linha 5, Regulação e Criminologia, Estudos Étnico-raciais e de Gênero.

Em consulta realizada junto à base do repositório digital de dissertações e teses do PPGD, no período de 2008 a 2015, foram identificadas 89 produções acadêmicas, sendo 69 dissertações e 20 teses. Desse total de 69 dissertações, foram identificadas 65 com a classificação geral direitos humanos e 4 com a classificação geral educação em direitos humanos. Quanto às 20 teses, todas têm ênfase na classificação geral direitos humanos, conforme registra a Tabela 6.

SUMÁRIO

Tabela 6 – Faculdade de Direito (FD/PPGD/UnB)

69 Dissertações				20 Teses				
Ano	Quantidade de resumos	Classificação Geral		Ano	Quantidade de resumos	Classificação Geral		Total
		DH	EDH			DH	EDH	
2008	08	06	01	2008	04	04	-	12
2009	07	06	01	2009	03	03	-	10
2010	03	03	-	2010	02	02	-	5
2011	07	07	-	2011	02	02	-	9
2012	10	09	01	2012	01	01	-	11
2013	10	10	-	2013	02	02	-	12
2014	14	13	01	2014	03	03	-	17
2015	10	10	-	2015	03	03	-	13
Total	69	65	04	Total	20	20	-	89

Fonte: Produção própria com informações do Repositório de Teses e Dissertações da UnB.

PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA (PPGDH)

A Pós-graduação em Direitos Humanos e Cidadania (PPGDH) está vinculada ao Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília (CEAM/UnB), um centro de natureza multidisciplinar composto, atualmente, por 37 núcleos temáticos, conforme descrito na Proposta Pedagógica do PPGDH. O CEAM foi criado ainda em 1986, pelo Ato da Reitoria nº. 105, de 29 de abril de 1986. Nele, está inserido o Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos (NEP), que desenvolve suas atividades acadêmicas em perspectiva temática e interdisciplinar. Com o objetivo de criar condições para a reunião de pesquisadores, docentes e estudantes de graduação e pós-graduação orientados por novas formas multidisciplinares de ensino e pesquisa, com relações recíprocas entre a sociedade, suas instituições e a própria universidade.

Com 37 anos de atividades na área de ensino, pesquisa e extensão, o NEP, de onde partiu a iniciativa da proposta da Pós-graduação em Direitos Humanos e Cidadania, é composto por professores pesquisadores seniores de diferentes unidades acadêmicas

da UnB e desenvolve uma linha de pesquisa em educação em direitos humanos e projetos de extensão vinculados especialmente ao Direito Achado na Rua (2015) – vertente teórico-crítica da área do Direito com reconhecimento acadêmico nacional e internacional – e à Secretaria de Estado da Educação do DF.

Assim, ficou garantida a possibilidade de expansão do ensino e pesquisa em direitos humanos e cidadania na UnB, por meio da criação de um Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Cidadania *Stricto Sensu*, a partir de uma perspectiva interdisciplinar que incorporasse professores(as) doutores(as) de diversas esferas das ciências humanas, com a finalidade de consolidar uma área de pesquisa, ensino e extensão, abrangendo a dimensão e a complexidade das questões que interpelam o Brasil na esfera dos direitos humanos, da cidadania e da democracia.

O V Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) (2005–2010) mostrava a insuficiência de programas de pós-graduação nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, e o VI PNPG (2011–2020) deu destaque à inter e multidisciplinaridade. As orientações do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2003), bem como as do Plano Nacional de Direitos Humanos 3 (2009), evidenciavam a necessidade de fomentar o tema dos Direitos Humanos sob diversos aspectos, incluindo a formação e capacitação na temática. Surge, assim, a pós-graduação *Stricto Sensu* em Direitos Humanos e Cidadania, com sua primeira turma ingressando no ano de 2012.

O Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania está centrado na concepção de direitos humanos pautada em processos sociais e culturais, tendo como referência a questão da dignidade humana, alcançada com o acesso aos bens materiais e imateriais por parte dos indivíduos e das coletividades na luta diária para conquistar direitos e garantir e criar novos direitos (Herrera Flores, 2008).

SUMÁRIO

Nesse processo de luta, o diálogo intercultural (Santos, 2006) acerca dos direitos humanos entre saberes de diferentes culturas permite estabelecer uma convivência respeitosa entre cidadãos em escala planetária. Essa concepção histórico-crítica dos direitos humanos teve respaldo também na proposta do Direito Achado na Rua (Escrivão Filho e Sousa Jr., 2016), responsável pela série temática de ensino a distância, garantindo a formação de gerações de estudantes, pesquisadores(as), profissionais diversos, docentes e gestores públicos.

O Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Cidadania também se constitui com o olhar para a cidadania, um processo que envolve as relações sociais e institucionais expressas por meio de práticas que definem formas de participação ativa ou passiva na vida pública (Chauí, 1991). É na esfera da sociedade civil organizada (coletivos, entidades civis, movimentos e redes sociais, protestos e outras formas de manifestações coletivas) que se cristalizam as reivindicações por direitos e se garante um processo democrático eficaz.

O PPGDH estrutura-se a partir de uma área de concentração “Direitos Humanos e Cidadania” e três linhas de pesquisa: “Educação em e para Direitos Humanos e Cidadania”, “Políticas Públicas, Movimentos Sociais, Diversidade Sexual e de Gênero, Raça e Etnia”, e “Democracia, Constitucionalismo, Memória e História”.

Em consulta realizada junto à base do repositório digital de dissertações e teses do PPGDH no período de 2008 a 2015, foram identificados apenas 22 resumos de dissertações, pois essas começaram a ser defendidas a partir de 2014. Desse total, foram identificadas 18 dissertações com a classificação geral direitos humanos e 4 dissertações com a classificação geral educação em direitos humanos, como demonstra a Tabela 7.

SUMÁRIO

Tabela 7 – Direitos Humanos e Cidadania (CEAM/PPGDH/UnB)

22 Dissertações				- Teses			
Ano	Quantidade de resumos	Classificação Geral		Ano	Quantidade de resumos	Classificação Geral	
		DH	EDH			DH	EDH
2008	-	-	-	2008	-	-	-
2009	-	-	-	2009	-	-	-
2010	-	-	-	2010	-	-	-
2011	-	-	-	2011	-	-	-
2012	-	-	-	2012	-	-	-
2013	-	-	-	2013	-	-	-
2014	08	05	03	2014	-	-	-
2015	14	13	01	2015	-	-	-
Total	22	18	04	Total	-	-	22

Fonte: Produção própria com informações do Repositório de Teses e Dissertações da UnB.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNB (PPGE/FE/UNB)

O Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da UnB (PPGE/FE/UnB) foi criado em 1974, inicialmente com a oferta do curso de mestrado acadêmico e, em 2004, foi criado o curso de doutorado.

O curso de mestrado acadêmico tem como objetivo promover a competência acadêmica de graduados, contribuindo para o aperfeiçoamento de docentes e para a formação inicial de pesquisadores no campo educacional. O curso de doutorado está voltado para a formação e o aprimoramento, em alto nível, de profissionais comprometidos com o avanço do conhecimento na área da Educação, para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e o exercício do magistério no nível superior.

O PPGE tem como missão contribuir para qualificar professores(as) e pesquisadores(as) no campo da educação, sendo uma

referência no desenvolvimento da pesquisa científica na Região Centro-Oeste. O programa foi avaliado pela Capes com nota 5 no último quadriênio (2013–2016) e participa do Plano de Internacionalização da Capes (Capes-PrInt).

O PPGE/UnB constitui-se a partir de uma única Área de Concentração, Educação, e sete linhas de pesquisa: “Educação Ambiental e Educação do Campo” (EAEC), “Educação Matemática” (EDUMAT), “Educação, Tecnologias e Comunicação” (ETEC), “Escola, Aprendizagem, Ação Pedagógica e Subjetividade na Educação” (EAPS), “Estudos Comparados em Educação” (ECOE), “Políticas Públicas e Gestão da Educação” (POGE), “Profissão Docente, Currículo e Avaliação” (PDCA).

O mapeamento da produção acadêmica, realizado em consulta ao repositório digital de dissertações e teses do PPGE, no período de 2008 a 2015, identificou 120 resumos, sendo 90 dissertações e 30 teses. Do total, foram identificadas 83 dissertações com a classificação geral direitos humanos e 7 dissertações foram identificadas com a classificação geral educação em direitos humanos. No que se referem às teses, 21 delas se relacionam com temáticas correlatas aos direitos humanos e 9 foram classificadas com temas afetos à educação em direitos humanos, conforme a Tabela 8 a seguir:

Tabela 8 – Faculdade de Educação (FE/PPGE/UnB)

90 Dissertações				30 Teses			
Ano	Quantidade de resumos	Classificação Geral		Ano	Quantidade de resumos	Classificação Geral	
		DH	EDH			DH	EDH
2008	05	04	01	2008	-	-	-
2009	05	02	-	2009	03	03	-
2010	11	11	03	2010	02	02	-
2011	16	16	01	2011	02	02	-
2012	09	09	-	2012	09	05	04
2013	18	17	-	2013	08	06	02
2014	13	11	-	2014	02	-	02
2015	13	13	02	2015	04	03	01
Total	90	83	07	Total	30	21	09

Fonte: Produção própria com informações do Repositório de Teses e Dissertações da UnB.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA (PPG-FIL)

O Departamento de Filosofia era parte do Instituto de Central de Ciências Humanas e esteve previsto desde a fundação da universidade, idealizada por Darcy Ribeiro em 1962. É sabido que, com o golpe civil-militar, a primeira universidade a ser invadida foi a UnB e o curso de Filosofia sofreu as consequências desse fato histórico: a graduação em Filosofia funcionou até 1972, quando o vestibular para ingresso no curso foi suspenso. Somente em 1984, o curso foi retomado pelo Departamento de Geografia e História e, posteriormente, assumido pelo Departamento de Filosofia, que foi criado em 1986. Desde então foram formados um grande número de bacharéis e licenciados.

O Programa de Pós-graduação em Filosofia (PPG-FIL) da UnB foi fundado em 1999, fruto de um esforço conjunto dos professores do departamento. Após anos de intenso trabalho na busca de consolidação, o PPG-FIL/UnB obteve a nota 4 na avaliação trienal da Capes, publicada em 2013. Com esse resultado, o programa propôs a criação de um curso de Doutorado em Filosofia, aproveitando a experiência acumulada em todos esses anos e contando com o apoio institucional e a infraestrutura da UnB, além da produção intelectual crescente e a longa experiência do corpo docente.

O PPG-FIL organiza-se a partir de uma área de concentração, Filosofia, e três linhas de pesquisa: "Epistemologia, Lógica e Metafísica", "Ética, Filosofia Política e Filosofia da Religião", e "História da Filosofia".

Em consulta realizada na base do repositório digital de dissertações do PPG/FIL, foram identificados 12 resumos somente de dissertações no período de 2008 a 2015. Todas as dissertações trataram especificamente de temas relacionados à classificação geral de direitos humanos. Não foi registrada nenhuma tese em direitos humanos no período entre 2008 e 2015, bem como não houve resumos que tratassem de temas relacionados à educação em direitos humanos (EDH), tal como registra a Tabela 9.

SUMÁRIO

Tabela 9 – Filosofia – (ICH/PPG-FIL/UnB)

12 Dissertações				- Teses			
Ano	Quantidade de resumos	Classificação Geral		Ano	Quantidade de resumos	Classificação Geral	
		DH	EDH			DH	EDH
2008	-	-	-	2008	-	-	-
2009	03	03	-	2009	-	-	03
2010	-	-	-	2010	-	-	-
2011	04	04	-	2011	-	-	04
2012	-	-	-	2012	-	-	-
2013	02	02	-	2013	-	-	02
2014	02	02	-	2014	-	-	02
2015	01	01	-	2015	-	-	01
Total	12	12	-	Total	-	-	12

Fonte: Produção própria com informações do Repositório de Teses e Dissertações da UnB.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGEA)

O Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEA) da UnB foi criado em 1996, com o curso de mestrado e, a partir de 2011, iniciou-se o curso de doutorado. O programa é um importante polo de conhecimento geográfico, marcado pela pluralidade e pela diversidade, tanto no que concerne à formação e à origem do seu corpo docente quanto ao leque de experiências teóricas, técnicas, metodológicas e de pesquisa.

A proposta do curso possui como elemento estruturador fundamental os projetos de pesquisa que se articulam diretamente com a temática das disciplinas oferecidas e com os projetos de dissertação desenvolvidos pelos alunos. Isso permite que grupos de professores articulados por uma temática participem de projetos comuns, juntamente com seus grupos de orientandos, reunidos nos laboratórios. Atualmente, o Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade de Brasília é nota 5 na avaliação da Capes e organiza-se a partir da área de concentração Gestão Ambiental e Territorial e de três linhas de pesquisa: “Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional”, “Análise de Sistemas Naturais” e “Geoprocessamento”.

Foram identificadas 45 produções acadêmicas do PPGEA, publicadas entre 2008 e 2015, sendo 40 de dissertações e 5 teses. Do total de dissertações, foram identificadas 37 com a classificação geral direitos humanos e 3 dissertações com a classificação geral educação em direitos humanos. As 5 teses identificadas se relacionam à temática direitos humanos, conforme demonstra a Tabela 10.

Tabela 10 – Geografia (ICH/PPGEA/UnB)

40 Dissertações				05 Teses			
Ano	Quantidade de resumos	Classificação Geral		Ano	Quantidade de resumos	Classificação Geral	
		DH	EDH			DH	EDH
2008	03	02	01	2008	-	-	-
2009	09	09	-	2009	-	-	-
2010	03	03	-	2010	-	-	-
2011	02	02	-	2011	-	-	-
2012	-	-	-	2012	-	-	-
2013	04	04	-	2013	-	-	-
2014	10	10	-	2014	01	01	-
2015	09	07	02	2015	04	04	-
Total	40	37	03	Total	05	05	-

Fonte: Produção própria com informações do Repositório de Teses e Dissertações da UnB.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGHIS)

O Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da UnB foi fundado em 1976. Inicialmente restrito ao âmbito do mestrado, a sua estrutura original foi concebida por José Honório Rodrigues, um dos maiores historiadores brasileiros do século XX.

Em 1994, com a introdução do Doutorado em História, o programa passou por uma reformulação que o adequou à conjuntura historiográfica brasileira de então. Mais recentemente, o programa passou por algumas reformulações e hoje conta novamente com duas áreas de concentração, nomeadamente, História Cultural e História Social.

Mais de 1.700 estudantes já obtiveram os graus de bacharel e/ou licenciado(a) em História pela UnB. Em 2009, com a abertura do curso noturno, o departamento aumentou muito significativamente o número de vagas oferecidas na graduação, passando a proporcionar oportunidades de formação acadêmica a 160 novos(as) estudantes por ano.

No âmbito da pós-graduação, até agosto de 2018, o PPGHis já havia formado 201 doutores e 454 mestres, muitos dos quais atuam em funções públicas de projeção e nos diferentes níveis do sistema educativo. Na última avaliação da Capes, o programa obteve a nota 4.

Atualmente, o programa configura-se a partir de uma área de concentração, Sociedade, Política e Cultura, e quatro linhas de pesquisa: "História Cultural, Memórias e Identidades", "História Social e suas Múltiplas Formas", "Ideias, Historiografia e Teoria", e "Política, Instituições e Relações de Poder".

O mapeamento das dissertações e teses do PPGHis, publicadas entre os anos de 2008 e 2015, permitiu a identificação de 35 produções, sendo 17 dissertações e 18 teses. A classificação geral de direitos humanos está evidente nas 17 dissertações e em 17 teses. Em relação ao tema educação em direitos humanos, a ênfase foi apenas em uma tese, como registra a Tabela 11.

Tabela 11 – História (ICH/PPGHIS/UnB)

17 Dissertações				18 Teses				Total
Ano	Quantidade de resumos	Classificação Geral		Ano	Quantidade de resumos	Classificação Geral		
		DH	EDH			DH	EDH	
2008	03	03	-	2008	03	03	-	06
2009	-	-	-	2009	04	04	-	04
2010	-	-	-	2010	04	04	-	04
2011	03	03	-	2011	01	-	01	04
2012	01	01	-	2012	-	-	-	01
2013	04	04	-	2013	01	01	-	05
2014	05	05	-	2014	04	04	-	09
2015	01	01	-	2015	01	01	-	02
Total	17	17	-	Total	18	17	01	35

Fonte: Produção própria com informações do Repositório de Teses e Dissertações da UnB.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROCESSOS PSICOLÓGICOS BÁSICOS (IP/PPB-PG-CDC)

O histórico do Programa de Pós-graduação em Processos Psicológicos Básicos (IP/PPB-PG-CdC) da UnB se relaciona com o início do curso de graduação em Psicologia. De 1964 a 1969, os cursos de graduação e mestrado funcionaram efetivamente. A crise política do país, entretanto, levou a uma grande perda do quadro docente da UnB, e o Mestrado em Psicologia foi desativado em 1969. O curso de mestrado foi retomado em 1975 e, gradativamente, o Departamento de Psicologia ampliou o corpo docente e o Programa de Pós-graduação (mestrado) criou, em 1985, um periódico para divulgação científica da produção do conhecimento em Psicologia no país.

Esses empreendimentos culminaram, em 1987, com a reorganização da unidade de Psicologia da UnB. O departamento retomou, então, sua autonomia, passando a ser Instituto de Psicologia (IP), formado por quatro departamentos: Departamento de Processos Psicológicos Básicos (PPB), Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento (PED), Departamento de Psicologia Clínica (PCL) e Departamento de Psicologia Social e do Trabalho (PST). Em 1988, a pós-graduação foi ampliada com a aprovação do curso de doutorado.

No período entre 2005 e 2007, a partir de recomendação da Capes, o Programa de Pós-graduação em Psicologia passou por nova reformulação e os quatro departamentos criaram seus respectivos Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* (mestrado acadêmico e doutorado). No PPB: Ciências do Comportamento (PPG-CdC); no PED: Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde (PPG-PDS); no PCL: Psicologia Clínica e Cultura (PPG-PsiCC) e no PST: Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações (PPG-PSTO).

SUMÁRIO

Durante sua história, o PPG-CdC tem buscado integrar as linhas de pesquisa das áreas de Análise do Comportamento (Processos Comportamentais Básicos e Análise Comportamental Aplicada) e de Cognição e Neurociências (Cognição, Percepção e Sensação e Cérebro, Drogas e Comportamento). Os estudantes são incentivados a participar de disciplinas e pesquisas de diferentes abordagens, o que possibilita um repertório conceitual e metodológico amplo. Adicionalmente, diversos projetos de professores vinculados ao programa transitam entre a pesquisa básica e a aplicada, além de envolverem tanto estudantes de pós-graduação como de graduação.

O PPG-CdC possui a área de concentração Análise do Comportamento (AC) e duas linhas de pesquisa: "Processos Verbais, Socioculturais e de Intervenção" e "Processos Comportamentais Básicos".

Em consulta realizada na base do repositório digital de dissertações e teses do PPB, entre no período de 2008 a 2015, foram identificados 9 resumos, sendo 8 dissertações e 1 tese, e a classificação geral de direitos humanos está evidente em todas as produções, de acordo com a Tabela 12.

Tabela 12 – Processos Psicológicos Básicos (IP/PPB-PG-CdC/UnB)

08 Dissertações				01 Teses			
Ano	Quantidade de resumos	Classificação Geral		Ano	Quantidade de resumos	Classificação Geral	
		DH	EDH			DH	EDH
2008	-	-	-	2008	-	-	-
2009	02	02	-	2009	-	-	-
2010	02	02	-	2010	-	-	-
2011	01	01	-	2011	-	-	-
2012	-	-	-	2012	-	-	-
2013	02	02	-	2013	-	-	-
2014	01	01	-	2014	-	-	-
2015	-	-	-	2015	01	01	-
Total	08	08	-	Total	01	01	-

Fonte: Produção própria com informações do Repositório de Teses e Dissertações da UnB.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PSICOLOGIA ESCOLAR E DO DESENVOLVIMENTO (IP/PED-PGPDE)

O Programa de Pós-graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento (IP/PED-PGPDE) da UnB é formado por uma área de concentração, Desenvolvimento Humano e Educação, e duas linhas de pesquisa: "Processos de Desenvolvimento e Cultura", e "Processos Educativos e Psicologia Escolar".

No PED, a classificação geral de direitos humanos está evidente nos 48 resumos analisados no período de 2008 a 2015, sendo 38 dissertações e 10 teses. Não foram encontrados resumos que tratassem de temas relacionados à educação em direitos humanos, como registra a Tabela 13.

Tabela 13 – Psicologia Escolar e do Desenvolvimento (IP/PED-PGPDE/UnB)

38 Dissertações				10 Teses			
Ano	Quantidade de resumos	Classificação Geral		Ano	Quantidade de resumos	Classificação Geral	
		DH	EDH			DH	EDH
2008	01	01	-	2008	-	-	-
2009	02	02	-	2009	-	-	-
2010	04	04	-	2010	01	01	-
2011	02	02	-	2011	02	02	-
2012	03	03	-	2012	01	01	-
2013	12	12	-	2013	02	02	-
2014	09	09	-	2014	03	03	-
2015	05	05	-	2015	01	01	-
Total	38	38	-	Total	10	10	-

Fonte: Produção própria com informações do Repositório de Teses e Dissertações da UnB.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL (PPGPS)

No âmbito do Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGPS) da UnB, o curso de mestrado foi implantado em 1990 e o de doutorado em 2002. Foi o primeiro programa da área de

Serviço Social com a temática da Política Social, consolidando-se como uma referência nacional e internacional na produção de conhecimento nessa área.

O PPGPS está vinculado ao Departamento de Serviço Social (SER) da UnB, que instituiu a graduação em Serviço Social em 1971. Antes do início do PPGPS (1990), o departamento de Serviço Social ofereceu, durante cinco anos consecutivos, um curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Política Social. Essa longa tradição de ensino, pesquisa, produção de conhecimento e publicação sobre política social foi determinante para a criação do mestrado e do doutorado e, posteriormente, para a abertura de vagas de estágios pós-doutorais a demandantes nacionais e estrangeiros.

O PPGPS mantém como **área de concentração** Estado, Política Social e Direitos e tem como eixo analítico a relação dialética e contraditória entre Estado, Classes Sociais e Direitos, mediada pelas lutas que decorrem do conflito entre capital e trabalho. O programa se constitui a partir de quatro linhas de pesquisa: "Política Social, Estado e Sociedade", "Classes, Lutas Sociais e Direito", "Trabalho, Questão Social e Emancipação" e "Exploração e Opressão de Sexo/Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades".

Os cursos de Mestrado e Doutorado em Política Social contam com alunos regulares selecionados anualmente, além de alunos especiais em disciplinas optativas. Os cursos se orientam por uma perspectiva interdisciplinar, contemplando, em sua proposta pedagógica, tanto docentes e discentes de Serviço Social quanto de algumas áreas afins.

No PPGPS, a classificação geral de direitos humanos está evidente nos 50 resumos mapeados, sendo 34 dissertações e 16 teses analisadas no período de 2008 a 2015. Não foi identificado resumo que tratasse de temas relacionados à educação em direitos humanos, conforme pode ser observado na Tabela 14 a seguir.

SUMÁRIO

Tabela 14 – Serviço Social (ICH/PPGPS/UnB)

34 Dissertações				16 Teses				
Ano	Quantidade de resumos	Classificação Geral		Ano	Quantidade de resumos	Classificação Geral		Total
		DH	EDH			DH	EDH	
2008	03	03	-	2008	01	01	-	04
2009	05	05	-	2009	04	04	-	09
2010	03	03	-	2010	-	-	-	03
2011	02	02	-	2011	01	01	-	03
2012	06	06	-	2012	01	01	-	07
2013	04	04	-	2013	04	04	-	08
2014	07	07	-	2014	02	02	-	09
2015	04	04	-	2015	03	03	-	07
Total	34	34	-	Total	16	16	-	50

Fonte: Produção própria com informações do Repositório de Teses e Dissertações da UnB.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA (PPGSOL)

O Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGSOL) da UnB, seguindo a trajetória da UnB idealizada por Darcy Ribeiro, foi constituído em 1970 com apoio da Fundação Ford. Foi um dos primeiros PPGs do país voltado para a pesquisa e o ensino das questões e contradições da sociedade brasileira rural e urbana, além de outros temas de destaque da sociologia ao nível internacional.

O PPGSOL surgiu em um momento político crítico do país, no qual uma ditadura civil-militar era responsável pelo sequestro, prisão, tortura e desaparecimento de militantes pela democracia, além das perseguições aos militantes de grupos e partidos de esquerda, jornalistas e centros de pesquisa e de sociologia. Apesar da conjuntura do país ser desfavorável à produção de uma sociologia crítica, esse programa, formado por docentes de excelência, consolidou-se como centro de formação de pesquisadores, docentes e gestores públicos.

Em 1984, teve início o Programa de Doutorado em Sociologia e a importante revista Sociedade & Estado, que contribuíram para a formação de cientistas sociais de alto nível e a divulgação de ensaios e pesquisas de excelência.

O PPGSOL está constituído por uma área de concentração denominada Sociedade e Transformação e por sete linhas de pesquisa: "Cidade, Cultura e Sociedade", "Educação, Ciência e Tecnologia", "Feminismo, Relações de Gênero e de Raça", "Pensamento e Teoria Social", "Política, Valores, Religião e Sociedade", "Trabalho e Sociedade" e "Violência, Segurança e Cidadania".

A classificação geral em direitos humanos está evidente nos 60 resumos analisados no período de 2008 a 2015, sendo 27 dissertações e 33 teses, conforme registra a Tabela 15.

Tabela 15 - Sociologia (ICS/PPGSOL/UnB)

27 Dissertações				33 Teses				Total
Ano	Quantidade de resumos	Classificação Geral		Ano	Quantidade de resumos	Classificação Geral		
		DH	EDH			DH	EDH	
2008	06	06	-	2008	03	03	-	09
2009	-	-	-	2009	06	06	-	06
2010	02	02	-	2010	03	03	-	05
2011	01	01	-	2011	01	01	-	02
2012	03	03	-	2012	03	03	-	06
2013	04	04	-	2013	07	07	-	11
2014	07	07	-	2014	07	07	-	14
2015	04	04	-	2015	03	03	-	07
Total	27	27	-	Total	33	33	-	60

Fonte: Produção própria com informações do Repositório de Teses e Dissertações da UnB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os principais aspectos analisados, chama a atenção que, em grande parte dos trabalhos classificados positivamente nas quatorze unidades acadêmicas, a menção expressa aos direitos humanos não é verificada nos títulos nem nos resumos, embora os objetos centrais desenvolvidos possuam forte aderência temática,

sobretudo pela escolha dos sujeitos de pesquisa que integram grupos sociais vulneráveis e as violações de direitos nesses contextos. Tendência diversa é observada nos trabalhos do PPGDH, que, proporcionalmente, mais fazem referência ao termo “direitos humanos” no *corpus* textual analisado. A alta incidência da terminologia em quase todas as dissertações defendidas, nos títulos e/ou nos resumos, sinalizam a importância do Programa para a consolidação da área interdisciplinar de direitos humanos, bem como à nomeação/categorização padrão de um conjunto amplo de interesses e dimensões de direitos que se vinculam às premissas de cidadania e democracia. Ainda que em menor proporção, recebe destaque também a produção acadêmica do PPGD nos níveis de mestrado e doutorado, uma vez que, aproximadamente, 30% dos trabalhos classificados positivamente consignam a referência expressa aos direitos humanos em pelo menos um dos excertos textuais.

Outra questão trata do volume ainda pouco expressivo de dissertações e teses voltadas à educação em direitos humanos, somada à baixa dispersão dessa temática na produção acadêmica dos diferentes cursos analisados. Como visto, são apenas os Programas de Pós-graduação em Educação, Direitos Humanos e Cidadania, Direito, Geografia e História que possuem, ao menos, um trabalho defendido com essa abordagem. Essas observações robustecem a importância do PPGDH, criado em 2012, para o desenvolvimento de projetos de pós-graduação voltados aos direitos humanos e, em especial, à educação em direitos humanos. O advento das primeiras defesas de dissertações do Programa, ocorridas a partir de 2014, já sinaliza para o seu impacto no panorama geral das produções acadêmicas da UnB, o que, por sua vez, deverá ser incrementado em cenário futuro, tendo em vista a autorização para a criação do curso de doutorado, aprovado pela Capes em 2018.

É necessário pontuar, ainda, a concentração significativa de trabalhos em direitos humanos verificada no mestrado, com 501 trabalhos, em comparação com aqueles identificados no doutorado,

SUMÁRIO

com 169. Considerando as diferenças quanto ao montante da produção geral entre os níveis da pós-graduação em grande parte dos programas analisados, observa-se que, proporcionalmente, há uma maior incidência da articulação com a temática no primeiro nível acadêmico de pós-graduação *Strictu Senso* nas unidades analisadas. De modo geral, a produção acadêmica, tanto do mestrado quanto do doutorado, sinaliza para uma tendência de crescimento, ainda que não uniforme por ano e nível, a partir de 2008, em especial no intervalo de 2013 a 2014.

Os programas de pós-graduação da Universidade de Brasília apresentaram uma grande diversidade de autores utilizados nos **referenciais teóricos** das dissertações e teses produzidas de 2008 a 2015. Cada área disciplinar utilizou com prioridade analistas renomados em suas áreas e outros específicos das temáticas abordadas nas diferentes pesquisas.

Para ilustrar os autores mencionados nas diversas dissertações e teses, será apresentado a seguir um conjunto de estudiosos que se destacaram em temas de diferentes áreas do conhecimento:

Política: Durkheim, Marx, Weber, Adams, Cohen, Franco, Avritzer, Dagnino, Olvera, Panfichi, Tsebelis, Brinkerhoff, Arendt, Tarrow, Tilly, Mcadam e Redlawsk.

Comunicação: Borislav, Bazcko, Stuart, Williams, Boyer, Theret, Gramsci, Poulantzas, O'Donnell, Fairclough, Van Dijk, Scherer-Warren, Cabral, Moura, Hall, Pinto, Anjos, Chouliaraki, Ramalho, Resende, Traquina, Wolff, Thompson, Strauss, Motta, Porto, Ricoeur, Bobbio, Coutinho, Marx, Chauí e Castells.

Direito: Foucault, Bourdieu, Freire, Jodelet, Larrosa, Lyra Filho, Moscovici, Sousa Junior, Warat, Kuhn, Habermas, Rosenfeld, Wolkmer, Herrera Flores, Dworkin, Macedo, Beck, Hegel, Hobbes, Maquiavel, Honneth, Taylor, Fraser, Fanon, Žižek, Benjamin, Quijano, Mignolo, Sousa Santos, Maldonado Torres, Walsh e Dussel.

Educação: Bohnsack, Mannheim, Saviani, Cury, Santos, Fernandes, Bastide, Bogdan, Biklen, Triviños, Creswell, Caldart, Molina, Arroyo, Cortela, Gramsci, Pistrak, Mochcovitch, Frigotto, Mészáros, Freire, Campione, Buttigieg, Ribeiro, Imbernón, Moura, Borges, Moreira, Gatti, Tanuri, Tardif, Veiga, Sacristán, Santomé, Bernstein, Borges, Goodson, Silva, Paiva, Manfred, Ramos, Ciavatta, Uphoff, Balestro, Jacobi, Morin, Nicolescu, Nóvoa, Pineau, Castoriadis, Bardin, Cheptulin, Bonamino, Franco, Barreto, Dias Sobrinho, Sousa, Freitas, Vianna, Villas Boas, Fonseca, Filice, Cavalleiro, Gomes, Martins, Apple, Cavalleiro, Gomes, Gonçalves, Munanga, Martins, Oliva, Moscovici, Abric, Pistrak, Caldart, Barbosa, Castells, Gohn, Lévy, Vygotsky, Barbier, Honneth, Nóvoa, Imbernón, Brzezinski, Giolo, Frigotto, Saviani, Moll, Illich, Rey, Bourdieu, Weller, Imbernón, Butler, Borillo, Foucault, Scott, Louro, Mantoan, Erickson, Hymes e Skilar.

Espaço e território: Lefebvre, Santos, Little e Nascimento.

Subjetividade e ambiente escolar: Vigotski, Wallon, Freire, Yves, Gonzáles Rey, Leinkin, Fávero, Deleuze, Foucault, Guattari, Dolton, Huinzinga, Klein, Moyles, Pedroza, Winnicott, Valsiner e Branco.

Sociedade: Descarries, Foucault, Hall, Melucci, Lauretis, Scott, Sherer-Warren, Freyre, Ramos, Caviedes, Fernández, Barrientos, Bourdieu, Giddens, Offe, Rosanvallon, Harvey, Fraser e Dubet.

Esse conjunto de contribuições teóricas se articulou nas diferentes pesquisas das dissertações e teses com **procedimentos metodológicos** centrados na pesquisa qualitativa e na análise documental. Junto com essas duas modalidades estruturantes das ciências humanas e sociais aplicadas, diversas técnicas foram utilizadas: grupos focais, observação e vivências, análise da linguagem audiovisual, análise de conteúdo, análise do discurso, análise crítica da narrativa, análise documental, entrevistas e observação etnográfica. A pesquisa quantitativa teve menor presença, principalmente, por meio de técnicas estatísticas e questionários.

Esses referenciais temáticos com os autores utilizados nas pesquisas de mestrado e doutorado da UnB e os procedimentos metodológicos mencionados acima, permitiram a construção de investigações de qualidade e contribuíram para difundir no âmbito acadêmico questões relevantes no campo dos direitos humanos e da educação em direitos humanos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Pós-Graduação** – PNPG 2005-2010. Brasília, DF: CAPES, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/pnpg-2005-2010-pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNHD-3)**. Brasília: SEDH/PR, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Pós-Graduação** – PNPG 2011-2020. Brasília, DF: CAPES, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-pnpg-volume-i-mont-pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.

CHAUÍ, Marilena. Sociedade, estado, OAB. *In*: XIII CONFERÊNCIA NACIONAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, 13., 1990, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Oab, 1990. p. 115-121.

CHIZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

ESCRIVÃO FILHO, Antônio; SOUSA JR., José Geraldo. **Para um debate teórico-conceitual e político sobre os direitos humanos**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016.

HERRERA FLORES, Joaquín. **A (re)invenção dos direitos humanos**. Tradução: Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

SOUSA JR, José Geraldo de. **O Direito como Liberdade**. O Direito Achado na Rua. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 2011.

SOUSA Jr, José Geraldo (org.). **Da universidade necessária à universidade emancipatória**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2012.

SOUSA JR., José Geraldo. **O Direito Achado na Rua: concepção e prática**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em ciências sociais**. São Paulo, Atlas, 2008.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Estatuto e Regimento Geral**. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 2022.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Relatório de Gestão – 2021** Brasília, DF: UnB, 2021. Disponível em: https://www.dpo.unb.br/images/dpl/2021/Relatrio_de_Gesto_UnB_2021.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Regimento Interno e Política Institucional**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, CEAM, 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Cidadania**. Universidade de Brasília, Brasília, 2023. Disponível em: <https://ppgdh.unb.br/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

YING, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

SUMÁRIO

16

Bárbara da Silva Diniz

**UMA ANÁLISE SOBRE
A PESQUISA EM DIREITOS
HUMANOS EM PROGRAMAS DE
PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA (UNB):**

CONQUISTAS E CAMINHOS AINDA A PERCORRER

INTRODUÇÃO

A universidade, tal qual Santos (2010) defende, é espaço de formação, devendo ser não apenas de formação técnica, para integrar quadros profissionais, mas também de formação social, de conscientização de que o conhecimento é um bem público e que deve ser voltado ao impacto e à responsabilidade social. Nesse sentido, ela deve se constituir como espaço de formação em direitos humanos e também de luta para a emancipação social, especialmente se considerada a universidade brasileira, centrada em um território de desigualdades sociais, que precisa buscar o desenvolvimento econômico atrelado ao social.

Como a universidade é constituída de ensino, pesquisa e extensão, é importante pensar sobre esses três elementos para a permanente reflexão de seu papel. Dessa forma, a pesquisa e sua relação com o campo dos direitos humanos pode ser um importante ponto de promoção de um projeto de sociedade que se aproxime da utopia do protagonismo humanista, dos percursos emancipatórios e da vida com dignidade prometidos pelos direitos humanos, tal qual defendido por Sousa Júnior (2016).

Assim, ao ser chamada para colaborar nesta obra, além da grande alegria, diversos questionamentos logo me provocaram à reflexão: afinal, como é o campo da pesquisa em direitos humanos? Que peso ele tem na universidade? Quais concepções de direitos humanos ele apresenta? As pesquisas da área se percebem como pesquisas de direitos humanos? São essas as reflexões que busco trazer na análise da produção da pós-graduação da Universidade de Brasília (UnB) na seara dos direitos humanos no período de 2008–2015. E aqui eu utilizo o conceito de campo, pensando nas possibilidades aventadas por Bourdieu (1983).

SUMÁRIO

Não tive as dores e os prazeres de integrar a construção dos dados, mas apresento a análise feita a partir do auxílio do *software* livre Iramuteq versão 0.7, alpha 2, nas ferramentas análise de similitude e classificação hierárquica descendente (CHD). Para tanto, o capítulo foi organizado da seguinte forma: para além desta introdução, apresento aspectos gerais observados; em seguida passo à análise do gráfico de similitudes e, então, da CHD. Pretendo que as considerações gerais apresentem respostas às reflexões colocadas bem como novos questionamentos que, espero, possam contribuir para trabalhos futuros.

UMA APRESENTAÇÃO GERAL DA PESQUISA

É uma boa surpresa verificar que, conforme mencionado nesta obra, a UnB desenvolveu, no período de 2008 a 2015, 2.556 teses e dissertações, dos quais 670, ou seja, mais de 26%, foram catalogados como pesquisas de direitos humanos ou de educação em direitos humanos. Contudo, também é preciso olhar para uma questão da própria construção desses dados: como se presumira que a relação com direitos humanos poderia não aparecer de forma explícita nos resumos de teses e dissertações presentes nas bases de dados, foi dado autonomia para que esses resumos fossem livremente classificados nos seguintes temas:

1. Direitos econômicos: trabalho, emprego decente, salário digno, renda mínima, Programa Bolsa Família etc.;
2. Direitos sociais: educação, saúde, trabalho, habitação etc.;
3. Direitos culturais: de povos quilombolas, indígenas, mulheres, grupos LGBTT, afrodescendentes, ciganos, população ribeirinha e outros;

4. Direitos políticos: manifestação, organização política, voto, livre expressão etc.;
5. Direitos civis: envolvendo o direito de ir e vir, de migrar, o acesso à justiça, o direito de defesa etc.;
6. Direitos ambientais: proteção da natureza, desenvolvimento sustentável, direito ao meio ambiente saudável, educação ambiental etc.;
7. Grupos sociais vulneráveis: alvo de projetos de extensão, pesquisa ou disciplinas de graduação e pós-graduação; crianças e adolescentes; povos indígenas; comunidades tradicionais (ciganos, quilombolas, população ribeirinha, camponeses etc.); mulheres; LGBTQI+; afrodescendentes; pessoas com deficiência; população em situação de rua; catadores de material reciclável; idosos; trabalhadores pobres (catadores de papel, sem-teto, sem-terra e outros).

Esses são os temas que foram relacionados aos resumos de 14 programas de pós-graduação, dentre os quais consta a predominância de Educação (17,91%), Direito (13,28%) e Ciência Política (11,19%) e pouca participação dos programas de Processos Psicológicos Básicos, Filosofia e Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional que, juntos, somam 5,21%:

Tabela 1 – Lista de Programas de Pós-graduação da UnB com pesquisa em direitos humanos

Programa de Pós-graduação	Quant.	%
1. Antropologia (ICS/PPGDAN)	61	9,1
2. Ciência Política (IPOL/PPGCP)	75	11,19
3. Comunicação (FAC/PPGCOM)	30	4,48
4. Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (CEAM/PPGDSCI)	14	2,08
5. Direito (FD/PPGD)	89	13,28
6. Direitos Humanos e Cidadania (CEAM/PPGDH)	22	3,28

SUMÁRIO

Programa de Pós-graduação	Quant.	%
7. Educação (FE/PPGE)	120	17,91
8. Filosofia (ICH/PPG-FIL)	12	1,79
9. Geografia (ICH/PPGEA)	45	6,72
10. História (ICH/PPGHIS)	35	5,23
11. Processos Psicológicos Básicos (IP/PPB – PG-CdC)	9	1,34
12. Psicologia Escolar e do Desenvolvimento (IP/PED - PGPDE)	48	7,17
13. Serviço Social (ICH/PPGPS)	50	7,47
14. Sociologia (ICS/PPGSOL)	60	8,96
Total	670	100

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

O total de pesquisas foi dividido em dois documentos, um relacionado às pesquisas em direitos humanos e outro relacionado às pesquisas em educação em direitos humanos. O presente capítulo se debruça sobre o primeiro grupo, constituído de 642 resumos (teses e dissertações) submetido ao *software* Iramuteq, versão 0.7, alpha 2, nas ferramentas análise de similitude e classificação hierárquica descendente (CHD) que apresentarei a seguir.

UMA ANÁLISE DE SIMILITUDE

A análise de similitude foi desenvolvida a partir da teoria matemática dos grafos de Marchand e Ratinou (*apud* Camargo; Justo, 2013). Ela mostra um gráfico de palavras interligando *nós* ou *vértices* por arestas, finas ou grossas, conforme as conexões formadas e as ideias de contextos e representações presentes. Por meio dela é possível identificar conexões entre as palavras e inferir a estrutura de representação presente. No presente trabalho, pela quantidade de resumos, foram consideradas as palavras com, no mínimo, 100 repetições no documento, obtendo-se assim o Gráfico 1.

Olhando-se mais detalhadamente para os vértices, **social** congrega o maior número de relações e se relaciona a estudos que buscam as *relações sociais* e referem-se à realidade brasileira, às lutas de movimentos sociais e de grupos específicos, como mulher, violência e gênero e também negro, trabalhador (e trabalhador rural) e identidade. Os espaços urbanos e, em especial a cidade de Brasília, são mais um aspecto de destaque dessa estrutura bem como as questões ambientais, culturais e de políticas sociais.

[illegible]

438

O vértice **direito** mostra representações ligadas ao campo jurídico, com indicação principalmente de direitos sociais e princípios fundamentais. São pesquisas sobre direito constitucional, acesso à justiça, reconhecimento de direitos, cidadania e sistema democrático. Há uma aresta mais forte com *saúde*, indicando que o direito à saúde é uma área de destaque. A palavra *crítica* sugere que essas pesquisas são orientadas por uma perspectiva crítica. Entretanto, talvez a observação mais interessante aqui é que a expressão “direitos humanos” aparece explícita somente nesse vértice e interligado por uma aresta que sugere não haver peso no conjunto de representações gerais.

O vértice **pesquisa** mostra relações com a pesquisa qualitativa, com ênfase em estudos de caso, entrevistas e análise de conteúdo, com alguma análise teórica e uso de instrumentos. Não há indicação de uma teoria comum, o que sugere que as pesquisas são mais atreladas à disciplinaridade dos cursos envolvidos. Palavras como *território*, *região*, *terra* e *comunidade* indicam que há um variado lócus de pesquisa, sendo interessante observar que o vértice está numa posição oposta aos demais, sugerindo que representa uma temática independente.

O vértice **político** apresenta relação com o que é público, com gestão e políticas públicas. Há, assim, pesquisas voltadas a um aspecto institucional do governo. A questão internacional também aparece bem como, em menor incidência, a questão indígena.

O vértice **educação** apresenta 3 aspectos principais cujo objeto comum é a educação/escola pública: a) educação no campo; b) programas na escola voltados a crianças e adolescentes; e c) a formação do professor.

Os vértices *educação*, *público*, *político* e *social* possuem uma relação entre si que não está presente nos vértices *direito* e *pesquisa*. Isso sugere que as pesquisas relacionadas a *direito* e a *pesquisa* possuem um contexto mais independente: dialogam com espectro social,

SUMÁRIO

mas não com os demais, ao passo que o vértice que liga *educação* a *social* mostra um *continuum* de relações que, ainda que mostrem vértices próprios, mais fortes, possuem maior relação entre si.

Assim, o Gráfico 1 indica que há uma variada produção acadêmico-científica. Ele confirma as áreas de predominância (*direito, política, educação*), mas, diante da grande quantidade de trabalhos, o principal é a variedade de temas. Contudo, expressões como direitos fundamentais e direitos humanos aparecem de forma pouco recorrentes e ligadas apenas ao vértice *direito*, sugerindo que as demais pesquisas não se apropriam explicitamente da temática, não usam a expressão e, por conseguinte, podem não se reconhecer como pesquisas na área, daí a importância da CHD para confirmação (ou não) desses achados.

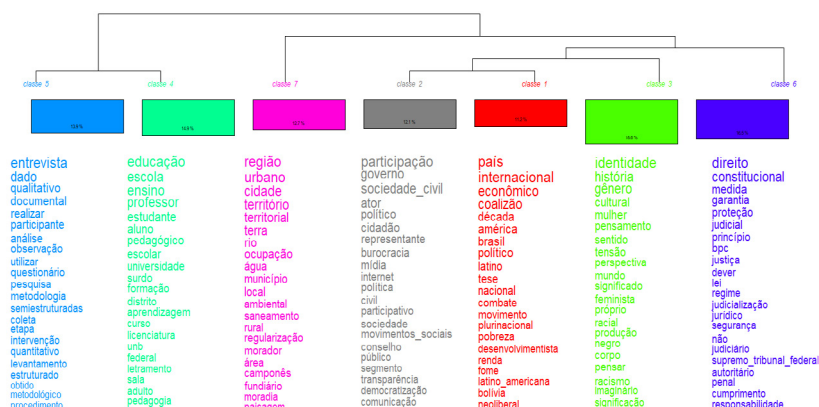
UMA CLASSIFICAÇÃO HIERÁRQUICA DESCENDENTE

A classificação hierárquica descendente (CHD), também chamada análise de Reinert, classifica trechos de textos de cerca de 3 linhas em função de seus vocabulários e, em seguida, reorganiza-os conforme uma frequência. Com isso, surgem classes com vocabulários relacionados entre si e que se diferenciam das demais, permitindo a identificação da estrutura de representação existente, pois classe apresentaria contextos semânticos, representações sociais, teorias, percepções ou aspectos próprios (Camargo; Justo, 2013; Saviati, 2017).

Na tecedura deste capítulo, optei, diante da grandiosidade do trabalho, por centrar a análise no dendrograma (gráfico em formato de árvore) principal e no gráfico com a análise fatorial (AFC) entre classes e palavras. Para a compreensão dos sentidos emergentes,

foram lidos os segmentos relacionados às palavras das listas de cada classe. A seguir, apresento a análise completa por classe, seguindo a ordem da esquerda para a direita do Gráfico 2.

Gráfico 2 – CHD das pesquisas em direitos humanos na Universidade de Brasília

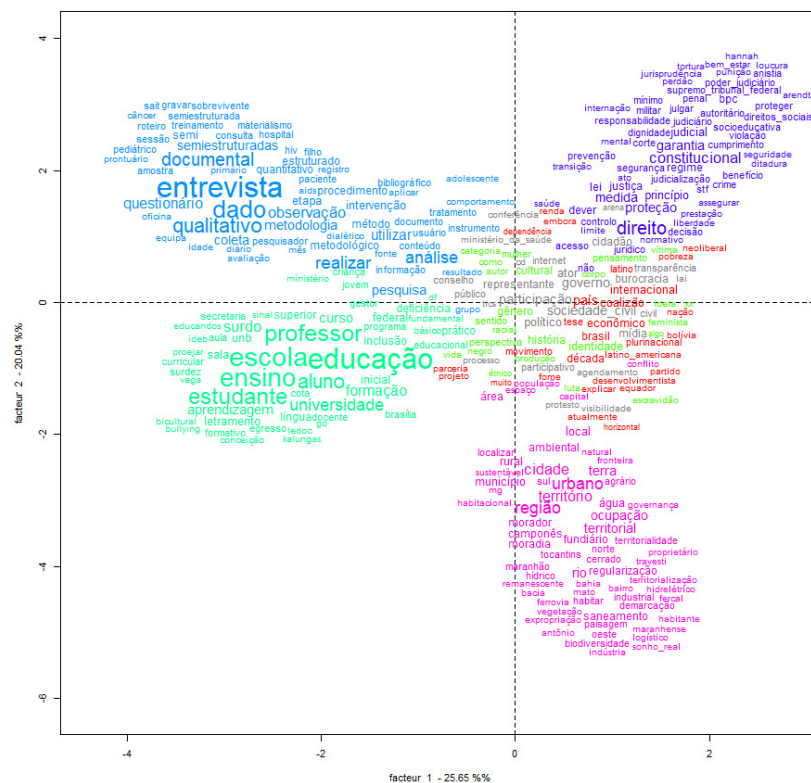


Fonte: Iramuteq, 2022.

Foram encontradas sete classes das quais, conforme o Gráfico AFC, quatro são mais independentes, localizadas, cada uma, em um dos quadrantes da AFC. Esse primeiro olhar sugere que essas classes são integradas por grupos de pesquisas com perspectiva mais disciplinar em comparação às classes, em vermelho, cinza e verde claro, localizadas no centro, que apresentaram mais intersecções com as demais. Uma observação inicial é que esse conjunto de classes congrega o que se pode chamar de campo das pesquisas em direitos humanos, em oposição às classes mais afastadas, mais afetas a campos próprios.

Com isso, cabe agora analisar as especificidades de cada classe, a fim de se obter os sentidos que emergem de cada uma.

Gráfico 3 – AFC das classes do *corpus* de pesquisas em direitos humanos na UnB



Fonte: Iramuteq, 2022.

CLASSE 5 - OS PROGRAMAS DE PSICOLOGIA E A PESQUISA EM DIREITOS HUMANOS

A classe 5 é a de cor azul, localizada no terceiro quadrante do Gráfico 3, sendo uma classe uniforme, com um campo independente e próprio em relação às demais e que congrega as pesquisas dos Programas de Pós-graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento (PED/PGPDE) e de Processos Psicológicos Básicos (PPB/PG-CdC).

A análise das palavras mais recorrentes mostrou preocupação com procedimentos metodológicos (o que sugere sua relação com o vértice *pesquisa* da análise de similitude), com predomínio de pesquisas na área da saúde, sobre usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) e de pessoas em situação de internação.

São pesquisas com foco em grupos marginalizados ou que necessitam de cuidados especiais; sobre formas de atendimento e a relação usuário/paciente/beneficiário; que buscam compreender como ocorre a comunicação; fatores de abandono de tratamento (usuários de crack e pessoas em tratamento de HIV/aids); sentimentos e estressores existentes, inclusive na transição do ambiente hospitalar ao domiciliar (crianças em tratamento oncológico e seus cuidadores; idosos; bebês prematuros e suas mães) e as estratégias de sobrevivência desenvolvidas. Também foi identificada uma pesquisa sobre punição física de crianças (Resumo nº. 557) e outra voltada a identificar “o olhar das adolescentes sobre a instituição socioeducativa e o olhar institucional sobre a infração juvenil feminina” (Resumo nº. 552).

Tais pesquisas mostram que a forma como a relação assistido-profissional se desenvolve é mais importante que o conhecimento técnico em si. Assim, um atendimento humanizado, com formas de amparo, seria fator de continuidade do tratamento e de alívio de estressores. Por outro lado, esses estudos também denunciam a precariedade de serviços de atendimento/tratamento e a dificuldade de efetivação de políticas públicas.

Ao mostrar a importância do cuidado, falar do atendimento de populações ou grupos socialmente excluídos, denunciar violências e violações de direitos bem como ao trabalhar com populações marginalizadas, essas pesquisas dialogam com o campo dos direitos humanos. No entanto, o que as une não é a preocupação com essa temática, a participação ou a emancipação do público envolvido, mas uma ênfase metodológica.

SUMÁRIO

Assim, elas parecem não se identificar ou não se perceber como de direitos humanos, pois não trataram da formação de sujeitos de direito, mas se voltaram ao aspecto técnico do atendimento, o que sugere que os grupos envolvidos foram vistos mais como objeto de pesquisa do que sujeitos, havendo a necessidade de uma reflexão sobre sua qualidade política, para usar aqui a expressão de Pedro Demo (1995).

É bem verdade que essa percepção deve ser lida com cautela, pois é feita a partir de trechos de resumo e não da leitura dos trabalhos em si. No entanto, destaca a necessidade de desenvolver ações voltadas à difusão do que são direitos humanos, qual sua relação com as pesquisas dos programas da classe e de que forma esse campo pode contribuir na construção de pesquisas éticas.

CLASSE 4 - DIREITOS HUMANOS NAS PESQUISAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO

A classe 4, de cor verde água, possui um campo próprio e independente e é constituída principalmente pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação (FE/PPGE), além de 12 resumos do programa de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento (IP/PED - PGPDE); 4 de Política Social (ICH/PPGPS); 2 de Geografia (ICH/PPGEA); 2 de Sociologia (ICS/PPGSOL) e 1 resumo do Programa de Pós-graduação em História (ICH/PPGHIS).

Não foi possível iniciar a análise com a palavra mais recorrente, *educação*, pois ela simplesmente foi a décima mais recorrente de todo o *corpus*, com 529 menções. Daí iniciou-se a análise com a palavra *escola*, a segunda da classe, tida como objeto e lócus das pesquisas, opondo-se à *universidade*, com 59 menções. Outros espaços encontrados foram: Conselho de Educação e Secretaria de Estado de Educação, mas ambas de forma menos recorrente.

As pesquisas relacionadas à palavra *ensino* envolveram todas as modalidades de ensino: EJA, profissional e especial, e níveis da educação: educação básica (ensino fundamental e médio) e ensino superior, além de relacionada a gestão, gestão democrática e políticas públicas.

Professor mostrou mais recorrência (208) que *aluno*, mas quando essa palavra foi unida a *estudante*, as 239 menções indicaram que o principal foco são estudantes. Nesse sentido, os trabalhos voltados a *estudantes/alunos* analisam a realidade educacional, o acesso e a permanência de certos grupos e sua aprendizagem. A predominância é de estudos sobre estudantes com deficiência (intelectual; auditiva; autismo, além de 2 resumos não especificados), mas também há pesquisas sobre acesso, permanência e aprendizado de estudantes negros, indígenas, quilombolas, ciganos, de áreas rurais e integrantes do espectro LGBT (1 resumo cada), em medida protetiva ou em acolhimento institucional (2 resumos), na escola ou no ensino superior. Foram ainda identificadas 2 pesquisas voltadas à convivência escolar, mencionando bullying no ensino fundamental, e 1 vinculada à educação infantil; além de resumos sobre estudantes com dificuldade de aquisição de conteúdo, submetidos a reforço escolar ou educação integral (2 resumos cada).

Já as pesquisas relacionadas a *professor* tratam das práticas e estratégias pedagógicas, das condições de trabalho ou dos motivos para o abandono profissional, bem como sobre a formação em temas específicos: temática negra e africana; educação do campo; educação ambiental; educação inclusiva; educação profissional e EJA. Há ainda trabalhos voltados à problematização da formação, inicial ou profissional, a partir da perspectiva da precarização dos cursos ou de uma formação crítica e política, em diálogo com movimentos sociais.

Os trabalhos se mostraram críticos a uma educação tecnicista e buscaram práticas questionadoras, voltadas à realidade de estudantes ou relacionadas à luta social, como, por exemplo,

SUMÁRIO

as pesquisas voltadas à educação quilombola ou no campo, de forma que se pode dizer que essa classe apresenta aspectos da educação, da escola, do ensino e da relação entre estudantes e professores, com enfoque na questão do acesso à educação e sua permanência. São registros da luta de grupos; análises de gestão e de políticas públicas, das práticas pedagógicas e da formação docente. Nessa perspectiva, esse campo dialoga com direitos humanos quando a educação é vista como direito, voltada a e nascida da luta social dos grupos pesquisados.

Todavia, a análise do Gráfico 3 ainda mostrou que, nessa classe, as pesquisas mais disciplinares, localizadas na extremidade do Gráfico, são relacionadas ao Programa de Pós-graduação em Educação ao passo que as pesquisas dos demais programas, mais próximas ao centro, são mais afetas ao campo dos direitos humanos. Dito isso, é possível inferir que as pesquisas do Programa de Pós-graduação em Educação se identificam menos como pesquisas também em direitos humanos se comparadas às pesquisas dos demais programas, o que sugere a necessidade de maior atuação e diálogo, a fim de se consolidar a percepção da educação como direito social e também fundamental e humano.

CLASSE 7 - OS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E ANTROPOLOGIA

A Classe 7, em rosa, refere-se às pesquisas dos programas de Geografia e de Antropologia e congrega questões dos territórios: são ocupações territoriais, a questão da cidade e o espaço urbano, a questão indígena. Referem-se a questões ambientais, de saneamento, de regularização fundiária, de lutas no campo e o acesso à água. Apesar de ser uma classe com campo próprio e independente, possui pouca representatividade, com apenas 12,7% do *corpus*.

Pelos Gráficos AFC, há uma subdivisão na classe: o Programa em Geografia predomina e direciona-se ao nível inferior do plano. O Programa em Antropologia tem menor representatividade e direciona-se à parte superior e ao centro. Isso sugere que, ainda que as temáticas dialoguem entre si (afinal, são uma única classe), o campo da Geografia é mais disciplinar que o da Antropologia, e também menos relacionado com as pesquisas que mais se identificam como de direitos humanos.

A análise das 5 primeiras palavras se mostrou inviável pela quantidade de acepções que surgiram, de forma que foi necessário, para melhor compreensão, dividi-la em subcategorias: a) o urbano, a cidade; b) o rural; c) o território; e d) o meio ambiente.

- a. **O urbano e a cidade:** esses estudos mostram a construção de espaços urbanos, os processos de urbanização das cidades, a industrialização e a consequente expulsão de populações historicamente marginalizadas de suas moradias. Nesse aspecto, relacionam-se às lutas de movimento sociais pelo direito à cidade (infraestrutura e mobilidade urbana), direito à terra, regularização fundiária e o direito à moradia; à integração de migrantes ao espaço da cidade, a construção de novos espaços, a favelização e a gentrificação, totalizando 35 resumos.

As consequências da urbanização desordenada e as políticas públicas envolvidas também apresentam destaque. Nesse sentido, são as análises de violência urbana; a política de droga (crack), a judicialização do território pela inércia do Poder Executivo local e o abandono/degradação dos espaços públicos, presentes em 5 resumos.

A cidade também é espaço de trabalho, fazendo surgir pesquisas sobre como se dá a integração e a luta de trabalhadores de cenários específicos, como da Hidrelétrica de Belo Monte, trabalhadores do aço, empregadas domésticas ou migrantes. E ainda aparece

em sua relação com a cultura. Assim, os estudos sobre música como veículo de comunicação trazem 4 trabalhos sobre rap e 1 sobre samba. Contudo, a cultura urbana também é percebida quando trata de pesquisa sobre skates (1 resumo) e sobre segregação de populações de homossexuais e travestis em guetos (2 resumos), bem como nos processos de africanização das cidades de Salvador e Rio de Janeiro. Além disso, ainda aparecem a construção de praças e de memoriais, objeto dos resumos nº. 292 (construção do memorial da resistência do antigo prédio do DEOPS) e nº. 158 (mídiação da praça). As cidades mais pesquisadas foram Brasília e cidades de Goiás, seguidas por Natal, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Em suma, tais pesquisas mostram como se dá a resistência de grupos marginalizados dentro de uma urbanidade hegemônica que não reconhece como legítimas tais representações culturais (rap, samba, vivências LGBT, cultura/movimento negro), deslegitima certo espaço (construção do memorial de resistência) ou, ao contrário, cria espaços de novas vivências.

- b. **O rural:** englobam as pesquisas que falam da terra e do trabalho nela desenvolvido, presentes em 116 menções de *terra*, 61 de *rural* e 40 de *camponês*, indicando a luta de camponeses, o surgimento do sindicalismo rural e os movimentos em prol da reforma agrária (MST e MTST), bem como analisando políticas públicas e a situação do trabalhador rural, com presença das lutas das mulheres camponesas como lutas feministas.

A palavra *camponês* congregou estudos centrados na construção da identidade e na forma de luta e de surgimento desses grupos (6 resumos); sobre como se desenvolve a vida e o cotidiano em assentamentos e os processos de marginalização a que são submetidos (2 resumos). Os resumos voltados à luta do movimento das mulheres camponesas mostraram seu processo de organização e as dificuldades enfrentadas, como a dificuldade de acesso à educação e as violências vividas, além de propostas sobre educação camponesa,

SUMÁRIO

inclusive com a formação voltada para atuação em movimentos sociais bem como sobre o surgimento do sindicalismo camponês e de políticas públicas da área. Dito isso, é possível considerar que a questão central na temática camponesa são seus processos de resistências, o que faz com que esses trabalhos dialoguem diretamente com o campo dos direitos humanos, parecendo nele se reconhecer.

Já a expressão *rural*, com 116 menções, evoca experiências do trabalhador rural e os conflitos agrários, os modelos de desenvolvimento em disputa no meio rural brasileiro, a concentração da terra, a produção de monocultura, a superexploração da força de trabalho, a grande desigualdade social existente, a pobreza e demais formas de violência estrutural no campo. São, assim, pesquisas sobre como se desenvolveu a reforma agrária e como se dá o desenvolvimento de certas culturas, como a do tabaco. Também incluem a agenda da política pública, como o Resumo nº. 125, que estuda a agenda rural da bancada ruralista na Câmara dos Deputados no período de 2011 a 2015 concluindo que tal agenda segue principalmente o voto agropecuário e não o voto rural; e o Resumo nº. 661 que analisa como o Incra trabalha e se relaciona com os movimentos sociais rurais.

Além disso, esses estudos mostraram também experiências educativas em projetos do MST, em escola quilombola ou em uma biblioteca itinerante (Resumos nº. 362, 131 e 441), além de ações de letramento para o trabalhador rural, indicando a dicotomia educação do campo e educação rural bem como as dificuldades do transporte escolar rural.

Importante notar que a palavra *camponês* possui uma percepção positiva que se opõe a *trabalhador rural*, pois enquanto aquela é relacionada às lutas sociais e identitárias, de organização dos movimentos e essa possui relação com as violências e expropriações do campo.

SUMÁRIO

- c. **Território:** quarta palavra mais recorrente, com 95 menções, relaciona-se à luta de comunidades tradicionais, com predominância de pesquisas sobre quilombolas, com 5 casos que estudam seus processos identitários em seus territórios e a situação de vulnerabilidade social historicamente produzida. Logo a seguir, a questão indígena surge com 4 pesquisas. Dentro da perspectiva geral das comunidades tradicionais, aparecem pesquisa sobre como quebradeiras de coco organizam-se para participar das políticas de desenvolvimento territorial; como um grupo religioso (União do Vegetal) desenvolve sua atuação conforme percepções de seus adeptos e de suas práticas territoriais em rede e como se dá a construção política de vivência no território de mulheres negras na região fronteira entre Equador e Colômbia. Assim, as questões afeitas à subcategoria *território* enfocam as lutas pelo território de comunidades tradicionais, suas vivências e a construção/organização política.
- d. **Meio ambiente:** a palavra que evoca essa subcategoria é *ambiental*, com 163 referências, e mostra pesquisas que apresentam uma oposição entre a preservação e a degradação, buscando equalizar esse conflito e apresentar algumas soluções.

O principal ponto dessa subcategoria é a apresentação de conflitos ambientais ou socioambientais e a degradação ambiental de certas áreas (11 menções). Nesse contexto, a questão da água emerge como central, havendo 4 resumos específicos sobre a problemática, entre eles a discussão do garimpo e sua relação com povos indígenas e a água.

O tema das políticas públicas também se mostrou importante, tendo foco na criação da agenda, no nascimento da política, em seu desenvolvimento no período democrático brasileiro e, ainda, em como tem sido feita a sua efetivação na prática. Exemplo de pesquisa

do tipo é o Resumo nº. 44 que analisa como se dá a gestão ambiental do sistema de coleta de resíduos sólidos. Nesse grupo de pesquisas, ainda são apresentados os conflitos da legislação, dicotomias e assimetrias entre poder institucional e as populações atingidas e políticas públicas opondo as práticas produtivas locais, a omissão governamental na proteção ambiental e as externalidades à saúde.

Em menor escala, também se fazem presentes propostas de soluções dos conflitos socioambientais e o registro de processos de lutas, como o caso dos catadores e sua constituição como agente ambiental (2 resumos), junto a propostas de educação ambiental e de aumento da participação comunitária (3 resumos) na proteção ambiental.

É nessa subcategoria que surge uma importante intersecção com o mundo jurídico, pois 6 resumos estudam, especificamente, a utilização de instrumentos jurídicos e econômicos como mecanismos de proteção ambiental, os crimes ambientais e trabalho escravo e direito ambiental constitucional (2 resumos) e o direito internacional, com análise de convenções internacionais.

Assim, o que a classe 7 nos mostra é que os Programas de Pós-graduação em Geografia e em Antropologia apresentam um conjunto de pesquisas voltadas às denúncias de violações de direitos, tanto na área urbana quanto rural, e o sistema de espoliação (institucional ou social) de grupos específicos (quilombolas, indígenas, camponeses e camponesas, comunidades tradicionais, operários, trabalhadoras domésticas, pessoas submetidas a situação de favelização, trabalhadores de regiões atingidas por ações com impacto ambiental etc.).

Na perspectiva desses grupos, há um destaque para a percepção de como se deu a questão identitária e o surgimento de suas lutas por direitos, como se organizaram politicamente e como vêm se desenvolvendo frente à sociedade hegemônica.

SUMÁRIO

Com isso, é possível inferir que se trata de pesquisas que mostram o desenvolvimento de sujeitos (coletivos ou não) de direito e sua integração/organização com os movimentos sociais. Também nesse grupo há pesquisas que mostram modos de vida e de vivências diferentes do padrão hegemônico, o que se pode identificar como pesquisas voltadas a vivências (sociais, culturais) contra-hegemônicas. Em oposição às pesquisas voltadas a modos de vidas e de luta, há pesquisas voltadas ao institucional: ao desenvolvimento de políticas públicas, à criação de agendas, à relação com normas institucionalizadas e aos direitos em questão, mas em menor quantidade.

Em suma, são pesquisas diversas, desenvolvidas por meio de diferentes metodologias, mas com participação expressiva das pesquisas etnográficas, com relação às lutas por direitos. Contudo, nem todos os trabalhos mostraram consciência dessa relação com direitos humanos: há preocupação intrínseca com temas do campo dos direitos humanos, em uma perspectiva crítica, inclusive, mas as pesquisas são fechadas em seu próprio campo e suas teorias, pouco dialogando conscientemente sobre direitos humanos.

A CLASSE 6 - O DIREITO

A classe 6, em roxo ou lilás, é a segunda maior e se mostra conjunto de representações próprio e independente. Nela estão pesquisas do Programa de pós-graduação em Direito (FD/PPGD) e em Serviço Social (ICH/PPGPS), além de 21 trabalhos de outros programas distribuídos conforme Tabela 3:

Tabela 3 - Quantitativos de Resumo da classe 6 por Programa de Pós-graduação

Quant.	Programa de Pós-graduação
6	Sociologia
5	Educação
4	Processos Psicológicos Básicos

Quant.	Programa de Pós-graduação
3	Antropologia; Comunicação; Direitos humanos e Cidadania
2	Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional; Filosofia; Geografia
1	Ciência Política; História

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

A análise da palavra mais recorrente, *direito*, indica que há 3 tipos de pesquisas: as que se relacionam aos diversos ramos do Direito, as que tratam de direitos, percebidos ou não como direitos humanos, e as que analisam o Direito como instituição social.

O primeiro bloco, relacionado aos ramos do Direito, refere-se a estudos em direito ambiental (2 resumos), direito internacional dos direitos humanos e direito sanitário (1 resumo cada), mas o principal ramo é o direito constitucional, tão importante que a palavra *constitucional* é a segunda mais recorrente. Nesse grupo, as pesquisas fazem contraponto entre as expressões do texto da Constituição Federal e em normas infralegais e as diversas realidades de acesso a direitos, especialmente os sociais. São, assim, estudos voltados a discutir a concretização do direito à saúde, ao trabalho, à mobilidade urbana e ao direito de ir e vir.

Há também problematizações sobre decisões judiciais, em uma discussão sobre a legitimidade do Poder Judiciário em atuar na garantia de direitos, com destaque para a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) que, inclusive, é a 18ª palavra mais recorrente. Nesse sentido, a análise normativa e de decisões judiciais, especialmente do STF, na questão da judicialização de políticas públicas para acesso a direitos, enfoca a discussão sobre a legitimidade ou não dessas decisões e dos próprios juízes sentenciadores e na problematização da interpretação constitucional em oposição à teoria e aos princípios estabelecidos.

SUMÁRIO

Além dessas pesquisas, ainda aparece a discussão sobre a relação entre justiça, democracia e constituição, não apenas a Constituição brasileira, mas também a partir da ideia de constituição como instituição fundadora de um Estado Democrático de Direito, com menção ao constitucionalismo latino-americano.

Ainda dentro da análise sobre *constitucional*, aparecem estudos voltados às grandes violações de direitos humanos por forças policiais, sobre justiça de transição/restaurativa e memória e verdade, análise do sistema carcerário à luz da percepção da Comissão Internacional de direitos humanos (CIDH).

Já as palavras *medidas*, *garantias* e *proteção* aparecem relacionadas entre si, às vezes em um mesmo trecho, indicando que compõem um único sistema de representações. Assim, *medidas* são, em geral, as decisões judiciais e, dentro desse escopo, há trabalhos sobre medidas socioeducativas, como os Resumos nº. 41 e 634, que “buscam discutir as diferentes perspectivas acerca das medidas socioeducativas em meio aberto liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade” e como essas medidas “são experienciadas pelos usuários de drogas ilícitas” sentenciados. Assim como há 3 resumos que tratam da abusividade de medidas de segurança, que fazem uma análise da política de saúde mental, assistência social e segurança pública bem como da luta antimanicomial no país.

Nesse ponto, adentra-se ao segundo eixo das pesquisas dessa classe, direitos sociais em si, em que as palavras *garantias* e *proteção* relacionam-se a pesquisas que buscam identificar sistemas de garantias e verificar como se dá a proteção (judicial ou social), com foco maior no sistema de assistência social (SUAS). Não à toa, a expressão *bpc* – benefício de prestação continuada – é a oitava mais recorrente, com 6 pesquisas voltadas a idosos e deficientes físicos (destinatários da política de assistência social). E, quanto a esse eixo, dentro da perspectiva da assistência social, há trabalhos sobre pessoas sujeitas ao sistema de saúde mental, crianças submetidas

SUMÁRIO

a exploração e violência sexual, inclusive pornografia infantil; trabalhadores em situação de precariedade (trabalhadores de *call center*); indígenas e negros.

Assim, a classe 6 também mostra pesquisas voltadas a grupos sujeitos à proteção social do Estado, como população carcerária, submetidas a medidas de segurança ou socioeducativas, pessoas sujeitas ao amparo da assistência social, mulheres e crianças submetidas a violências, trabalhadores vulnerabilizados etc. Nesses casos, são trabalhos voltados ao acesso a direitos numa perspectiva de cidadania, mas que mostram a desarticulação de órgãos e a existência de processos autoritários envolvendo o Direito e a luta desses grupos.

Apesar disso, o principal grupo presente são as pesquisas relacionadas ao sistema judiciário: como ele decide, contra quem, quais os discursos envolvidos, como se dão as decisões em contraposição às normas, convencionais, constitucionais, legais ou principiológicas, além das discussões teóricas sobre direitos ou princípios fundamentais ou constitucionais. Paralelo a esses dois grupos (proteção social e sistema judiciário), há as relacionadas a violência policial, tortura e graves violações de direitos humanos. Em comum, aparecem as análises de leis e normas, internacionais, constitucionais ou infralegais, e a conclusão de que os discursos presentes na norma e nas decisões, em geral, não conseguem abarcar e transformar a realidade social.

Nesse ponto, é importante verificar que a relação com a expressão *direitos humanos* se dá no âmbito do direito internacional ou das violações por policiais e não nas pesquisas relacionadas a acesso a direitos. Assim, é possível inferir que os programas envolvidos na classe 6 são centrados em uma perspectiva normativa e jurisdicional de direitos humanos, havendo a necessidade de ampliação do diálogo sobre como uma perspectiva crítica poderia contribuir. Há reconhecimento de que se trata de pesquisas sobre direitos e sobre

SUMÁRIO

acesso a direitos, mas nem sempre em uma relação explícita sobre direitos humanos, até porque essa expressão é vinculada a grandes violações, dentro do campo do cárcere, da medida socioeducativa, e do direito internacional, havendo, portanto, a necessidade de uma ressignificação do termo.

CLASSE 3 – IDENTIDADE E GÊNERO

A classe 3, em verde claro, é a maior classe, representando 18,6% de todo o *corpus*. Não à toa, apresenta pesquisas de todos os programas, à exceção do Programa de Pós-graduação em Geografia (ICH/PPGEA), que se concentra na classe 7, e em Processos Psicológicos Básicos (IP/PPB-PG-CdC), da classe 5. Quanto aos demais, a Tabela 4 mostra os quantitativos por curso, com predominância do programa de Antropologia, conforme a palavra mais recorrente:

Tabela 4 – Quantitativos de Resumos da classe 3 dentro da palavra identidade identificados por Programa de Pós-graduação

Quant.	Programa de Pós-graduação
9	Antropologia
7	Direito; Educação
6	Ciência Política; História; Psicologia Escolar e do Desenvolvimento
3	Sociologia
2	Direitos Humanos e Cidadania; Filosofia
1	Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional; Comunicação

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

A classe também está ao centro dos Gráficos AFC, indicando que possui muitas relações com as demais, e que também congrega um conjunto de sentidos relacionados mais diretamente ao campo

dos direitos humanos. Nessa classe, sobressaíram-se as seguintes palavras, por ordem de recorrência: *identidade* – *história* – *gênero* – *cultural* – *mulher*.

A palavra *identidade* congrega pesquisas que estudam as organizações políticas e formação/criação de identidade de grupos étnico-raciais e de gênero e sexual, como povos indígenas, povos tradicionais de matriz africana, ciganos. Apesar disso, também foram encontradas pesquisa voltada à construção da identidade brasileira, em geral:

Os caminhos da **identidade** nacional brasileira a perspectiva do etno simbolismo a presente pesquisa se dedica à análise da identidade nacional brasileira sob a perspectiva do etno simbolismo [...]. A nação brasileira surgiu na modernidade, mas conserva elementos tradicionais pré-modernos. A análise cultural dos elementos pré-modernos permite reconhecer a herança ibérica o personalismo e a cordialidade existentes na **identidade** nacional brasileira (Trecho do Resumo nº. 129, Tese do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Ano 2013, grifo nosso).

Por todo o século XX esta categoria pautou os trabalhos produzidos pelas ciências sociais e durante os primeiros anos do século XXI tem ocupado importante espaço nas discussões realizadas sobre a **identidade** da população brasileira (Trecho do Resumo nº. 617, Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Ano 2008, grifo nosso).

A segunda palavra mais recorrente, *história*, com 81 referências, traz 3 perspectivas. A primeira se relaciona às pesquisas que se apoiam em análises históricas e apresentam olhares diversos para fenômenos, em uma perspectiva crítica da historiografia oficial. Existem, também, pesquisas que propõem novas abordagens, especialmente quando relacionadas a história de grupos indígenas ou a história de mulheres, por exemplo, como sobre a atuação feminina

SUMÁRIO

na Guerra do Paraguai. Já a última perspectiva refere-se ao registro de experiências pessoais e de construção de identidades.

Diante disso, na classe 3, as pesquisas voltam-se à formação/criação de identidade, de um imaginário (vigésima palavra mais recorrente) ou de uma abordagem cultural ou sociocultural diferente da abordagem oficial.

É nessa classe que mais fortemente aparecem as pesquisas de gênero, sendo *gênero* e *mulher* a terceira e a quinta palavra mais recorrente, e *feminista* a décima segunda, indicando a forte presença da teoria feminista, muitas vezes com intersecções com raça, classe e sexualidade, com destaque para as palavras *corpo* – *negro* – *racismo*.

Assim, na classe, encontram-se pesquisas sobre a mulher, em geral, na sua identidade dentro de uma sociedade patriarcal, com destaque para a mulher negra, na construção de sua identidade vivenciada no corpo negro. Ao lado dessa pesquisa principal, abordagens históricas e histórico-culturais voltadas à identidade de outros grupos também se operam, com clara vinculação às expressões direitos, direitos humanos e direitos fundamentais, de forma que se pode inferir que as pesquisas da classe 6 identificam-se diretamente com o campo das pesquisas em direitos humanos, reconhecendo-se como tal dentro de uma perspectiva crítica.

CLASSE 2 – GOVERNO E PARTICIPAÇÃO CIVIL

A classe 2, cinza, representa 12% do *corpus* analisado. É uma classe pequena, a segunda menor, com pesquisas de vários programas, mas com predominância do Programa de Pós-graduação em Ciência Política (IPOL/PPGCP). No conjunto das 5 palavras mais recorrentes, só não foram identificadas pesquisas relacionadas aos Programas de Pós-graduação em Filosofia, Processos Psicológicos

Básicos e Psicologia Escolar e do Desenvolvimento, tendo os demais programas apresentado ao menos 1 resumo identificado.

A classe congrega pesquisas relacionadas ao governo e à participação social. Na perspectiva do governo, estão as palavras *representante, burocracia, transparência, público, política* e, na perspectiva da sociedade, encontram-se *sociedade civil, cidadão, movimentos sociais*. Na interface entre esses dois, há expressões como *participação, mídia, internet, conselho, transparência e democratização*.

A palavra mais recorrente é *participação*, com 90 referências, estando relacionada à prática cidadã e ao exercício da democracia participativa presente em 3 tipos de pesquisas. O primeiro, e mais recorrente, são pesquisas sobre a participação da sociedade civil e de organizações sociais na construção de políticas públicas, via conferências, fóruns deliberativos, orçamento participativo, grupos de trabalho (GTs), comitês, conselhos. O segundo tipo relaciona-se ao estudo de novas formas de participação política, como a eletrônica, em portais do Poder Legislativo, o ativismo digital via blogs e o engajamento digital ou ciberativismo. Não à toa, *mídia* e *internet* são a nona e a décima palavra mais recorrentes da classe. Por fim, no terceiro tipo de pesquisas, há os trabalhos voltados às relações inter-federativas na formulação, implementação e efetivação de políticas públicas, notadamente da seguridade social, com destaque para a política setorial da pessoa idosa.

As palavras *governo, sociedade civil, ator e político* (que congrega *política, políticas, políticos*), *público, conselho, movimentos sociais* e *sociedade, civil* nada acrescentaram ao que já foi dito, de forma que se optou pela análise das palavras *cidadão – representante – burocracia – transparência – democratização – comunicação* para se identificar outras temáticas da classe.

As pesquisas em *transparência* dialogam com *mídia* e *internet* e buscam estudos sobre os mecanismos de comunicação e

SUMÁRIO

fiscalização do governo com a sociedade civil a partir da ideia do governo eletrônico, do portal de transparência e da Lei de Acesso à Informação (LAI). *Representante* e *burocracia* tratam de atores estatais envolvidos nas pesquisas ao lado de *cidadão*, que conversa com *organizações sociais* e *movimentos sociais*. Assim, as pesquisas ora tratam sobre como se dá a relação entre o cidadão e os representantes políticos ou do poder público, ora tratam sobre como se dá o relacionamento entre burocracias entre si e entre essas e os movimentos sociais. *Cidadão*, nesta categoria, possui relação com *participação*, sendo aquele que integra ou participa de conferências, fóruns deliberativos, orçamento participativo, conselhos ou busca um diálogo ou comunicação com as instituições públicas, também por meio das TIC.

Burocracia gira em torno de como esse aspecto do Estado se relaciona entre si e com outros grupos nas pautas do governo, especialmente no desenvolvimento de políticas públicas. *Democratização*, por sua vez, relaciona-se às pesquisas voltadas à democratização da comunicação entre Estado e sociedade civil e à democratização das próprias entidades estatais.

Em suma, a classe 2 mostra como se dá a participação cidadã no Estado, de forma individual, autônoma, ou coletiva, via sociedade civil organizada ou movimentos sociais, assim como indica processos de democratização da comunicação e da informação e de transparência estatal quanto aos processos decisórios e de uso do dinheiro público, bem como na formulação e implementação de políticas públicas.

Dentro do grupo, as pesquisas mostraram avanços e denunciaram situações de baixa densidade participativa. As relações com direitos humanos dão-se justamente na questão da democracia participativa e da cidadania, vista essa como participação social e política. Nesse sentido, as pesquisas parecem se identificar com o campo de direitos humanos: não mencionam expressamente

SUMÁRIO

o termo, mas fazem uso de expressões do campo (*participação – cidadania – democratização*), ainda que não apresentem perspectivas críticas óbvias.

CLASSE 1 – UMA PERSPECTIVA ECONÔMICA E INTERNACIONAL

A classe 1, em vermelho, é a menor classe, com 11,2% do *corpus*, com predominância do Programa de Pós-graduação em Ciência Política (IPOL/PPGCP). As palavras que mais se destacam discutem a realidade socioeconômica brasileira (*econômico – combate – pobreza – desenvolvimentista – renda – fome – neoliberal*), sua inserção na comunidade latino-americana (*américa – latino – plurinacional – latino-americana*), incluindo estudos de outros países, comparativamente ou não (*Bolívia*). Apesar disso, o sentido central da classe se mostrou presente na relação estabelecida entre as palavras *país – internacional – econômico*.

Na palavra *país*, o Brasil surge como o principal interesse, associado ou não a pesquisas comparativas com outros países, especialmente da América Latina, mas também do Canadá e de países da União Europeia. Tais trabalhos centraram-se nas análises de políticas públicas relacionadas à proteção social (direitos sociais), educação, gestão de resíduos sólidos e outras, na perspectiva das instituições políticas e econômicas, considerando que se busca analisar como ocorrem as escolhas políticas, sociais e econômicas dos países, a relação existente com as elites, especialmente econômicas, e a concentração de renda e como o país sob análise tem vivenciado suas transformações em uma realidade neoliberal e de minimização do Estado.

Dentro da subcategoria *país* também apareceram pesquisas voltadas à análise da situação de países latino-americanos que saíram de sistemas de exceção e passaram por um processo de redemocratização, bem como trabalhos que se voltam a iniciativas de integração que contribuam para a criação de "*laços entre as populações dos países latino americanos*".

A palavra *internacional* mostra análises comparativas de políticas e mais duas acepções: 1) cooperação internacional, agenda internacional e relações internacionais para resolução de problemas, como a questão ambiental, o trabalho infantil, a pobreza e a promoção de desenvolvimento socioeconômico; 2) direito internacional, normativas internacionais para concretização de direitos humanos ou fundamentais, ambas concepções que dialogam entre si.

Já *econômico* trata de pesquisas sobre instituições e organismos econômicos (e políticos) nos quais se estudam os atores e agentes econômicos e as políticas econômicas. O fator econômico, assim, aparece preponderante.

A quarta palavra mais recorrente – *coalizões* – refere-se a um modelo, referencial teórico ou metodologia (Resumos nº. 94 e 87) da Ciência Política utilizada na análise de políticas públicas, especialmente as direcionadas às estratégias de desenvolvimento do país. Nessa perspectiva, tais estudos apresentam as coalizações de grupos (organizações da sociedade civil, atores nacionais, partidos políticos) em prol de objetivos comuns. São exemplos dessa perspectiva:

Fez com que essas organizações priorizassem estratégias direcionadas ao processo de definição de políticas nacionais 3 o desenvolvimento de estratégias comuns por meio de **coalizões** nacionais foi geralmente privilegiado pelas organizações da sociedade civil em detrimento da adoção de estratégias individuais (Trecho do Resumo nº. 94, Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Ano 2012, grifo nosso).

Também foram analisados os manifestos da sociedade civil relacionados ao projeto as classificações realizadas objetivaram identificar quais crenças eram defendidas pelas pessoas e possibilitaram analisar as **coalizões** que atuaram no debate tendo sido levantadas as seguintes (Trecho do Resumo nº 87, Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Ano 2011, grifo nosso).

SUMÁRIO

Em suma, a classe 1 congrega pesquisas que buscam analisar as políticas econômicas, questões relacionadas à pobreza e à desigualdade econômica/concentração de renda no país, individualmente ou em aspecto comparativo a outros países, de um lado. De outro, possui um foco nas relações e na cooperação internacional como forma de resolução desses problemas, buscando ainda referências na normativa internacional.

As políticas relacionadas diretamente às questões sociais apresentaram identificação com acesso a direitos sociais, direitos fundamentais e, em última medida, direitos humanos, o que não foi percebido nas pesquisas voltadas mais exclusivamente aos aspectos econômicos. Dito de outra forma, pesquisas que se voltam ao estudo de temas econômicos parecem não perceber como pesquisas em direitos humanos, havendo a necessidade de maior divulgação de direitos econômicos como direitos humanos universais tanto quanto os sociais.

As pesquisas relacionadas à cooperação internacional como forma de resolução dos problemas sociais e econômicos apresentam menção a busca de soluções para problemas de violações de direitos e, com isso, parecem ter uma maior percepção de se tratar de direitos humanos, ainda que enfoquem mais o direito internacional dos direitos humanos.

Em um ponto à parte, há nessa classe pesquisas sobre regimes de exceção, conflitos armados e processos de democratização de Estados, situados ora pela relação Brasil-América Latina – desenvolvimentismo, com destaque para enfoque desses países e suas ditaduras –, ora pela relação de cooperação internacional – direito internacional dos direitos humanos, com enfoque em países fora do eixo, como o Timor Leste. Nesse sentido, mais uma vez, percebe-se uma maior relação da expressão direitos humanos com as grandes violações internacionais.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

E então chego ao final deste trabalho, após essa longa descrição sobre como se desenvolveram as pesquisas na área de direitos humanos na UnB no período de 2008 a 2015, retornado às reflexões que inicialmente me provocaram: afinal, como é o campo da pesquisa em direitos humanos? Que peso ele tem na universidade? Que concepções de direitos humanos delas emergem? Elas próprias se percebem como pesquisas do campo dos direitos humanos?

O fato de terem sido identificados 670 trabalhos dentro de um universo de 2.556, em 14 programas de pós-graduação, sendo 642 na área de direitos humanos especificamente, indica a UnB como importante centro de pesquisa em direitos humanos, constituído por uma rede complexa de relações, temas e modos de fazer tão diversos quanto a própria sociedade que essas pesquisas pretendem expressar. Entretanto, essa constatação, ao contrário de sugerir uma postura de consolidação de um campo, abre espaço para mais reflexões.

De fato, há um grupo de pesquisas que pode representar um campo comum, que se reconhece como pesquisas em direitos humanos e ainda parece se embasar em concepções teóricas críticas, que é o próprio referencial deste estudo, organizadas em três temáticas centrais: identitária (gênero e racial); governo e participação civil e a questão internacional, que, em comum, apresentaram termos, como participação, sociedade civil, governo, cidadão, democratização, movimento social, político etc. Talvez aqui possamos identificar o que significa um campo teórico de pesquisas em direitos humanos.

No entanto, em regra, as pesquisas se identificam como relacionadas ao acesso a direitos sociais, principalmente, seguidos por direitos culturais, políticos, ambientais e de grupos vulneráveis. Já as pesquisas relacionadas a direitos econômicos parecem perceber-se menos ainda, havendo a necessidade de um maior trabalho

na direção de sensibilização de que direitos econômicos são também direitos humanos, ainda que essa conscientização precise direcionar-se a todos os programas, já que direitos sociais, culturais, políticos, ambientais e outros são, em suma, direitos humanos.

A consequência dessa não identificação mostrou-se em outra constatação da pesquisa: há pouco uso da expressão “direitos humanos”, pois ela possui uma conotação específica, ligada às grandes violações, a regimes de exceção, a ditaduras, a aspectos prisionais e às normativas internacionais. Assim, a percepção de direitos humanos que emergiu foi, principalmente, normativista e ortodoxa havendo aqui um importante espaço de atuação na consolidação de um campo de direitos humanos em perspectiva crítica.

A disciplinaridade foi um fenômeno muito bem identificado, indicando grupos de pesquisas autocentradas em seu próprio campo e, portanto, aparentemente não abertas à transversalidade que os direitos humanos parecem buscar. Mais uma vez aparece um ponto importante para planejamento de futuras ações na consolidação de um campo de direitos humanos interdisciplinar capaz de diálogo com as diversas disciplinas universitárias.

Nesse sentido, as pesquisas do Programa de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento e do Programa de Processos Psicológicos Básicos foram as menos abertas a um reconhecimento de serem pesquisas também em direitos humanos de forma que um processo de construção de um eventual Plano de Implementação das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos voltado à universidade precisa ainda discutir sobre como dialogar com essas áreas, como conscientizar sobre o que são direitos humanos e sobre como convencer de que esse campo também se enquadra no campo dos direitos humanos e quais são as implicações disso.

Os Programas de Pós-graduação em Educação (FE/PPGE), Geografia (ICH/PPGEA), Direito (FD/PPGD) e Serviço Social (Política Social – ICH/PPGPS), localizados em quadrantes diferentes

SUMÁRIO

no Gráfico AFC, também se mostraram disciplinares, mas em um meio termo quanto ao seu reconhecimento como pesquisas em direitos humanos: ora há um claro reconhecimento, especialmente quando se voltam mais a pontos centrais do plano e há intersecções com outras classes, ora há menos percepção, quando se afastam.

Em todos eles, há discussão sobre acesso a direitos (sociais, políticos, culturais, a depender do campo) de grupos marginalizados, mas, especialmente nos programas de Educação, Direito e Serviço Social, há um foco na questão normativa. Nesse ponto, é importante um trabalho voltado à dissociação entre direitos humanos e normas, assim como uma discussão sobre os processos de lutas que envolvem cada campo. É importante também trabalhar a questão teórica que envolve o campo direitos humanos e cada um desses campos específicos (política social, educação, direito).

Os Programas de Pós-graduação em Antropologia, Ciência Política, Comunicação, Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, Direitos Humanos e Cidadania, Filosofia, História, Sociologia mostraram um importante diálogo entre si e abertura para o campo da pesquisa em direitos humanos. Nesse ponto, é importante verificar o peso que a pesquisa em direitos humanos tem dentro de cada programa, questionando-se espaços de ampliação quantitativa, de reflexão, de diálogo e cooperação.

Assim, este trabalho indica que há uma variedade de situações que representam importantes espaços para a implementação de ações voltadas à educação em direitos humanos na universidade. Essas ações podem variar desde o reconhecimento, por parte de cada uma das disciplinas, de que há algo a apreender com a perspectiva crítica de direitos humanos até a complementação de ações transversais, envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão. É um longo caminho sugerido, mas um caminho que pode fortalecer a posição da universidade no país e colaborar na construção de uma sociedade em direção ao sonho utópico da dignidade.

SUMÁRIO

REFERÊNCIAS

BARIL, Elodie; GARNIER, Bénédicte. **Utilisation d'un outil de statistiques textuelles IRaMuteQ0.7 alpha 2** - Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires. Paris, 2015. Disponível em: http://iramuteq.org/documentation/fichiers/Pas%20a%20Pas%20IRAMUTEQ_0.7alpha2.pdf. Acesso em: 14 maio 2022.

BOURDIEU, Pierre. **O Campo Científico**. In: ORTIZ, Renato (org.). A sociologia de Pierre Bourdieu. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Editora Ática, 1983.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. **Tutorial para uso do software de análise lexical IRAMUTEQ**. Florianópolis: Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição – LACCOS, Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

SALVIATI, Maria Elizabeth. **Manual do Aplicativo Iramuteq (versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2.3)**. Planaltina, 2017. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salviati>. Acesso em: 17 maio 2022.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. Algumas questões relevantes para a compreensão dos direitos humanos: problemas históricos, conceituais e de aplicação. In: PULINO, L. H. C. Z.; SOARES, S. L.; COSTA, C. B.; LONGO, C. A.; SOUSA, F. L. (org.). **Educação em e para os direitos humanos**. Brasília, DF: Paralelo 15, 2016.

SUMÁRIO

17

Patrícia Reis Paiva

**A PESQUISA DE DIREITOS
HUMANOS NO PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA
POLÍTICA DA UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-161-1.17

INTRODUÇÃO

A pesquisa “Pós-graduação e Educação em Direitos Humanos: um desafio contemporâneo” teve por objetivo levantar o conteúdo relacionado a ambos os temas, considerando os resumos de dissertações e teses produzidas pelos discentes dos programas de pós-graduação acadêmicos da Universidade de Brasília, da Universidade Federal de Goiás e da Universidade Federal de Pernambuco entre os anos de 2008 e 2015.

A partir disso, como objetivo maior, a pesquisa pretendia dar subsídios a um plano para a implementação das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos (DNEDH) nas instituições de ensino superior, responsáveis pela formação de professores da educação básica.

O entendimento basilar dos direitos humanos (DH) e da educação em direitos humanos (EDH) dessa pesquisa se ancorou para além de uma percepção ortodoxa, centralizada em violações ou normativos internacionais. Buscou-se uma percepção mais crítica, que atendesse à complexidade das relações sociais (Sousa, 2016). Resta saber se os resultados dos trabalhos analisados compartilharam desse alinhamento teórico-conceitual.

Este artigo visa apresentar os resultados encontrados no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília (PPGCP). Para tanto, divide-se em três partes: 1) Contextualização do PPGCP; 2) Mapeamento da produção, com listagem das subcategorias de DH; 3) Análise das subcategorias de DH e de grupos sociais vulneráveis no PPGCP.

Por meio dessa exposição, espera-se contribuir com novas pesquisas e com a concretização de um plano para a implementação das DNEDH nas universidades, espaços de formação acadêmica, social e cultural.

SUMÁRIO

CONTEXTUALIZAÇÃO DO PPGCP

A ciência política compõe, em conjunto com relações internacionais, uma das 49 áreas de avaliação do Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG), conduzido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) com a participação direta da comunidade acadêmico-científica, por meio de consultores *ad hoc*²⁴. Essa área faz parte da grande área “ciências humanas”, a qual, por sua vez, está inserida no colégio de humanidades²⁵.

Há um relativo consenso sobre a formação do campo da ciência política no Brasil, a partir dos anos de 1960 (Avritzer, 2016; Forjaz, 1987; Lessa, 2005). Avritzer advoga que esse campo se cristaliza por meio de diferentes tradições e de sua pluralização territorial e temática nas décadas seguintes (2016, p. 191). Para o referido autor, esse processo de consolidação consistiria em três fases distintas: 1) Formação da ciência política e o desenvolvimento da pós-graduação em ciência política no Brasil (1966–1985); 2) Fase intermediária (1985–2004); 3) Fase mais madura com áreas, temas e métodos mais plurais e territorialmente disseminados (2005–2015).

Focando na primeira fase, Avritzer identifica características de quatro tradições/modelos (2016, p. 196-200): 1) Programas de pós-graduação em ciência política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (1966) e do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) (1969), e participação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com inspiração da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso)/Chile e apoio da

24 Sobre a Avaliação. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/avaliacao-o-que-e/sobre-a-avaliacao-conceitos-processos-e-normas/conceito-avaliacao>. Acesso em: 23 ago. 2023.

25 Sobre as áreas de avaliação. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao>. Acesso em: 24 ago. 2023.

Fundação Ford; 2) Departamento de Ciência Política separado do Departamento de Sociologia, na Universidade de São Paulo (USP), com trajetória mais alinhada à França e à Argentina; 3) Busca pela reprodução do modelo americano – Universidade de Brasília (UnB); 4) Programas derivados do direito, como o da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e parte da UFMG e da UnB.

O cientista político americano David Fleischer, professor emérito da UnB, onde passou a lecionar, em 1972, resgatou, em detalhe, a história da ciência política em Brasília (2016, p. 141-161). Conforme Fleischer, a inauguração da UnB, em 1962, se deu com a criação de cursos-tronco, sendo um deles o de ciências jurídicas e políticas (*ibid.*, p. 142). Com o golpe militar e as consequentes mudanças no corpo docente, foi necessária a recomposição do quadro de professores e do currículo do Departamento de Ciências Sociais, o qual passou a concentrar, em 1969, as áreas de sociologia, antropologia e ciência política (Fleischer, 2016, p. 143-144). Nesse mesmo ano, abriu-se uma "ponte" ou *linkage* dessa última área com o Departamento de Ciência Política da UFMG, possibilitando o recebimento de egressos da instituição mineira (*ibid.*, p. 144-145). Em 1970, iniciou-se o mestrado em sociologia com uma subárea em ciência política (*ibid.*, p. 145).

Em 1976, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) apoiou a criação do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais (REL), a fim de abranger o primeiro curso de graduação em relações internacionais do Brasil (1974), o qual havia sido lotado no Instituto de Ciências Humanas (*ibid.*, p. 145-146). O REL recebeu docentes dos departamentos de ciências sociais, de direito e de administração, além de diplomatas cedidos pelo MRE, responsáveis também por disciplinas de ciência política do Curso de Ciências Sociais (*ibid.*, p. 146).

Fleischer relata que os docentes do REL se mobilizaram para a criação de dois mestrados, um em Ciência Política e outro em Relações Internacionais, em 1983 (*ibid.*, p. 147), antecedendo,

SUMÁRIO

portanto, o desenvolvimento do Curso de Graduação Plena em Ciência Política (separado das ciências sociais), em 1989 (*ibid.*, p. 152). O credenciamento de ambos os cursos de mestrado junto à Capes ocorreu em 1986 (*ibid.*, p. 147-148).

Em 1994, a transformação do REL em Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais (IPR) não foi suficiente para sanar questões internas, levando à criação de duas unidades distintas: o Instituto de Ciência Política (Ipol) e o Instituto de Relações Internacionais (Irel) (*ibid.*, p. 152-153).

Quatorze anos depois, em 2008, foi iniciado o doutorado em ciência política (*ibid.*, p. 154). Atualmente, o Programa de Pós-graduação em Ciência Política (PPGCP) da UnB está dividido em duas áreas de concentração: 1) Democracia e sociedade; e 2) Política e instituições. Em cada área, subdividem-se duas linhas de pesquisa: 1.1) Democracia e desigualdades; 1.2) Participação e sociedade civil; 2.1) Estado, economia e políticas públicas; 2.2) Instituições políticas²⁶.

O PPGCP vem demonstrando aprimoramento crescente. Da avaliação trienal de 2007 (2004 a 2006) para a de 2010 (2007 a 2009), sua nota subiu de 4 para 5, ainda que sem tese de doutorado concluída no período avaliativo (Capes, 2010). Da avaliação trienal de 2013 (2010 a 2012) para a quadrienal de 2017 (2013 a 2016), sua nota subiu de 5 para 6, sendo, desse modo, classificado como um programa de excelência acadêmica (Capes, 2013; Capes, 2017). Por fim, na última avaliação quadrienal de 2021 (2017 a 2020), esse programa atingiu o conceito 7, nota máxima da escala de avaliação periódica (Capes, 2021).

Em relação a essa última avaliação, o PPGCP obteve a classificação “muito bom” nos 12 itens da Ficha de Avaliação, e se destacou no item 2.4.1.a (produção total bibliográfica e técnica-tecnológica de docentes permanentes), sendo o programa mais bem avaliado entre

26

Linhas de Pesquisa da Pós-graduação. Disponível em: <http://www.ipol.unb.br/galeria-imagens/linhas-de-pesquisas>. Acesso em: 24 ago. 2023.

os 58 da área Ciência Política e Relações Internacionais (Fleischer, 2016, p. 94). Entre 2017 e 2020, a publicação desses docentes em revistas no estrato A1 do Qualis Capes equivaleu praticamente ao dobro da média da área (37 em relação a 19) (*ibid.*, p. 94). O somatório de publicações de discentes, egressos e docentes permanentes, no mesmo estrato, também se distinguiu, pois representou mais que o dobro da média da área (64 em relação a 30) (*ibid.*, p. 94).

Nesse período, notou-se maior desenvolvimento do processo de internalização da produção e das atividades de formação, tais como: participação de docentes no corpo editorial de revistas internacionais; projetos de pesquisa com participação de colaboradores estrangeiros; financiamento de agências internacionais de fomento; participação em eventos com pesquisadores estrangeiros no Brasil ou no exterior; e realização de eventos, missões, cotutela, bolsas-sanduíche em instituições estrangeiras bem qualificadas (*ibid.*, p. 94-95). Quanto à inserção local, regional e nacional, foram mantidos 32 programas interinstitucionais de pesquisas, 2 convênios e acordos, além do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad) e de um Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) (*ibid.*, p. 95).

Houve reconhecimento por meio de premiações (Associação Brasileira de Ciência Política - ABCP-ONU mulheres 2020, Prêmio Capes de Teses de 2019, Political Network Section Best Book Award - The American Political Science Association - APSA) e menção honrosa na Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPONCS) em 2020 (*ibid.*, p. 94-95).

Atualmente, o corpo docente do PPGCP é composto por 30 professores efetivos, 2 professores substitutos e 4 professores voluntários²⁷. Foram defendidas 228 dissertações e 64 teses e foram publicados 185 artigos²⁸.

27 Docentes. Disponível em: <http://www.ipol.unb.br/docentes>. Acesso em: 25 ago. 2023.

28 Repositório UnB - IPOL - Instituto de Ciência Política. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35>. Acesso em: 25 ago. 2023.

MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO

Em consulta realizada junto à base do repositório digital de dissertações e teses da UnB²⁹, entre os anos de 2008 e 2015 (período que abrange a pesquisa “Pós-graduação e Educação em Direitos Humanos: um desafio contemporâneo”), foi identificado um total de 670 resumos relacionados a direitos humanos (DH) e/ou educação em direitos humanos (EDH) em 14 programas de pós-graduação. Desse total, foram localizados 75 resumos do PPGCP, tornando-o o terceiro programa de pós-graduação da UnB a produzir mais trabalhos finais nessas temáticas (75 – 11,19%), ficando atrás dos programas de pós-graduação em Educação (PPGE) (120 – 17,91%) e em Direito (PPGD) (89 – 13,28%).

Nota-se uma diferente representação, se comparada à dos programas de pós-graduação em ciência política da UFPE e UFG, instituições que fizeram parte da mesma pesquisa. Foram identificados, respectivamente, 7 (2% de 402) e 4 (2% de 243) resumos nas áreas de DH e EDH, levando esses programas a ficarem em penúltimo e último lugar entre os 14 programas de pós-graduação em cada instituição. Essa falta de padronização reforça a pluralidade do campo da ciência política (Avritzer, 2016).

Retomando o caso do PPGCP/UnB, dos 75 resumos, 64 corresponderam a dissertações e 11 a teses. As 64 dissertações foram divididas da seguinte forma, demonstrando certo equilíbrio na distribuição do período: seis em 2008, nove em 2009, oito em 2010, nove em 2011, nove em 2012, nove em 2013, nove em 2014 e seis em 2015. As 11 teses foram distribuídas do seguinte modo, havendo mais casos em 2013 e 2014: dois em 2012, quatro em 2013, quatro em 2014 e uma em 2015. Não houve resumos que tratassem diretamente de temas conexos à EDH.

Para a análise dos dados, foram consultados os resumos dos trabalhos e, de cada resumo, foram utilizadas como variáveis norteadoras: título, objeto/objetivos, perspectivas teóricas, metodologia e resultados. Na sistematização dos dados, foram identificados resumos que não apresentavam informações em todas as categorias.

Do total de 64 resumos de dissertações, 19 deles não traziam informações sobre a perspectiva teórica, e as demais estão distribuídos da seguinte forma: quatro em 2008, quatro em 2009, dois em 2010, um em 2011, dois em 2012, quatro em 2013, um em 2014 e um em 2015. Do total de 11 resumos, duas teses de 2013 não traziam informações sobre a perspectiva teórica.

Em todos os 64 resumos de dissertações e nos de 11 teses constavam referências sobre os procedimentos metodológicos e/ou técnicas de pesquisa utilizadas. O principais procedimentos e técnicas mencionados nas dissertações foram: análise documental (25) e pesquisa qualitativa (29), seguidos, em menor citação, entrevista (6), estudo/pesquisa/análise empírica (4), análise de conteúdo (3), estudo de caso (2), revisão bibliográfica (2), *Websurvey* (2) e análise estatística (2, sendo 1 detalhado quanto à estatística descritiva e métodos econométricos). Outras procedimentos e técnicas que foram mencionados apenas uma vez foram: análises (do discurso, longitudinal de variáveis, de caráter multianalítico e *Qualitative Comparative Analysis* - QCA), pesquisas (censitária e de opinião), uso do *software* Nvivo8, Multicritério de Apoio à Decisão (MCDA), coleta de dados (citada de forma abrangente) e modelos (analítico e sistêmico de David Easton - CWD).

Nos resumos de teses, também foram citados, em maior quantidade, os procedimentos e técnicas relativos à pesquisa qualitativa (6) e à análise documental (3). Os demais apareceram uma vez cada: estudo comparado, estudo de caso e pesquisa quantitativa.

SUMÁRIO

Dos 64 resumos de dissertações, sete deles não traziam dados sobre a variável “resultados”, sendo distribuídos da seguinte forma: um em 2008, um em 2009, dois em 2010, um em 2012 e dois em 2013. Do total de 11 resumos, apenas um de tese de 2013 não trazia informação sobre a variável “resultados”.

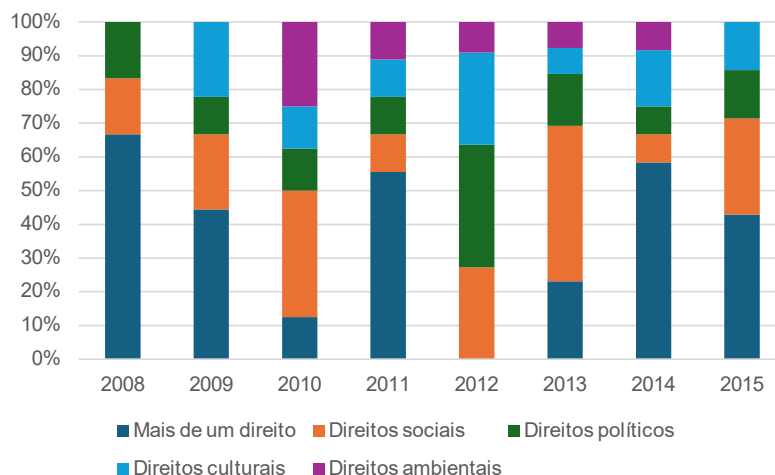
LISTAGEM DAS SUBCATEGORIAS IDENTIFICADAS NA CATEGORIA DH

No PPGCP, em praticamente metade dos resumos (75) das 149 dissertações e teses defendidas, no período de 2008 a 2015, está evidente a classificação geral de direitos humanos, indicando certa relevância da temática no âmbito desse programa de pós-graduação.

As subcategorias detectadas foram: direitos ambientais, direitos culturais, direitos sociais, direitos políticos e mais de um direito. A subcategoria mais expressiva foi essa última, a qual considera mais de um direito entre os demais citados e entre os direitos econômicos e civis (27), em segundo lugar, direitos sociais (19), em terceiro, direitos políticos (12), em quarto, direitos culturais (11) e, em quinto, direitos ambientais (6). Conforme o Gráfico 1, a subcategoria “mais de um direito” se destacou, principalmente, nos anos de 2008, 2009, 2011, 2014 e 2015. Já a subcategoria “direitos sociais” nos anos de 2010 e 2013. E a subcategoria “direitos políticos” em 2012.

SUMÁRIO

Gráfico 1 – Percentual das subcategorias de DH nos resumos de dissertações e teses do PPGCP de 2008 a 2015



Fonte: Elaborado pela equipe da pesquisa.

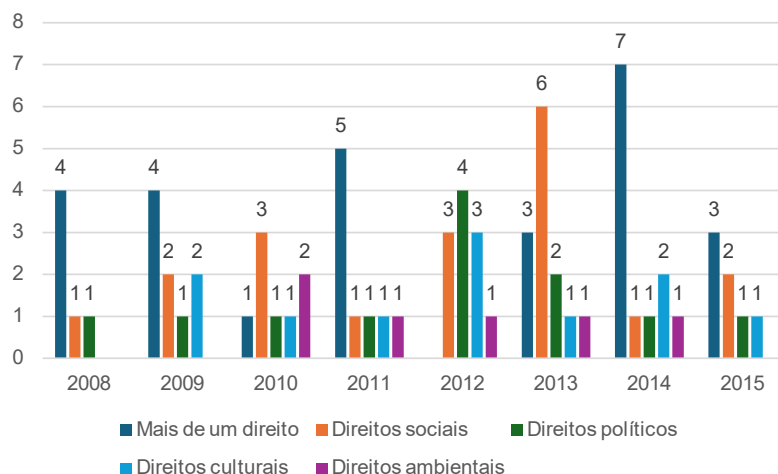
A subcategoria “mais de um direito” totalizou 27 resumos, sendo 23 de dissertações e 4 de teses. As 23 dissertações foram distribuídas da seguinte forma: quatro em 2008, quatro em 2009, uma em 2010, cinco em 2011, três em 2013, quatro em 2014 e duas em 2015. Quanto as quatro teses, três delas foram em 2014 e uma em 2015. A subcategoria de “direitos sociais” totalizou 19 resumos, sendo 17 de dissertações e 2 de teses. As 17 dissertações seguiram esta distribuição: uma em 2008, duas em 2009, três em 2010, uma em 2011, três em 2012, quatro em 2013, uma em 2014 e duas em 2015. No que se refere às teses, apenas foram registradas duas em 2013.

A subcategoria “direitos políticos” totalizou 12 resumos, sendo 10 de dissertações e 2 de teses. As 10 dissertações foram distribuídas desta forma: uma em 2008, uma em 2009, uma em 2010, uma em 2011, três em 2012, uma em 2013, uma em 2014 e uma em 2015. Quanto às 2 teses, elas foram distribuídas da seguinte forma: uma em 2012 e outra em 2013. A subcategoria “direitos culturais” totalizou 11 resumos,

sendo 10 dissertações e 1 tese. As dez dissertações se distribuíram do seguinte modo: uma em 2009, uma em 2010, uma em 2011, uma em 2012, uma em 2013, duas em 2014 e uma em 2015. Quanto às teses, essa categoria foi objeto de estudo de apenas uma delas, em 2012.

A subcategoria direitos ambientais totalizou seis resumos, sendo quatro dissertações e duas teses. As quatro dissertações se dividiram em: duas em 2010, uma em 2011 e uma em 2012. Quanto às duas teses, essas estão divididas em: uma em 2013 e outra em 2014. O Gráfico 2 aponta a distribuição das subcategorias de direitos humanos no somatório dos resumos das dissertações e teses analisados do PPGCP.

Gráfico 2 – Quantitativo das subcategorias de DH nos resumos de dissertações e teses do PPGCP de 2008 a 2015



Fonte: Elaborado pela equipe da pesquisa.

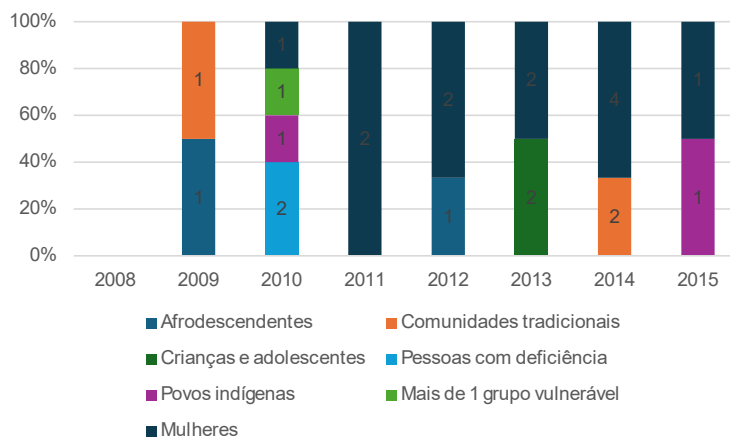
Entre os **grupos sociais vulneráveis**, foram identificados aqueles referentes aos afrodescendentes, às comunidades tradicionais, às crianças e adolescentes, à mais de um grupo vulnerável, às mulheres, às pessoas com deficiência e aos povos indígenas. Na análise dos resumos foi possível observar, em primeiro lugar, as

mulheres (12); em segundo lugar, as comunidades tradicionais (3); em terceiro, os afrodescendentes, as crianças e adolescentes, as pessoas com deficiência e povos indígenas (2 cada); e, em quarto, mais de um grupo vulnerável (1).

Os destaques foram as mulheres, com dez dissertações e duas teses; distribuídas da seguinte forma: uma em 2010, duas em 2011, uma em 2012, uma em 2013, quatro em 2014 e uma em 2015. As duas teses foram defendidas uma em 2012 e outra em 2013; as comunidades tradicionais foram objeto de estudo de três dissertações distribuídas do seguinte modo: uma em 2009 e duas em 2014; os afrodescendentes foram objeto de estudo de duas dissertações, uma em 2009 e outra em 2012; as crianças e adolescentes foram objeto de estudo duas dissertações em 2013; as pessoas com deficiência foram objeto de estudo de duas dissertações em 2010; os povos indígenas foram pesquisados em duas dissertações, uma em 2010 e outra em 2015; e finalmente, mais de um grupo vulnerável foi tratado em uma dissertação em 2010. No Gráfico 3, percebe-se que não houve grupo vulnerável identificado nos resumos analisados em 2008; e que as mulheres foram o grupo mais tratado nos anos de 2011, 2012 e 2014.

SUMÁRIO

Gráfico 3 – Percentual dos grupos vulneráveis nos resumos de dissertações e teses do PPGCP de 2008 a 2015



Fonte: Elaborado pela equipe da pesquisa.

Ressalta-se, por fim, que não foram encontrados de forma direta menções aos demais grupos vulneráveis da pesquisa: catadores de reciclável; favelados; idosos(as); LGBTQIA+; migrantes; população de rua; presidiários(as); refugiados(as); trabalhadores(as) pobres.

ANÁLISE DAS SUBCATEGORIAS DE DH E GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS NO PPGCP

A ciência política vem sendo marcada por uma relação entre o pluralismo e a produção de qualidade, contando com temas tradicionais (eleições e representação política; instituições políticas; Estado e políticas públicas), mas também com outros temas diversos (participação política; cultura política e comunicação política) (Avrizer, 2016, p. 204). De que forma essa tendência pluralista vem abraçando os direitos humanos?

A partir dos 75 resumos (64 de dissertações e 11 de teses) do PPGCP, de 2008 a 2015, foram encontradas apenas duas dissertações com menção direta à expressão “direitos humanos”. Essa característica de baixa citação esteve presente em outros resumos analisados no âmbito dos programas de pós-graduação da UnB, levando a crer que, no período, o termo ainda apresentava conotação específica, ligada “às grandes violações, a regimes de exceção, ditaduras, aspectos prisionais e às normativas internacionais” (Diniz, 2023).

Visando ir além de traços imediatistas, partiu-se em busca de conexões que pudessem levar ao campo de direitos humanos através dos vocábulos utilizados nos textos dos resumos analisados. Em primeiro lugar, foram estabelecidos temas: direitos econômicos, sociais, culturais, políticos e ambientais, e grupos sociais vulneráveis

(afrodescendentes; catadores de reciclável; comunidades tradicionais; crianças e adolescentes; favelados; idosos(as); LGBTQIA+; mais de um grupo vulnerável; mulheres; migrantes; população de rua; pessoas com deficiência; povos indígenas; presidiários(as); refugiados(as); e trabalhadores(as) pobres).

Em segundo lugar, foi utilizada a análise de similitude para identificar as palavras mais citadas e suas conexões, chegando, principalmente, aos seguintes vértices (pontos que agregam o maior número de relações): social, direito, pesquisa, político e educação. Em terceiro lugar, para classificar e reorganizar os vocábulos mais frequentes, foi considerada a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), com auxílio do *software* de análise textual Iramuteq. A partir disso, foram encontradas 7 classes: 1) Uma perspectiva econômica e internacional; 2) Governo e participação civil; 3) Identidade e gênero; 4) Direitos humanos nas pesquisas na área de educação; 5) Os programas de psicologia e a pesquisa em direitos humanos; 6) O direito; 7) Os programas de pós-graduação em geografia e antropologia.

Os resumos do PPGCP se concentraram, principalmente, nas classes 1 e 2, havendo três casos na classe 3, e um caso na classe 6. Em relação à classe 1, foram identificadas “questões relacionadas a pobreza e desigualdade econômica/concentração de renda” (políticas econômicas) e “relações e cooperação internacional como forma de resolução desses problemas” (Diniz, 2023). Quanto à classe 2, foram encontrados estudos sobre participação cidadã, processos de democratização (da comunicação e da informação) e transparência estatal (processo decisório, uso dos recursos públicos e formulação e implementação de políticas públicas) (*ibid.*). A respeito da classe 3, foram encontradas pesquisas voltadas “à formação/criação de identidade, de um imaginário ou abordagem cultural ou sociocultural” (*ibid.*). A classe 6 focou no direito internacional ou nas violações, adotando uma perspectiva normativa e jurisdicional e menos crítica quanto ao acesso a direitos (*ibid.*).

SUMÁRIO

SUBCATEGORIA DE DIREITOS HUMANOS

Sem pretender exaurir todos os temas tratados, entre aqueles de direitos humanos, os **direitos sociais** (19 resumos) ficaram em segundo lugar, após “mais de um direito” (27 resumos), no PPGCP. Nele, foram encontrados trabalhos relacionados à educação (educação básica e rural; Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC –; transporte escolar rural); saúde (assistência farmacêutica; Conselho de Saúde; planos municipais de saneamento básico; Programa Saúde da Família; saúde pública, Sistema Único de Saúde); trabalho (Democracia Eletrônica – Portal da Câmara dos Deputados; Movimento Sem Terra – MST –; Movimento dos Trabalhadores sem Teto – MTST –); e outros (assistencialismo; Comissões de Legislação Participativa, e de Direitos Humanos e Minorias; Conselhos Nacionais de Políticas Públicas; democracia; direito à propriedade das terras ocupadas aos remanescentes de quilombo; distribuição de renda e riqueza; identidade; política pública; movimento sociais; políticas de regularização dos condomínios do Distrito Federal; Programa Cisternas; Programa de Aquisição de Alimentos; Programa de Restaurantes Populares; Programa Fome Zero; programas de transferência de renda – Bolsa Escola e Bolsa Família; seguridade social; sociedade civil; Sistema Único de Assistência Social, Tecnologias de Informação e Comunicação).

Os **direitos políticos** (12 resumos) ficaram em terceiro lugar e estiveram presentes em trabalhos sobre ação coletiva; burocracia; capital social; ciência política; civismo; competição eleitoral; corrupção; democracia; campanhas eleitorais; cidadania; grupo de pressão; ideologia; internet; mídia; lobby; opinião pública; participação; Poder Legislativo; políticas públicas; presidencialismo; processo decisório; representação política; sistema eleitoral; sociedade civil; Tecnologias de Informação e Comunicação; transparência; votação/voto; e veículos de comunicação. Esses termos e outros compuseram a classe 2, Governo e Participação Civil, da pesquisa, tendo como palavra mais recorrente “participação”.

Os **direitos culturais** (11 resumos) foram identificados em resumos que trataram de aborto; comunidade tradicional; Conselho de Classe; Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; estereótipo; feminismo; gênero; discriminação; identidade; índios; Lei Maria da Penha; mídia; mito da democracia racial; movimentos sociais; mulheres na política; negro; nacionalismo; participação; políticas públicas; populações tradicionais; programas de ação afirmativa; reconhecimento; relações raciais; representação racial; Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres; unidades de conservação; violência contra as mulheres.

Os **direitos ambientais** (6 resumos) corresponderam a assuntos, como água; agendas verde e marrom; ambientalismo; bacias hidrográficas; burocracia; desmatamento; emissão de carbono; florestas; desenvolvimento; gestão ambiental; integração de bacias; licenciamento ambiental; meio ambiente; mudanças climáticas; organizações da sociedade civil; mobilização social; movimentos sociais; Plano de Ordenamento Territorial do Distrito Federal; política ambiental; política de gestão de recursos hídricos; políticas públicas; processo decisório; proteção; recursos hídricos; Rio São Francisco; sociedade civil; transposição; usina hidrelétrica de Belo Monte.

A repetição de palavras demonstra a complexidade dos assuntos tratados e da própria cultura dos direitos, dando sentido ao que Carbonari defende sobre a abertura de “portas para a construção de agentes pluridimensionais” (2010, p. 59).

GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS

Entre os grupos sociais vulneráveis, as **mulheres** (12) foram o grupo mais presente, sendo encontrados os assuntos: aborto; Conselho de Classe; Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; estereótipo; desigualdade social; *ethos* feminino; feminidade; feminismo; gênero; Lei Maria da Penha; mídia; mulheres na política; papel social; participação; patriarcado; representação; Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres; violência contra as mulheres.

Interessa pontuar que, no 9º encontro da ABCP³⁰, recebido pelo Ipol/UnB, em 2014 (Fleischer, 2016, p. 155), os trabalhos aprovados se distribuíram em relativo equilíbrio nas 15 áreas temáticas do congresso (Avritzer, 2016, p. 204-205). Contudo, uma das exceções foi justamente a área “gênero, democracia e políticas públicas”, a qual ficou na 13ª posição, com 23 trabalhos aprovados (4% do total de 531) (*ibid.*, p. 204-205). Ressalta-se que as subcategorias de DH e os grupos vulneráveis considerados na pesquisa “Pós-graduação e Educação em Direitos Humanos: um desafio contemporâneo” podem ter entrado de forma transversal nessas áreas temáticas, mas é notável a disparidade do quantitativo de trabalhos envolvendo, de forma explícita, o tema gênero nesse evento.

Por outro lado, devem ser reforçadas as iniciativas inovadoras e de contribuição para políticas públicas do PPGPC quanto à mesma temática, gênero, e que foram destacadas no último relatório da Avaliação Quadrienal, referente a 2017 a 2020. A dissertação de mestrado “Dos caminhos para a paridade à paridade como caminho: inclusão democrática, chachawarmi e despatriarcalização do estado plurinacional boliviano” recebeu menção honrosa da ANPOCS-2020 e teve artigo premiado pela ABCP-ONU mulheres em 2020 (Capes, 2021, p. 94-95). Uma docente permanente participou da principal Comissão sobre a Situação da Mulheres, na ONU, como *co-chair* das reuniões e como responsável pela elaboração do Relatório Técnico final (*ibid.*, p. 95).

Regressando aos grupos sociais vulneráveis da pesquisa, as **comunidades tradicionais** (3) foram relacionadas a trabalhos sobre minorias étnicas no Brasil e quilombolas, enquanto os **afrodescendentes** (2) estiveram em resumos relacionados às comunidades negras rurais; aos estereótipo; à desigualdade material; ao movimento negro/negros; aos programas de ação afirmativa; às relações

30

9º encontro da ABPC. Disponível em: <https://www.cienciapolitica.org.br/web/index.php/pt-br/eventos/9o-encontro-abcp>. Acesso em: 3 set. 2023.

raciais; e à representação racial. Também constou como bom exemplo, no Relatório de Avaliação Quadrienal de 2021, a participação regular do corpo docente do PPGCP em eventos com a presença de pesquisadores estrangeiros, como o *"Inside-Outside Party Activism: How the Afro-Brazilian Movement Has Influenced the Legislative Agendas of Left Parties in Brazil"* (Capes, 2021, p. 95).

Os demais grupos vulneráveis identificados, assim como dos vocábulos que os caracterizam, foram: **crianças e adolescentes** (2) (oferta de educação básica, transporte escolar rural); **pessoas com deficiência** (2) (aspectos políticos; Conselhos Municipais de Direitos da Pessoa com Deficiência; cidadania; deficientes; legislação; teorias de ação coletiva); e **povos indígenas** (2) (comunidade tradicional; identidades; índio; movimentos sociais; nacionalismo; populações tradicionais; reconhecimento; unidades de conservação).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora os resumos das dissertações e teses do PPGCP não tenham se referido diretamente ao termo "direitos humanos", pouco mais da metade dos trabalhos (75 de 149), no período de 2008 a 2015, tratou de temas relacionados a direitos (sociais, culturais, políticos e ambientais) e a grupos vulneráveis (mulheres, comunidades tradicionais, afrodescendentes, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência e povos indígenas).

Entre os termos utilizados pelos discentes em suas pesquisas, tais como participação, cidadania e democracia, percebe-se a conexão com direitos humanos, não necessariamente na visão tradicional direcionada apenas a violações e normativas internacionais (Diniz, 2023). Falta, porém, reconhecer essa ligação com fenômenos mais complexos, integrantes de relações sociais de opressão e libertação, presentes no cotidiano (Sousa, 2016, p. 4).

Ainda que sejam escassas as perspectivas críticas mais ampliadas, deve-se reconhecer que há sim uma abertura para o campo da pesquisa em direitos humanos no PPGCP. Nesse sentido, vislumbra-se um espaço para a construção de um plano de implementação das DNEDH nas universidades.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. O papel do pluralismo na formação e consolidação da ciência política no Brasil. *In*: AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos R. S.; BRAGA, Maria do Socorro (org.). **A ciência política no Brasil – 1960-2015**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

CAPES. **Relatório da avaliação trienal**. Brasília, DF: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2010.

CAPES. **Relatório da avaliação trienal**. Brasília, DF: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2013.

CAPES. **Relatório da avaliação quadrienal**. Brasília, DF: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2017.

CAPES. **Relatório da avaliação quadrienal**. Brasília, DF: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2021.

CARBONARI, Paulo. **Direitos humanos**: sugestões pedagógicas. Passo Fundo: IFIBE, 2010.

FORJAZ, Maria Cecília S. A emergência da ciência política no Brasil: aspectos institucionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 35, p. 1-22, 1987.

FLEISCHER, David. A ciência política em Brasília: uma visão histórica. *In*: AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos R. S.; BRAGA, Maria do Socorro (org.). **A ciência política no Brasil – 1960-2015**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

LESSA, Carlos Antônio. Instituições, atores e dinâmicas do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais no Brasil: o diálogo entre a história, a ciência política e os novos paradigmas de interpretação (dos anos 90 aos nossos dias). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 48, n. 2, p. 169-184, jul. 2005.

SOUZA JR., José Geraldo. Algumas questões relevantes para a compreensão dos direitos humanos: problemas históricos, conceituais e de aplicação. *In*: PULINO, L. H. C. Z.; SOARES, S. L.; COSTA, C. B.; LONGO, C. A.; SOUSA, F. L. (org.). **Educação em e para os direitos humanos**. Brasília: Paralelo 15, 2016.

18

Isabela Vince Esgalha Fernandes

HÁ DIREITOS HUMANOS NO DIREITO?

ANÁLISE DO *CORPUS* DE MESTRADO
E DOUTORADO DO PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
– PPGD/UNB

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-161-1.18

A pós-graduação *stricto sensu* da Faculdade de Direito (FD) da Universidade de Brasília (UnB) teve seu início em 1975 com o curso de mestrado, tendo sido o programa ampliado, em 2005, para abranger também o curso de doutorado. Desde então, o Programa destacou-se nacional e internacionalmente pela relevância e excelência em suas produções, tendo atingido inclusive a nota máxima na avaliação quadrienal 2017–2020 realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por sua diversidade, inovação e inserção internacional³¹.

Ao longo de sua existência, o PPGD-UnB passou por diversas modificações em sua estrutura. Uma delas, ocorrida dentro do recorte temporal definido para a presente investigação, deu-se no ano de 2014 e consistiu em uma reestruturação ampla das linhas de pesquisa, como veremos a seguir.

A partir da área de concentração “Direito, Estado e Constituição”, foram estabelecidas, à época, quatro linhas de pesquisa, sendo elas: Sociedade, Conflito e Movimentos Sociais, que contava com as sublinhas de pesquisa Direito Achado na Rua, Pluralismo Jurídico e Direitos Humanos; Acesso à Justiça, Etnografia e Bioética; e Criminologia e Estudos sobre a Violência. A linha Constituição e Democracia estava organizada a partir das sublinhas Filosofia Política, Teoria Constitucional e Democracia; Instituições Jurídicas, Separação de Poderes e Processo Constitucional; História Constitucional e Historiografia. A linha Internacionalização, Trabalho e Sustentabilidade englobava as linhas Internacionalização: Aspectos Públicos e Privados; Mundo do Trabalho, Constituição e Transformações na Ordem Social; Sustentabilidade, Meio Ambiente e Direitos Humanos. Por fim, a linha Transformações na Ordem Social e Econômica e Regulação: Regulação e Transformações na Ordem Econômica; Regulação Social e Políticas Públicas de Educação,

31

Maiores informações sobre a classificação em: <http://ppgd.unb.br/destaques-nao-mexer/216-ppgd-unb-e-nota-6-na-capes>.

Ciência, Tecnologia e Inovação; Transformações no Direito Privado, Empresa, Mercado e Concorrência.

Posteriormente, em 2019, foram realizadas novas modificações no PPGD-UnB, que resultaram na ampliação e reestruturação das linhas de pesquisa, que passaram a ser cinco³², as quais mantêm-se até hoje. São elas:

1. **Linha de pesquisa “Sociedade, Conflito e Movimentos Sociais”**

Reúne trabalhos que examinam a relação entre o Direito e a Sociedade a partir de diferentes enfoques e objetos de pesquisa, os quais se inserem em temáticas relacionadas às reivindicações dos movimentos sociais, na análise de processos institucionais de administração de conflitos e no acesso à justiça. Atualmente, a linha está organizada em três sublinhas: Direito Achado na Rua³³, Pluralismo Jurídico e Direitos Humanos; Acesso à Justiça, Desigualdade de Tratamento e Pesquisa Empírica; e Justiça de Transição e Direitos Humanos.

32 Informações retiradas do site oficial do PPGD/UNB: <http://ppgd.unb.br/>

33 O Direito Achado na Rua, para além de sublinha de pesquisa, refere-se a um projeto de ensino, pesquisa e extensão iniciado em 1987 sob a liderança dos professores Roberto Lyra Filho, José Geraldo de Sousa Júnior, Nair Heloisa Bicalho de Sousa, Roberto Armando Ramos de Aguiar e Alexandre Bernardino Costa no âmbito da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília e do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM), mais especificamente no Núcleo de Estudos para a Paz e os Direitos Humanos (NEP) e, posteriormente, no Programa de Pós-graduação (mestrado e doutorado) em Direitos Humanos e Cidadania, da Universidade de Brasília. Com importantes contribuições teóricas e práticas, o projeto destacou-se ao longo dos anos, alcançando projeção internacional, figurando como importante plataforma para o desenvolvimento e a difusão de estudos no campo das teorias críticas do direito através da abertura de um debate teórico-conceitual e político sobre os direitos humanos (ESCRIVÃO FILHO; SOUSA JUNIOR, 2016), permitindo saltar do acadêmico para a práxis que leve os direitos humanos a se constituírem como núcleo ativo de projeto democrático de sociedade (SOUSA; SARAIVA; CARNEIRO; CARNEIRO, 2018). Tal esforço pode ser vislumbrado na análise aqui realizada, que conta em seu *corpus* com diversas pesquisas elaboradas a partir das lentes teóricas desenvolvidas no Direito Achado na Rua. Para maiores informações sobre as iniciativas e produções científicas, consultar o site <https://direitoachadonaru.wordpress.com/>.

2. Linha de Pesquisa “Constituição e Democracia”

O objetivo da presente linha, de acordo com as informações institucionais, é transcender a compartimentalização das reflexões sobre constituição e a democracia, adotando o entendimento de que a perspectiva normativa deve levar em consideração os aspectos institucionais envolvidos, e que esses, por sua vez, devem ser desenvolvidos a partir da reflexão crítica sobre as premissas teóricas e metodológicas. A linha está organizada a partir de três sublinhas: Filosofia Política, Teoria Constitucional e Democracia; Direito e Instituições; e Narrativas, História Constitucional e Construção da Estatalidade.

3. Linha de Pesquisa “Internacionalização, Trabalho e Sustentabilidade”

As investigações desenvolvidas nessa linha relacionam-se à análise dos instrumentos de cooperação, de implementação do desenvolvimento sustentável e dos direitos humanos, e aos aspectos institucionais, históricos, teóricos e práticos da internacionalização. Em relação à temática do trabalho, a linha busca desenvolver pesquisas de espectro interdisciplinar que abordem a dinâmica de regulação democrática e social das relações individuais e coletivas de trabalho no capitalismo contemporâneo. São sublinhas de pesquisa: Internacionalização: Aspectos Públicos e Privados; Mundo do Trabalho, Constituição e Transformações na Ordem Social; Sustentabilidade, Meio Ambiente e Direitos Humanos.

4. Linha de Pesquisa “Transformações na Ordem Social e Econômica e Regulação”

A presente linha tem como objetivo investigar, a partir de abordagens interdisciplinares, análises jurídicas da política econômica, teorias da regulação, competição, tributação e instituições de direito público e privado para conformação da reforma política. A linha conta atualmente com três sublinhas: Regulação e Transformações

na Ordem Econômica; Regulação Social e Políticas Públicas de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação; Transformações no Direito Privado, Empresa, Mercado e Concorrência.

5. Linha de Pesquisa “Criminologia, Estudos Étnico-raciais e de Gênero”

Essa linha tem o propósito de reunir investigações relacionadas ao campo da Criminologia, dos Estudos Étnico-raciais e de Gênero, buscando trazer, a partir do exercício de reflexão crítica, novas perspectivas para o direito. Possui as seguintes sublinhas: Criminologia, Política Criminal e Segurança Pública; Estudos de Gênero e Relações Étnico-raciais; e Dogmáticas Críticas e Direitos Humanos.

Tomando por base a consulta realizada ao repositório digital de dissertações e teses do PPGD, identificamos que o número total de dissertações e teses, entre 2008 e 2015, era de 182 dissertações e 58 teses. A partir da análise inicial com base na delimitação temporal previamente definida, foram selecionadas 69 dissertações e 20 teses tomando por base os objetivos deste estudo.

Desse quantitativo, 64 resumos de dissertações enquadraram-se na categoria Direitos Humanos, e 5 na categoria Educação em Direitos Humanos. Em relação às teses, todos os trabalhos foram enquadrados na categoria Direitos Humanos, não havendo resumos que tratassem de temas afins à Educação em Direitos Humanos. Para melhor visualização dos dados, foi inserido abaixo uma tabela com as informações quantitativas por ano.

Tabela 1 – Produção de teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em Direito (2008-2015)

DISSERTAÇÕES				TESES		
CATEGORIA				CATEGORIA		
ANO	Total de trabalhos defendidos	DH	EDH	Total de trabalhos defendidos	DH	EDH
2008	17	7	1	4	2	--
2009	17	6	1	5	3	--
2010	12	3	--	3	2	--
2011	13	7	--	7	2	--
2012	18	7	3	4	1	--
2013	28	9	--	7	2	--
2014	39	13	1	16	5	--
2015	33	11		12	3	--
TOTAL	182	64	5	58	20	

Fonte: Informações do Repositório de Teses e Dissertações da Universidade de Brasília.

ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise dos dados foram consultados os resumos dos trabalhos e de cada um deles foram utilizadas as seguintes variáveis norteadoras: título, objeto/objetivos, perspectivas teóricas, metodologia e resultados.

Os dados gerais da pesquisa de mapeamento apontam que, no período de 2008 a 2015, foram defendidos 2.502 trabalhos nos níveis mestrado e doutorado nas 14 unidades acadêmicas analisadas. Desse montante, foram classificados positivamente 670 dissertações e teses, sendo 642 afetas às temáticas de direitos humanos, e 28 à educação em direitos humanos.

Contabilizando 89 trabalhos nos níveis mestrado e doutorado, o PPGD se situa na 2ª posição em produção acadêmica na área entre as unidades analisadas, ficando atrás, apenas, do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE). Embora grande parte desses trabalhos estejam concentrados no campo dos direitos humanos, o PPGD também se destaca por sua contribuição na área da educação em direitos humanos, já que a maioria das unidades acadêmicas analisadas não possui qualquer trabalho classificado positivamente com essa abordagem.

Quanto às subcategorias de direitos humanos, previamente subdivididas entre direitos econômicos, sociais, culturais, políticos, civis e/ou ambientais, uma parcela significativa das investigações do PPGD indicou a problematização de mais de um direito. Entre as subcategorias de direitos mobilizados isoladamente, registram-se, em ordem crescente, os direitos ambientais, os civis, os econômicos, os políticos, os culturais e, em destaque, os direitos sociais. A partir da análise realizada nesses resumos, é possível verificar a relevância atribuída pelos trabalhos à proposta de transversalidade de direitos humanos, mas também o peso conferido aos processos de luta pelos direitos sociais, sinalizando a aderência às linhas de pesquisa do PPGD que valorizam as diferentes dimensões de direitos, os variados contextos de violações e os respectivos processos de reivindicações experimentados por sujeitos coletivos.

Em relação aos grupos vulneráveis, foram identificados 18 trabalhos que contextualizam mais de um grupo. Entre as categorias de sujeitos previamente definidos na pesquisa, as dissertações e teses desenvolveram estudos sobre crianças e adolescentes, povos indígenas, comunidades tradicionais (ciganos, quilombolas, população ribeirinha, camponeses etc.), mulheres, LGBTQIA+, afrodescendentes/negros, população em situação de rua, trabalhadores pobres, refugiados, migrantes e população carcerária/presos. Com mais de três ocorrências, recebem destaque, em ordem crescente, os seguintes grupos vulnerabilizados: migrantes, população carcerária,

SUMÁRIO

comunidades tradicionais (sobretudo, quilombolas), crianças e adolescentes, trabalhadores pobres e mulheres.

Ao realizarmos a sistematização dos dados, identificamos resumos que não apresentavam informações em todas as categorias. Do total de 89 de trabalhos (somando-se dissertações e teses), 56 deles não traziam informações sobre a perspectiva teórica, em 51 resumos não constavam referências à metodologia utilizada na pesquisa, e 52 não traziam dados relacionados aos resultados.

Ao analisar o conteúdo dos resumos, verifica-se a existência de dois trabalhos que possuem como objeto a reflexão acerca dos direitos humanos. O primeiro deles é a dissertação, de 2011, denominada “Os entraves de aplicação das normas universais de Direitos Humanos frente às particularidades culturais”, que busca, através de uma reflexão crítica, problematizar a concepção pós-moderna dos Direitos Humanos, tendo em vista a ineficácia das respostas fornecidas pela universalidade normativa e pela particularidade cultural.

O outro destaque acerca do tema é a tese denominada “A re-invenção dos direitos humanos pelos povos da América Latina: para uma nova história decolonial desde a práxis de libertação dos movimentos sociais”, de 2015. O trabalho tem como proposta a identificação de um novo fundamento para as perspectivas de direitos humanos, a partir de um olhar crítico e decolonial. De acordo com o autor,

Diante das inconsistências identificadas na perspectiva eurocêntrica dos direitos humanos e nas instituições atualmente voltadas à sua proteção, passamos então a re-construir suas bases desde a Ética da Libertação de Enrique DUSSEL, com o objetivo de identificar um novo fundamento crítico e universalista possível, referenciado no paradigma da vida concreta, a partir do qual o diálogo intercultural se torna possível, sobretudo entre os povos oprimidos que lutam por sua libertação. Os movimentos sociais, como “comunidades críticas de vítimas”, são

SUMÁRIO

hoje uma das principais formas pelas quais os oprimidos desenvolvem essa práxis de libertação, que luta pela afirmação de seus direitos humanos re-inventados nos diversos campos sociais. Procuramos então oferecer alguns aportes para uma concepção crítica dos campos jurídico e político, considerados como espaços sociais decisivos na luta para que os direitos humanos sejam “levados a sério” na América Latina (Diehl, 2015).

Ainda na temática de direitos humanos, mas em uma análise que se insere na subcategoria “direitos sociais”, está o trabalho “A eficácia e a efetividade dos direitos sociais de caráter prestacional: em busca da superação dos obstáculos”, de 2008.

Destacam-se, entre as temáticas investigadas, o número de trabalhos voltados à temática das mulheres e/ou de gênero. Das 69 dissertações, 11 possuem objetos relacionados à tais temas. Entre eles, o trabalho intitulado “A luta pela liberdade em casa e na rua: a construção do direito das mulheres a partir do projeto Promotoras Legais Populares do Distrito Federal”, defendido em 2012, enquadra-se na categoria de Educação em Direitos Humanos, possuindo a proposta de discutir a prática da educação jurídica popular feminista enquanto espaço de construção de direitos.

Ainda em relação à temática, dos resumos analisados, verificou-se que quatro deles discutem a questão das mulheres a partir da ótica do trabalho. Entre eles, destacaremos a dissertação, de 2010, “Quebrando as correntes invisíveis: uma análise crítica do trabalho doméstico no Brasil” por sua abordagem interseccional, na medida em que discute a questão de gênero de forma entrelaçada às categorias de raça e classe. E a dissertação “O direito à prostituição: aspectos de cidadania”, de 2013, que aborda a forma como tais trabalhadoras percebem o tratamento recebido da sociedade, discutindo os obstáculos e desafios ao reconhecimento de seu trabalho e de sua cidadania a partir das lentes de gênero.

SUMÁRIO

Ainda no contexto do trabalho, em 2015, foi defendida a dissertação “Espionando por trás da persiana: um olhar sobre a discriminação traduzida em assédio moral organizacional contra mulheres”, que propõe colocar em pauta as discriminações sofridas pelas mulheres no âmbito do trabalho e analisar as respostas institucionais apresentadas ao problema do assédio moral.

Os demais trabalhos incluem temas como encarceramento feminino, com o trabalho “Por amor ou pela dor? um olhar feminista sobre o encarceramento de mulheres por tráfico de drogas”, de 2012; aborto, com a dissertação “Vida, anencefalia e a ADPF 54: perspectivas à luz da Constituição como sistema de princípios”, de 2011; e violência simbólica, com o trabalho “A propaganda é a alma (arbitrária) do negócio: violência simbólica e discriminação contra as mulheres na publicidade brasileira”, de 2014.

As investigações, apesar das diferentes temáticas, apresentam, em sua essência, uma importante similaridade: a denúncia acerca da manutenção das dinâmicas sociais que reproduzem hierarquias de gênero e que ainda se colocam como obstáculo para a aplicação das leis e para o enfrentamento das violações e das desigualdades, especialmente quando tratamos de grupos vulnerabilizados, tais como as mulheres.

Coloca-se em xeque o direito posto, formal, e a realidade em que vivemos, ainda caracterizada pela dificuldade de acesso aos instrumentos institucionais e legais de proteção, e, assim, ao exercício de direitos. E não é sem razão.

Em que pese a recente e amplamente difundida compreensão do direito como instrumento para alcance da igualdade e proteção de todos os indivíduos, historicamente essa ferramenta serviu (e ainda serve) para a manutenção da opressão e da desigualdade em um violento, mas institucionalmente legitimado sistema. Portanto,

SUMÁRIO

[...] tanto o reconhecimento jurídico do princípio político da igualdade quanto a neutralidade da lei como método de regulação vigente ocultaram uma verdade que permanece verdadeira até hoje: a subordinação e a discriminação das mulheres; como evidenciado pela falta de representação feminina nos órgãos legislativos e judiciais desses países; como evidenciam as sentenças sexistas e todas as leis discriminatórias que se mantêm apesar dessas declarações de igualdade entre os sexos; como evidenciado por todas as leis que nós, mulheres, precisamos e que não existem; como evidenciado pelas instituições jurídicas criadas a partir das necessidades dos homens e que em sua gênese excluíam totalmente as mulheres criando sistemas jurídicos essencialmente masculinos (Facio; Fries, 2005, p. 292-293).

Nesse sentido, seja tendo movimentos sociais como objeto, ou com recorte de grupos específicos, tais como domésticas e prostitutas, as pesquisas demonstram que a academia, pelo menos não em sua totalidade, está sob os efeitos encantatórios (Sanchez Rubio, 2014), produzidos pelas garantias institucionais e legais, figurando como relevante agente de resistência às desigualdades.

Quanto a análise das teses, verificou-se que há dois trabalhos que têm como objeto o tema mulheres/gênero: "(Re) pensando a criminologia: reflexões sobre um novo paradigma desde a epistemologia feminista", de 2012, e "Memória de um silêncio eloquente: a criminalização das mulheres no Brasil na primeira metade do século XX", de 2013.

Outro tema recorrente nos trabalhos realizados na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília no período pesquisado são os aspectos relacionados ao processo de transição democrática e memória. Nesse tema, três dos trabalhos discutem a questão da anistia: "Anistia política no Brasil: os indícios e as deturpações do discurso do esquecimento à luz da teoria discursiva do direito e da democracia", de 2009, que se propõe a analisar os procedimentos

SUMÁRIO

que levaram aos principais marcos legislativos sobre anistia no Brasil, constatando, como resultado, a existência de um discurso do esquecimento amalgamado ao instituto da anistia; e os trabalhos “Supremacia judicial e justiça de transição no Brasil: o caso da Lei da Anistia”, de 2015 e “Justiça transicional e estado constitucional de direito: perspectiva teórico-comparativa e análise do caso brasileiro”, de 2010, que trazem reflexões acerca da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a extensão da lei de anistia de 1979. Por fim, outro trabalho relacionado à justiça de transição é a dissertação “Aprender para o futuro: memória e liberdade republicana no direito internacional dos direitos humanos: um estudo do caso do Chile”, de 2011, que tem por objetivo estudar o modo como o direito internacional dos direitos humanos lida com o passado a partir das ideias, teorias e tradições que o sustentam.

Nesse último trabalho, a proposta da autora é subverter a lógica do sistema hegemônico para dar espaço às vozes das vítimas, em um exercício de enfrentamento ao discurso histórico “oficial”, que muitas vezes acaba por reproduzir discriminações e representam obstáculos à emancipação, autodeterminação e libertação, necessárias à construção de uma sociedade justa e igualitária. Para a pesquisadora,

Em contraposição à racionalidade moderna, a razão anamnética aparece como um importante aporte metodológico para se pensar o conceito fundamental de justiça, dando precedência ao lugar ocupado pela vítima e ao reconhecimento da sua memória. Por outro lado, a teoria republicana é apresentada como alternativa à teoria liberal para se pensar o conceito de liberdade e o papel da política na construção do futuro. Nesse contexto, os direitos humanos aparecem como uma linguagem limitada para lidar com os problemas do passado, primeiramente porque não privilegiam o papel da memória e da vítima, e em segundo lugar porque, por vezes, impõem restrições a priori que impedem o recurso a argumentos históricos, colonizando a cultura política (Araújo, 2011, n.p.).

SUMÁRIO

Tais trabalhos são de grande relevância, pois a compreensão e a apropriação da memória por um povo estão diretamente ligadas às suas escolhas e as decisões quanto ao rumo que sua sociedade deve tomar. De acordo com Sousa Júnior e Sousa (2015, p. 26):

A democratização da memória permite a uma sociedade apropriar-se de seu passado para escolher melhor os passos a serem dados no presente. Povo sem memória torna-se incapaz de julgar seus governantes e perde força para construir uma sociedade pautada nos interesses da maioria. Daí, a importância de garantir que a memória coletiva de nosso País possa conter todos os fatos políticos essenciais, de modo a possibilitar uma interpretação histórica pautada nas memórias subterrâneas dos dominados que se opõe à versão oficial das classes dominantes.

Sobretudo nos últimos anos, com o fortalecimento do conservadorismo no Brasil e o desmantelamento de políticas sociais, especialmente aquelas relacionadas às pautas de direitos humanos e de educação igualitária, a força de tais argumentos é inconteste. O papel desempenhado pela memória em uma sociedade não deve ser encarado com leviandade, e os esforços acadêmicos para garantir a reflexão acerca do passado e seus impactos políticos e sociais devem ser reconhecidos.

Um dado que chama a atenção, na análise das teses e dissertações, é a pequena quantidade de trabalhos que discutem a questão do racismo. Nesta oportunidade, vale reforçar que os achados se restringem às informações contidas nos resumos.

Foram encontradas apenas três dissertações que explicitamente inserem a questão da raça nas pesquisas. São elas: "ÈTÓ FÚN ÀWÒN TÓ YÀTÒ": análise do I Plano Nacional de Inclusão dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, a partir dos processos de reconstrução da identidade do sujeito constitucional", de 2014; Igualdade e liberdade: a luta pelo reconhecimento da igualdade como direito à diferença no discurso do ódio", de 2009, e

SUMÁRIO

“Quebrando as correntes invisíveis: uma análise crítica do trabalho doméstico no Brasil”, de 2010. Em relação às teses, foi encontrado apenas o trabalho “A cor vigiada: uma crítica ao discurso racializado de prevenção ao crime”, de 2010, demonstrando pouco interesse dos(as) doutorandos(as) no tema do racismo.

Enquanto elemento que fundamenta a construção da sociedade moderna tal como é – desigual, opressora e excludente –, o racismo transversaliza todas as estruturas, instituições, discursos e relações sociais, e, portanto, é peça-chave para a compreensão das desigualdades em suas mais variadas dimensões. Dessa feita, o baixo quantitativo de trabalhos que abordem essa questão se revela um dado preocupante.

Quando se redireciona o olhar para as variáveis do nosso estudo, percebemos que o *corpus* da produção acadêmica do PPGD encontra uma lacuna considerável quando se trata de metodologia, das perspectivas teóricas e dos resultados. Conforme já assinalado, dos 89 resumos, incluindo mestrado e doutorado, 56 não apresentavam dados sobre as teorias utilizadas, 51 não indicavam os parâmetros metodológicos e 52 não apresentavam as conclusões da pesquisa.

A variável perspectiva teórica concentra a maior defasagem no tocante ao preenchimento desse campo. Dos 89 resumos, 56 não faziam menção à aspectos relacionados à essa categoria. da pesquisa. No *corpus* de mestrado, dos 69 resumos, apenas 26 trouxeram dados dessa natureza.

No que se refere à categoria resultado, dois resumos se destacam na elaboração dessa variável: a dissertação, de 2015, intitulada “Se você ficar com nossos filhos, eu te mato!”: violência doméstica e familiar contra a mulher e as disputas de guarda de filhos/as em trâmite nas Varas de Família de Ceilândia/DF” e a dissertação, de 2012, “Têmis e o sertão: os limites do direito no combate à discriminação contra o Nordeste e os nordestinos”.

SUMÁRIO

Ambos os resumos explicitam, além dos resultados, as contribuições esperadas pelos pesquisadores a partir das análises empreendidas. O primeiro tinha como objetivo investigar se o modo como a violência doméstica é abordada nas disputas de guarda de filhos(as) discutidas nas Varas de Família de Ceilândia reconhece o direito fundamental das mulheres a uma vida sem violência. Ao final do trabalho, chegou-se à conclusão de que:

[...] Por meio da análise documental de acórdãos prolatados pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) relacionados à guarda de filhos/as e de entrevistas realizadas com mulheres assistidas, Juízes e Promotores/as atuantes nas Varas de Família de Ceilândia, confirmou-se a hipótese que a ênfase do sistema de justiça nessas demandas é a proteção da criança. Por essa razão, a necessidade de proteção das mulheres em situação de violência doméstica resta secundária, na contramão da visibilidade dada ao problema no âmbito do direito internacional dos direitos humanos (Oliveira, 2015).

Apenas 5 das 69 dissertações contêm todas as categorias analisadas, quais sejam, objetivos, metodologia, perspectivas teóricas e resultados. São elas: "Campo do ensino jurídico e travessias para mudança de habitus: desajustamentos e (des)construção do personagem", de 2008; "A luta pela liberdade em casa e na rua: a construção do direito das mulheres a partir do projeto Promotoras Legais Populares do Distrito Federal", de 2012; "Luta por reconhecimento e processo legislativo: a participação das comunidades remanescentes de quilombos na formação do art. 68 do ADCT", de 2013; "A narrativa jornalística e o ocultamento do trabalho como direito fundamental, de 2013; e "ÈTÓ FÚN ÀWÒN TÓ YÀTÒ': análise do I Plano Nacional de Inclusão dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, a partir dos processos de reconstrução da identidade do sujeito constitucional", de 2014.

Em relação às teses, o trabalho que se destacou no que se refere a tais categorias foi a tese "A igualdade sem mínimos: direitos

SUMÁRIO

sociais, dignidade e assistência social em um Estado Democrático de Direito – um estudo de caso sobre o benefício de prestação continuada no Supremo Tribunal Federal”, de 2011.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que se vive sob a égide de um Estado Democrático de Direito, no qual a defesa e a garantia dos direitos humanos perpassa, em grande parte das vezes, pela formalização legal, ou seja, insere-se diretamente na seara do direito, sobretudo se é considerada a visão liberal e hegemônica da constituição e o exercício de tais direitos, seria de se esperar que o tema dos direitos humanos figuraria com um dos centrais nas pesquisas de pós-graduação do curso.

Entretanto, a partir da análise realizada, verificou-se que cerca de 37% do total de trabalhos realizados no período pode ser classificado na categoria Direitos Humanos ou na Educação em Direitos Humanos, ou seja, menos da metade das pesquisas realizadas.

Os temas discutidos são diversos, tendo sido encontrados trabalhos relacionados à reforma agrária, aspectos teóricos da teoria do direito, cidadania de migrantes, entre outros.

Exceto a temática das mulheres, que, como foi verificada anteriormente, possui número expressivo de trabalhos, nota-se que a quantidade de trabalhos com investigações voltadas à grupos vulneráveis ainda é pequena. A título de exemplo, dentro do marco temporal estipulado como recorte desta análise, apenas dois trabalhos se propõem a discutir a questão LGBTQIA+: a dissertação “O princípio geral de inclusão como fundamento ontológico para a união entre pessoas do mesmo sexo: crítica ao acórdão do Supremo Tribunal

Federal”, de 2013, e a tese “O estatuto jurídico das relações homoafetivas uma aproximação à sua concretização normativa”, de 2014.

É certo que, como já exposto, o alcance da análise é limitado, considerando que possuímos apenas o que está contido no resumo para refletir sobre a proposta de pesquisa dos autores. Ainda assim reforça-se que não necessariamente há a necessidade de menção explícita da expressão “Direitos Humanos” ou “Educação em Direitos Humanos” para que seja possível identificar a temática e enquadrar os trabalhos dentro de uma dessas categorias. Tal constatação seria um indício de que, de fato, há uma quantidade de trabalhos aquém do esperado refletindo sobre Direitos Humanos, sobretudo quando se trata de um curso de direito.

É preciso, pois, reforçar que a academia e, portanto, as pesquisas desenvolvidas nesse ambiente, têm papel decisivo na construção e na garantia de direitos, uma vez que refletem acerca dos diferentes aspectos institucionais e sociais que possam criar obstáculos ou permitir o desenvolvimento de alternativas para a proteção de tais direitos. Dessa feita, as lutas e discursos contra-hegemônicos e críticos precisam se fortalecer também dentro do campo acadêmico.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Natália Medina. **Aprender para o futuro: memória e liberdade republicana no direito internacional dos direitos humanos**: um estudo do caso do Chile. 2011. 167 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

DIEHL, Diego Augusto. **A re-invenção dos direitos humanos pelos povos da América Latina**: para uma nova história decolonial desde a práxis de libertação dos movimentos sociais. 2015. 392 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

ESCRIVÃO FILHO, Antonio; SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. **Para um Debate Teórico-
Conceitual e Político sobre os Direitos Humanos**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.

FACIO, Alda; FRIES, Lorena. Feminismo, género y patriarcado. *Academia. Revista sobre
Enseñanza del Derecho* de Buenos Aires. Ano 3, número 6, 2005. p. 259-294.

OLIVEIRA, André Luiz Pereira de. **"Se você ficar com nossos filhos, eu te mato!"**:
violência doméstica e familiar contra a mulher e as disputas de guarda de filhos/as
em trâmite nas Varas de Família de Ceilândia/DF. 2015. 139 f. Dissertação (Mestrado em
Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

RUBIO, David Sánchez. **Encantos e desencantos dos direitos humanos**: de
emancipações, libertações e dominações. Uberlândia: Livraria do Advogado Editora, 2014.

SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de; SARAIVA, Regina Coelly Fernandes; CARNEIRO,
Rosamaria Giatti; CARNEIRO, Vanessa Alves. Direitos Humanos e Educação em Direitos
Humanos na Extensão da Universidade de Brasília. *In*: PINTO, João Batista Moreira (org.),
Direitos Humanos como Projeto de Sociedade: caracterização e desafios. vol. 1. Belo
Horizonte: Editora Instituto DH, 2018.

SOUSA, Nair Heloísa Bicalho de. Pós-Graduação e Educação em Direitos Humanos:
um desafio contemporâneo. **Relatório de Pesquisa CNPq**. Universidade de Brasília,
Brasília, 2022.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de; SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. *In*: SOUSA JUNIOR, José
Geraldo *et al.* **O Direito Achado na Rua**: introdução crítica à justiça de transição na
América Latina. v. 7. Brasília, DF: UnB, 2015. (O Direito Achado na Rua).

SUMÁRIO

19

*Nair Heloisa Bicalho de Sousa
Gleidison Antônio de Carvalho*

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA:

**A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA COMO
REFERÊNCIA DOS DIREITOS HUMANOS
NA REGIÃO CENTRO-OESTE**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-161-1.19

INTRODUÇÃO

A Universidade de Brasília (UnB) tem uma trajetória de protagonismo na área de direitos humanos. Foi fundada por Darcy Ribeiro para servir aos interesses do povo brasileiro, a favor das reformas de base e do desenvolvimento nacional, com base na excelência do conhecimento. Essa “universidade necessária” (1975) foi formada por docentes comprometidos com esses objetivos, que integraram o primeiro projeto de universidade brasileira.

Contudo, a UnB se tornou um alvo e foi vítima da repressão do regime autoritário civil-militar em 1964, ocasião em que foi invadida por forças policiais. No ano seguinte, a perseguição do regime aos professores engajados em partidos políticos de esquerda gerou uma decisão de demissão em massa por parte do corpo docente. Em 1968, a universidade foi novamente invadida, ocorrendo a prisão de estudantes e professores. Em 1977, uma nova invasão resultou, outra vez, na prisão de estudantes, que foram expulsos e, mais tarde, alguns se tornaram expressões importantes da representação política do DF e da Câmara Federal. Essas diversas repressões vivenciadas no campus contribuíram para fomentar junto à comunidade universitária uma postura de resistência ao regime autoritário e uma afirmação dos direitos humanos.

Em 1985, a UnB inicia um processo de redemocratização e discussão do seu Estatuto, que foi modificado em 1993, sendo aprovados os princípios de compromisso com a defesa dos direitos humanos, da paz, da democracia econômica, social, política e cultural e do meio ambiente. Em 1986, a proposta de “universidade tridimensional” (Buarque, 1985) alicerçou a criação do CEAM (Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares), com apoio dos primeiros Núcleos Temáticos existentes, entre eles o Núcleo de Estudos para a Paz e os Direitos Humanos (NEP), o primeiro a ser criado nas universidades brasileiras e que coordenou o I Colóquio sobre Direitos

SUMÁRIO

Humanos na América Latina, em parceria com a Fundação Danielle Mitterrand (France-Libertés) e o Conselho da Universidade para a Paz da ONU em Costa Rica.

O NEP se caracterizou por atividades de ensino, pesquisa e extensão de natureza interdisciplinar, agregando professores(as) de diferentes unidades acadêmicas da UnB, pesquisadores(as), estudantes de graduação e pós-graduação na temática dos direitos humanos e da educação em direitos humanos. O seu projeto central é constituído pelo Direito Achado na Rua, cuja atividade de formação envolveu diferentes temas do direito crítico (trabalho, reforma agrária, saúde, mulheres, justiça de transição, comunicação e informação, questão urbana entre outros), com publicações referentes a cada curso de ensino a distância. Por outro lado, o projeto da mediação de conflitos junto à comunidade escolar da rede pública de ensino do DF foi outra iniciativa promissora com a proposta da Mediação Social Transformadora, marcando também o trabalho desenvolvido na educação em direitos humanos.

Cabe lembrar que o CEAM foi se tornando, ao longo do tempo, uma referência dos direitos humanos da UnB com o surgimento de outros núcleos temáticos: Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM), Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), Estudos e Pesquisas para a Terceira Idade (NEPTI), Estudos da Infância e Juventude (NEIJ), Estudos sobre Violência e Segurança (NEVIS) e Estudos da Diversidade Sexual e de Gênero (NEDIG). Esse conjunto de núcleos configuram o eixo denominado Direitos Humanos do CEAM.

Entre 2008 e 2012, a UnB teve uma gestão democrática e participativa, pautada na proposta da “universidade emancipatória” (2012), que adotou a educação em direitos humanos como um guia para lidar com as violências do trote tradicional e as discriminações, especialmente, em relação a mulheres e a pessoas negras, além de promover Aulas de Inquietação, com o objetivo de mobilizar os calouros em uma perspectiva crítica. Esse momento de comemoração

SUMÁRIO

dos 50 anos da universidade colocou os direitos humanos como eixo central da refundação da UnB, com a criação da Ouvidoria e da Comissão Anísio Teixeira da Memória e da Verdade, que teve como missão organizar e produzir documentos referentes a professores(as) que foram perseguidos e a estudantes presos, mortos e desaparecidos que foram vítimas da repressão.

Houve também, nesse período, o fortalecimento da política de cotas raciais, de assistência estudantil (ampliação de bolsas), de extensão universitária e de pesquisa, além do aumento de vagas de inclusão social, da diversificação do ingresso por meio de ações afirmativas, da criação de dois campi nas cidades-satélites do Gama e Ceilândia e de um acordo com a comunidade universitária para promover uma convivência solidária entre professores(as), estudantes e técnicos(as) administrativos(as).

Essa política foi retomada em 2017, com uma nova gestão democrática e promotora dos direitos humanos, que teve várias iniciativas para consolidar essa proposta na UnB. Nesse mesmo ano, foi criado o Conselho de Direitos Humanos (Ato da Reitoria no. 1 114), de natureza propositiva e deliberativa, que elaborou a Política de Direitos Humanos da UnB. Em 2019, foi lançada a Política de Acessibilidade (Resolução do Conselho de Administração nº. 50/2019) como política transversal, consolidando-se com a criação da Diretoria da Acessibilidade (DACES), em 2020, para garantir condições de acesso, aprendizagem e participação para pessoas com deficiência.

Em 2021, foi constituída a Câmara de Direitos Humanos (Resolução nº. 0068/2021 do Conselho Universitário – Consuni), com representantes estudantis, sindicais e das unidades acadêmicas e institucionais que substituíram o Conselho de Direitos Humanos. Para implementar as deliberações da Câmara de DH, houve a reestruturação da Diretoria da Diversidade com as coordenações de mulheres, pessoas negras, indígenas e LGBTQIA+ na Secretaria de Direitos Humanos.

SUMÁRIO

Dentro dessa trajetória institucional da UnB, foi proposto, pelo NEP, o Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Cidadania (PPGDH) junto à Capes, o qual foi aprovado em 2012, dando início ao mestrado acadêmico vinculado ao CEAM.

PPGDH: UMA CONQUISTA ACADÊMICA QUE AMPLIOU OS HORIZONTES DOS DIREITOS HUMANOS NA UNB

A entrada do tema dos direitos humanos nas universidades públicas teve reforço em 2004, ocasião em que a Fundação Ford priorizou recursos para a pós-graduação nessa temática. A Fundação queria iniciar programas interdisciplinares em direitos humanos, porém a Capes concordou apenas com a criação de novos cursos na área do Direito. Nesse sentido, foram criadas linhas de pesquisa em direitos humanos na Universidade de São Paulo (USP), na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e na Universidade Federal do Pará (UFPA).

Nessa ocasião, além da disciplina em Direitos Humanos e Cidadania, ministrada pelo NEP e aberta todos os cursos de graduação, a UnB oferecia outras disciplinas no CEAM, vinculadas aos temas de gênero (mulheres) e outras que fluíam para essa temática. Na pós-graduação das ciências sociais e humanas, diversos temas vinculados às mulheres, movimentos sociais, direitos de crianças e adolescentes, direitos civis e trabalhistas, democracia e cidadania também dialogavam com a questão dos direitos humanos.

Em 2010, o NEP, motivado pelo lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos 3, com seis eixos temáticos³⁴, que ofereceram um novo patamar de proteção aos indivíduos e coletividades, e tendo como referência as orientações do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos para a educação superior e as deliberações do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos junto aos órgãos de fomento da pós-graduação, decidiu propor, à Capes, a criação de um curso de mestrado e doutorado em Direitos Humanos. Contudo, a resposta recebida foi no sentido de que primeiro deveria ser proposto o curso de mestrado acadêmico para, posteriormente, a partir da nota obtida na avaliação quadrienal, ser solicitado o doutorado.

Nesse sentido, a ideia de criar um programa com uma visão crítica dos problemas interdisciplinares no campo dos direitos humanos e de contar com o compromisso da UnB nessa direção foi ganhando força.

Em 2011, foi feita outra proposta de curso, restrita apenas ao Mestrado Acadêmico, e que foi aprovada no final do ano assim como as outras pós-graduações da Universidade Federal de Goiás (UFG), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), essa última obteve êxito na aprovação no início de 2012. No caso da UnB, o PPGDH foi aprovado na área do Direito e foi preciso um longo diálogo com a Capes para mostrar a natureza interdisciplinar do nosso programa, o qual foi, finalmente, reconhecido.

Nesse ano, foram iniciados os Mestrados nas 4 universidades federais, abrindo a oportunidade para uma nova área de

34

Esses eixos, importantes para garantir a promoção e defesa dos direitos humanos pelo Estado e sociedade civil, são: 1. Interação democrática entre Estado e sociedade civil; 2. Desenvolvimento e direitos humanos; 3. Universalizar direitos em um contexto de desigualdades; 4. Segurança pública, acesso à justiça e combate à violência; 5. Educação e cultura em direitos humanos; e 6. Direito à memória e à verdade.

conhecimento (DH) na Capes, e também para a formação de docentes, pesquisadores(as) e gestores(as) públicos qualificados(as) para o exercício dessas diferentes funções junto à sociedade e ao Estado.

A criação do PPGDH foi fruto de debates em torno dos direitos humanos. No artigo que elaborei com Márcia M. M. Kuyumjian, no livro da UFPB em 2014, foi apresentado o eixo dessa discussão. O programa nasceu em diálogo com a visão dialética humanista do Direito, proposta por Roberto Lyra Filho (1985), antigo professor da UnB, como um processo de libertação permanente, pautado na luta social, com direito e justiça entrelaçados e tendo como referência princípios constituídos por uma práxis social justa e um controle social democrático, cujo resultado se expressa na criação de normas de um modelo legítimo de organização social da liberdade, mediado pelos direitos humanos. Assim, ela concebe os direitos humanos como um vetor dialético do processo de conscientização histórica, constituindo-se em síntese jurídica e critério de avaliação das emergências de normatividades oriundas de novos direitos conquistados.

Essa vertente teórica, denominada O Direito Achado na Rua, passou para a coordenação do professor José Geraldo de Sousa Jr., fundador do NEP e também da Faculdade de Direito/UnB, que, desde 1986, com o falecimento do professor Lyra Filho, tem orientado, junto com outros(as) colegas, a formação de centenas de professores(as), pesquisadores(as), juízes(as) e gestores públicos nessa perspectiva crítica. Sua concepção de sujeitos coletivos de direitos, desenvolvida ao longo da sua carreira acadêmica, tem sido de grande valia, especialmente na práxis desenvolvida junto aos movimentos e redes sociais. A reflexão feita com Escrivão Filho (2016) sobre os direitos humanos se tornou uma referência para estudiosos(as) de diferentes áreas de conhecimento das ciências humanas e sociais.

Outro campo de diálogo do PPGDH é com Herrera Flores (2008, p. 13), que define direitos humanos como processos institucionais e sociais que possibilitam abrir e efetivar os espaços de luta

SUMÁRIO

pela dignidade humana. Nesse sentido, “direitos humanos seriam os resultados sempre provisórios das lutas sociais pela dignidade” (2008, p. 23-24). Sua proposta-chave é a reinvenção dos direitos humanos para evitar um processo de despolitização, reduzindo-os à instância jurídico-estatal, tendo como ponto de partida os direitos humanos como uma convenção cultural que introduz “uma tensão entre os direitos reconhecidos e as práticas sociais” em busca do reconhecimento de uma vida digna.

Para o autor, é de extrema importância a capacitação de pessoas, grupos e movimentos sociais, de modo que possam lutar, de forma plural e diversificada, com instrumentos capazes de garantir a conquista da dignidade, por meio de processos igualitários de acesso aos bens materiais e imateriais. Tendo alcançado a conquista dos últimos, torna-se mais viável garantir políticas públicas, normas jurídicas e um sistema econômico apto para incorporar as necessidades da dignidade.

Em sintonia com essa proposta, Sousa Jr. (2011) propõe pensar os direitos humanos como um projeto de sociedade dentro de “um programa que dá conteúdo ao protagonismo humanista, conquanto orienta projetos de vida e percursos emancipatórios que levam à formulação de projetos de sociedade para instaurar espaços recriados pelas lutas sociais pela dignidade”.

Com esse principal arcabouço teórico, foi elaborada a proposta de um Mestrado Acadêmico em Direitos Humanos e Cidadania, o qual, já consolidado em 2018, possibilitou a aprovação do doutorado pela Capes.

O objetivo geral do PPGDH está voltado para a formação qualificada de docentes, pesquisadores(as) e gestores(as) públicos para a promoção, defesa e efetivação dos direitos humanos e da cidadania, com a finalidade de atuar no ensino superior, na pesquisa avançada, na elaboração, no planejamento e na gestão de políticas

SUMÁRIO

públicas a partir de uma perspectiva interdisciplinar e histórico-crítica dos direitos humanos.

Os objetivos específicos envolvem o fomento à produção e à difusão de conhecimento a respeito da relação entre os direitos humanos e a cidadania; o estabelecimento de intercâmbios técnico-científicos com instituições de ensino e pesquisa nessa área de conhecimento e em áreas afins a nível internacional, nacional, regional e local; a contribuição para a consistência do conhecimento, da elaboração e da execução de propostas de políticas públicas em direitos humanos e cidadania, respondendo às demandas oriundas da sociedade civil e de instituições públicas, com destaque para a Região Centro-Oeste; o desenvolvimento, junto ao corpo discente, de um perfil de competências profissionais (técnicas e éticas), em suas diversas áreas de atuação, por meio de um processo gradativo de transferência de autonomia, no exercício das atividades relacionadas aos direitos humanos e à cidadania.

São integrantes também dos objetivos específicos do Programa, o implemento de estratégias de articulação entre diversos programas de pós-graduação e cursos de graduação no âmbito da Universidade de Brasília, visando à ampliação e melhoria da qualidade das produções científicas discentes e docentes, e a consolidação da Universidade de Brasília como um centro de referência para a formação, pesquisa e difusão de conhecimento no campo dos direitos humanos e da cidadania, atuando em parceria com outros centros e instituições e em interlocução com a sociedade civil.

Para alcançar os objetivos do PPGDH, o público-alvo é definido como os profissionais voltados para o exercício da docência e da pesquisa, com interesse na formação em direitos humanos e cidadania, em perspectiva interdisciplinar; profissionais vinculados à área de gestão de políticas públicas, interessados na abordagem interdisciplinar dos direitos humanos e cidadania; e membros da

SUMÁRIO

sociedade civil organizada comprometidos com a atuação nessa área e interessados no aprimoramento acadêmico.

O PPGDH foi fundado com a área de concentração Direitos Humanos e Cidadania e três linhas de pesquisa que, inicialmente, foram formuladas de modo mais sucinto³⁵, porém, com o início do doutorado, elas foram reformuladas e tem a seguinte descrição:

A linha de pesquisa 1, Educação em e para Direitos Humanos e Cidadania, está pautada no campo da educação em e para os direitos humanos, tendo em vista uma educação crítica voltada para a análise das políticas educacionais e de formação de educadores, considerando os processos de subjetivação, a interculturalidade e a diversidade cultural, os movimentos e as redes sociais, a inclusão social, a democracia e a cidadania.

Já a linha de pesquisa 2, Políticas Públicas, Movimentos Sociais, Diversidade Sexual e de Gênero, Raça e Etnia, reconhece a importância histórica das políticas públicas de direitos humanos para a garantia da cidadania e a construção de valores éticos balizadores a cultura democrática para uma efetiva inclusão social. Trata a questão da democracia participativa e representativa como elemento fundamental para garantir os direitos humanos, além do reconhecimento das identidades e diversidades de indivíduos e grupos sociais, além do papel dos movimentos sociais na conquista de direitos.

E a linha de pesquisa 3, Democracia, Constitucionalismo, Memória e História, está centrada na concepção de direitos humanos como uma construção histórica, implementada por meio de ações coletivas voltadas para a conquista da dignidade humana, por meio da luta cotidiana para garantir e criar novos direitos. O ponto de partida são os bens materiais e imateriais necessários à vida digna.

35

O PPGDH foi criado com a área de concentração em Direitos Humanos e Cidadania e as seguintes linhas de pesquisa; 1. Educação em direitos humanos e cultura de paz; 2. Direitos humanos, democracia, construção de identidades/diversidades e movimentos sociais; e 3. História, direitos humanos, políticas públicas e cidadania.

SUMÁRIO

Tabela 1 – Produção de dissertações do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos

Ano	f	Classificação geral	
		DH	EDH
2008	0	0	0
2009	0	0	0
2010	0	0	0
2011	0	0	0
2012	0	0	0
2013	0	0	0
2014	8	5	3
2015	14	13	1
Total	22	18	4

Fonte: Elaborado pelos autores com informações do Repositório de Dissertações da UnB.

Foram, assim, identificadas 22 dissertações, entre 2014 e 2015, com 18 sendo enquadradas na categoria Direitos Humanos e 4 na categoria de Educação em Direitos Humanos. Ao serem divididas por ano de publicação, foram registradas 8 dissertações em 2014 (5 em Direitos Humanos e 1 em Educação em Direitos Humanos) e 14 dissertações em 2015 (13 em Direitos Humanos e 1 em Educação em Direitos Humanos).

Tabela 2 – Produção de dissertações do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos CEAM/ UnB por categorias de Direitos Humanos

Ano	Categorias de Direitos Humanos					
	Civis	Políticos	Econômicos	Sociais	Culturais	Ambientais
2014	2	2	1	1	0	0
2015	4	4	1	2	3	0
Total	6	6	2	3	3	0

Fonte: Elaborado pelos autores com informações do Repositório de Dissertações da UnB.

Neste trabalho, foram contempladas as seguintes categorias de Direitos Humanos nas 18 dissertações apresentadas em 2014 e 2015:

- Direitos civis, de ir e vir, de migrar, de acesso à justiça, à defesa, entre outros estavam presentes em 06 dissertações (2 de 2014 e 4 de 2015);
- Direitos políticos, como direitos à manifestação, à organização política, ao voto, à livre expressão e outros, foram registrados em 6 dissertações (02 de 2014 e 04 de 2015);
- Direitos econômicos, tais como emprego, salário, condições de trabalho digno e 13º salário, apareceram em 2 trabalhos (1 de 2014 e 1 de 2015);
- Direitos sociais, como acesso à educação, saúde, trabalho, habitação e outros, foram registrados em 3 dissertações (1 de 2014 e 2 de 2015);
- Direitos culturais, a exemplo das lutas das comunidades quilombolas, dos povos indígenas, das mulheres, de pessoas LGBTQIA+, dos afrodescendentes e outros, estavam presentes em 3 dissertações (3 de 2015);
- Direitos ambientais, como proteção da natureza, água potável, desenvolvimento sustentável, educação ambiental, direito ao meio ambiente saudável, sociobiodiversidade e outros, não foram contemplados nas dissertações analisadas.

Quanto ao referencial teórico das dissertações, foram observados, nos 22 resumos do quesito Direitos Humanos, que os(as) autores(as) se basearam principalmente em Joaquin Herrera Flores, Boaventura de Sousa Santos, Escrivão Filho e José Geraldo de Sousa Jr. Na área da Educação em Direitos Humanos, as escolhas autorais recaíram com maior recorrência em Abraham Magendzo, Vera F. Candau e Paulo C. Carbonari.

Foram também analisadas, neste trabalho, as subcategorias de grupos vulneráveis definidas na pesquisa. Os resultados mostraram que as dissertações abordaram as coletividades abaixo, em ordem de incidência: mulheres (3); presos (3); moradia (3); afrodescendentes (2); pessoas com deficiência (2); trabalhadores pobres (2); crianças e adolescentes (1); idosos (1); LGBTQIA+ (1); comunidades tradicionais (1); povos indígenas (1); migrantes (1); e outras (3).

Essa listagem demonstra que houve maior destaque para a questão de moradia, dos presidiários e das mulheres, ou seja, grupos vulneráveis cujas condições de vida estão mais expostas às violências, seja no âmbito familiar (mulheres), no espaço dos atores da segurança e justiça (presidiários) ou na população de rua, que está em permanente controle e repressão por parte das forças da segurança pública. Em segundo plano, situam-se os trabalhadores pobres, as pessoas com deficiência e as crianças e adolescentes, sendo que cada coletividade tem diferenças e especificidades em relação à promoção, defesa e reparação de direitos.

As dissertações tratam de diferentes temas da esfera dos direitos humanos. Em 2014, foram 8 dissertações defendidas e, em 2015, o número aumentou para 14, compondo um total de 22 produções acadêmicas. Desse conjunto, o destaque recaiu sobre direitos humanos e mediação de conflitos, temas importantes para abrir um debate sobre os diferentes recortes de DH analisados nas pesquisas e sobre o reconhecimento da mediação de conflitos como algo de grande interesse para guiar a escolha dos(as) pós-graduandos(as). Em segundo lugar, foram registrados os temas da educação em direitos humanos, religião e saúde. Na terceira colocação, com 1 dissertação cada, foram registrados os temas vinculados à questão da justiça, segurança (polícia), cidade, história, tráfico de pessoas, além dos grupos vulneráveis composto por mulheres, pessoas LGBTQIA+, povos indígenas, idosos e ciganos.

SUMÁRIO

Esse cenário temático das primeiras dissertações defendidas no PPGDH ilustra o amplo horizonte dos interesses de pesquisa dos(as) pós-graduandos(as), demonstrando uma abertura para tratar de questões relevantes para os direitos humanos e para a sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do PPGDH se assemelha a das demais pós-graduações em direitos humanos, no sentido de se voltar para a formação de docentes, pesquisadores(as) e gestores(as) públicos, tendo em vista a excelência acadêmica, valorizando a articulação entre programas voltados para o mesmo fim e mantendo um diálogo permanente com os movimentos e as organizações sociais e grupos vulneráveis.

O fortalecimento da interdisciplinaridade na abordagem de temas contemporâneos, a presença de professores visitantes com questões desafiadoras para o debate com os docentes e discentes, as práticas pedagógicas democráticas, a demanda crescente de candidatos(as) e as parcerias locais, nacionais e internacionais possibilitaram, ao PPGDH, elevar sua avaliação de nota 3 quando foi criado em 2012, para a nota 4 em 2018, e alcançar a nota 5 em 2022, dentro de um período de dez anos. Ou seja, em cada avaliação o programa teve elevação de nota, o que revela sua capacidade em demonstrar qualidade e inovação, sendo a primeira pós-graduação da UnB a adotar cotas para a admissão de estudantes.

Esse compromisso de excelência na formação acadêmica foi combinado com a presença de uma perspectiva crítica adotada nas disciplinas e nos seminários realizados, ganhando relevância e se tornando referência na UnB e na Região Centro-Oeste. Além disso, foi praticado o fortalecimento da política de cotas, permitindo, assim,

ampliar a diversidade dos discentes (pessoas negras, indígenas, trans e com deficiência) integrantes de diferentes classes sociais.

Tendo em vista a complexidade dos problemas contemporâneos, o PPGDH cultivou o diálogo entre diferentes campos do saber, de modo que as três linhas de pesquisa pudessem ganhar consistência e inovação na interdisciplinaridade. As dissertações defendidas em 2014 e 2015 expressam a multidisciplinaridade na abordagem dos direitos humanos analisados em diferentes contextos e perspectivas. A interdisciplinaridade foi acompanhada de postura teórica e metodológica receptiva à proposta do objeto de estudo, de modo a permitir questionamento e reflexão.

Por outro lado, o compromisso com uma sociedade democrática, inclusiva, participativa e cidadã por parte dos docentes e estudantes, permitiu uma crítica dura em relação ao neoliberalismo e suas nefastas consequências para a sociedade, especialmente no que se refere aos marcadores sociais de gênero, raça/etnia e classe social. A responsabilidade ética e social foi um guia importante da comunidade acadêmica do PPGDH, o que possibilitou as conquistas alcançadas na sua trajetória institucional.

REFERÊNCIAS

BUARQUE, Cristovam. **A universidade tridimensional**. Brasília: UnB, 1985.

CAPES. APCN. Proposta do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos. CEAM / UnB, 2011.

ESCRIVÃO FILHO, Antônio; SOUSA JUNIOR, José Geraldo. **Para um debate teórico-conceitual e político sobre os direitos humanos**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016.

HERRERA FLORES, Joaquin. **La reinvencción de los derechos humanos**. Andaluzia: Atrapasueños, 2008.

LYRA FILHO, Roberto. **O que é direito?** São Paulo: Brasiliense, 1985

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo. Movimento social – Emergência de novos sujeitos: o sujeito coletivo de direitos. *In*: XIII Conferência Nacional da OAB: OAB, Sociedade e Estado. Belo Horizonte. **Anais** [...]. Brasília: Conselho Federal da OAB, 1991.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo. **O Direito como liberdade**: O Direito Achado na Rua. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 2011.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo (org.). **Da universidade necessária à universidade emancipatória**. Brasília: UnB, 2012.

SOUSA, Nair H. Bicalho; KUYUMJIAN, Márcia de Melo Martins. Direitos humanos e cidadania: uma proposta interdisciplinar da Universidade de Brasília. *In*: TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. **A formação em direitos humanos na educação superior no Brasil**: trajetórias, desafios e perspectivas. João Pessoa: UFPB, 2014.

ZARDO, Sinara Pollom; SOUSA, Nair H. Bicalho. Pós-graduação interdisciplinar: experiências da área de direitos humanos. *In*: GUIMARÃES-IOSIF, Ranilce; ZARDO, Sinara Pollom; SANTOS, Aline Veiga dos. **Educação superior**: conjunturas, políticas e perspectivas. Brasília: Unesco, 2015.

SUMÁRIO

20

*Sinara Pollom Zardo
Claudete Cardoso da Costa*

**PRODUÇÃO ACADÊMICA EM DIREITOS
HUMANOS E EDUCAÇÃO EM DIREITOS
HUMANOS NOS CURSOS DE MESTRADO
E DOUTORADO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO/UNB**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-161-1.20

INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta a análise da produção acadêmica sobre direitos humanos e educação em direitos humanos nos cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Brasília (PPGE/UnB), no período de 2008 a 2015. O *corpus* da pesquisa foi constituído a partir dos dados obtidos no projeto Pós-graduação e Educação em Direitos Humanos: um desafio contemporâneo, coordenado pela Profa. Dra. Nair Heloisa Bicalho de Sousa, com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq).

Inicialmente, apresentaremos as definições conceituais que orientarão a análise e a interpretação das pesquisas identificadas. Compreendemos direitos humanos como o resultado, sempre provisorio, de lutas sociais e coletivas que objetivam a construção de espaços sociais, econômicos, políticos e jurídicos que permitam o empoderamento de todas e todos para poder lutar de forma plural e diferenciada por uma vida digna de ser vivida (Herrera Flores, 2009).

Associamo-nos, ainda, à definição de educação em direitos humanos contida na Resolução n.º 2, de 30 de maio de 2012, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Conforme seu art. 2º:

A educação em direitos humanos, um dos eixos fundamentais do direito à educação, refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos direitos humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas (Brasil, 2018, p. 44).

Nessa perspectiva, Candau e Sacavino (2010) evidenciam os elementos constituintes da educação em direitos humanos: a visão integral dos direitos, a educação para o “nunca mais”, a formação

de sujeitos de direito (Carbonari, 2007) e, por fim, a educação como promotora do empoderamento individual e coletivo, especialmente dos grupos sociais discriminados.

Portanto, a análise da produção do conhecimento no campo da Educação sobre direitos humanos e educação em direitos humanos sinalizará em quais perspectivas e dimensões tais temas têm sido tratados nas pesquisas dessa área. Tal ação também oferecerá diretrizes para reorientar processos formativos consistentes que conduzirão para a transformação de concepções e práticas que efetivamente garantam e promovam a dignidade humana.

No que se refere à abordagem metodológica, associamo-nos à metapesquisa, definida por Mainardes (2018, p. 304) como “pesquisa sobre pesquisas”, utilizada para análise sistemática das pesquisas já realizadas em um determinado campo ou temática. A metapesquisa auxilia a “identificar características, tendências, fragilidades e obstáculos para o desenvolvimento de um campo ou temática de pesquisa” (*ibid*, p. 306). Para Tello e Mainardes (2015, p. 169), a metapesquisa:

- a) permite a ampliação do conhecimento produzido no campo; b) ajuda na reflexão sobre as possibilidades dos critérios de cientificidade e de vigilância epistemológica e; c) contribui para intensificar o intercâmbio de informação e críticas sobre a produção do conhecimento do campo.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa foi realizada em três etapas: na primeira, foram mapeadas as teses e dissertações publicadas pelo PPGE/UnB no período de 2008 a 2015; na segunda, foram identificadas as teses e dissertações vinculadas às temáticas direitos humanos e educação em direitos humanos; na terceira etapa, foram analisados os resumos das produções acadêmicas, a fim de identificar as perspectivas e tendências.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa documental, e por isso corroboramos com Flick (2004) quando ele orienta que, ao analisar um documento, é importante entender quem o produziu, qual é a sua

SUMÁRIO

finalidade, para quem foi construído, qual a intencionalidade de sua elaboração. Por essa via, pretendemos compreender a constituição da pesquisa acadêmica na área da Educação sobre direitos humanos e educação em direitos humanos, no âmbito da pós-graduação, nos cursos de mestrado e doutorado.

O presente capítulo apresenta, inicialmente, uma breve contextualização da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília e do Programa de Pós-graduação em Educação, descrevendo seu histórico, linhas de pesquisa, corpo docente, dentre outros aspectos. Em seguida, será apresentado o mapeamento das teses e dissertações vinculadas aos direitos humanos e à educação em direitos humanos e as tendências e perspectivas no tratamento de tais temáticas. Estimamos contribuir para desvelar os avanços, desafios e horizontes das pesquisas em Educação, considerando a potencialidade dessa área do conhecimento para a garantia, proteção e promoção dos direitos humanos.

O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Em 1961, foi sancionada a Lei nº. 3.998, de 15 de dezembro, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, em um contexto de efervescência em termos econômicos, políticos, culturais e intelectuais no Brasil. Um país que se queria moderno e desenvolvido economicamente demandava de uma universidade nova em sua capital.

Bomeny (2016) registra a liderança do antropólogo Darcy Ribeiro na criação da Universidade de Brasília e sua atuação incisiva para tirar o Brasil do atraso, da imobilidade e da subalternidade.

Para Rocha e Villar (2018, p. 30), “a Universidade de Brasília também foi pensada como uma instituição integradora da economia, da ciência e da cultura nacionais, assim como uma universidade capaz de catapultar o desenvolvimento econômico-social brasileiro”.

Importante também destacar a importância de Anísio Teixeira no projeto de construção e concepção da Universidade de Brasília. Em entrevista concedida à Secretaria de Comunicação da UnB em 2017, o biógrafo de Anísio Teixeira, professor João Augusto de Lima Rocha (UFBA), evidenciou:

A intelectualidade de Anísio e o seu amor à educação faziam com que ele se mantivesse sempre à disposição para apresentar soluções inovadoras aos assuntos relacionados à educação. Ele era um visionário e um apaixonado. Planejava as coisas a longo prazo, sempre. A UnB é o maior projeto da intelectualidade brasileira (Rocha, 2017, n.p.).

A Faculdade de Educação tem uma importância histórica para a UnB já que a cerimônia de inauguração da Universidade foi realizada no atual prédio da FE, em 9 de abril de 1962, assim como, em suas dependências, funcionaram os primeiros cursos de graduação e a reitoria.

A FE passou a funcionar de fato a partir do Ato da Reitoria nº. 163, de 12 de abril de 1966, quatro anos após a inauguração, no contexto da ditadura. Entre 1962 e 1966, a UnB foi invadida duas vezes por tropas militares, em 1964 e 1965, sendo que a última invasão levou ao pedido de demissão coletiva de 223 docentes, conforme Salmeron (2007) registra em sua obra “A universidade interrompida: Brasília 1964-1965”, publicada pela Editora da UnB.

O Plano de Criação da Faculdade de Educação (1967) foi composto pela Escola de Educação, que se destinava à formação do docente de nível médio, ofertava o curso de Pedagogia, a formação pedagógica para as licenciaturas e os cursos de pós-graduação em

SUMÁRIO

Educação; e a Escola Normal Superior, que se dedicava à formação universitária do professor que atuaria na educação e nas quatro primeiras séries do atual ensino fundamental. Importante destacar que o curso de Pedagogia iniciou suas atividades em 1966, sendo reconhecido em 1971 (cf. Rocha; Villar, 2018). Para os autores:

A Faculdade de Educação foi concebida para se estabelecer no coração da Universidade de Brasília porque se constituiria como o órgão responsável por irradiar para toda a universidade, Estado e sociedade as pesquisas relativas ao sistema educacional brasileiro; a unidade acadêmica com a atribuição de produzir materiais didáticos em todas as áreas do conhecimento; a faculdade com a responsabilidade de promover a orientação educacional de todos os estudantes da Instituição; e a unidade que efetivaria a guarda de todo o acervo educacional do país (idem, p. 42).

O Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da UnB foi criado em 1974, inicialmente com a oferta do curso de mestrado acadêmico, e em 2004 foi criado o curso de doutorado. Nas palavras de Silva e Silva (2018, p. 271), o Programa de Pós-graduação em Educação *stricto sensu* é “destinado à formação de pesquisadores em educação, sendo uma referência no desenvolvimento da pesquisa científica na Região Centro-Oeste”. Segundo informações disponíveis no site institucional do Programa:

O curso de Mestrado Acadêmico objetiva promover a competência acadêmica de graduados, contribuindo para o aperfeiçoamento de docentes e para a formação inicial de pesquisadores no campo educacional. O curso de Doutorado objetiva a formação e o aprimoramento, em alto nível, de profissionais comprometidos com o avanço do conhecimento na área da Educação, para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e o exercício do magistério no nível superior (Universidade de Brasília, [s.d.]).

Importante destacar o compromisso do PPGE/UnB com o avanço na pesquisa na área da Educação e na formação de

SUMÁRIO

profissionais da educação superior, da rede pública e da rede privada da educação básica, bem como de profissionais que atuam em diferentes órgãos governamentais na esfera federal, estadual e distrital.

O Planejamento Estratégico do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Brasília apresenta os seguintes objetivos como orientadores do PPGE/UnB:

- i) Contribuir para a formação inicial e continuada de professores/as para a educação básica e superior, pública e privada;
- ii) Formar e aperfeiçoar professores/as-pesquisadores/as de excelência e em alto nível, comprometidos com o avanço do conhecimento na área de Educação, abrangendo atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- iii) Formar o/a pesquisador/a em Educação;
- iv) Atrair pesquisadores/as, gestores/as, técnicos/as e artistas assegurando-lhes condições para invenção, criação e ampliação do conhecimento científico e sua aplicação social a serviço do bem comum;
- v) Formar, em uma perspectiva interdisciplinar, docentes, pesquisadores/as e profissionais capazes de pensar ações, estratégias, programas e políticas para as universidades;
- vi) Desenvolver núcleos de pesquisa sobre temas relacionados à educação, articulados de forma interinstitucional, visando incrementar a produção científica, tecnológica, cultural, artística e comprometendo-se com sua ampla comunicação;
- vii) Articular o ensino de graduação com a produção de conhecimento, promovendo ainda atividades de pesquisa vinculadas a atividades de extensão universitária e formação docente para a educação superior;
- viii) Discutir, por meio de diferentes eixos temáticos e perspectivas epistemológicas, os impactos da articulação entre a área da Educação, os usos das Tecnologias e a Comunicação;
- ix) Produzir pesquisas acadêmico-científicas que contribuam para a compreensão da sociedade civil e do Estado brasileiro sobre as problemáticas socioambientais e educacionais, bem como possam também indicar ações didático-pedagógicas que auxiliem na busca de soluções à tais questões (Universidade de Brasília, no prelo).

SUMÁRIO

O PPGE/UnB tem como missão contribuir para a qualificação de professores(as) e pesquisadores(as) no campo da educação em prol do desenvolvimento de ações e pesquisas para o avanço humanístico, científico, cultural, social, educacional e tecnológico do país de forma crítica e reflexiva, considerando a articulação entre a Educação, as Tecnologias e a Comunicação no contexto contemporâneo. Nesse sentido, são princípios da proposta pedagógica do Programa a inclusão, a diversidade, a democracia, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais, o pluralismo político ideológico, os direitos humanos e a sustentabilidade socioambiental.

O PPGE/UnB constitui-se a partir de uma única área de concentração, Educação, e sete linhas de pesquisa: Educação Ambiental e Educação do Campo (EAEC); Educação Matemática (EDUMAT); Educação, Tecnologias e Comunicação (ETEC); Escola, Aprendizagem, Ação Pedagógica e Subjetividade na Educação (EAPS); Estudos Comparados em Educação (ECOE); Políticas Públicas e Gestão da Educação (POGE); e Profissão Docente, Currículo e Avaliação (PDCA).

O corpo docente do PPGE é composto por 43 docentes, sendo 39 docentes permanentes, 1 professor visitante e 3 professores colaboradores. Todos os docentes têm titulação de doutorado, majoritariamente titulados em programas de pós-graduação em Educação, Psicologia e Sociologia, seguidos por áreas relacionadas diretamente ao campo educacional, como Planejamento e Avaliação, tópicos específicos em Educação, Tecnologia Educacional, e ainda áreas afins, como Filosofia, Geografia, Economia, Química e Educação Matemática (Plano Estratégico PPGE/UnB, 2023). Importante destacar que 97,5% dos docentes permanentes do programa atuam na graduação.

No último quadriênio do recorte temporal utilizado como referência para a pesquisa (2008 a 2015), o Programa de Pós-graduação em Educação foi avaliado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) com nota 5. A seguir, apresentaremos o mapeamento das pesquisas.

SUMÁRIO

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO PPGE/UNB

A base de dados utilizada para a realização do mapeamento das teses e dissertações defendidas no PPGE/UnB que versavam sobre direitos humanos e educação em direitos humanos, de 2008 a 2015, foi o Repositório Institucional da UnB (RIUnB³⁶), que é um sistema de informação mantido pela Biblioteca Central.

Na primeira etapa da pesquisa, foram identificadas 670 produções acadêmicas (501 dissertações e 169 teses) que tratavam sobre DH e EDH. Foram consideradas produções dos Programas de Pós-graduação das seguintes áreas: Antropologia (ICS/PPGDAN), Ciência Política (IPOL/PPGCP), Comunicação (FAC/PPGCOM), Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (CEAM/PPGDSCI), Direito (FD/PPGD), Direitos Humanos e Cidadania (CEAM/PPGDH), Educação (FE/PPGE), Filosofia (ICH/PPG-FIL), Geografia (ICH/PPGEA), História (ICH/PPGHIS), Processos Psicológicos Básicos (IP/PPB – PG-CdC), Psicologia Escolar e do Desenvolvimento (IP/PED – PGPDE), Serviço Social (ICH/PPGPS) e Sociologia (ICS/PPGSOL).

A segunda etapa da pesquisa consistiu na classificação das produções, identificando a vinculação com as temáticas de direitos humanos e educação em direitos humanos: do total de 670 teses e dissertações, 642 trataram de temas correlatos aos DH e 28 ao tema EDH.

O Programa de Pós-graduação em Educação da UnB destacou-se entre os demais programas com a identificação de 120

36

O site do Repositório Institucional da UnB pode ser acessado por meio do link: <https://bce.unb.br/servicos/bibliotecas-digitais/repositorio/> e o último acesso das autoras do artigo foi no dia 26 set. 2023.

produções, sendo 90 dissertações de mestrado e 30 teses de doutorado. A seguir, apresentamos, na Tabela 1, a classificação das dissertações de mestrado quanto aos temas DH e EDH.

Tabela 1 – Classificação temática das dissertações de mestrado do PPGE por ano

Ano	DH	EDH	Total
2008	4	1	5
2009	2	3	5
2010	11	1	12
2011	16	0	16
2012	9	0	9
2013	17	0	17
2014	11	2	13
2015	13	0	13
Total: 90			

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Os dados evidenciam, a partir de 2010, o aumento de dissertações de mestrado defendidas e aprovadas no PPGE/UnB que contemplam temas relacionados aos direitos humanos. Notamos que 2013 e 2011 são os anos que se destacam em termos de produção acadêmica sobre DH no PPGE/UnB, com 17 e 16 dissertações, respectivamente.

Importante referenciar que nesse período havia um intenso debate sobre direitos humanos no Brasil, por ocasião da promulgação do Decreto nº. 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e dá outras providências. Segundo Bombarda (2016), os debates permearam, especialmente, temas como o aborto, a regulamentação da imprensa, a mediação de conflitos, a união estável de pessoas do mesmo sexo,

o uso de símbolos religiosos em locais públicos e a apuração das violações aos direitos humanos cometidas durante o regime militar.

A Tabela 2 apresenta o panorama da classificação das teses de doutorado publicadas no âmbito do PPGE/UnB.

Tabela 2 – Classificação temática das teses de doutorado do PPGE por ano

Ano	DH	EDH	Total
2008	0	0	0
2009	3	0	3
2010	2	0	2
2011	2	0	2
2012	5	4	9
2013	6	2	8
2014	0	2	2
2015	3	1	4
Total: 30			

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

De forma semelhante às dissertações, as teses de doutorado do PPGE/UnB também enfatizam, de maneira mais significativa, as questões relacionadas aos direitos humanos, embora a expressão da educação em direitos humanos nas produções de 2008 a 2015 ainda seja tímida.

A análise dos resumos das dissertações e teses foi realizada com apoio do *software* Iramuteq. Essa ferramenta viabilizou identificar informações textuais relevantes, que direcionaram a organização de subcategorias de análise. Dentre as dissertações e teses defendidas no período de 2008 a 2015, predominaram pesquisas que trataram sobre os direitos sociais (66), seguidas de direitos culturais (19) e direitos ambientais (7).

Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, (1988):

Art. 6º – São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Brasil, 1988, n.p.).

A área de concentração do PPGE/UnB é considerada um direito social. Nesse sentido, destacaram-se pesquisas que trataram sobre o direito à educação, políticas públicas educacionais, políticas e ações afirmativas para os grupos de diversidade, políticas educacionais e modalidades de ensino (nos termos da LDB), políticas de formação docente, organização dos sistemas de ensino e gestão escolar e financiamento da educação. Embora o PPGE/UnB tenha uma linha de pesquisa específica sobre políticas educacionais, Políticas Públicas e Gestão da Educação (POGE), observamos que esse tema transversaliza as demais linhas de pesquisa, constituindo-se um dos eixos estruturantes das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa.

Os direitos culturais, por sua vez, já foram previstos no art. 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948: “Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios” (Organização das Nações Unidas, 1948, n.p.). Podemos afirmar que os direitos culturais são relativos às artes, à memória coletiva, aos saberes dos diferentes povos, à análise dos processos históricos e sociais que possibilitam a interferência ativa no presente, com vistas à proteção e promoção da dignidade humana. Temas correlatos aos aspectos históricos da Educação e da Pedagogia, à relação entre cultura e educação, à valorização dos saberes dos diferentes povos e às consequências do capitalismo e do neoliberalismo nos processos culturais, educacionais e nas infâncias caracterizam as dissertações e teses que compõem esse agrupamento.

No que tange às produções alinhadas aos direitos ambientais, cabe destacar a prevalência de estudos e pesquisas realizadas no âmbito da linha de pesquisa Educação ambiental e Educação do campo (EAEC). A análise dos resumos permitiu identificar a prevalência das seguintes temáticas: Educação ambiental e cultura emancipatória, Agenda 21, Educação do campo e políticas públicas, Movimentos Sociais, Ecopedagogia, Pedagogia da Terra, Educação ambiental e Formação de professores.

No que se refere aos grupos de diversidade contemplados nas teses e dissertações do PPGE que tratam sobre DH e EDH, destacam-se: pessoas com deficiência, pessoas negras, comunidades tradicionais, mulheres, indígenas, crianças e adolescentes e população LGBTQIA+.

Podemos inferir que esse panorama se justifica pela ampliação da concepção de inclusão referenciados na formulação de distintas políticas públicas e programas educacionais, assim como pela positivação do direito à educação para todos em normativas que regulamentam a organização dos sistemas de ensino e do currículo.

Importante ressaltar que a abordagem qualitativa predomina nas pesquisas que compuseram o *corpus*, destacando-se investigações científicas do tipo estudo de caso, pesquisa participante, revisão de literatura e estudos comparados. Entre os instrumentos para geração de dados, foi evidenciado o uso de entrevistas semiestruturadas, observações participantes, diário de campo, grupo focal, grupos de discussão e entrevistas narrativas e autobiográficas.

Por fim, evidenciamos as linhas gerais de ação estabelecidas no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2018), que recomendam o incentivo a pesquisas, no âmbito da pós-graduação, que contemplem os direitos humanos e a educação em direitos humanos na perspectiva transversal e interdisciplinar, a fim de contribuir para a consolidação de uma cultura de direitos humanos e de respeito à dignidade humana nos diferentes contextos sociais.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Orientadas pelo objetivo de mapear e analisar a produção acadêmica sobre direitos humanos e educação em direitos humanos nos cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Brasília (PPGE/UnB), no período de 2008 a 2015, observamos a crescente transversalidade dos direitos humanos nas teses e dissertações, além da necessidade de ampliar a inserção da educação em direitos humanos enquanto processo de formação de sujeitos de direito.

Evidenciamos também que as pesquisas mapeadas tratam, especialmente, sobre os direitos sociais, culturais e ambientais. Os direitos sociais contemplam temáticas relacionadas ao direito à educação, às políticas públicas educacionais – incluindo políticas de formação docente – e às políticas para a organização dos sistemas de ensino, gestão escolar e financiamento da educação.

Temas correlatos aos aspectos históricos da Educação e da Pedagogia, à relação entre cultura e educação, à valorização dos saberes de diferentes povos, e às consequências do capitalismo e do neoliberalismo nos processos educacionais e nas infâncias caracterizam as pesquisas classificadas no agrupamento de direitos culturais.

Os direitos ambientais estão expressos em teses e dissertações que tratam sobre Educação ambiental, Agenda 21, Educação do campo, Ecopedagogia, Pedagogia da Terra e Formação de professores.

Pessoas com deficiência, pessoas negras, comunidades tradicionais, mulheres, indígenas, crianças e adolescentes e população LGBTQIA+ constituem os grupos de diversidade mais presentes nas pesquisas em Educação selecionadas para este estudo.

Tendo em vista os princípios e os objetivos que deram origem à Universidade de Brasília e à Faculdade de Educação, propostas por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, reiteramos a importância de fortalecer as pesquisas sobre direitos humanos e educação em direitos humanos no PPGE/UnB e de expandir a divulgação dos resultados obtidos com o sistema de ensino e a comunidade do Distrito Federal, formando uma rede de promoção e proteção de direitos, assegurando o exercício da cidadania e a dignidade humana.

REFERÊNCIAS

BOMBARDA, Alex Ricardo. A polêmica do PNDH-3 e a proposta de mediação de conflitos. **Revista Sinais**, Vitória, n. 20, p. 47-65, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/13650/10327>. Acesso em: 1 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3998-15-dezembro-1961-376850-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 17 set. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 1 set. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009**. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm. Acesso em: 1 out. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, DF: Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DiretrizesNacionaisEDH.pdf>. Acesso em: 1 out. 2023.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRAMAOPNEDH.pdf>. Acesso em: 1 out. 2023.

BOMENY, Helena. Universidade de Brasília: filha da utopia de reparação. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. spe., p. 1003-1028, nov./2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/V839qMfXzq8gMNBTPqHSfr/?lang=pt>. Acesso em: mar. 2023.

CANDAU, Vera Maria Ferrão; SACAVINO, Susana Beatriz. Educação em direitos humanos: concepções e metodologias. In: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; DIAS, Adelaide Alves (org.). **Direitos humanos na educação superior: subsídios para a educação em direitos humanos na Pedagogia**. João Pessoa: UFPB, 2010. Disponível em: <https://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2015/11/2010.D.H-NA-EDUCA%C3%87%C3%83O-SUPERIOR.-PEDAGOGIA.pdf>. Acesso em: 1 out. 2023.

CARBONARI, Paulo. Sujeito de direitos humanos: questões abertas e em construção. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy *et. al.* **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

HERRERA FLORES, Joaquín. **A (re)invenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009. Disponível em: https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2017/05/A-reinven%C3%A7%C3%A3o-dos-DH_-Herrera-Flores.pdf. Acesso em: 1 out. 2023.

MAINARDES, Jefferson. Metapesquisa no campo da política educacional: elementos conceituais e metodológicos. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 72, p. 303-319, nov/dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/L4GSjqQfPYz4whXWwHYmYgv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 set. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Unicef, [s.d.]. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 1 out. 2023.

ROCHA, Maria Zélia Borba; Villar, José Luiz. Faculdade de Educação, célula *mater* da Universidade de Brasília. In: BORGES, Livia Freitas Fonseca; Villar, José Luiz; WELLER, Vivian. **FE 50 anos - 1966-2016: memória e registros da história da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018.

SUMÁRIO

SALMERON, Roberto A. **A universidade interrompida**: Brasília 1964-1965. 2. Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007. Disponível em: https://ditaduraesistemasdejustica.files.wordpress.com/2014/05/salmeron_a-universidade-interrompida.pdf. Acesso em 1 out. 2023.

SILVA, Maria Abádia da; SILVA, Kátia Augusta C. P. Cordeiro da. Programa de Pós-Graduação em Educação: formação, pesquisa e produção do conhecimento. In: BORGES, Livia Freitas Fonseca; Villar, José Luiz; WELLER, Wivian. **FE 50 anos – 1966-2016**: memória e registros da história da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018.

ROCHA, João Augusto de Lima. Biógrafo de Anísio Teixeira fala sobre a relação entre o fundador e a trajetória da Universidade. [Entrevista cedida a] Jorge Gil. **UnB Notícias**, Brasília, 20 abr. 2017. Disponível em: <https://www.noticias.unb.br/76-institucional/1429-biografo-de-anisio-teixeira-fala-sobre-a-relacao-entre-o-fundador-e-a-trajetoria-da-universidade>. Acesso em: 17 set. 2023.

TRALDI, Lady Lina. **Relatório de atividades da Faculdade de Educação: primeiro semestre de 1967**. Brasília: UnB, 1967. Mimeografado.

TELLO, César; MAINARDES, Jefferson. Revisitando o enfoque das epistemologias da política educacional. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 153-178, jan. 2015. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/7149>. Acesso em: 17 set. 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Faculdade de Educação. **Sobre o Programa de Pós-graduação Acadêmico**. Universidade de Brasília, Brasília, [s.d.]. Disponível em: <https://fe.unb.br/index.php/sobre-o-programa-ppge>. Acesso em: 17 set. 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Planejamento Estratégico do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília – UnB**: Quadriênio 2021-2024. Brasília, DF: UnB, 2023. No prelo.

SUMÁRIO

21

Luciana Lombas Belmonte Amaral

**O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE
BRASÍLIA E A PRODUÇÃO ACADÊMICA
SOBRE TEMÁTICAS DE DIREITOS
HUMANOS E EDUCAÇÃO EM DIREITOS
HUMANOS (2008-2015)**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-161-1.21

INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem como objetivo apresentar a análise quantitativa e qualitativa dos dados levantados pela pesquisa de mapeamento “Pós-graduação e Educação em Direitos Humanos: um desafio contemporâneo” (2022) no tocante à produção acadêmica do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGSOL) da Universidade de Brasília (UnB) sobre temáticas de direitos humanos e educação em direitos humanos no período de 2008 a 2015.

Em primeiro momento, será realizada uma breve contextualização histórica do Departamento de Sociologia da UnB e de seu respectivo Programa de Pós-graduação, de maneira a sublinhar o panorama político e os anseios coletivos que marcaram a sua criação, sua relevância à comunidade acadêmica nacional, bem como a estrutura formal atual, considerando o número de docentes vinculados, as áreas de concentração e as linhas de pesquisa.

A segunda parte consiste na apresentação do objetivo da pesquisa de mapeamento, do método e das técnicas metodológicas empreendidas, dos dados primários coletados e dos principais resultados da investigação quanto às quatorze unidades acadêmicas analisadas no âmbito da UnB. Após a descrição do quadro geral, destacar-se-á especificamente a produção dos trabalhos articulados aos temas de direitos humanos e educação em direitos humanos da pós-graduação do Departamento da Sociologia no recorte pretendido, identificando as variáveis quantitativas e as possíveis tendências na linha temporal e por nível do curso, mestrado e doutorado.

Por fim, a partir de metodologia qualitativa, serão investigados os significados do conteúdo dessa produção acadêmica do PPGSOL/UnB com vistas a compreender quais são os sujeitos de pesquisa, os objetos de estudo e os recortes teórico-metodológicos escolhidos em ambos os níveis e como essas variáveis se relacionam.

SUMÁRIO

Para fins da análise de conteúdo (Guerra, 2010) apresentado neste texto, foram realizadas a leitura, o cotejo e a categorização artesanal dos elementos contidos no *corpus* dos títulos e dos resumos das dissertações e teses defendidas entre 2008 e 2015. A íntegra dos dados primários, o referencial teórico e a descrição das técnicas metodológicas encontram-se devidamente pormenorizados no relatório final da pesquisa (Sousa, 2022).

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA DA UNB: ITINERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO INSTITUCIONAL

A história das Ciências Sociais na capital da República está intrinsecamente ligada à fundação da UnB. O primeiro curso na área foi estabelecido em 1962, dentro do Instituto de Ciências Humanas. No entanto, devido a intervenções significativas ocorridas durante a crise política de 1965, a graduação em Ciências Sociais só foi oficialmente instituída em 1969, após um processo de reestruturação do curso e da inauguração do Departamento de Ciências Sociais (Coelho; Bandeira; Veloso, 2016).

A introdução do mestrado em Sociologia já em 1970, no recém-criado Departamento, representou um importante marco para a continuidade e o fortalecimento das Ciências Sociais na Universidade (Laraia, 1995). A partir da década de 1980, houve mudanças substanciais na estrutura da graduação e pós-graduação da área na UnB, incluindo o lançamento do doutorado em Antropologia (1981) e em Sociologia (1983). Em seguida, foram instituídos departamentos autônomos dedicados à Sociologia e à Antropologia em 1983 e 1986, respectivamente (Universidade de Brasília, 2023a).

Em 1996, o Instituto de Ciências Sociais (ICS)³⁷ foi estabelecido, incorporando os Departamentos da Sociologia, da Antropologia e, nos anos seguintes, o Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas e o Caribe (CEPPAC), agora denominado Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) (Universidade de Brasília, 2023a; Universidade de Brasília, 2023b). Em relação à coordenação e execução de atividades de ensino da graduação nos departamentos do ICS, após as reformas institucionais de 2019 que redesenharam os cursos de graduação, o Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) passou a supervisionar o bacharelado em Ciências Sociais Latino-Americanas, o Departamento de Antropologia, o bacharelado em Antropologia, o Departamento de Sociologia, a licenciatura em Ciências Sociais e o bacharelado em Sociologia (Universidade de Brasília, 2023a; Universidade de Brasília, 2023b).

No que diz respeito ao desenvolvimento dos cursos da pós-graduação *stricto sensu* da área na UnB, como visto, suas atividades antecederam a criação de seus respectivos departamentos. Relembrando o contexto histórico de formação do primeiro curso de mestrado em Sociologia no antigo Departamento de Ciências Sociais, Roque Laraia (1995) destaca os desafios enfrentados para a sua concretização, sobretudo pela forte perseguição política que outros centros de Sociologia do Brasil vivenciavam naquele momento. Em sua leitura, a qualidade dos trabalhos produzidos na época, aliada a uma proposta de atividade crítica acadêmica, sinalizava sua grandeza não obstante a proximidade paradoxal com um governo autoritário.

37

Em seu site institucional, o ICS reforça seu compromisso com a democracia e o desenvolvimento social e ambientalmente correto, seja para construção e divulgação de conhecimentos, seja quanto à formação de cidadãos e profissionais imbuídos nessa missão. Assinala, ainda, que a "busca por bem-estar, no contexto de sociedades politicamente democráticas e potencialmente afluentes, traz para as ciências sociais uma dupla tarefa: fazer a crítica política e intelectual da vida social, cultural, econômica e política; propugnar, garantir e preservar a diversidade de visões e opiniões" (Brasil, 2023).

Contando com forte qualificação acadêmica de seus docentes desde sua origem, o Programa de Pós-graduação em Sociologia da UnB (PPGSOL/UnB) se insere, de forma pioneira, num complexo panorama de institucionalização dos cursos de pós-graduação, que viria a se expandir substancialmente nas décadas de 1970 e seguintes (Martins, 1995). A constituição de lideranças intelectuais e de equipes de pesquisa coordenadas por docentes com diversidade de formação, tendências teórico-metodológicas distintas, convívios interdisciplinares e eventuais inserções políticas em movimentos sociais marcaria a solidez de sua construção institucional (Sobral, 1995; Siqueira; Bandeira; Nunes, 1995). Para além de sua relevância local, Maria Stela Grossi (1995) relembra que os esforços empreendidos pelo Departamento de Sociologia da UnB e os respectivos cursos de pós-graduação, com trabalhos premiados por sua excelência, constituíram uma espécie de “estatuto de legitimidade da Sociologia no cenário da ciência no Brasil” (p. 15).

Sobre o destaque do Programa no cenário nacional, Vilma Figueiredo (1995), que integrou a primeira geração de docentes do PPGSOL, enfatiza o reconhecimento do desempenho de alto nível do curso também pelo sistema oficial de avaliação da pós-graduação no país³⁸ já nas primeiras décadas. Entre outras conquistas institucionais que assinalariam sua importância às Ciências Sociais, o lançamento da Revista “Sociedade e Estado” (S&E), que auferiu, em 2013, a classificação mais elevada da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para periódicos nacionais em sua área de conhecimento (Collares; Tavolaro; Almeida, 2016).

Quanto às áreas de concentração e às linhas de pesquisa preponderantes nas primeiras décadas do PPGSOL, Vilma Figueiredo (1995) aponta, além dos trabalhos no eixo temático da Sociologia do

38

A respeito das últimas avaliações quadriennais, realizadas em 2017 e 2021 pela Capes, salienta-se que ambos os cursos de pós-graduação *stricto sensu* do Departamento de Sociologia da UnB, níveis mestrado e doutorado, auferiram nota máxima, isto é, nota sete.

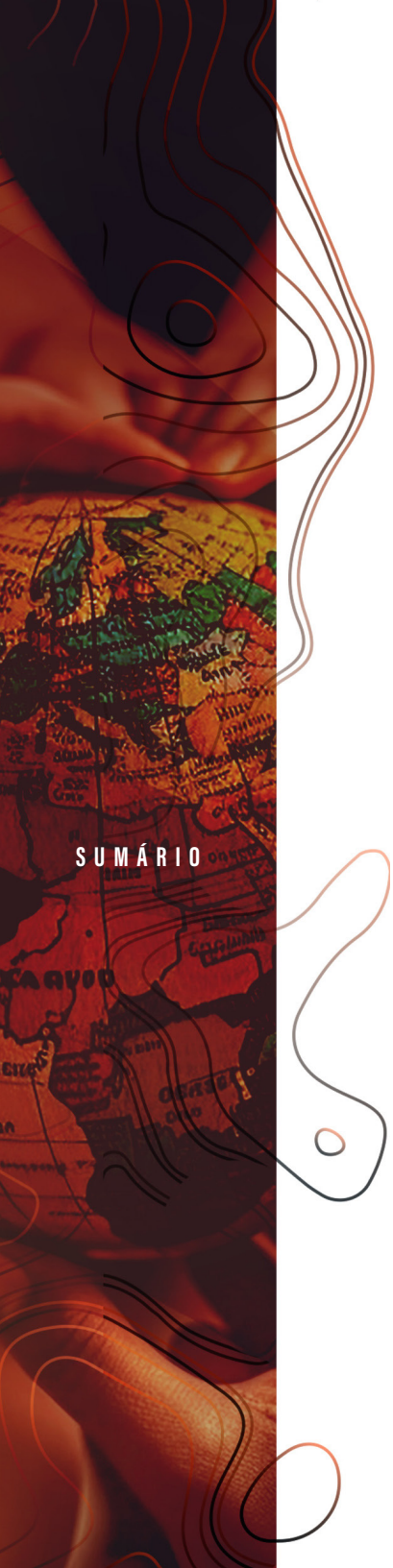
Desenvolvimento – dada sua importância para investigar as forças sociais e suas articulações à produção do desenvolvimento econômico, social e político nacional –, o surgimento de novas agendas de pesquisa que contemplavam variados temas e estratégias metodológicas, a exemplo das reflexões sobre o esporte, as artes, o meio ambiente, as relações de gênero, a questão agrária, a educação, a ciência e a tecnologia, o trabalho, o poder político e a cultura.

Passados cinquenta anos da criação do primeiro curso de mestrado do Departamento de Sociologia da UnB, a estruturação atual das linhas de pesquisa do PPGSOL sinaliza a continuidade dos esforços para a ampliação de diversidade temática e de abordagens teórico-metodológicas. Segundo informações veiculadas no mês de setembro de 2023 na página oficial do Programa, observam-se trinta docentes doutores e doutoras vinculados(as) a, pelo menos, uma das quatro linhas de pesquisa, situadas na área de concentração “Sociedade e Transformação”, a saber:

Teoria Social e Epistemologia: Estuda intelectuais e perspectivas vinculadas às concepções teóricas, metateóricas e epistemológicas da sociologia no Brasil, na América Latina e em âmbito global. Investiga as formações lógico-discursivas, os vocabulários conceituais e os nexos teóricos de diferentes abordagens. Debruça-se de maneira aprofundada sobre as relações entre desenhos teórico-metodológicos e distintas linhagens que compõem o estado da arte da teoria social e da teoria sociológica, refletindo visadas contra-hegemônicas e marginalizadas. Examina os enquadramentos possíveis da epistemologia das ciências sociais diante dos debates sobre a ontologia do objeto sociológico e suas repercussões nos modos de se realizar pesquisa, levando em conta as assimetrias e entrelaçamentos no que diz respeito à constituição de sujeitas(os) de formulação e produção teóricas;

Conhecimento e Cultura: Investiga as dinâmicas do conhecimento e da simbolização na vida social em suas manifestações no âmbito das ciências, educação, cultura e cidades. Desse modo, aborda as interseções entre

SUMÁRIO



SUMÁRIO

diferentes saberes e seus suportes de veiculação expressiva, seja na tecnologia, nas técnicas, na cultura e nas artes. Analisa as práticas sociais, os modos específicos de organização, produção, visibilidade, circulação e legitimação dessas atividades em suas interfaces com os mundos das políticas e dos ditames socioeconômicos. Atravessa, portanto, temáticas como a educação básica e superior, os mercados de bens simbólicos, os estilos de vida, as manifestações dos usos e do consumo, bem como o meio ambiente e a saúde pública;

Trabalho, Desigualdades e Diferenças: Aborda as alteridades e desigualdades nas sociedades em suas manifestações em termos de classe, gênero, raça, sexualidade, mobilidade, geração e o mundo do trabalho. Explora temas como a estratificação social, o racismo e os movimentos antirracistas, as desigualdades de gênero e os feminismos, os debates sobre sexualidade e as pautas LGBTQIA+, as mobilidades e as lutas contra xenofobia. São realizadas pesquisas sobre o mundo do trabalho e suas reconfigurações, incluindo transformações estruturais e setoriais na força de trabalho, movimentos político-sindicais e subjetividades no contexto laboral. Aborda atravessamentos desses temas com os Direitos Humanos, o Estado, legislações e as relações de poder entre diferentes grupos sociais;

Política, Religião, Cidadania e Segurança Pública: Investiga comportamentos, instituições e religiosidades, tomando a política como o lugar e prática, por excelência, de disputa entre visões conflituosas sobre a vida em sociedade. Além disso, são tratadas as violências, suas origens e consequências para as sociedades, assim como as políticas públicas que lidam com a segurança pública. São abordados os atravessamentos da política, da religião e da violência com temas como a democracia, cidadania, instituições políticas e de controle social (Universidade de Brasília, 2023c).

As quatro linhas de pesquisa que estruturam atualmente o curso de pós-graduação do Programa abrem-se à problematização

de aspectos relevantes à sociedade contemporânea, buscando a articulação entre diferentes dimensões da vida social e a reflexão crítica da realidade a partir de múltiplos marcadores. Destaca-se, por fim, a preocupação com a variedade institucional e temática também quanto à composição do corpo docente e discente, além do registro da participação constante dos(as) docentes em importantes associações científicas, órgãos e agências de fomento nacionais (Universidade de Brasília, 2023c).

METODOLOGIA DA PESQUISA, APRESENTAÇÃO DOS DADOS GERAIS E PRODUÇÃO ACADÊMICA DO PPGSOL/UNB

A pesquisa intitulada “Pós-graduação e Educação em Direitos Humanos: um desafio contemporâneo” (2022) teve como objetivo geral investigar a produção acadêmica da pós-graduação em direitos humanos e educação em direitos humanos em diferentes unidades acadêmicas das áreas das ciências sociais e humanas da Universidade Federal de Goiás (UFG), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da Universidade de Brasília (UnB) no período de 2008 a 2015.

Entre os procedimentos de coleta de dados comuns às três Universidades, foi feita a seleção de quatorze unidades acadêmicas na grande área das ciências sociais e humanas para a realização do levantamento da produção da pós-graduação entre 2008–2015, níveis mestrado e doutorado, a partir das informações obtidas nos Repositórios de dissertações e teses das bibliotecas. Após a organização dos dados gerais dos trabalhos, identificando-os segundo as variáveis relativas à área, unidade acadêmica, programa

SUMÁRIO

de pós-graduação, ano de defesa, autor(a), orientador(a), assuntos/marcadores, título e resumo, a primeira etapa analítica considerou a investigação do conteúdo textual disponível nos títulos e resumos, a fim de classificá-los ou não em direitos humanos e/ou educação em direitos humanos de acordo com as categorias de mapeamento previamente estabelecidas na pesquisa.

Quanto às categorias de mapeamento que orientaram o processo de classificação, após robusta revisão de literatura acerca da construção teórica sobre os direitos humanos e a educação de direitos humanos, foram assentados os seguintes parâmetros analíticos: a) quanto aos direitos humanos, foram classificados positivamente aqueles trabalhos cujos resumos, para além de menção expressa ao termo, sinalizavam que o objeto/objetivo geral tratava, de forma direta/imediata, dos processos de luta e de reivindicações de direitos humanos em relação a uma ou mais dimensões desses direitos – direitos econômicos, sociais, culturais, políticos, civis e ambientais –, somada a referência expressa a um ou mais grupos sociais vulneráveis, como crianças e adolescentes, povos indígenas, comunidades tradicionais (ciganos, quilombolas, população ribeirinha, camponeses etc.), mulheres, LGBTQIA+, afrodescendentes/negros, pessoas com deficiência, população em situação de rua, catadores de material reciclável, idosos, trabalhadores pobres, refugiados, migrantes, população carcerária/presos e outros; b) quanto à educação em direitos humanos, foram classificados positivamente aqueles trabalhos cujos resumos sinalizavam que, para além de menção expressa ao termo, o objeto/objetivo geral se tratava, de forma direta/imediata, do processo de formação de sujeitos individuais ou coletivos em direitos humanos, seja pela educação formal, seja via educação informal promovida por entidades da sociedade civil.

Em relação ao mapeamento da produção da pós-graduação *stricto sensu* desenvolvida pela UnB, foram selecionados os seguintes cursos: a) Antropologia; b) Ciência Política; c) Comunicação; d) Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional; e) Direito;

SUMÁRIO

f) Direitos Humanos e Cidadania; g) Educação; h) Filosofia; i) Geografia; j) História; k) Processos Psicológicos Básicos; l) Psicologia Escolar e do Desenvolvimento; m) Serviço Social e n) Sociologia. Consoante se observa nos dados gerais obtidos (Tabela 1), no período de 2008 a 2015, verificou-se um total de 2502 trabalhos defendidos nos níveis mestrado e doutorado. Desse montante, 670 dissertações e teses, isto é, cerca de 26,8% do total, foram classificados positivamente quanto aos direitos humanos (642) e à educação em direitos humanos (28) nas quatorze unidades acadêmicas analisadas.

Tabela 1 - Resumos distribuídos por programa, nível, categorias de DH e EDH na pós-graduação da UnB no período 2008-2015

Nº	Programa de Pós-Graduação	Nível		Classificação geral		Total (DH eEDH)	Total de produção de dissertações e teses no período 2008-2015
		Mestrado	Doutorado	DH	EDH		
1	Antropologia (ICS/PPGDAN)	43	18	61	0	61	165
2	Ciência Política (IPOL/PPGCP)	64	11	75	0	75	149
3	Comunicação (FAC/PPGCOM)	24	6	30	0	30	117
4	Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (CEAM/PPGDSCI)	13	1	14	0	14	58
5	Direito (FD/PPGD)	69	20	85	4	89	236
6	Direitos Humanos e Cidadania (CEAM/PPGDH)	22	0	18	4	22	22
7	Educação (FE/PPGE)	90	30	104	16	120	667

Nº	Programa de Pós-Graduação	Nível		Classificação geral		Total (DH eEDH)	Total de produção de dissertações e teses no período 2008-2015
		Mestrado	Doutorado	DH	EDH		
8	Filosofia (ICH/PPG-FIL)	12	0	12	0	12	90
9	Geografia (ICH/PPGEA)	40	5	42	3	45	149
10	História (ICH/PPGHIS)	17	18	34	1	35	210
11	Processos psicológicos básicos (IP/PPB - PG-CdC)	8	1	9	0	9	154
12	Psicologia escolar e do desenvolvimento (IP/PED - PGPDE)	38	10	48	0	48	155
13	Serviço Social (ICH/PPGPS)	34	16	50	0	50	122
14	Sociologia (ICS/PPGSOL)	27	33	60	0	60	208
Total		501	169	642	28	670	2502

Fonte: Relatório da pesquisa "Pós-graduação e EDH: um desafio contemporâneo" (Sousa, 2022).

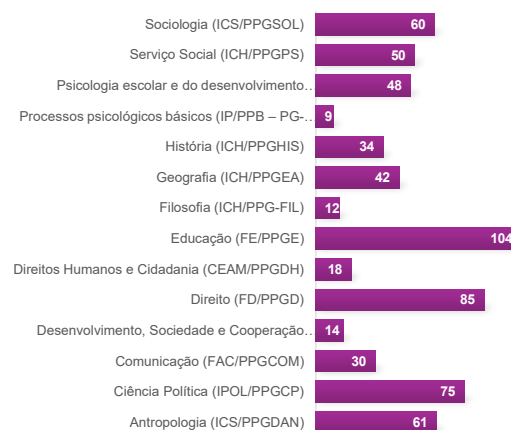
Entre as principais características dessa produção acadêmica nas quatorze unidades de pós-graduação *stricto sensu* (níveis mestrado e doutorado), observou-se que: a) a menção expressa aos direitos humanos não estava presente nos títulos nem nos resumos de grande parte dos trabalhos classificados positivamente, embora os objetos centrais desenvolvidos sinalizassem forte aderência temática, sobretudo pela escolha dos sujeitos de pesquisa que constituem grupos sociais vulnerabilizados e pela descrição de contextos de violações e/ou reivindicações por direitos; b) o volume de dissertações e teses voltados à educação em direitos humanos

SUMÁRIO

no período analisado é pouco expressivo, somado à baixa dispersão dessa abordagem na produção acadêmica entre os diferentes cursos analisados; c) houve uma concentração significativa de trabalhos em direitos humanos realizados no primeiro nível de formação, ou seja, no mestrado (501), em comparação aqueles identificados no doutorado (169); d) os dados quanto às referências teóricas, ao método e às técnicas metodológicas empreendidas nas pesquisas nem sempre estão consignados detalhadamente nos resumos.

O Programa de Pós-graduação da Sociologia (PPGSOL/UnB) se situa na 4ª posição quanto ao número geral de trabalhos defendidos no período de 2008 a 2015 entre as quatorze unidades acadêmicas. De um total de 208 dissertações e teses, foram classificados positivamente para temáticas de direitos humanos 60 trabalhos, sendo 27 do nível mestrado e 33 do doutorado, o que corresponde a cerca de 28,9% de toda a sua produção acadêmica. Conforme pode ser observado abaixo (Gráfico 1), comparativamente aos dados dos demais programas, o PPGSOL se posiciona na 5ª posição entre os que mais desenvolvem trabalhos em direitos humanos, considerando o somatório de ambos os níveis.

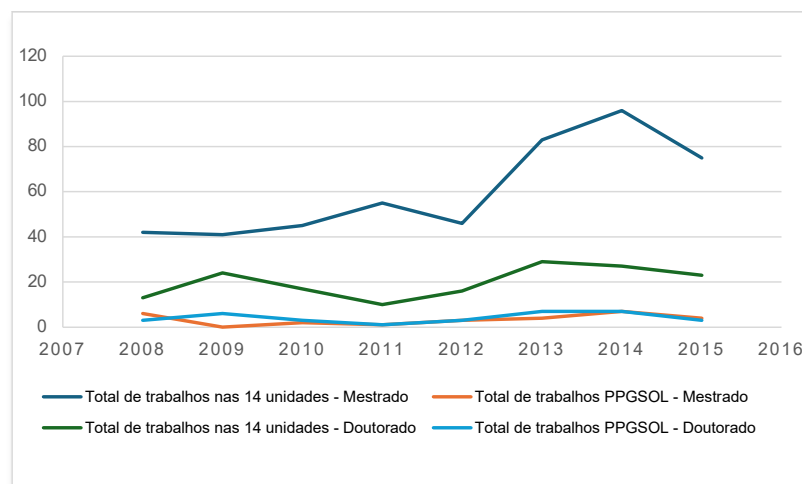
Gráfico 1 – Trabalhos classificados positivamente em Direitos Humanos por curso nos níveis mestrado e doutorado no período de 2008-2015



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

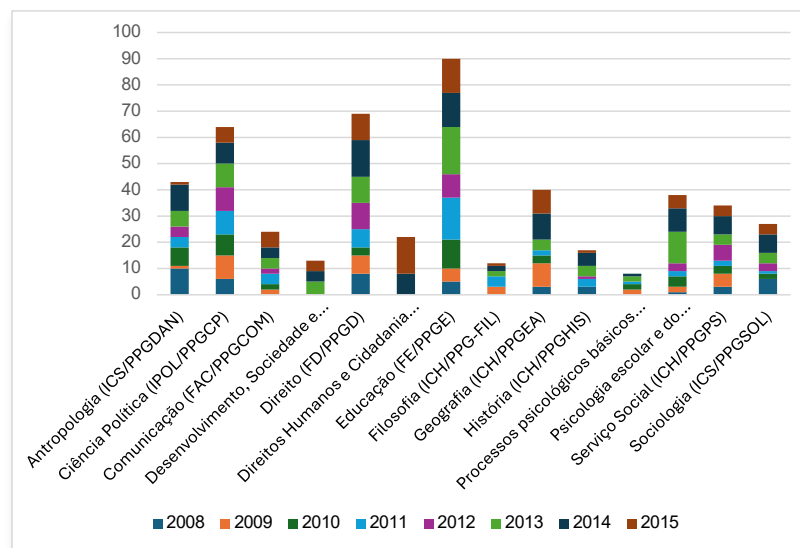
A respeito dos trabalhos voltados às temáticas de educação em direitos humanos, não foi identificada qualquer dissertação ou tese com essa abordagem no PPGSOL. Por outro lado, quanto aos direitos humanos, verifica-se que a produção do doutorado no Programa responde pela maior quantidade de trabalhos da pós-graduação no Departamento de Sociologia, invertendo de forma surpreendente a tendência geral de temáticas desenvolvidas por nível (Gráfico 2). Conforme se observa nos gráficos abaixo, a exceção do PPGSOL e do PPGHIS, todas as demais unidades acadêmicas sinalizaram para uma diminuição sensível da produção de trabalhos afetas aos direitos humanos do nível mestrado ao doutorado (Gráficos 3 e 4).

Gráfico 2 - Trabalhos classificados positivamente em Direitos Humanos por ano nos níveis mestrado e doutorado



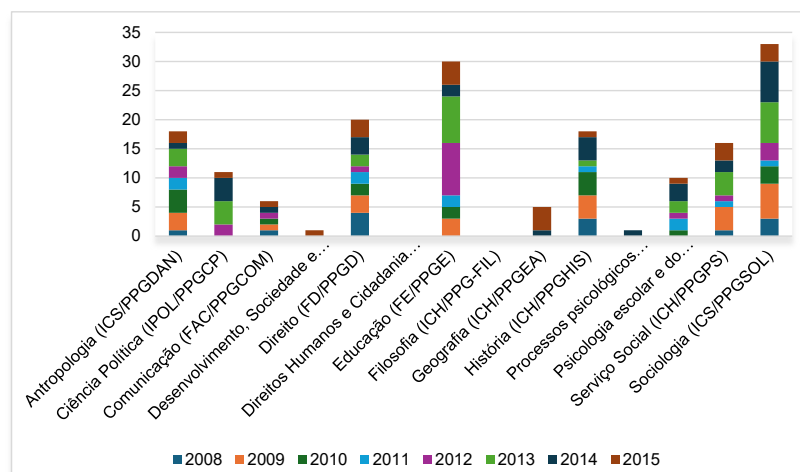
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Gráfico 3 – Trabalhos classificados positivamente em Direitos Humanos por ano e curso no nível mestrado



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Gráfico 4 – Trabalhos classificados positivamente em Direitos Humanos por ano e curso no nível doutorado



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

SUMÁRIO

Dessa forma, os gráficos acima elaborados demonstram que o PPGSOL se destaca na produção de trabalhos afetos aos DH no doutorado, situando-se também em 1ª posição em relação à quantidade de teses classificadas positivamente nesse nível nos demais departamentos (Gráfico 4). Quanto aos dados do Programa na linha temporal, os resultados da pesquisa sinalizaram que, no âmbito do mestrado, há variação na produção acadêmica anual, enquanto, no nível de doutorado, tem-se certa estabilidade no montante de defesas de teses por ano (Gráfico 2).

ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS PESQUISAS AFETAS AOS DIREITOS HUMANOS NO PPGSOL/UNB

Neste tópico, será apresentada a análise de conteúdo (Guerra, 2010) dos títulos e dos resumos atinentes aos trabalhos desenvolvidos no PPGSOL entre os anos de 2008 e 2015 com classificação positiva para os direitos humanos, identificando eventuais tendências teórico-metodológicas nos níveis mestrado e doutorado e respectivas articulações entre sujeitos e objetos de pesquisa, teorias, método e técnicas utilizadas.

Do levantamento quantitativo de dissertações e teses defendidas de 2008 a 2015 no Programa, foram observados sessenta trabalhos relacionados aos direitos humanos. Seguindo a tendência geral das demais unidades acadêmicas – a exceção do PPGDH –, os títulos e/ou os resumos da produção do PPGSOL afeta à temática não consignam, em regra, qualquer menção expressa aos direitos humanos. Do montante classificado positivamente nesse intervalo temporal, registram-se apenas cinco ocorrências, sendo duas dissertações e três teses. Em relação aos trabalhos do nível mestrado, há referência

expressa nos resumos das dissertações intituladas “Plano Amazônia sustentável: uma nova concepção estatal de desenvolvimento para a Amazônia?” (Locatelli, 2009) e “Homicídio de adolescentes negros e instituições: reflexões a partir do programa de proteção a criança e adolescentes ameaçados de morte (PPCAAM)” (Oliveira, 2014). Quanto ao nível doutorado, foi identificada a nomeação aos direitos humanos no título e/ou resumos das seguintes teses: a) “Direitos humanos e as práticas de racismo: o que faremos com os brancos racistas?” (Santos, 2009); b) “Entre o poder e a dor: representações sociais da corrupção e da violência no sistema penitenciário de São Paulo” (Reis, 2013); c) “Saúde mental, economia solidária e cooperativismo social: políticas públicas de reconhecimento e acesso ao trabalho (2004-2013)” (Martins, 2014).

Essa primeira análise, que considera a referência expressa aos direitos humanos no *corpus* textual do título e/ou resumo, revela antecipadamente uma preocupação das(os) autoras(es) em nomear a violação desses direitos em contextos sociais relevantes à Sociologia. Quanto aos trabalhos acima identificados, constata-se uma variedade de assuntos centrais das Ciências Sociais, que, não por acaso, também estão no cerne do debate dos direitos humanos³⁹, tais como as desigualdades, as violências institucionais e suas interseccionalidades⁴⁰, as lutas pelo meio ambiente, pela saúde e

39 Contrapondo-se à mera perspectiva positivista e legalista hegemônica, o referencial teórico sobre os direitos humanos que orientou a pesquisa de mapeamento pressupõe a leitura crítica da realidade social e dos processos de reivindicações por direitos, apostando na centralidade de diferentes grupos, organizações e movimentos sociais quanto às lutas históricas travadas por reconhecimento e direitos face as variadas formas de espoliação, opressão, desigualdade e exclusão (Carbonari, 2008; Herrera Flores, 2009; Sousa Junior, 2016; Sanchez Rubio, 2018).

40 A partir da perspectiva de Helena Hirata (2014), a interseccionalidade pode ser compreendida como um relevante projeto de conhecimento e luta política oriundo da epistemologia feminista para iluminar as opressões múltiplas e imbricadas que incidem nas relações sociais conjugadas pelos marcadores de gênero, classe, cor/raça, etnicidade, faixa etária, orientação sexual e/ou deficiência etc. Não obstante sejam lançados inúmeros desafios a uma análise interseccional, essa teoria transdisciplinar possibilita o conhecimento situado, valorizando um entendimento integrado das complexidades que envolvem as identidades e as desigualdades sociais na contemporaneidade.

pelo trabalho (digno). Outro aspecto observado é que tanto a autoria quanto a orientação desses trabalhos são, majoritariamente, atribuídas a discentes e docentes do gênero feminino.

Em relação às variáveis da pesquisa que designaram subcategorias de direitos humanos – isto é, a discussão sobre direitos econômicos, sociais, culturais, políticos, civis e/ou ambientais –, parte significativa dos trabalhos do PPGSOL sinaliza a problematização de mais de uma dimensão dos direitos humanos, conquanto, vale assinalar, não necessariamente sejam expressas as nomenclaturas “direitos humanos”, “direitos econômicos”, “direitos sociais”, “direitos culturais” etc. no *corpus* dos títulos e/ou dos resumos. Quanto aos trabalhos pertencentes a essa subcategoria, além da articulação de um ou mais grupos sociais vulneráveis – nesse último caso, prestigiando-se a interseccionalidade entre classe, gênero, raça/etnia e/ou faixa etária –, observou-se o tangenciamento de múltiplos contextos e problemas sociais referentes a políticas públicas voltadas a sujeitos coletivos vulnerabilizados, migração, saúde, educação, trabalho, economia solidária e cooperativismo, violências, sistema judicial, cidade, meio ambiente e/ou pobreza. Instigando a transversalidade⁴¹ de diferentes dimensões de direitos, destacam-se os seguintes trabalhos: a) “Estigmas, guetos e gentrificação: a segregação homossexual em Brasília” (Queiroz, 2008); b) “Desafios dos vínculos sociais na sociedade do trabalho contemporâneo: experiência de economia solidária no Distrito Federal e Entorno” (Carvalho, 2008); c) “Gênero e água – desenhos do norte, alternativas do sul: análise da experiência do semiárido brasileiro na construção do desenvolvimento democrático” (Soares, 2009); d) “Mulheres migrantes peruanas em Brasília: o trabalho doméstico e a produção do espaço na cidade” (Margalef, 2012);

41

A noção de transversalidade ora empregada se refere ao método analítico que prestigia o atravessamento existente entre as diferentes searas e domínios da vida social, como a saúde, o trabalho, a educação, a religião etc. Acerca de sua importância aos estudos do feminismo, Lourdes Bandeira e Tânia Mara Campos de Almeida (2013) enfatizam que, para compreender as inúmeras e complexas reivindicações do grupo diverso a que pertencem as mulheres, é necessária uma abordagem interseccional e transversal concomitante.

e) “Envelhecer com HIV/AIDS: um estudo sobre a proliferação de HIV/AIDS em mulheres na cidade de Goiânia” (Nascimento, 2014).

Quanto à identificação dos sujeitos de pesquisa da produção analisada, foi observada, ao menos, uma incidência de cada um dos grupos sociais vulneráveis previamente estabelecidos nas categorias de mapeamento da pesquisa. Por ordem decrescente de ocorrência, foram identificados os seguintes grupos a partir de marcadores sociais isolados ou conjugados: mulheres, negros, população pobre, trabalhadores (precarizados), população rural, pessoas com deficiência, movimentos sociais, crianças e adolescentes, idosos, LGBTQIA+, quilombolas, povos indígenas e migrantes. Classificados como “outros” no item 16 da categoria prévia de mapeamento, os trabalhos contemplaram, ainda, os seguintes grupos sociais, por ordem crescente: jovens e estudantes de baixa renda, pessoas dependentes de substâncias ilícitas e sociedade em geral, essa última composta por usuários/beneficiários de serviços públicos da saúde, do ensino superior e do programa de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas.

Ainda sobre os sujeitos de pesquisa, há de se destacar a diversidade temática e a interseccionalidade nos quatro grupos vulneráveis mais abordados, a saber: mulheres, negros, população pobre e trabalhadores. Mobilizando a integração de marcadores sociais de classe, gênero, raça/etnia, faixa etária e/ou origem social urbana ou rural, o conteúdo textual de parte dos resumos indica a interdependência das relações e a existência de multiplicidade de sistemas de opressão e de identidades que compõem as subcategorias pertencentes a cada um desses eixos. Nesse sentido, o gráfico delineado abaixo busca representar essas subdivisões identificadas nos trabalhos, considerando a conjugação ou não de marcadores sociais que foram sinalizadas pelas(os) autoras(es) das dissertações e teses no *corpus* analisado.

SUMÁRIO

Gráfico 5 – Grupos sociais vulneráveis observados na produção acadêmica do PPGSOL/UnB (2008-2015) nos níveis mestrado e doutorado



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

No tocante à categoria “mulheres”, que representa os sujeitos de pesquisa investigados em doze dissertações e teses, verifica-se que, embora o eixo central de análise desses trabalhos prestigie um recorte amplo de gênero, parte deles conjuga outros marcadores sociais para investigar as diferentes experiências e os respectivos incrementos de opressões vivenciadas pelas mulheres negras, camponesas, trabalhadoras domésticas e idosas que vivem no meio urbano. Entre os objetos de estudo propostos nesse recorte, tem-se problematizações variadas da cidade ao campo sobre o acesso à justiça, à saúde pública, aos recursos hídricos, ao mercado de trabalho e ao direito à participação política. Sobressaem, ainda, as temáticas acerca da pobreza, estigmatização de corpos, desigualdade de gênero na construção de políticas públicas educacionais, tráfico de drogas e encarceramento feminino.

Em relação à categoria “negros”, que mobilizou a defesa de onze trabalhos, há predominância de discussões quanto ao indicador social de cor/raça para descrever as dimensões históricas, políticas, culturais e identitárias, além do aprofundamento da análise quanto às violações e lutas por direitos dos negros, considerando a flexão de mais de um marcador social num dado contexto específico, a exemplo das comunidades quilombolas, dos trabalhadores e adolescentes negros do meio urbano. A escravidão, a afirmação da identidade negra, de sua territorialidade e da cultura popular afro-brasileira, as práticas de racismo e as lutas pela criminalização dessas condutas no Brasil, as políticas públicas nacionais para a promoção da igualdade e a disparidade racial de riqueza são algumas das reflexões propostas.

Já os dados sobre a “população pobre”, que somam oito trabalhos, indicam a preponderância das discussões sobre esse grupo vulnerabilizado no meio urbano. Destacam-se os desafios quanto ao direito à cidade e aos demais direitos sociais, a exemplo da moradia digna e dos benefícios assistenciais pecuniários que integram o Programa de Transferência de Renda do governo federal,

SUMÁRIO

como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Bolsa Família. De outra ponta, uma dissertação aprofunda o contexto específico da população pobre no meio rural, ocasião em que são problematizadas as políticas públicas nacionais de reassentamento.

Contabilizando cinco ocorrências, a última grande categoria, intitulada “trabalhadores”, refere-se, principalmente, a sujeitos que estão submetidos ao trabalho precarizado no meio urbano e que possuem profissão regulamentada. Excetuam-se, quanto ao último aspecto, os catadores de materiais recicláveis, que vivenciam inúmeros desafios quanto ao reconhecimento social e legal de sua atividade, também pela conjugação com a variável pobreza. Entre os objetos explorados nessa linha, as investigações sobre a precarização e as contratações flexíveis orientadas pelo capitalismo contemporâneo, o associativismo e o sindicalismo, o cooperativismo e a economia solidária.

O panorama geral da produção acadêmica do PPGSOL, articulada aos direitos humanos, aponta, ainda, para uma concentração de pesquisas espacialmente delimitadas ao contexto nacional e local. O primeiro recorte predominante indica que as problemáticas desenvolvidas conferem significativo peso e influência aos projetos/ programas de governos e/ou projetos de Estado e sociedade no nível nacional, tomando-as como ponto de partida para a reflexão e análise crítica. Por sua vez, nas teses e dissertações que prestigiam o enfoque local, há prevalência de estudos sobre a Região Centro-Oeste, a exemplo do Distrito Federal e entorno, Goiás e Tocantins. Essa tendência evidencia a estreita relação entre a localização do Programa e a escolha de objetos de estudo das(os) discentes voltados a analisar aspectos da comunidade local. Embora não constituam a maioria, também foram registradas investigações noutros contextos geográficos. Retratando a realidade de sujeitos no cenário internacional, há estudos (comparados ou não) sobre Cabo Verde, México e Índia. No Brasil, algumas pesquisas refletiram sobre a realidade social nos/dos seguintes estados: Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo, Maranhão, Pará,

SUMÁRIO

SUMÁRIO

A respeito dos métodos e das técnicas de pesquisa, no que foi possível cotejar dos resumos analisados, destaca-se a relevância conferida às pesquisas de natureza qualitativa⁴³ em grande parte dos trabalhos, embora tenham sido identificados outros caminhos investigativos, como os de natureza mista, quantitativa e qualitativa,

- 559

e os estudos comparados. Essas investigações empíricas estão concentradas nas seguintes abordagens e técnicas metodológicas: pesquisa documental, etnografia, entrevista, observação participante, questionário e *survey*. Os dados indicam a prevalência da escolha das(os) autoras(es) das dissertações e teses em refletir sobre determinados problemas sociais a partir da construção de um conhecimento crítico e situado, que prestigia a vivência de sujeitos de pesquisa e seus significados numa dada realidade. Em linha convergente, a literatura em direitos humanos tem salientado a importância dessas estratégias metodológicas como boas aliadas da produção de conhecimento acadêmico-científico sobre o campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto apresentou a análise quantitativa e qualitativa dos dados levantados pela pesquisa de mapeamento “Pós-graduação e Educação em Direitos Humanos: um desafio contemporâneo” (2022) quanto à produção acadêmica do PPGSOL/UnB sobre temáticas de direitos humanos e educação em direitos humanos no período de 2008 a 2015.

De início, pretendeu-se refletir sobre os itinerários da construção institucional do Programa, descrevendo o contexto histórico que marcou seu surgimento, bem como os esforços coletivos empreendidos para a consolidação de sua excelência na linha do tempo. O constante compromisso de docentes e discentes da pós-graduação e da graduação do Departamento de Sociologia da UnB com a produção de conhecimento de qualidade, via defesas de dissertações e teses, criação e continuidade da S&E e frequente participação de seus atores nas principais associações e órgãos de fomento nacionais, tem contribuído, ao longo dos anos, para a construção e o fortalecimento das Ciências Sociais no Brasil. Suas agendas de

pesquisa indicam um somatório de forças voltado a pensar criticamente o tempo presente, podendo-se destacar sua vocação para instrumentalizar o conhecimento produzido em prol do desenvolvimento social, da democracia e da diversidade.

No segundo momento, foram apresentadas as informações gerais que balizaram o mapeamento realizado na UnB de maneira a situar a produção acadêmica do PPGSOL. Entre esses aspectos, os objetivos que conduziram a investigação, as categorias e subcategorias de mapeamento, o processo de coleta de dados e as variáveis utilizadas para a classificação dos trabalhos em direitos humanos e em educação em direitos humanos. Observando os resultados quantitativos do panorama geral, foi possível verificar o impacto das dissertações e, principalmente, das teses defendidas no Programa quanto à temática de direitos humanos no âmbito da Universidade embora a abordagem acerca da educação de direitos humanos não tenha sido explorada no período de análise.

A última parte consistiu na análise de conteúdo (Guerra, 2010) dos trabalhos realizados no PPGSOL, níveis mestrado e doutorado, com vistas a identificar como se articulam as variáveis sujeito e objeto de pesquisa, teoria, método e técnica metodológica. Entre as principais características das sessenta dissertações e teses defendidas, a significativa aposta na transversalidade de direitos e na interseccionalidade de marcadores sociais, como gênero, classe, cor/raça, etnicidade, origem social, faixa etária em grande parte da produção analisada. Embora seja uma minoria de trabalhos que menciona expressamente os direitos humanos, os sujeitos de pesquisa escolhidos pelas(os) autoras(es) constituem grupos vulnerabilizados que experimentam, em seus cotidianos, variadas formas de opressão, violências, desigualdades e exclusão social nas diferentes dimensões da vida social. A problematização delineada nos trabalhos produzidos no Programa, assim como a relevância conferida a métodos e técnicas que valorizem uma compreensão situada da experiência dos sujeitos de pesquisa se mostram em compasso com as propostas teórico-metodológicas do campo dos direitos humanos.

SUMÁRIO

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. A transversalidade de gênero nas políticas públicas. **Revista do CEAM**, v. 2, n. 1, p. 35-46, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/10075/8901>. Acesso em: 5 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). **Plataforma Sucupira**. Dados Básicos do Programa. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/programas/detalhamento/2064?regiao=Centro-Oeste&search=sociologia&size=20&page=0>. Acesso em: 5 set. 2023.

CARBONARI, Paulo. **Direitos humanos**: sugestões pedagógicas. Passo Fundo: IFIBF, 2008.

CARVALHO, Sônia Marise Salles. **Desafios dos vínculos sociais na sociedade do trabalho contemporâneo**: experiência de economia solidária no Distrito Federal e Entorno. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2008.

COELHO, Maria Francisca Pinheiro; BANDEIRA, Lourdes M.; VELOSO, Mariza. Três olhares, um só foco: a sociologia na Universidade de Brasília. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, p. 921-938, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/YtmzWwsyv85qbWkKsr7GzRz/?lang=pt>. Acesso em: 5 set. 2023.

COLLARES, Ana Cristina; TAVOLARO, Sergio B. F.; ALMEIDA, Tânia Mara C. Sociedade e Estado (S&E): trinta anos de produção científica e pioneirismo na difusão do conhecimento em sociologia no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 31, p. 939-954, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/se/a/7yVfgSZrRfP_NY5TmQ6TgpG/?format=html. Acesso em: 5 set. 2023.

DENZIN, Normam K.; LINCOLN, Yvonna S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Normam K.; LINCOLN, Yvonna S. (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FIGUEIREDO, Vilma. Sociologias e Sociólogos. **Sociedade e Estado**, Brasília, Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Edição comemorativa dos 25 anos da Pós-graduação em Sociologia, v. 20, p. 19-26, 1995.

SUMÁRIO

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo**. Sentidos e formas de uso. Portugal: Principia, 2010.

HERRERA FLORES, Joaquín. **A reinvenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, v. 26, p. 61-73, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/LhNLNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/>. Acesso em: 10 out. 2023.

LARAIA, Roque Barros. 25 anos: uma história. **Sociedade e Estado**, Brasília, Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Edição comemorativa dos 25 anos da Pós-graduação em Sociologia, v. 20, p. 17-18, 1995.

LOCATELLI, Selecina Henrique. **Plano Amazônia sustentável: uma nova concepção estatal de desenvolvimento para a Amazônia?** Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2009.

MACHADO, Bárbara Araújo. Interseccionalidade, consubstancialidade e marxismo: debates teóricos e políticos. Colóquio Internacional Marx e o Marxismo. Niterói, 2017. **Anais [...]**. Niterói: UFF, 2017. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/MM/MM2017/AnaisMM2017/MC18/mc181.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

MARGALEF, Delia Maria Dutra da Silveira. **Mulheres migrantes peruanas em Brasília: o trabalho doméstico e a produção do espaço na cidade**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2012.

MARTINS, Carlos Benedito. A Pós-graduação e os cursos de Sociologia no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Edição comemorativa dos 25 anos da Pós-graduação em Sociologia, v. 20, p. 35-50, 1995.

MARTINS, Rita de Cássia Andrade. **Saúde mental, economia solidária e cooperativismo social: políticas públicas de reconhecimento e acesso ao trabalho (2004-2013)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de saúde pública**, v. 9, p. 237-248, 1993. Disponível em: https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v9n3/02.pdf. Acesso em: 7 set. 2023.

SUMÁRIO

MINAYO, Maria Cecília de S. Ciência, técnica e arte: os desafios da pesquisa social. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. MINAYO, Maria Cecília de S. (org.). 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 67-80.

NASCIMENTO, Ana Júlia Rodrigues do. **Envelhecer com HIV/AIDS**: um estudo sobre a proliferação de HIV/AIDS em mulheres na cidade de Goiânia. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2014.

OLIVEIRA, Raissa Menezes de. **Homicídio de adolescentes negros e instituições**: reflexões a partir do programa de proteção a criança e adolescentes ameaçados de morte (PPCAAM). Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2014.

PORTO, Maria Stela Grossi. A Sociedade Brasileira de Sociologia na festa do Sol. **Sociedade e Estado**, Brasília, Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Edição comemorativa dos 25 anos da Pós-graduação em Sociologia, v. 20, p. 13-16, 1995.

QUEIROZ, Cristina Monteiro de. **Estigmas, guetos e gentrificação**: a segregação homossexual em Brasília. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2008.

REIS, Marisol de Paula. **Entre o poder e a dor**: representações sociais da corrupção e da violência no sistema penitenciário de São Paulo. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2013.

SANCHEZ RUBIO, David. **Derechos humanos instituyentes, pensamiento crítico y praxis de la liberación**. Ciudad de México: Edicionesakal. 2018.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **Direitos humanos e as práticas de racismo**: o que faremos com os brancos racistas? Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2009.

SIQUEIRA, Deis E.; BANDEIRA, Lourdes Maria; NUNES, Christiane Girard F. Corpo letra "A". **Sociedade e Estado**, Brasília, Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Edição comemorativa dos 25 anos da Pós-graduação em Sociologia, v. 20, p. 111-118, 1995.

SOARES, Daniela Nogueira. **Gênero e água – desenhos do norte, alternativas do sul**: análise da experiência do semi-árido brasileiro na construção do desenvolvimento democrático. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2009.

SUMÁRIO

SOBRAL, Fernanda. Pós-graduação em Sociologia: uma construção institucional. **Sociedade e Estado**, Brasília, Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Edição comemorativa dos 25 anos da Pós-graduação em Sociologia, v. 20, p. 9-12, 1995.

SOUSA, Nair Heloísa Bicalho de. Pós-Graduação e Educação em Direitos Humanos: um desafio contemporâneo. **Relatório de Pesquisa**. Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo. Algumas questões relevantes para a compreensão dos direitos humanos: problemas históricos, conceituais e de aplicação. *In*: PULINO, L. H. C. Z.; SOARES, S. L.; COSTA, C.B.; LONGO, C. A.; SOUSA, F. L. (org.). **Educação em e para os direitos humanos**. Brasília: Paralelo 15, 2016.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Instituto de Ciências Sociais. **Quem Somos**. Brasília, 2023a. Disponível em: <https://ics.unb.br/institucional/a-unidade>. Acesso em: 5 set. 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA). **Apresentação**. Brasília, DF, 2023b. Disponível em: <http://ela.unb.br/apresentacao/apresentacao>. Acesso em: 5 set. 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Departamento de Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. **Pesquisa**. Linhas de Pesquisa. Brasília, 2023c. Disponível em: <https://ppgsol.unb.br/>. Acesso em: 5 set. 2023.

SUMÁRIO

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

Aída Maria Monteiro Silva

Pedagoga, Professora titular da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), atua no Programa de Mestrado em Direitos Humanos. Mestra, Doutora e Pós-doutorado em Educação, com especialização em Educação em Direitos Humanos (EDH). Coordenadora da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos (RebEDH), Ex-Coordenadora da Rede Latinoamericana e Caribenha de EDH. Autora e coordenadora da Coleção de EDH na Editora Cortez. Diretora de Planejamento e Administração da Fundação Joaquim Nabuco.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5736286568421768>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2889-8751>

Alaíde Maria Bezerra Cavalcanti

Mestra em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2022). Especialista em Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais pela Universidade de Brasília (UnB, 2010). Graduada em Serviço Social pela UFPE (2007). Assistente social da SEVAP/SIASS do Instituto Federal de Pernambuco e Professora de Serviço Social da Faculdade Santa Helena.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6445094445497649>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0325-6725>

Aline Santos Leite Medrado

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Mestre em Direitos Humanos (UFG), Especialista em Direito Público pela Universidade Anhanguera e Bacharel em Direito pela Universidade Evangélica de Goiás. Atualmente, é Assessora de Assuntos Administrativos da Reitoria da UFG. Tem experiência na área de Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: direito administrativo e direitos humanos.

E-mail: alinelite@ufg.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/410412202389802>

SUMÁRIO

Ana Cláudia Lima da Silva

Mestrado em Direitos Humanos - PPGDH/UFPE. Especialista em Direito do trabalho e Processual do trabalho (FLG); Empresarial (FL); Civil e Processual Civil (FL); Digital (FLG); Consumidor (FLG); Práticas pedagógicas (IFNMG); Gestão Pública (UFT); Bacharel em Direito (UNICAP) Professora na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Igarassu (FACIG). Artigos científicos publicados. Capítulos de livro publicados.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5802432865261183>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7116-908X>

Ângela Maria Monteiro da Motta Pires

Socióloga e Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos (PPGDH) da UFPE. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Cidadania (NEPEDH), do Centro de Educação da UFPE. Consultora da Unesco/Secadi/MEC na área de Educação do Campo.

E-mail: ammmp2021@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4646842012148516>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3573-8315>

Bárbara Silva Diniz

Mestra em Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade de Brasília (UnB) na linha Educação em Direitos Humanos e Cultura e Paz; pesquisadora do Núcleo de Estudos para a Paz e os Direitos Humanos; membro do grupo de pesquisa Direitos Humanos, Educação, Mediação e Movimentos Sociais; da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos (RebEDH), da Rede de Pesquisa em Paz, Conflitos e Estudos Críticos em Segurança (RPECS) e Gestora em Políticas Públicas e Gestão Educacionais junto à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

E-mail: barbaradiniz3@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1868042305645756>

Claudete Cardoso da Costa

Mestra em Direitos Humanos e Cidadania do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania (PPGDH) do CEAM/UnB. Graduada em Pedagogia e Serviço Social pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente, é Coordenadora Pedagógica e Escolar da Secretaria Municipal do Estado de Goiás.

E-mail: claucardoso2304@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6697570006255183>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4589-8507>

SUMÁRIO

Fernando Silva Cardoso

Livre-docente, Bolsista de Produtividade em Pesquisa (FACEPE). Doutor em Direito (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), com período sanduíche no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (Portugal). Professor Associado Nível II. Bacharelado em Direito, Universidade de Pernambuco, Campus Arcoverde.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1087934915290279>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8460-0406>

Gabriel Carlos da Silva Carneiro Maranhão

Jornalista, Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGDH-UFPE) e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da UFPE.

E-mail: gabrielcarlos88@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2201923465410126>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2847-6081>

Gleidison Antônio de Carvalho

Doutorando em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília (UnB), Mestre em Gestão de Políticas Públicas (UFT). Especializações em Direitos Humanos e Cidadania, Gestão Pública e Direito Civil. Bacharel em Direito pela UNICID, Licenciado em Letras e Linguística (UFU). Atualmente, é Tenente Coronel da Polícia Militar do Tocantins, com vasta experiência docente em Direitos Humanos e Cidadania nas instituições de segurança pública no Brasil.

E-mail: gleidison@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8849698611044932>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5222-8646>

Guilherme Borges

Cientista Social, Mestre e Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Pós-Doutor em Direitos Humanos (PPGIDH/UFG) e pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Criminalidade e Violência (NECRIVI/UFG) e do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP).

E-mail: guidhu@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9661353278418830>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5992-3251>

SUMÁRIO

Isabela Vince Esgalha Fernandes

Mestra em Direitos Humanos pela Universidade de Brasília (UnB) e Doutoranda em Estudos Interdisciplinares em Mulheres, Gênero e Feminismos pela Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM/UFBA). Bolsista Capes. Advogada. Atualmente, é Pesquisadora Visitante (Doutorado Sanduíche) na Universidade de Coimbra (Portugal).
E-mail: isabelavef@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1607042912809382>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3514-7331>

Luciana Lombas Belmonte Amaral

Doutoranda em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Mestra em Direitos Humanos e Cidadania pela UnB. Formada em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (UniCeub). Professora universitária do curso de Direito. Advogada.

E-mail: luciana_lombasbelmonte@yahoo.com.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6853301525091372>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3323-9037>

Maria Marta da Silva Lopes

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (UFG, 2009). Pós-Graduada em Neuropedagogia pela FABEC Brasil (2013). Mestre em Direitos Humanos pela (UFG, 2019). Doutoranda em Direitos Humanos pela UFG e professora efetiva da Rede Municipal de Educação de Goiânia no Ensino Fundamental I.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9160509689878206>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-3028-572X>

Nair Heloisa Bicalho de Sousa

Socióloga (USP), Mestra (UnB) e Doutora (USP) em Sociologia, Pós-Doutorado em Educação (USP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania (PPGDH) do CEAM/UnB. Pesquisadora do Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos do CEAM/UnB. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq Direitos Humanos, Educação, Mediação e Movimentos Sociais. Membro da coordenação nacional da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos e membro da Red Latinoamericana y Caribeña de EDH. Consultora da Unesco/Secadi/MEC na área de educação superior.

E-mail: nair.bicalho@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/07371770964136460>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8268-7210>

SUMÁRIO

Patrícia Reis Paiva

Graduação em Ciência Política, pela Universidade de Brasília (UnB, 2004-2006). Mestre em Política Social, pelo Departamento de Serviço Social da UnB (2007-2009). Doutora em Educação em Ciências, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS, 2017-2021). Foi bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq) de 01/04/2007 a 31/03/2009. Desde 2010, é Analista em Ciência e Tecnologia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2979405564870512>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5338-7286>

Regina Alice Rodrigues Araújo Costa

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB). Mestra em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco. Especialista em Direito Homoafetivo e de Gênero-Unisantia. Advogada. Técnica-Administrativa no Instituto Federal da Paraíba. Pesquisadora da Fundação de Apoio à Pesquisa do (FAPESQ) do Estado da Paraíba.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1840778770529584>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7158-0757>

Ricardo Barbosa de Lima

Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais pela UFG, Mestrado em Sociologia e Doutorado em Desenvolvimento Sustentável pela UnB, com estágios na UNAM e UFMG. Neste momento, atua como professor na Faculdade de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos (PPGIDH) da UFG. Suas áreas de interesse incluem Educação em Direitos Humanos, Interdisciplinaridade e Técnicas de Pesquisa.

E-mail: ricardobl@ufg.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3943209743451118>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0819-620X>

Sinara Pollom Zardo

Doutora em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Pedagoga, Especialista em Gestão Educacional e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professora do Departamento de Teoria e Fundamentos da Faculdade de Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da UnB. Diretora da Diretoria de Acessibilidade do Decanato de Assuntos Comunitários da UnB.

E-mail: sinarazardo@unb.br e sinarazardo@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8712442846699651>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0944-8333>

SUMÁRIO

Sulamita Bernardo de Albuquerque

Mestra em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Graduada em Educação Física (UFPE) e Pedagogia (IBRA). Gestora escolar e Docente da Secretaria de Estado de Educação de Pernambuco. Especializações em Doenças Crônico-Degenerativas e Envelhecimento (UPE); Educação Especial; Coordenação Pedagógica e Escolar; Ciências Sociais (FOCUS).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2912118323277273>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4951-0274>

Vilma de Fátima Machado

Graduação em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG, 1988), Mestrado em História das Sociedades Agrárias pela (UFG, 1995) e Doutorado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB, 2005). Atualmente, é professora Associada da UFG. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Socioambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, meio ambiente, movimento indígena, cidadania e questão ambiental.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6256319627760082>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0618-7684>

Wilquerson Felizardo Sandes

Doutor em Educação na área de Ciências Sociais na Educação pela Unicamp. Possui vínculo como pesquisador colaborador no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos, vinculado ao Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa, Ensino e Extensão da Universidade Federal de Goiás (eUFG). Possui experiência profissional e acadêmica nas áreas de administração, segurança pública e direitos humanos.

E-mail: wilquersonsandes@gmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8263341789855188>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0540-0324>

SUMÁRIO

ÍNDICE REMISSIVO

A

ABCP 473, 484

ANPOCS 484

antropologia 181, 471, 481

B

BPC 558

C

Capes 13, 21, 22, 28, 60, 65, 73, 77, 79, 82, 86, 92, 101, 102, 103, 145, 151, 161, 165, 176, 186, 188, 206, 212, 279, 299, 318, 333, 350, 403, 405, 406, 417, 418, 419, 421, 422, 428, 470, 472, 473, 484, 485, 488, 509, 510, 511, 512, 528, 542, 562, 569, 570

CHD 24, 117, 118, 120, 121, 125, 127, 243, 250, 251, 282, 303, 320, 327, 335, 336, 374, 435, 437, 440, 441, 481

Ciência Política 14, 26, 28, 29, 53, 54, 56, 57, 72, 79, 107, 110, 111, 114, 120, 121, 178, 185, 186, 230, 395, 397, 405, 406, 407, 436, 453, 456, 457, 458, 461, 462, 466, 469, 471, 472, 473, 529, 546, 547, 570

classe 16, 75, 78, 104, 120, 127, 219, 251, 252, 279, 286, 291, 292, 328, 329, 360, 379, 389, 400, 410, 440, 441, 442, 444, 446, 447, 451, 452, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 463, 481, 482, 495, 519, 544, 553, 554, 555, 561, 563

comunicação social 349, 359

currículo 63, 271, 377, 471, 533

D

DH 21, 23, 24, 25, 33, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 64, 65, 72, 73, 81, 85, 89, 90, 91, 94, 98, 99, 100, 102, 108, 109, 110, 111, 113, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 126, 127, 130, 131, 135, 150, 156, 157, 158, 164, 167, 170, 171, 178, 179, 180, 182, 184, 186, 188, 191, 193, 195, 196, 199, 200, 202, 203, 205, 207, 215, 216, 253, 281, 282, 300, 301, 302, 303, 307, 312, 320, 324, 327, 329, 334, 335, 338, 339, 371, 372, 373, 387, 395, 397, 402, 404, 469, 474, 476, 477, 478, 480, 484, 492, 504, 508, 511, 515, 517, 529, 530, 531, 533, 536, 547, 552

direitos humanos 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 36, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 58, 75, 96, 99, 103, 104, 106, 108, 109, 114, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 169, 183, 189, 190, 209, 211, 214, 221, 229, 230, 234, 236, 240, 246, 256, 257, 258, 259, 260, 262, 263, 264, 265, 266, 268, 269, 270, 271, 272, 274, 276, 277, 278, 279, 283, 284, 287, 288, 289, 290, 293, 295, 296, 298, 299, 306, 307, 308, 309, 310, 312, 313, 315, 316, 317, 318, 320, 322, 323, 326, 328, 331, 332, 338, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 356, 358, 359, 363, 365, 366, 367, 368, 374, 375, 376, 377, 378, 380, 381, 389, 391, 392, 393, 394, 395, 398, 399, 400, 401, 403, 406, 408, 411, 412, 414, 415, 417, 418, 420, 421, 423, 424, 425, 427, 428, 431, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 446, 447, 449, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 460, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 474, 476, 478, 480, 481, 482, 485, 486, 487, 489, 490, 492, 493, 494, 495, 498, 499, 501, 502, 503, 504, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 517, 518, 519, 520, 522, 523, 524, 528, 529, 530, 531, 533, 534, 535, 536, 539, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 552, 553, 554, 558, 559, 560, 561, 563, 565, 566, 571

doutorado 17, 25, 29, 30, 32, 33, 40, 45, 59, 65, 68, 70, 74, 77, 82, 86, 101, 103, 116, 127, 134, 176, 177, 178, 181, 183, 186, 187, 188, 190, 192, 193, 194, 197, 199, 200, 203, 204, 205, 213, 216, 243, 258, 268, 271, 274, 279, 280, 281, 299, 300, 303, 312, 318, 330, 333, 334, 336, 345, 346, 350, 351, 352, 353, 358, 360, 362, 363, 369, 371, 372, 373, 374, 393, 395, 401, 403, 404, 406, 409, 410, 411, 416, 419, 422, 424, 425, 428, 429, 431, 472, 487, 488, 489, 492, 493, 500, 510, 512, 514, 521, 524, 526, 528, 530, 531, 539, 540, 542, 545, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 556, 561, 566

SUMÁRIO

E

EDH 21, 23, 24, 25, 26, 32, 33, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 64, 65, 72, 73, 81, 85, 89, 90, 91, 94, 98, 99, 100, 102, 108, 109, 110, 111, 113, 116, 117, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 156, 157, 158, 167, 170, 171, 178, 179, 180, 182, 184, 186, 188, 191, 193, 195, 196, 199, 200, 202, 203, 205, 207, 257, 258, 263, 264, 265, 266, 276, 277, 281, 282, 293, 300, 301, 302, 303, 307, 310, 312, 319, 323, 324, 334, 371, 372, 373, 395, 396, 397, 402, 418, 469, 474, 492, 515, 529, 530, 531, 533, 547, 548, 566, 569

educação em direitos humanos 21, 22, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 46, 106, 109, 131, 133, 134, 152, 157, 169, 189, 256, 257, 258, 260, 263, 264, 265, 266, 268, 269, 270, 271, 272, 274, 276, 277, 278, 298, 306, 310, 312, 313, 316, 317, 318, 323, 345, 377, 392, 393, 394, 395, 403, 412, 414, 415, 417, 418, 420, 421, 424, 425, 428, 431, 435, 437, 466, 469, 474, 492, 493, 507, 517, 522, 523, 524, 529, 531, 533, 534, 535, 536, 539, 545, 546, 547, 548, 550, 560, 561

ensino superior 27, 32, 33, 36, 51, 101, 105, 168, 171, 196, 319, 393, 398, 403, 412, 445, 469, 512, 555

extensão 16, 22, 26, 27, 32, 42, 43, 44, 45, 49, 50, 51, 65, 69, 71, 75, 95, 100, 101, 103, 105, 160, 168, 172, 173, 174, 175, 177, 319, 397, 398, 399, 401, 402, 407, 409, 413, 414, 434, 436, 466, 489, 498, 507, 508, 527

H

humanidades 53, 56, 109, 393, 470

I

inclusão 48, 49, 63, 79, 104, 120, 124, 125, 127, 130, 220, 229, 257, 262, 306, 343, 379, 390, 400, 484, 502, 508, 514, 528, 533

institucionalização 22, 31, 41, 44, 97, 220, 309, 542

IRAMUTEQ 116, 212, 255, 274, 277, 282, 285, 290, 291, 292, 296, 303, 304, 305, 306, 307, 315, 320, 324, 325, 326, 328, 353, 354, 355, 373, 381, 386, 388, 467

L

LP 60, 62, 66, 69, 71, 74, 78, 80, 83, 86, 92, 95, 101, 103

M

mestrado 22, 29, 30, 40, 45, 59, 65, 68, 74, 82, 86, 95, 103, 116, 120, 146, 161, 176, 177, 178, 181, 183, 184, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 204, 207, 213, 216, 243, 258, 268, 271, 274, 279, 280, 281, 299, 303, 312, 318, 330, 333, 334, 336, 345, 346, 350, 353, 358, 360, 361, 362, 363, 364, 369, 371, 372, 374, 393, 395, 401, 403, 404, 405, 409, 410, 416, 419, 420, 422, 424, 425, 428, 429, 431, 471, 472, 484, 487, 488, 489, 492, 493, 500, 509, 510, 521, 524, 526, 530, 539, 540, 541, 542, 543, 545, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 556, 561

metodologia 17, 67, 136, 138, 160, 215, 243, 249, 258, 281, 285, 286, 302, 303, 306, 311, 319, 320, 327, 329, 335, 346, 347, 352, 356, 362, 363, 373, 382, 383, 384, 385, 388, 393, 462, 475, 492, 494, 500, 501, 539

movimentos sociais 17, 23, 58, 60, 66, 67, 75, 108, 114, 125, 189, 194, 198, 209, 210, 219, 220, 221, 224, 233, 235, 245, 247, 248, 252, 253, 273, 277, 289, 309, 318, 323, 370, 375, 438, 445, 449, 452, 459, 460, 483, 485, 489, 494, 497, 503, 509, 512, 514, 542, 553, 555

mulheres 20, 23, 27, 28, 58, 90, 209, 210, 218, 219, 227, 232, 233, 237, 239, 245, 248, 252, 253, 259, 287, 308, 320, 327, 360, 374, 382, 383, 384, 387, 394, 399, 435, 436, 448, 450, 455, 457, 473, 478, 479, 481, 483, 484, 485, 493, 494, 495, 496, 497, 501, 502, 507, 508, 509, 516, 517, 533, 534, 546, 554, 555, 557, 564

N

NDH 22, 23, 41, 44, 45, 49, 50, 102

nível superior 71, 172, 416, 526

P

políticas públicas 17, 23, 46, 47, 48, 49, 75, 78, 80, 104, 124, 125, 127, 130, 145, 159, 208, 209, 210, 219, 220, 224, 235, 241, 245, 247, 248, 250, 252, 253, 277, 280, 287, 313, 340, 369, 380, 390, 439, 443, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 459, 460, 461, 462, 472, 480, 481, 482, 483, 484, 512, 513, 514, 532, 533, 534, 544, 553, 554, 557, 558, 562, 563

SUMÁRIO

pós-graduação 21, 24, 26, 28, 29, 32, 36, 38, 40, 43, 45, 49, 50,
51, 68, 70, 77, 86, 89, 92, 100, 101, 105, 106, 107,
109, 112, 115, 135, 136, 140, 150, 151, 153, 155, 157,
164, 165, 166, 168, 170, 172, 176, 177, 178, 180, 181,
185, 192, 201, 208, 209, 211, 214, 215, 216, 218, 253,
256, 258, 268, 271, 274, 299, 306, 330, 333, 390,
392, 393, 394, 395, 397, 401, 402, 403, 407, 409,
411, 413, 414, 421, 422, 423, 428, 429, 433, 434,
436, 452, 464, 468, 469, 470, 474, 476, 480, 481,
488, 502, 507, 509, 510, 513, 518, 524, 525, 528,
533, 539, 540, 541, 542, 544, 545, 546, 547, 548,
550, 560

Programa de Direitos Humanos 42, 43, 44

Programa de Pós-graduação 22, 24, 27, 28, 29, 32, 41, 49, 53, 59,
62, 65, 68, 70, 73, 77, 79, 82, 86, 91, 94, 100, 102,
103, 107, 109, 137, 148, 158, 162, 170, 180, 182, 183,
184, 185, 186, 188, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 199,
200, 201, 202, 203, 204, 205, 207, 213, 279, 280,
297, 299, 301, 318, 319, 333, 334, 336, 347, 350,
352, 369, 371, 391, 395, 399, 403, 405, 407, 408,
409, 411, 414, 415, 416, 418, 419, 422, 424, 426, 432,
436, 444, 446, 452, 456, 458, 461, 469, 472, 487,
489, 493, 505, 509, 515, 521, 522, 524, 526, 527,
528, 529, 534, 537, 538, 539, 542, 549

R

raça 15, 16, 27, 75, 78, 160, 189, 227, 309, 318, 360, 458, 495, 499,
519, 544, 553, 554, 555, 557, 561, 563

referenciais teórico-metodológicos 24, 106

Região Centro-Oeste 29, 59, 73, 79, 85, 86, 95, 124, 412, 417, 505,
513, 518, 526, 558

relações étnico-raciais 17, 126, 130, 209, 228, 245, 252

S

serviço social 242, 278

sociologia 25, 61, 73, 135, 136, 152, 154, 165, 166, 206, 237, 243,
426, 467, 471, 543, 562

U

UFG 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40,
41, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56,
57, 58, 59, 62, 64, 65, 68, 70, 72, 73, 77, 79, 81, 82,
85, 86, 89, 91, 94, 98, 100, 101, 102, 103, 105, 106,
107, 109, 114, 116, 117, 121, 124, 131, 134, 135, 136, 137,
139, 140, 142, 145, 146, 147, 150, 153, 157, 158, 160,
161, 162, 164, 166, 167, 168, 399, 474, 510, 545, 566,
568, 569, 570, 571

UFPE 17, 21, 22, 26, 27, 28, 30, 32, 167, 170, 171, 172, 173, 174, 175,
176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187,
188, 190, 191, 193, 195, 196, 199, 200, 201, 202, 204,
205, 207, 211, 213, 214, 215, 216, 232, 240, 243, 253,
254, 256, 257, 258, 268, 271, 272, 274, 277, 278,
279, 280, 283, 289, 293, 294, 295, 298, 299, 300,
301, 314, 315, 317, 318, 319, 332, 333, 334, 335, 345,
349, 352, 368, 369, 371, 372, 373, 375, 386, 388,
399, 471, 474, 510, 545, 566, 567, 568, 571

UnB 15, 16, 20, 21, 22, 27, 28, 29, 30, 32, 86, 117, 133, 167, 393, 395,
397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406,
407, 408, 409, 411, 413, 414, 416, 417, 418, 419, 420,
421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 431, 432,
433, 434, 435, 436, 438, 442, 464, 471, 472, 473,
474, 480, 484, 487, 488, 489, 504, 506, 507, 508,
509, 510, 511, 515, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 525,
526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 534, 535, 537,
539, 540, 541, 542, 543, 545, 546, 547, 549, 556,
559, 560, 561, 566, 567, 568, 569, 570, 571

universidade 14, 18, 27, 32, 34, 37, 61, 62, 132, 133, 137, 170, 175,
194, 215, 257, 398, 399, 401, 402, 409, 413, 418, 431,
432, 434, 444, 464, 465, 466, 467, 506, 507, 508,
519, 520, 524, 525, 526, 537

V

vulnerabilidade 67, 124, 225, 259, 377, 390, 450

SUMÁRIO

www.pimentacultural.com

PÓS-GRADUAÇÃO E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

um desafio contemporâneo